



dinâmicas do jogo

**concursos de arquitetura em revista
1935 a 1971**

fabiano José arcadio sobreira

dinâmicas do jogo

concursos de arquitetura em revista: 1935 a 1971

Fabiano José Arcadio Sobreira

Dissertação de Mestrado

**Programa de Pós-Graduação
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília**

**Orientadora:
Sylvia Ficher**

**Brasília
2018**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Prof. Dra. Sylvia Ficher

Orientadora

Departamento de Teoria e História
FAU-UnB

Prof. Dr. Angelo Bucci

Examinador Externo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Eduardo Pierrotti Rossetti

Examinador Interno

Departamento de Teoria e História
FAU-UnB

Prof. Dra. Maria Helena Flynn

Examinadora Suplente

Brasília, 2018.

Dedicatória

A Deo, *musa única*. E aos frutos do nosso amor: Mariana e Rudá.
A Graça Graúna. Pelas lições de vida e resistência.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, por tudo. A Deo, Mariana e Rudá, pelo amor e carinho de sempre. A Sylvia Ficher, orientadora, por ter acolhido e incentivado a ideia que se materializou neste trabalho. Aos membros das bancas de qualificação e final: Angelo Bucci, Eduardo Rossetti e Maria Cecília Filgueiras Lima. A Maria Helena Flynn. Aos funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação da FAU/UnB. Aos colegas do Departamento Técnico e do Centro de Formação da Câmara dos Deputados, pelo apoio. Aos amigos que direta ou indiretamente contribuíram para as discussões e reflexões que tornaram possível este trabalho.

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é analisar a recepção editorial dos concursos de projeto em revistas de arquitetura do Brasil publicadas entre 1935 e 1971 e, a partir desse panorama, propor reflexões sobre o concurso como um “jogo”, analogia construída nesta pesquisa a partir das reflexões de Quatremère de Quincy (1801) e de Jean-Pierre Bourdieu (1993). Para a análise foram estudados registros sobre concursos, publicados em cinco importantes revistas brasileiras de arquitetura da época: *Revista Municipal de Engenharia – Prefeitura do Distrito Federal – PDF*; *Acrópole*; *Arquitetura e Engenharia*; *Habitat* e *Módulo*. O recorte temporal proposto tem como marco inicial a publicação da Lei 125 de 1935, que instituiu a obrigatoriedade dos concursos públicos de arquitetura e como marco final o encerramento da revista *Acrópole*, periódico de maior longevidade entre as publicações estudadas. Além de ferramenta de contratação à disposição do gestor público, o concurso tem sido, ao longo da história, um ponto de concordâncias e divergências, onde ensino, pesquisa e profissão dialogam e se confrontam na disputa por construção e afirmação do “capital simbólico” no campo da Arquitetura. As revistas, ao longo do século XX, foram o principal veículo de difusão da arquitetura e dos concursos no Brasil, em especial entre os anos 1930 e 1960, período que coincide com a construção e consolidação da Arquitetura enquanto disciplina e profissão no país. A análise das “dinâmicas do jogo” se desenvolve na parte final deste trabalho, a partir dos seguintes componentes: as regras, os jogadores, as estratégias e o julgamento. As conclusões do trabalho apontam para a constatação de que a efetividade do concurso como instrumento público está associada ao seu reconhecimento como um jogo ao mesmo tempo e confrontação e colaboração, definido por dinâmicas complexas e múltiplos interesses em disputa; um jogo caracterizado pela multiplicidade de jogadores em ação; pelas estratégias de “tomada de posição” e afirmação do “capital simbólico” nos campos político e profissional.

Abstract

The main purpose of this work is to analyze the presence of design competitions in Brazilian architecture magazines published between 1935 and 1971 and, from this panorama, to present reflections on competitions as a “game”, analogy proposed in this research from reflections by Quatremère de Quincy (1801) and Jean-Pierre Bourdieu (1993). This analysis is based on publications related to design competitions in five of the most important Brazilian architecture magazines in that period: *Revista Municipal de Engenharia – Prefeitura do Distrito Federal – PDF*; *Acrópole*; *Arquitetura e Engenharia*; *Habitat* and *Módulo*. The historical starting point is the publication of federal law 125/1935, which defined the obligation of design competitions for the most important public buildings. The final point is the end of *Acrópole*, the most long-lived Brazilian magazine, among the publications selected to this analysis. Besides of being an option of public procurement for design services, competitions have been, along history, an environment of agreements and divergences, where teaching, research and the profession dialogue and confront, disputing for the construction and statement of “symbolic capital” in the Architecture field. Magazines, along the XXth century, were the main vehicle for promoting architecture and competitions in Brazil, specially from the 1930s to the 1960s, period related to the construction and consolidation of Architecture as discipline and profession in the country. This proposed analysis of the “game dynamics” is developed at the final part of this work, from the following components: the rules, the players, the strategies and the judgement. Conclusions indicate that the effectiveness of design competitions as public tools depends on its acknowledgment as a game based both on confrontation and cooperation, defined by complex dynamics and multiple disputing purposes; a game characterized by the multiplicity of players in action; by strategies on “taking of position” and the statement of “symbolic capital”, on political and professional fields.

SUMÁRIO

Introdução	23
1. Concursos e revistas	29
Concursos como objetos de pesquisa e reflexão	32
Revistas como espaços de difusão e crítica	43
Cronologia de eventos (1935-1971)	71
2. Concursos em revista	77
1935 a 1949 . a tomada do campo	111
Ministério de Educação e Saúde: política e arquitetura.	115
Vila Operária de Monlevade: quem venceu o concurso ?	124
Sede da ABI: exclusão entre modernos.	136
Ministério das Relações Exteriores: diplomacia regional.	145
<i>Brazil builds</i> e os concursos de arquitetura: síntese de um ciclo.	157
Sede do IAB-SP: experiência colaborativa	178
1950 a 1957 . os conflitos do campo	185
Paço Municipal de São Paulo: jogo sem vencedores	193
A batalha da Escola de Guerra Naval	208
Sede do Senado Federal: um projeto sem capital	212
Plano Piloto para a Nova Capital: a regra do jogo	220
Paço Municipal de Campinas: leituras sobre o espaço cívico	250
1958 a 1971 . a dispersão do campo	265
Concursos em crise, regras em revisão	268
Enquanto isso... o Toronto City Hall	280
Assembleia Legislativa de São Paulo: diversidade de linguagens	290
Sede da Peugeot: celebração internacional	304
Assembleia Legislativa de Minas Gerais: concursos e confrontações	319
O espaço privilegiado dos clubes	348
Pavilhão do Brasil na Expo 1970: brutalismo e brutalidade	392
3. Dinâmicas do jogo	421
As regras	433
Os jogadores	440
As estratégias	453
O julgamento	460
Conclusões: síntese do jogo	471
Bibliografia	481
Apêndice – concursos de arquitetura no Brasil – 1935-1971	495

Lista de Ilustrações

Figura	1	Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto.	21
Figura	2	Concours. Encycloédie Méthodique. Architecture.	33
Figura	3	Capa da revista <i>De Stijl</i> (Delft), n.1, 1917.	45
Figura	4	Capa da revista <i>L'Esprit Nouveau</i> (Paris), n.1, 1920.	46
Figura	5	Revista <i>L'Architecture Vivante</i> . Outono/Inverno, 1927.	47
Figura	6	Capa da revista CA (<i>SA - Sovremennaia arkhitektura – Arquitetura Contemporânea</i>), Rússia, n.3, 1926.	48
Figura	7	Revistas de Arquitetura publicadas no Brasil até 1963 (Parte 1) <i>Acrópole</i> , n. 295, jun. 1963.	51
Figura	8	Revistas de Arquitetura publicadas no Brasil até 1963 (Parte 2) <i>Acrópole</i> , n. 295, jun. 1963.	52
Figura	9	Revistas de Arquitetura publicadas no Brasil até 1963 (Parte 3) <i>Acrópole</i> , n. 295, jun. 1963.	53
Figura	10	Capa da <i>Revista da Directoria de Engenharia</i> . Prefeitura do Distrito Federal (revista PDF), Rio de Janeiro, n. 1, jul de 1932.	56
Figura	11	Projeto “Apartamentos Econômicos Gamboa”, resultante da parceria entre Lucio Costa e Gregori Warchavchik. PDF, n. 1, jul. 1932.	57
Figura	12	Capa da <i>Acrópole</i> , n. 1, mai. 1938.	60
Figura	13	Capas da <i>Acrópole</i> , entre 1950 e 1965, dedicadas (direta ou indiretamente) a concursos.	61
Figura	14	Capa da <i>Habitat</i> , n. 26, jan. 1956.	64
Figura	15	Capa da <i>Módulo</i> , n. 8, jul. de 1957. Edição especial dedicada a Brasília.	66
Figura	16	Capa da <i>Arquitetura e Engenharia</i> , n. 44, ano VII, mar./ abr. 1957. Edição especial dedicada a Brasília.	68
Figura	17	Projetos submetidos ao concurso do Chicago Tribune. Estados Unidos, 1922.	83
Figura	18	Concurso. <i>Chicago Tribune</i> , Estados Unidos, 1922. Página da <i>Architectural Forum</i> , fev. 1923	84
Figura	19	Concurso. Edifício de escritórios. Friedrichstrasse, Berlim, 1921. Projeto vencedor. Autor: Mies van der Rohe.	85
Figura	20	Concurso para a sede da Sociedade das Nações, 1927. Proposta de Le Corbusier.	86
Figura	21	Concurso para a sede da Sociedade das Nações, 1927. Proposta de Le Corbusier.	88
Figura	22	Concurso para a sede da Sociedade das Nações, 1927. Proposta de Hannes Meyer.	89
Figura	23	Sede da Sociedade das Nações, construção finalizada em 1937, em Genebra.	90
Figura	24	Revista CA (<i>SA - Sovremennaia arkhitektura – Arquitetura Contemporânea</i>), Rússia, n.3, 1926.	92
Figura	25	Revista CA (<i>SA - Sovremennaia arkhitektura – Arquitetura Contemporânea</i>), n.6, 1927.	93
Figura	26	Projetos submetidos ao concurso para o Palácio dos Soviets, Moscou, Rússia, 1931.	95
Figura	27	Concurso para o Palácio do Governo de São Paulo, 1927. Autor: Flávio de Carvalho.	99
Figura	28	Concurso para a Embaixada da Argentina no Brasil, 1927. Projeto vencedor, de Lucio Costa	101
Figura	29	Concurso para a Embaixada da Argentina no Brasil, 1927. Projeto de Flávio de Carvalho, não premiado.	101
Figura	30	Projetos de Flávio de Carvalho submetidos aos concursos da Universidade de Belo Horizonte (1928) e do Palácio do Congresso do Estado de São Paulo (1929).	102
Figura	31	<i>Le Corbusier na Escola de Bellas Artes</i> . Texto de Manuel Bandeira. Publicado em 22 de dezembro de 1929, no jornal “A Província”, de Recife.	105
Figura	32	<i>A moderna arquitetura brasileira</i> . Crônica de Manuel Bandeira. Publicada em 04 de janeiro de 1930, no jornal “A Província”, de Recife.	106
Figura	33	Lucio Costa, Frank Lloyd Wright e Gregori Warchavchik, na casa Nordchild (projeto de Warchavchik), no Rio de Janeiro, 1931, na ocasião do julgamento do concurso para o Farol de Colombo	108

Figura	34	Projetos submetidos ao concurso Internacional para o Farol de Colombo, República Dominicana, 1931.	109
Figura	35	Projeto vencedor, de autoria do arquiteto Archimedes Memória, para o concurso do Ministério de Educação e Saúde Pública, no Rio de Janeiro, 1935.	115
Figura	36	Sumário da <i>PDF</i> , n. 18, set. 1935.	119
Figura	37	Projetos submetidos ao concurso para o Ministério de Educação e Saúde Pública, no Rio de Janeiro, 1935.	120
Figura	38	Ministério de Educação e Saúde, projeto coordenado por Lucio Costa. Registros publicados no catálogo <i>Brazil builds</i> , 1943.	121
Figura	39	Projetos submetidos ao concurso para a sede do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, 1936.	122
Figura	40	Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro, 1944. Obra construída.	123
Figura	41	<i>PDF</i> . Sumário. Jan. 1936. Destaque para a primeira publicação do texto “Razões da nova arquitetura”, de Lucio Costa.	126
Figura	42	<i>PDF</i> . Sumário. Maio de 1936. Destaque para a publicação do projeto não premiado de Lucio Costa para o concurso da Vila Operária de Monlevade, Minas Gerais.	127
Figura	43	<i>PDF</i> . Maio de 1936. Projeto não premiado de Lucio Costa para o concurso da Vila Operária de Monlevade, Minas Gerais.	128
Figura	44	<i>PDF</i> . Maio de 1936. Projeto não premiado de Lucio Costa para o concurso da Vila Operária de Monlevade, Minas Gerais.	129
Figura	45	<i>PDF</i> . Maio de 1936. Projeto não premiado de Lucio Costa para o concurso da Vila Operária de Monlevade, Minas Gerais.	130
Figura	46	<i>PDF</i> . Sumário. Set. 1936. Projetos premiados no concurso da Vila Operária de Monlevade, Minas Gerais (quatro meses depois da publicação do projeto de Lucio Costa). Angelo Murgel (segundo lugar) e Lincoln Continentino (primeiro lugar).	131
Figura	47	<i>PDF</i> . Set. 1936. Projeto de Angelo Murgel, segundo lugar no concurso para a Vila Operária de Monlevade.	132
Figura	48	Revista <i>PDF</i> . Set. 1936. Projeto de Angelo Murgel, segundo lugar no concurso para a Vila Operária de Monlevade.	133
Figura	49	<i>PDF</i> . Set. 1936. Projeto de Lincoln Continentino, primeiro lugar no concurso para a Vila Operária de Monlevade.	134
Figura	50	<i>PDF</i> . Set. 1936. Projeto de Lincoln Continentino, primeiro lugar no concurso para a Vila Operária de Monlevade.	135
Figura	51	Sede da ABI, no Rio de Janeiro e os autores, irmãos M.M. Roberto.	137
Figura	52	Sumário da <i>PDF</i> , n.IV, vol.III, set. 1936.	139
Figura	53	<i>PDF</i> , n. IV, vol. III, set. 1936. Projeto premiado no concurso para a sede da ABI, no Rio de Janeiro. Autores: arquitetos Jorge Moreira e Ernani Vasconcellos.	140
Figura	54	<i>PDF</i> , n. IV, vol. III, set. 1936. Projeto premiado no concurso para a sede da ABI, no Rio de Janeiro. Autores: arquitetos Jorge Moreira e Ernani Vasconcellos.	141
Figura	55	Sumário da <i>PDF</i> , n.VI, vol.III, nov. 1936. Projeto premiado no concurso para a sede da ABI, no Rio de Janeiro. Autores: arquitetos Oscar Niemeyer, Fernando Saturnino de Britto e Cassio Veiga de Sá.	142
Figura	56	<i>PDF</i> , n.VI, vol. III, nov. 1936. Projeto premiado no concurso para a sede da ABI, no Rio de Janeiro. Autores: arquitetos Oscar Niemeyer, Fernando Saturnino de Britto e Cassio Veiga de Sá.	143
Figura	57	<i>PDF</i> , n.VI, vol. III, nov. 1936. Projeto premiado no concurso para a sede da ABI, no Rio de Janeiro. Autores: arquitetos Oscar Niemeyer, Fernando Saturnino de Britto e Cassio Veiga de Sá.	144
Figura	58	Artigo de Lucjan Korngold, sobre o concurso para o Itamaray. Publicado na <i>Acrópole</i> n.61, maio de 1943.	147
Figura	59	Projeto de Korngold e Matarazzo, menção honrosa no concurso para o Itamaraty. <i>Acrópole</i> , n.61, maio de 1943.	149
Figura	60	Projeto classificado em terceiro lugar no concurso para o Itamaraty. Autoria do escritório Cesar Mello Cunha & Cia Ltda, do Rio de Janeiro. <i>Acrópole</i> , n. 61, maio de 1943.	150
Figura	61	Projeto que obteve menção honrosa no concurso para o Itamaraty e trecho da Ata de Julgamento. Autoria de João Khair e Rafael Galvão. <i>Acrópole</i> , n.61, maio de 1943.	151

Figura	62	Projeto que obteve menção honrosa no concurso para o Itamaraty. Autoria de Paulo de Camargo e Almeida – Rio de Janeiro e trechos da Ata de Julgamento. <i>Acrópole</i> , n.61, maio de 1943.	152
Figura	63	Projeto vencedor no concurso para o Itamaraty. Autoria de Henrique Mindlin e trechos da Ata de Julgamento. <i>Acrópole</i> , n.61, maio de 1943.	153
Figura	64	Página com destaque ao projeto vencedor no concurso para o Itamaraty. Autoria de Henrique Mindlin. <i>Acrópole</i> , n.61, maio de 1943.	155
Figura	65	Capa e página do catálogo <i>Brazil builds</i> .	158
Figura	66	Imagens publicadas no <i>Brazil builds</i> e republicadas na edição especial da <i>Architectural Review</i> dedicada à arquitetura, em março de 1944 (n.567).	159
Figura	67	Página do catálogo <i>Brazil builds</i> , com destaque para o Ministério de Educação e Saúde e o detalhe dos brises da fachada noroeste.	161
Figura	68	Página do catálogo <i>Brazil builds</i> , com destaque para a sede da ABI e as soluções de proteção da fachada.	163
Figura	69	Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro. Autores: Marcelo e Milton Roberto.	164
Figura	70	Estação de Hidroaviões do Santos Dumont. Registro do <i>Brazil builds</i> (1943). Projeto vencedor em concurso (1937). Autores: Atílio Correa Lima, Jorge Ferreira, Thomaz Estrella, Renato Mesquita dos Santos e Renato Soeiro.	165
Figura	71	Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Nova Iorque (1938/1939).	167
Figura	72	Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Nova Iorque (1938/1939). Projeto conjunto de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. <i>Brazil builds</i> , 1943.	168
Figura	73	Chegada a Nova Iorque, a bordo do <i>Pan America</i> , abril de 1938. Oscar Niemeyer, Lucio Costa, “Leleta” e Maria Elisa Costa, Anita Baldo e Anna Maria Niemeyer.	169
Figura	74	Complexo da Pampulha. Registros do <i>Brazil builds</i> (1943).	171
Figura	75	Páginas do primeiro número da <i>Acrópole</i> (maio de 1938), que revelam a diversidade estilística da revista.	173
Figura	76	Páginas do n.73 da <i>Acrópole</i> (maio de 1944). Matéria dedicada às “Obras Públicas do Estado de São Paulo”.	174
Figura	77	<i>Acrópole</i> , n. 73, maio de 1944. Artigo “ <i>Brazil builds</i> ” e os edifícios públicos paulistas, assinado pelo arquiteto-engenheiro Léo Ribeiro de Moraes, em que crítica a ausência de concursos de arquitetura no Estado de São Paulo.	175
Figura	78	<i>Acrópole</i> , n. 121, Maio de 1948. Sede do IAB-SP.	179
Figura	79	<i>Acrópole</i> , n. 121, Maio de 1948. Sede do IAB-SP.	180
Figura	80	<i>Acrópole</i> , n. 156, 1951. Sede do IAB-SP, obra construída, em página publicitária.	181
Figura	81	<i>Acrópole</i> , n. 23, mar. 1940. Residência Diogo Martins Ribeiro Netto. Autor: Eduardo Kneese de Mello	183
Figura	82	<i>Acrópole</i> , n. 102, out. 1946. <i>Porque arquitetura contemporânea</i> , texto de Eduardo Kneese de Mello.	184
Figura	83	Capa da <i>Habitat</i> , n. 1, out./dez. 1950.	190
Figura	84	Capa da <i>Acrópole</i> , n. 184, ago. 1953. Celebração do IV centenário de São Paulo e do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos.	191
Figura	85	Capa da <i>Módulo</i> , n.1, mar. 1955.	192
Figura	86	Concurso para o Paço Municipal de São Paulo, 1939. Projeto classificado em segundo lugar. Autores: Gregori Warchavchik e Vilanova Artigas.	193
Figura	87	Concurso para o Paço Municipal de São Paulo, 1939. Menção Honrosa. Autor: Flávio de Carvalho.	195
Figura	88	Projetos submetidos por Flávio de Carvalho para os concursos do Paço Municipal de São Paulo	196
Figura	89	<i>Acrópole</i> , n. 165, jan. 1952. Artigo de Wilson Maia Fina: <i>Comentários à margem dos concursos públicos</i> .	197
Figura	90	<i>Acrópole</i> , n. 166, fev. 1952. Normas Básicas para Concurso de Arquitetura. Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar.	200
Figura	91	<i>Arquitetura e Engenharia</i> , n. 21, maio de 1952. Normas Básicas para Concurso de Arquitetura. Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar.	201
Figura	92	<i>Arquitetura e Engenharia</i> , n. 20, jan./fev. 1952. <i>Concurso Público de Anteprojetos</i> . Editorial assinado por Eduardo Mendes Guimarães Junior.	202
Figura	93	Capa da <i>Acrópole</i> , n. 166, fev. 1952. Proposta de Oscar Niemeyer para o Paço Municipal de São Paulo.	204
Figura	94	<i>Acrópole</i> , n. 166, fev. 1952. Artigo de Carlos Gomes Cardim Filho, em que apresenta a proposta de Oscar Niemeyer para o Paço Municipal de São Paulo.	206

Figura	95	Página da <i>Arquitetura e Engenharia</i> , n. 23, set./out. 1952. Concurso de Anteprojetos para a Escola de Guerra Naval.	209
Figura	96	Revista <i>Arquitetura e Engenharia</i> , n. 41, jul./ago. 1956. Concurso para o Senado Federal – Rio de Janeiro. Projeto vencedor.	213
Figura	97	Página da revista <i>Arquitetura e Engenharia</i> , n. 41, jul./ago. 1956. Concurso para o Senado Federal – Rio de Janeiro. Projeto vencedor.	214
Figura	98	<i>Módulo</i> , n. 4, mar. 1956. Concurso para o Senado Federal – Rio de Janeiro. Projeto vencedor.	215
Figura	99	<i>Acrópole</i> , n. 217, out./nov. 1956. Concurso para o Senado Federal – Rio de Janeiro. Segundo Lugar.	217
Figura	100	<i>Acrópole</i> , n. 217, out./nov. 1956. Concurso para o Senado Federal – Rio de Janeiro. Segundo Lugar.	218
Figura	101	Capa da <i>Módulo</i> , n. 2, ago. 1955.	223
Figura	102	Capa da <i>Habitat</i> , n. 26, jan. 1956.	224
Figura	103	<i>Habitat</i> , n. 26, jan. 1956. Artigo de Geraldo Ferraz: <i>Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura.</i>	225
Figura	104	<i>Acrópole</i> , n. 10, mar./abr. 1956. Boletim do IAB. Nota: O IAB e a Nova Capital.	226
Figura	105	<i>Habitat</i> , n. 31, jun. 1956. Editorial: <i>Opiniões e diretrizes do Presidente da República.</i>	229
Figura	106	<i>Arquitetura e Engenharia</i> , n. 44, mar./abr. 1957. Resultado do concurso para o Plano Piloto da Nova Capital.	238
Figura	107	Capa da <i>Habitat</i> , n. 40/41, mar./abr. 1957. Resultado do concurso para o Plano Piloto da Nova Capital.	239
Figura	108	Capa da <i>Módulo</i> , n.08, jul. 1957. Resultado do concurso para o Plano Piloto da Nova Capital.	242
Figura	109	<i>Módulo</i> , n. 08, jul. 1957. Concurso para o Plano Piloto. Diagramas e síntese analítica de William Holford, membro do júri.	243
Figura	110	<i>Módulo</i> , n. 08, jul. 1957. Concurso para o Plano Piloto. Diagramas e síntese analítica de William Holford, membro do júri.	244
Figura	111	<i>Módulo</i> , n. 08, jul. 1957. Concurso para o Plano Piloto. Diagramas e síntese analítica de William Holford, membro do júri.	245
Figura	112	<i>Módulo</i> , n. 08, jul. 1957. Concurso para o Plano Piloto. Diagramas e síntese analítica de William Holford, membro do júri.	246
Figura	113	Capa da <i>Acrópole</i> , n. 256, jul. 1960. Edição especial – inauguração de Brasília.	247
Figura	114	Oscar Niemeyer e Lucio Costa. <i>Acrópole</i> , n. 256, fev. 1960.	249
Figura	115	Paço Municipal de Campinas. <i>Acrópole</i> , n. 228, out. 1957 (Boletim do IAB-SP). Projeto vencedor.	252
Figura	116	Paço Municipal de Campinas. Capa da <i>Acrópole</i> , n. 230, dez. 1957. Projeto vencedor.	255
Figura	117	Paço Municipal de Campinas. <i>Acrópole</i> , n. 230, dez. 1957. Projeto vencedor.	256
Figura	118	Paço Municipal de Campinas. <i>Acrópole</i> , n. 230, dez. 1957. Projeto vencedor.	257
Figura	119	Paço Municipal de Campinas. <i>Acrópole</i> , n. 230, dez. 1957. Terceiro lugar.	260
Figura	120	Paço Municipal de Campinas. <i>Acrópole</i> , n. 230, dez. 1957. Terceiro lugar.	261
Figura	121	Paço Municipal de Campinas. <i>Habitat</i> , n. 45, dez. 1957.	262
Figura	122	Paço Municipal de Campinas. Obra construída.	263
Figura	123	<i>Acrópole</i> , n. 237, jul. 1958. <i>O concurso (e escândalo) de Santo André.</i> Jorge Wilhelm.	269
Figura	124	<i>Acrópole</i> , n. 238, ago. 1958. Concurso para o Estádio Municipal de Santo André. Projeto vencedor.	271
Figura	125	<i>Acrópole</i> , n. 238, ago. 1958. Concurso para o Estádio Municipal de Santo André. Projeto vencedor. Autores: Julio José Franco Neves e Pedro Paulo de Melo Saraiva.	272
Figura	126	<i>Acrópole</i> , n. 238, ago. 1958. <i>Palácio Legislativo: monumento do povo.</i> Artigo de Edgar Graeff.	274
Figura	127	<i>Acrópole</i> , n. 241, nov. 1958. Resultado do concurso para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e Ata de Julgamento. Projeto vencedor.	276
Figura	128	<i>Acrópole</i> , n. 241, nov. 1958. Resultado do concurso para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e Ata de Julgamento.	277
Figura	129	<i>Acrópole</i> , n. 242, dez. 1958. <i>Novas recomendações às normas de concursos de arquitetura.</i>	278

Figura	130	<i>Acrópole</i> , n. 243, jan. 1959. Editorial: <i>Concursos de Arquitetura</i> .	279
Figura	131	Toronto City Hall. Concurso Internacional. Projeto vencedor.	281
Figura	132	Toronto City Hall. Concurso Internacional. Fotos das maquetes dos projetos finalistas.	282
Figura	133	<i>Acrópole</i> , n. 243, jan. 1959. Boletim do IAB-SP: O concurso do Toronto City Hall.	287
Figura	134	Concurso para o Toronto City Hall. Propostas de arquitetos brasileiros.	288
Figura	135	Concurso para o Toronto City Hall. Propostas de arquitetos brasileiros.	289
Figura	136	Capa da <i>Acrópole</i> , n. 273, ago. 1961. Projeto vencedor do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.	292
Figura	137	<i>Acrópole</i> , n. 273, ago. 1961. Projeto vencedor do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.	294
Figura	138	<i>Acrópole</i> , n. 273, ago. 1961. Projeto vencedor do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.	295
Figura	139	<i>Acrópole</i> , n. 273, ago. 1961. Projeto vencedor do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.	296
Figura	140	<i>Acrópole</i> , n. 273, ago. 1961. Segundo lugar do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.	298
Figura	141	<i>Acrópole</i> , n. 273, ago. 1961. Segundo lugar do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.	299
Figura	142	<i>Acrópole</i> , n. 274, set. 1961. Terceiro lugar no concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.	300
Figura	143	<i>Acrópole</i> , n. 274, set. 1961. Quarto lugar no concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.	301
Figura	144	Sede da Assembleia Legislativa de São Paulo. Obra construída.	303
Figura	145	Capa da <i>Acrópole</i> , n. 281, abr. 1962. Premiados no concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.	306
Figura	146	<i>Acrópole</i> , n. 281, abr. 1962. Projeto vencedor do concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.	307
Figura	147	<i>Acrópole</i> , n. 281, abr. 1962. Projeto vencedor do concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.	308
Figura	148	<i>Acrópole</i> , n. 281, abr. 1962. Projeto vencedor do concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.	309
Figura	149	<i>Acrópole</i> , n. 281, abr. 1962. Projeto vencedor do concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.	310
Figura	150	<i>Habitat</i> , n. 68, jun. 1962. Menção no concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.	313
Figura	151	<i>Habitat</i> , n. 68, jun. 1962. Menção no concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.	314
Figura	152	<i>Habitat</i> , n. 68, jun. 1962. Menção no concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.	315
Figura	153	Capa da <i>Módulo</i> , n. 31, dez. 1962. Concurso Internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.	316
Figura	154	<i>Módulo</i> , n. 31, dez. 1962. Concurso Internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires. Projeto vencedor.	317
Figura	155	<i>Módulo</i> , n. 31, dez. 1962. Concurso Internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires. Menção.	318
Figura	156	<i>Acrópole</i> , n. 283, jun. 1962. <i>Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto</i> . Eduardo Corona.	323
Figura	157	<i>Habitat</i> , n. 70, dez. 1962. <i>Sobre os concursos públicos de arquitetura</i> . Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva.	325
Figura	158	<i>Acrópole</i> , n. 283, jun. 1962. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.	327
Figura	159	<i>Acrópole</i> , n. 283, jun. 1962. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.	328
Figura	160	<i>Acrópole</i> , n. 283, jun. 1962. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.	329
Figura	161	<i>Acrópole</i> , n. 283, jun. 1962. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.	335

Figura	162	<i>Acrópolis</i> , n. 283, jun. 1962. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.	331
Figura	163	<i>Acrópolis</i> , n. 283, jun. 1962. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.	333
Figura	164	<i>Acrópolis</i> , n. 283, jun. 1962. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.	334
Figura	165	<i>Habitat</i> , n. 70, dez. 1962. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.	335
Figura	166	<i>Habitat</i> , n. 70, dez. 1962. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.	336
Figura	167	<i>Habitat</i> , n. 70, dez. 1962. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.	337
Figura	168	Capa da <i>Acrópolis</i> , n. 298, ago. 1963. Segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.	340
Figura	169	<i>Acrópolis</i> , n. 298, ago. 1963. Primeiro lugar. Segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.	341
Figura	170	<i>Acrópolis</i> , n. 298, ago. 1963. Segundo Lugar. Segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.	342
Figura	171	<i>Acrópolis</i> , n. 298, ago. 1963. Segundo Lugar. Segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.	343
Figura	172	Capa da revista <i>Arquitetura e Engenharia</i> , n. 67, 1964. Projeto vencedor do segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.	344
Figura	173	<i>Arquitetura e Engenharia</i> , n. 67, 1964. Projeto vencedor do segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.	345
Figura	174	<i>Arquitetura e Engenharia</i> , n. 67, 1964. Projeto vencedor do segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.	346
Figura	175	Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Obra construída.	347
Figura	176	Capas da revista <i>Acrópolis</i> dedicadas a projetos de clubes decorrentes de concursos.	352
Figura	177	Capa do n. 231 da <i>Acrópolis</i> , ilustrada com foto da sede do Clube Atlético Paulistano, projeto de autoria de Gregori Warchavchik.	353
Figura	178	<i>Habitat</i> , n. 47, mar. 1958. Concurso de anteprojetos para as instalações do Club Atlético Paulistano. Artigo de Geraldo Ferraz.	357
Figura	179	<i>Habitat</i> , n. 47, mar. 1958. Concurso de anteprojetos para as instalações do Club Atlético Paulistano. Artigo de Geraldo Ferraz.	358
Figura	180	<i>Habitat</i> , n. 47, mar. 1958. Concurso de anteprojetos para as instalações do Club Atlético Paulistano. Artigo de Geraldo Ferraz.	359
Figura	181	<i>Habitat</i> , n. 47, mar. 1958. Concurso de anteprojetos para as instalações do Club Atlético Paulistano. Artigo de Geraldo Ferraz.	360
Figura	182	<i>Habitat</i> , n. 47, mar. 1958. Concurso de anteprojetos para as instalações do Club Atlético Paulistano. Artigo de Geraldo Ferraz.	361
Figura	183	<i>Acrópolis</i> , n. 276, nov. 1961. VI Bienal de Artes de São Paulo. Prêmio Presidente da República. Ginásio do Clube Atlético Paulistano.	363
Figura	184	<i>Acrópolis</i> , n. 276, nov. 1961. VI Bienal de Artes de São Paulo. Prêmio Presidente da República. Ginásio do Clube Atlético Paulistano.	364
Figura	185	<i>Módulo</i> , n. 27, mar. 1962. VI Bienal de Artes de São Paulo. Prêmio Presidente da República. Ginásio do Clube Atlético Paulistano.	365
Figura	186	<i>Módulo</i> , n. 27, mar. 1962. VI Bienal de Artes de São Paulo. Prêmio Presidente da República. Ginásio do Clube Atlético Paulistano.	366
Figura	187	Capa da <i>Acrópolis</i> , n. 294, maio de 1963. Projeto vencedor do concurso para o Clube XV, em Santos – SP.	369
Figura	188	<i>Acrópolis</i> , n. 294, maio de 1963. Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Projeto vencedor.	370
Figura	189	<i>Acrópolis</i> , n. 294, maio de 1963. Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Projeto vencedor.	371
Figura	190	<i>Acrópolis</i> , n. 294, maio de 1963. Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Segundo lugar.	372
Figura	191	<i>Acrópolis</i> , n. 294, maio de 1963. Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Segundo lugar.	373
Figura	192	<i>Acrópolis</i> , n. 294, maio de 1963. Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Terceiro lugar.	374
Figura	193	<i>Acrópolis</i> , n. 294, maio de 1963. Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Quarto lugar.	375

Figura	194	<i>Acrópolis</i> , n. 294, maio de 1963. Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Quinto lugar.	376
Figura	195	<i>Acrópolis</i> , n. 294, maio de 1963. Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Duas menções.	377
Figura	196	Clube XV, Santos – SP. Obra construída.	379
Figura	197	Capa da <i>Acrópolis</i> , n. 300, out. 1963. Concurso para o Clube da Orla, no Guarujá – SP. Projeto vencedor.	383
Figura	198	<i>Acrópolis</i> , n. 300, out. 1963. Concurso para o Clube da Orla, no Guarujá – SP. Projeto vencedor.	384
Figura	199	<i>Acrópolis</i> , n. 300, out. 1963. Concurso para o Clube da Orla, no Guarujá – SP. Projeto vencedor.	385
Figura	200	<i>Acrópolis</i> , n. 300, out. 1963. Concurso para o Clube da Orla, no Guarujá – SP. Projetos participantes.	386
Figura	201	<i>Acrópolis</i> , n. 300, out. 1963. Concurso para o Clube da Orla, no Guarujá – SP. Projetos participantes.	387
Figura	202	<i>Acrópolis</i> , n. 307, jun. 1964. <i>A propósito de concursos de arquitetura</i> . Texto de Eduardo Corona.	389
Figura	203	Capa da <i>Acrópolis</i> , n. 342, ago. 1967. Edição especial em homenagem a Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro. Croqui do projeto para o Clube da Orla do Guarujá.	391
Figura	204	Assembleia na FAUUSP, em 1968, que discutiu a reforma universitária.	395
Figura	205	Preâmbulo do Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968.	396
Figura	206	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Projeto vencedor.	398
Figura	207	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Projeto vencedor.	399
Figura	208	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Projeto vencedor.	400
Figura	209	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Projeto vencedor.	401
Figura	210	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Segundo lugar.	403
Figura	211	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Segundo lugar.	404
Figura	212	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Terceiro lugar.	405
Figura	213	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Terceiro lugar.	406
Figura	214	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Quarto lugar.	409
Figura	215	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Quarto lugar.	410
Figura	216	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Quarto lugar.	411
Figura	217	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Quarto lugar.	412
Figura	218	<i>Acrópolis</i> , n. 361, maio de 1969. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Quarto lugar.	413
Figura	219	<i>Acrópolis</i> , n. 372, abr. 1970. Pavilhão do Brasil em Osaka. Croqui que ilustra o artigo de Flávio Motta.	414
Figura	220	<i>Acrópolis</i> , n. 372, abr. 1970. Pavilhão do Brasil em Osaka. Obra construída.	415
Figura	221	<i>Acrópolis</i> , n. 372, abr. 1970. Pavilhão do Brasil em Osaka. Obra construída.	416
Figura	222	Último número <i>Acrópolis</i> (n.390), novembro de 1971. <i>Vida e Morte de uma revista</i> . Eduardo Corona.	420
Figura	223	Croqui de Paulo Mendes da Rocha. Clube da Orla.	459
Figura	224	Diagrama: síntese do jogo.	476
Tabela	1	Síntese Analítica - Edital do Concurso para o Plano Piloto - Brasília	231
Tabela	2	Publicação de projetos de clubes resultantes de concursos – 1956-1971	349
Tabela	3	Concursos de Arquitetura por Estado – 1935-1971	429
Tabela	4	Concursos de Arquitetura por tema – 1935-1971	430
Tabela	5	Regulamentos de concursos de Arquitetura no Brasil – Análise Comparativa	436

Lista de abreviaturas e siglas

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI-5	Ato Institucional Número 5
ARU	União de Arquitetos e Urbanistas - Rússia
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia*
COSU	Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia†
DAC	Diretoria de Arquitetura e Construção – Pernambuco - Recife
DAU	Diretoria de Arquitetura e Urbanismo – Pernambuco - Recife
ENBA	Escola Nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro
EXPO 70	Exposição Universal 1970
FAU/USP	Faculdade de Arquitetura de Urbanismo – Universidade de São Paulo
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IAB-MG	Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Minas Gerais
IAB-RJ	Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio de Janeiro
IAB-SP	Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JK	Juscelino Kubitschek
LEAP	Laboratório de Estudos da Arquitetura Potencial
MAM-RJ	Museu de Arte Moderna – Rio de Janeiro
MASP	Museu de Arte Moderna de São Paulo
MEC	Ministério de Educação e Cultura (antigo MES)
MES	Ministério de Educação e Saúde
MIQCP	<i>Mission Interministérielle pour la Qualité des Constructions Publiques</i>
MOMA	<i>Museum of Modern Art</i> – Nova Iorque
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PDF	Prefeitura do Distrito Federal
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

* A partir de 2000, com a criação do CAU, tornou-se o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

† A partir de 2000, com a criação do CAU, tornou-se o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

“A ideia do Concurso é uma dessas ideias que, por sua simplicidade, faz parte do senso comum, mas como todas as ideias desse gênero, são simples apenas em seus princípios. (...) É uma ideia simples, pois se aproxima do conceito geral de justiça. (...) É uma ideia complexa, pois a ‘jurisprudência do gosto’ sob a qual se baseiam os julgamentos nada tem de racional – surgindo então a dificuldade: que regras seguir para ser justo ?

(...)

O concurso tem por objetivo principal afastar os ignorantes do processo de escolha dos artistas que devem se encarregar das obras públicas e, ao mesmo tempo, impedir que a intriga ofusque o talento. É necessário, portanto, que por um lado não haja intriga entre os artistas e, por outro, que os ignorantes não tenham o poder de escolha. Mas se os artistas são os próprios juízes, ou se eles nomeiam aqueles que tomam a decisão, instaura-se a intriga. Ao mesmo tempo, se os artistas não julgam nem nomeiam os juízes, instaura-se a ignorância.”

Quatremère de Quincy, 1801.

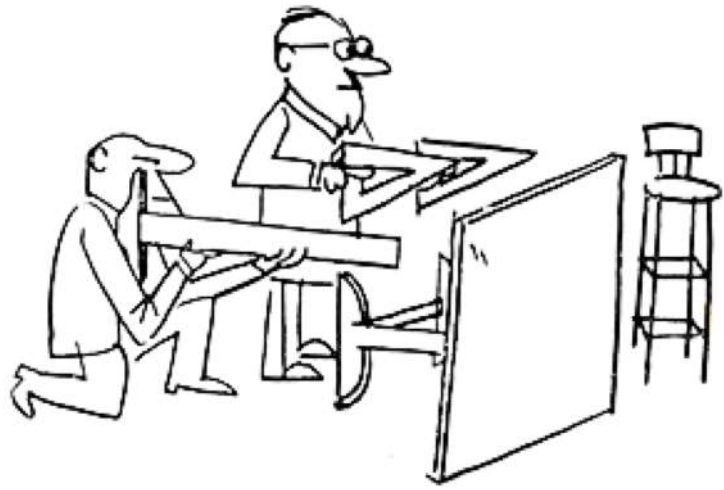


Figura 1. Ilustração do boletim do “American Institute of Architects”, abril de 1962. Publicada no artigo de Eduardo Corona, intitulado “Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto. Acrópole, n.283, Junho de 1962.

Introdução

O concurso de arquitetura, como instrumento de contratação de projetos, não apenas permite a escolha de uma solução entre diversas, como também expõe as possibilidades e pensamentos – convergentes e divergentes – em determinado momento e lugar. Trata-se de um evento que, em geral, prioriza o esforço de muitos e o julgamento qualitativo, em detrimento da notoriedade ou da individualidade. Para a profissão, é também instrumento de afirmação e ampliação de capital simbólico, mesmo quando não se converte em premiação ou obra construída.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar a recepção e a dinâmica dos concursos de projeto em revistas de arquitetura do Brasil. Para a análise foram estudados registros sobre concursos publicados nos principais periódicos entre 1935 e 1971: *Revista Municipal de Engenharia – Prefeitura do Distrito Federal – PDF* (Rio de Janeiro, 1932-1993); *Acrópole* (São Paulo, 1938-1971); *Arquitetura e Engenharia* (Belo Horizonte, 1949-1965); *Habitat* (São Paulo, 1950-1965) e *Módulo* (Rio de Janeiro, 1955-1965*). O recorte temporal proposto tem como marco inicial a publicação da Lei n. 125 de 3 de dezembro de 1935, que instituiu a obrigatoriedade dos concursos públicos de arquitetura e como marco final o encerramento da revista *Acrópole*, aquela de maior longevidade entre as publicações estudadas. Trata-se de período marcado pela consolidação da Arquitetura e do Urbanismo enquanto disciplina (FICHER, 2005); pela diversidade e qualidade dos periódicos de Arquitetura no Brasil (SEGAWA, 1998); e pela frequência de realização de concursos de projeto como instrumentos de construção do valor simbólico da profissão (FLYNN, 2001).

Além de ferramenta de contratação à disposição do gestor público (apesar de pouco utilizada no caso brasileiro em comparação com outros países, como veremos), o concurso tem sido, ao longo da história, um ponto de encontros e desencontros, concordâncias e divergências, onde ensino, pesquisa e profissão dialogam e se confrontam. Ao longo do século vinte, o principal veículo de difusão dos concursos foram as revistas de arquitetura, em especial entre os anos 1930 e 1960, período que coincide com a consolidação da Arquitetura enquanto disciplina e profissão no país. Por essa razão, as revistas são utilizadas nesta pesquisa como as principais fontes para analisar o que aqui denominamos as “dinâmicas do jogo”.

O trabalho está estruturado em três capítulos: (1) **Concursos e revistas**; (2) **Concursos em revista**; (3) **Dinâmicas do jogo**.

O primeiro capítulo, **Concursos e revistas**, é dividido em três seções: as duas primeiras, dedicadas a breves panoramas sobre os concursos como objetos de pesquisa e reflexão e as revistas como espaços de difusão e crítica. São apresentadas, de forma resumida, as principais contribuições (pesquisas e publicações) sobre os dois temas, enquanto campos

* Fez parte da pesquisa o primeiro período da *Módulo*: 1950-1965. Suas atividades foram interrompidas após o Golpe Militar e retomadas entre 1975 e 1989.

específicos de investigação e suas eventuais interseções. Na terceira seção é apresentada uma cronologia de eventos no Brasil e no mundo, entre 1935 e 1971.

No segundo capítulo, **Concursos em Revista**, são apresentados e discutidos registros (projetos e textos) relativos a concursos publicados ou debatidos nas revistas selecionadas, em função de sua relevância para a discussão proposta neste trabalho. O capítulo, após breve contextualização e discussão de antecedentes, está estruturado em três seções: 1935 a 1949, a tomada do campo; 1950 a 1957, os conflitos do campo e 1958 a 1971, a dispersão do campo. A primeira seção tem como marco inicial a Lei n. 125/1935 e a criação da *Revista Municipal de Engenharia* (PDF) e como marco final a difusão internacional da Arquitetura Brasileira por meio do *Brazil builds* e sua repercussão em periódicos nacionais e internacionais. A segunda seção tem como marco inicial o lançamento da revista *Habitat*, que coincide com período de crítica e autocrítica da produção moderna brasileira e se encerra com a realização do concurso para o Plano Piloto da Nova Capital e seus desdobramentos. A terceira seção parte desse ponto de inflexão crítica da arquitetura, do urbanismo e dos concursos (Brasília) e segue até o encerramento das atividades da *Acrópole*, em 1971.

No terceiro capítulo o conjunto de registros descritos no capítulo anterior é revisto e utilizado como referência para a análise das **Dinâmicas do jogo**, analogia construída nesta pesquisa a partir de duas referências: (1) o verbete “concursos”, publicado em 1801 na “*Encyclopédie Méthodique – Architecture*”, por Quatremère de Quincy, que pode ser considerado como uma das primeiras e mais importantes reflexões teóricas sobre os concursos de arquitetura, ao abordar a confrontação de projetos em um concurso como um “combate em uma arena pública” e (2) os estudos do sociólogo francês Jean-Pierre Bourdieu, em especial os conceitos de “jogo” e “capital simbólico” aplicados ao estudo do “campo” da Arquitetura. A partir de tais leituras, a análise é estruturada de acordo com os seguintes componentes: as regras, os jogadores, as estratégias e o julgamento.

Com apêndice é apresentada uma lista dos concursos realizados no período, a partir da catalogação realizada na Tese de Doutorado da professora Maria Helena Flynn (2001).

Como todo percurso de investigação, este apenas se tornou possível devido às contribuições precedentes de outros pesquisadores, cujos trabalhos permitiram o acesso às informações aqui estudadas. Particularmente, destacam-se como importantes fontes para este trabalho a Tese de Doutorado da professora Maria Helena Flynn, intitulada “Concursos de Arquitetura no Brasil 1850-2000” – pesquisa pioneira sobre concursos de Arquitetura no Brasil; o importante trabalho coordenado pelo professor Hugo Segawa (USP, 2014), “Digitalização e Acesso Online à revista *Acrópole*: Conservação e Preservação da Memória da Arquitetura e Urbanismo” – que permite consulta ao acervo completo da revista em meio digital e à distância; e o trabalho continuado da Biblioteca Nacional de digitalização, indexação e disponibilização pública de documentos, que permitiu o acesso ao acervo completo da *Módulo*, entre outros documentos. As demais revistas foram catalogadas no contexto de pesquisas coordenadas pelo autor, como professor e pesquisador no Centro

Universitário de Brasília e no Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados.

No que se refere à contextualização dos concursos estudados em relação aos principais eventos da historiografia da Arquitetura no Brasil, foram consultadas em especial as seguintes publicações – entre outras citadas ao longo do trabalho: *Arquitetura contemporânea no Brasil* (BRUAND, 1981); *Arquitetura moderna brasileira* (FICHER e ACAYABA, 1982); *Depoimento de uma geração* (XAVIER, 2003); *Arquiteturas no Brasil 1900-1990* (SEGAWA, 1998); *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo* (FICHER, 2005); *Brasil: arquiteturas após 1950* (BASTOS e ZEIN, 2015).

Quanto ao panorama internacional, as principais referências utilizadas foram *Space, Time and Architecture* (GIEDION, 1959); *Arquitetura Moderna desde 1900* (CURTIS, 1982); *História crítica da arquitetura moderna* (FRAMPTON, 1997) e *O futuro da Arquitetura desde 1889* (COHEN, 2013), além de publicações dedicadas à história dos concursos no panorama internacional: *Architects in Competitions* (HAAN e HAAGSMA, 1988) e *Architectural Competitions 1792-Today* (DE JONG e MATTIE, 1994). Foram agregadas a tais referências, conforme o tópico em análise, diversas contribuições acadêmicas, como teses, dissertações e artigos, citados ao longo do texto.

O olhar aqui proposto sobre os concursos enquanto “arquitetura potencial” e como ferramentas de pesquisa e reflexão, decorre de colaborações com o Laboratoire d'étude de l'architecture potentielle – LEAP, da Université de Montréal, cujas principais contribuições estão consolidadas em *Architectural Competitions and the Production of Culture, Quality and Knowledge* (CHUPIN et al, 2015).

Os concursos, textos e projetos que integram o escopo desta pesquisa foram selecionados em virtude de uma ou mais das seguintes razões: por se tratarem de obras ou projetos de referência destacados pela historiografia; pela abordagem editorial em uma ou mais revistas; pelas controvérsias de julgamento e regulamentação; por sua potencial contribuição para a análise proposta neste trabalho.

1 . Concursos e revistas

Dentre as principais fontes para a história da Arquitetura, os projetos por vezes são reproduzidos e difundidos por meio de instrumentos cuja materialidade é bem mais difusa e que, por serem mais dinâmicos e demandarem menor investimento de tempo e de recursos, permitem uma transmissão mais imediata e ampla das ideias que carregam. Incluem-se nesse universo os concursos e as revistas de Arquitetura.

Os concursos são eventos que tendem a revelar conflitos latentes quanto ao trato a ser dado a determinada problemática, pois em torno de uma demanda de projeto – seja pública ou privada, de pequeno ou grande porte – gravitam múltiplas visões, interesses e posicionamentos sobre as possibilidades de resposta ao desafio colocado (SOBREIRA, 2009). Por serem baseados, em geral, na ampla divulgação e na transparência, revelam o fazer arquitetônico em seus processos e resultados, não só pelo “caminho escolhido”, mas por todas as demais soluções potenciais, eventualmente descartadas por questões de contextualização, ideologia, interesse público ou mesmo por jogos de interesse e de poder. Não são poucos, inclusive, os exemplos em que ideias descartadas em concurso se consolidaram em reflexões para a história da Arquitetura. Nesse sentido, o olhar historiográfico a partir dos concursos, em complemento ao olhar sobre a obra construída, permite desvendar as intenções potenciais em determinado tempo e lugar (CHUPIN, 2002; 2015). Tais eventos revelam, inclusive, aspectos que vão além dos próprios projetos e que se referem às tensões entre interesses profissionais, políticos, sociais e econômicos.

As revistas de arquitetura, por outro lado, podem ser vistas como registros “pré-canônicos” (TINEM, 2010), situados entre o panfleto e o livro, em relativo equilíbrio entre a experimentação e a solidez. Habituada a reagir no “calor do evento”, a crítica arquitetônica se utilizava muito mais de periódicos do que de livros. Isto por uma questão de temporalidade, de agilidade editorial, de abrangência da difusão e do impacto possível de ser obtido. Tais publicações, nesse sentido, são importantes registros para a historiografia da disciplina e da profissão, ao traduzirem visões particulares e quase imediatas dos acontecimentos e opiniões em determinado lugar e momento (MIRANDA, 1998; CAPPELLO, 2005; DEDECCECA, 2009).

Em decorrência dessas características, tais registros permitem uma percepção mais ampla do universo historiográfico da “Arquitetura e Urbanismo” ao deixarem transparecer a multiplicidade de visões sobre um mesmo problema arquitetônico ou urbano, além de revelar as dinâmicas sobre o julgamento crítico. Tudo isso é revelado pela dinamicidade editorial (e eventualmente multidisciplinaridade) dos periódicos e pelos conflitos de interesse envolvidos (e expostos) em cada concurso.

É desse encontro entre a potencialidade dos concursos e a dinamicidade dos periódicos que se estrutura este trabalho.

Concursos como objetos de pesquisa e reflexão

Combates em arena pública

Os concursos de arquitetura são utilizados há mais de dois mil anos (LIPSTADT, 1989), mas foi entre o final do século dezoito e o início do século dezenove, no contexto das transformações políticas e culturais decorrentes da Revolução Industrial na Inglaterra e da Revolução Francesa, que foi escrito o texto que se pode considerar uma das primeiras (e ainda atuais) contribuições teóricas sobre os concursos de arquitetura, suas dinâmicas e interesses em jogo. Trata-se do verbete “concursos”, de Quatremère de Quincy, publicado em 1801 na da *Encyclopédie Méthodique*.

Na França, após a revolução, a queda da monarquia e a consolidação dos princípios universais (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789), diversas transformações se fizeram necessárias na estrutura do Estado Republicano que se formava, entre elas, a afirmação do concurso como forma preferencial de contratação de projetos para obras públicas. A esse respeito, Quatremère de Quincy, em sua *Encyclopédie Méthodique*, definia, já no contexto pós-revolucionário do início do século dezenove:

*Nada existe nem pode ser avaliado ou qualificado sem comparação. Assim, a própria natureza das coisas faz com que tudo o que se vê, tudo que pertence ao universo da ordem física e da ordem moral, faça parte de uma espécie de concurso perpétuo. Mas quando a arte não encontra espaço para produção e manifestação, a ambição, o principal motor daqueles que a exercem, acaba por induzir os artistas ao combate, a disputar a excelência, a notoriedade, e a viver entre eles em uma guerra habitual. (...) A grande vantagem do concurso seria a de preservar os artistas da humilhação à qual eles se submetem diante dos empreendedores, e de evitar que as obras públicas se submetam à intriga dos homens públicos, ou à ignorância dos gestores. (1801, p.35-41)**

Observa-se a acidez e a atualidade das reflexões de Quincy, tanto no que se refere à visão sobre os gestores quanto sobre os artistas. Os conflitos de interesse na concepção dos espaços e equipamentos públicos, como se pode deduzir, não são problemas da sociedade contemporânea. A julgar pelas palavras de Quincy, o problema estaria no culto ao “arquiteto do rei” (cultuação que não se encerrou com a fundação da República, como o caso brasileiro bem exemplifica) e caberia, naquele novo contexto político e institucional, corrigir esses desvios com uma ferramenta que estimulasse a competição a favor do talento:

[É necessário] um sistema de contratação de obras públicas que permita premiar o talento independente de favores e que possa garantir ao povo, sob o princípio da moralidade, investimentos públicos nas artes e nos monumentos que aumentem a riqueza pública, pelo preço que a qualidade estética adiciona ao trabalho da necessidade. (1801, p.35-81)

* Todas as traduções de texto em língua estrangeira foram feitas pelo autor deste trabalho.

No sistema de concursos teorizado por Quincy, os favores – que humilhavam os artistas (em geral, segundo Quincy, movidos por ambição e inveja) e os sujeitavam aos caprichos dos monarcas ou dos gestores ignorantes – seriam substituídos pela disputa transparente, em uma arena pública:

A ambição ou o desejo de ser o primeiro, essa força que move os artistas, se degenera facilmente em inveja. Essa paixão que se alimenta sobretudo das preferências particulares perderá seu lado maligno se pudermos abrir o combate em uma arena pública, para que as diferenças entre os artistas e suas obras não seja o resultado de alguma espécie de favor ou de predileção; é isso que justifica a necessidade dos concursos públicos. (1801, p.35-81)

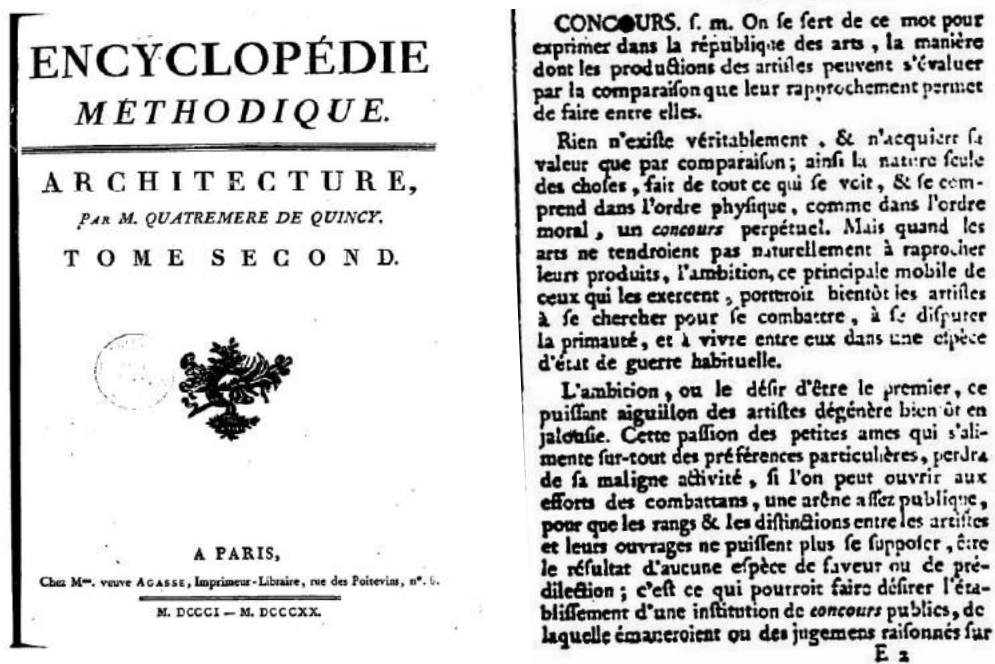


Figura 2. Esquerda: Página da *Encycloédie Méthodique. Architecture*. Quatremère de Quincy. Direita: Trecho da página 35. Verbete “Concours”. Fonte: gallica.bnf.fr

Observa-se que Quatremère de Quincy não se limita a defender o concurso como um instrumento público, mas procura revelar as controvérsias do sistema e as condições necessárias para que seu objetivo - “escolher a melhor obra” - seja alcançado. Nesse sentido, segundo o autor, alguns princípios como igualdade e justiça podem entrar em conflito com a essência geral do concurso:

Os concursos são ‘instituições’ que, para serem boas, devem ser consideradas mais sob o ponto de vista prático, de seus resultados, do que sob o ponto de vista teórico, de seus princípios. Vale sempre ressaltar o seu principal objetivo, que é escolher a melhor obra, mais do que conceitos abstratos

como moralidade, igualdade e justiça. Esses princípios também justificam a realização dos concursos, mas por vezes esses conceitos abstratos entram em conflito com os resultados práticos que se esperam do concurso. (...) Na verdade, a igualdade que se pressupõe em um concurso aberto, ao permitir a participação indiscriminada de todos, tal igualdade, ela não existe. (1801, p.35-81)

Mais uma vez confirma-se a atualidade das questões abordadas. Os argumentos apresentados pelo autor, por exemplo, no que se refere à participação aberta ou restrita aos certames é ainda hoje um tema de intensos debates, tanto no contexto internacional quanto nacional. O sistema europeu (que certamente herdou as reflexões do enciclopedista) recomenda a restrição de participação, por meio de pré-seleção, como forma de remunerar todos participantes. Nos concursos realizados no Brasil (em particular os organizados pelos Institutos de Arquitetos), são raros os concursos restritos; portanto, em geral a participação não é remunerada. A esse respeito:

O segredo do Concurso está em atrair à participação os concorrentes mais hábeis. Mas como forçar os homens hábeis e renomados em seus domínios a arriscarem sua sorte e sua reputação em um concurso? A admissão livre e igualitária de todos os artistas em um concurso é uma aplicação errônea dos princípios de igualdade. O concurso não precisa, para ser justo, de ser sempre, em todas as situações, aberto a todos. A arena não precisa ser aberta a todos os combatentes. Pode-se definir, regulamentar e modificar o número e a qualidade dos concorrentes, em cada concurso, conforme o caso. (...) É necessário considerar, como parte do investimento dos artistas, o tempo dedicado à elaboração de suas obras. Que o tempo sacrificado pelos artistas que concorrem seja compensado como um “adiantamento” do investimento do empreendedor, sem mencionar os custos com a elaboração dos modelos e projetos que são elaborados para o concurso. Por outro lado, se o reembolso de todos os concorrentes passa a ser uma condição básica do concurso, o valor investido no concurso passa a comprometer o próprio investimento no empreendimento.

(...)

Se não há reembolso dos custos dos concorrentes com o projeto, corre-se o risco de excluir tanto aqueles que têm talento e que não têm recursos para tal investimento sem retorno, quanto aqueles que têm talento e recursos, mas que não se sentiriam atraídos a participar da concorrência. Corre-se o risco de se ter um concurso com projetos de baixa qualidade, insuficientemente desenvolvidos. Ao que parece, portanto, para se obter o equilíbrio necessário ao concurso, convém reembolsar o que foi investido pelos concorrentes, porém restringir o número de participantes. (1801, p.35-81)

Em seu texto, Quincy destaca uma das premissas básicas do concurso enquanto sistema, que é privilegiar o projeto e não o artista, isto é, a solução adotada, independentemente do currículo do autor: “Os concursos devem ter como objetivo não a avaliação sobre o talento dos artistas, mas sobre o mérito dos projetos que eles apresentaram – essa é a grande dificuldade”. A esse respeito, ele não apresenta simplesmente uma solução, mas expõe um dos principais dilemas da contratação pública de projetos nos dias de hoje:

O júri corre o risco, ao avaliar os projetos apresentados, a confiar a realização de um empreendimento grande e de alta dificuldade, a um arquiteto inteiramente incapaz de realizar na prática o que a imaginação ou os meios gráficos sugeriam ser possível.

Se não for possível comparar os projetos de um arquiteto às obras realizadas pelo mesmo, torna-se impossível presumir seu talento. Afinal, na arquitetura, tudo depende – mais do que imaginamos – da execução. Com frequência, todas as qualidades e méritos de um desenho desaparecem quando colocados à prova no momento da execução.

(...)

[Por outro lado] *se for necessário considerar no julgamento outros elementos além do próprio programa, como os certificados de capacidade técnica e as obras já realizadas, o espírito do concurso é afetado e se afasta consideravelmente de seu objetivo inicial, levando-nos a questionar a sua viabilidade. O concurso, nestes termos, deixaria de ser uma seleção sobre o projeto e passaria a avaliar as pessoas.* (1801, p.35-81)

O autor, enfim, não simplifica o problema do “concurso”; pelo contrário, expõe a sua complexidade e ressalta a importância de que o tema seja objeto de pesquisas e reflexões, assim como de “leis específicas” em que tais questões deveriam ser tratadas. O autor, nesse sentido, conclui:

Minha intenção é apenas expor as vantagens do concurso e ao mesmo tempo mostrar os inconvenientes aos quais um concurso mal elaborado e mal conduzido poderia expor as artes. [Assim], com a ajuda de um certo número de regras e procedimentos, pode-se confiar à experiência prática, à moral e à opinião pública, a tarefa de lidar – ao mesmo tempo – com a vaidade humana, os interesses artísticos e os interesses da nação que os encoraja. ((1801, p.35-81)

Observamos nos concursos apresentados neste trabalho muitos dos dilemas apontados por Quincy e que continuam como desafios contemporâneos. A exposição de tais inquietações, confrontações e conflitos de interesse, talvez seja o principal mérito dos concursos enquanto eventos públicos, independente do resultado que propiciam (como é natural no campo das artes, nem sempre consensuais).

Arquitetura Potencial: pesquisas e publicações

As reflexões apresentadas por Quincy já evidenciam, há mais de dois séculos, que os concursos de projeto, mais do que processos competitivos para a escolha da melhor solução para um problema específico, também formam um campo de especulação criativa, pesquisa acadêmica e formação profissional, assim como propiciam espaços de debates públicos sobre a produção e a gestão do ambiente construído (ADAMCZYK et al, 2004; CHUPIN et al, 2015). Nesse sentido, o projeto de Arquitetura e Urbanismo em situação de concurso é aqui interpretado ao mesmo tempo como um instrumento propositivo e reflexivo para a disciplina, para a profissão e para a coletividade (pública ou privada). Tal conceito tem sido

desenvolvido e aprofundado em pesquisas, pelo Laboratoire d'étude de l'architecture potentielle (LEAP) da Université de Montréal.

Nesse sentido, os concursos de arquitetura são abordados como um importante acervo de ideias, debates, conceitos e propostas. Segundo Adamczyk *et al* (2004), “acadêmicos e historicistas têm reconhecido os concursos de arquitetura como meios promissores para a pesquisa e a experimentação”. Conforme o autor (2015), os concursos “são fontes originais de conhecimento para a teoria e a prática da arquitetura e fornecem ideias e reflexões sobre a disciplina, ao longo do tempo”.

O livro *Architecture Competitions and the Production of Culture, Quality and Knowledge – An International Inquiry* (CHUPIN *et al*, 2015) é um dos produtos da pesquisa continuada do LEAP e seus colaboradores em diversos países. A publicação reúne vinte e dois artigos, tanto de especialistas renomados como de novos pesquisadores. Trata-se de amplo levantamento sobre as dinâmicas subjacentes à definição, organização, julgamento, arquivamento e publicação de concursos de arquitetura, paisagismo e urbanismo no mundo. As contribuições abordam uma série de questões que podem ser resumidas em uma grande inquietação, proposta pelos autores: “de que forma os concursos de projeto – instrumentos históricos e democráticos, ao mesmo tempo elogiados e temidos por arquitetos e planejadores – podem ser considerados como laboratórios sobre a qualidade da produção do ambiente construído e, em última análise, como instrumentos de renovação de cultura e conhecimento?”

Os artigos estão agrupados em cinco seções: (1) Organizando a Democracia Arquitetônica; (2) Projeto de Arquitetura em Competição; (3) Julgamento da Qualidade Arquitetônica; (4) Arquivando o Conhecimento Arquitetônico e (5) Publicando Ideias de Arquitetura. A primeira seção reúne artigos que abordam a organização de concursos na Suíça, Bélgica, países nórdicos (Dinamarca, Noruega e Suécia), Grécia, além de reflexões sobre os “concursos internacionais”. A segunda seção oferece um índice dos concursos citados ao longo do livro. A terceira seção é dedicada a estudos relacionados ao julgamento qualitativo em situação de concurso, com exemplos do Canadá, Suíça, França e Estados Unidos. O arquivamento e a difusão de concursos é o tema comum dos artigos incluídos na quarta seção do livro, que traz experiências do Quebec, Suíça e Brasil. A última seção é dedicada às revistas de arquitetura e sua relação com os concursos, com destaque para a *Wettbewerbe Aktuell*, reconhecida revista alemã, dedicada exclusivamente a concursos de arquitetura, fundada em 1971 e ainda em circulação, e outras publicações da França e dos Estados Unidos.

Além das publicações outra importante contribuição do LEAP é a pesquisa continuada sobre o tema, com destaque para a criação, manutenção e publicação *online* do *Catálogo de Concursos Canadenses* (www.ccc.umontreal.ca). Trata-se de ampla base de dados, com documentos sobre mais de 150 concursos realizados no país, incluindo mais de quarenta mil arquivos sobre cerca de quatro mil projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo.

A abordagem sobre os concursos como instrumentos de reflexão, tal como proposta pelo LEAP, tem importantes antecedentes, como é o caso do trabalho de Peter Collins,

Architectural Judgement (1971), em que o autor desenvolve reflexões sobre a racionalidade do julgamento arquitetônico, fazendo paralelos (de convergência e de divergência) com o julgamento no campo jurídico. Para isso, se utiliza de alguns concursos internacionais como referência, entre eles o do Toronto City Hall, citado neste trabalho.

Uma importante publicação sobre a história e a crítica dos concursos é *The Experimental Tradition*, organizado por Hélène Lipstadt e publicado em 1989. O livro, patrocinado pela Architectural League of New York, resulta da exposição homônima que teve como objetivo apresentar um panorama dos últimos vinte e cinco anos (1960-1985) dos concursos de arquitetura nos Estados Unidos. Além de textos da organizadora do livro, há contribuições de autores diversos que buscam situar a história recente dos concursos no país em um contexto mais amplo (geográfico e temporal), com destaque para o artigo de Barry Bergdoll, *Competing in the Academy and the Marketplace: European Architectural Competition, 1401-1927*. Não se trata de um livro que exalta o concurso como instrumento preferencial, mas que procura, como ressalta Lipstadt, “capturar os aspectos contraditórios do concurso”. Segundo ela, “o eterno debate sobre o valor e a utilidade dos concursos é também parte da própria tradição desses eventos.” (p. 9)

Em 1988 foi publicado *Architects in Competitions*, de Hilde de Haan e Ids Haagsma. O livro reúne e analisa os concursos internacionais de Arquitetura realizados de 1792 (White House, Washington) a 1970 (Centre Pompidou, Paris). A publicação inclui ensaios de Dennis Sharp (“Architectural competitions: a watershed between old and new”) e Kenneth Frampton (“Le Corbusier at Geneva: the debacle of the Société des Nations”).

Com o mesmo espírito panorâmico e com recorte temporal semelhante, foi publicado em 1994 *Architectural Competitions 1792-Today*, organizado por Cees de Jong e Erik Mattie. São quarenta e sete concursos divididos em dois volumes: (I) 1792-1947 e (II) 1950-Today. O primeiro concurso da lista também é a White House e o último é o concurso para a nova sede do Parlamento (Reichtag) da recém-unificada Alemanha (Berlim, 1993).

Outra contribuição importante, no panorama internacional, que reúne artigos referentes a pesquisas relacionadas ao tema é *The Architectural Competition: Research Inquiries and Experiences* (RONN et al, 2010). A publicação é uma coletânea de artigos apresentados em conferência especializada, realizada em 2008, na KTH School of Architecture and the Built Environment, Royal Institute of Technology, em Estocolmo.

Além dos livros, diversas pesquisas têm sido realizadas e têm resultado em teses e dissertações produzidas em vários países. Desse universo destacamos a Tese de Doutorado defendida em 2016 na Universidade de Lisboa, de autoria de Pedro Guilherme, sob orientação de Altino João Magalhães Rocha, intitulada *O Concurso Internacional de Arquitectura como processo de internacionalização e investigação da Arquitectura de Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura*. O trabalho teve como objetivo estudar o modo como os concursos de arquitetura, em especial os internacionais, contribuíram para a internacionalização da arquitetura portuguesa, com ênfase nas obras desses dois arquitetos.

No Brasil, nas duas últimas décadas, observa-se um importante repertório de pesquisas e publicações sobre concursos, ou que utilizam tais eventos – e os projetos deles resultantes – como fontes de investigação.

A principal referência nesse campo é a Tese de Doutorado concluída em 2001 pela pesquisadora e professora Maria Helena Flynn, sob a orientação de Eduardo Corona, na FAU/USP, intitulada *Concursos de Arquitetura no Brasil: 1850-2000*. Trata-se da mais ampla pesquisa já realizada sobre tais competições no Brasil. A tese apresenta, em quatro volumes, rica e até então inédita catalogação desses eventos, a partir de fontes diversas, com especial destaque para os periódicos e jornais. São registrados cerca de seiscentos concursos, dos quais trezentos e cinquenta concursos públicos e duzentos privados. Dos concursos públicos, quinze são internacionais, cento e oitenta nacionais e o restante se refere a concursos restritos a regiões, estados ou municípios.

O Volume I é dedicado à apresentação geral do tema concursos, tanto no contexto nacional quanto internacional, com destaque para: recomendações dos congressos nacionais e internacionais; regulamentação profissional; regulamentos de concursos no Brasil e legislação (federal e estaduais). Ao final do volume é apresentada uma lista dos concursos realizados entre 1850 e 2000, agrupados por Estado.

O Volume II contém as fichas técnicas dos concursos catalogados. Para cada um, com maior ou menor detalhamento a depender da disponibilidade das fontes, são apresentadas informações sobre: tipo de concurso, promoção, organização, local, prazo, valor das premiações, programa, composição do júri, premiados, além de bibliografia de referência. Uma seleção de ilustrações e informações gerais integra os dois volumes: Volume III (1850 a 1949) e Volume IV (1950-2000).

A autora destaca as revistas de Arquitetura editadas entre 1930 e 1960, como as principais fontes de pesquisa sobre o tema no período. Sobre a política editorial posterior, a autora ressalta:

Para os concursos realizados nestes vinte últimos anos [1980-2000], o material publicado nas revistas minguou substancialmente, pois mudaram infelizmente as políticas editoriais, de culturais para as de mercado. Pelos critérios vigentes que hoje orientam a publicação de matérias nas revistas, é impossível acompanhar o desenrolar de um concurso de arquitetura” (Vol. IV, 1.1).

Outras pesquisas, realizadas nos últimos vinte anos, abordam o tema concursos ou se utilizam de tais eventos como estudos de caso para investigações diversas. São listadas a seguir algumas dessas contribuições.

A pesquisadora Valéria Cássia dos Santos Fialho produziu a dissertação *Concursos de Arquitetura em São Paulo*, concluída em 2002 na FAU/USP, sob orientação de Paulo Bruna. No trabalho são destacados o concurso para o Plano Piloto (1956) e certames para os pavilhões das exposições universais, em especial o concurso para o Pavilhão de Sevilha (1992). No que se refere ao objeto específico da dissertação (a cidade de São Paulo), são

apresentados os principais eventos realizados na cidade na década de 1990, com destaque para o concurso para o MAC-SP. A mesma autora, sob a mesma orientação, concluiu em 2007 a Tese de Doutorado *Arquitetura, texto e imagem: a retórica da representação nos concursos de arquitetura*, trabalho em que discute o papel da representação gráfica no projeto e na difusão de conceitos.

Em 2004 foi defendida a dissertação *O risco do Paraná e os concursos nacionais de arquitetura 1962-1981*, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A autoria é de Paulo Cesar Braga Pacheco, sob orientação do Prof. Carlos Eduardo Comas. O estudo aborda projetos de arquitetos paranaenses realizados entre 1962 e 1981 no contexto de concursos nacionais de arquitetura, com destaque para o surgimento do que denomina o “Grupo do Paraná”.

A contundência das soluções estruturais nos concursos nacionais de anteprojetos de arquitetura: 1958-1969 é o título da Dissertação de Mestrado defendida em 2006 por Alvaro Drummond na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação de Maria Lucia Malard. O trabalho propõe análises sobre a relação entre a estrutura e a forma arquitetônica em projetos premiados em concursos, no período mencionado.

A Dissertação de Mestrado *A representação em projetos de arquitetura: concursos para teatros em Natal e em Quebec* foi defendida em 2009 por Pablo Souza, sob orientação de Sonia Marques, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Do mesmo autor, a Tese de Doutorado intitulada *Cultura da representação de Arquitetura*, concluída em 2014, na UFRN, também sob a mesma orientação. O trabalho retoma as discussões da dissertação, desta vez sobre concursos realizados entre 2008 e 2011 no Brasil.

Pela Universidade Estadual de Campinas foi realizada a dissertação, concluída em 2014, *Habitação Coletiva de Interesse Social e Cidade: análise dos concursos Renova SP (São Paulo, Brasil) e Vallecas 49 (Madri, Espanha)*. O trabalho, de Carolina Pereira, foi orientado por Leandro Medrano e teve como objetivo estudar os parâmetros utilizados nos concursos de habitação social em referência e propor um roteiro para novos concursos relacionados ao tema.

Também em 2014 foi concluída a Tese de Doutorado *Arquitetos paulistas e os concursos nacionais de arquitetura: de 1990 a 2010*, pela Universidade de Brasília, de Nonato Veloso, sob orientação de Sylvia Ficher. O estudo se concentra nos concursos realizados entre 1990 e 2010, tendo como marco referencial o concurso para o Pavilhão de Sevilha da Expo 1992.

Concursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil de 1984 a 2012: a eficiência dos Concursos Públicos Nacionais é o título da Tese de Doutorado, concluída em 2016, pela Universidade de São Paulo, de autoria de Eduardo Suzuki, sob orientação de Bruno Padovano. O trabalho procura, por meio de levantamento dos concursos realizados ao longo de 29 anos, estudar a “eficácia, eficiência e efetividade” desses certames.

Em julho de 2017 foi apresentada a dissertação *Arquitetura Potencial: Nonato Veloso, concursos de projeto*, de Paulo Victor Borges Ribeiro (RIBEIRO, 2017), pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, sob orientação de Sylvia Ficher.

Vale também destacar importantes trabalhos sobre concursos específicos, como é o caso das publicações sobre o Concurso para a Nova Capital, também resultantes de dissertações. Desse universo destacamos: *O Concurso de Brasília*, de Milton Braga (2010), resultante de Dissertação de Mestrado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP; *Projetos para Brasília 1927-1957*, de Jeferson Tavares (2014), que resultou de sua Dissertação de Mestrado, defendida na Escola de Engenharia de São Carlos (2004); *(Im)Possíveis Brasília – os projetos apresentados no concurso do plano piloto da nova capital federal*, de Aline Braga (2011), resultante de sua Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Arte, da Universidade de Campinas.

Além das publicações, teses e dissertações, vale ressaltar iniciativas de catalogação e divulgação de concursos:

O *Catálogo de Concursos de Projetos Arquitetônicos – 2000 a 2016*, resultante de pesquisa realizada na Universidade Estadual de Londrina, coordenada por Eduardo Suzuki, é um desdobramento de sua pesquisa de Doutorado, citada anteriormente. Outra iniciativa no campo da catalogação e difusão dos concursos é o portal e revista eletrônica *concursosdeprojeto.org*, lançado em 2008 com o objetivo de catalogar e divulgar informações relacionadas a concursos de arquitetura no Brasil e no contexto internacional. O projeto editorial é resultante de pesquisa de pós-doutorado realizada na École d'Architecture, Université de Montréal (SOBREIRA, 2009).

Concursos e Gestão Pública

A fim de melhor entender o concurso como objeto de pesquisa, assim como apresentar reflexões sobre as dinâmicas em torno do evento, considera-se importante apresentar um breve panorama sobre o concurso enquanto instrumento público de contratação e sua regulamentação no Brasil e em outros países.

No país não existe uma política pública que seja baseada no concurso como instrumento de promoção da qualidade arquitetônica, apesar da legislação federal (Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993) sugerir que o concurso é a forma preferencial para a contratação de projetos pela administração pública. Constata-se que tal “preferência” não se converte em prática e o concurso de projetos é ainda uma exceção no cotidiano da gestão pública. O número de concursos é reduzido, principalmente se comparamos a outros exemplos no contexto internacional. No Brasil, entre 1857 e 2014 foram realizados cerca de 480 concursos de arquitetura, uma média de aproximadamente três concursos a cada ano (FLYNN, 2001; SOBREIRA e WANDERLEY, 2015). Enquanto na Alemanha, entre 2007 a 2010 foram realizados 667 concursos (cerca de 82 milhões de habitantes, 95.000 arquitetos), no Brasil foram realizados no mesmo período apenas 17 (cerca de 190 milhões de habitantes e o mesmo número de arquitetos: 95.000). Em resumo, a média histórica de concursos realizados aqui é inferior a 10 por ano, enquanto na Alemanha é superior a 160 eventos anuais (SOBREIRA e WANDERLEY, 2015). Na América Latina há países, como a

Colômbia, que têm transformado a qualidade de suas cidades (Medellín e Bogotá, em especial) graças à realização de concursos de arquitetura e outras iniciativas de promoção da qualidade do espaço público.

A escassez dos concursos não é uma limitação dos países do hemisfério sul. No Canadá e nos Estados Unidos, por exemplo, não existe uma legislação nacional que defina o concurso como um procedimento preferencial e obrigatório (COLLYER, 2004; MALMBERG, 2005). Observa-se nesses países até mesmo a ausência de um consenso entre os arquitetos, quando se trata de discutir a preferência e a validade do sistema. Entre 1960 e 2000 foram realizados 150 concursos no Canadá, média inferior a quatro concursos anuais (CHOKO, 2006).

De acordo com Hill (2004), a história dos concursos no Canadá é “marcada por sucessos e insucessos, com diversos exemplos de interferências políticas, interferências dos clientes, pouco interesse público e abandono de projetos”. Mesmo na província do Québec, onde existe uma relativa tradição de concursos em relação ao restante do Canadá, alimentada principalmente por uma política governamental iniciada em 1992, observa-se atualmente incertezas sobre o sistema de concursos na administração pública.

Os países da Europa, no entanto, têm ampla tradição na realização desses eventos. É o caso, por exemplo, da França, onde são realizados cerca de 1200 concursos a cada ano (SERAJI, 2004; MIQCP, 2006^a, 2006b; NACHER, 1995), ou da Suíça, com 200 concursos anuais (FREY e KOLECEC, 1998). Observa-se situação relativamente similar na Espanha e na Alemanha (HOFFMANN-KUHNT, 2015); e de uma forma menos intensa em países como a Suécia, a Noruega, a Dinamarca e a Finlândia (RONN, 2008). Nesses países, guardadas as devidas proporções, o concurso é um sistema de contratação pública de projetos, que é parte de uma política pública baseada na qualidade da arquitetura (SOBREIRA, 2014).

A postura relativamente comum dos países europeus em relação aos concursos foi reforçada em 2004, por meio da Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu, publicada em 31 de março de 2004, que trata da regulamentação da contratação de serviços públicos pelos países membros. O referido instrumento normativo dedica o Título IV aos concursos de projeto e sua regulamentação. O artigo 67 define a obrigatoriedade do concurso a partir de determinado valor de serviço, segundo a natureza da instituição promotora. Para a administração pública central dos países-membros o concurso é obrigatório para a contratação de projetos cujos valores sejam superiores a 162.000 euros. Outros valores são também definidos em função da natureza da instituição ou do objeto a ser contratado.

O que se observa de comum entre o Brasil e os países da América do Norte é a ausência do Estado como definidor de uma política pública baseada no concurso, diferente do que ocorre na Europa (SOBREIRA, 2010; 2013). A regulamentação do Parlamento Europeu é influenciada pela cultura dos países membros com mais tradição na promoção do concurso, com destaque para a França. Foi após a revolução de 1789 que o concurso se

destacou como meio de contratação de projetos pelo Estado (QUINCY, 1801). Atualmente, a partir dos anos 1970, os concursos foram utilizados na França como um dos principais instrumentos de promoção uma política pública relacionada à arquitetura como objeto de interesse público, implementada com mais intensidade a partir dos anos 1980 (CHOTTEAU, 2014).

No caso do Brasil, as primeiras tentativas de regulamentação dos concursos e de difusão do instrumento como forma pública de contratação coincidem com o período de consolidação da profissão do arquiteto e urbanista e dos cursos autônomos de arquitetura e urbanismo (1930 a 1960). As revistas de arquitetura foram instrumentos importantes de difusão e confrontação de ideias nesse contexto, como veremos.

Revistas como espaços de difusão e crítica

As revistas de Arte e Arquitetura podem ser vistas como registros “pré-canônicos”, conforme defende a pesquisadora Nelci Tinem:

“São documentos de época, anteriores à eleição de obras paradigmáticas, ainda não condicionados por uma trama hegemônica e marcados pelas questões específicas nas quais estavam envolvidos os articulistas ou investigadores que ocupavam diferentes territórios geográficos, políticos e culturais. Por isso, oferecem um material rico em informações e alguma reflexão, que embora não muito profunda, apresentava o frescor das observações sem julgamentos prévios”. (2010, p.4)

As vanguardas artísticas e arquitetônicas se utilizaram muito mais dos panfletos e das revistas, por sua facilidade e velocidade, do que dos livros. Estes, muitas vezes, quando registraram as inquietações vanguardistas, já se referiam a tais eventos como história e não como acontecimentos contemporâneos ou potenciais*. Essas publicações, portanto, estão situadas entre o panfleto e o livro, em certo equilíbrio entre a experimentação e a solidez. As novas expressões e a crítica se utilizaram muito mais dos periódicos do que dos livros, por uma questão de temporalidade, de agilidade editorial e da abrangência de difusão. Alguns exemplos, no contexto internacional, são as revistas *De Stijl* (Holanda, 1917-1931); *L'Esprit Nouveau* (1920-1925); *L'Architecture Vivante* (1923-1933); CA (ou SA – *Sovremenniaia arkhitektura*, Rússia, 1926-1930).

Um importante exemplo sobre o papel das revistas para as vanguardas e de como estas antecedem os livros como meios “pré-canônicos”, é a *L'Esprit nouveau*, criada em 1920 por Le Corbusier e Amédée Ozenfant e dirigida por Paul Dermée. O livro *Vers une architecture*, publicado por Le Corbusier em 1923 e considerado um dos mais influentes da história da arquitetura moderna, é a compilação de uma série de artigos publicados na revista. *L'Esprit nouveau* foi o principal veículo de difusão do Purismo, movimento idealizado por Corbusier e Ozenfant, que defendia expressões artísticas representadas por elementos simples, robustos, sem elementos decorativos e vinculados aos universos da tecnologia e da máquina, conceitos presentes nos textos e nas obras de Le Corbusier, em especial na fase inicial de sua produção. De acordo com o primeiro número da revista, publicado em outubro de 1920:

L'ESPRIT NOUVEAU é a primeira revista do mundo dedicada à estética de nosso tempo, em todas suas manifestações. Permitir a compreensão do espírito que anima a época contemporânea; capturar a beleza de nossa época, a originalidade de seu espírito; demonstrar que esta época é tão bela quanto aquelas do passado, em que desejaríamos ter vivido. Mostrar o espírito unitário que anima em suas pesquisas as diferentes elites de nossa sociedade. Apresentar, comentar claramente as obras, as pesquisas, as ideias daqueles que hoje conduzem nossa civilização.

* O termo “potencial” é utilizado a partir da abordagem proposta por CHUPIN *et al* (2002), sobre os concursos de arquitetura como instrumentos reflexivos.

Outra revista que vale destacar na França é a *L'Architecture Vivante*, criada em 1923 e publicada até 1933 (COHEN, 2013). Ao contrário da *L'Esprit Nouveau*, que no campo da Arquitetura se concentrava nas ideias de Le Corbusier, *L'Architecture Vivante* apresentava um rico panorama das ideias de vanguarda em vários países, como a Rússia, a Holanda e a Alemanha, além da França. Já a revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*, fundada em 1930, foi naquele período, segundo Cohen, “uma tribuna aberta aos conservadores esclarecidos – ou simplesmente oportunistas” (2013, p.190).

A principal revista de expressão da vanguarda arquitetônica na Rússia dos anos 1920 foi a CA (ou SA – *Sovremennaia arkhitektura*), que circulou entre 1926 e 1930, editada por Moisei Ginzburg e colaboração de outros arquitetos, como os irmãos Victor, Aleksandr e Leonid Vesnin, com a publicação de diversos concursos. Além dos arquitetos locais, publicava trabalhos (nem sempre materializados) de modernistas de outros países, com destaque para Le Corbusier, JJP Oud, Walter Gropius, Hannes Meyer, entre outros. Em 1927, ao publicar matéria sobre o concurso para a Sociedade das Nações, destacou apenas o projeto de Hannes Meyer, que após o fechamento da Bauhaus, emigraria para a Rússia e depois para o México, no final dos anos 1930.



Figura 3. Capa da *De Stijl* (Delft), n. 1, 1917.

L'ESPRIT NOUVEAU

REVUE INTERNATIONALE D'ESTHÉTIQUE

PARAISANT LE 15 DE CHAQUE MOIS

DIRECTEUR: PAUL DERMÉE

ESTHÉTIQUE EXPÉRIMENTALE
PEINTURE SCULPTURE ARCHITECTURE
LITTÉRATURE MUSIQUE
ESTHÉTIQUE DE L'INGÉNIEUR
LE THÉÂTRE LE MUSIC-HALL LE CINÉMA LE CIRQUE LES SPORTS
LE COSTUME LE LIVRE LE MEUBLE
ESTHÉTIQUE DE LA VIE MODERNE

SOMMAIRE

L'Esprit Nouveau	3
L'esthétique nouvelle et la science de l'art, Victor BASCH.	5
Notes sur l'art de Seurat, BISSIÈRE.	13
Découverte du Lyrisme, Paul DERMÉE.	29
Sur la Plastique, A. OZENFANT et Ch. E. JEANNERET.	33
La Musique coloniale, Henry PRUNIÈRES	49
Les deux routes **.	60
Picasso, André SALMON	61
L'Esthétique du Cinéma, B. TOKINE	84

DANS CE NUMÉRO
50 photogravures et deux reproductions
aux trois couleurs,

Trois rappels à MM. les Architectes, LE CORBUSIER AUGNIER.	9
Le Cirque, art nouveau, Céline ARNAUD.	9
Notes sur les revues 1914-1920, G. de LACAZE-DUTHIERS	9
Calligrammes (<i>Apollinaire</i>), LOUIS ARAGON	11
Les Expositions (Picabia), G. RIBEMONT-DESSAIGNES	11
La littérature de langue espagnole d'aujourd'hui, Vicente HUIDOBRO	11
La nouvelle poésie allemande, Ivan GOLI	11
Echos de l'Hôtel Drouot etc...	11

Voir tous les avantages et les
primes réservés aux Abonnés.

PRIX NET: 6 francs français
POUR TOUTS PAYS

ÉDITIONS DE L'ESPRIT NOUVEAU
SOCIÉTÉ ANONYME AU CAPITAL DE 100.000 FRANCS
12, QUAI DE CORNEILLE

Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 4. Capa da *L'Esprit Nouveau*, n. 1, 1920.
Criada por Le Corbusier e Amédée Ozenfant e dirigida por Paul Dermée.

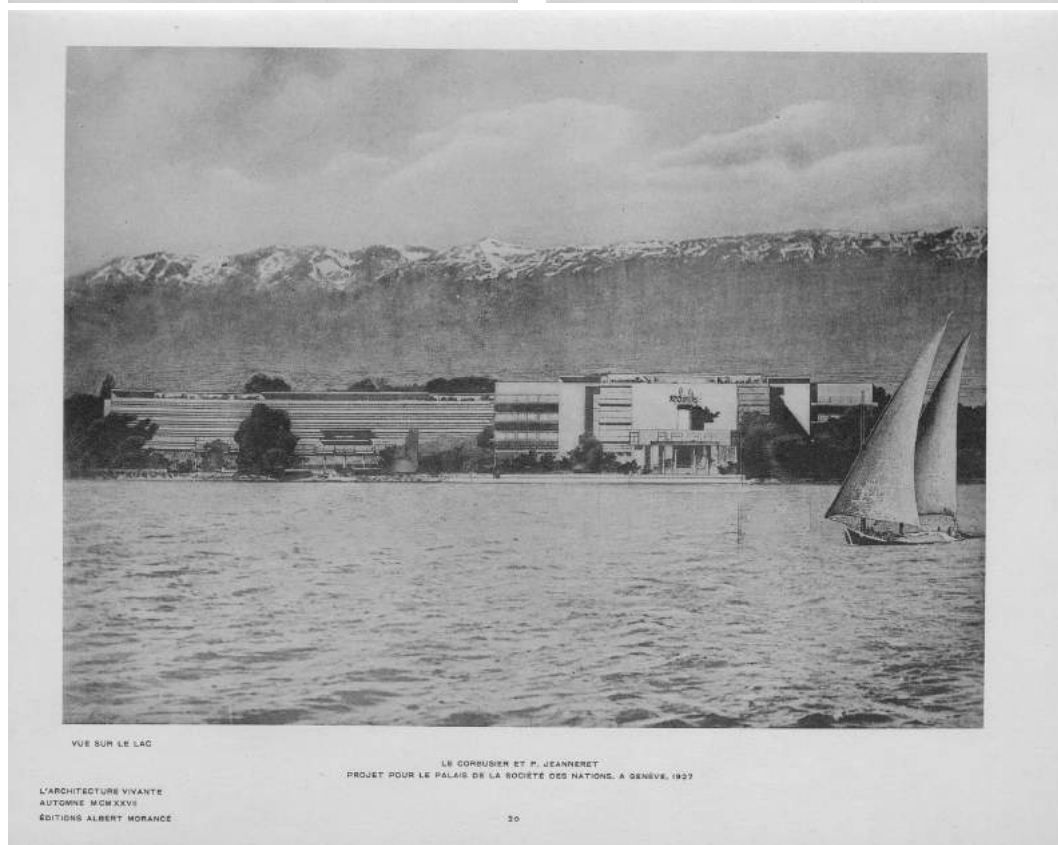
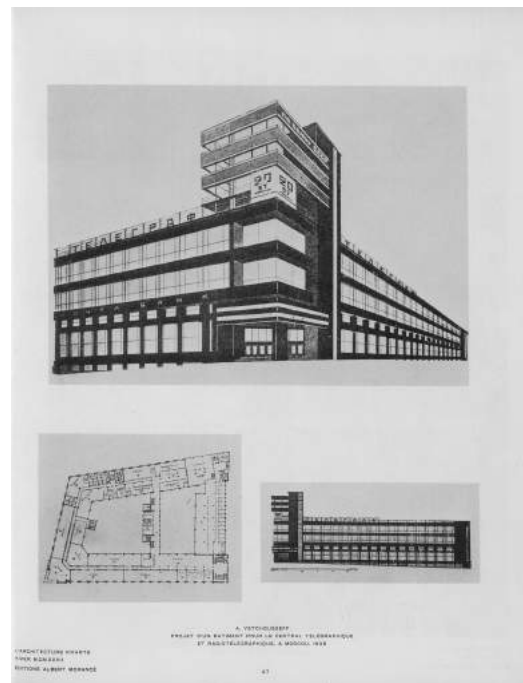


Figura 5. *L'Architecture Vivante*. Outono/Inverno, 1927. Acima, à esquerda: capa. Acima, à direita: projeto de A. Vstchousseff para uma Central de Telégrafos na Rússia (1925). Abaixo: projeto de Le Corbusier e P. Jeanneret para o concurso da Sociedade das Nações (1927), vista do lago, Genebra, Suíça.

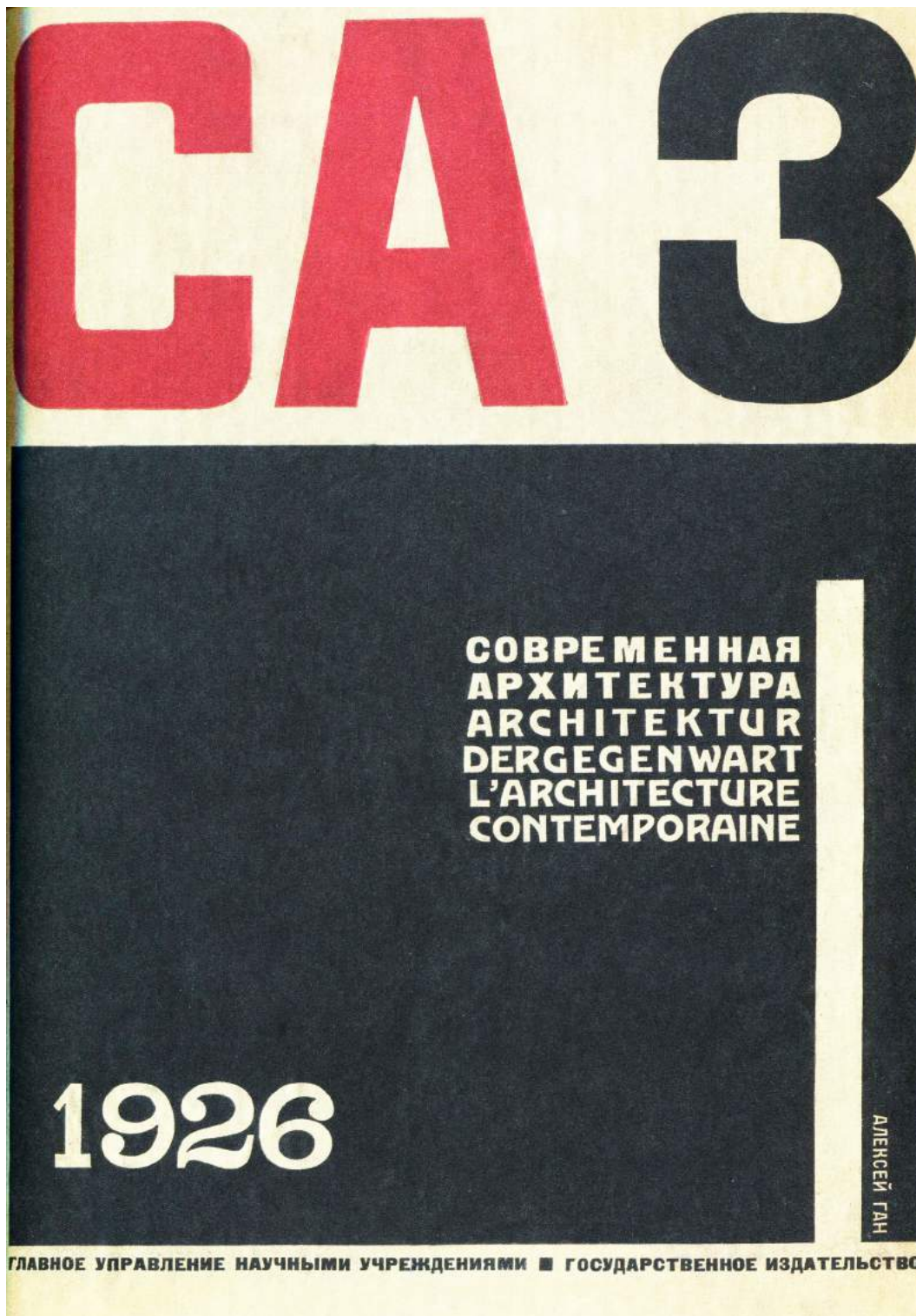


Figura 6. Capa da *CA* (*SA – Sovremennaja arkhitektura – Arquitetura Contemporânea*), Rússia, n. 3, 1926. Fonte: tehne.com

As revistas de arquitetura, portanto, são consideradas como importantes registros para a historiografia da disciplina e da profissão, por traduzirem visões particulares e quase imediatas dos acontecimentos e opiniões em determinado espaço e tempo e, por isso, importantes fontes de pesquisa (MIRANDA, 1998; CAPPELLO, 2005; DEDECCA, 2009; AMORA, 2016; PORTUGAL e SIOLARI, 2016). As revistas, como sugerem Cappello e Campello:

“...funcionam como um termômetro de uma época, medindo o calor dos debates em curso. Quando publicadas simultaneamente são capazes de forjar um campo de força, de colocar em luta diferentes opiniões. Opiniões ainda em formação que lutam para se tornar hegemônicas.” (2016, s.p.).

Os movimentos de vanguarda no Brasil, que tiveram como um dos marcos inaugurais a Semana de 22, em São Paulo, foram fortemente influenciados pelas migrações e pelas publicações da vanguarda europeia. Merece especial destaque a revista *L'Esprit Nouveau*, cujas publicações eram acompanhadas por Mario de Andrade, Jayme da Silva Telles e Rubens Borba de Moraes.

A partir de São Paulo, e em alguns casos em conexão direta com os principais centros europeus, o espírito de vanguarda se espalhou por diversas cidades do país, com especial ênfase nas artes plásticas e na literatura. Conforme relata Miguel Pereira (1997), naquele período, no Brasil, diversas revistas e manifestos eram publicados, o que revela a disseminação do pensamento de vanguarda em vários centros: *Klaxon* (São Paulo, 1922), *Estética* (Rio de Janeiro, 1924); *A Revista* (Belo Horizonte, 1925); *Arco e Flexa* (Bahia, 1928), *Maracajá* (Fortaleza, 1929), *Madrugada* (Porto Alegre, 1929), *Revista de Antropofagia* (1928) e *Manifesto Regionalista* (Recife, 1926).

No campo da Arquitetura, na década de 1920 e início da década de 1930, os principais veículos de manifestação da crítica e das vanguardas eram os jornais diários. A revista *Arquitetura no Brasil* (1921-1926) era o principal periódico especializado no período e tinha como enfoque a expressão “acadêmica”, o ecletismo e o neocolonial (PORTUGAL e SIOLARI, 2016). Ainda não havia revista dedicada prioritariamente ao “moderno”, papel que seria exercido pela *Revista Municipal de Engenharia* (PDF), a partir de 1932, sob a coordenação de Carmen Portinho, como veremos a seguir.

É importante ressaltar que as revistas de Arquitetura no Brasil, em especial no período de consolidação da profissão, não devem ser vistas como veículos neutros ou imparciais. É da natureza de tais veículos a tomada de posição, que em alguns casos era implícita, por meio das omissões ou escolhas editoriais ou era enfática, no caso dos artigos críticos. Uma dessas revistas, a *Acrópole*, criada em 1938 em São Paulo, na edição em que celebrava os 25 anos de edição (n. 295, jun. 1963), dedicou três páginas a uma síntese das revistas de Arquitetura publicadas no Brasil até então.

De acordo com o levantamento, a *Acrópole* era, naquele momento, a mais antiga em circulação. Das 24 revistas citadas, apenas seis ainda estavam em circulação naquele momento. Curiosamente, a *Revista Municipal de Engenharia (PDF)*, criada em 1932 no Rio de Janeiro, não foi citada na lista.

A seguir, é apresentada breve descrição das cinco revistas brasileiras consideradas nesta pesquisa*: *Revista Municipal de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal (PDF)*; *Acrópole*; *Habitat*; *Módulo* e *Arquitetura e Engenharia*.

* De acordo com Flynn (2001), outras revistas (não consideradas nesta pesquisa, tanto pela limitação do escopo deste trabalho quanto pela dificuldade de acesso aos periódicos) também publicaram artigos sobre concursos no período estudado (1935-1971): *Arquitetura e Urbanismo*; *Architectura e Construções*; *Revista de Arquitetura*; *Revista de Engenharia Mackenzie*; *Revista Polytechnica*, *Espaço*, *Brasil Arquitetura Contemporânea*; *AD Arquitetura e Decoração*, entre outras.

Damos abaixo uma visão de tôdas as revistas de arquitetura até agora editadas no Brasil. Os clichês mostram, na maior parte, o 1.º número de cada publicação; onde impossível consegui-lo, um dos primeiros. Após o nome, consta a cidade onde foram ou são editadas, data do início e do fim de circulação; nas revistas que continuam em curso, um traço. Segue, entre parêntesis, o número de edições até a fim de publicação, ou os números vindos a lume até junho, 1963. Finalizando os dados, o nome do proprietário (P), os diretores (D) na época de fundação, e o formato.



Arquitetura no Brasil
Rio de Janeiro
Outubro, 1921 - 1926 (29)
P: M. Moura Brasil do Amaral
31 x 23 cm

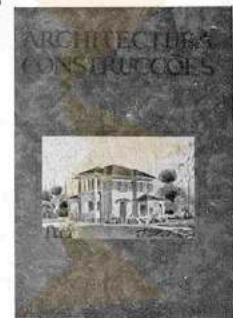


A Construção em São Paulo
São Paulo
Dezembro, 1923 - 1926 (20)
P: Barros, Ekman & Cia. Ltda.
32 x 23 cm (circula em S. P., desde Fevereiro, 1948, uma publicação semanal com o mesmo nome)

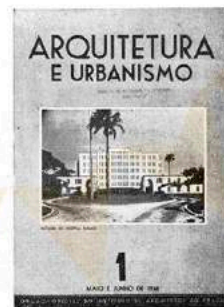
A Casa
Rio de Janeiro
Dezembro, 1923 - 1949 (304)
P: Arq. Ricardo Wriedt
27 x 19 cm



Arquitetura e Construções
São Paulo
Agosto, 1929 - 1932 (30)
P: Eng. Julio Copua (Instituto Paulista de Arquitetos); D: Arqs. Christiano das Neves, Dacio A. de Moraes, Engs. Antonio Ippolito e Arthur Molta
31 x 23 cm



Revista de Arquitetura
Rio de Janeiro
Maio, 1934 - 1944 (64)
P: Diretório da Escola Nacional de Belas Artes; D: Levi Autran e Paulo Mota
26 x 19 cm



Arquitetura e Urbanismo
Rio de Janeiro
Maio, 1936 — Dez., 1940 (30)
P: Instituto de Arquitetos do Brasil; D: Cipriano Lemos
30 x 22 cm

Urbanismo e Viação
Rio de Janeiro
1938 - 1943 (26)
P: Enqs. F. Baptista de Oliveira, Armando C. Silva e Edmundo Lys
27 x 19 cm



Acropole
São Paulo
Maio, 1938 - (294)
P: Roberto Corrêa de Brito (1938-1952); Max e Manfredo Gruenwald 1953-; D: Arqs. Alfredo E. Becker, Cyro R. Pereira, Eduardo Kneese de Mello e Walter S. Kneese
30 x 22 cm

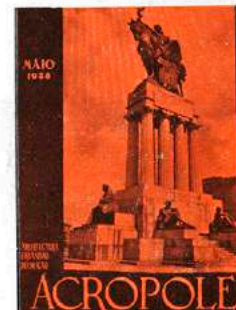
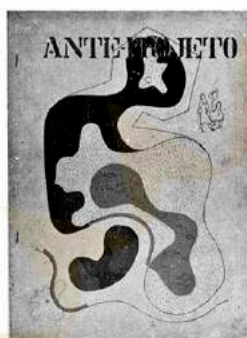


Figura 7. Revistas de Arquitetura publicadas no Brasil até 1963 (Parte 1)
Acrópole, n. 295, jun. 1963.



Ante-Projeto
Rio de Janeiro
1945 - 1959 (4)
P: Diretório Acadêmico de Arq. da Faculdade Nac. de Arq.; D: Edgar Graeff, Marcos Jaimovich e Norberto Rizzo
32 x 24 cm

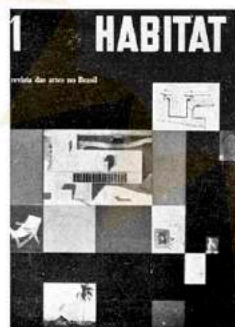


Arquitetura e Engenharia
Belo Horizonte
Maio, 1946 - (65)
P: Geraldo G. Castro
31 x 23 cm

Arquitetura
Belo Horizonte
1947 - 1951 (12)
P: Diretório Acadêmico da Escola de Arq. da U.M.C.; D: João K. de Figueiredo, Helcio S. Tito, Claudio C. P. da Silva e Jefferson Ladi
27 x 18 cm



Pilafis
São Paulo
1949 - 1949 (3)
P: D: Carlos Millon, Jorge Wilhelm, Paola Tagliacozzo, Roberto C. Franco, Salvador Candia e Sidney da Fonseca
32 x 23 cm



Habitat
São Paulo
Outubro, 1950 - (70)
P: Habitat Editora Ltda.; D: Arq. Lina Bo Bardi
32 x 23 cm



Brasil Arquitetura Contemporânea
Rio de Janeiro
Agosto, 1953 - 1958 (13)
P: Edições Contemporâneas Ltda.; D: Joaquim de A. tos e Mario Barato
30 x 23 cm

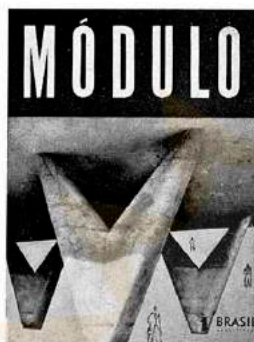
AD
São Paulo
Agosto, 1953 - Março, 1958 (27)
P: Expedito G. Castro; D: Arq. Eduardo Corona
30 x 22 cm



Forma
Rio de Janeiro
Junho, 1954 - Abril, 1955 (5)
P: Luiza E. Massena
28 x 23 cm



Figura 8. Revistas de Arquitetura publicadas no Brasil até 1963 (Parte 2)
Acrópole, n. 295, jun. 1963.



Módulo
Rio de Janeiro
Março, 1955 - (32)
P: Editora Módulo Ltda.;
D: Joaquim Cardozo, Oscar Niemeyer, Rodrigo M. F. Franco, Rubem Braga e Zenon Lotufo
34 x 26 cm (mudou em 1959 para 30 x 23)



Brasília
Rio de Janeiro
Janeiro, 1957 - Abril, 1961 (52)
P: Cia. Urbanizadora da Nova Capital
28 x 22 cm

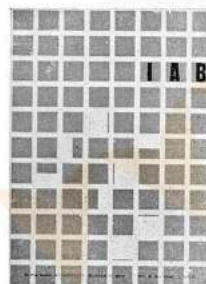
IAB
Rio de Janeiro
Janeiro, 1958 - Julho, 1959 (19)
P: Instituto de Arq. do Brasil, Dept. do Rio de Janeiro; D: J. R. Godoy Quintão
28 x 21 cm



Bem Estar
São Paulo
Fevereiro, 1958 - 1960 (4)
P: Gustavo N. da Rocha F.;
D: Brenno C. Nogueira
29 x 22 cm



Arquitetura Mackenzie
1958 - 1958 (2)
P: Diretório Acadêmico da Fac. de Arq. Mackenzie;
D: Geraldo C. Hungria, Décio F. de Almeida, Claus Bergner e Maurício N. Lima
32 x 24 cm



IAB
São Paulo
Julho, 1959 - Junho, 1961 (76)
P: Instituto de Arq. do Brasil, Dept. de São Paulo; D: Arq. Brenno C. Nogueira
28 x 20 cm (publicada anteriormente — desde Janeiro, 1954 — como suplemento da Revista Acrópole)
28 x 20 cm

Espaço
Pôrto Alegre
1959 - (3)
P: Faculdade de Arq. e Urbanismo da U.R.G.S.; D: Arq. Edgar Graeff e Nelson Souza
30 x 22 cm



Guanabara
Rio de Janeiro
Maio, 1961 - (12)
P: Instituto de Arq. do Brasil, Dept. da Guanabara; D: Arqs. Maurício Roberto, Maurício S. N. Batista, Alfredo L. Brito, Carlos Ishikawa e Carlos E. Hirne
30 x 24 cm (passou a denominar-se "Arquitetura" em Dezembro, 1962; tornou-se órgão do IAB nacional em Junho, 1963)



Figura 9. Revistas de Arquitetura publicadas no Brasil até 1963 (Parte 3)
Acrópole, n. 295, jun. 1963.

Revista Municipal de Engenharia – Prefeitura do Distrito Federal (1932-1993)

O primeiro número da *Revista Municipal de Engenharia* da Prefeitura do Distrito Federal (a partir daqui referenciada como *PDF*), editada no Rio de Janeiro, foi lançado em julho de 1932, com periodicidade bimestral, até 1942. A equipe editorial original era composta pelos engenheiros Carmen Portinho, Everardo Backheuser e Manoel Santos Dias. O seu período que mais interessa esta pesquisa vai de 1932 a 1937, com a presença fundamental de Carmen, inicialmente como secretária (1932-1934) e posteriormente como redatora chefe (1934-1937), período em que foram publicados importantes registros relacionados à arquitetura e ao urbanismo de vanguarda. Segundo Segawa (1998, p. 81), a revista foi o “primeiro periódico de divulgação da arquitetura moderna no Brasil (jamais publicou projetos academicistas) e pioneira no trato de assuntos urbanísticos”.

Nesse período foram publicados importantes artigos e projetos da jovem geração responsável pela gênese da produção moderna do Rio de Janeiro e de outras partes do país. Em 1932, ano de fundação da revista, os principais colaboradores (e autores publicados) eram jovens profissionais: Ernani Vasconcellos (20 anos); Adhemar Marinho (23 anos); Affonso Eduardo Reidy (23 anos); Alvaro Vital Brasil (23 anos); Luiz Nunes (23 anos); Jorge Machado Moreira (28 anos); Oscar Niemeyer (25 anos); Carmen Portinho (29 anos); Lucio Costa (30 anos). Outros mais experientes integravam a lista, como Gregori Warchavchik (36 anos) e José Estelita (42 anos).

A *PDF* foi o principal veículo de difusão da arquitetura e do urbanismo alinhados ao “espírito modernista” nos anos 1930 (em especial do grupo de arquitetos em torno de Carmen Portinho, Affonso Reidy e Lucio Costa) e, por essa razão, publicou nessa fase inicial alguns projetos de concursos de Arquitetura, abordados nesta pesquisa. A esse respeito, vale destacar que não publicava necessariamente o resultado dos concursos, nem artigos em defesa do procedimento. O objetivo era a difusão de projetos alinhados com a linguagem de vanguarda defendida pelo grupo editorial liderado por Carmen Portinho, que em muitos casos não correspondiam aos projetos vencedores.

Os casos mais emblemáticos são o Ministério de Educação e Saúde (n. 18, set. 1935), Monlevade (n.3, v.3, maio 1936; n. 4. vol. 3, set.1936) e Sede da ABI (n. 4. vol. 3, set. 1936), em que foram destacados não os vencedores, mas os projetos dos colaboradores mais próximos, como veremos mais adiante. A revista, portanto, não foi um veículo imparcial. Pelo contrário, a opção editorial da revista deixava claras as tomadas de posição dos profissionais e suas posturas projetuais.

Além dos concursos mencionados, foram publicados textos e projetos (alguns dos quais se tornariam registros canônicos), materializados ou não, dessa jovem geração, dentre os quais destacamos: projetos de apartamentos econômicos da breve parceria entre Lucio Costa e Warchavchik (n. 01, jul/set, 1932); projetos e textos de Luiz Nunes e sua atuação à frente da Diretoria de Arquitetura e Urbanismo, em Recife (n.14, jan. 1935; n. 1, vol. 3, jan. 1936); plano piloto para a nova capital, de Carmen Portinho (n. 2-3, v. 6, mar-maio 1939);

clube esportivo, residências e Obra do Berço, de Oscar Niemeyer (n. 14, 1935; n. 19, 1935; n. 2, v. 4, 1937); Universidade do Brasil (equipe coordenada por Lucio Costa, com a participação de Reidy, Niemeyer e outros colaboradores (n. 2, v. 4, 1937), entre outros projetos.

A partir da edição de janeiro de 1938 (n. 1, vol. 5), com a ausência de Carmen Portinho e Affonso Reidy na equipe editorial, nota-se também a perda de interesse pelo tema Arquitetura nas páginas da revista, que se concentra nas questões de Engenharia e infraestrutura urbana. A mudança na revista coincide com o início da ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas (1937-1945).

REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA

ANNO 1

NUMERO 1

Julho 1932

DAPREFEITURA
DO DISTRICTO
FEDERAL

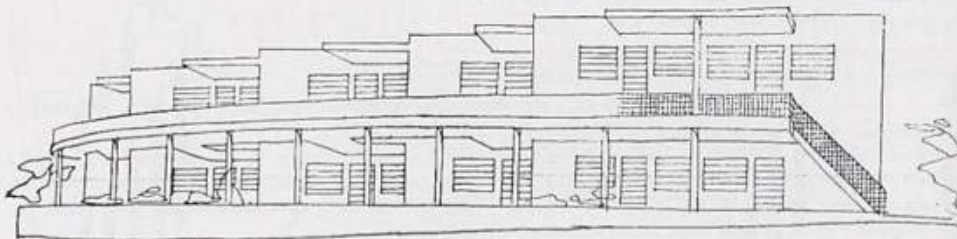


Figura 10. Capa da *Revista da Directoria de Engenharia*. Prefeitura do Distrito Federal (revista PDF), Rio de Janeiro, n. 1, Julho de 1932.

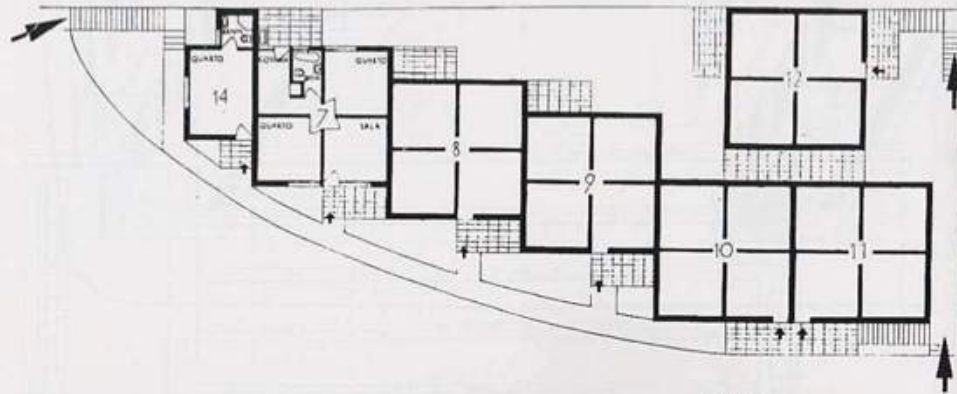
APARTAMENTOS ECONOMICOS GAMBÔA



Perspectiva



Vista Interia



Planta

Série de 14 apartamentos economicos para operarios

Rua Barão da Gambôa, esquina de Cardozo Marinho

Propriedade do Dr. Fabio Carneiro de Mendonça

Architectos: WARCHAVCHIK-LUCIO COSTA

Figura 11 . Projeto “Apartamentos Econômicos Gambôa”, resultante da parceria entre Lucio Costa e Gregori Warchavchik. *PDF*, n. 1, jul. 1932.

Acrópole (1938-1971)

A revista *Acrópole*, de São Paulo, nasceu e morreu em momentos ditatoriais. Sua primeira edição foi publicada em 1938 (um ano após o golpe que instituiu o Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas) e sua última edição (390/391), em dezembro de 1971 (período de intensificação da repressão da Ditadura Militar iniciada em 1964 e encerrada apenas com as eleições diretas de 1989 para Presidente da República). Ao longo dos seus 33 anos, a *Acrópole* vivenciou pelo menos dois ciclos editoriais: o primeiro, de 1938 a 1952, sob a direção de Roberto A. Corrêa de Brito e o segundo, de 1953 a 1971, sob a direção de Max M. Gruenwald. O primeiro período expressa a diversidade de produção e de linguagens que caracterizavam a arquitetura brasileira, em particular a paulista, naquele período. Não havia uma opção ideológica ou estilística, havia espaço para as mais diversas expressões, em especial aquelas mais vinculadas à produção autoral dominante no período. Um claro exemplo de tal diversidade é a primeira edição, que homenageia em sua abertura o arquiteto Ramos de Azevedo, autor de importantes obras de expressão eclética em São Paulo, como o Teatro Municipal, o Mercado Municipal e a Pinacoteca. A capa, que traz um dos templos da Acrópole grega, seria – como sugere o editorial da revista – uma homenagem a “um dos vultos mais destacados da engenharia nacional. Ramos de Azevedo, símbolo de nossa capacidade criadora”. Na mesma edição, nas últimas páginas, é publicada a obra recém-inaugurada do Edifício Esther, um dos marcos do modernismo, de autoria dos arquitetos Álvaro Vital Brazil e Adhemar Marinho, que teria resultado de concurso por convite. Ao longo dessa mesma edição observa-se a publicação de várias residências, em estilos diversos, como os projetos de Henrique Mindlin (residência Haberkamp, com traços modernos) e de Eduardo Kneese de Mello (residência Jean Lecoq, de sua fase neocolonial). Conforme argumenta Segawa:

“A Acrópole era uma revista comercial, que sobrevivia de publicidade; não foi uma revista de vanguarda; não foi uma revista de tendência (entendida como aquela que se circunscreve editorialmente a um conjunto de valores afins, compartilhados por um grupo fechado); não foi uma revista de ideologias ou convicções claras. Aqui deparamos com mais um paradoxo: ela não foi nada disso, mas também pode ter sido tudo isso.” (2014, s.p.)

A partir do início da década de 1950 percebe-se clara mudança editorial, tanto no projeto gráfico quanto na seleção dos projetos publicados e nos textos dos editoriais, quando Max M. Gruenwald e seu filho, Manfredo Gruenwald, assumem a propriedade e a direção da revista, processo que se consolidará definitivamente a partir de 1953 (SERAPIÃO, 2006). A presença dos temas relacionados à profissão era evidenciada pelo Boletim do IAB (publicado na *Acrópole* de 1954 a 1959), editado inicialmente por Jorge Wilhelm e Luís Roberto de Carvalho Franco.

O perfil mais técnico e comercial e menos artístico (quando comparado a outras revistas, como a *Habitat*, como veremos) é reforçado pelas publicações e boletins relacionados à Engenharia e à construção civil. Segundo Serapião (2006):

“A ascensão da arquitetura moderna era inevitável, assim como o desaparecimento, pelo menos nas páginas de uma revista especializada, da arquitetura de inclinação eclética e neocolonial. Outra mudança é em relação à profissão: ficam para trás os engenheiros arquitetos, público-alvo da fase anterior, e a revista passa a ter como leitores os jovens arquitetos, cujas primeiras turmas se formam no início da década de 1950.” (SERAPIÃO, 2006, s.p.)

É no segundo período da *Acrópole* que os concursos terão maior presença nas páginas da revista, com enfoque especial na produção dos escritórios de São Paulo (SOBREIRA e RIBEIRO, 2016; FICHER, SOBREIRA e LEDES, 2017). Entre 1950 e 1965 foram registradas cerca de sessenta publicações (entre textos e projetos) relacionadas a concursos. Por outro lado, entre 1938 e 1949, foram registradas apenas duas publicações relacionadas diretamente ao tema, das quais apenas uma com publicação de projetos premiados e textos analíticos.

Percebe-se que o volume de publicações de concursos na revista está diretamente relacionado à consolidação das escolas de Arquitetura, ao fortalecimento da profissão e à presença do Instituto de Arquitetos do Brasil em São Paulo, como determinante para a definição do perfil editorial da revista no segundo período.

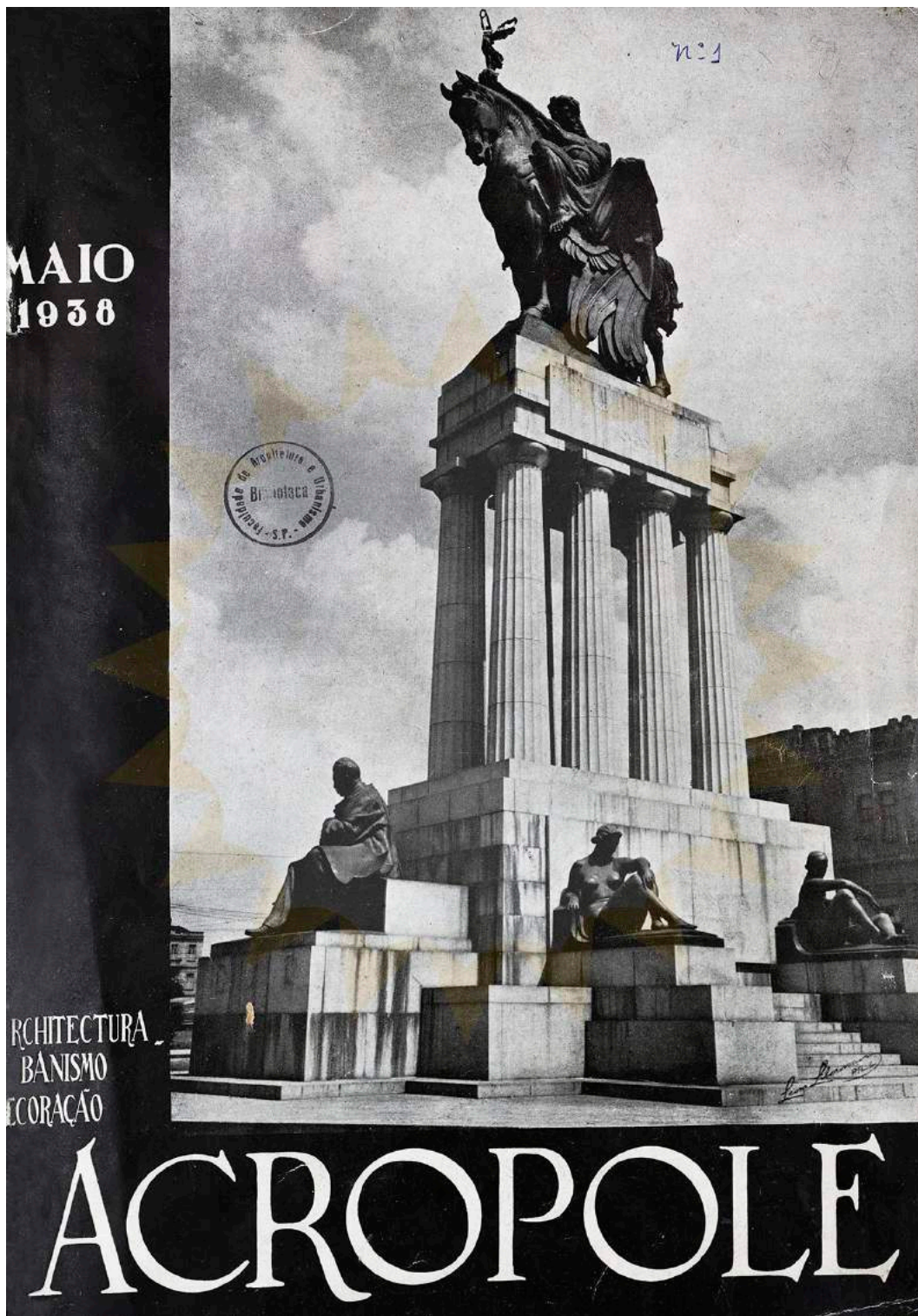


Figura 12. Capa da *Acrópole*, n. 1, mai. 1938.



Figura 13 . Capas da *Acropole*, entre 1950 e 1965, dedicadas (direta ou indiretamente) a concursos. De cima para baixo (esquerda para direita): 179-1953 (Paço Municipal de São Paulo – projeto que substituiu concurso anulado); 230-1957 (Paço Municipal de Campinas); 232-1958 (Assembleia Legislativa de Santa Catarina); 253-1959 (Iate Clube de Londrina); 260-1960 (Sociedade Harmonia de Tênis); 273-1961 (Assembleia Legislativa de São Paulo); 281-1962 (Sede da Peugeot); 288-1962 (Jóquei Clube de São Paulo); 294-1963 (Clube XV); 298-1963 (Assembleia de Minas Gerais); 300-1963 (Clube da Orla); 302-1964 (Monumento à Fundação de Goiânia); 321-1965 (Quartel General). Fonte das imagens: <http://www.acropole.fau.usp.br/>

Habitat (1950-1965)

A *Habitat – Arquitetura e Artes no Brasil*, de São Paulo, foi fundada em 1950, no contexto de criação do Museu de Arte de São Paulo (MASP) e foi interrompida em 1965, em consequência do golpe militar de 1964. Com periodicidade irregular, teve na sua coordenação editorial Lina Bo e Pietro Bardi (fundadores, à frente da revista até 1954), Flávio Motta, Abelardo de Souza e, finalmente, Geraldo Ferraz (editor de 1954 até o último número), entre outros colaboradores.

A revista é conhecida pelo posicionamento crítico sobre os eventos culturais e políticos da época, que traduziam a diferenciação, a afirmação no campo e formação cultural de seus editores. A abordagem, para além do universo da Arquitetura e do Urbanismo, incluiu discussões sobre artes plásticas, teatro, música, cinema, entre outras expressões culturais (MIRANDA, 1998; STUCHI, 2007; CAPELLO e MERLI, 2011;). Conforme Stuchi (2007, p. 1): “Habitat é uma revista de cultura em que arte, arquitetura, design, cinema, teatro, bailado e fotografia aparecem inseridos no universo de ação cultural no momento em que São Paulo consolidava-se como metrópole.”

No que se refere à Arquitetura, a *Habitat* “não institucionaliza nem estilos nem tendências, sejam modernas, sejam do passado” (MIRANDA, 1998). Percebe-se na revista um interesse pela discussão da Arquitetura, enquanto disciplina que dialoga com diversas outras, em constante transformação:

Passado o período de resistência da arquitetura moderna, consolidadas as posições, vê-se hoje que a tendência é sempre cada vez seguir o homem na sua lei imutável de transformação, seguindo com a mais absoluta liberdade, afastando-se (...) não só das formas finitas e estilísticas (...) como também dos perigos que decorreriam do apego à terra e à natureza como fato simplesmente romântico e exterior (Editorial: Para onde vai a Arquitetura? *Habitat*, São Paulo, n. 14, jan/fev. 1954, citado por MIRANDA, 1998, s.p.)

O período editorial sob o comando de Lina Bo Bardi foi marcado pelo intenso debate e pela valorização da crítica na Arquitetura. O artigo de Max Bill (“O Arquiteto, Arquitetura e a Sociedade”, *Habitat*, n. 14, 1954), amplamente citado e discutido pela historiografia da Arquitetura Brasileira, será o ápice dessa fase editorial. Nesse episódio, Lina Bo Bardi ressalta:

A crítica fica, deve ser registrada, porque somente através da avaliação crítica é que será possível melhorar a arquitetura brasileira, e evitar que ingresse, fatalmente, numa rotina acadêmica. (Lina Bo Bardi, 1954, apresentação do artigo de Max Bill, citada por MIRANDA, 1998).

Sob a coordenação editorial de Geraldo Ferraz, a partir de 1954 são publicados registros sobre a historiografia da arquitetura brasileira, com especial enfoque na produção moderna, na série “Individualidades na história da atual arquitetura no Brasil”, dedicada a

arquitetos como Warchavchik, Reidy, Rino Levi, M. M. M. Roberto, Lúcio Costa e Burle Marx. É nesse período que são publicados os primeiros registros relacionados ao tema “concursos”: no período – 1950 a 1965 – foram registradas cerca de 13 publicações de projetos e textos relacionados ao tema. Apesar do número consideravelmente inferior de páginas dedicadas ao tema na *Habitat*, quando comparado à *Acrópole*, as publicações se destacam pela ampla abordagem e pela crítica, como veremos adiante.

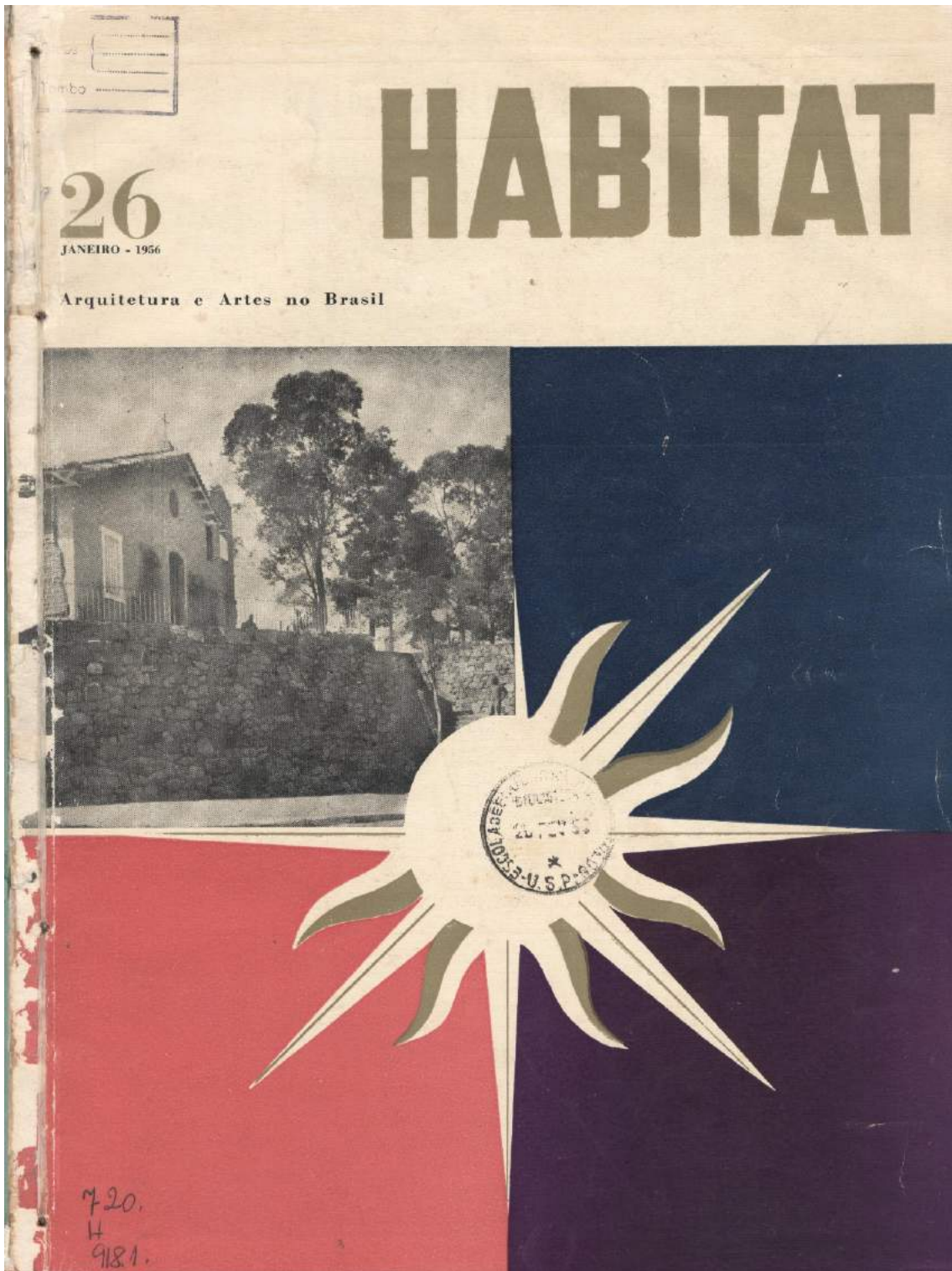


Figura 14. Capa da *Habitat*, n. 26, jan. 1956.

Módulo (1955-1965; 1975-1989)

A revista *Módulo*, do Rio de Janeiro, de propriedade de Oscar Niemeyer e idealizada para a difusão de sua própria obra, se apresenta também como revista de Arquitetura e Artes Plásticas, definindo seu caráter multidisciplinar, de encontro de diversas manifestações artísticas e culturais. A composição de seu conselho editorial e da direção indicam o viés humanista, artístico e cultural que irá marcar a revista, para além da autocelebração editorial. Além de Niemeyer, contou com a colaboração de Joaquim Cardozo, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Rubem Braga, Zenon Lotufo, Carlos Leão, Hélio Uchôa, José de Souza Reis, entre outros.

Trata-se, fundamentalmente, de revista criada por Niemeyer para a difusão de suas obras e ideias e, de forma complementar, expôs a produção e a reflexão de seus colaboradores, além de artistas e intelectuais com os quais compartilhava sua visão nas Artes e na Arquitetura. Apesar da Arquitetura, na revista, girar em torno da produção de Niemeyer, observa-se que no campo das artes plásticas a *Módulo* apresenta desde o início um caráter nacional, bem mais abrangente, que buscava evidenciar a diversidade cultural do país, em especial devido às contribuições do pernambucano Joaquim Cardozo. Outra característica da revista, dada a evidente motivação de afirmação do capital simbólico de seu criador, às vésperas de ser anunciada oficialmente a encomenda dos edifícios públicos de Brasília – mas certamente já ciente de tal missão (SOBREIRA e RIBEIRO, 2016), é o interesse em tornar a publicação acessível à crítica internacional, como se observa pelas edições com tradução de parte dos textos em inglês, francês, italiano, alemão e espanhol. A revista teve periodicidade irregular, que variou entre trimestral, quadrimestral e semestral. O tema “concursos” na revista foi eventual e abordado conforme o interesse editorial no projeto ou evento em questão. Destacam-se, nesse sentido, as publicações dos concursos para a Sede do Senado Federal (1956); o Plano Piloto para a Nova Capital (1956); o Clube Atlético Paulistano (1962); a Assembleia Legislativa de São Paulo (1962); a Sede da Peugeot (1962), entre outros.

A revista *Módulo* foi fundada em 1955, mesmo ano em que Juscelino Kubitschek assumiu o cargo de Presidente da República e foi interrompida em 1965, em consequência do Golpe Militar de 1964 (FICHER e MACEDO, 2014). Em 1975 a publicação foi retomada e continuou em circulação até 1989, quando foi definitivamente encerrada.

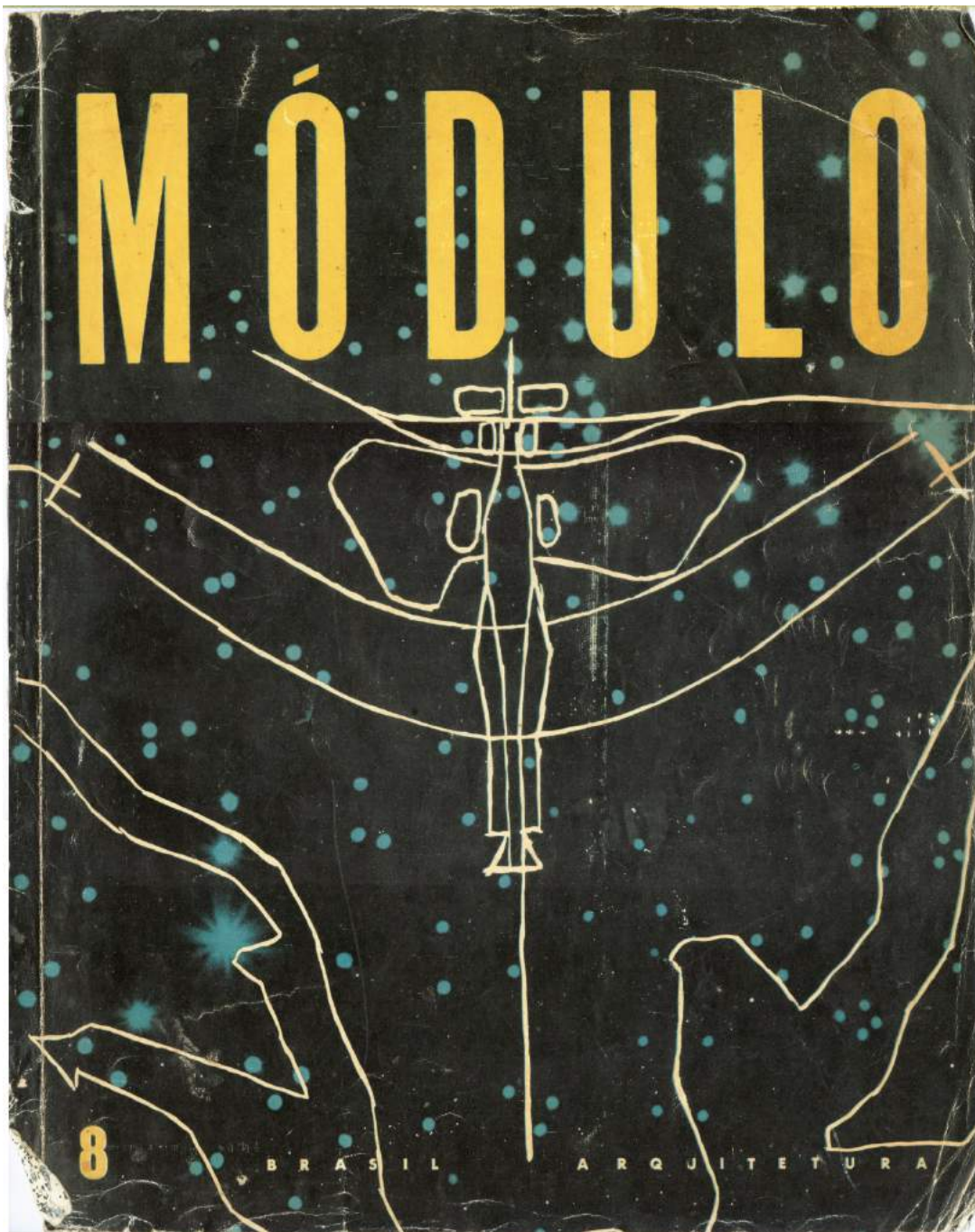


Figura 15. Capa da *Módulo*, n. 8, jul. 1957. Edição especial dedicada a Brasília.

Arquitetura e Engenharia (1949-1965)

A revista *Arquitetura e Engenharia*, de Belo Horizonte, foi editada pelo Departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil, entre 1949 e 1965, sob a direção de Geraldo Godoy Castro. Seu principal articulista e responsável por grande parte dos editoriais foi o arquiteto Eduardo Mendes Guimarães Junior de 1952 a 1959. Também participavam do seu Conselho Diretor os arquitetos Sylvio de Vasconcellos, Raphael Hardy Filho, Shakespeare Gomes, entre outros. É importante destacar que integravam o conselho técnico da revista arquitetos do Rio de Janeiro e São Paulo, o que revela o papel de articulação profissional e política, almejado pela revista, para além da capital mineira. Do Rio de Janeiro participavam Afonso Eduardo Reidy, Alvaro Vital Brazil e Mauricio Roberto; por São Paulo, Rino Levi, Plínio Croce e Eduardo Kneese de Mello.

No que se refere aos concursos (apesar de não ter o volume de publicações da *Acrópole* no que se refere a esse tema), por se tratar de revista vinculada ao IAB, houve importantes registros, dentre os quais se destacam: editorial de Eduardo Mendes em defesa do concurso público (1952); normas do IAB para concursos de Arquitetura (1952); sede do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais (1952); debate sobre o concurso para a Escola de Guerra Naval (1952); sede do Senado Federal (1956); Plano Piloto para a Nova Capital (1956); Centro Cívico de Toronto (1959), Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1961) e Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (segundo concurso, 1964). A revista encerrou suas atividades em 1965, um ano depois do golpe militar.



Figura 16. Capa da *Arquitetura e Engenharia*, n. 44, ano VII, mar./abr. 1957.
Edição especial dedicada a Brasília.

Cronologia de eventos (1935-1971)

A Arquitetura não vive alheia nem incólume ao mundo em volta. Como expressão técnica e artística, pensar, escrever ou desenhar Arquitetura é um exercício que de forma consciente ou inconsciente reflete as influências políticas, culturais e sociais do entorno imediato ou de além-fronteiras. Nesse sentido, a música que se ouve, a notícia que se lê ou o livro de cabeceira inevitavelmente influenciam o caminho do traço em um projeto ou a escolha das palavras em um texto, assim como o espaço físico pode inspirar ou inibir a expressão cultural, política ou artística.

No prefácio do livro de Sylvia Ficher e Marlene Acaçaba publicado em 1982, intitulado *Arquitetura moderna brasileira*, o arquiteto Miguel Pereira afirma: “a ideia de totalidade no campo da História da arquitetura não pode se vincular a um simples estudo de evolução das formas, em prejuízo do estudo da transformação das ideias que geraram essas formas e do próprio contexto social onde essas ideias são produzidas”. E completa: “o trabalho do historiador se vincula a um inescapável compromisso de seleção e julgamento. (...) Afinal, a História é um produto de seu tempo, e o historiador como tal é um indivíduo sujeito às condições humanas de sua existência no meio em que vive.”

Nesse espírito, a cronologia de eventos a seguir é oferecida ao leitor como recurso preliminar de contextualização e de percepção crítica, a fim de situar os concursos e respectivas recepções editoriais em relação às manifestações culturais, políticas e arquitetônicas no Brasil e no mundo. Parte-se da premissa que a Arquitetura é uma expressão cultural em relação com todas as demais (suas tensões, contradições e conflitos, inclusive). Propõe-se, nas páginas a seguir, um breve percurso pela história da Arquitetura no Brasil e no mundo entre 1935 e 1971 (recorte temporal do trabalho) e pelos eventos políticos e culturais mais relevantes (segundo a seleção e o julgamento do autor, inevitavelmente). A literatura, o jazz, o blues e o baião, entre outras manifestações artísticas e culturais, estão presentes ao lado dos conflitos bélicos, das disputas políticas e das realizações arquitetônicas. Afinal, vale lembrar que os poetas Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade abriram as portas para Lucio Costa na Escola Nacional de Belas Artes. Le Corbusier, na primeira visita ao Brasil, veio acompanhado da cantora Josephine Baker. Miles Davis e Ahmad Jamal são presenças frequentes nos espaços de trabalho de Alvaro Siza e Eduardo Souto Moura.

MUNDO

Itália invade a Etiópia
Criação da guitarra elétrica
Ella Fitzgerald: primeira gravação

1935

Espanha: golpe militar contra a Frente Popular.
Início da Guerra Civil Espanhola

1936

Bombardeio a *Guernica*.
Pablo Picasso pinta *Guernica*
Duke Ellington grava *Caravan*

1937

1938

Início da Segunda Guerra Mundial.
Espanha: fim da Guerra Civil. Início da ditadura do General Franco
Criação da *Blue Note Records*
Primeira gravação com guitarra elétrica, por Eddie Durham

1939

Winston Churchill se torna o Primeiro Ministro Britânico
Alemanha ocupa Paris

1940

Charles Parker: primeira gravação e criação do bebop
Japão bombardeia Pearl Harbor
EUA e Reino Unido declaram guerra ao Japão

1941

ARQUITETURA

Concurso para o MES
Luiz Nunes cria a DAC, em Recife

Concurso para a sede da ABI
Publicação do projeto de Lucio Costa para Monlevade-MG na revista PDF
Lucio Costa: *Razões da Nova Arquitetura* (revista PDF)
Cancelamento do concurso do MES e contratação de Lucio Costa e equipe
Segunda visita de Le Corbusier ao Brasil

Concurso para o Aeroporto Santos Dumont, RJ
Concurso para a Estação de Hidroaviões, RJ
Inaugurada a *Fallingwater House*, Frank Lloyd Wright
Fim da DAU (antiga DAC). Falece Luiz Nunes, aos 29 anos.

Criação da *Acrópole*
Carmen Portinho deixa da direção da revista PDF
Concurso para o Pavilhão do Brasil em Nova Iorque

Exposição Universal de Nova Iorque.
Concurso para o Paço Municipal de São Paulo

Oscar Niemeyer projeta Pampulha

Concurso para o Estádio Nacional (Maracanã)

BRASIL

Lei 125/1935
Intentona Comunista

Luiz Carlos Prestes é preso
Olga Prestes Benário é deportada para a Alemanha

Início da ditadura do Estado Novo
Lampião e seu bando são mortos
Graciliano Ramos publica *Vidas Secas*

MUNDO

ARQUITETURA

BRASIL

	1942		
	1943	Brazil builds Criação do IAB-SP	
	1944		
Criação da República Popular da China EUA lançam bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki Fim da Segunda Guerra Mundial Criação das Nações Unidas Benito Mussolini é executado Adolph Hitler comete suicídio	1945	Publicação da série Case Study Houses na revista <i>Arts & Architecture</i>	Fim do Estado Novo Eurico Gaspar Dutra assume a Presidência Cândido Portinari eleito Senador pelo PCB
Juan Peron assume a presidência na Argentina	1946	Criação do Departamento de Habitação Popular – RJ, sob a direção de Carmen Portinho	
Primeiras gravações de blues de Muddy Waters em Chicago Art Blakey forma o grupo que se tornará o <i>Jazz Messengers</i> Presidente dos EUA cria a CIA Intensificada a “caça aos comunistas” nos EUA	1947	Lina Bo Bardi chega ao Brasil Projeto do Conjunto Pedregulho, Affonso Eduardo Reidy Niemeyer inicia participação no projeto da Sede das Nações Unidas, NY Edições especiais sobre o Brasil em revistas estrangeiras Inauguração do MES, no Rio de Janeiro	Brasil rompe relações com a União Soviética Criação do MASP Luiz Gonzaga compõe Asa Branca, em parceria com Humberto Teixeira
Mahatma Ghandi é assassinado em Nova Delhi Criação do Estado de Israel George Orwell publica 1984 Início do <i>apartheid</i> na África do Sul	1948		Criação do MAM-RJ e do MAM-SP

MUNDO

ARQUITETURA

BRASIL

Criação da República Popular da China, por Mao Tsé-Tung Vietnã conquista independência da França	1949	Criada a revista <i>Arquitetura e Engenharia</i> Concluída a <i>Glass House</i> , projeto de Philip Johnson	
Oscar Peterson: primeira gravação Sarah Vaughan grava com Miles Davis Charlie Parker e Thelonious Monk gravam juntos Ahmad Jamal forma seu trio	1950	Criação da <i>Habitat</i> Concluída a <i>Eames House</i> , projeto de Charles e Ray Eames	Getúlio Vargas eleito Presidente
	1951	Vilanova Artigas: <i>Le Corbusier e o Imperialismo</i>	Primeira Bienal de Artes Plásticas de São Paulo
	1952	Concurso para o Paço Municipal de São Paulo cancelado. Vilanova Artigas: <i>Os caminhos da Arquitetura Moderna</i> Regulamento de concursos do IAB Inaugurada a <i>Unité d'habitation de Marseilles</i> , Le Corbusier Nova edição da <i>L'architecture d'aujourd'hui</i> , dedicada ao Brasil.	
Morre Josef Stalin Dwight Eisenhower se torna presidente dos EUA	1953	Inauguração da Sede das Nações Unidas, NY	Morre Graciliano Ramos
Início da guerra pela independência da Argélia contra a França <i>Jazz Messengers</i> : primeira gravação	1954	Edição especial da revista <i>Architectural Review</i> sobre a arquitetura brasileira. Crítica de Max Bill. Celebração do quarto centenário de São Paulo e inauguração do Parque Ibirapuera, projeto de Oscar Niemeyer.	Suicídio de Getúlio Vargas
Golpe militar na Argentina Morre Charlie Parker Morre Albert Einstein	1955	Concluída a capela em <i>Ronchamp</i> , de Le Corbusier. Exposição no MOMA, NY: <i>Latin American Architecture since 1945</i> . Criação da revista <i>Módulo</i> .	JK eleito Presidente

MUNDO

ARQUITETURA

BRASIL

	1956	Crown Hall, projeto de Mies van der Rohe em Chicago, é concluído Concurso internacional: Sydney Opera House, Austrália. Geraldo Ferraz: <i>Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura (Habitat)</i> .	Plano de metas de JK
Miles Davis e Gil Evans gravam <i>Miles Ahead</i>	1957	Concurso para o Plano Piloto Concurso para o Paço Municipal de Campinas	
	1958	Inaugurado o Seagram Building, NY, projeto de Mies van der Rohe e Philip Johnson. Oscar Niemeyer publica sua auto-crítica (<i>Depoimento</i>) na <i>Módulo</i> . Concurso internacional para o Toronto City Hall. Concurso do Clube Atlético Paulistano Álvaro Siza inicia projeto da Casa de Chá	
Revolução Cubana Início da Guerra do Vietnã Miles Davis grava <i>Kind of Blue</i> Morre Billie Holiday	1959	Inaugurado o Museu Guggenheim, NY. Morre o arquiteto Frank Lloyd Wright	Fim do governo de JK João Gilberto lança <i>Chega de Saudade</i> Morre Heitor Villa-Lobos Baden Powell lança seu primeiro disco como solista.
Independência de 16 nações africanas <i>The Beatles</i> é criado em Liverpool. Miles Davis grava <i>Sketches of Spain</i> John F. Kennedy eleito presidente dos EUA	1960	Inauguração de Brasília Edições especiais de revistas internacionais sobre a arquitetura brasileira	Jânio Quadros assume a Presidência em janeiro e renuncia em agosto. Primeiro Festival da Música Popular Brasileira

MUNDO

O muro de Berlim é concluído
Invasão da Baía dos Porcos em Cuba, pelos EUA

1961

Independência da Argélia
Crise dos mísseis em Cuba
Nelson Mandela é preso
Primeiro álbum de Bob Dylan

1962

Marcha de Martin Luther King em Washinton, EUA
EUA: Assassinato de J.F. Kennedy
John Coltrane grava *A Love Supreme*
Primeira tira de Mafalda, de Quino.

1963

1964

Malcolm X é assassinado
Surge a banda britânica *Pink Floyd*

1965

1966

ARQUITETURA

Vilanova Artigas inicia projeto da FAU-USP
Concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo
Concurso internacional para a sede da Peugeot, Buenos Aires
Álvaro Siza inicia projeto da Piscina das Marés

TWA Terminal, projeto de Saarinen, é inaugurado
Primeiro concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Eduardo Corona: *Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto.*

Segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Congresso da UIA em Havana

Encerramento da *Habitat*
Encerramento da *Módulo* (primeira fase)
Encerramento da *Arquitetura e Engenharia*
Morre Le Corbusier

Conclusão da obra do COPAN, São Paulo

BRASIL

João Goulart (Jango) assume a Presidência
As relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética são restabelecidas

Golpe militar

Segundo Festival da Música Popular Brasileira

MUNDO

Gabriel Garcia Marques publica *Cem anos de Solidão*

Morre John Coltrane

Primeiro álbum de *The Doors*

Criada a banda *Jethro Tull*

1967

EUA: Martin Luther King é assassinado

Morre o guitarrista Wes Montgomery, cujo álbum *A Day in the Life* é eleito o melhor disco de jazz do ano

Protestos de estudantes em Paris

Robert Kennedy, candidato à presidência dos EUA, é assassinado

1968

Woodstock Festival, em NY

Richard Nixon eleito presidente dos EUA

Surge a banda britânica *Led Zeppelin*

1969

Morrem Jimi Hendrix e Janis Joplin

The Beatles lança o último álbum, *Let it be*

Morre Louis Armstrong

Jethro Tull lança *Aqualung*

Primeira edição do livro *As Veias Abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano

1970

1971

ARQUITETURA

Sérgio Ferro: *O canteiro e o desenho*
Inaugurado o MASP, projeto de Lina Bo Bardi

Conclusão da obra da FAU-USP
Concurso para o Pavilhão do Brasil em Osaka, Japão.
Morrem Mies van der Rohe e Walter Gropius

Exposição Universal em Osaka, Japão.

Encerramento da *Acrópole*
Concurso internacional para o *Centre Pompidou*, Paris.

BRASIL

Terceiro Festival da Música Popular Brasileira

Gilberto Gil lança *Louvação*

Milton Nascimento lança *Travessia*

AI-5

Invasão da UnB pelos militares

Lançado o disco *Tropicalia*

Gilberto Gil e Caetano Velo

Cassados professores da FAU-USP, entre eles Vilanova Artigas, Jon Maitrejean e Paulo Mendes da Rocha

Professores Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro são presos e afastados da FAU-USP

Chico Buarque lança *Apesar de Você*

Chico Buarque lança *Construção*

2 . Concursos em revista

Esta parte do trabalho reúne publicações e eventos relacionados a concursos selecionados em função de sua representatividade nos universos editoriais estudados e cuja análise permitirá a compreensão das “dinâmicas do jogo”, abordadas na parte final a partir de seus elementos constitutivos e respectivos desdobramentos: a regra, os jogadores, as estratégias e o julgamento.

A seleção proposta neste trabalho, conforme mencionado, foi estabelecida em função dos seguintes critérios, em alguns casos coincidentes: projetos, publicações e eventos de referência (destacados pela historiografia); destaque e interesse editorial (em uma ou mais revistas); convergências ou controvérsias de julgamento e de regulamentação.

Entre os concursos listados há projetos que foram materializados em obra e outros se tornaram ícones mesmo sem materialização e foram amplamente registrados pela historiografia. Há concursos ou projetos “fracassados” e outros considerados “casos de sucesso”, conforme os interesses em disputa. Alguns provocaram discussões no meio profissional e revisões nas normas de concursos. Outros concursos foram cancelados, em virtude dos intensos debates quando às “regras do jogo”. Alguns concursos produziram obras que se tornaram ícones da construção brasileira, enquanto outros projetos resultantes de concurso se tornaram cânones na historiografia da Arquitetura Brasileira, mesmo depois de desmaterializados.

É importante ressaltar que alguns dos concursos listados nesta pesquisa já foram objetos de publicações e pesquisas que abordaram os eventos em profundidade, como é o caso do Ministério de Educação e Saúde, da Vila de Monlevade, do Plano Piloto para a Nova Capital ou o Pavilhão de Osaka, entre outros. Nesta pesquisa, o principal foco não é o aprofundamento em cada evento ou projeto, mas o registro e a análise da recepção desses eventos e projetos pelas revistas de arquitetura citadas, como forma de compreender sua contribuição para as “dinâmicas do jogo”.

O que há de comum entre todos os concursos e registros selecionados para esta pesquisa é que foram publicados em pelo menos uma das revistas citadas, portanto foram submetidos a “julgamentos editoriais”, que são expressões críticas de um determinado grupo, em um determinado contexto político, geográfico ou corporativo. Consideramos que entender esse julgamento não-oficial, que vai além da temporalidade e do rito do concurso (e que muitas vezes o contraria), é fundamental para compreender o jogo e suas dinâmicas.

De forma resumida, podemos dizer que politicamente, o período entre 1935 e 1971 foi marcado, no Brasil, por um intervalo de uma democracia frágil e instável, situado entre dois longos períodos de regime ditatorial.

Este capítulo está dividido em três “blocos temporais”, com naturais sobreposições, em que estão agrupados registros editoriais e suas respectivas análises e correlações. Os blocos foram nomeados segundo nossa compreensão sobre a situação do “campo profissional” da Arquitetura no Brasil em cada período.

O primeiro bloco (1935 a 1949) é definido como “a tomada do campo”, considerando tratar-se de período marcado por certa unidade em torno de objetivos comuns à profissão: a afirmação do espaço profissional do arquiteto, associada à disseminação do movimento moderno e a criação das escolas autônomas de Arquitetura. Nesse período ocorre a regulamentação profissional (Decreto 23.596 de 1933); a publicação da Lei n. 125 de 1935, que obrigava a realização de concursos para “edifícios de grandes proporções”; a difusão internacional da arquitetura brasileira com o *Brazil builds* (1943) e sua repercussão nos periódicos nacionais e internacionais, até a criação das primeiras escolas autônomas de Arquitetura (final dos anos 1940). Nesse período foram criadas a *PDF* (1932, cujo enfoque editorial em Arquitetura se encerrou em 1937) e a *Acrópole* (1938).

O segundo bloco (1950 a 1957), intitulado “os conflitos do campo”, tem como marco inicial a criação da revista *Habitat* (1950-1965) e a difusão de importantes críticas à produção moderna no Brasil. Um ano antes havia sido criada a *Arquitetura e Engenharia*, pelo IAB-MG (1949-1965), raro exemplo de diálogo entre esses dois campos profissionais que dão título ao periódico, em um contexto marcado cada vez mais pelo distanciamento dessas duas disciplinas. Superado o embate contra o “academicismo”, o período é marcado pelo diálogo e confrontação entre as várias visões do Moderno, com reflexo na produção arquitetônica e na recepção editorial. Se por um lado o período é marcado pelo crescimento do número de concursos em relação às décadas anteriores, percebe-se que a relativa unidade do período anterior aos poucos se desfaz, ocorrendo com maior frequência conflitos (ideológicos ou estéticos) dentro do campo profissional. O bloco se encerra no período em que é realizado o concurso para o Plano Piloto, evento que é considerado como ponto de inflexão da produção e da crítica moderna no país.

O terceiro e último bloco (1958-1971) marca a “dispersão do campo”, resultante das revisões críticas do período anterior e do impacto de Brasília (seu projeto e materialização) sobre a profissão e sobre os concursos. A instabilidade política e o golpe de 1964 são as principais razões para o que aqui denominamos “dispersão” profissional (ARTIGAS, 1984). Apesar de se tratar de período marcado por relativo desenvolvimento econômico (em parte às custas do crescente abismo social, sustentado por dura repressão política) e pelo relativo crescimento do número de concursos (que continuavam escassos, quando comparados ao volume de contratações públicas), a intensificação do regime repressivo a partir da segunda metade dos anos 1960 limitou as possibilidades de reflexão e crítica do campo profissional e resultou no fim dos principais periódicos especializados em Arquitetura, provocando a “dispersão” do campo.

Os concursos realizados em cada um desses períodos e suas respectivas recepções editoriais refletem, em certa medida, as particularidades vivenciadas em cada tempo pelo “campo profissional” (e demais campos relacionados), afetando diretamente as “dinâmicas do jogo”.

Antes de passar à análise das recepções editoriais das publicações e dos concursos selecionados em cada bloco temporal sob a ótica das revistas mencionadas, consideramos oportuno apresentar alguns antecedentes registrados pela historiografia, no contexto nacional e internacional, além de breve contextualização política, geográfica e cultural.

Antecedentes

As vanguardas do início do século XX na Europa foram expressão e reflexo dos conturbados anos de conflitos e transformações do período, em especial a Primeira Grande Guerra, a Revolução Russa e as consequentes transformações políticas, culturais e sociais, que foram além dos países diretamente envolvidos. A necessidade de reconstrução de estruturas e sistemas políticos abriu espaço para novas proposições no campo cultural, em um contexto de avanço tecnológico alimentado pela própria guerra. O campo da Arquitetura foi diretamente afetado por tal cenário, mas as transformações e revoluções políticas e sociais nem sempre foram acompanhadas das esperadas transformações na linguagem arquitetônica.

A Alemanha, derrotada na guerra, também passava por transformações e conflitos internos. A criação da Bauhaus em 1919, sob a liderança de Walter Gropius (posteriormente comandada por Hannes Meyer e, nos últimos anos, por Mies van der Rohe), foi uma das respostas à necessidade de reconstrução cultural de linhas (políticas e estéticas) progressistas. O conservadorismo, no entanto, reagiu às ideias da escola, que consideravam “bolchevistas”. A crescente onda nacionalista e nazista que se consolidava na década de 1930 (e que levaria à Segunda Guerra Mundial) levou ao fechamento da escola (1933) e à emigração de seus principais líderes, que teriam importante papel na Arquitetura de diversos países, entre eles os Estados Unidos e a Rússia.

Chicago Tribune, 1922

No início da década de 1920 os Estados Unidos vivenciavam período de grande crescimento econômico (devido a sua posição privilegiada na Primeira Guerra Mundial e no imediato pós-guerra). O concurso internacional de arquitetura para a sede do *Chicago Tribune*, realizado em 1922, é um símbolo de tal período. Conforme Curtis (2008):

A década entre o final da Primeira Guerra Mundial e a quebra de Wall Street em 1929 foi um período de rápido crescimento para os investimentos em construção nos Estados Unidos. Isso se refletiu diretamente no perfil das grandes cidades no surgimento de arranha-céus, na rápida construção de auto-estradas e no crescimento dos subúrbios. (CURTIS, 2008, p.217)

O concurso para o *Chicago Tribune* atraiu cerca de 300 projetos, de 23 países, que deixavam clara a diversidade de visões sobre a Arquitetura no período. O primeiro prêmio foi atribuído ao projeto “neogótico” de Raymond Hood e John Mead Howells, reforçando

a opção eclética que predominava nos Estados Unidos no período e já anunciada pela formação conservadora do júri. O segundo lugar coube ao finlandês Eliel Saarinen (em conjunto com Dwight Wallace e Bertell Grenman de Chicago), projeto que segundo Louis Sullivan, deveria ter sido o primeiro. A segunda colocação no concurso e o reconhecimento de seu projeto pela crítica foram determinantes para a carreira de Saarinen a partir daquele momento (HAAN, H. D.; HAAGSMA, I., 1988, p.120). Entre as propostas que mais se aproximavam do discurso da emergente vanguarda europeia estavam as que vinham da Alemanha: Walter Gropius (em conjunto com Adolf Meyer) e Max Taut, projetos marcados pela racionalidade estrutural, ausência de ornamentos e amplas fachadas em vidro. A revista *Architectural Forum*, dos Estados Unidos, publicou longas matérias sobre o concurso nas edições de fevereiro e abril de 1923 (POND, 1923). Assim como Sullivan, os editores destacaram o segundo lugar, de Saarinen, mas ignoram, igualmente, a vanguarda alemã.

A torre do *Chicago Tribune* foi concluída em 1925, mas o edifício não alcançou a notoriedade que os promotores do concurso desejavam quando anunciaram que pretendiam construir “o mais belo edifício do mundo”. O concurso, sim, se destaca nos registros históricos, como síntese de potencialidades de um período, anunciando soluções que apesar de derrotadas naquela ocasião, se consolidariam duas décadas depois, como a linguagem predominante dos arranha-céus dos Estados Unidos e no mundo (HAAN, H. D.; HAAGSMA, I., 1988). Vale destacar que um ano antes do concurso para o Chicago Tribune, em 1921, o arquiteto alemão Mies van der Rohe havia vencido, aos 35 anos, um concurso para uma torre de escritórios em Berlim com um prisma em aço e vidro de 80 metros de altura (COHEN, 2013, p.148).

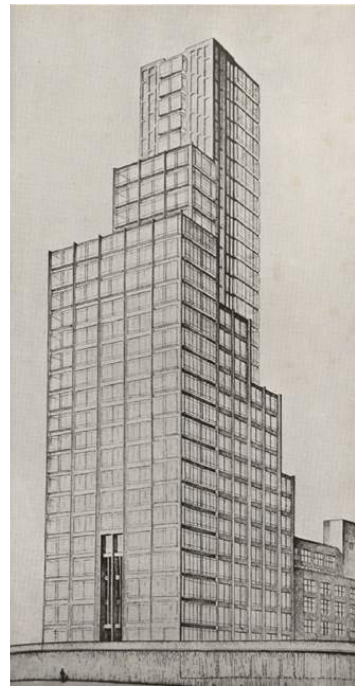
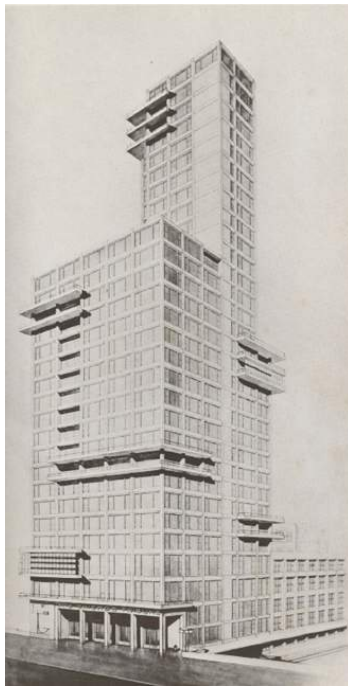


Figura 17. Projetos submetidos ao concurso do *Chicago Tribune*. Estados Unidos, 1922. Acima, à esquerda: projeto vencedor, de Raymond Hood e John Mead Howells. Acima, à direita: segundo lugar do finlandês Eiel Saarinen (em conjunto com Dwight Wallace e Bertell Grenman de Chicago). Abaixo, à esquerda, projeto de Walter Gropius (em conjunto com Adolf Meyer). Abaixo, à direita: projeto de Bruno Taut. Fonte: skyscraper.org

The ARCHITECTURAL FORUM

VOLUME XXXVIII

FEBRUARY 1923

NUMBER 2

High Buildings and Beauty

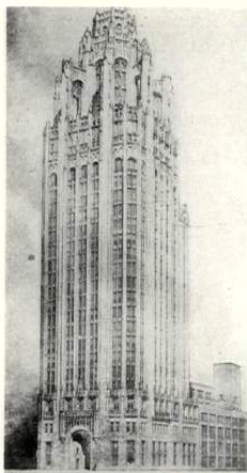
PART I

By IRVING K. POND, F.A.I.A.

SOME little time ago I discussed in these pages the matter of high buildings as affected by zoning laws,* and while I bore upon design it was upon the general idea rather than upon the ideal—that is upon an *ideal of beauty* which might find expression in a particular structure conditioned by limitations of environment, height and setbacks. In mere suggestions of sketches I showed how the problem of supplying light and air to streets and lower stories had been met and after a manner solved in other ages and countries, and I indicated the path of departure along the line of the American idea. I suggested that offsets as now required under a zoning law contained within themselves æsthetic possibilities in design and freshness of architectural style as well as

ameliorating conditions of daylight eclipse and of insanitation. I was asked by the Editor of THE ARCHITECTURAL FORUM to follow up that discussion with one bearing directly upon the æsthetic element, and I consented with some hesitation to do so.

Conditions interposed which delayed the fulfillment of my promise, and now a circumstance has intervened which would seem to make a complete fulfillment unnecessary—at least which would seem to suggest a shifting of my point of attack; and that circumstance is the consummation of a competition for an office building to house the activities of a great newspaper corporation. As the competition was fairly widely advertised, I violate no confidences in saying that it was instituted by *The Chicago Tribune*, which has sought for



First Prize Design
John Mead Howells and Raymond M. Hood
Associate Architects

*October, 1921



Second Prize Design
Eliel Saarinen
Architect



Third Prize Design
Holabird & Roche
Architects

Figura 18. Concurso. *Chicago Tribune*, Estados Unidos, 1922. Página da *Architectural Forum*, fev. 1923, com artigo assinado por Irving Pond, sobre o concurso. Destaque para o segundo lugar, do finlandês Eliel Saarinen. A vanguarda alemã foi ignorada.

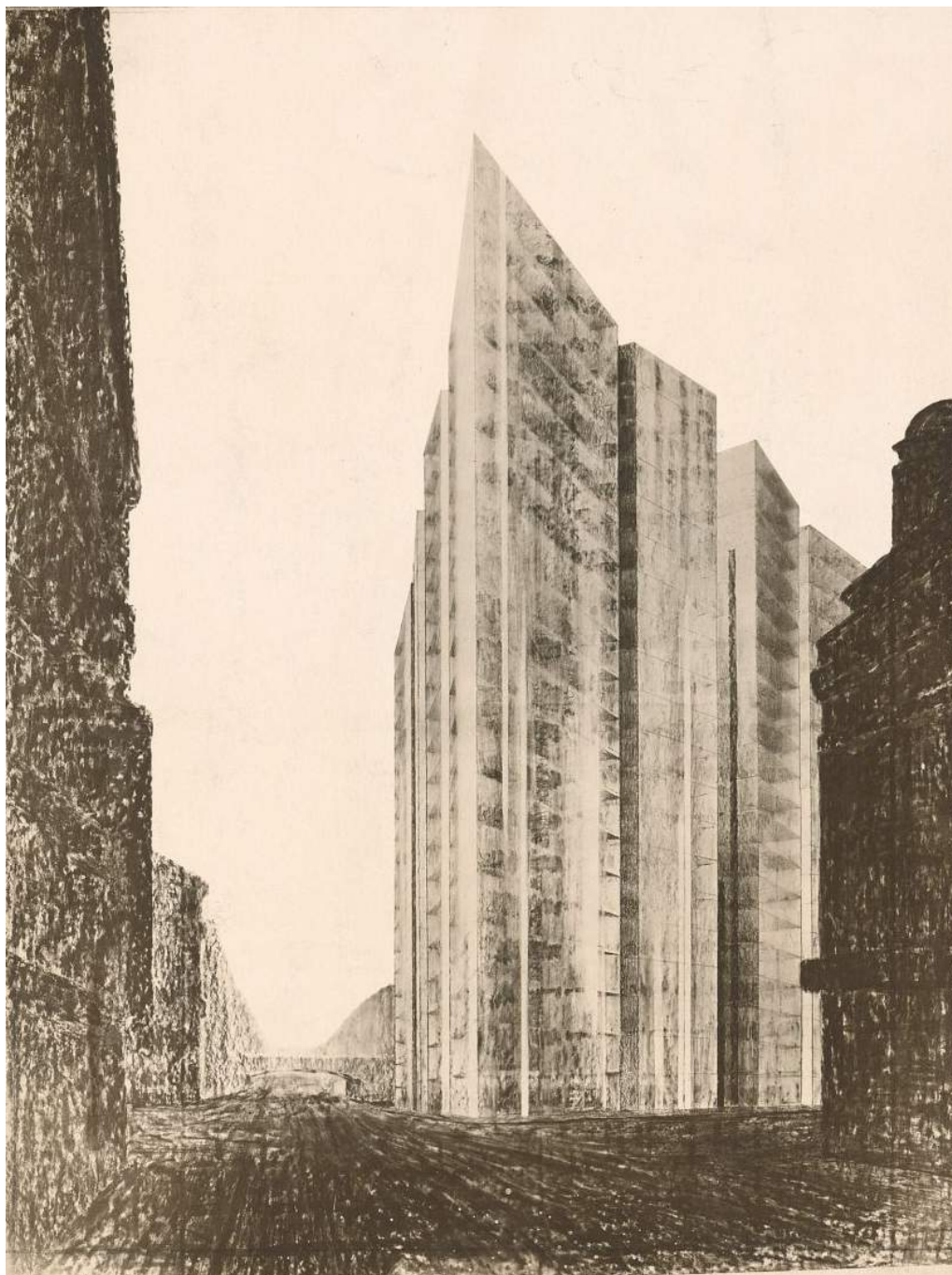


Figura 19. Concurso. Edifício de escritórios. Friedrichstrasse, Berlim, 1921. Projeto vencedor.
Autor: Mies van der Rohe. Fonte: thecharnelhouse.org

A batalha de Genebra

Um dos marcos da historiografia da Arquitetura, evento que reforça o valor da ideia como capital simbólico na Arquitetura, independentemente de sua materialização, e o papel dos concursos de projeto nesse contexto, é o concurso para a Sociedade das Nações, realizado em 1927, em Genebra. Trata-se de uma das principais confrontações do então emergente Movimento Moderno contra o “academicismo”. No contexto do pós-guerra, a Sociedade das Nações foi criada como tentativa dos países recém-saídos do conflito para “gerenciar” a paz mundial. A construção da sede da instituição seria um dos primeiros passos nesse caminho.

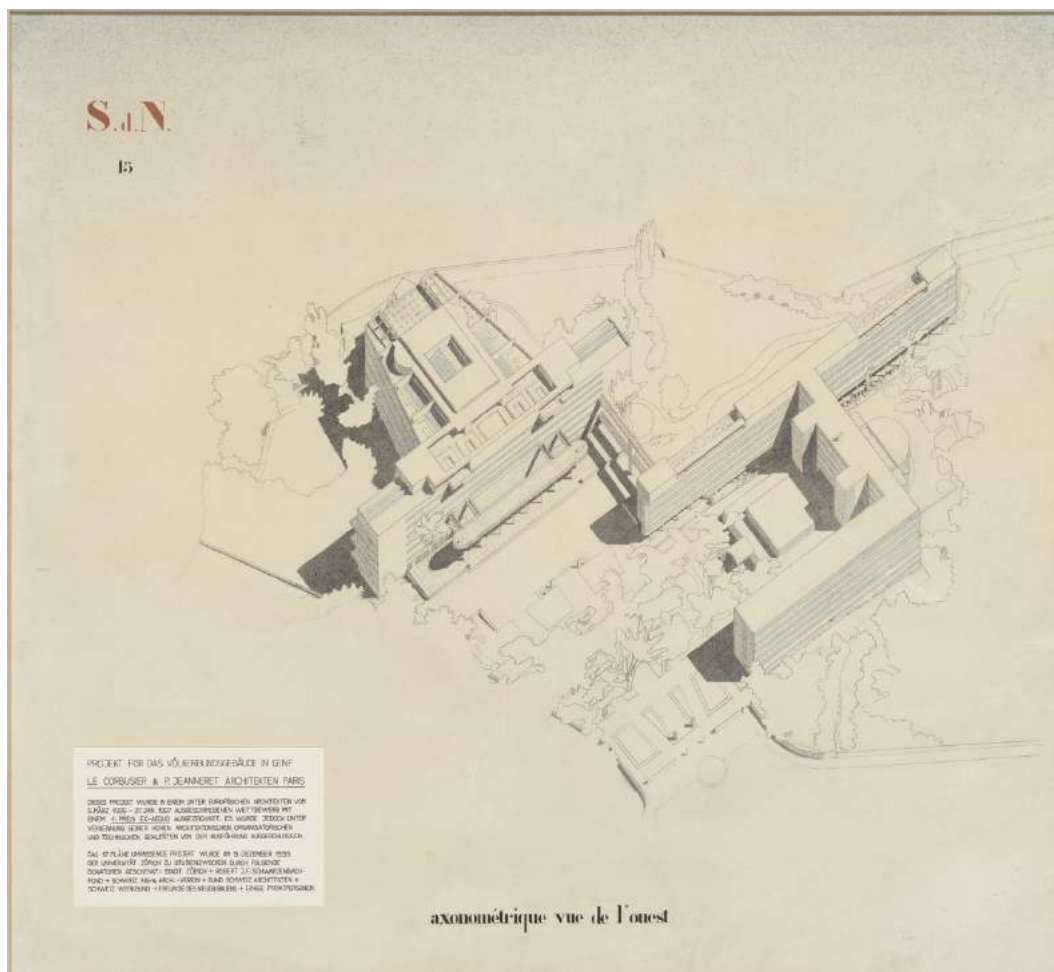


Figura 20. Concurso para a sede da Sociedade das Nações, 1927. Proposta de Le Corbusier.
Fonte: thechanelhouse.org

A competição atraiu 377 arquitetos, porém o júri não indicou projetos vencedores, apenas “menções”. Uma nova comissão foi instituída, desta vez composta por diplomatas, que decidiram “diplomaticamente” não definir um vencedor, mas instituir uma comissão entre alguns selecionados no concurso, para o desenvolvimento de uma proposta coletiva.

Os projetos de Le Corbusier, Hannes Meyer e Richard Neutra, que evidenciavam a emergente arquitetura moderna, não foram considerados pelo novo júri e a encomenda foi atribuída a uma equipe franco-suíço-italiana de arquitetos que representavam o espírito das “Belas Artes”, composta por Julien Flegenheimer (Suíça), Henri Paul Nenot (França), Camille Lefèvre (França), Carlo Broggi e Giuseppe Vago (Itália) (FRAMPTON, 1998). A obra da instituição criada para garantir a paz mundial seria concluída apenas em 1937, dois anos antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Conforme escreveu Giedion:

... dez anos depois do concurso, o edifício foi inaugurado e finalmente ocupado. Todos, do datilógrafo ao diplomata, concordaram que se tratava de um erro. (GIEDION, 1959, p. 526)

O professor e pesquisador Jean-Pierre Chupin se refere ao “tristemente celebre” concurso para o Palácio das Nações como “o último embate entre o neoclassicismo e a arquitetura moderna” e o classifica como “um dos grandes erros de julgamento arquitetônico” (CHUPIN, 2014, p.211). Le Corbusier não aceitou o resultado e transformou o que seria uma disputa pessoal em um embate coletivo em defesa do “moderno”. O concurso para sediar uma instituição que se formava em nome da paz tornou-se palco de um dos mais emblemáticos combates no campo das ideias em Arquitetura. Como destaca Chupin:

Le Corbusier não se contentou com a derrota, e se utilizou desse concurso como um emblema do combate da arquitetura moderna contra o academicismo, fazendo de seu projeto um verdadeiro símbolo: nesse aspecto, poderíamos dizer que ele venceu o concurso, uma vez que o mundo inteiro se esqueceu do projeto vencedor, que foi construído. A história da arquitetura registra e destaca os desenhos de Le Corbusier, o que caracteriza um excelente exemplo de arquitetura potencial. (CHUPIN, 2014, p.211)

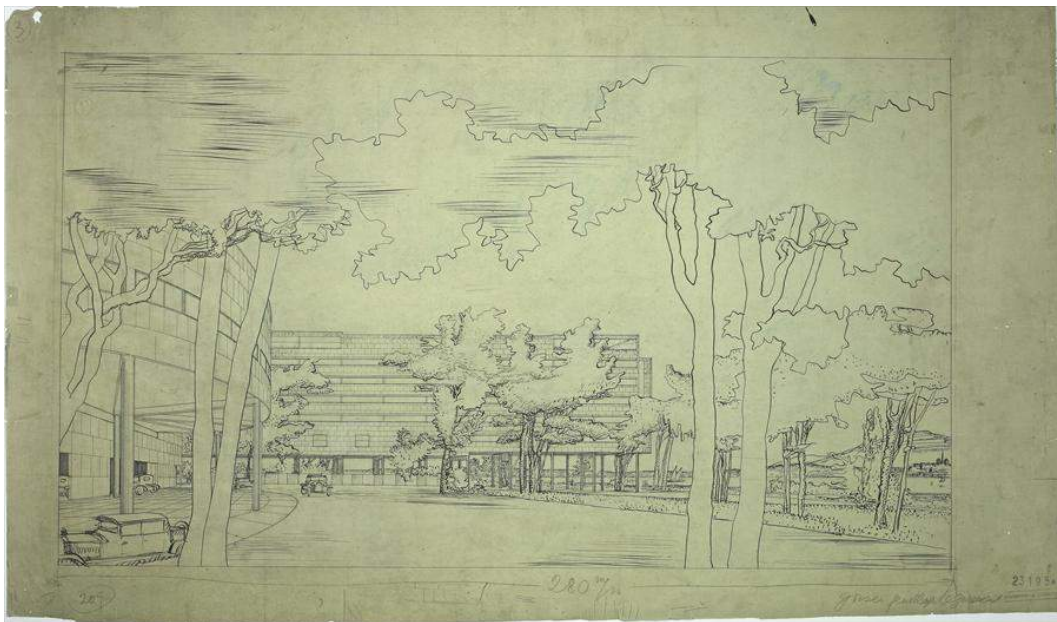
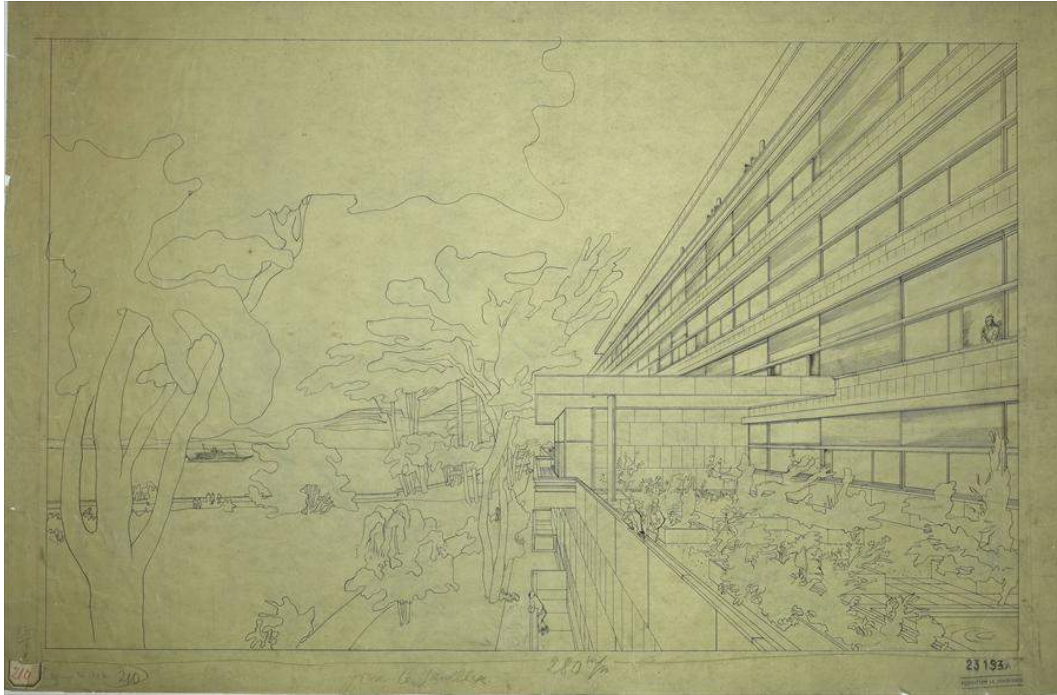
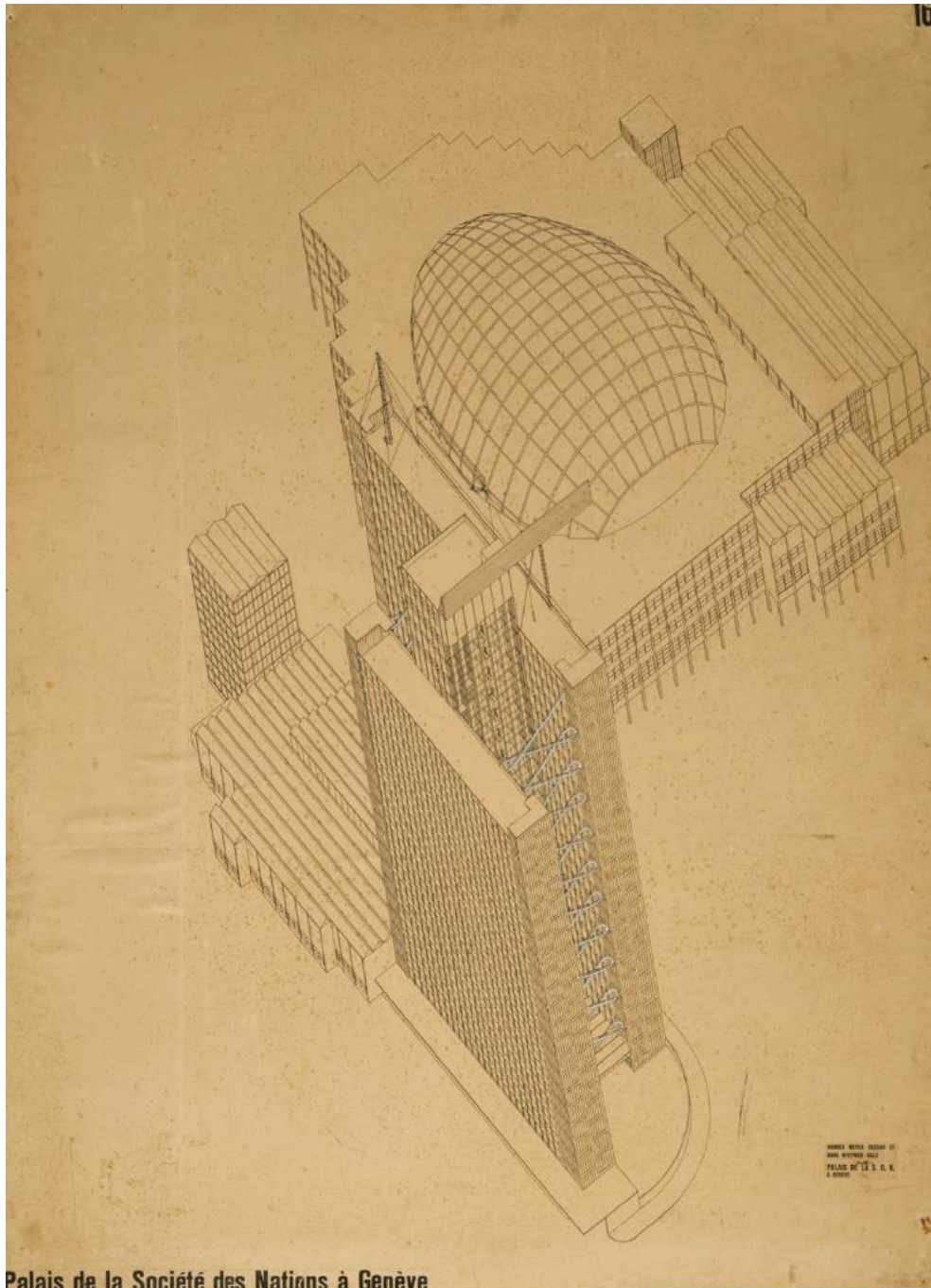


Figura 21. Concurso para a sede da Sociedade das Nações, 1927. Proposta de Le Corbusier.
Fonte: www.fondationlecorbusier.fr



Palais de la Société des Nations à Genève

Figura 22. Concurso para a sede da Sociedade das Nações, 1927. Proposta de Hannes Meyer.
Fonte: thecharnelhouse.org



Figura 23. Sede da Sociedade das Nações, construção finalizada em 1937, em Genebra. Autores: Julien Flegenhaimer (Suíça), Henri Paul Nenot (França), Camille Lefèvre (França), Carlo Broggi e Giuseppe Vago (Itália). Fonte: www.martingrandjean.ch

Concursos na Rússia pós-revolução

Os concursos de arquitetura foram instrumentos utilizados com relativa frequência na Rússia pós-revolução, que se destacou como “um laboratório para uma gama extraordinária de exemplos de inventividade urbana e arquitetônica” (COHEN, 2013). O “construtivismo” * foi a principal expressão da arquitetura russa no período, porém quase sempre limitada ao campo das ideias, com poucas materializações. Como destaca Curtis (2008):

O período seguinte a 1917 foi de frenética experimentação visual, no qual ideias tendiam a existir mais no papel do que em qualquer outro lugar. (CURTIS, 2008, p.202).

(...)

... o arquiteto da vanguarda soviética se encontrava preso em uma sala de espelhos utópica, criando projetos impossíveis de se executar, para uma sociedade com forma incerta. (...) Assim, para a vanguarda soviética, o período até 1925 foi de experimentação hipotética no papel, ou de construção de hipóteses em pequena escala. (CURTIS, 2008, pp.206-207).

A partir do final dos anos 1920 e início da década de 1930, a vanguarda russa perdeu cada vez mais espaço, uma vez que o Estado, sob o comando totalitário de Stálin, optou, como linguagem oficial, pela monumentalidade clássica e eclética.

Outro importante exemplo de embate entre as ideias de vanguarda e as linhas conservadoras, na disputa pela linguagem oficial do Estado (desta vez em um contexto mais repressivo e totalitário, sob o comando de Stálin) foi o concurso para o Palácio dos Soviets, realizado em 1931, conduzido em várias rodadas, inicialmente com participações internacionais e posteriormente apenas com arquitetos russos. O programa inicial incluía grandes auditórios (15.000 e 6.500 lugares), galeria para 2.000 pessoas, salas de reunião e biblioteca, em um espaço que deveria ser o símbolo da Rússia revolucionária.

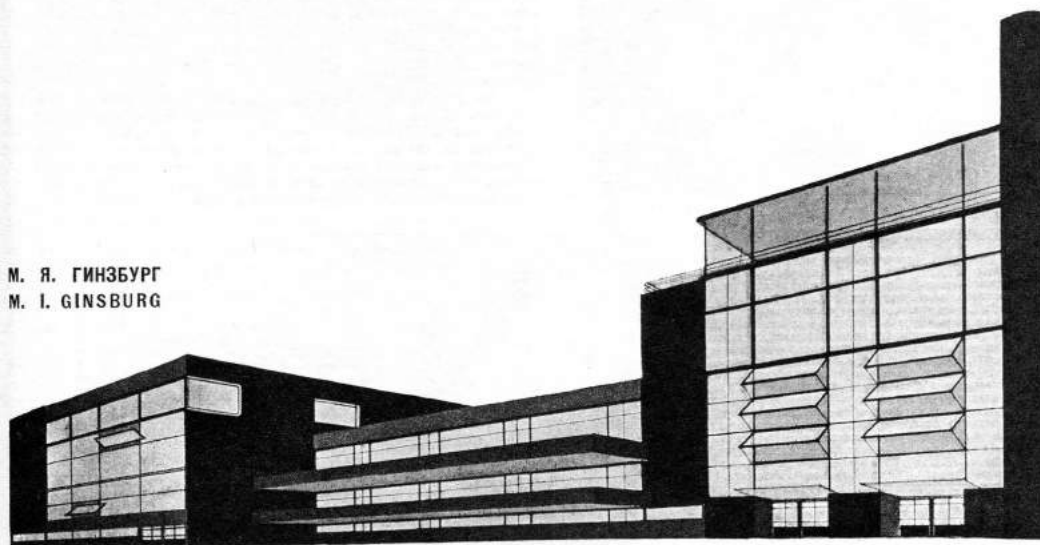
Participaram da primeira rodada importantes nomes do cenário internacional, como Le Corbusier, Mendelsohn, Walter Gropius, Auguste Perret e Hans Poelzig. Nas rodadas seguintes também participaram representantes da vanguarda russa, como os irmãos Vesnin e o ARU (União de Arquitetos e Urbanistas) (DE JONG e MATTHE, 1994).

* Conforme Curtis, o Construtivismo foi buscar referências nas ideias futuristas da vanguarda italiana, porém “limpas de seu caráter protofascista, e combinadas com ideais marxistas na busca por metáforas apropriadas para expressar o suposto dinamismo interior do processo revolucionário” (CURTIS, 2008, p.202).

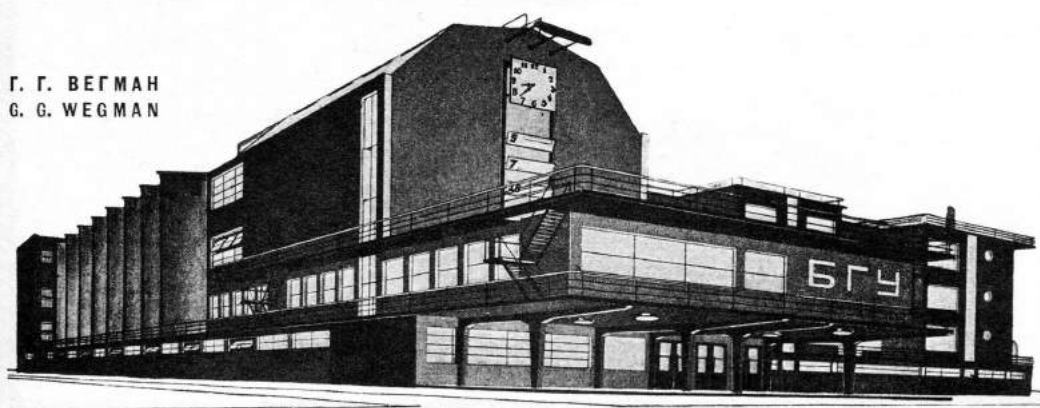
В. Н. ВЛАДИМИРОВ И В. А. КРАСИЛЬНИКОВ
W. N. WLADIMIROFF UND W. A. KRASILNIKOFF



М. Я. ГИНЗБУРГ
M. I. GINSBURG

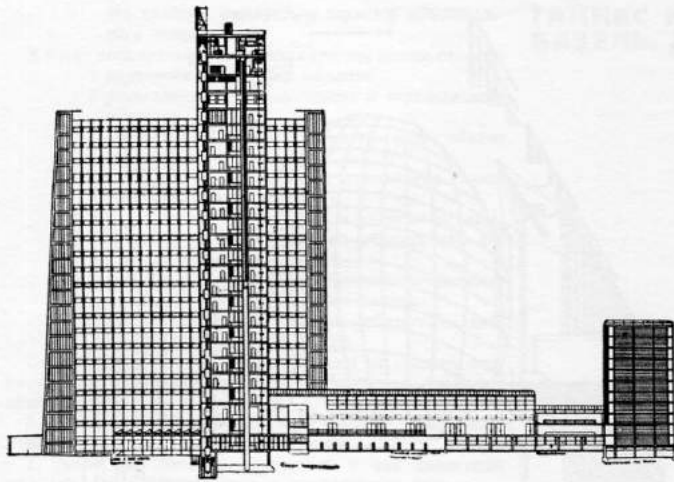


Г. Г. ВЕГМАН
G. G. WEGMAN



79

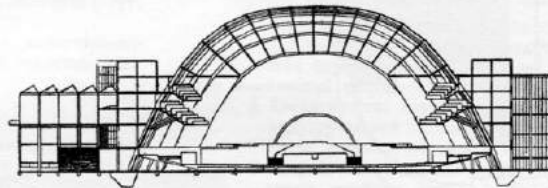
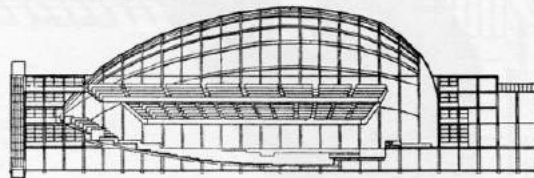
Figura 24. Revista CA (SA – *Sovremennaiia arkhitektura* – Arquitetura Contemporânea), Rússia, n.3, 1926. Concurso para a Universidade Estadual da Bielorrússia, em Minsk. De cima para baixo: plantas e elevações das postostas de N Vladimirov e VA Krasilnikov; Ginzburg; Wegman.. Fonte: tehne.com



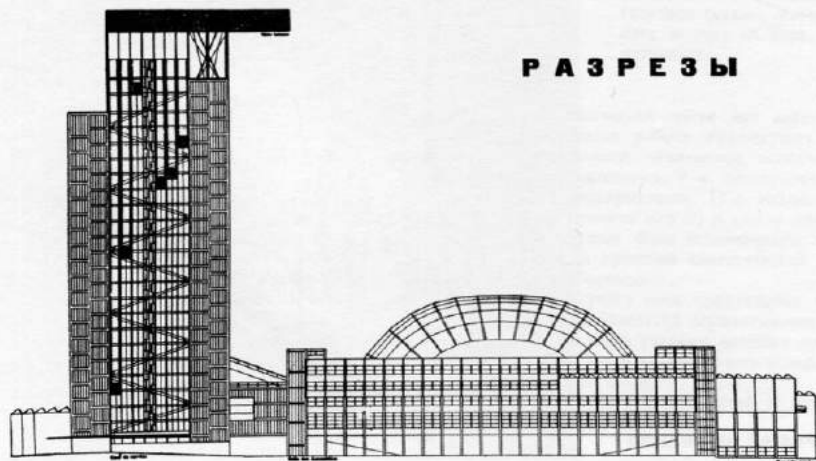
курсе. Все же прислано было в общем 377 проектов. Рассмотрение их и присуждение премий были возложены на жюри из представителей девяти разных стран под председательством неизвестного бельгийского архитектора Хорта (Horta). После длительных обсуждений жюри принято решение не присуждать ни одной из назначенных трех крупных премий, а разделить каждую из них на девять равных частей, что дало возможность наградить 27 лучших проектов. По странам последние распределяются следующим образом—Франция 7 проектов, Германия, Италия и Швеция по 4, Голландия и Швейцария по 3, а Бельгия и Дания по одному проекту. В общем во французских и итальянских проектах преобладали классические стили, на исключительном проекте Ле Корбюзье и П. Жаннере, выдержанного, конечно, в современном духе и признанного одним из самых интересных; он награжден премией в 120 шв. франков (около 4 500 р.). В настоящее время Лига наций выбрала новый комитет из представителей архитектурного мира тех стран, проекты которых не получили никакой премии; данный комитет должен совершить окончательный выбор из 27-награжденных проектов.

Р. Е.

Результаты конкурса дворца Лиги наций в Женеве
 Die Ergebnisse des Wettbewerbs für das Völkerbundesgebäude in Genéve.
 Лига наций в свое время, как известно, объявила международный конкурс на проект собственного дворца, имеющего быть построенным в Женеве. Надо, однако, заметить, что международность конкурса была не полной, ибо участвовать в нем имели право лишь архитекторы тех стран, которые входят в состав Лиги, и таким образом СССР, Америка и некоторые другие страны исключались от участия в кон-



РАЗРЕЗЫ



168

Hannes Meyer und Hans Wittwer. Basel. Wettbewerbsentwurf für das Völkerbundesgebäude in Genéve.

Figura 25. Revista CA (SA – *Sovremennaja arkhitektura* – Arquitetura Contemporânea), n.6, 1927. Projeto de Hannes Meyer para o concurso da Sociedade das Nações. Fonte: tehne.com

Ao final, a monumentalidade clássica prevaleceu. Mas assim como no caso da Sociedade das Nações, o projeto derrotado de Le Corbusier é um dos mais citados pela historiografia. Conforme ressalta Curtis:

Le Corbusier inventou um novo simbolismo, que evidentemente tinha algumas influências de Tatlin e das fantasias do início do Construtivismo. (...) Com seus espaços em tensão dinâmica, suas estruturas transparentes, suas grandes áreas de reuniões, o projeto propôs a imagem de um mecanismo de vida coletiva: um monumento democrático participatório.

(...)

Contudo, seu palácio estava fadado a não existir. O modelo voltou para Paris, como o de Gropius para Berlim. O gosto oficial interveio e deu o prêmio para o competidor soviético Boris Iofan (...). O projeto finalmente aprovado lembrava um mausoléu escalonado e era dominado por uma estátua colossal de Lênin, maior ainda que a Estátua da Liberdade de Manhattan. (CURTIS, 2008, p.214)

O concurso para o Palácio dos Soviets marcaria o fim da vanguarda, conforme ressalta Cohen:

...a escolha feita quando do julgamento do concurso do Palácio dos Soviets estabeleceu uma nova linha para a arquitetura cívica, levando-a na direção do monumentalismo historicista, o qual logo se tornaria a única opção. (...) As tendências da década de 1920, começando pelo construtivismo, eram agora rejeitadas, e seus proponentes mais radicais marginalizados, como foi o caso de Leonídov, ou mesmo liquidados, como Okbitovitch, que morreu em um campo de trabalhos forçados em 1937. (COHEN, 2013, p.171).

Enfim, nas primeiras décadas do século vinte, as propostas visionárias das vanguardas apresentadas nos concursos de Arquitetura não foram materializadas, nem pelos Estados totalitários, como a Rússia de Stálin ou a Alemanha de Hitler, nem pelas nações fundamentadas no liberalismo econômico, como os Estados Unidos, mas circularam o mundo por meio das revistas.

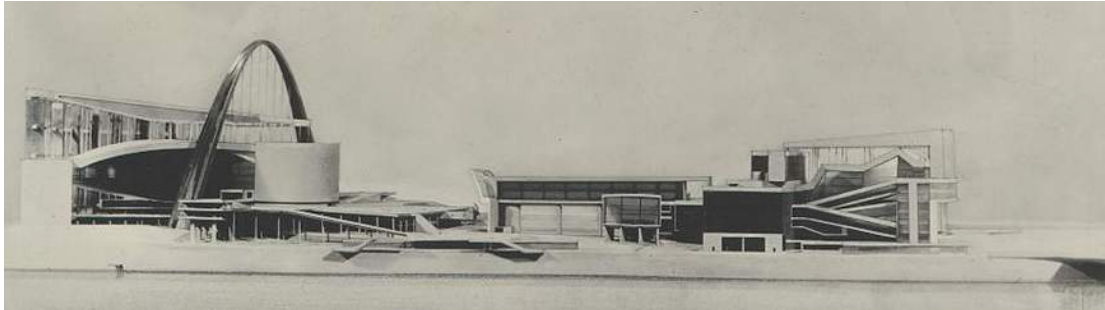


Figura 26. Projetos submetidos ao concurso para o Palácio dos Soviets, Moscou, Rússia, 1931. Acima: projeto de Le Corbusier (fondationlecorbusier.fr). No centro: Walter Gropius (esquerda) e irmãos Vesnin (direita). Abaixo: ARU (esquerda) e projeto vencedor, de Mikhailovich Iofan (direita).
Fonte: thecharnelhouse.org

Enquanto isso, no Brasil...

Ao final da Primeira Guerra Mundial, enquanto os países da Europa se reestruturavam sob a tensão dos conflitos e crises internas decorrentes do pós-guerra, os Estados Unidos, que saíram fortalecidos do confronto, vivenciavam período de forte crescimento econômico, paralelamente às intervenções econômico-militares (diretas ou indiretas) sobre diversos países da América Latina, que passavam por períodos de crise e revolução: Panamá, Honduras, Nicarágua, Haiti e México. A Revolução Mexicana, certamente o mais importante e duradouro conflito na América Latina naquele período, além das importantes transformações políticas e sociais no país, teve expressões culturais e artísticas que ganhariam notoriedade além de suas fronteiras, como a pintura muralista de Diego Rivera e Frida Kahlo, diretamente influenciados pela Revolução Russa, além nas transformações da Arquitetura do país, nas décadas seguintes, nas quais se incluem as contribuições do arquiteto suíço Hannes Meyer, que dirigiu a Bauhaus depois de Gropius e migrou para o México no final dos anos 1930 (depois de período da Rússia).

O Brasil das primeiras décadas do século vinte era um país essencialmente rural, de grandes contrastes sociais (marcado pelos séculos de cultura escravagista e seu desdobramento na exclusão social e territorial, mesmo após a abolição), mas que já vivenciava o crescimento urbano dos principais centros econômicos associados à produção agrária, como São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Manaus e Porto Alegre, além da capital, Rio de Janeiro, também pelas funções institucionais.

A concentração da economia na produção do café (principal produto de exportação e base da economia do país) entre finais do século dezanove e início do século vinte fortaleceu o poder político da oligarquia de São Paulo, centro de produção do café no país (e no mundo). Os efeitos de tal concentração foram além da economia e resultaram no crescimento urbano e no dinamismo cultural da cidade, que também crescia como pólo de imigração, em especial de europeus, que fugiam das guerras e das crises em seus países. Tal poder econômico permitiu às elites paulistas o acesso privilegiado às “novidades” e às “inovações” dos círculos culturais europeus, apesar do centro político oficial ser o Rio de Janeiro.

A Arquitetura no Brasil, na transição entre os séculos dezanove e vinte, era predominantemente eclética, destacando-se em São Paulo a obra de Ramos de Azevedo, além de emergentes contribuições neocoloniais, como parte do movimento tradicionalista que marcava o centenário da independência, as expressões nativistas, como o estilo marajoara (que venceu o concurso do Ministério de Educação e Saúde, como veremos mais adiante) e o *art-decò* (FICHER, 2005; 2012).

Conforme destaca Sylvia Ficher, sobre o cenário da Arquitetura em São Paulo, no início do século vinte:

...reina o escritório do Ramos de Azevedo. E, com sua estética eclética de há muito entronizada, não precisa se dar ao trabalho de se justificar com algum discurso para se garantir no poder. São os outros, aqueles desejosos de ocupar espaços dominantes é que precisam de um arsenal teórico com que propugnar, com que obter legitimidade. (FICHER, 2012, sp.)

É nesse contexto político, econômico e cultural que se construiu em São Paulo o cenário propício favorável para a realização da Semana de 22, como marco do pensamento de vanguarda do Brasil. Conforme cita Durand:

No que se poderia chamar de primeira geração modernista, que compreende artistas nascidos entre os anos noventa e o começo do século, estão vários casos de filhos e filhas de famílias brasileiras de posses que puderam desfrutar de permanência demorada e/ou frequente em capitais europeias, mormente em Paris. (DURAND, 1989, p.77)

O movimento de vanguarda que se criava no Brasil a partir de São Paulo, não teve a mesma inspiração popular de outros países da América Latina, como ressalta Segre:

No México, as pinturas de Siqueiros, Rivera y Orozco, constituíam um grito contra a dominação e a sujeição da população indígena, durante a opressão do Estado; ao mesmo tempo, a esperança na Revolução, inspirada na recém-criada URSS, para um “futuro luminoso”. As mensagens pictóricas foram colocadas em murais situados nos espaços internos dos edifícios públicos, ou no exterior para alcançar a comunicação com o povo.

(...)

Não era esta a dinâmica existente no Brasil. A “Semana de 22”, apesar de proclamar conteúdos sociais, foi um movimento de elites, como o expressou nos anos quarenta Mário de Andrade. Os artistas recebiam apoio da oligarquia cafeeira paulista, detentores do poder na “República Velha”. (SEGRE, 2006, s.p)

As migrações foram fundamentais para a assimilação das ideias vanguardistas, o desenvolvimento técnico e a formação cultural brasileira, em especial para a Arquitetura. Tanto a ida de brasileiros ao exterior (em especial os filhos das elites enviados para visitar ou estudar nos principais centros europeus) quanto a chegada de imigrantes, em especial dos países em guerra, contribuíram fortemente para a circulação de ideias e para a renovação técnica nos diversos centros urbanos, particularmente em São Paulo.

Apesar da pouca repercussão da Arquitetura na Semana de 22, em comparação com os campos das Artes Plásticas e da Literatura, há contribuições pioneiras (quase esquecidas pela historiografia), como a de Antonio Garcia Moya, como relembra Sylvia Ficher (2012; 2015).

Os primeiros ensaios publicados na imprensa brasileira, que expressavam as premissas dos movimentos de vanguarda da Europa no campo da Arquitetura, foram escritos por arquitetos em migração: o ucraniano Gregori Warchavchik (“Acerca da Arquitetura Moderna”, 1925) e o brasileiro (filho de italianos) Rino Levi, ainda estudante (“A Arquitetura e a Estética das Cidades”, 1925), ambos formados em Roma. Os textos seriam republicados na *Acrópole* apenas em 1953. Conforme destaca Rino Levi em seu ensaio:

A arquitetura, como arte mãe, é a que mais se ressentida dos influxos modernos devido aos novos materiais à disposição do artista, aos grandes progressos conseguidos nestes últimos anos na técnica da construção e sobretudo ao novo espírito que reina em contraposição ao neoclassicismo, frio e insípido. Portanto, praticidade e economia, arquitetura de volumes, linhas simples, poucos elementos decorativos, mas sinceros e bem em destaque, nada de mascarar a estrutura do edifício para conseguir efeitos que no mais das vezes são desproporcionados ao fim, e que constituem sempre uma coisa falsa e artificial. (LEVI, 1925)

Rino Levi ressalta, ainda, que o que se faz e estuda no exterior deve ser adaptado ao caso específico das cidades brasileiras, devido às particularidades do clima, da natureza e dos costumes, “dando às nossas cidades uma graça de vivacidade e de cores, única no mundo.”

Gregori Warchavchik, nascido na Ucrânia e formado na Itália, chegou ao Brasil em 1923 (três anos depois de se formar em Roma). Seu artigo foi publicado originalmente na Itália em 1925 sob o título “Futurismo”. No Brasil, foi publicado em 01 de novembro de 1925, no Correio da Manhã. No texto, Warchavchik destaca:

Para que a nossa arquitetura tenha seu cunho original, como o têm as nossas máquinas, o arquiteto moderno deve não somente deixar de copiar os velhos estilos, como também deixar de pensar no estilo. O caráter da nossa arquitetura como das outras artes, não pode ser propriamente um estilo para nós, os contemporâneos, mas sim para as gerações que nos sucederão. (WARCHAVCHIK, 1925; Acrópole, 1953).

Mas quando se trata de relacionar a vanguarda brasileira dos anos 1920 e os concursos de Arquitetura, um nome se destaca: Flávio de Carvalho (DAHER, 1982). Um dos principais provocadores e polemistas da vanguarda brasileira a partir dos anos 1920 teve formação dupla na Inglaterra: nas Belas Artes (durante o dia) e na Engenharia (à noite), ambiente que certamente o aproximou das experimentações da vanguarda e o inspirou principalmente nas participações nos concursos. No Brasil, iniciou sua carreira como engenheiro, no Escritório Técnico Ramos de Azevedo, resolvendo os cálculos estruturais dos projetos de arquitetura do escritório. Segundo Flávio de Carvalho:

E sempre tive as maiores dificuldades com os arquitetos da firma, porque eles não davam altura suficiente para encaixar. A estrutura não era racional, era uma estrutura encaixada, uma estrutura falsa, que entrava dentro de uma coisa que não tinha nada a ver com a época. (...) O arquiteto só pensava na parte exterior, na ornamentação, e não dava altura para as vigas. (...) Mas

não pode mudar a arquitetura, diziam. Mas tinha que mudar a arquitetura porque não cabia um vigamento, mesmo metálico. (...) Tive uma luta realmente muito grande e foi o início da minha revolta contra o estado existente na arquitetura. (CARVALHO, 1963).

Sobre a participação de Flávio Carvalho em concursos e sua contribuição para o pensamento de vanguarda no Brasil, vale registrar alguns importantes eventos. O primeiro deles é o concurso realizado entre 1927 e 1928 para o Palácio do Governo do Estado de São Paulo. Foram entregues 11 projetos e o concurso foi anulado, sem vencedores. A proposta de Flávio de Carvalho, inscrita no concurso sob o pseudônimo “Eficácia”, é um manifesto em que estão presentes diversas ideias defendidas pelo autor e que seriam reforçadas nos anos seguintes, como “o arranha-céu, a centralidade na cidade – marcada pela imponência e monumentalidade desta arquitetura – a forte presença do Estado na organização da cidade e da sociedade.” (DAHER, 1982; ROSSETTI, 2007). No que se refere à recepção editorial, o evento teve ampla cobertura dos jornais locais, espaços frequentes dos embates da vanguarda artística, como o Diário da Noite, o Diário Nacional e o Correio Paulistano. No que se refere às revistas, há registros sobre o concurso na Revista de Engenharia da Mackenzie (FLYNN, 2001).

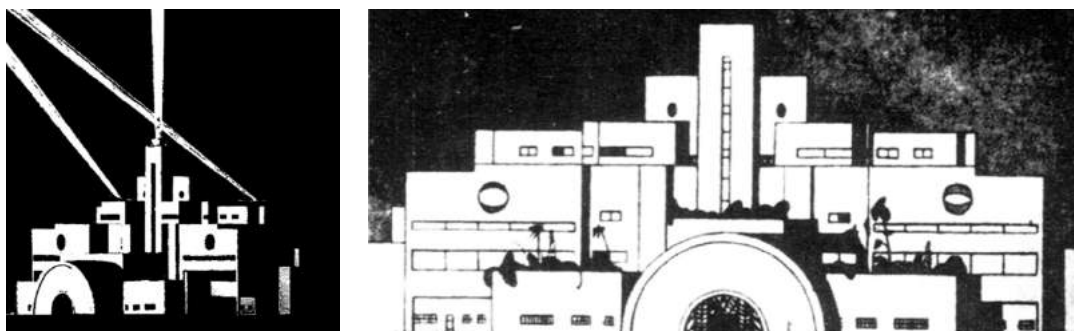


Figura 27. Concurso para o Palácio do Governo de São Paulo, 1927.
Autor: Flávio de Carvalho. Fonte: ROSSETTI, 2007.

A proposta de Flávio de Carvalho foi defendida nos jornais por Geraldo Ferraz e Mário de Andrade, apesar de ressalvas deste último sobre alguns aspectos do projeto, como o enfoque “bélico” (influência evidente das ideias do Futurismo, que circulavam nas primeiras décadas do século XX na Europa, onde se formou, além das evidentes tensões políticas e militares vivenciadas por São Paulo à época). Sobre sua proposta, Carvalho relembrou, anos depois:

Em 1927, apoiando-se nesse sentimento de revolta antigo, eu projetei a primeira manifestação de arquitetura moderna no Brasil, o Palácio do Governo do Estado de São Paulo. O projeto era para agasalhar o governo do Estado e protegê-lo contra a eventualidade de queda do poder. Porque, nessa época, o poder era tomado quando o Palácio do Governo caía. De maneira que se o Palácio do Governo não caísse, então o governo continuava de pé. Eu projetei o Palácio do Governo, que era, em grande parte, uma fortaleza, armado com metralhadoras, local para canhões

e catapultas e coisas assim, campos de descida para helicópteros. (CARVALHO, 1963, in XAVIER, 1987, p.354)

Depois do concurso para o Palácio do Governo, Flávio de Carvalho participou, em 1928, do concurso para a Embaixada da Argentina no Brasil. O concurso foi vencido por Lucio Costa, com proposta neocolonial, sob o pseudônimo “Jeca Tatu Junior”, que também apresentou projeto de inspiração “florentina”, sob o pseudônimo “Architecto Boticelli” (FLYNN, 2001). A proposta de Flávio de Carvalho para o concurso não teve reconhecimento do júri. Trata-se de um projeto de linhas futuristas, cuja composição volumétrica se assemelha às proposições do construtivismo russo e da vanguarda europeia dos anos 1920. Sobre sua participação no concurso e os embates com o júri, o autor destaca:

Era um concurso bastante importante, dado o fato de ser uma embaixada e o terreno ser de esquina, muito grande, situado em frente ao mar. O presidente da comissão julgadora era um tal de Cristiano das Neves. O projeto foi julgado no Rio. Naturalmente, fui posto para fora do concurso porque o sr. Neves me expulsou irregularmente. Ele não podia me expulsar do concurso. E, em seguida, ele, por despeito, atirou os meus projetos nas latrinas da escola de Belas-Artes do Rio. E não fui buscar, deixei... (CARVALHO, 1963, in XAVIER, 1987, p.354)

Em palestra proferida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 1963, ao se referir ao projeto vendedor (de Lucio Costa), Carvalho declara ignorar a autoria e critica:

Mas o projeto que ganhou a concorrência, não me lembro o nome do arquiteto, era um projeto muito sem graça. Basta dizer que o salão nobre da embaixada da Argentina tinha a dimensão de quatro por três metros. Essa embaixada felizmente nunca foi construída. (CARVALHO, 1963, in XAVIER, 1987, p.354)

Em 1928, Flávio de Carvalho participou do concurso para a Universidade de Belo Horizonte (concurso vencido pelo engenheiro Eduardo Pederneiras, com estilo neoclássico. Sobre o projeto de Carvalho, Carlos Drummond de Andrade (que assinava sob o pseudônimo de Antônio Crispim) comentou:

Poucos, raríssimos foram os que compreenderam a intenção do autor, ou que a vislumbraram apenas. A maioria achou uma graça infinita e foi se extasiar diante das duas dezenas de projetos assírios, bizantinos, grego-romanos, epicenos e assexuados que lá se achavam. (conf. ROSSETTI, 2007, p.227.

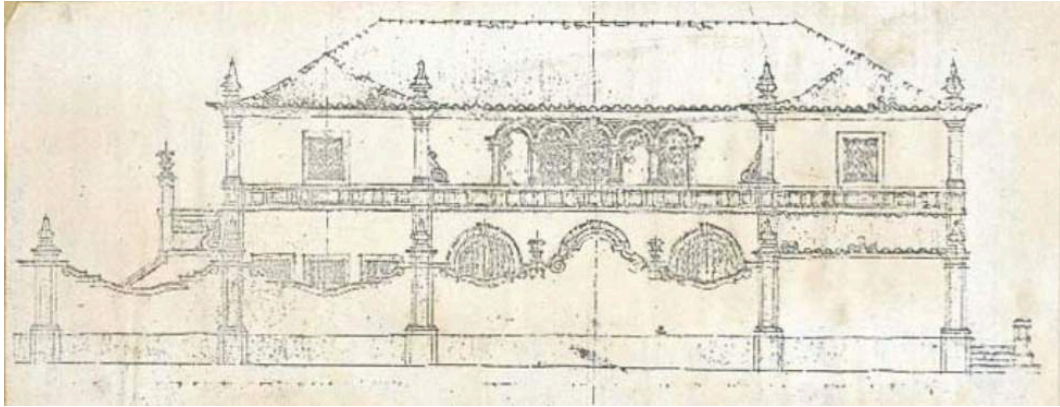


Figura 28. Concurso para a Embaixada da Argentina no Brasil, 1927.
Projeto vencedor, de Lucio Costa, de inspiração neocolonial. Fonte: portal.jobim.org.

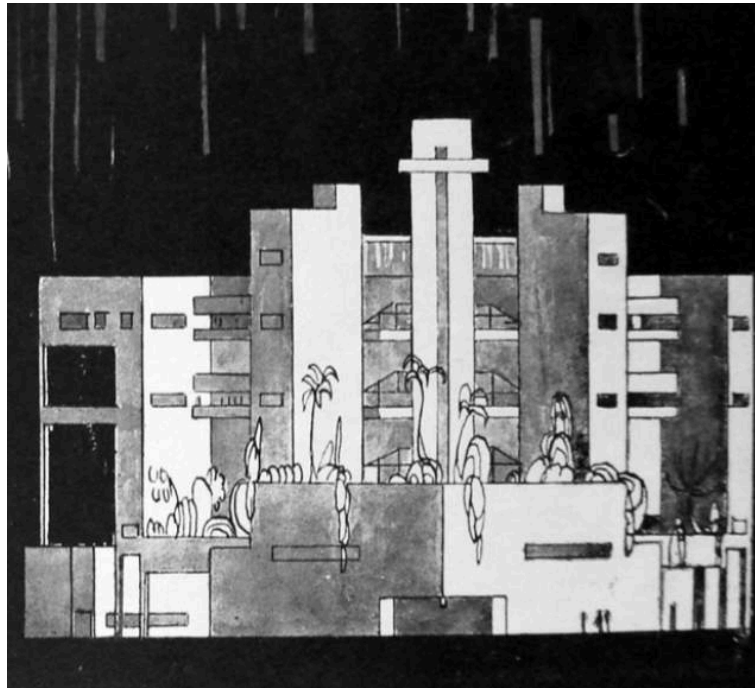


Figura 29. Concurso para a Embaixada da Argentina no Brasil, 1927.
Projeto de Flávio de Carvalho, não premiado. Fonte: ROSSETTI, 2007.

No concurso para o Palácio do Congresso do Estado de São Paulo (1929, anulado), Flávio de Carvalho apresentou proposta marcada pela mesma expressividade futurista dos projetos anteriores, porém com verticalidade mais acentuada (DAHER, 1982; ROSSETTI, 2007). De acordo com Segawa (1998), a proposta de Carvalho para o concurso foi apresentada como “a máquina de legislar”, em referência a Le Corbusier e sua “máquina de habitar”.

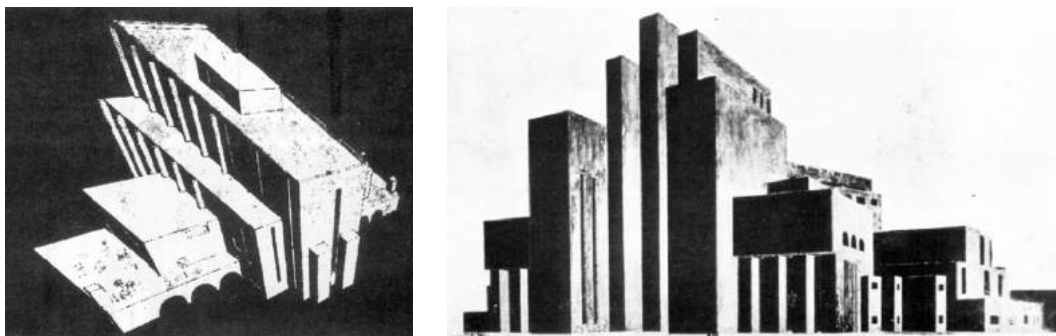


Figura 30. Projetos de Flávio de Carvalho submetidos aos concursos da Universidade de Belo Horizonte (1928, esquerda) e do Palácio do Congresso do Estado de São Paulo (1929, direita). Fonte: ROSSETTI, 2007.

O espírito bélico anunciado pelo projeto de Flávio de Carvalho para o concurso do Palácio de Governo do Estado de São Paulo (1928) e que refletia as tensões políticas vivenciadas na época se confirmaria dois anos depois. Os efeitos da Grande Depressão de 1929, após a quebra da bolsa de Nova Iorque, foram além das fronteiras dos Estados Unidos e tiveram impacto em todo o mundo. No Brasil, o impacto direto foi a crise econômica devido à queda do preço do café, que representava 70% das exportações do país. Tal desequilíbrio econômico mundial resultou em equivalente desequilíbrio político no Brasil: o candidato à presidência, Júlio Prestes, apoiado pela oligarquia do café, de São Paulo, venceu as eleições realizadas em março de 1930, porém um golpe de Estado liderado por seu opositor derrotado nas urnas, Getúlio Vargas (com apoio de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba), depôs o presidente Washington Luís, impediu a posse do presidente eleito e instaurou o governo provisório, que se converteria na ditadura do Estado Novo, que se estenderia até 1945. Em 1932 ainda houve em São Paulo uma tentativa de derrubar o regime imposto por Vargas e propor nova Constituinte. Após confrontos militares ocorridos entre julho e outubro daquele ano, o movimento constitucionalista de São Paulo foi finalmente derrotado. As disputas entre São Paulo e Rio de Janeiro nos campos econômicos, políticos e culturais seriam acentuadas, nesse período, pelos conflitos militares, e teriam impacto também em outros campos, inclusive na Arquitetura.

Um ano antes dos conflitos que culminaram na tomada de poder por Getúlio Vargas houve a primeira visita de Le Corbusier ao Brasil, em 1929. O arquiteto estava em peregrinação pela América do Sul (Buenos Aires, Montevideu, Rio de Janeiro e São Paulo), dois anos depois da mencionada derrota (ou vitória, a depender da perspectiva) na “batalha

de Genebra” (o notório concurso para a Sociedade das Nações). A visita de Corbusier seria determinante para os acontecimentos dos anos seguintes no campo da Arquitetura no Brasil. Como já amplamente relatado pela historiografia (BRUAND, 1981; SANTOS, 1987, entre outros), a visita de Corbusier foi financiada pela oligarquia do café de São Paulo: o cafeicultor paulista e mecenas dos modernistas, Paulo Prado, que recebeu o arquiteto franco-suíço em sua residência (MOREIRA e NEDELYKOV, 2001).

O poeta pernambucano Manuel Bandeira, um dos expoentes da Semana de 22*, intelectual que transitava entre os círculos artísticos e literários dos três principais centros do país na época (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife), presenciou a conferência do arquiteto franco-suíço no Rio de Janeiro e escreveu no jornal recifense *A Província* em 22 de dezembro de 1929 e em 04 de janeiro de 1930 (MARQUES e NASLAVSKY, 2011; ZAKIA, 2015):

A sala de conferência da Escola de Belas Artes estava cheia. No centro a máquina de projeções. No quadro negro algumas folhas de papel de desenho. O arquiteto Le Corbusier tomou de um pedaço de fusain e riscou o esquema de uma casa construída com pedra (...). O francês de Le Corbusier não é bonito, a dicção penosa, o vocabulário impreciso a exposição difícil e cortada de incidente. Mas o fusain e os lápis de cor suprem as deficiências orais. Le Corbusier desenha com agilidade.

(...)

...o progresso das técnicas, o aproveitamento do ferro e do cimento alterou profundamente o sistema de construção (...) Em outras palavras, - não há parede mas janela contínua. Assim a arquitetura moderna de cimento armado pode ser definida como a arte de construir pisos horizontais

O verdadeiro modernista é artista que assimilou a boa tradição e sentindo as necessidades de sua época inventa novas formas em correspondência com a vida de seu tempo.

(...)

O estilo de nosso tempo. Essa arquitetura moderna despojada de ornatos e cuja emoção artística se origina tão somente de relações simples, claras e nítidas de superfícies e volumes, luzes e sombras desorienta os hábitos visuais.(...) construção dos bangares, de transatlânticos, de automóveis, de aviões. (...) o estilo do nosso tempo, criado sem influência de formas arquiteturais do passado e condicionado pela realidade implacável das nossas máquinas. Foi a lição magnífica e verdadeira Escola de Belas Artes para os arquitetos modernos. Como veem, não basta repetir como papagaio ensinado a fórmula de Le Corbusier: A casa é uma máquina de morar. Como ele disse em sua conferência - quem mora na casa é o homem, e o homem dentro da casa pensa... (BANDEIRA, 1929, s.p).

Como relembra Miguel Pereira (1997, p.31), o regime instituído por Getúlio Vargas “cooptou intelectuais de todos os matizes ideológicos, em busca da legitimação de sua

* Manuel Bandeira, escritor pernambucano, filho de engenheiro civil, chegou a cursar Arquitetura na Escola Politécnica de São Paulo, mas os estudos foram interrompidos por problemas de saúde. Durante tratamento na Suíça, tomou conhecimento da literatura da vanguarda francesa. Sua poesia foi um dos destaques da Semana de 22.

imagem política”. No campo da educação e da cultura (incluída a Arquitetura) os grupos de intelectuais mais ligados às ideias vanguardistas tiveram espaço importante, em especial em torno do recém-criado Ministério de Educação e Saúde. O poeta Manuel Bandeira fazia parte desse círculo, que tinha como figuras centrais os mineiros Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade e incluía o compositor Heitor Villa-Lobos, o pintor Cândido Portinari, entre outros (SEGRE, 2013, p.112). Nesse contexto de transformações e disputas, a ocupação de postos nos campos da educação e da cultura era fundamental para a afirmação das visões e dos interesses de cada grupo. Dessa forma, em 1930, com o novo governo instalado, Manuel Bandeira indicou o nome de Lucio Costa para dirigir a Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro (DURAND, 1991, p.13; PEREIRA, 1997, p.78).

Vale destacar trecho da crônica publicada por Manuel Bandeira em 04 de janeiro de 1930, intitulada A Moderna Arquitetura Brasileira, no jornal *A Província*, em que o escritor pernambucano cita o jovem arquiteto Lucio Costa, ressaltando a necessidade do equilíbrio entre o novo e a tradição como elementos necessários à formação da arquitetura moderna brasileira:

É preciso repetir a essa gente as palavras de Lucio Costa, um dos poucos arquitetos novos que sentem o passado arquitetônico da nossa terra: a nossa arquitetura é robusta, forte, maciça; a nossa arquitetura é de linhas calmas, tranquilas, tudo nela é estável, severo, simples – nada pernóstico.

É a esse caráter de simplicidade austera e robusta que devem visar os que pretendem retomar o fio da tradição brasileira na arquitetura. (BANDEIRA, 1930, s.p.).

Como amplamente registrado pela historiografia (FICHER e ACAYABA, 1982; PEREIRA, 1997; SEGAWA, 1998), o jovem Lucio Costa (28) – recém-apresentado às ideias da arquitetura moderna - convidou para lhe auxiliar na renovação da ENBA, entre outros, o arquiteto Gregori Warchavchik (34), que teria como assistente o também jovem e recém-formado Affonso Eduardo Reidy (21). Warchavchik, além do notório e já citado artigo publicado em 1925, havia construído a primeira residência modernista em 1927, em São Paulo, visitada por Corbusier, e também havia sido indicado por Siegfried Giedeon (após sugestão de Corbusier) como representante da América Latina para o CIAM de Bruxelas em 1930. Enfim, não faltavam credenciais ao arquiteto ucraniano, que também faria parcerias em projetos ao lado de Lucio Costa no início dos anos 1930, no Rio de Janeiro (como veremos adiante). Conforme destacam Ficher e Acayaba:

Os conceitos racionalistas, expostos pela primeira vez por Warchavchik, em seu Manifesto de 1925, foram desenvolvidos por Lucio Costa, em Razão da Nova Arquitetura (1930), para quem o Movimento Moderno representa um momento de transição da arquitetura mundial e embrião daquela do futuro. (FICHER e ACAYABA, 1982, p.114)

Le Corbusier na Escola de Bellas Artes

Le Corbusier é um modernista sensato, diz em artigo para A PROVINCIA o sr. Manuel Bandeira.

MANUEL BANDEIRA

(Especial para A PROVINCIA)

A sala de conferencias da Escola de Bellas Artes estava cheia. No centro a machina de projecções. No quadro negro algumas folhas de papel de desenho. O architecto Le Corbusier tomou de um pedaço de fusain e riscou o schema de uma casa construida com pedra: um numero com aberturas de janellas. Depois traçou no lado varios planos superpostos de cimento armado sustentados por alguns poucos cylindros. Virou-se para o auditorio e explicou:

— O progresso das technicas, o aproveitamento do ferro e do cimento alterou profundamente o systema de construção. Na construção antiga de pedra e tijolo as paredes desempenham a dupla função de sustentar (pelos cheios) e de illuminar (pelos vãos). Como essas duas funções de certo modo se destroem, a architectura tinha sempre diante de si o problema de conciliá-las, de estabelecer o equilibrio entre aquelles dois principios oppositos. Nos edificios de cimento armado tal problema desaparece inteiramente. E' que a sustentação não se apoia nas paredes mas em postes, de sorte que toda a area das paredes externas, descontada apenas a espessura dos pisos, pôde ser affecta á illumination. Em outras palavras — não ha parede mas janella continua. Assim a architectura moderna de cimento armado pôde ser definida como a arte de construir pisos horizontaes.

Le Corbusier desenhista
O francês de Le Corbusier não é bonito, a dicção é penosa, o vocabulario impreciso, a exposição difficil e cortada de incidente. Mas o fusain e os lapis de cor suppreem as deficiencias oraes. Le Corbusier desenha com agilidade. Em dois segundos surge no papel um destes sobradinhos de sacadas que eram antigamente o typo commum de construção nos bairros commerciaes do centro da cidade.

Foi nesse momento que se trahiu a burrice de uma parte da assistencia. Pensavam que havia intenção de debique da parte do conferencista. Este, ouvindo o murmurio de riso, disse ainda de costas para o publico: — Nesse specimen de architectura, allias delicioso... Aqui o riso augmentou. Le Corbusier virou-se e protestou com espanto: — Mais oui, c' est delieieux. Por-

Deputados do Rio não são architectura. Os falsos architectos não possuem o senso profundo da construção verdadeiramente architectonica. São profissionaes de "estyls". No entanto não sabem o que é estylo. "O estylo está na produção geral de uma época e não na superfectação ornamental: a rocailha não é o estylo XV, o lotus não é estylo egypcio, etc." (No Brasil: a telha curva, o azulijo não é o estylo da casa brasileira.)

Ainda imaginamos que a architectura é a arte cara de fazer fachadas muito enfeitadas. E a propria maioria dos pseudo-architectos não reflectiu que "o exterior resulta do interior".

Por essas considerações se percebe o sentido do modernismo de Le Corbusier. Isso é realmente esthetica racional e de todos os tempos — a do Phidias de Parthenon, do Miguel Angelo do projecto de S. Pedro de Roma (estragado pelos successores), do Mausart dos Inválidos, do Le Corbusier das casas de Moradia que vimos em projecção no dia de sua conferencia.

O estylo do nosso tempo
Essa architectura moderna despojada de ornatos e cuja emoção artistica se origina tão somente de relações simples, claras e nitidas de superficies e volumes, luzes e sombras desorienta os habitos visuaes. Foi preciso, para que ella apparecesse, que engenheiros da mais alta especialização technica trabalhassem em dominios inteiramente novos e aparentemente sem ligação com a "arte dos estyls", a arte dos Luizzes: construção de hangares, de transatlanticos, de automovais, de aviões. Nisto tudo é que está o estylo do nosso tempo, criado sem influencia de formas architecturales do passado e condicionado pela realidade implacavel das novas machinas. Foi uma lição magnifica e a verdadeira Escola de Bellas Artes para os architectos modernos.

Como vêem, não basta repetir como papagalho ensinado a formula de Le Corbusier: A casa é uma machina de morar. Como elle disse em sua conferencia — quem mora na casa é o homem, e o homem dentro da casa pensa.

MAUA' deu ao Brasil o primeiro navio a vapor sob a bandeira nacional, o primeiro estaleiro, a primeira ferro via, o Banco Nacional e — assim, de tudo — o telegrapho submarino.

O actual regimen de exames secundarios

USINES CARNEIRO

(Especial para A PROVINCIA)

A serviço deste jornal, andámos o anno passado, por esse mesmo tempo, á procura de varios directores de collegios particulares com o fim de ouvir a opinião de cada um delles sobre os dois regimens de exames secundarios, ainda hoje em vigor.

O regimen seriado estava em principio de execução e o parellado já começava a fazer as suas despedidas, sem deixar saudades a ninguém.

Todos os professores com quem falámos, sem nenhuma excepção, se manifestaram positivamente favoraveis á nova reforma do ensino na parte em que esta fixava o numero de annos para se concluir o estudo de preparatorios, não exclusivamente pelo facto, allias de importancia muito relativa, de ser determinado o prazo para o estudante completar o curso. Mas é que nã se estabelecia um plano para uma distribuição gradativa e harmonica das diversas disciplinas comprehendidas no Curso de Humanidades.

De facto, a seriação obedeceu a um criterio até certo ponto louvavel. Ninguém poderá negar que ella presentemente se resinta de bastantes reparos, urgentes e indispensaveis, ao nosso ver.

Faz apenas tres annos que demos inicio á execução da reforma. Ainda nos achamos, a bem dizer, na phase de experimentação, que é, sem duvida, a mais delicada.

E' muito justo que não tenhamos ainda tudo perfeitamente em ordem. As pequenas e as grandes falhas vão apparecendo com o decorrer do tempo. A experiencia nos irá mostrando onde residem as lacunas que deverão ser corrigidas e as excrecencias que precisam de ser logo aparadas.

O Departamento Nacional de Ensino, dentro desses dois ultimos annos, já andou tomando algumas medidas no intuito de fazer sanar certas irregularidades existentes no regulamento que restaurou os exames seriados.

A continuar como vamos, com a mesma preocupação honesta de tornar o ensino secundario o mais eficiente e racional possivel, em breve muito teremos conseguido realizar nesse campo da

Liga Pernamb

Morta

A festa das mães merecedoras do P

Deverá realizar-se hoje, nos jardins do Palacete, o Natal das crianças promovido pela Liga Mortalidade Infantil, da presidente a exma. srta. d. J. C. Tello, Branco Coimbra.

Por esta occasião serão dos sapatos, roupinhas e dos com todas as crianças sentarem cartões, as que dem a 3.000. As crianças nhadas dos seus paes ou vels precisam comparecer ao antes da hora da distribuição local acima indicado, para a sua organização.

A homenagem ás "mães merecedoras"

Pela primeira vez, no Brasil, se render homenagem ás "mães merecedoras", como são chamadas na França. A's mães pobres e necessitadas pela Liga Pernambucana a Mortalidade Infantil amamentam os seus filhos e recebem um "lunch", logo depois do Natal das crianças. Esta homenagem é semelhante a que se vem realizando em Paris, como premio ás mães que se mostram mais devotas na criação dos seus filhos.

Vida

Os exames no Gymnasio Pernambucano — A festa das mães merecedoras do P

GYMNASIO PERNAMBUCANO

De ordem do dr. director do Gymnasio Pernambucano convidamos os srs. membros das comissões examinadoras a comparecerem amanhã (23) ao estabelecimento.

Resultado dos exames de matematica do 1.º anno dos alunos do Gymnasio:

Antonio de Figueiredo, 8; Amaro Archangel, 9; Antonio I...

Figura 31. Le Corbusier na Escola de Bellas Artes. Texto de Manuel Bandeira. Publicado em 22 de dezembro de 1929, no jornal A Província, de Recife. Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

visar pela
za Filho

na--A missa
A missa que
brar hoje, na
agens do Se-

toriano Regueira
Amaro Lopes, Nu-
da Silva, Isaac Sa-
Puleão, Elpidio
nos, Euclides Mal-
ta, Mario Ouedes
Almeida Alves de
Gomila, Adolpho
de, Djalmir Farias
cena de Luna Pi-
Oliveira Cavalcen-
e Mattos, Manoel
Pedro Luiz Para-
Archer de Sá, Ar-
Almeida Monteiro,
a Regueira, Tho-
maes Anselmo Pas-
Rodolpho Arau-
José Valciano Ló-
Mello, Francisco
Iguaba Netto, A.
Ira, Maello Alves
Aristarcho de
da Silva, João Jo-
Augusto Rodri-
Araujo, Rubeis-
cisco d'Albuquerque
afayette Rezende,
buquerque Mello,
Leite, Aluizio Mar-
alçado Calheiros,
sitta, Thomaz Ló-
da de Souza, Be-
Oscar Brandão,
lindo, Lourenço G.
leandri, Acilides Ri-
lito Carneiro Cam-
Fragoso, Sebastião
Antonio de Miran-
da Pereira, Eduar-
da, Eurico de Si-
Antonio Carlos
Bardiles, José
Apluchio d'As-
iniquos, viana Al-
lino, yviva Rodri-
Albuquerque
família Julio Sen-
municipal do Re-
centar por uma
esta dos srs. De-
l. Duarte Dias e
da na economia
berta de Souza, I-
nseño, em nome
o prefeito de
milia do deputado
sentando pezar-
tiva do sr. Demo-
o Conselho fez-se
itero do deputado
Petrolina pelo dr.
Ira, chefe da fir-
"Cia.", na Bahia.
na matriz de San-
Antonio
s. o dr. Estacio
ator do Estado,
a matriz de Santo
a suffragio da al-
Souza Filho.
do Senado de São
Paulo, presidente do
do senador Can-

Vicente de Rego Mon-
teiro

RAUL DOS PASSOS
(Especial para A PROVINCIA)

Desta velha engenho algomo-
ando continue vir passar o meu
tranquillo Anno Bom, sonho de
saber pela A PROVINCIA que Vi-
cente de Rego Monteiro vem ahí
que Vicente de Rego Monteiro
vai chegar qualquer desses dias
ao Recife.

Ha seguramente dez annos que
Vicente está fora do Brasil, fi-
zado em Paris, "vencendo em
Paris", impondo-se á admiração
dos criticos mais argutos das no-
vas tendencias na pintura, atra-
vêr de um trabalho a que não
faltam qualidades bellissimas de
técnica, ao lado de um forte
sentido intuitivo, pessoal e quasi
místico.

Ha na pintura do victorioso
artista brasileiro ressemblanças
fortes de o sculptor que elle foi
na sua primeira phase de activi-
dade: e essas ressemblanças natu-
raes o desenho de Rego Montei-
ro de um relevo de uma scul-
tura, de um contorno negro e
imponente que ordinariamente se
associações á escultura. E' co-
mo si nos seus telas se imagina-
se revolvendo contra a contin-
gencia de se achatarem nannas
como fatias para sandwich, e gar-
dubassem corpo, enrobescendo-se
do relevo que é a vantagem ma-
xima da escultura sobre a pin-
tura.

Mas por outro lado, a pintura
pode dar nos nossos olhos deli-
cias e rapidez que a escultura
jamais nos poderá offerrecer: o
ambiente, a cor, a sombra, todas
essas suggestões que não deixam
a figura ficar sozinha, antes a
pedem á vida, á natureza, ao
concreto.

Nos trabalhos de Vicente de
Rego Monteiro, essas qualidades
se combinam, essas vantagens
ento que se completam: a escul-
ptor se alonga e o plater para
uma victoria maior de expres-
são. Victoria bellente que faz
do nosso conterraneo um dos re-
lentos mais pessoes da nova ge-
ração de pintores que o Paris in-
quieta da "post-guerra" equili-
bradamente rema, e de seu trabalho
uma das affirmções mais signi-
ficativas da pintura "post-Pleus-
so", desobscurecida do amue-
do, visando na movimentação
de massa em relevo um lyricismo
vibrante, forte, arrejado.

Vicente de Rego Monteiro que
ha dez annos deixou um Brasil
incapaz de lhe acompanhar a ex-
pressão nova e incisiva, talvez en-
contro, desta vez, uma critica

A moderna architectura bra-
sileira

E' o caracter de simplicidade aus-
têr e robusta que devem visar os
que pretendem retomar o fio da tra-
dição brasileira, na architectura.

MANUEL BANDEIRA
(Especial para A PROVINCIA)

A guerra de 1914 provocou em
todo o mundo uma como revivis-
cencia do sentimento nacional, que
andava adormecido por varias de-
cadas de propaganda socialista acti-
va. As elites subavam com uma
organização politica e social má-
luta nãua humanidade sem fron-
teiras. Mas, porém, se declarou o
conflicto, o espirito feroz de patria
apoderou-se de todos, inclusive de
socialistas. Nas nações belligeran-
tes o movimento nacionalista assu-
miu naturalmente as formas do pa-
triotismo o mais aggressivo. Em
paizes mais remotamente interessa-
dos, como foi o caso do nosso, o sen-
timento nacional exprimiu-se mais
sensivelmente nas artes, por uma
volta nos assumptos brasileiros.

A musica culta entrou a recolher
systematicamente a musica popular
desde o tempo da colonia. As artes
plasticas tomaram um que de pri-
mitivo, como que procurando hã-
lar a leguandade de cor e desenho
das promessas de congornas do
Campo e Bom Jesus de Pirapora. Os
modernistas da literatura, após um
breve periodo de trabalho tecnico
em que reflectiram a sensibilidade
dos novos grupos de vanguarda,
queriam e de repente a considerar
"uma que accidia a terra á fructi-
fica". E' ha então uma verdadeira
corrida para aproveitar tudo.

A casa brasileira

Foi esse movimento que a archi-
tectura procurou tambem acompa-
nhar tentando criar a casa brasilei-
ra. O fim do segundo imperio as-
siguioni a decadencia do espirito
tradicional na construção. Não
havia mais nem a lembrança de
quelles castros de engenheiros
que riscavam com mão forte e so-
bria os projectos de igrejas e de
casas de camera e governo. Os Ca-
lheiros e os Alpeles foram, á falta
de architectos, succedidos pelo mo-
derno-obraes portuguez, fagueiro in-
credulo do lambecismo, das compa-
reiras do plãtãndia e do max-
moze flagido. Mas este ainda fazia
os castros rectangulares com, ao
lado, a nichedora vana. O que
veiu depois em ainda peor: uma
pretensão á estylo. A Avenida
Atlantica, colleção de atleões, fi-
zista casa épica, a mais detesta-
vel da architectura em nosso país.

O meu gôsto tomou taes propor-
ções que as velhas casas pedonadas
do tempo da colonia e da mem-
ria assumiram por contraste um
ar distincto e raçado, um ar de no-
breza para sempre extinta na re-
publica.

Foi dessa contemplação melanco-
lica que nasceu, de uns quinze an-
nos para cá, um movimento de ef-
feto em favor da casa brasileira. Era
preciso, aconselhava-se, construir a
casa brasileira dentro da tradição
secular que a definira segundo as
necessidades do nosso clima, dos nos-
sos costumes e das nossas neces-
sidades.

O movimento pegou, — pegou
demais. Fabricaram com detalhes-
nhos de ornato um "estyllo", deram-
lho um nome errado, e ahí está, nas
casinhas casitas de telha curvar e
azulejos enveredos, ent que nem o
renascimento da velha architectura
brasileira começado a pregar em
São Paulo pelo sr. Ricardo Severo.
A "Machina de morrer", de Le Cor-
busier

O meu amigo José Maranhão an-
da agora com um trabalho damni-
do para mostrar que nada disso é
"casa brasileira", que não basta
azulejo e telha curva para fazer
architectura brasileira, que os "pro-
fiteiros" da moda (porque hoje é
moda ter o seu "bungalow colo-
nial") sacrificaram intelligentemente o
espirito architectonico da renova-
ção á exterioridade banalissima.

E' de facto o que está aconte-
cendo. Os grupos escolares, os edifi-
cios de Camaras municipais que
se estão construindo dentro do "es-
tylo" representam o que ha de mais
contrário ao caracter da construc-
ção em que "se discut" se mani-
festa. Fiquei horrorizado em Sabo-
ra quando vi a nova casa de Cama-
ra, que apesar de todos os mata-
dores neo-colonias não passa de
um casarãozinho ridiculo, no passo
que ao lado o velho robrado da Ca-
mara guarda uma linha de robusta
organidade, esse ar de casa que não
é enfeito urbano, mas na definição
de Le Corbusier — machina de mor-
rar. O caso da Camara de Sabo-
ra é tipico, porque por um lado de
outro o padrão inspirador e o pas-
tiche destruidor, um contraste
verdadeiramente grotesco.

Não sei em que pó anda o movi-
mento em Pernambuco. Mas se ahí
tambem lastro o bangalor colo-
nial, repitam as palavras de Luiz
Costa, um dos poucos architectos
novos que sentem o passado archi-
tectonico da nossa terra: a nossa
architectura é robusta, forte, mas-
sica; a nossa architectura é de li-
nhas calmas, tranquilas; todo mel-
li é estavel, severo, simples, — na-
da pernóstico.

E' a esse caracter de simplicida-
de austera e robusta que devem vi-
zar os que pretendem retomar o fio
da tradição brasileira na architec-
tura.

FR

O do
Prisco
Benedic

CONF

Deve
correr
10.5 em
adminis-
ria de
na busi-
do Rec-
diverso

O in-
landa,
de tout

CO

A di-
Be as i
reunião

Tend-
de inte-
to de t

UNIAO

A di-
Cathob-
sões q
loteria

dia 2 e
transfe-
corrent

CU

O sr
rá and-
chipsis

CM

Have
faria d
horas.

Have
igreja.

Em
dr. Ju-
milia n
nhã as
legio S.
sagem
fallecem

— Se

Ponha,
dia por
comme
S. Paul
autono

Figura 32. A moderna arquitetura brasileira. Crônica de Manuel Bandeira. Publicada em 04 de janeiro de 1930, no jornal A Provincia, de Recife. Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

O corpo docente “academizante” foi afastado com a chegada de Costa e sua equipe, mas a “revolução” na ENBA durou pouco: diante da pressão dos grupos tradicionalistas, Lucio Costa foi exonerado do cargo em setembro de 1931. A exoneração causou protesto entre os estudantes da ENBA, que organizaram uma greve. Dentre os grevistas, destacavam-se os estudantes Luiz Nunes (21); Ernani Vasconcellos (21); Jorge Machado Moreira (27); Álvaro Vital Brazil (21) e Oscar Niemeyer (23). Conforme relembra Roberto Segre (2013):

...depois da crise da ENBA, Lúcio Costa galvanizou um grupo de jovens da vanguarda, que atuava em concursos com uma postura bastante coesa, tanto em termos estéticos quanto em relações pessoais (SEGRE, 2013, p.99)

Nesse contexto conturbado de “revoluções” e “contrarrevoluções” (ou “golpes” e “contragolpes”, a depender da perspectiva), foi realizado entre 1930 e 1931 o concurso internacional para o Farol de Colombo, monumento em celebração às américas, a ser construído na República Dominicana. Uma das etapas do julgamento foi realizada no Rio de Janeiro e teve como membros do júri Raymond Hood, Eliel Saarinen (primeiro e segundo lugares no concurso para o Chicago Tribune, realizado em 1922), Horacio Acosta y Lara e Frank Lloyd Wright. Foram submetidos 455 projetos, avaliados em duas etapas (GONZÁLEZ, 2007). Ao chegar no porto do Rio de Janeiro, Frank Lloyd Wright foi recebido pelos estudantes grevistas, que buscavam apoio ao movimento (MOREIRA e NEDELYKOV, 2011). O arquiteto estadunidense, em sua estada no Rio de Janeiro, visitou, em companhia de Lucio Costa e Gregori Warchavchik, a Casa Nordshild, projetada pelo arquiteto ucraniano, que apesar da notoriedade de do reconhecimento nacional e internacional, a partir de 1933 “praticamente paralisa a sua produção” (SEGAWA, 1998, p.73).

Flávio de Carvalho participou do concurso para o Farol de Colombo e, apesar de seu projeto não ter sido premiado, teve grande visibilidade, sendo citado em publicações no Brasil e no exterior (DAHER, 1982; SEGAWA, 1998; GONZÁLEZ, 2007). O projeto é marcado pela forte expressividade plástica e volumétrica, simetria e evidentes referências à cultura autóctone da América Central.

Segundo Segawa (1998, p.50), Flávio de Carvalho foi “sempre um concorrente malsucedido mas formidável polemista”. Ao avaliar o conjunto de propostas e reflexões do arquiteto, sua “saúdável ação demolidora” (conforme carta de Lucio Costa e Geraldo Ferraz, 1948) e sua presença na historiografia da arquitetura brasileira, arriscamos ponderar que a não materialização de seus projetos não diminuiu o impacto e o potencial de suas proposições, que são objetos de reflexão e debates até os dias de hoje.

Destacaram-se também, no concurso para o Farol de Colombo, as propostas da vanguarda russa, como o projeto de Konstantin Melnikov. O concurso, que teve a participação de nomes consagrados (como Alvar Aalto e Tony Garnier, entre outros) foi vencido pelo jovem estudante de Arquitetura britânico Joseph Lea Gleave, aos 23 anos. A construção foi lenta e interrompida nos anos 1940 e concluída apenas em 1992

(GONZÁLEZ, 2007). Os projetos submetidos ao concurso do Farol de Colombo são mais uma síntese do rico repertório e das múltiplas e conflitantes visões sobre a Arquitetura nas primeiras décadas do século XX, visões que tiveram forte influência sobre o meio acadêmico e profissional e, especificamente, sobre os concursos realizados no Brasil nas décadas seguintes, como veremos.



Figura 33. Lucio Costa, Frank Lloyd Wright e Gregori Warchavchik, na casa Nordchild (projeto de Warchavchik), no Rio de Janeiro, 1931, na ocasião do julgamento do concurso para o Farol de Colombo. Fonte: Instituto Antonio Carlos Jobim (www.jobim.org)

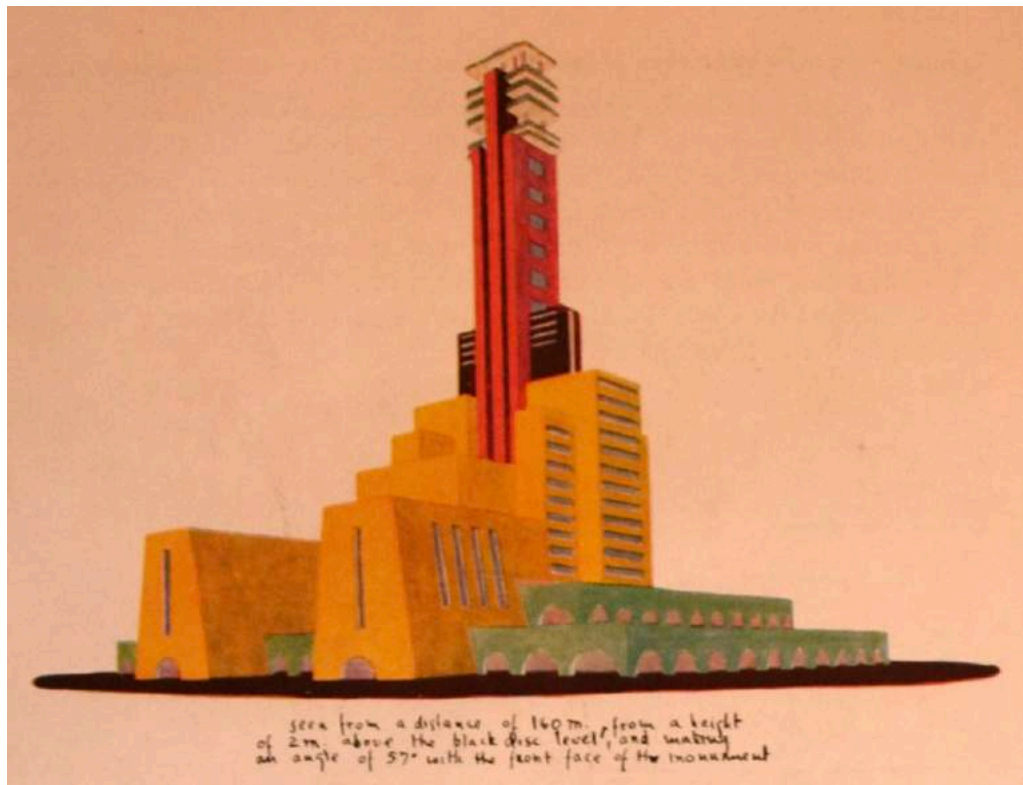


Figura 34. Projetos submetidos ao concurso Internacional para o Farol de Colombo, República Dominicana, 1931. Acima: projeto de Flávio de Carvalho. Abaixo, à esquerda: projeto vencedor, de Joseph Lea Gleave. Abaixo, à direita: Projeto de Konstantin Melnikov. Fonte: GONZALEZ, 2007.

1935 a 1949 . a tomada do campo

Ministério de Educação e Saúde: política e arquitetura.

Vila Operária de Monlevade: quem venceu o concurso ?

Sede da ABI: exclusão entre modernos.

Ministério das Relações Exteriores: diplomacia regional.

Brazil builds e os concursos de arquitetura: síntese de um ciclo.

Sede do IAB-SP: experiência colaborativa

Entre 1920 e 1940 a população do Brasil cresceu de aproximadamente 30 milhões para 41 milhões. Em 1940 a cidade do Rio de Janeiro era a mais populosa, com cerca de 1,7 milhões de habitantes, seguida de São Paulo, com 1,3 milhões de habitantes. A terceira maior, naquele momento, era Recife, com cerca de 350 mil habitantes (IBGE, 2018). Getúlio Vargas comandou o país a partir de 1930 e se manteve no poder até 1945 (a partir de 1937, no regime do Estado Novo).

O governo ditatorial de Vargas foi marcado por uma política “ambígua e pragmática” (SEGRE, 2006, s.p), ao mesmo tempo abrindo e restringido espaço, ora aos setores conservadores, ora aos progressistas. No plano internacional, flertou ao mesmo tempo com a política liberal dos Estados Unidos e com os regimes fascistas europeus (SEGRE, 2013, p.13):

No plano nacional, o governo Vargas primeiramente reprimiu os comunistas em 1935, aprisionou Prestes e em 1936 entregou aos nazistas sua esposa alemã Olga Benário em estado de gestação, que viria a morrer no campo de extermínio de Bemburg em 1942(...). (SEGRE, 2013, p.103)

Na Arquitetura, abriu espaço tanto para as linhas acadêmicas quanto para as modernas, conforme os interesses e o pragmatismo político.

Coexistiram ministros artisticamente “incultos”, que apoiaram a construção de sedes acadêmicas — Artur de Souza Costa, ministro da Fazenda; Salgado Filho, ministro do Trabalho; Eurico Gaspar Dutra, ministro de Guerra —, com a figura de Gustavo Capanema, Ministro de Educação e Saúde, que deu respaldo à artistas renovadores, que buscavam uma linguagem para um novo Brasil. (SEGRE, 2006, s.p)

(...)

Em uma nova dinâmica autoritária do governo, assumiram maior importância política as figuras dos ministros relacionados com as prioridades funcionais do Estado, em grande parte relacionadas com as necessidades populares: defesa, educação, cultura, saúde, trabalho e economia. Assim, as decisões relativas às novas edificações emanavam do poder central - Getúlio Vargas - e para serem colocadas em prática dependiam das afinidades arquitetônicas de cada uma dessas personalidades políticas. (...) o que explica as tendências estéticas divergentes dos edifícios construídos quase contemporaneamente. Capanema foi o único que apoiou a vanguarda cultural e arquitetônica - atitude controversa, isolada e duramente criticada pelas forças conservadoras (...). (SEGRE, 2013, p.76)

No início do governo de Vargas as profissões dos campos da Engenharia e da Arquitetura foram regulamentadas, com a publicação do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933. Os concursos tornaram-se obrigatórios para edifícios públicos “de grandes proporções” a partir da Lei 125 de 1935, que foi desrespeitada pelo próprio Vargas, de forma recorrente. Entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950 surgiram as primeiras escolas autônomas de Arquitetura no país. E como bem contextualiza Sylvia Fischer:

Imbricadas, portanto, estavam uma estratégia de constituição e expansão de prestígio profissional, uma mudança de orientação estética (naquela conjuntura, em direção ao modernismo) e uma reforma do ensino institucional que permitisse caracterizar um novo profissional arquiteto. (FICHER, 2005, p.246)

Trata-se de um período em que a Arquitetura idealizada e produzida no Brasil ganhou prestígio internacional e se destacou pela criatividade e unidade:

A produção deste período, que se estende até inícios da década de 50, foi a mais fértil e unitária da arquitetura moderna brasileira. (FICHER e ACAYABA, 1982, p.26)

Apesar dos ensaios vanguardistas de São Paulo, é principalmente no Rio de Janeiro, e também em Recife, pela força e autoridade do Estado, que a nova arquitetura se materializou:

O que fica desse primeiro tempo modernista é a impressão de que as raízes da arquitetura brasileira efetivamente foram aí lançadas, florescendo, porém, num terreno mais fértil, propiciado pelo mecenato estatal, no Rio de Janeiro. (PEREIRA, 1997, p.76)

No panorama internacional, trata-se de período marcado pelas tensões que levaram à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, em seguida, pelo acirramento das disputas entre os blocos liderados pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética, potências que saíram mais fortalecidas do pós-guerra e que buscavam ampliar seus domínios nas relações internacionais, desde aspectos políticos, armamentistas e econômicos, quanto culturais. O “Macartismo”, política de perseguição implantada nos Estados Unidos por temor ao Comunismo, teve impactos além de suas fronteiras, com efeitos sobre a política, a economia e a cultura do Brasil, inclusive na Arquitetura.

Os concursos, como veremos, apesar de eventos de exceção no Brasil, foram instrumentos importantes no período (quando convenientes à política e à profissão), mesmo que não unânimes, nesse contexto de “tomada do campo” e da “constituição e expansão de prestígio profissional”.

Ministério de Educação e Saúde: política e arquitetura.

PDF, n. 18, set. 1935

Em 03 de dezembro de 1935 foi publicada a Lei 125, assinada pelo presidente Getúlio Vargas, que estabelecia regras sobre a construção de edifícios públicos. O Artigo 5º definia: “Nenhum edifício público de grandes proporções, será construído sem prévio concurso para escolha do projeto respectivo.” No ano seguinte, a referida Lei seria desrespeitada pelo próprio governo, com a anulação do concurso para o Ministério de Educação e Saúde (MES), vencido pelo arquiteto Arquimedes Memória, e a entrega da encomenda, sem concurso, ao arquiteto Lucio Costa. A inovação que os jovens vanguardistas que integravam a equipe de apoio do Ministério esperavam do concurso não se apresentou, em grande parte devido às próprias limitações do edital do concurso, das normas urbanísticas, e pela composição de um júri refratário às inovações.



Figura 35. Projeto vencedor, de autoria do arquiteto Archimedes Memória, para o concurso do Ministério de Educação e Saúde Pública, no Rio de Janeiro, 1935.

Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br>

O episódio, amplamente registrado pela historiografia (CAVALCANTI, 1995; SEGRE, 2013, entre outros), pode ser interpretado sob pelo menos duas perspectivas complementares: primeiro, o conflito entre a arquitetura de vanguarda e a acadêmica, como expressões simbólicas dos conflitos entre as políticas progressista e a conservadora, naquele momento; segundo, o insucesso do concurso como instrumento de contratação pública naquele contexto de crise e confrontação, em que inovação e espírito democrático nem sempre estavam do mesmo lado.

De acordo com depoimento do ministro Gustavo Capanema, em entrevista concedida em 1968 (XAVIER, 2003):

Pedi ao presidente que me autorizasse abrir um concurso para a construção de um novo edifício para o Ministério da Educação e Saúde Pública. [...] Aberto o concurso e julgados os trabalhos apresentados, foi escolhido, em primeiro lugar, o projeto do arquiteto Archimedes Memória [...]. Era uma situação difícil, especialmente em meio a uma opinião pública inteiramente aderida àquele tipo de arquitetura e, de certo modo, havia a dificuldade do governo, as despesas realizadas, e o prêmio que deveria ser conferido. [...] Conteí então ao presidente a minha decisão de não abrir novo concurso para o projeto, pois o resultado poderia ser o mesmo. Ficara eu impressionado com a beleza dos projetos de Lucio Costa, Reidy, Carlos Leão, dos arquitetos novos e jovens que competiram e que não haviam sido premiados no concurso. Havia projetos muito interessantes, inteiramente revolucionários, inteiramente novos. Eram um "estouro". [...] Com a autorização do presidente, compus uma comissão constituída por Lucio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconsellos, Carlos Leão, Jorge Moreira e Oscar Niemeyer. (XAVIER, 2003, p.121-126).

O concurso do MES é um exemplo dos interesses em jogo na construção de um edifício público, especialmente em circunstâncias de conflitos de ideias e disputas de poder (tanto no campo da política quanto da profissão), como foi o caso. A carta escrita pelo arquiteto Arquimedes Memória, vencedor do concurso, ao Presidente Getúlio Vargas, ao saber do cancelamento do certame e da encomenda direta a Lucio Costa, ilustra como as disputas arquitetônicas e políticas se mesclavam no Brasil “pós-revolução 1930”, e que a xenofobia e o antissemitismo que pairavam na Europa entre guerras também contaminavam o ambiente arquitetônico:

Acabamos de saber, entretanto, com grande surpresa nossa, que o Sr. Ministro da Educação, tendo encomendado, sem concorrência, ao arquiteto Lucio Costa, vários projetos, dentre eles o do futuro Palácio para a sede do Ministério (...) esse arquiteto é sócio do arquiteto Gregori Warchavchik, judeu russo de atitudes suspeitas, por esse mesmo Sr. Lucio Costa levado para uma cadeira da Escola Nacional de Belas-Artes, onde ambos tanto têm concorrido para as constante agitações em que esta escola se tem visto. (...) Não ignora o Sr. Ministro da Educação as atividades do arquiteto Lucio Costa, por, pessoalmente, já o mencionamos a S. Exa. entre vários filiados ostensivos à corrente modernista que tem como centro o Clube de Arte Moderna, célula comunista cujos principais objetivos são a agitação no meio artístico e a anulação de valores reais que não comunguem no seu credo. Esses elementos deletéreos se desenvolvem justamente à sombra do Ministério da Educação, onde têm como patrono e intransigente defensor o Sr. Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do Ministro. (A SEDE DO MEC..., 1975, p.21-22)

Arquimedes Memória também escreveu ao ministro Capanema, em 1936, sobre suas “preocupações” relativas aos caminhos políticos tomados pela arquitetura brasileira, ameaçada pelos “comunistas”:

Anuncia-se para breve as conferências do sr. Le Corbusier, na Universidade do Rio de Janeiro. (...) Le Corbusier é famoso criador das “máquinas de morar”, como ele chama à moradia.

*(...) O sr. Ministro Capanema deveria ter desconfiado, um pouco, das insinuações que recebeu, forçosamente, para convidar o sr. Le Corbusier. O nome de Corbusier está muito ligado à Rússia soviética. No Ministério de Educação trabalham atualmente vários arquitetos, cujas ideias comunistas são do domínio quase que público, mas, apesar de tudo, os mesmos estão realizando obras de vulto, nas quais receberão grossas importâncias... Vale a pena ser-se comunista nesta terra. Cuidado, sr. Ministro. Muito cuidado.(...)**

Na primeira edição da revista Módulo após sua retomada em 1975, o poeta Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete do Ministro Gustavo Capanema, na ocasião do concurso) publicou depoimento em que explicava a decisão de cancelar o concurso:

É a representação de um arquiteto que teve seu projeto aprovado pela comissão julgadora, mas repudiado pelo ministro que, após demorado exame e de acordo com pareceres autorizados, o considerou pobre de qualidades positivas. Pagando a seu autor o prêmio devido, e obtendo do presidente da República a anulação do concurso que aprovara tal projeto, Capanema partiu corajosamente para a solução revolucionária: encomendou a jovens arquitetos, imbuídos de ideias novas, o projeto que viria a concretizar-se na obra hoje reverenciada pelos mestres da arquitetura universal. (A SEDE DO MEC..., 1975, p.21-22)

O cancelamento do concurso e a entrega da encomenda a Lucio Costa não foram eventos imediatos e naturais. Houve inclusive a tentativa de contratação de Le Corbusier para a realização do projeto, possibilidade inviabilizada pela recém-aprovada regulamentação da profissão de engenheiro e arquiteto, que impedia a contratação de profissionais estrangeiros (Decreto nº 23.569/1933). Sua participação foi garantida, no entanto, como consultor (SEGRE, 2013).

No que se refere ao objeto desta pesquisa, que é interpretar as dinâmicas do jogo à luz da recepção editorial do evento, observa-se que houve pressão e articulação dos meios profissional, intelectual e político em torno do concurso e a Revista da Diretoria de Engenharia, chefiada por Carmen Portinho, exerceu papel editorial fundamental, de defesa das ideias vanguardistas, derrotadas no certame. O número 18 da revista, de Setembro de 1935, não destacou o projeto vencedor e publicou dois projetos não premiados, de arquitetos alinhados ao pensamento vanguardista defendido pela equipe editorial: a proposta de Afonso Eduardo Reidy e a proposta apresentada pelos arquitetos Jorge Machado Moreira e Ernani Vasconcellos, arquitetos que meses depois integrariam a equipe coordenada por Lucio Costa para o projeto do MES, e que incluiria também os arquitetos Carlos Leão e Oscar Niemeyer. A publicação dos projetos não premiados é claramente uma tomada de posição dos editores contra o resultado do concurso e afirmação dos valores defendidos pelo grupo de jovens profissionais em torno da revista, alguns deles partícipes (seja como estudantes ou professores) da curta porém determinante revolução pedagógica que Lucio Costa havia

* Carta de Arquimedes Memória publicada originalmente em 18 de julho de 1936 no jornal “A Offensiva”. Publicada em “Le Corbusier e o Brasil” (SANTOS, 1987, p.145)

instituído na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) no Rio de Janeiro, entre 1930 e 1931, provocando a ira dos conservadores.

O projeto da equipe coordenada por Lucio Costa, com a colaboração conflituosa de Le Corbusier (SEGRE, 2013), se tornaria um dos cânones da arquitetura moderna brasileira e mundial, especialmente após sua publicação (em fase final de obra – o edifício foi inaugurado em 1944) no catálogo *Brazil builds* (GOODWIN, 1943), como veremos mais adiante. O processo de projeto e obra foi objeto de ampla pesquisa, consolidada na rica publicação de autoria de Roberto Segre, intitulada “Ministério da Educação e Saúde, ícone urbano da modernidade brasileira” (SEGRE, 2013).

Sob a ótica da inovação do projeto e da técnica, a obra resultante do esforço coletivo da equipe coordenada por Lucio Costa, guiada pelas lições de Le Corbusier, se destaca como obra de vanguarda, não apenas no contexto nacional como também internacional. Por outro lado, sob o ponto de vista contratação pública de projetos, trata-se do início do fim do concurso público de arquitetura. Naquele momento, como em outros ao longo da história da arquitetura no país, o processo democrático do concurso não esteve ao lado da vanguarda, ou contrariou interesses em jogo, e seria ignorado ou derrotado em diversas ocasiões, seja pela insatisfação com o resultado, pela desconfiança dos gestores ou pela intriga dos próprios arquitetos.

A sede do MES expressa um paradoxo: representação formal e espacial de um sistema de valores democrático, foi criado no seio de uma ditadura. Símbolo do Estado Novo, de orientação fascista e anti-semita, foi concebido por arquitetos e membros da vanguarda artística sintonizados com a esquerda. (SEGRE, 2006, s.p)

É importante ressaltar que os concursos promovidos pelo governo de Getúlio Vargas nos anos 1930 nem sempre tiveram desfechos favoráveis às ideias de vanguarda (SEGRE, 2013). Tanto na política quanto na Arquitetura, o período foi marcado pelos conflitos entre as diversas visões e interesses políticos, éticos e seus desdobramentos estéticos. Um exemplo nesse sentido é o concurso para o Ministério da Fazenda (1936), no Rio de Janeiro, em que um projeto vencedor, de linhas modernas, foi substituído por uma proposta em estilo clássico, do arquiteto Luiz Eduardo Frias de Moura, por exigência do ministro Arthur de Souza Costa. A proposta moderna descartada é de autoria dos arquitetos Wladimir Alves de Souza e Enéas Silva. O segundo lugar no concurso foi um projeto, também de linhas modernas, da equipe composta por Oscar Niemeyer, Fernando de Britto e Casio Veiga de Sá. Os arquitetos vencedores integravam a equipe da Prefeitura do Distrito Federal, responsável pela renovação das escolas públicas, como parte do amplo plano de reestruturação educacional proposto por Anísio Teixeira, na gestão do prefeito progressista Pedro Ernesto (médico, pernambucano, radicado no Rio de Janeiro, preso em 1937 por seu apoio aos movimentos de esquerda, contrários à ditadura do recém-instalado Estado Novo).

REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA

DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA
PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL

Anno IV
Numero 18

Setembro - 1935

Redacção e Administração: Rua General Camara, 260 - And. Terreo - Telephone 24-4189 - Rio de Janeiro - Brasil

Secretario: DJALMA LANDIM Redactora-Chefe: CARMEN PORTINHO Gerente: L. A. DE SOUZA RANGEL

Summario

	Page.
HAVLICECK e HONZIK — trad. de A. E. Reidy — Caixa de Aposentadorias de Praga	509
Concurso de ante-projetos para o Ministerio de Educação e Saude Publica	510
AFFONSO EDUARDO REIDY — Ministerio de Educação e Saude Publica	511
JORGE MACHADO MOREIRA e ERNANI M. DE VASCONCELLOS — Ministerio de Educação e Saude Publica	515
CARLOS LEXO — Directoria do Serviço Technico do Café	520
OCTAVIO DE BRITTO FIGUEIREDO — O plano director para remodelação e expansão da cidade de Ilhéus	525
JOSE ESTELLITA — Uma semana de Limpeza no Recife	531
FERNANDO NASCIMENTO SILVA — Sondagens para construção	535
PH. FRENKEL — Pervibração. Processos de melhoramento do concreto	539
VI. Congresso de Estradas	543
ARMANDO DE GODOY — Justificativa do programma do VI. Congresso de Estradas	543
DJALMA LANDIM — Estradas de Concreto	547
Publicações recebidas	555
ADERSON MOREIRA DA ROCHA — O Diagramma de Mohr	556
IRNACK C. DO AMARAL e DECIO ODDONE — Prospeção Geophysicala	559
Comunicação do Departamento Nacional de Portos e Navegação ao XVI. Congresso Internacional de Navegação	565
DECIO DE VASCONCELLOS — Especialização necessaria	573
Assumptos Varios	575
Regulamento de construções	578
Appenso — (Do livro do prof. Agache)	579

Publicação bimestral.
Numero auquo : 2\$000
Assign. p. o Brasil: 10 n.º 20\$000

Para assignaturas da revista,
dirigir-se ao Gerente
L. A. DE SOUZA RANGEL

Figura 36. Sumário da PDF, n. 18., set. 1935. Redatora-chefe: Carmen Portinho. Publicação dos projetos de Affonso Eduardo Reidy e da equipe formada por Jorge Machado Moreira e Ernani de Vasconcellos, não vencedores do concurso para o Ministério de Educação e Saúde Pública.

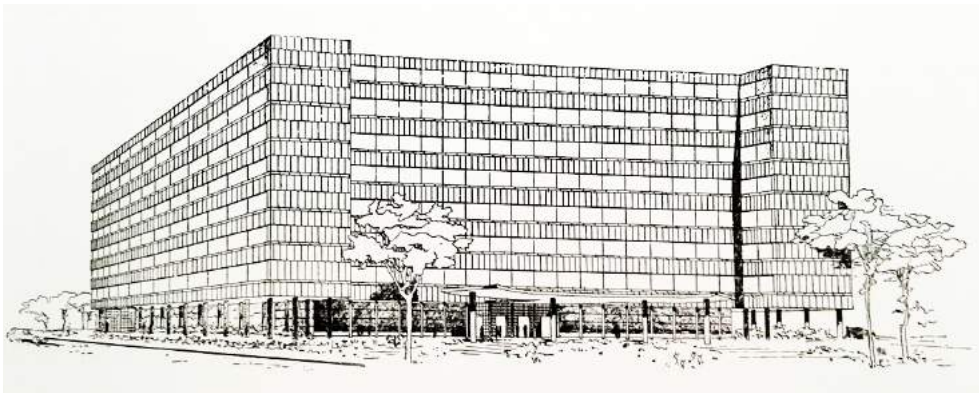


Figura 37. Projetos submetidos ao concurso para o Ministério de Educação e Saúde Pública, no Rio de Janeiro, 1935. Acima: projeto de Affonso Eduardo Reidy, não premiado. Abaixo: projeto de Jorge Machado Moreira e Ernani Vasconcellos. Fonte: SEGRE, 2013.

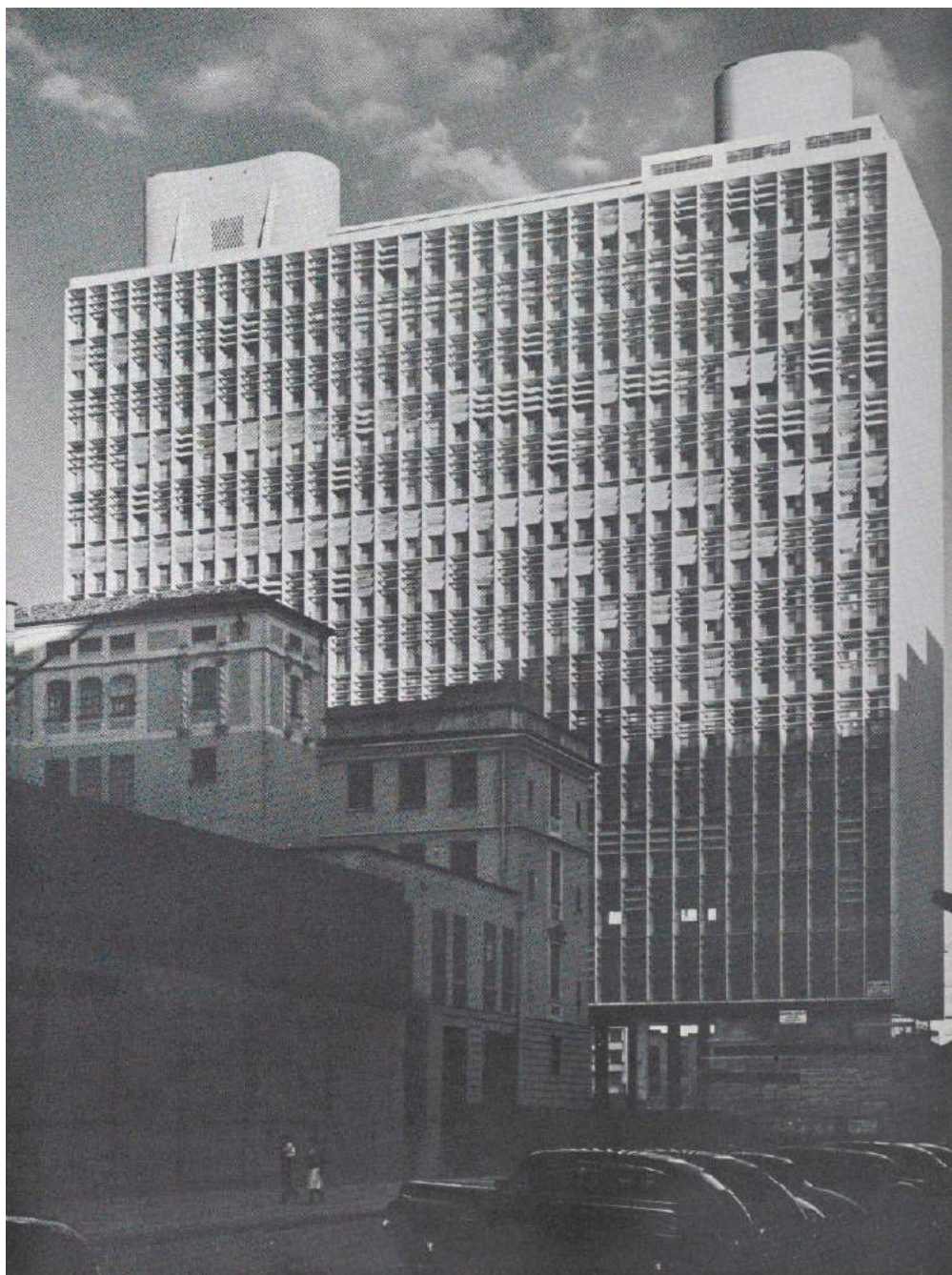
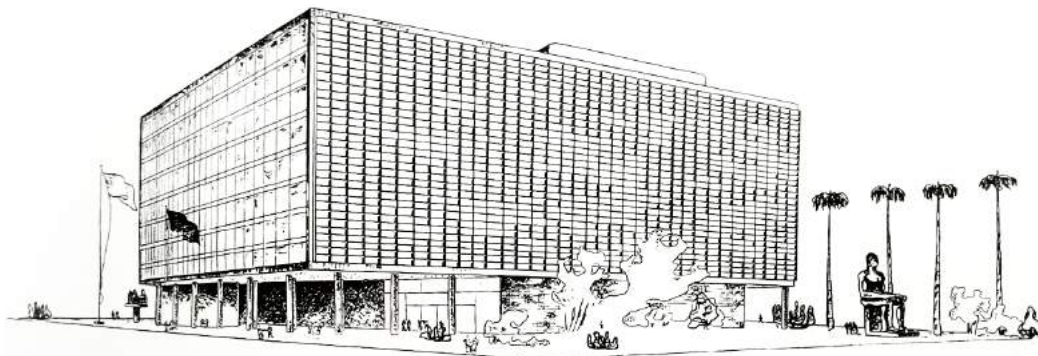


Figura 38 . Ministério de Educação e Saúde, projeto coordenado por Lucio Costa. Registros publicados no catálogo *Brazil builds* (GOODWIN, 1943).



Figura 39. Projetos submetidos ao concurso para a sede do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, 1936. Esquerda: projeto vencedor, de Eneas Silva e Wladimir Alves de Souza (descartado pelo ministro). Abaixo: segundo lugar, de José de Souza Reis, Oscar Niemeyer e Jorge Machado Moreira. Fonte: SEGRE, 2013.



Trata-se, enfim, de um período de confrontações e instabilidade, em que as relações e disputas no campo arquitetônico não estavam imunes às tensões e aos conflitos do campo político, como se observa do trecho a seguir, extraído da carta de Lucio Costa a Le Corbusier, em 1937, em momento marcado, no plano internacional, pela ascensão do fascismo e do nazismo e as tensões que antecediam a Segunda Guerra Mundial e, no plano nacional, pela intensificação ditatorial do Estado Novo e as perseguições políticas decorrentes:

*... tentemos considerar este 1937 caótico e angustiado, cego de desconfiança, ódio e medo - o melhor dos mundos possíveis; e este querido Brasil, transformado do dia para a noite em uma espécie de klu-klux-klan 'caótico-fascista', onde a polícia joga na cadeia aqueles que têm a audácia de pensar livremente (...)**

As diferentes linguagens arquitetônicas dos concursos realizados no período foram expressões dos embates ideológicos e políticos travados no Brasil pós revolução de 1930 e, naturalmente, dos jogos de interesse no meio profissional e acadêmico. Seguindo a estratégia política de Getúlio Vargas, houve espaço para a vanguarda, como também para o conservadorismo. O concurso, enquanto instrumento, apesar da legislação favorável, saiu fragilizado nesse embate.



Figura 40. Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro, 1944. Obra construída.
Fonte: *Acrópole*, n. 76, ago. 1944.

* Carta de Lucio Costa a Le Corbusier, de 24 de outubro de 1937. Publicada em “Le Corbusier e o Brasil” (SANTOS, 1987, p.185)

Vila Operária de Monlevade: quem venceu o concurso ?

PDF, números III e V, maio e set. 1936

Os concursos têm, muitas vezes, a capacidade de promover e consolidar ideias que se destacam na história da arquitetura, mesmo quando se trata de propostas “derrotadas”. Um dos mais notórios exemplos nesse sentido, conforme apresentado anteriormente, é o projeto de Le Corbusier para o concurso da Sociedade das Nações em 1927, que apesar da derrota, pode ser considerado como um vencedor no campo das ideias e da difusão editorial, pois desde então tem sido amplamente publicado e citado pela historiografia, enquanto o projeto construído é bem menos notório (CHUPIN, 2014). Podemos sugerir – guardadas as devidas proporções e considerando as particularidades de cada contexto - que em se tratando de recepção editorial, o concurso da Vila de Monlevade, realizado em 1934 (um ano antes do concurso para o MES), está para Lucio Costa como o da Sociedade das Nações está para Le Corbusier. Nos registros da historiografia sobre o concurso de Monlevade, as primeiras e mais frequentes imagens e referências encontradas são aquelas do projeto de Lucio Costa, que sequer foi premiado. Sobre o projeto vencedor, realizado pela equipe coordenada por Lincoln Continentino, são raras as referências. A difusão dos projetos não premiados (alimentada, tanto no caso de Costa quanto de Corbusier, pela atuação e notoriedade dos autores nos respectivos círculos profissionais, acadêmicos e editoriais) foi determinante para transformar propostas derrotadas em ideias destacadas, pelo menos no que se refere ao registro historiográfico e à memória da profissão.

O concurso para a Vila Operária de Monlevade, em Minas Gerais, foi promovido pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira em 1934 (FLYNN, 2001). Apesar de não haver registros públicos do edital e dos procedimentos, pesquisas revelam que certamente foi realizado um concurso por carta-convite (estima-se que houve a participação de treze candidatos), por meio da seleção de técnicos de renome, “visando assegurar a qualidade das soluções e, também, para que houvesse maior repercussão dos trabalhos nos meios técnicos” (LIMA, 2003, p.81). Trata-se de período marcado pelos incentivos estatais à produção industrial e à promoção de habitação popular, premissas do Brasil pós-revolução de 1930. Apesar de não ser obrigada por lei a realizar o concurso, a empresa teria optado por tal modalidade de contratação não apenas pela expectativa de soluções de qualidade, mas também como forma de ampliar a visibilidade das iniciativas empresariais. O objeto do concurso era uma vila operária com cerca de trezentas moradias, escola, igreja, armazém, cinema e clube, em um terreno acidentado, nas proximidades da usina da Companhia, em Monlevade. A comissão julgadora foi composta pelo engenheiro Caetano Lopes (antigo diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil), o cirurgião e higienista Borges da Costa (diretor do Instituto do Rádio de Minas Gerais) e o arquiteto belga Leopoldo Bouvier. Os projetos foram entregues e julgados provavelmente em março de 1934 (FLYNN, 2001; LIMA, 2003).

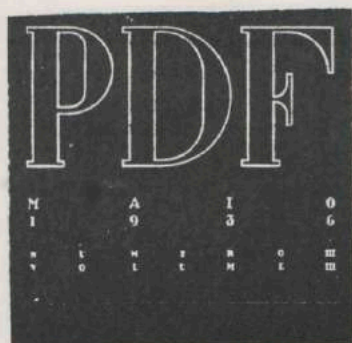
No que se refere à recepção editorial, os projetos foram publicados pela revista PDF em maio e em setembro de 1936. Vale destacar, no entanto, importantes antecedentes. O periódico, enquanto esteve sob a direção de Carmen Portinho (até 1937) foi um ambiente editorial acolhedor às ideias de Lucio Costa e seus seguidores. Trata-se de período marcado pelo recolhimento de Costa (pós-afastamento da ENBA) e maturação de suas ideias sobre a arquitetura contemporânea (que seriam materializadas no projeto para a sede do MES). O primeiro número da revista, em 1932, por exemplo, publicou o projeto de “Apartamentos econômicos”, resultante da parceria entre Costa e Warchavchik, seu companheiro de transformações pedagógicas na ENBA. Em janeiro de 1936 a revista publicou o texto de Lucio Costa (até então inédito) “Razões da nova arquitetura”. Em maio, publicou apenas a proposta de Costa (não premiada) para o concurso da Vila Operária de Monlevade, sem referência aos projetos premiados nem aos demais participantes. Fica evidente, como em outras ocasiões, a opção da revista PDF em priorizar a divulgação de ideias alinhadas com o pensamento de vanguarda, mesmo quando tal opção confrontasse a lógica de premiação dos concursos. Apenas em setembro de 1936, quatro meses depois da publicação do projeto de Lucio Costa, é que foram publicados os projetos de Angelo Murgel (segundo lugar) e Lincoln Continentino (primeiro lugar).

O projeto de Lucio Costa, de acordo com o memorial, baseou-se em três premissas: adaptabilidade; mínimo movimento de terras e respeito à beleza natural do lugar. Nesse sentido, defende:

Tais requisitos aconselharam de maneira inequívoca a adoção do sistema construtivo há cerca de vinte anos preconizado por Le Corbusier e P. Jeanneret, e já hoje por assim dizer incorporado como um dos princípios fundamentais da arquitetura moderna – “os pilotis”. (COSTA, 1936, p.115).

O projeto vencedor se inspira nas cidades-jardim implantadas nos Estados Unidos. No memorial descritivo, Lincoln Continentino destaca diversos urbanistas como referência. Le Corbusier, naturalmente, não está entre eles:

Foram aproveitadas no plano de Monlevade, que obedece as características fundamentais de uma cidade jardim industrial moderna, as lições dos maiores urbanistas modernos tais como, Thomas Adams, Bartholomew, Nolen, Unwin, Delano, (...), Agache, Benoit-Levy, (...), entre outros. (CONTINENTINO, 1936, p.282).



**REVISTA
DA DIRECTORIA
DE ENGENHARIA**

Sumario de Maio

1936

ALVARO VITAL BRASIL e ADHEMAR MARINHO — Projecto para a construcção de uma residencia	112
LUCIO COSTA — Ante projecto para a Villa de Monlevade....	115
JOSE ESTELITA — A nova lei allemã que regulamenta a profissão de Architecto	129
PAULO PELTIER DE QUEIROZ — O plano director da cidade de Ilhéus	131
VALDEMAR MENDONÇA — Sobre o plano director da cidade do Rio de Janeiro	133
OSMANY COELHO E SILVA— Sêde para a Policia Municipal	135
Os Aeroportos do Rio de Janeiro:	
LUIZ SANTOS REIS — O Aeroporto do Calabouço	139
ROBERTO LAZARO DA COSTA PIMENTEL — Aeroporto para Dirigiveis em Santa Cruz	143
DJALMA LANDIM — Estradas de concreto	145
SYDNEY M. G. DOS SANTOS — As superusinas thermo electricas de Buenos Ayres	150
Concurso para Engenheiros da Prefeitura	156
Assumptos Varios	160
Lei n.º 196 de 18 de Janeiro de 1936	165

	Redactor chefe	
Redactor bibliothecario	CARMEN PORTINHO	Gerente
L. PIRES DE AMORIM	Secretario	ALIM PEDRO
	DJALMA LANDIM	

Redacção e administração, RUA GENERAL CAMARA, 260 - Terreo
Tel.: 24-4189 — RIO DE JANEIRO - Brasil

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL — PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL
Numero avulso 3\$500 — Assignatura annual 20\$000

Figura 42. PDF. Sumário. Maio de 1936. Destaque para a publicação do projeto não premiado de Lucio Costa para o concurso da Vila Operária de Monlevade, Minas Gerais. Não há referência, nesta edição, aos projetos premiados.

ANTE-PROJECTO PARA A VILLA DE MONLEVADE

MEMORIAL DESCRIPTIVO

Arch. LUCIO COSTA

A' guisa de introdução:

"The village was built for companionship, for human warmth". (Roy Nash, "The Conquest of Brazil").

"A willing worker must be able to live, himself and his family, healthfully and comfortably". (John Nolen, "The subdivision of land").

"The demands of beauty are in large measure identical with those of efficiency and economy, and differ mainly in requiring a closer approach to perfection in the adaptation of means to ends than is required to meet the merely economic standard. So far as the demands for beauty can be distinguished from those of economy, the kind of beauty most to be sought in the planning of cities is that which results from seizing instinctively, with a keen and sensitive appreciation, the limitless opportunities which present themselves in the course of the most rigorously practical solution of any problem, for a choice between decisions of substantially equal economic merit, but of widely differing aesthetic quality.

Regard for beauty must neither follow after regard for the practical ends to be obtained nor precede it, but must inseparably accompany it". (F. Law Olmsted, "City planning").

Não nos tendo sido possível visitar o local (embora conheçamos a região), nem tão pouco dispôr de elementos que permittissem uma estimativa honesta — ainda que approximada — do custo das diferentes obras a realisar, procurámos, na solução adoptada, levando na devida conta a accentuada acclividade do terreno — attender ao seguinte:

1º evitar os inconvenientes, difficeis sempre de remediar, dos delineamentos rigidos ou pouco maleaveis, procurando, pelo contrario, aquelle delineamento que se apresentasse como mais elastico, tornando assim facil a sua adaptação conveniente ás particularidades topographicas locais;

2º reduzir ao minimo estritamente necessario as despesas com movimentos de terra que, superflua se torna frizar, tanto poderiam encarecer o custo global da obra;

3º prejudicar o menos possivel a belleza natural do lugar a que se refere, muito a proposito, o programma.

Taes requisitos aconselharam de maneira inequivoca a adopção do systema constructivo ha cer-

ca de vinte annos preconizado por Le Corbusier e P. Jeanneret, e já hoje por assim dizer incorporado como um dos principios fundamentaes da architectura moderna — os "pilotis": "on ne se trouvera plus devant ou derriere la maison, mais sous la maison".

Com effeito, no caso em apreço a emprego do "piloti" se recommenda, ou melhor, se impõe, por varios motivos.

a) dispensa para a implantação da obra movimentos de terra — seja qual fôr a acclividade local;

b) reduz de 90 % a abertura das cavas e respectivas fundações;

c) permite o emprego, acima da lage — livre portanto de qualquer humidade — de systemas constructivos leves, economicos e independentes da sub-estructura, como, por exemplo — sem nenhum dos inconvenientes que sempre o condemnaram — aquelle que todo o Brasil rural conhece: o "barro-armado" (devidamente aperfeiçoado quanto á nitidez do acabamento, graças ao emprego de madeira aparelhada, além da indispensavel caiação); uma das particularidades mais interessantes do nosso ante-projecto é, precisamente, essa de tornar possível — graças ao emprego da technica moderna — o aproveitamento desse primitivo processo de construir, quiçá dos mais antigos, pois já era commum no Baixo Egypto, e que tem, ainda, a vantagem de simplificar extraordinariamente a armação da cobertura, alliviada pelos "pés-direitos" da propria estrutura das paredes internas;

d) torna facil manter para todas as casas — em razão dos poucos pontos de contacto com o terreno — orientação vantajosa uniforme;

e) restitue ao inquilino — protegida do sol e da chuva — toda a area occupada pela construção, assim transformada em espaço util, o mais agradável talvez para trabalhos caseiros, recreio, repouso, etc., importando essa acquisição, effectivamente, numa sensivel valorização locativa do immovel.

Taes vantagens: economia nos movimentos de terra, economia nas fundações, economia na construção das paredes tanto externas como divisorias, economia na armação da cobertura, melhor orientação, augmento no valor locativo e, ainda, "de quebra", a economia de uma porta — a da cozinha — compensam de sobra o pequeno augmento inicial de despesa que representariam: 1º apenas o ferro necessario á armação da lage, porquanto o concreto nella empregado (8 c/m.) teria sido forçosamente gasto no lençol impermeabilizador (10 c/m.) caso assen-

Figura 43. PDF. Maio de 1936. Projeto não premiado de Lucio Costa para o concurso da Vila Operária de Monlevade, Minas Gerais.

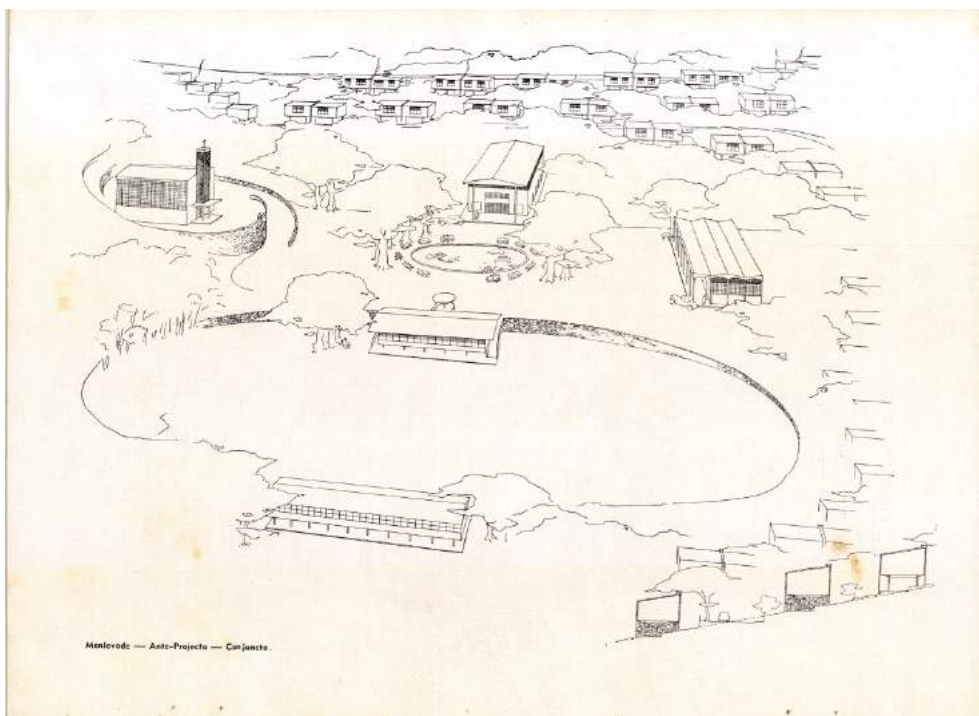


Figura 44. *PDF*. Maio de 1936. Projeto não premiado de Lucio Costa para o concurso da Vila Operária de Monlevade, Minas Gerais.

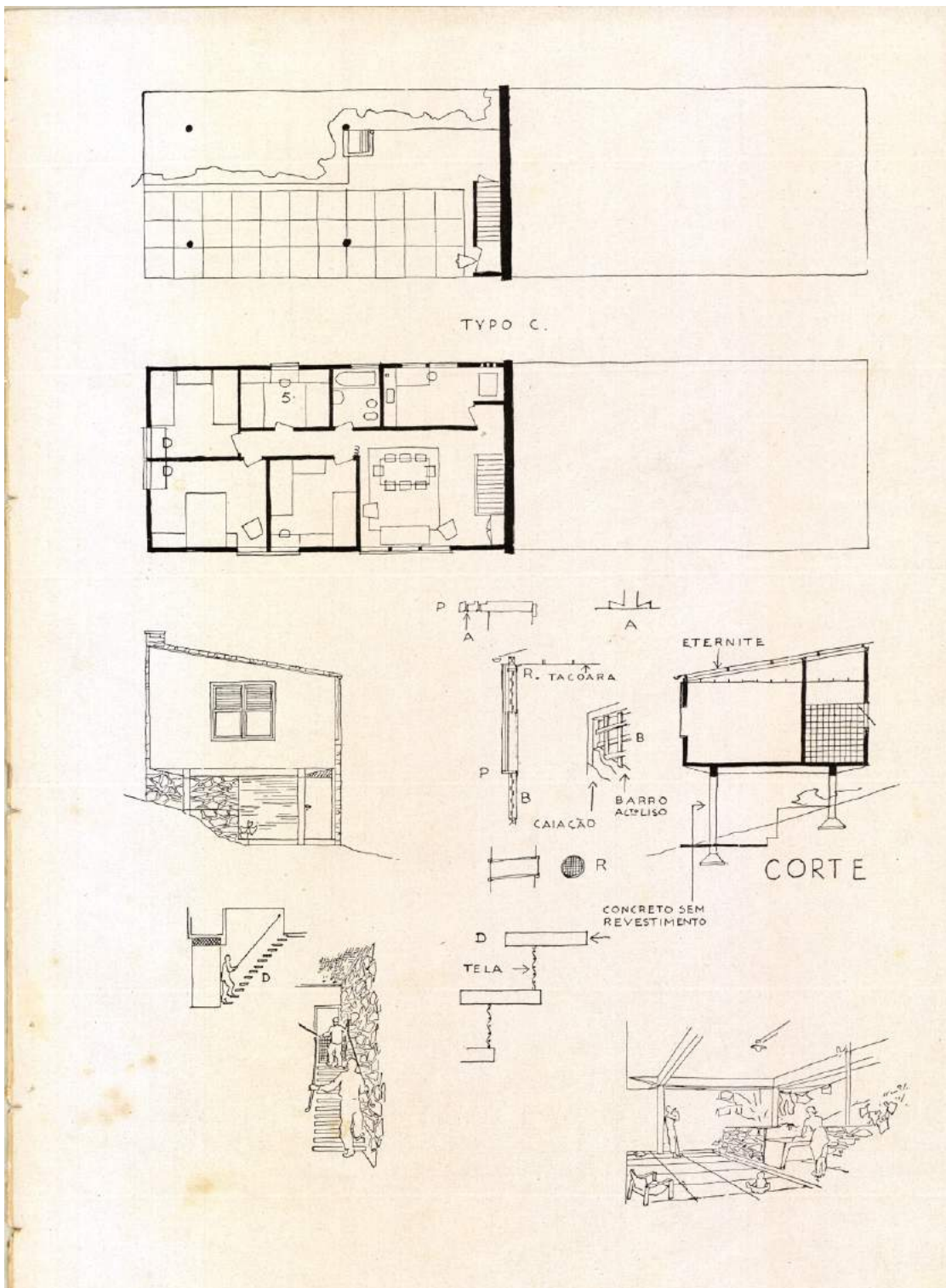


Figura 45. PDF. Maio de 1936. Projeto não premiado de Lucio Costa para o concurso da Vila Operária de Monlevade, Minas Gerais.



REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA

Summario de Setembro

1936

Centenario do Prefeito Passos	242
LE CORBUSIER — Le Préfet Passos	243
Uma carta de F. P. Passos	244
VALDEMAR DE MENDONÇA — Tres datas historicas do Urbanismo Carioca	245
Passos e a sua actividade profissional	247
Le Corbusier — Dedicatoria	249
Rio em 1906 — Rio em 1936	250
OSCAR NIEMEYER FILHO — Projecto de uma residencia a ser construida na Urca	258
JORGE M. MOREIRA E ERNANI VASCONCELLOS — Ante-projecto para a A. B. I.	260
ANGELO MURGEL — Projecto da Cidade Operaria de Monlevade	270
LINCOLN CONTINENTINO — Plano de Urbanisacão da Cidade de Monlevade	282
FERNANDO NASCIMENTO SILVA — Dados uteis sobre as pedreiras do Districto Federal	288
JERONYMO CAVALCANTI — A fiscalisacão de machinas e es carteiras profissionais	290
NELSON RODRIGUES — As interrupçōes no fornecimento de energia	293
SYDNEY M. G. DOS SANTOS — Formulas para a resoluçō de quadros fechados com duas cellulas e correçōes symetricas	297
ARNALDO MONTEIRO JUNIOR — Suggestão sobre o recenseamento rapido da area pavimentada do D. Federal	302
IBERÉ DE ABREU MARTINS — Um tratamento superficial a frio de base de macadame existente	305
DJALMA LANDIM — Estradas de concreto	310
Assumptos Varios	316
Revistas	318
VALDEMAR DE MENDONÇA — O vocabulario tecnico nos regulamentos de obras do P. D. F.	319

	Redactor chefe	
Redactor bibliothecario	CARMEN PORTINHO	Gerente
LEOPOLDO AMORIM	Secretario	ALIM PEDRO
	DJALMA LANDIM	

Redacçō e administracão, RUA GENERAL CAMARA, 260 - Terreo
Tel.: 43-1189 — RIO DE JANEIRO - Brasil

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL — PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL
Numero avulso 35500 — Assignatura annual 205000

Figura 46. PDF. Sumário. Set. 1936. Projetos premiados no concurso da Vila Operária de Monlevade, Minas Gerais (quatro meses depois da publicação do projeto de Lucio Costa). Angelo Murgel (segundo lugar) e Lincoln Continentino (primeiro lugar).

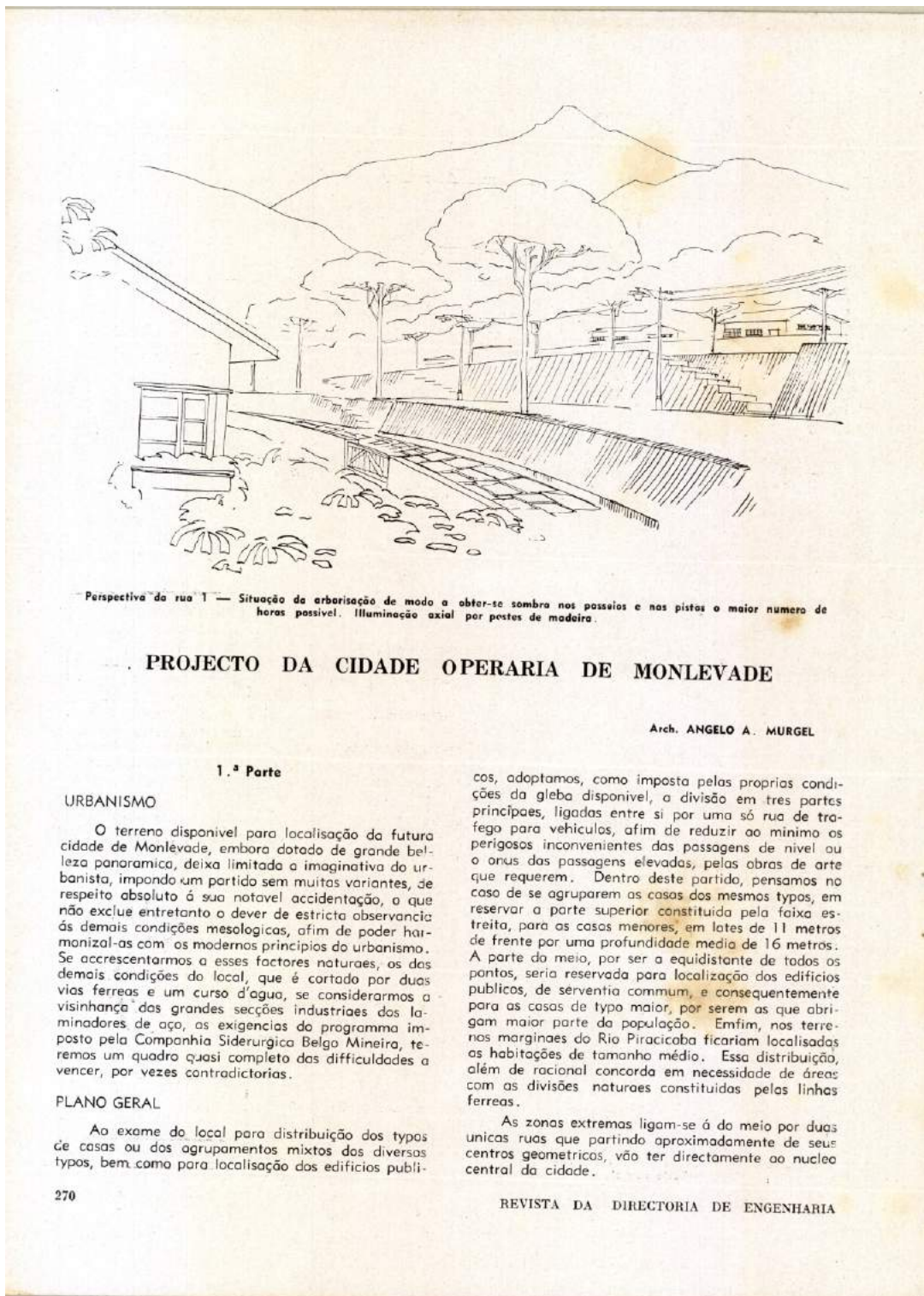


Figura 47. PDF. Set. 1936. Projeto de Angelo Murgel, segundo lugar no concurso para a Vila Operária de Monlevade.

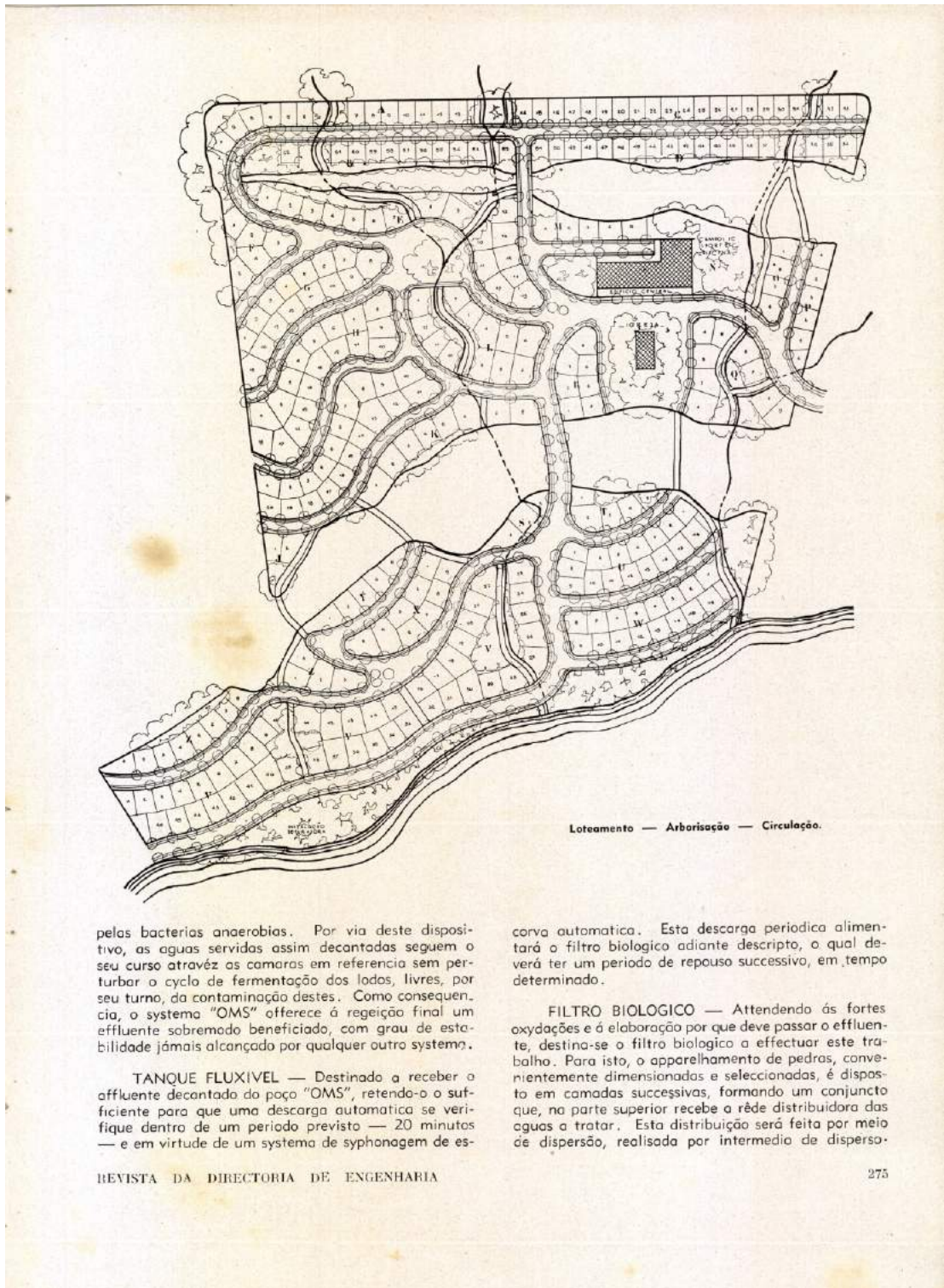


Figura 48. PDF. Set. 1936. Projeto de Angelo Murgel, segundo lugar no concurso para a Vila Operária de Monlevade.

PLANO DE URBANISAÇÃO DA CIDADE OPERARIA DE MONLEVADE

LINCOLN CONTINENTINO

Em concurso, instituído para a edificação da cidade de Monlevade, ao qual se apresentaram 13 candidatos e, dentre elles, alguns profissionais dos mais abalizados do paiz, mereceu o nosso trabalho a distincção de ser classificado em primeiro lugar.

A comissão julgadora, constituia-se de personalidades eminentes: o eng. Caetano Lopes, antigo Director das Estradas de Ferro Central do Brasil e Rêde Mineira de Viação; o cirurgião e hygienista Borges da Costa, Director do Instituto do Radio de Minas Geraes; e o architecto belga Leopoldo Bouvier.

Devido a um atrazo de correspondencia, só dispuzemos de um espaço de 15 dias — de 5 a 20 de março — para a organização de todos os projectos, especificações geraes e orçamentos.

Cumpra-nos agradecer a collaboração efficiente que nos offereceram os illustres collegas Alberto Peres, Agostinho Catella, Nelson Cesar Pereira e os desenhistas architectos Schakespeare Gomes e José Contagalli.

Por força do edital do concurso, cabe-nos agora a tarefa de estabelecer os projectos definitivos e os cadernos de encargos para a execução immediata das obras.

Procuraremos empregar o melhor de nossos esforços para que se transforme em realidade, muito em breve, a iniciativa arrojada da Cia. Siderurgica Belgo-Mineira, que é no genero a primeira a se realizar no Brasil, rigorosamente de accordo com os preceitos de urbanismo moderno, por uma empresa particular.

Bello Horizonte e Goyania foram as primeiras cidades executadas no Brasil sob projecto préviamente estabelecido e Monlevade será a primeira cidade industrial.

As difficuldades e os embaraços que se oppõem ao crescimento e desenvolvimento racional de Bello Horizonte, constituição certamente uma experiencia valiosa que não se pôde perder de vista, na organização de novas cidades.

Antes de mais nada, impõe-se a fixação de um plano geral systematizado de expansão, que oriente o desenvolvimento da cidade de modo a evitar-se o perigo de seu crescimento desordenado, desarticulado e discricionario.

Mas, para que tal aconteça, esse plano precisa ser organizado sob as bases mais praticas, logicas e efficientes, tendo em vista a destinação caracteristica da cidade.

Em sua elaboração não se pôde perder de vista um só factor, quer de ordem social sanitaria, esthetica ou economica, que exerça influencia ponderavel sobre o progresso da cidade. Sendo tudo previsto com clareza, não haverá surpresas e decepções futuras.

Entretanto, a etapa inicial, a primeira phase da construcção de uma cidade, mesmo havendo um projecto perfeitamente detalhado, especificado e orçada, precisa ser de perto acompanhada por um urbanista, pois que se impõe a orientação technica especializada para a solução, augmento exacto de todos os problemas, de natureza as mais diversas, que se apresentam no decorrer dos trabalhos e que desde inicio precisam ser orientados em seu sentido exacto.

Dentro de dois annos veremos implantada nos sertões invios de Minas Geraes, junctamente com a maior uzina de aço da America do Sul, uma cidade jardim industrial que nada ficará a dever daquellas que, na Europa, foram erigidas primeiramente, na Inglaterra, por Lever e Cadbury e, em seguida, diffundidas nos principaes paizes, sendo digna de menção especial a grande cidade levantada por Krupp em Essen, na Allemanha. E a propria empresa que agora constrõe Monlevade, já organizou na Belgica uma cidade industrial de grandes proporções.

Comtudo, nos Estados Unidos, estão, mais do que em qualquer paiz, espalhadas em todas as direcções, as cidades jardins, bellas, confortaveis alegres, salubres e preenchendo integralmente aos altos objectivos visados pelos seus organizadores.

O exemplo das cidades jardins typicas: Letchworth e Welwyn, na Inglaterra e Highbury, N. J., nos Estados Unidos, não foi desprezado na confecção do plano de Monlevade.

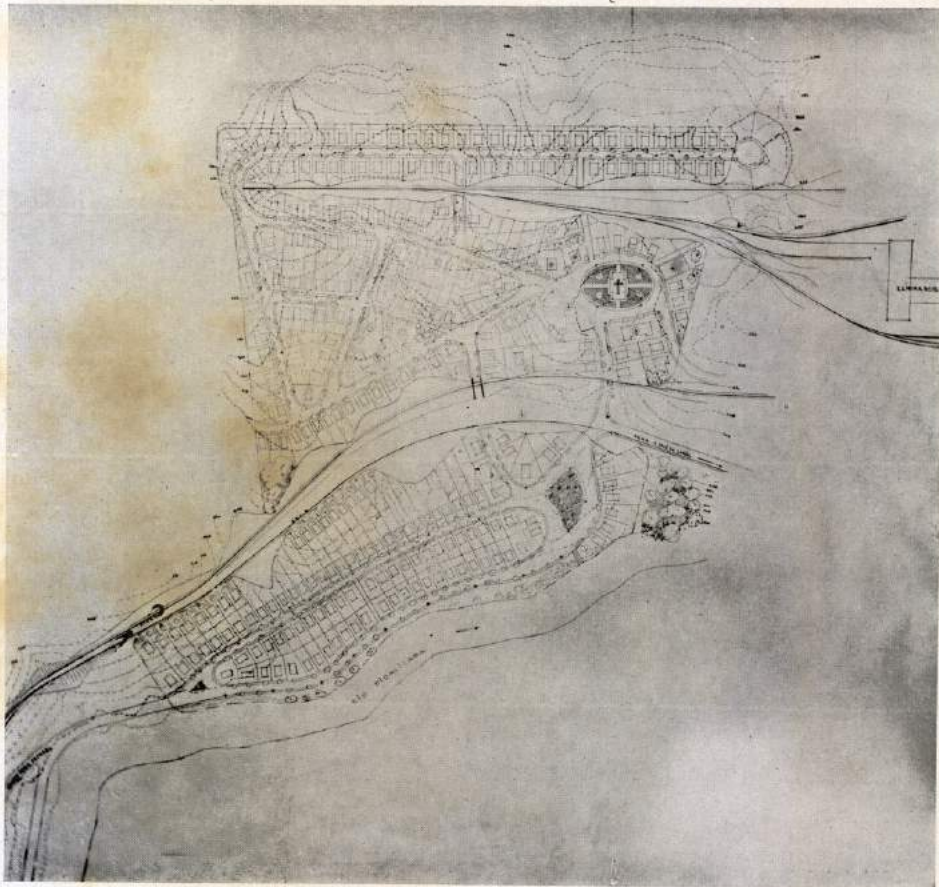
Quem vos falla já organizou em Minas Geraes, o plano de urbanismo da cidade dos lazarus a ser exautada em Ibiá e collaborou com Aurelio Lopes na execução do plano de urbanismo da cidade balnearia de Araxá. Projectou ainda um novo plano e terminou a construcção da Colonia Santa Isabel.

Foram aproveitadas no plano de Monlevade, que obedece ás caracteristicas fundamentaes de uma cidade jardim industrial moderna, as lições dos maiores urbanistas hodiernos taes como, Thomaz Adams, Bartholomew, Nolen, Unwin, Delano, Hubbard, Mme. Hebbard, Right, Ford, Agache, Benoit-Levy, Wudke e muitos outros, bem como dos urbanistas brasileiros Armando Godoy, Anhaia Mello, Prestes Maia e Washington Azevedo.

No caso de Monlevade, pena é que a área destinada aos loteamentos e imposta pelas especificações do concurso, não fôsse maior do que a prevista. Este inconveniente, porém será eliminado no plano definitivo em elaboração, augmentando-se em varios sentidos a área a ser utilizada para a cidade.

Fazendo-se a critica do plano de Monlevade precisa-se considerar com attenção as grandes difficuldades apresentadas devido á fórma do terreno, extremamente accidentado e as condições especiaes da cidade industrial, toda ella atravessada por vias ferreas. Não nos cabe responsabilidade pela escolha do terreno que aliás, era o unico disponivel.

Figura 49. PDF. Setembro de 1936. Projeto de Lincoln Continentino, primeiro lugar no concurso para a Vila Operária de Monlevade.



Plano de urbanização

A decisão da Companhia Belgo-Mineira, encerra um grande exemplo, realizando um objectivo altamente humanitário e social, qual seja o de elevar o padrão de vida dos seus operários, proporcionando-lhes um ambiente saudável, confortável, e ameno, onde elles possam repousar e refazer-se para o labor intenso nas grandes uzinas. E esse exemplo deve ser imitado pelos nossos administradores e industriaes.

Organização do projecto

Organizamos para o concurso os seguintes projectos e calculos, baseados na planta do terreno em escala de 1:1.000, com curvas de nivel de metro em metro, que nos foi fornecida pela Siderurgica Belgo-Mineira:

- Plano de urbanismo.
- Perspectiva do plano de urbanismo.
- Projecto e calculo de abastecimento d'agua.

- Projecto e calculo da rede de esgotos.
- Projecto de iluminação.
- Perfis longitudinaes e transversaes dos arruamentos.
- Calculo do movimento de terra.
- Projecto dos seguintes edificios publicos: Escola, Igreja, Cinema, Club e Armazem.
- 7 projectos diversos de habitações.
- Orçamento geral dos serviços.

Orientação geral

O projecto satisfaz integralmente ao fim a que foi destinado. Em sua elaboração foram devidamente considerados todos os multiplos elementos que exercem influencia ponderavel sobre o desenvolvimento de uma cidade industrial moderna.

Figura 50. PDF. Set. 1936. Projeto de Lincoln Continentino, primeiro lugar no concurso para a Vila Operária de Monlevade.

Sede da ABI: exclusão entre modernos.

PDF, n. V e VI, set. e nov. 1936

No ano seguinte à realização do concurso para o MES, em 1936, e sob a influência dos conflitos em torno daquele evento, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) realizou concurso de projeto para a construção de sua sede, no Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano Le Corbusier visitava o Brasil pela segunda vez. A intenção vanguardista do presidente da instituição, Herbert Moses, que teria afinidades com as ideias de Frank Lloyd Wright (BRUAND, 1981; PEREIRA, 2002), e o receio de ter como resultado do concurso propostas conservadoras, distantes da modernidade almejada pela instituição (com havia acontecido com o concurso do MES), levou a ABI a buscar meios de controlar o procedimento, em especial no que se refere ao julgamento.

Contrariando as premissas do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o júri foi composto em sua maioria por membros da ABI. Vale ressaltar que por se tratar de instituição privada, a ABI não estava sujeita à legislação federal que obrigava a realização de concursos para obras públicas. Ainda assim, optou pela competição de ideias, em busca das desejadas soluções de vanguarda e, certamente, em busca de visibilidade institucional, apesar dos riscos envolvidos e do histórico recente do MES.

O IAB questionou o fato do concurso não ser aberto exclusivamente a arquitetos, supostamente contrariando o Decreto 23.569/33, que regulamentava a profissão e também criticou a composição do júri (que não era composta em sua maioria por arquitetos), além da falta de garantia de que os autores do projeto vencedor fossem os responsáveis pelo desenvolvimento do projeto (FLYNN, 2001), temas em discussão ainda hoje, nos concursos de arquitetura (CAU, 2017). Apesar de não ter aprovação do IAB, o concurso atraiu diversas equipes de jovens arquitetos cariocas.

Os arquitetos Marcelo (28 anos) e Milton Roberto (22 anos) venceram o concurso. Em segundo lugar, o projeto da equipe formada por Oscar Niemeyer, Fernando Saturnino de Britto e Cassio Veiga de Sá. O terceiro prêmio foi atribuído ao escritório S. Ferreira & Moreira. Em quarto lugar, o projeto de Jorge Moreira e Ernani Vasconcellos (FLYNN, 2001).



Figura 51. Sede da ABI, no Rio de Janeiro e os autores, irmãos M.M. Roberto.
Fonte: Núcleo de Pesquisa e Documentação - UFRJ

No projeto dos irmãos M.M. Roberto para a sede da ABI, como ressalta Bruand:

... os cinco pontos de Le Corbusier tinham ainda sido tomados como elementos básicos da composição, mas nem todos foram aplicados integralmente, dadas as circunstâncias peculiares do caso. (...) A liberação do térreo não correspondia, portanto, à solução mais apropriada; pelo contrário, a única forma de manter a unidade e a personalidade do edifício consistia em rejeitar toda transparência, em qualquer nível que ela se desse. Era necessário instalar lojas voltadas para a rua, não só por razões econômicas mas também de ordem plástica. (...) além do mais, as duas fachadas não gozavam de orientação favorável, pois estavam voltadas para norte e oeste, recebendo permanentemente os raios do sol. Era preciso então elaborar um sistema eficaz de proteção (...). Superação do funcionalismo ortodoxo, renúncia a um ascetismo esterilizante, valorização do aspecto plástico da arquitetura a partir de soluções técnicas coerentes com o programa e condizidas de modo lógico no seu todo constituíram os três aspectos inovadores do prédio da ABI. (BRUAND, 1981, p.95-96)

A revista PDF, na edição de setembro de 1936 (n.IV, vol. III) publicou apenas o projeto de Jorge Moreira e Ernani Vasconcellos. Na edição de novembro de 1936 (n.VI, vol.III) foi publicado o projeto da equipe composta por Oscar Niemeyer, Fernando Saturnino de Britto e Cassio Veiga de Sá. Oscar Niemeyer, Jorge Moreira e Ernani Vasconcellos (terceiro lugar) fizeram parte da equipe coordenada por Lucio Costa, para o projeto do MES. Tal afinidade de ideias com Lucio Costa e seus seguidores certamente explica a opção editorial da Revista da Diretoria de Engenharia, de destacar os demais concorrentes alinhados ao grupo editorial e não o projeto vencedor*. A obra da sede da ABI foi concluída em 1939 e também integrou o catálogo *Brazil builds* (GOODWIN, 1943).

* Não foram localizadas referências ao projeto de Marcelo e Milton Roberto, vencedores do concurso para a sede da ABI, nos sumários dos números publicados da revista PDF no período.



REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA

Sumario de Setembro

1936

Centenario do Prefeito Passos	242
LE CORBUSIER — Le Préfet Passos	243
Uma carta de F. P. Passos	244
VALDEMAR DE MENDONÇA — Tres datas historicas do Urbanismo Carioca	245
Passos e a sua actividade profissional	247
Le Corbusier — Dedicatória	249
Rio em 1906 — Rio em 1936	250
OSCAR NIEMEYER FILHO — Projecto de uma residencia a ser construída na Urca	258
JORGE M. MOREIRA E ERNANI VASCONCELLOS — Ante-projecto para a A. B. I.	260
ANGELO MURGEL — Projecto da Cidade Operaria de Monlevade	270
LINCOLN CONTINENTINO — Plano de Urbanisação da Cidade de Monlevade	282
FERNANDO NASCIMENTO SILVA — Dados uteis sobre as pedreiras do Districto Federal	288
JERONYMO CAVALCANTI — A fiscalisação de machinas e es carteiras profissionais	290
NELSON RODRIGUES — As interrupções no fornecimento de energia	293
SYDNEY M. G. DOS SANTOS — Formulas para a resolução de quadros fechados com duas cellulas e carregamentos symetricos	297
ARNALDO MONTEIRO JUNIOR — Suggestão sobre o recenseamento rapido da area pavimentada do D. Federal	302
IBERÉ DE ABREU MARTINS — Um tratamento superficial a frio de base de macadame existente	305
DJALMA LANDIM — Estradas de concreto	310
Assumptos Varios	316
Revistas	318
VALDEMAR DE MENDONÇA — O vocabulario tecnico nos regulamentos de obras do P. D. F.	319

	Redactor chefe	
Redactor bibliotecario	CARMEN PORTINHO	Gerente
LEOPOLDO AMORIM	Secretario	ALIM PEDRO
	DJALMA LANDIM	

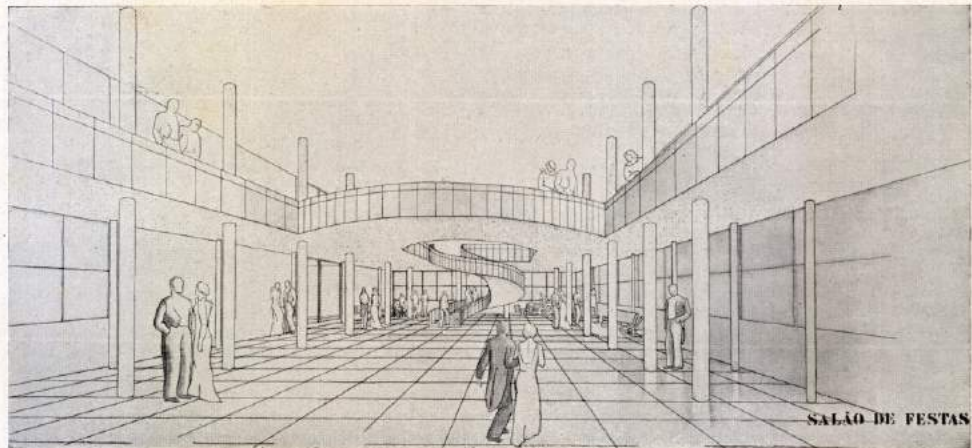
Redacção e administração, RUA GENERAL CAMARA, 260 - Terreo
Tel.: 43-4189 — RIO DE JANEIRO - Brasil

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL — PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL
Numero avulso 3\$500 — Assignatura annual 20\$000

Figura 52. Sumário da *PDF*, n. IV, vol. III, set. 1936. Redatora-chefe: Carmen Portinho. Publicação do projeto premiado no concurso para a sede da ABI, no Rio de Janeiro, de autoria dos arquitetos Jorge Moreira e Ernani Vasconcellos.



Figura 53. *PDF*, n. IV, vol. III, set. 1936. Projeto premiado no concurso para a sede da ABI, no Rio de Janeiro. Autores: arquitetos Jorge Moreira e Ernani Vasconcellos.



tilação. A disposição adoptada terá vantagens de ordem tecnica e economica.

Nos quatro pavimentos destinados a escriptorios, localizamos as installações sanitarias no local que nos pareceu mais indicado, por offerer menor possibilidade de renda. Um tubo de ventilação, de accordo com as exigencias da Prefeitura, resolve plenamente essa parte. A iluminação artificial, será de gasto insignificante. Tendo os banheiros 21,00m² e sendo o material de revestimento, azulejos e pinturas a oleo, de cores claras, será sufficiente um illuminamento de 40 lux ou sejam 2 pontos de 75 watts, cujo consumo, em 12 horas, attingirá 1,8 kw-horas. Tomando-se o valor de Rs. \$800 para o kilowatt-hora, o gasto será, quando muito, de Rs. 1\$500, no total de todas as horas de um dia de trabalho. Assim, as duas installações sanitarias custarão, approximadamente, a quinta parte do que poderá render o escriptorio, onde, nos outros andares, estão localizadas as installações sanitarias.

Quanto ás demais installações, torna-se desnecessario qualquer commentario sobre as vantagens da solução. Uma caixa d'agua, subterranea, com um grupo de bombas e duas caixas d'agua, collocadas na cobertura, sobre os conjuntos dos banheiros, completam as características da installação hydraulica. As installações electricas serão perfeitamente resolvidas com o systema de lages adoptado.

FACHADA — As exigencias do gabarito, determinando "a priori" o aspecto geral do edificio, nos le-

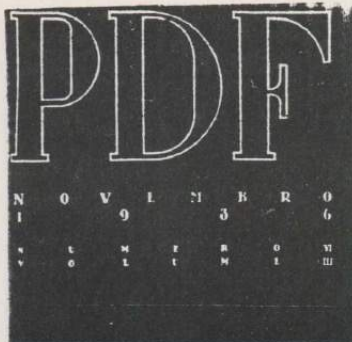
varam a harmonizar as fachadas com as do Instituto da Previdencia, já construido na quadra.

CONSIDERAÇÕES FINAES: — Como disse Lucio Costa:

"A nova technica permittiu á architectura uma intensidade de expressão até então ignorada. O edificio readquiriu, graças á nitidez das suas linhas e á limpidez de seus volumes de pura geometria, aquella disciplina e "retenue" proprias da grande architectura; conseguindo mesmo, um valor plastico que o aproxima, apesar do seu ponto de partida rigorosamente utilitario, da arte pura. E' essa seriedade, esse quê de impassivel altivez, a melhor característica dos verdadeiros exemplos da nova architectura e os distingue, precisamente, do "falso modernismo", cujas ares brejeiras de trocadilho, têm qualquer cousa de irresponsavel."

Dentro desse criterio, e procurando attender á todas as conveniencias dos varios serviços, razão mesma de ser do edificio, estudamos e elaboramos o nosso projecto, respeitando, dentro dos principios da technica constructiva moderna, os principios permanentes da verdadeira architectura: dahi a solução apresentada para a nova sede de uma Associação que tão grandes responsabilidades têm na orientação da opinião publica do paiz.

Figura 54. PDF, n. IV, vol. III, set. 1936. Projeto premiado no concurso para a sede da ABI, no Rio de Janeiro. Autores: arquitetos Jorge Moreira e Ernani Vasconcellos.



REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA

Sumario de Novembro

1936

AFFONSO EDUARDO REIDY — Projecto do Posto Florestal da Tijuca	32
CARLOS FERREIRA e AFFONSO VISCONTI — Ante-projecto para uma Gare	33
OSCAR NIEMEYER FILHO, FERNANDO SATURNINO DE BRITTO e CASSIO VEIGA DE SÁ — Ante-projecto para a A.B.I.	33
SYDNEY M. G. DOS SANTOS — Abaco para a determinação do coefficiente r da formula de flexão simples	33
MILTON FREITAS DE SOUZA — Telhas typo francez.	34
ANTONIO A. LAVIOLA — Auto-estradas allemãs	34
DJALMA LANDIM — Um plano geral para obras de pavimentação	35
BERNHARD GROSS — Raios Cosmicos	36
CARMEN PORTINHO e DEÁ PARANHOS — Aerophotogrametria	36
VISITAS TECHNICAS	36
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO — Curso de Architectura ..	37
REGULAMENTO DA BIBLIOTHECA DA R. D. E.	37
VALDEMAR DE MENDONÇA — Sinopse descriptiva e comparativa dos logradouros publicos da cidade do Rio de Janeiro....	37

	Redactor chefe	
Redactor bibliothecario	CARMEN PORTINHO	Gerente
LEOPOLDO AMORIM	Secretario	ALIM PEDRO
	DJALMA LANDIM	

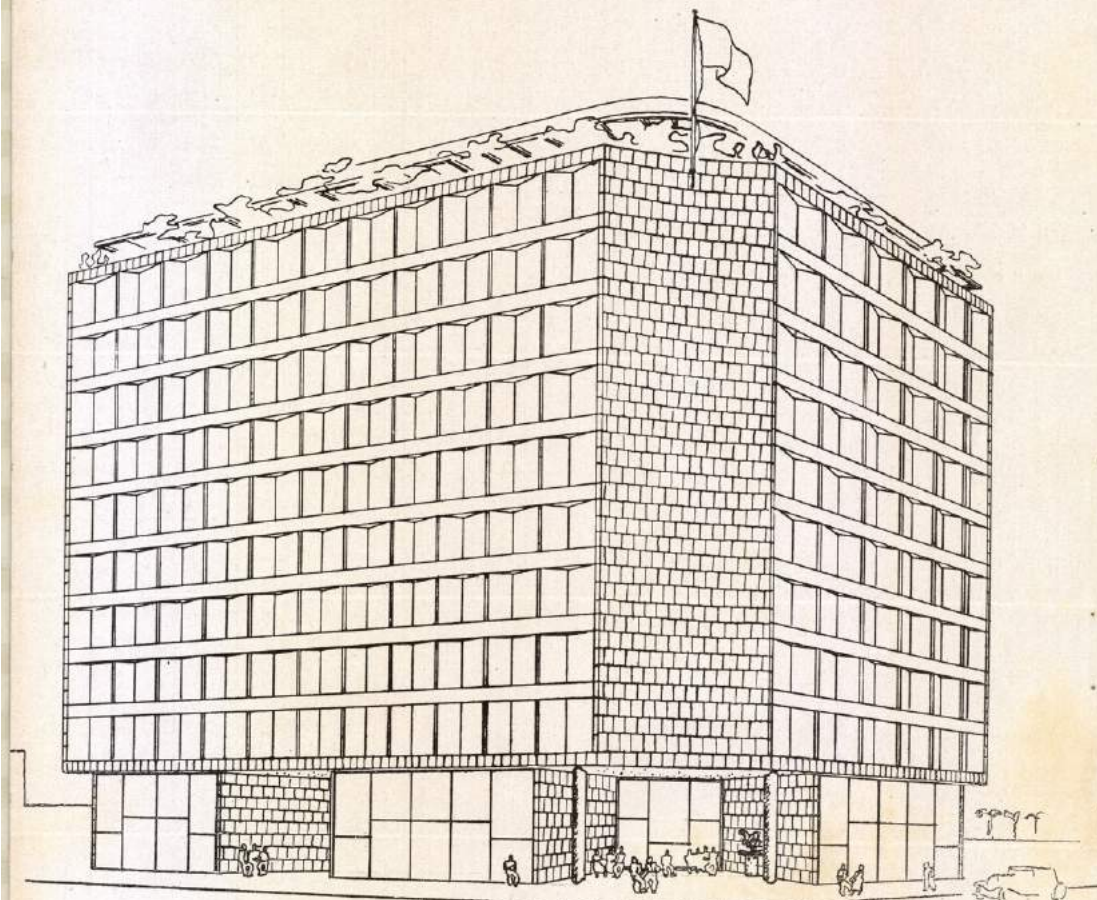
Redacção e administração, RUA GENERAL CAMARA, 260 - Terreo
Tel.: 43-4189 — RIO DE JANEIRO - Brasil

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL — PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL
Numero avulso 3\$500 — Assignatura annual 20\$000

Figura 55. Sumário da PDF, n. VI, vol. III, nov. 1936. Projeto premiado no concurso para a sede da ABI, no Rio de Janeiro. Autores: arquitetos Oscar Niemeyer, Fernando Saturnino de Britto e Cassio Veiga de Sá.

ANTE-PROJECTO PARA A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

Archs: OSCAR NIEMEYER FILHO
FERNANDO SATURNINO DE BRITTO
CASSIO VEIGA DE SÁ



334

REVISTA DA DIRECTORIA DE ENGENHARIA

Figura 56. *PDF*, n.VI, vol. III, nov. 1936. Projeto premiado no concurso para a sede da ABI, no Rio de Janeiro. Autores: arquitetos Oscar Niemeyer, Fernando Saturnino de Britto e Cassio Veiga de Sá.

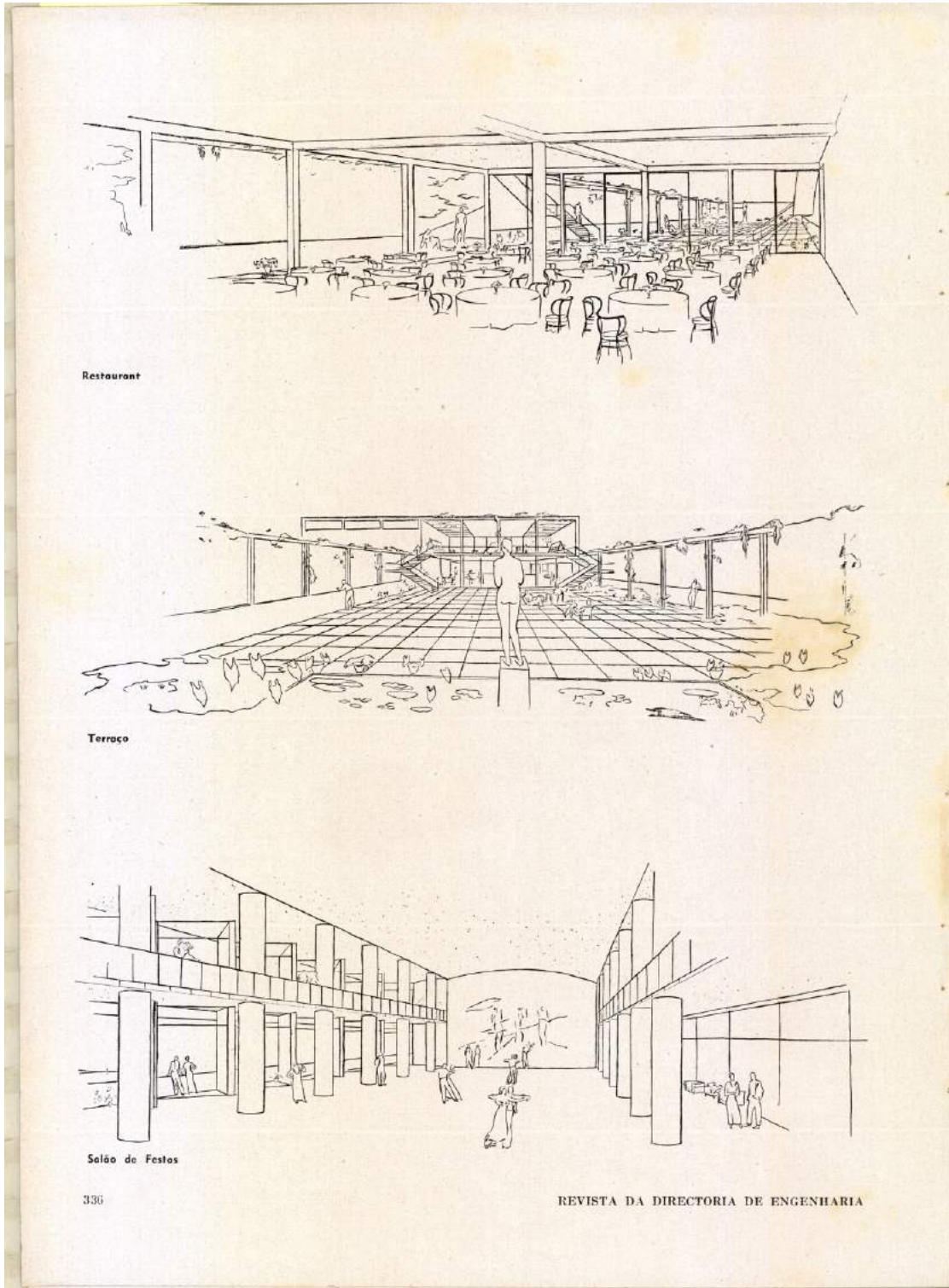


Figura 57. *PDF*, n. VI, vol. III, nov. 1936. Projeto premiado no concurso para a sede da ABI, no Rio de Janeiro. Autores: arquitetos Oscar Niemeyer, Fernando Saturnino de Britto e Cassio Veiga de Sá.

Ministério das Relações Exteriores: diplomacia regional.

Acrópole, n. 61, maio de 1943

A Revolução de 1930 e a tomada de poder por Getúlio Vargas acentuou o distanciamento entre o Rio de Janeiro, capital da Nova República, e São Paulo, sede da oligarquia do café, em declínio após a crise de 1929. As diferenças foram reforçadas com o confronto militar e a derrota dos paulistas e seus aliados na Revolução Constitucionalista de 1932, na tentativa de derrubar o governo de Vargas. Os conflitos, naturalmente, não se limitaram aos ambientes políticos e militares e afetaram as relações culturais e profissionais, inclusive no campo da Arquitetura, não apenas na década de 1930, mas também nas décadas seguintes. Uma das expressões de tais disputas é o meio editorial das revistas. Se por um lado a revista PDF, em seu período “revolucionário”, buscou ampliar sua abordagem para além do Distrito Federal, trazendo contribuições de outras partes do país, alinhadas ao seu pensamento estético e político (como é o caso de Recife), observamos que em São Paulo a *Acrópole* (fundada em 1938), principalmente nos primeiros anos, expressou acentuado regionalismo, como meio de “demarcação de território” e tentativa de auto-afirmação do campo profissional paulista.

Apesar da relevante produção e da difusão internacional da arquitetura brasileira de vanguarda (em especial aquela produzida no Rio de Janeiro e em Recife) na segunda metade dos anos 1930 e no início dos anos 1940, tal difusão praticamente não fez parte das páginas da revista *Acrópole*. Após a criação do Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil, em 1943 (*Acrópole*, n.67, novembro de 1943) e sua forte presença editorial na revista, tal isolamento foi atenuado. Ainda assim, a maioria das publicações da revista continuava se referindo à produção paulista, com pouco espaço às ideias e aos debates arquitetônicos que ocorriam para além de suas fronteiras.

Nas poucas vezes em que algum projeto ou obra de outra região foram publicados na *Acrópole*, nesse período, tratava-se de autoria de arquitetos paulistas ou com vínculos profissionais na cidade. Esse é o caso, por exemplo, do concurso para o Ministério de Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, publicado na *Acrópole* (n.61) em Maio de 1943. Trata-se da primeira publicação dedicada a um concurso na revista (16 páginas, com publicação dos projetos premiados, trechos da ata de julgamento e apreciação crítica das propostas). Qual seria, nesse contexto, a razão da publicação de um concurso de arquitetura realizado no Rio de Janeiro, nas páginas da *Acrópole*? O autor do projeto vencedor, o arquiteto Henrique Mindlin (31 anos na ocasião do concurso), era paulista e um dos colaboradores da revista.

A tentativa de superação das confrontações regionais fica evidente na nota editorial publicada ao final do artigo:

Apresenta Acrópole (...) o anteprojeto de seu distinto colaborador, arquiteto Henrique E. Mindlin, que, representando uma cooperação valiosa à obra dos grandes arquitetos brasileiros, evidencia, também, aceita como o foi essa colaboração, o sentimento de brasilidade que, acima de quaisquer preocupações regionais, já existe no seio dos arquitetos pátrios.(*Acrópole*, n. 61, 1943, s.p.)

Mindlin formou-se arquiteto-engenheiro na Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, cidade onde manteve escritório de arquitetura, entre 1933 e 1941. O concurso (apesar do projeto não ter sido construído) levou Mindlin ao Rio de Janeiro, onde abriu escritório em 1944 (e onde viria a falecer, em 1971). O autor do projeto vencedor do concurso para a sede da diplomacia brasileira seria um dos artífices da diplomacia editorial e da posterior aproximação entre São Paulo e as demais regiões do país, em especial Rio de Janeiro, contribuindo inclusive para a inclusão da arquitetura paulista no cenário internacional ao lado da produção brasileira já reconhecida internacionalmente, com a publicação de seu livro, *Modern Architecture in Brazil* (MINDLIN, 1956), considerado “a mais difundida obra sobre o conjunto da produção brasileira depois de *Brazil builds*” (SEGAWA, 1998).

Os anos de guerra (tanto na Primeira quanto na Segunda Grande Guerra Mundial) foram marcados por intenso processo migratório em direção a áreas que estavam geograficamente distantes dos conflitos. O meio arquitetônico brasileiro recebeu fortes influências de arquitetos europeus nesse período, muitos deles judeus que fugiam das perseguições nazistas. O próprio Mindlin era filho de uma família de imigrantes russos, de origem judaica. Outro arquiteto migrante, o polonês Lucjan Korngold, foi o autor do artigo dedicado ao concurso do Ministério das Relações Exteriores na *Acrópole*. A matéria abre com artigo intitulado “Paris, Haussmann, Rio de Janeiro e o concurso do Itamarati”. O arquiteto, refugiado da Segunda Guerra Mundial, mudou-se para São Paulo em 1939 e trabalhava no Escritório Técnico Francisco Matarazzo Neto, com quem obteve menção honrosa nesse mesmo concurso.

A publicação da matéria na *Acrópole*, além do ensaio crítico sobre a urbanização do Rio de Janeiro, traz imagens não apenas relativas ao projeto vencedor, como também dos demais premiados e menções e a apreciação crítica dos projetos.

PARIS, HAUSSMANN, RIO DE JANEIRO E O CONCURSO DO ITAMARATI

LUCJAN KORNGOLD

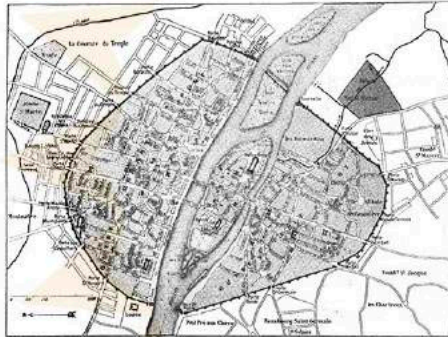
Lucjan Korngold, um dos mais conhecidos arquitetos polonezes, estudou na Academia de Belas Artes de Varsóvia, na Academia de Belas Artes de Berlim e formouse na Escola Politécnica de Varsóvia em 1922. Saíram de seu escritório grande número de projetos arquitetônicos e urbanísticos de maior importância. Os seus trabalhos mereceram um diploma de honra da Triennale de Milão de 1935 e uma medalha de prata na Exposição de Paris em 1937. Deixou a Polónia no momento de invasão nazista. Durante os tres últimos anos, trabalhou como arquiteto-chefe no Istitúto Técnico de Francisco Matarazzo Neto.

As cidades mais velhas da Europa, à exceção das que se originaram nos antigos acampamentos romanos, datam todas da Idade Média. Todas elas têm um plano característico: a praça do Paço Municipal, com a Catedral ao lado, formando o coração da cidade, e, em volta, um labirinto de pequenas ruas estreitas e sinuosas. (N. 1).

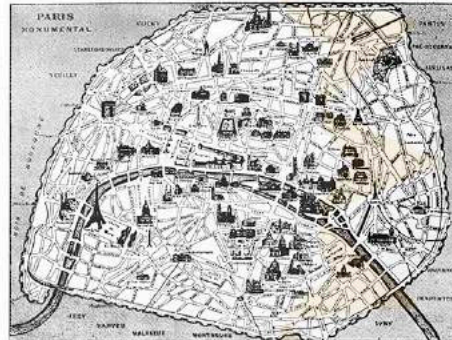
O castelo do senhor feudal ficava frequentemente fóra do recinto dos muros das cidades, transformadas, assim, em verda-

No início do século XVI, com o progresso dos meios de ataque (invenção da pólvora, etc.) os muros de pedra ou tijolos deixaram de assegurar uma defesa eficiente. (N. 2). Com o tempo foram derrubados.

Resultou, daí, a junção dos subúrbios à *urbs*. O processo dessa união e do crescimento das diversas partes do conjunto urbano continuou sem interrupção, aumentando o movimento recíproco das populações. Para atravessar a cidade de



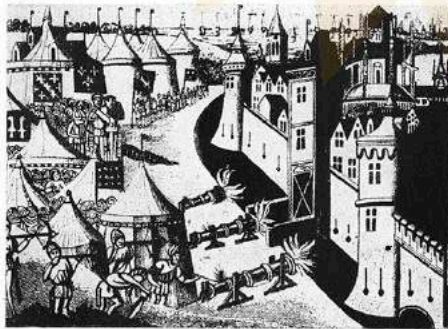
n.º 1 - Paris Medieval



n.º 3 - Paris Monumental

deiras fortalezas. Grandes portas se abriam sobre as vias de comunicação. Em torno das muralhas se iam estabelecendo os negociantes e os artífices que viviam do trabalho fornecido pela cidade. Foi assim que se formaram os arrabaldes.

um extremo a outro, o caminho mais curto conduzia pelo centro — o antigo burgo medieval. Em breve, as ruas se tornaram demasiado estreitas para conter o tráfego crescente dos peões, dos cavalos e finalmente dos automóveis.



n.º 2 - Cidade Medieval



n.º 4 - Paris - Avenue de l'Opera

Figura 58. Artigo de Lucjan Korngold, sobre o concurso para o Itamaraty. *Acrópole* n. 61, maio de 1943.

Como sugere o título, o artigo é iniciado com breve histórico sobre as transformações promovidas por Haussmann em Paris, partindo de breve histórico sobre a evolução urbana da capital francesa e de sua origem como núcleo medieval até sua transformação em centro monumental. O autor enaltece a iniciativa de Haussmann:

Foi ele o organizador, o encenador desse espetáculo extraordinário que é Paris, no qual o papel principal é desempenhado pelos seus edifícios. Essa obra foi levada a efeito com tal perfeição, que até hoje constitui modelo inatingível de urbanismo e de composição espacial. (Korngold, 1943, s.p)

A partir do exemplo de Paris, Korngold apresenta as transformações do Rio de Janeiro e as contextualiza no mesmo espírito de renovação urbana de Paris, destacando a importância da Avenida Presidente Vargas e situando nesse contexto o concurso para a nova ala do edifício do Ministério das Relações Exteriores.

O artigo apresenta uma rara análise crítica dos projetos premiados (pouco comum na revista *Acrópole*, ao longo de toda sua vida editorial). O autor destaca que o novo edifício deveria conviver com as edificações existentes construídas no século XIX e ainda se relacionar com as “enormes dimensões do novo edifício do Ministério da Guerra” (projeto de Christiano Stockler das Neves e José Ferreira Louro, inaugurado em 1941, quando foi aberta a Avenida Presidente Vargas). A análise é iniciada com o projeto do próprio autor, que em autocrítica, confessa ter falhado na solução plástica adotada, em uma proposta que “daria uma impressão completamente anacrônica dentro da paisagem do novo Rio”.

Na sequência, o autor destaca como merecedor de atenção o trabalho premiado em terceiro lugar, de autoria do escritório Cesar Mello Cunha & Cia Ltda, do Rio de Janeiro, pela solução em dois corpos paralelos. Quanto aos demais premiados (inclusive o segundo lugar, que não foi publicado na revista), o autor considera que “procuraram a solução numa arquitetura pseudo-modernista em escalas europeias do século XIX”. A exceção foi o projeto vencedor, cujas qualidades são destacadas por Korngold.

O projeto vencedor, de autoria de Henrique Mindlin (na ocasião com 31 anos), é enaltecido por Korngold: “o primeiro prêmio (...), cujo autor é Henrique Mindlin, é uma honra, não somente para o premiado, como também para o júri que outorgou essa distinção”.



N. 16 - ANTE-PROJETO N. 1 - (Mencionado)
Francisco Matarazzo Neto com colaboração de
Lucjan Korngold São Paulo

A solução ideal exigiria que a velha construção, num modelo excepcionalmente harmonico da arquitetura residencial do início do século XIX, com o seu lindo espelho d'água, cercado de palmeiras, cuja altura e esbelteza estão em bellissimo contraste com a composição horizontal do antigo palacio, nada perdesse da sua dignidade pelo contacto necessariamente tão intimo com a nova ala, a qual, pela vastidão do programa, deveria ter, ao menos, seis pavimentos.

É também muito importante que esse novo grupo de construção dê uma impressão plástica natural, em relação às enormes dimensões do novo edificio do Ministério da Guerra. Não existe lugar, no Rio de Janeiro, onde se encontrem duas escalas em tão forte contraste, como exatamente nesse ponto: da velha cidade do Rio europeu e da cidade nova americana (N. 13).

Na solução n.º 1 desejaríamos experimentar, se possível, um entendimento plástico. Mas confessamos que essa experiencia falhou. Não se considerando que essa solução requeresse grande sacrificio prático e funcional na planta, um corpo

baixo e comprido da nova dependencia daria uma impressão completamente anacrônica dentro da paisagem do novo Rio. (N. 14, 15 e 16).

O trabalho n.º 8, que prevê uma solução em dois corpos paralelos, é, dentro das condições dadas, uma solução que merece a maior atenção. (N. 17, 18 e 19).

Os outros trabalhos procuraram a solução numa arquitetura pseudo-modernistica em escalas europeas do século XIX.

Pensamos que talvez essa tentativa nesta situação não pudesse conduzir para um verdadeiro sucesso. (N. 20, 21, 22 e 23).

O primeiro premio, conferido ao trabalho n.º 6, cujo autor é Henrique Mindlin, é uma honra, não somente para o premiado, como também para o juri que outorgou essa distincção. O trabalho de julgamento nos concursos arquitetonicos constitue fato de importancia para o nivel de arquitetura do país.

Figura 59. Projeto de Korngold e Matarazzo, menção honrosa no concurso para o Itamaraty. *Acrópole*, n. 61, maio de 1943.

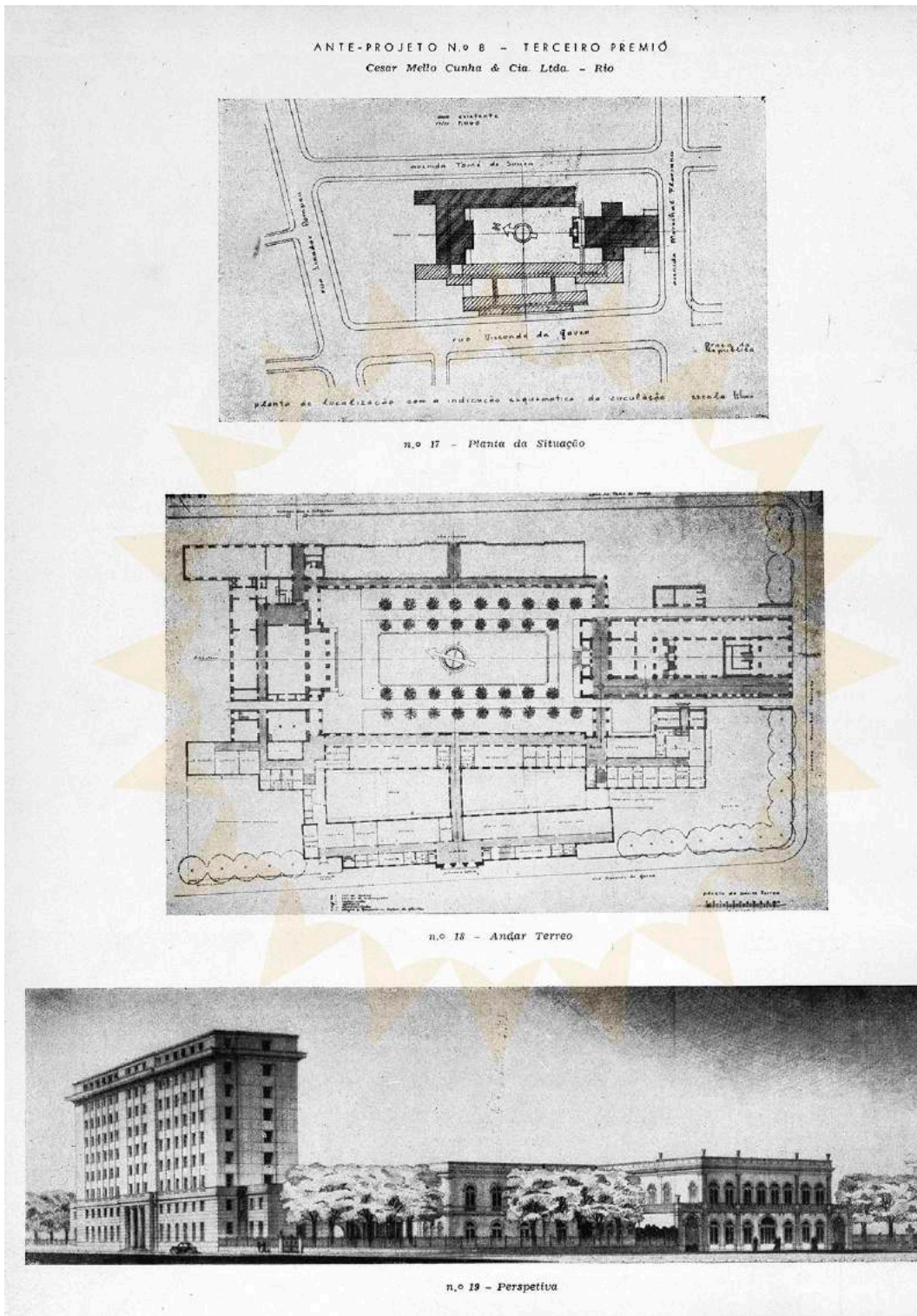


Figura 60. Projeto classificado em terceiro lugar no concurso para o Itamaraty. Autoria do escritório Cesar Mello Cunha & Cia Ltda, do Rio de Janeiro. *Acrópole*, n. 61, maio de 1943.



ANTE-PROJETO N. 10 (Mencionado)
JOÃO KHAIR
RAFAEL GALVÃO

A escolha desse projeto significa, um ato de grande valor cultural.

Henrique Mindlin revelou grande inteligência e excepcional maturidade arquitetônica. O autor do projeto não procurou "paliativos". Entendeu imediatamente que esse caminho não atingiria ao alvo. A sua solução foi simples e clara.

Os dois corpos de construção, de tamanho não excessivo mas de tão felizes proporções, são diversos do conjunto do velho palácio existente, mas não chegam a colidir, nem mesmo tentam se aparentar com ela, e por isso lhe permitem conservar intacto o seu nobre e sóbrio caráter.

Mesmo que se conseguisse isolar o lado direito do edifício do Itamaraty com uma área de vegetação, separando-o da vi-

sinhança talvez excessivamente comercial, o velho palácio, nos falaria ainda, por longo tempo, numa linguagem que, na arquitetura de hoje, cada vez menos se ouve.

A liberdade da composição demonstrou também na planta uma solução clara e transparente, o que foi correspondentemente distinguido pelo júri.

Funcionalmente, a solução é perfeita, o que é muito, mas não é o mais importante.

O mais importante é, justamente, o profundo sentimentalismo que ilumina todo o trabalho.

Esta pequena chama sempre deverá arder para que a arquitetura de qualquer tempo e qualquer escola continue a ser Arte. (N. 24 e 44).

ATA DE FECHAMENTO DOS TRABALHOS PARA O
JULGAMENTO DO CONCURSO DE ANTE-PROJETOS
PARA A CONSTRUÇÃO DA NOVA ALA DO MINISTÉRIO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES

As onze horas do dia vinte e seis do mês de maio de mil novecentos e quarenta e dois, reunidos na sala de leitura do Edifício da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores os senhores: Embaixador Maurício Nabuco, embaixador Luiz de Faro Junior, arquitetos Alberto Monteiro de Carvalho, Fernando Nereu Sampaio, Marcelo Roberto, membros da comissão designada pelo senhor ministro de Estado das Relações Exteriores, para proceder ao

julgamento do concurso de ante-projetos para a construção do novo edifício do Ministério das Relações Exteriores, nos termos do respectivo edital, publicado nas páginas dezoenove mil, duzentos e vinte e sete, à dezoenove mil duzentos e vinte e nove do "Diário Oficial" de quatro de outubro de mil novecentos e quarenta e um, e cu, arquiteto Adhemar Marinho, secretário da comissão, foi encer-

Figura 61. Projeto que obteve menção honrosa no concurso para o Itamaraty e trecho da Ata de Julgamento. Autoria de João Khair e Rafael Galvão. *Acrópole*, n. 61, maio de 1943.

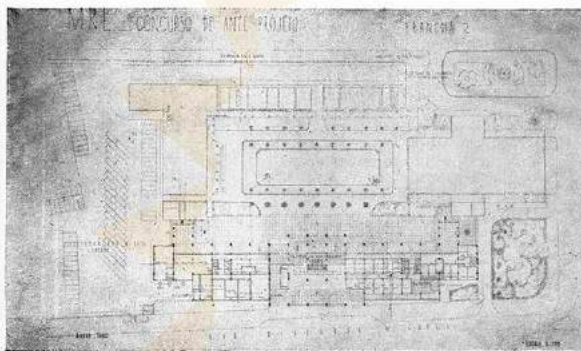
rada sessão correspondente à sexta e última reunião para o exame detalhado e minucioso dos trabalhos apresentados.

Todas as reuniões foram efetuadas no mesmo local de trabalho designado nesta ata e com a presença de todos os membros da comissão do Juri nas horas e dias assim marcados: Primeira reunião às quinze horas do dia vinte e nove de abril de mil novecentos e quarenta e dois; segunda reunião às quinze horas do dia oito de maio de mil novecentos e quarenta e dois; terceira reunião às dez horas do dia doze de maio de mil novecentos e quarenta e dois; quarta reunião às quinze horas e quinze minutos do dia quinze de maio de mil novecentos e quarenta e dois; quinta reunião às dez horas do dia dezoito de maio de mil novecentos e quarenta e dois; sexta e última reunião, marcada para às dez e oito, quinze horas e quinze minutos do dia vinte e dois de maio, foi transferida a pedido do senhor arquiteto Fernando Nereu Sampaio, para às dez horas do

dia vinte e seis de maio de mil novecentos e quarenta e dois. Não tendo sido possível obter-se o veredictum unanidade de votos os senhores membros do Juri sentaram os seus votos em separado e que ficam transcritos. O dos senhores arquitetos Alberto Monteiro de Carvalho e Marcelo Roberto é o seguinte "Os assinados membros da Comissão Julgadora dos anteprojetos para o edifício do Ministério das Relações Exteriores, depois de terem estudado os doze trabalhos apresentados, trazem as suas conclusões. Antes de tudo, lasti-



ANTE-PROJETO N.º 7
n.º 21 - Planta da Situação

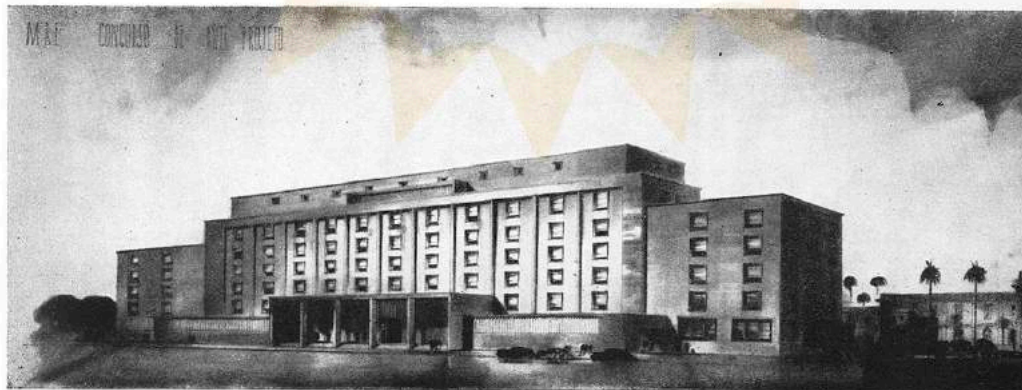


ANTE-PROJETO N.º 7
n.º 22 - Andar Terreo

o número limitado de ante-projetos que nenhum deles destacasse desde logo como capaz de impressionar favoravelmente a todos os membros do Juri. Reconhecem, entanto, que se tratava de um problema bastante difícil. Além da complexidade dos serviços que constituem o Ministério, determinando uma diversidade de funções, a questão dos três prédios existentes no local. O primeiro desses prédios foi erguido para palácio residencial de alto abastado. Os dois outros foram construídos durante o longo período em que a arquitetura passava por o mundo, e, portanto, com mais razão no nosso novo, por uma verdadeira crise da adaptação e incerteza, tendo ainda tirado o verdadeiro partido dos novos processos construtivos, nem acompanhados os processos da

ANTE-PROJETO N.º 7 - SEGUNDO PREMIO

Engo. Paulo de Camargo e Almeida - Rio



n.º 23 - Perspetiva

Figura 62. Projeto que obteve menção honrosa no concurso para o Itamaraty. Autoria de Paulo de Camargo e Almeida – Rio de Janeiro e trechos da Ata de Julgamento. *Acrópole*, n. 61, maio de 1943.

cia, que vinham alterando, dia a dia e cada vez mais, a vida dos homens e a sua mentalidade. Infelizmente, a crise ainda não passou de todo, sendo uma prova este concurso, pela disparidade dos ante-projetos e pelo fato de não ter sido possível uma concordância de todos os três membros técnicos da Comissão, mesmo sob o ponto de vista doutrinário. Um único ante-projeto (o ante-projeto número seis), foi apresentado na técnica que, na opinião de dois dos arquitetos membros do Juri, é a que se impõe hoje em dia e para futuro próximo. Pela observação detalhada desse ante-projeto, verificaram tratar-se de um trabalho consciencioso, minuciosamente estudado, que demonstra ter o seu autor (ou autores) capacidade para executar o projeto definitivo, razão pela qual opinam que lhe seja concedido o primeiro prêmio. Aham sobretudo, feliz a solução desse ante-projeto por ter deixado o conjunto atual como ele é, visto que os seus defeitos seriam de correção dispendiosa e contraproducente; além disso, ele dá ao Palácio do Conde de Itamaraty o destaque que merece, sem prolongamentos desnecessários para a sua função futura de local de recepções oficiais e museu diplomático nacional.

Esse ante-projeto também não cria novas áreas internas, sempre condenáveis, abrindo, pelo contrário, uma das faces do pátio atual, que com o seu grande espelho d'água e velhas palmeiras, é o encanto do conjunto. Para o segundo prêmio, os abaixo assinados escolhem o trabalho número sete, trabalho que denota a autoria de arquiteto capaz e experimentado que prejudicou a sua obra, juntando elementos e criando movimentos desnecessários, com o intuito de chegar ao aspecto geralmente chamado "clássico". Terminando, conferem o terceiro prêmio ao ante-projeto número oito, apesar de o considerarem arquiteturalmente inferior aos de número um e dez — ante-projetos que mereceriam premiações, se mais prêmios tivessem sido previstos. A escolha do ante-projeto número oito é justificada por tratar-se de trabalho elaborado por pessoa que demonstrou estar ao par da dinâmica dos serviços do Itamaraty e, tornando-se propriedade do Ministério, o trabalho poderá servir, para a obra futura, como diagrama informativo. Rio de Janeiro, vinte e seis de maio de mil novecentos e quarenta e dois. — Alberto Monteiro de Carvalho. — Marcelo Roberto".

Apresenta ACROPOLE, em primeira mão, interessante reportagem — o ante-projeto de seu distinto colaborador, arquiteto Henrique E. Mindlin, que, representando uma cooperação valiosa à obra dos grandes arquitetos brasileiros, evidencia, também, aceita como o foi essa colaboração, o sentimento de brasilidade que, acima de quaisquer preocupações regionais, já existe no seio dos arquitetos patrios.

ANTE-PROJETO N. 6 — PRIMEIRO PREMIO

HENRIQUE E. MINDLIN — São Paulo

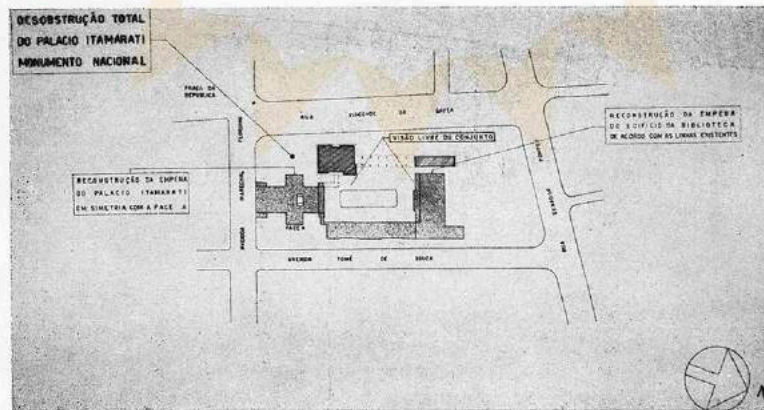
O projeto premiado (n.º 6) é baseado em quatro pontos capitais:

- 1.º Desobstrução completa do Palácio Itamaraty pelo ajardinamento da área lateral e colocação da nova ala em posição simétrica à ala Rio Branco.
- 2.º Decomposição e organização arquitetural do programa em dois blocos, sendo um menor, destinado à alta administração e outro, maior, aos serviços.

- 3.º Abertura do pátio interno para o jardim lateral por meio do grande pórtico vasado no corpo da ala nova.

- 4.º Elaboração de um elemento tipo para instalação dos serviços (detalhadamente descrito na prancha 39) que constitui uma solução nova do problema da fachada Oeste do Rio de Janeiro.

Henrique E. Mindlin



n.º 26 - PLANTA DA SITUAÇÃO

Figura 63. Projeto vencedor no concurso para o Itamaraty. Autoria de Henrique Mindlin e trechos da Ata de Julgamento. *Acrópole*, n. 61, maio de 1943.

Korngold destaca em seu artigo a importância do julgamento em concursos de arquitetura: “O trabalho de julgamento nos concursos arquitetônicos constitui fato de importância para o nível de arquitetura do país.” Sobre a proposta de Mindlin, qualifica como “simples e clara” e complementa:

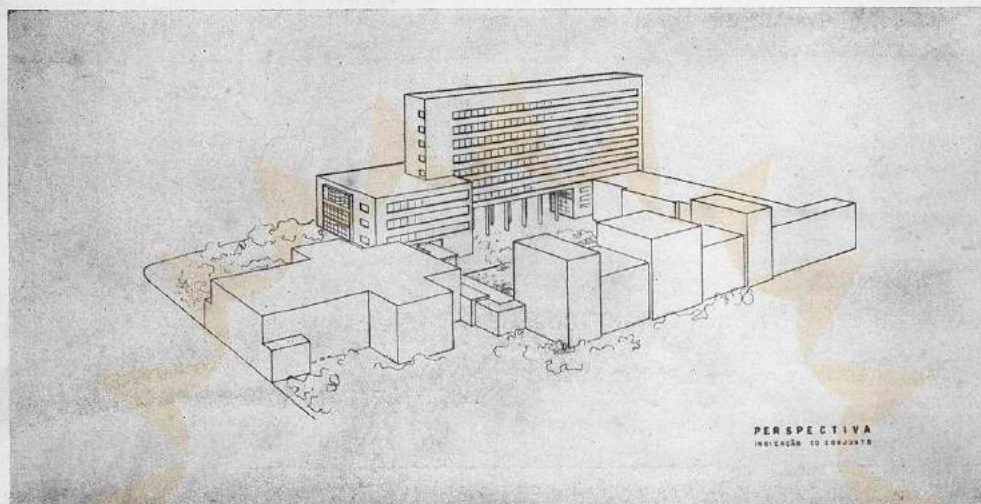
Os dois corpos de construção, de tamanho não excessivo mas de tão felizes proporções, são diversos do conjunto do velho palácio existente, mas não chegam a colidir, nem mesmo tentam se aparentar com ela, e por isso lhe permitem conservar intacto o seu nobre e sóbrio caráter. (Korngold, 1943, s.p)

A Ata de Julgamento foi publicada na sequência do artigo. A comissão julgadora do concurso foi composta por dois embaixadores (Maurício Nabuco e Luiz de Faro Júnior) e três arquitetos/engenheiros: Alberto Monteiro de Carvalho, Fernando Nereu Sampaio e Marcelo Roberto. Este último, autor de obras a essa altura já consagradas e vencedoras de concurso, como a sede da ABI e o Aeroporto Santos Dumont. Adhemar Marinho (autor, ao lado de Vital Brazil, do projeto do Edifício Esther, um dos primeiros edifícios de expressão moderna em São Paulo, resultado de concurso por convite organizado pela iniciativa privada) atuou como secretário da comissão de julgamento. Foram submetidos 12 trabalhos, que foram analisados em seis sessões de julgamento, realizadas em maio de 1942. O resultado não foi unânime. A divergência no júri técnico foi o voto de Fernando Nereu Sampaio. Não há registros, na publicação, sobre o parecer dos integrantes não técnicos do júri. De acordo com a ata, o júri lamentou o número limitado de trabalho, mas reconheceu a complexidade do problema, não apenas no que se refere às demandas funcionais e programáticas, mas em especial devido à presença das edificações existentes no local. O voto conjunto dos engenheiros-arquitetos Alberto Monteiro de Carvalho (que conheceu Le Corbusier em Paris e intermediou a vinda do arquiteto suíço ao Brasil em 1936) e Marcelo Roberto prevaleceu. Inicialmente lamentaram que muitos dos projetos submetidos ao concurso eram ainda expressões de “uma verdadeira crise da adaptação e incerteza, não tendo ainda tirado o verdadeiro partido dos novos processos construtivos, nem acompanhado os processos da ciência...”. Na sequência, declaram sobre o projeto vencedor:

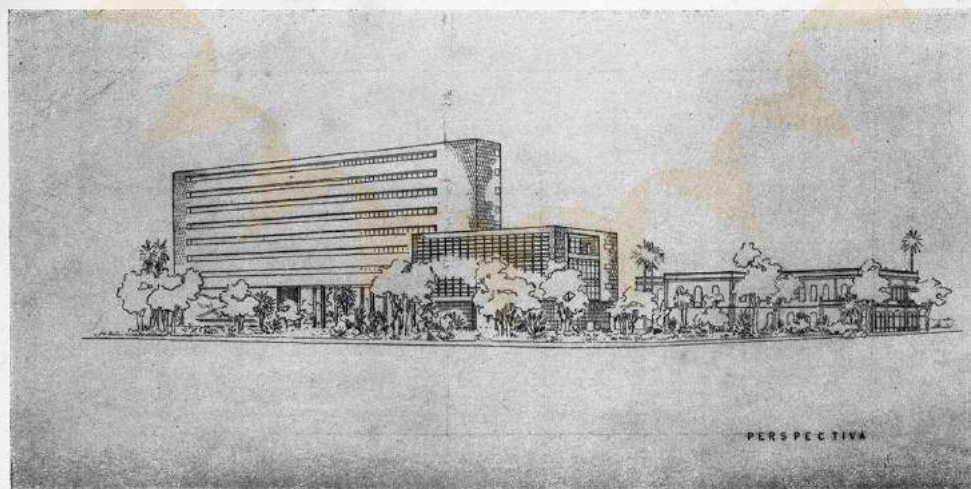
Acham sobretudo, feliz a solução desse anteprojeto por ter deixado o conjunto atual como ele é, visto que os seus defeitos seriam de correção dispendiosa e contraproducente; além disso, ele dá ao Palácio do Conde de Itamaraty o destaque que merece, sem prolongamentos desnecessários (...). Esse anteprojeto também não cria novas áreas internas, sempre condenáveis, abrindo, pelo contrário, uma das faces do pátio atual, que com o seu grande espelho d’água e velhas palmeiras, é o encanto do conjunto. (ATA DE JULGAMENTO... 1943, s.p).

ANTE-PROJETO N.º 6 — Primeiro Premio

Henrique E. Mindlin



n.º 42 - PERSPECTIVA - INDICAÇÃO DO CONJUNTO



n.º 43 - PERSPECTIVA

Figura 64. Página com destaque ao projeto vencedor no concurso para o Itamaraty. Autoria de Henrique Mindlin. *Acrópole*, n. 61, maio de 1943.

Na sequência do artigo e da Ata de Julgamento foram dedicadas 07 páginas ao projeto vencedor: texto síntese, diagramas de implantação, plantas dos pavimentos, elevações, diagramas de fluxo e orientação solar, cortes e perspectivas. De acordo com o texto assinado por Henrique Mindlin, autor do projeto é baseado em “quatro pontos capitais”: (1) desobstrução completa do Palácio do Itamaraty; (2) Decomposição e organização arquitetural do programa em dois blocos (alta administração e serviços); (3) Abertura do pátio interno para o jardim lateral por meio de grande pórtico vasado no corpo da ala nova; (4) solução de “elemento tipo” para proteção da fachada oeste (ilustrado em diagrama, entre os desenhos submetidos ao concurso, também publicado na revista).

Observa-se certa influência do projeto do Ministério de Educação e Saúde (MES) sobre a proposta de Mindlin para o Ministério de Relações Exteriores, porém sem a mesma leveza e equilíbrio: térreo parcialmente livre, composição assimétrica de volumes (lâmina mais alta em articulação com volume mais baixo), integração com paisagismo e preocupação com elementos de proteção de fachada e conforto ambiental. O MES, em construção, já era uma referência moderna naquele momento.

Ao contrário do concurso para o MES, no concurso do Itamaraty a vanguarda estava presente no júri e foi determinante para a escolha do projeto vencedor. O projeto, no entanto, não foi construído. O regime do Estado Novo estava nos seus últimos anos e a inauguração de grandes sedes da administração pública não estava nas prioridades. A publicação do concurso do Itamaraty na Acrópole foi uma exceção no universo editorial da revista naquele período e pode ser vista também como marco temporal entre dois ciclos: o final do ciclo de concursos de obras públicas no Rio de Janeiro (eventos cada vez mas escassos com o final do Estado Novo e que se enterrará definitivamente com a perda do status de capital, em 1960) e o início do ciclo de publicações sobre concursos na Acrópole, que se consolidaria em especial a partir dos anos 1950, quando São Paulo passa a assumir, gradativamente, o protagonismo econômico e arquitetônico no país. O resultado do concurso para o Ministério de Relações Exteriores foi mencionado no *Brazil builds*, evento e publicação que marcará a transição entre esses dois ciclos.

***Brazil builds* e os concursos de arquitetura: síntese de um ciclo.**

Acrópole, n. 73, maio de 1944.

No período entre 1930 e 1937, marcado por importantes iniciativas estatais de modernização, a arquitetura brasileira foi convocada a se expressar, e o fez de diversas maneiras, sob variadas linguagens. Os concursos de arquitetura, apesar das controvérsias e conflitos (consequências também dos conflitos ideológicos e políticos do ambiente pós-revolução), foram ao mesmo tempo celebrados e ignorados na contratação de projetos para a Nova República. Ainda assim, foram eventos relativamente frequentes no período, ora privilegiando estilos acadêmicos, ora as experimentações da vanguarda, a depender de quem eram os atores ou quais os interesses em jogo. Além dos concursos e das encomendas diretas, destacaram-se também nesse período os projetos desenvolvidos no âmbito das estruturas públicas criadas especificamente para atender à demanda estatal de produção de equipamentos de saúde, educação e infraestrutura em geral. Nesse âmbito destacam-se dois importantes núcleos: a equipe técnica da Prefeitura do Distrito Federal (1932), no Rio de Janeiro, comandada por Carmen Portinho e Affonso Reidy (e que teve como principal veículo de difusão de suas obras e pensamentos a revista PDF) e a Diretoria de Arquitetura e Construção – DAC (1934, que depois se tornaria a Diretoria de Arquitetura e Urbanismo - DAU), em Pernambuco, coordenada por Luiz Nunes (um dos líderes da greve de estudantes da ENBA, que se organizou em defesa de Lucio Costa, em 1931).

A partir de 1937, com a instauração do Estado Novo, tais iniciativas (tanto os concursos quanto os núcleos públicos de projeto) foram enfraquecidas. Apesar da habilidade política de Vargas de transitar entre conservadores e progressistas, o endurecimento do regime ditatorial levou ao enfraquecimento dos concursos e à fragilização dos núcleos públicos de projeto, além da perseguição a lideranças técnicas e políticas. Em 1937, com o afastamento do prefeito Pedro Ernesto, a atuação técnica da Prefeitura do Distrito Federal foi enfraquecida e Carmen Portinho deixou a direção da revista PDF, momento em que a arquitetura de vanguarda deixou de ser publicada no periódico. Também em 1937, o governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, foi deposto e a DAU foi praticamente extinta. Luiz Nunes voltou ao Rio de Janeiro e faleceu naquele mesmo ano, de tuberculose, aos 28 anos.

O Estado Novo coincide praticamente com a Segunda Guerra Mundial, período de acirramento dos conflitos ideológicos domésticos e internacionais, de forma que os eventos políticos e arquitetônicos no país e no exterior estiveram mais do que nunca relacionados, direta ou indiretamente.

Nesse contexto, é importante destacar o papel da exposição realizada no MOMA – Museu de Arte Moderna de Nova Iorque e do catálogo dela resultante, o *Brazil builds*, para a difusão da arquitetura brasileira nos meios editoriais internacionais e, inclusive, para a disseminação da arquitetura moderna (ou contemporânea) brasileira no país.



Figura 65. Capa e página do catálogo *Brazil builds*. Esquerda: capa, com destaque para o enfoque do catálogo no equilíbrio entre o antigo e o novo na arquitetura brasileira. À direita, uma das páginas dedicadas ao Pavilhão do Brasil em Nova Iorque, de 1939, resultante de concurso. (GOODWIN, 1943).

O catálogo, editado por Philip Goodwin, com fotografias de G. Kidder Smith, foi o ponto de partida para o reconhecimento, pelas revistas internacionais, da arquitetura que se produzia no país. Destacam-se, nesse período, as publicações das revistas *Architectural Review* (Inglaterra, n.567, março de 1944) e *L'architecture d'aujourd'hui* (França, n.13/14, setembro de 1947) e *Architectural Forum* (Estados Unidos, n.11, novembro, 1947) (SEGAWA, 1998).

O evento e a publicação fizeram parte da ampla política de aproximação dos Estados Unidos, sob a presidência de Franklin Roosevelt, em relação à América Latina e ao Brasil em particular, em busca de aliados, em meio aos conflitos da Segunda Guerra Mundial, em curso desde 1939 (SEGAWA, 1998; SEGRE, 2013; COMAS, 2010). A exposição no MOMA em 1942 e seu desdobramento na publicação do *Brazil builds* em 1943, portanto, não foram iniciativas espontâneas e naturais; na verdade integraram a política internacional dos Estados Unidos, de aproximação cultural como meio de alcançar objetivos militares e econômicos sobre a América Latina.



Figura 66. Imagens publicadas no *Brazil builds* e republicadas na edição especial da *Architectural Review* dedicada à arquitetura, em março de 1944 (n.567). Acima: caixa d'água de Olinda (1936), projeto de Luiz Nunes, à frente da DAC/DAU. Abaixo: Estação de Hidroaviões, projeto vencedor em concurso, da equipe coordenada por Afílio Correia Lima (1937). Fonte: *Architectural Review*. Disponível em: <https://www.architectural-review.com/rethink/archive/march-1944-the-brazilian-style/8607496.article>

No que se refere aos concursos de arquitetura, pode-se definir o *Brazil builds* como a síntese de um ciclo. Em meio às importantes obras publicadas como registros da vanguarda em construção no Brasil, destacam-se projetos resultantes de concursos (ou que de alguma forma cruzaram o caminho desses processos competitivos), realizados entre meados e final dos anos 1930, dentre os quais destacamos: Ministério de Educação e Saúde (Rio de Janeiro); Associação Brasileira de Imprensa (Rio de Janeiro); Edifício Esther (São Paulo); Estação de Hidroaviões Santos Dumont (Rio de Janeiro); Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro); Complexo da Pampulha (Belo Horizonte) e o Pavilhão do Brasil em Nova Iorque. Considera-se importante, para a compreensão das dinâmicas discutidas neste trabalho, apresentar breve descrição e comentários sobre alguns desses eventos (além daqueles já citados anteriormente), alguns dos quais com importantes desdobramentos para a política de contratação pública de projetos no Brasil, nos anos seguintes até os dias atuais.

Entre os destaques mencionados pelo *Brazil builds* sobre a arquitetura moderna brasileira estão as “inovações destinadas a evitar o calor e os reflexos luminosos em superfícies de vidro, por meio de quebra-luzes externos, especiais”. Goodwin (1943) destaca, inclusive, que as inovadoras soluções de proteção solar foram os principais motivadores de sua viagem para conhecer a arquitetura brasileira. Apesar de Le Corbusier ter ensaiado tais soluções em projeto já em 1933, foi no Brasil – segundo o catálogo – que a solução se materializou. Dentre as obras destacadas por tais recursos estão o Ministério de Educação e Saúde e a Sede da ABI.

Sobre o MES, Goodwin (1943), no *Brazil builds*, exalta as qualidades do projeto, ao mesmo tempo que destaca o contraste com o Ministério da Fazenda:

... o Brasil teve a coragem de quebrar a rotina e tomar um rumo novo dando como resultado poder o Rio orgulhar-se de possuir os mais belos edifícios públicos do continente americano. A esbelta massa do Ministério de Educação fica frente ao novo Ministério da Fazenda. Esta construção enorme, coroada de uma colossal cornija erguida por consolas aflautadas, parece um desafio para um duelo de contrastes. (GOODWIN, 1943, p.91)

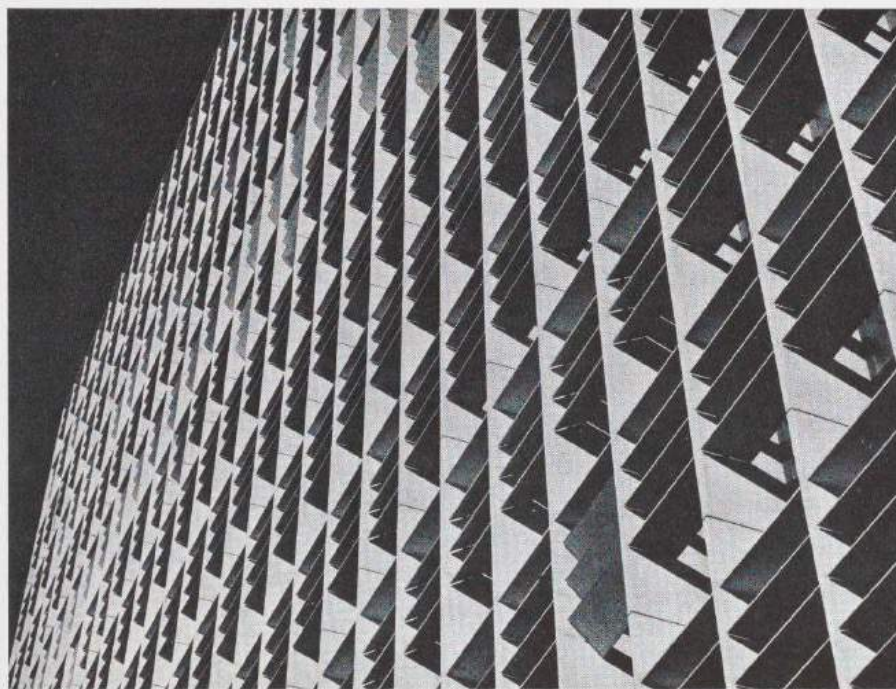
A construção da sede da ABI foi concluída em 1939 e também integrou o catálogo *Brazil builds*. Na publicação foram destacadas, além das linhas modernas (parcialmente limitadas devido à configuração do lote e o contexto urbano), as soluções de proteção das fachadas.

by means of external blinds. North America has blandly ignored the entire question. Faced with summer's fierce western sun, the average office building is like a hot-house, its double-hung windows half closed and unprotected. The miserable office workers either roast or hide behind airless awnings or depend on the feeble protection of Venetian blinds, — feeble because they do nothing to keep the sun from heating the glass. It was curiosity to see how the Brazilians had handled this very important problem that really instigated our expedition.

As early as 1933, LeCorbusier had used movable outside sunshades in his unexecuted project for Barcelona, but it was the Brazilians who first put theory into practice. As developed by

elevou para quatro ou mais vezes a altura dos edifícios que as circundam.

Embora os primeiros ímpetus modernos tenham chegado por importação, bem logo o Brasil achou um caminho próprio. A sua grande contribuição para a arquitetura nova está nas inovações destinadas a evitar o calor e os reflexos luminosos em superfícies de vidro, por meio de quebra-luzes externos, especiais. Para a América do Norte isso é coisa de leve conhecida. Tendo que receber de chapa o rude sol das tardes de verão, os grandes edifícios, em geral, ficam como um forno, dada a proteção insuficiente de suas janelas de folhas semi-cerradas. As oficinas modestas então têm que escolher uma dentre duas alternativas: ou assar-se



Northwest facade of the Ministry of Education

Fachada noroeste do Ministério de Educação

Figura 67. Página do catálogo *Brazil builds*, com destaque para o Ministério de Educação e Saúde e o detalhe dos brises da fachada noroeste. (GOODWIN, 1943)

Em 1937 foram realizados dois importantes concursos no Rio de Janeiro, como parte da política de expansão da infraestrutura aeroviária do país e que se destacaram pelas propostas modernas: a Estação de Hidroaviões do Santos Dumont e o Aeroporto Santos Dumont. O concurso para a Estação de Hidroaviões teve como vencedor o projeto (destacado na capa do *Brazil builds*) da equipe composta por Atílio Correa Lima, Jorge Ferreira, Thomaz Estrella, Renato Mesquita dos Santos e Renato Soeiro. A construção, finalizada em 1938, é “uma obra admirada pela pureza de suas linhas e a qualidade de seus acabamentos” (SEGAWA, 1998). O projeto vencedor para o Aeroporto Santos Dumont foi de autoria dos jovens irmãos Roberto (que haviam vencido, no ano anterior, o concurso para a sede da ABI, no Rio de Janeiro), destacando-se pela racionalidade e pela “marcante galeria longitudinal no miolo do edifício” (SEGAWA, 1998).

O desfecho dos dois concursos para o Santos Dumont foi pouco usual para a época, marcada por embates profissionais, estilísticos e políticos: foram dois concursos em que os projetos vencedores, de linhas modernas, foram construídos, sem contestações relevantes. Apesar das relativas dificuldades de materialização do Aeroporto Santos Dumont (parcialmente concluído em 1940) em relação à Estação de Hidroaviões (SEGAWA, 1998), podemos dizer que se trata de dois concursos de sucesso, sem aparentes conflitos de julgamento ou rejeição dos patrocinadores, com ampla recepção editorial, em especial nas revistas internacionais, em decorrência do *Brazil builds*.

Conforme sugere Segawa (1998), por se tratar de programas em que a técnica e a funcionalidade eram aspectos dominantes, considerando que a aviação está associada a valores simbólicos de modernidade, as propostas de vanguarda – marcadas pela leveza e pela funcionalidade - prevaleceram nestes casos, sem questionamentos relevantes. Pode-se conjecturar, nesse sentido, que a diversidade de estilos do período esteve de certa forma associada às vocações temáticas, tal como assimiladas pelos gestores, técnicos e empreendedores: soluções acadêmicas para os edifícios monumentais (tema em que as conquistas de vanguarda foram pontuais, como o MES); *art-decò* para as salas de cinema e teatro; neocolonial e outros “neos” para as residências unifamiliares (o moderno também era exceção nesse contexto); vanguarda moderna para aeroportos e outros elementos de exceção em que a racionalidade e a técnica eram condições.

Ainda na lista de obras resultantes de concurso que fizeram parte do *Brazil builds*, também em 1938 foi realizado o concurso cujo desdobramento ajudaria a consolidar a parceria e a cumplicidade de dois importantes nomes da arquitetura brasileira: Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Trata-se do concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Nova Iorque, que antes mesmo da exposição do MOMA Nova Iorque e da publicação do catálogo, já fazia parte das aproximações mútuas entre Estados Unidos e Brasil, como parte da “política de boa vizinhança” promovida por Franklin Roosevelt. O programa incluía, além de espaços expositivos, convivência e lazer, estrutura de escritórios, serviço e de apoio.



The A. B. I. has fixed concrete blinds

A A.B.I. está dotada de quebra-luzes fixos



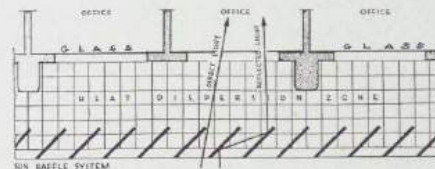
87

centímetros de espessura, abrindo-se numa passagem estreita e continua. Algumas das salas possuem vidraça no lado interior desse passadizo, outras são simplesmente abertas.

Muitas dessas venezianas modernas tiveram sua origem no Rio de Janeiro embora se disseminassem por grande parte do país. Ha outros tipos simples de quebra-luz exterior mais populares, como as rótulas coloniais usadas com felicidade no novo hotel de Ouro Preto, isto é, grades fixas de madeira ou cimento, formando protecção saliente ou não contra o sol.

As construções no Brasil são feitas sem necessidade de qualquer especie de cautela relacionada com movimentos sísmicos, preocupação frequente em muitas outras partes da América do Sul. Todos os seus grandes edificios modernos são de cimento armado. Os intervalos da armação se tapam com chapas ou blocos de concreto, raramente com tijolo. No projeto escolar de Rino Levi, para São Paulo, a estrutura é apenas cheia de uma leve grade de cimento, ao passo que a torre dagua de Olinda possui paredes de *cambogé*, blocos de concreto perfurado a cada meio metro quadrado. Os predios baixos não poucas vezes são de paredes de pedra tosca mas, seja a construção qual for, a parte de fóra ou é rebocada ou revestida de lages de pedra.

O cimento usado no Rio provem de uma importante fábrica moderna ao lado de Niteroi, agora a braços com serias dificuldades oriundas da falta de olio mineral para os seus fornos. As barras reforçadas de ferro são feitas no Brasil,



Detailed drawing of the A.B.I. brise-soleil

Desenho pormenorizado dos quebra-luzes da A.B.I.

Figura 68. Página do catálogo *Brazil builds*, com destaque para a sede da ABI e as soluções de proteção da fachada. (GOODWIN, 1943)

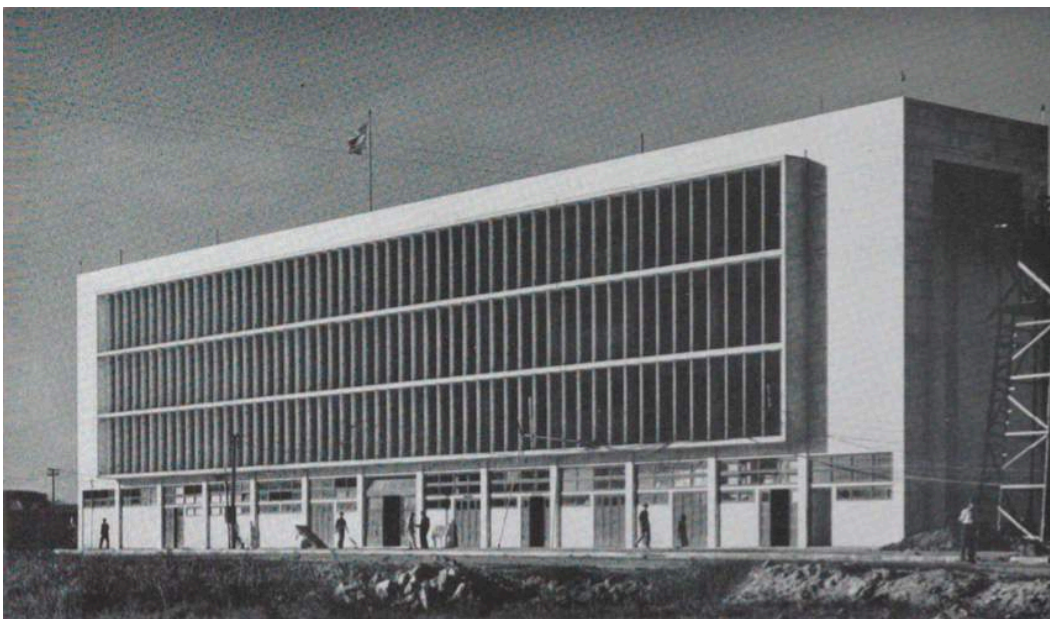
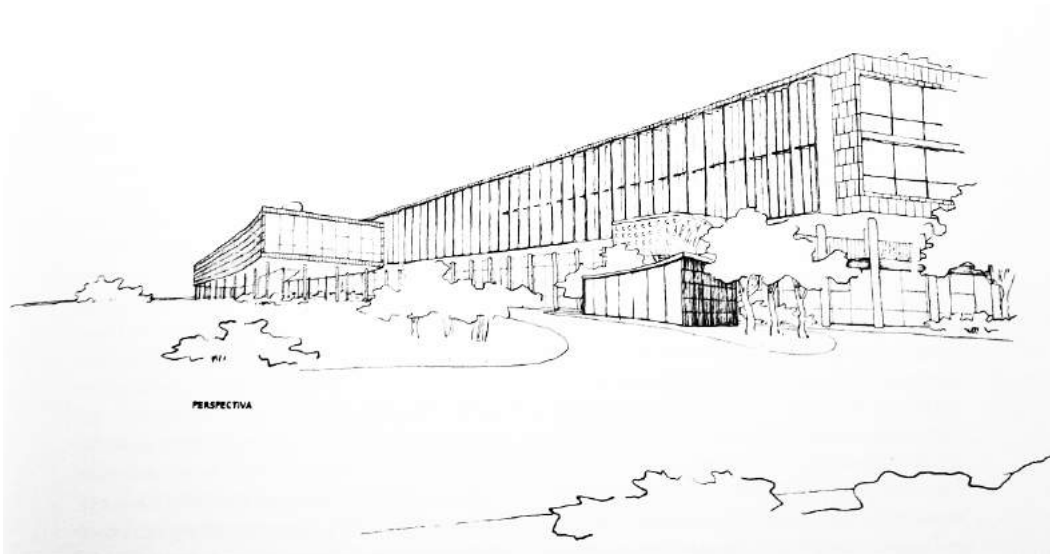


Figura 69. Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro. Autores: Marcelo e Milton Roberto. Acima: Perspectiva do projeto vencedor do concurso realizado em 1937 (Fonte: SEGAWA, 1998). Abaixo: foto da construção. Registro do *Brazil builds* (1943).



Figura 70. Estação de Hidroaviões do Santos Dumont. Registro do *Brazil builds* (1943). Projeto vencedor em concurso (1937). Autores: Atílio Correa Lima, Jorge Ferreira, Thomaz Estrella, Renato Mesquita dos Santos e Renato Socio.

A importância daquele concurso pode ser atestada pela presença de Getúlio Vargas no evento de anúncio do resultado. O júri destacou, do projeto vencedor de Lucio Costa, a integração da rua com o pátio interno, a técnica moderna e o “espírito de brasilidade”. Do segundo lugar, de Oscar Niemeyer, destacou a “entrada franca, a funcionalidade e a economia” (COMAS, 2010). Segundo Comas, as duas propostas guardavam mais afinidades do que oposições:

As duas propostas tem em comum a ideia de largo de entrada parcialmente ocupado e pátio posterior entrevisto do vestíbulo, a composição ternária que mostra vazão entre dois sólidos para a avenida, o fechamento lateral mais ou menos acentuado, uma colunata limitando o pátio, maior permeabilidade ao fundo. A oposição entre ambas não é visceral. (COMAS, 2010, p.66)

Conforme amplamente registrado pela historiografia, Lucio Costa venceu o concurso mas convidou Oscar Niemeyer, para que desenvolvessem em conjunto uma nova proposta. Os dois realizaram, em parceria, o projeto que foi construído e divulgado internacionalmente, como um dos cânones da arquitetura brasileira, efêmero na materialidade, porém permanente em seu valor simbólico.

No caso do concurso para o Pavilhão de Nova Iorque, a lógica foi subvertida: o autor se converteu em júri e determinou a alteração das regras e o resultado do jogo:

Levei o Oscar comigo para Nova York a fim de elaborarmos novo projeto para o Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de 1939, porque foi depois da vinda de Le Corbusier em 36, por iniciativa minha, que a sua criatividade se revelou subitamente, com grande força inventiva; entendi então que era o momento dele desabrochar e ser reconhecido internacionalmente. (...) O que estava em jogo era a boa causa da arquitetura. (COSTA, 1995, p.194).

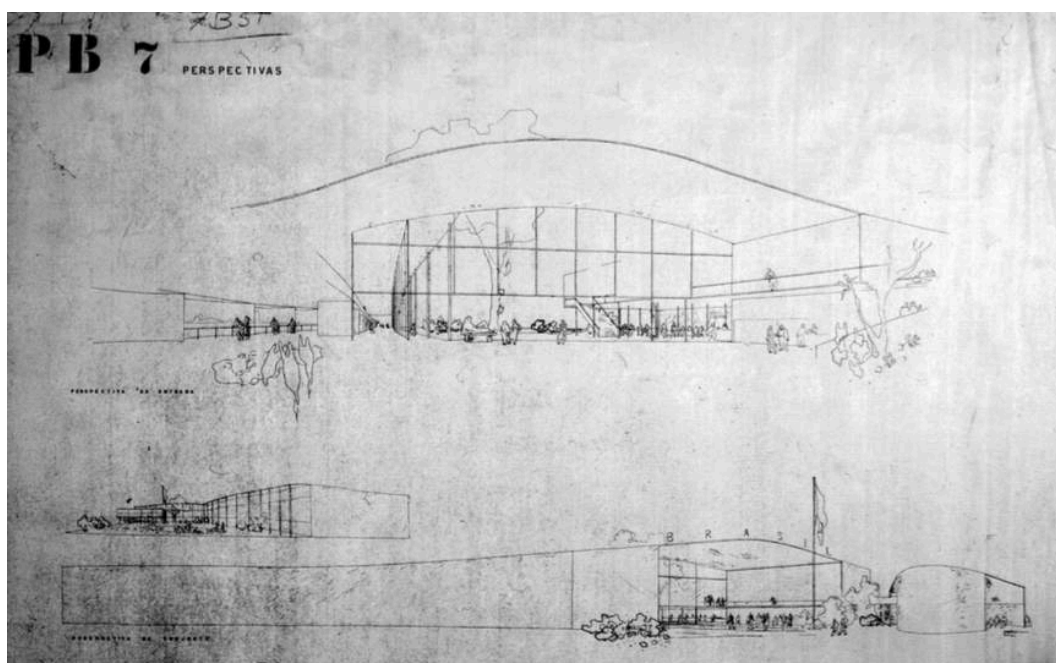
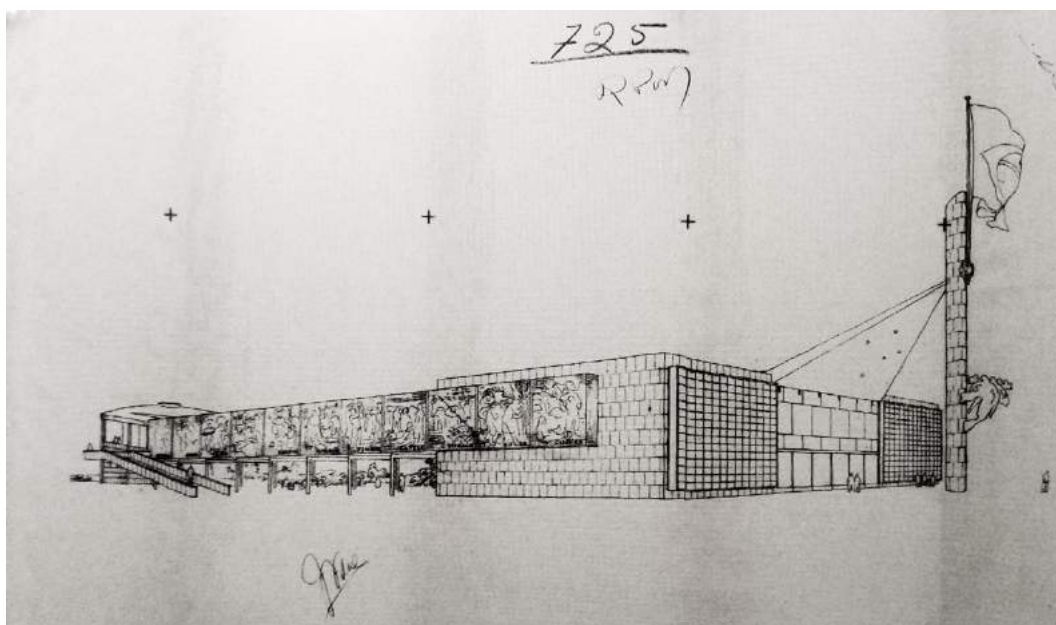


Figura 71. Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Nova Iorque (1938/1939). Acima: proposta vencedora, de Lucio Costa Fonte: SEGRE, 2013. Abaixo: segundo lugar, de Oscar Niemeyer. FONTE: COMAS, 2010.

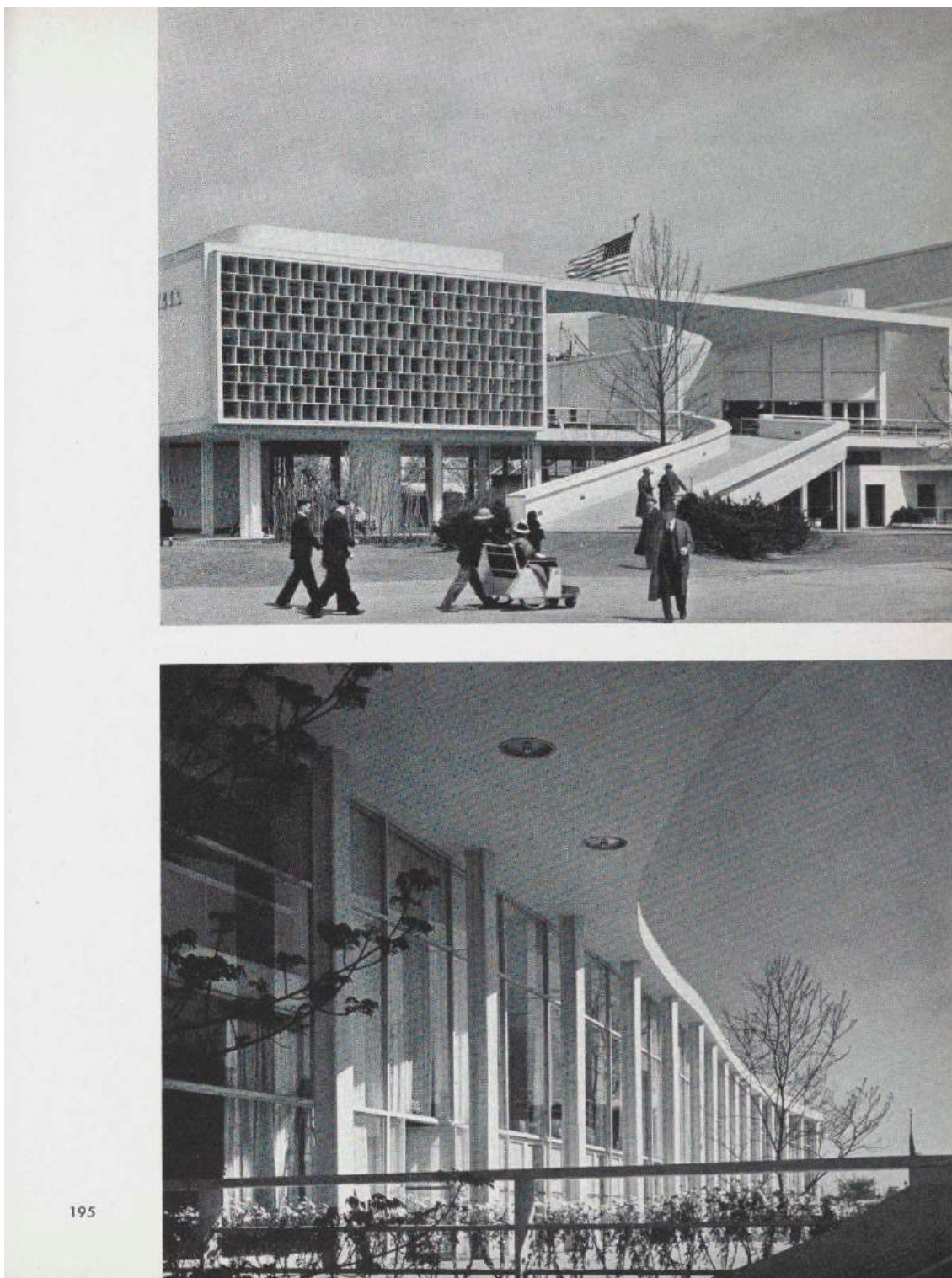


Figura 72. Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Nova Iorque (1938/1939). Projeto conjunto de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. *Brazil builds*, 1943. Fonte: Goodwin, 1943.



Figura 73. Chegada a Nova Iorque, a bordo do *Pan America*, abril de 1938. Oscar Niemeyer, Lucio Costa, “Leleta” e Maria Elisa Costa, Anita Baldo e Anna Maria Niemeyer. Fonte: COSTA, 1995.

No caso de Complexo da Pampulha, a recepção editorial (tanto o *Brazil builds* quanto as revistas nacionais e internacionais) destacam o projeto e a obra como uma das primeiras expressões da genialidade brasileira. O episódio, porém, é raramente divulgado como o resultado de um concurso frustrado.

A notoriedade alcançada por Oscar Niemeyer em decorrência de sua atuação no projeto para o Ministério de Educação e Saúde e, em seguida, no Pavilhão Brasileiro em Nova Iorque, ambos com o apoio e a parceria de Lucio Costa, abriu caminho para que o arquiteto fosse convidado para realizar o projeto do Complexo da Pampulha, considerado pelo próprio Niemeyer como o marco inicial de sua carreira profissional (MACEDO, 2008). Foi Gustavo Capanema que o apresentou ao então prefeito Juscelino Kubitschek, contato que consolidaria não apenas a carreira de Oscar Niemeyer como seria determinante para o insucesso do concurso de arquitetura no Brasil nas décadas seguintes. Afinal, certamente ponderavam os gestores: por que buscar a qualidade na incerteza de um concurso, se a genialidade estava ali, ao lado? Os insucessos de uma série de concursos naquele período (não por culpa do instrumento em si, mas em decorrência dos próprios conflitos de interesse inerentes ao campo profissional), associados à capacidade criativa (e à habilidade política) de Niemeyer, ao mesmo tempo em que pavimentaram o caminho para o reconhecimento internacional da arquitetura moderna brasileira, contribuíram para enterrar os incipientes esforços de promoção do concurso como parte de uma política pública. O episódio da Pampulha é um exemplo típico desse dilema do gestor. Em 1975, em entrevista concedida à revista *Módulo*, Juscelino Kubitschek mencionou que antes de contratar Niemeyer havia realizado um concurso e se decepcionado com o resultado:

Indeciso sobre os caminhos a seguir, resolvi abrir um concurso, de forma a obter a cooperação dos artistas nacionais. Foi outro desapontamento - talvez, se se quiser, a segunda pedra no caminho. Revelaram-se inaceitáveis os projetos apresentados, quase todos vazados em estilo convencional, segundo os padrões dos edifícios públicos. Para se ter ideia, basta dizer que alguns - talvez pela popularidade, na época, do Cassino Hotel Quitandinha - apresentavam variações do mesmo estilo normando, verdadeira aberração em face do gênero fluido de beleza que, na Pampulha, extasiava os olhos. (KUBITSCHKEK, 1975, p.15)

De todas as obras relacionadas a concursos e citadas no *Brazil builds*, apenas uma foi realizada em São Paulo, e se trata de um concurso restrito, da iniciativa empresarial. Ao contrário do Rio de Janeiro (naturalmente, pela função de Distrito Federal), em São Paulo as encomendas públicas por meio de concursos eram escassas naquele período e a presença do Estado como indutor de soluções inovadoras foi menos decisiva. Esse foi o caso do concurso para o Edifício Esther, empreendimento da Usina de Açúcar Esther, inaugurado em 1938 em São Paulo. O projeto é dos jovens arquitetos Álvaro Vital Brazil e Adhemar Marinho, vencedores do concurso (ambos com 27 anos à época), profissionais egressos das ENBA no Rio de Janeiro (participantes da greve em apoio a Lucio Costa em 1931). Trata-se de uma das primeiras expressões da arquitetura moderna em São Paulo e uma das primeiras edificações de uso misto em altura na cidade (comércio, serviço e residência).

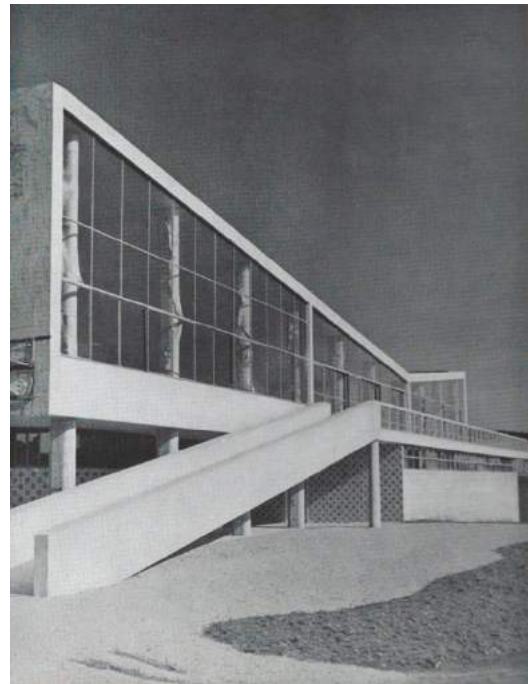
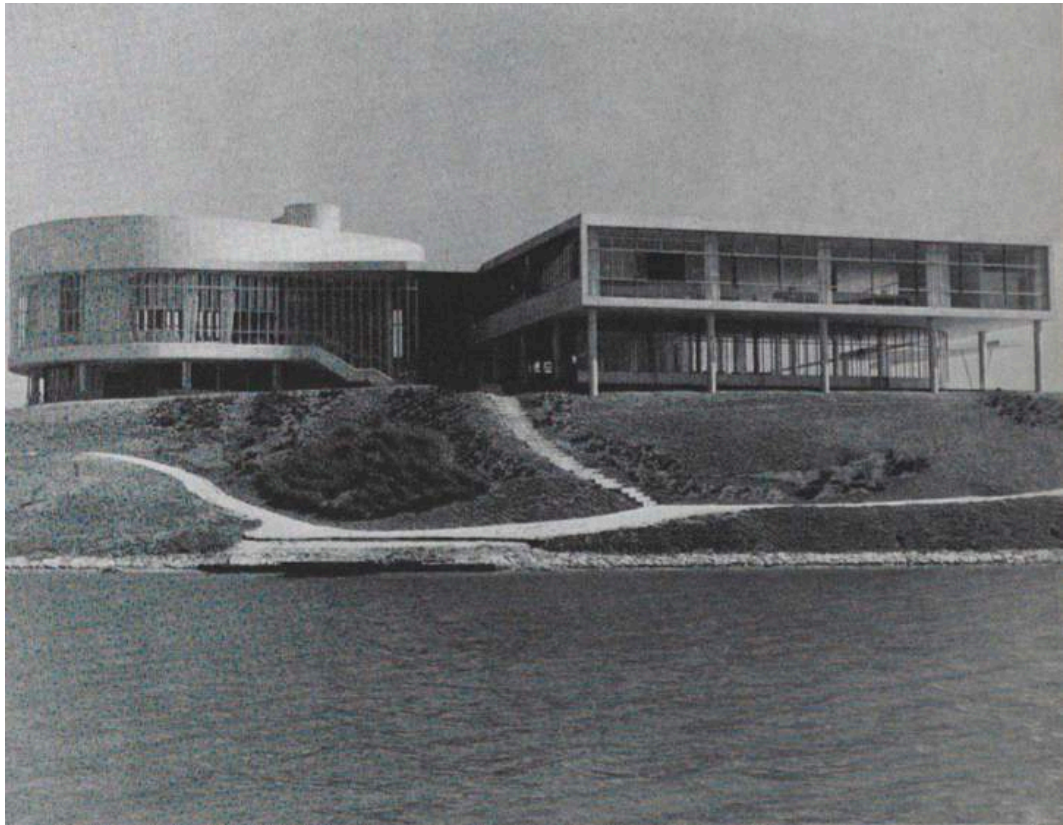


Figura 74. Complexo da Pampulha. Registros do *Brazil builds* (1943). Acima: Cassino. Abaixo, à esquerda: Casa de Baile. Abaixo, à direita: Iate Clube.

A *Acrópole*, que nesse período ainda não havia “se convertido” à modernidade, dedicou treze páginas do seu primeiro número (Maio de 1938) ao edifício recém-inaugurado (sem fazer referências, porém, ao concurso), certamente mais pelo interesse imobiliário e publicitário no recém-lançado empreendimento do que pela autoria (arquitetos cariocas) ou pelo concurso (eventos ainda ausentes nas páginas da revista).

O primeiro número da *Acrópole* é uma síntese da diversidade estilística vivenciada no Brasil e em especial em São Paulo, naquele momento, ao reunir uma mesma edição projetos de linhas modernas (além do Edf. Esther, uma residência projetada por Henrique Mindlin); neocoloniais (casa projetada por Eduardo Kneese de Mello); cinema em estilo *art déco*; homenagem a Ramos de Azevedo e artigo de Alfredo Ernesto Becker, que combina a defesa da arquitetura monumental fascista da Europa e ataques às “concepções utilitárias” de Le Corbusier.

Conforme mencionado anteriormente, a julgar pela abordagem editorial de sua principal revista de Arquitetura, os arquitetos de São Paulo estiveram alheios à “revolução” que se promovia por todo o país e disseminada pelo *Brazil builds*. Tal isolamento de São Paulo foi objeto de artigo publicado na própria *Acrópole*, na edição comemorativa do sexto aniversário da revista (n.73, maio de 1944). A matéria de destaque da revista trata das “Obras Públicas do Estado de São Paulo”, em que são dedicadas oito páginas à produção pública paulista. Trata-se de um repertório de soluções que variam do racionalismo às linhas acadêmicas e expressam a diversidade estilística vigente em São Paulo e no país. Nenhuma delas é resultante de concursos. Percebe-se, nos projetos publicados, a distância em relação à vanguarda presente nas páginas da revista PDF entre 1932 e 1937 e difundida pelo mundo após a exposição do MOMA Nova Iorque.

Nesse mesmo número foi publicado artigo intitulado “*Brazil builds* e os edifícios públicos paulistas”, em que o engenheiro-arquiteto Léo Ribeiro de Moraes apresenta duras críticas à arquitetura pública produzida em São Paulo e atribui a ausência de qualidade dos projetos (e consequentemente a falta de reconhecimento internacional da produção paulista) à não realização de concursos públicos.




Figura 75. Páginas do primeiro número da *Acrópole* (maio de 1938), que revelam a diversidade estilística da revista. Em sentido horário: capa, em homenagem a Ramos de Azevedo; projeto neocolonial de Eduardo Kneese de Mello; Edifício Esther e cinema *art-decô*.

OBRAS PUBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

3.º) — INSTITUTO PROFISSIONAL MASCULINO

As obras de ampliação deste importante estabelecimento de ensino profissional estão em franco andamento. Previsão de a obra ser concluída em 1944, com a conclusão das obras de acabamento e mais previsão para a reforma de todo, com a uma profundidade de 9.000 a 10.000 metros, passando uma grande reforma. São os seguintes projetos, atualmente, um telhado para os andares das obras, agendamento de uma galeria de águas pluviais decorativa e a construção de um novo tempo. As obras estão em franco andamento.




Planta de elevação

Foto de Mendes

4.º) — RECEDEIRA DE BENDAS DE SANTOS


Esta prédio já se acha bastante adiantado. A estrutura de concreto armado está atingida em 90% das partes, já estão depositadas no canteiro os materiais necessários para esse tempo. As alvenarias de tijolo segredo, dentro de condições normais, a execução do edifício. Está prevista para o ano de 1944 a conclusão das obras. Já estando em execução o acabamento do prédio, inclusive elevadores, caixas d'água, etc.



Planta de elevação

5.º) — DELEGACIA AUXILIAR DE SANTOS

A construção do Anexo também foi realizada pelo I.P.T., tendo sido desenvolvidas diversas seções transversais que demonstram perfeitamente o grau de fundação, construído por um tipo de solo inclinado, com profundidade variando de 5.000 a 8.000 metros. Verificada a necessidade da fundação direta, adotou-se a estrutura de tubulões, o de estruturas paralelas e o de estruturas fixas. As estruturas paralelas também foram concebidas desde logo, mas só foram executadas algumas seções, devido ao grande comprimento que fazem as estruturas, como também devido à inclinação do grau de sustentação que poderia causar um esvaziamento das estruturas. Depois de analisada a possibilidade de utilização de tubulões, adotou-se o sistema fixado como o mais conveniente. Já foram realizadas as fundações preliminares, construídas de concreto e as estruturas do solo; instalação do canteiro e execução dos tubulões, estando o trabalho totalmente concluído.




Planta de elevação

Foto de Mendes

6.º) — PALACIO DA JUSTIÇA DE CAMPINAS


Já concluído o projeto preliminar construído de segurança, regularização do solo e instalação de canteiro. O sistema de fundação executado de acordo com a natureza do solo foi o de estruturas paralelas de concreto armado de 8.000 metros, apresentando já se acham concluído e em condições de receber imediatamente a estrutura.



Planta de elevação

Foto de Mendes

HOSPITAL DE CLINICA PEDIATRICA



Planta de elevação

7.º) — ERIO DE GRANDES ESTABECOS E ALIAS ESPECIALIZADAS

Este edifício se acha já concluído de partes, as reformas e melhoramentos das mesmas.

Foram executadas, construídas e conservadas partes das obras, sendo que as mesmas foram executadas em um quadro, sendo de forma natural, sendo designadas as obras, as locais, as comerciais, as industriais, etc.

Devido a estas partes, algumas destas obras se acham em andamento e as seguintes:

1.º) — Plano sobre o Rio Verde em Itapetininga, prevista em cinco vigas armadas de madeira sobre um conjunto de concreto armado, com o comprimento total de 75.000 metros.

2.º) — Plano sobre o Rio Tietê, em Capivari, prevista em cinco vigas armadas de madeira sobre um conjunto de concreto armado, com o comprimento de 95.000 metros.

3.º) — Plano sobre o Rio Tietê em Itapetininga, prevista em quatro vigas armadas de madeira e cinco pilares de concreto armado, com o comprimento de 85.000 metros.

4.º) — Plano sobre o Rio Paraíba, em Quatzen, prevista em três vigas armadas de madeira sobre quatro conjuntos de concreto armado, com o comprimento de 34.000 metros.

5.º) — Plano sobre o Rio Anilás, em Itaipá, prevista em três vigas armadas de madeira sobre quatro conjuntos de concreto armado, com o comprimento de 48.000 metros.

6.º) — Plano sobre o Rio São Paulo em Itaipá, prevista em três vigas armadas de madeira sobre quatro conjuntos de concreto armado.

ACRÓPOLE

4 MAIO 1944

Figura 76. Páginas do n. 73 da *Acrópole* (maio de 1944). Matéria intitulada *Obras Públicas do Estado de São Paulo*. Percebe-se a diversidade estilística da época. Nenhuma das obras é resultante de concurso.

"BRAZIL BUILDS" E OS EDIFÍCIOS PÚBLICOS PAULISTAS

Léo Ribeiro de Moraes
engenheiro-arquiteto

A arquitetura moderna brasileira constitui hoje, sem dúvida, objeto de admiração em todo o mundo. O fato de o Museu de Arte Moderno de Nova York ter enviado ao Brasil uma missão com o fim especial de conhecer de perto o que os arquitetos brasileiros fizeram e estão fazendo nesse sentido, prova à saciedade, o interesse que conseguimos despertar entre os norte-americanos pela maneira inteligente, imaginosa e livre de preconceitos com que foram resolvidos muitos problemas de arquitetura no Brasil. Não se trata, como pôde parecer, simples amabilidade de bons vizinhos; o Museu de Arte Moderna é uma instituição privada que tem procurado reunir tudo o que de melhor se tem feito no mundo no domínio da arte moderna. O trabalho do arquiteto Philip Goodwin e do fotógrafo Kidder Smith, condensado no livro "Brazil Builds" que é na realidade o catálogo da exposição com esse nome, teve entre outras vantagens a de mostrar a nós mesmos, brasileiros, que a obra dos nossos arquitetos modernos não é simples exotismo ou desejo de ser diferente, mas obra de arte segura e bem orientada. Nos E.U. a coisa foi muito mais longe do que esperávamos, pois, como nos revelou o arquiteto Henrique Mindlin em sua brilhante conferência, onde relatou as impressões colhidas durante viagem de oito meses através daquele país, já se fala na "brazilian school". Si é verdade, no entanto, que em comparação com os E.U. temos realizado muito no campo da arquitetura de edifícios públicos e comerciais, em qualidade, é claro, pois em volume não há termo de comparação, é lamentável que continuemos aqui em S. Paulo a perder excelentes oportunidades de fazer arquitetura envés desses insípidos néo-clássicos, coloniais e pseudo-modernos que têm sido feitos por aqui.

Estas considerações nos ocorrem em face de uma série de obras projetadas e executadas pelo Governo do Estado ultimamente. Em todas elas o concurso dos arquitetos particulares foi amavelmente dispensado, mau grado os bons resultados alcançados pelas obras realizadas pelo Governo Federal que formam a maioria dos trabalhos apresentados no "Brazil Builds", quasi todas, si não todas, projetadas em escritórios particulares. Estamos certos que há da parte do Governo Estadual a maior boa vontade em estimular o progresso da arquitetura em S. Paulo. O que não houve certamente ainda, foi a lembrança de que por meio dos concursos públicos, dentro das normas adotadas nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetura, as quais poderão ser fornecidas pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, melhor padrão se poderá obter que o do Escritório Técnico do Estado. Não que nesse Escritório não existam profissionais capazes, mas a premência de tempo, o acumulo de serviço, os baixos

ordenados e o anonimato a que estão sujeitos esses profissionais, não são de molde a estimular a produção de obra de arte a altura da nossos foros de cultura e civilização.

A função do Escritório Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas, quanto ao projeto, deve ser outra: colheita de dados, elaboração dos programas dos edifícios a serem projetados, levantamento dos terrenos necessários, enfim, a elaboração das normas que servirão de base ao concurso. Quanto à construção se encarregará da elaboração das normas de concorrência, fiscalização das obras ou administração direta, como já vem fazendo. Vemos portanto, que o Escritório tem utilíssima e valiosa função a desempenhar, mas sobrecarrega-lo com a tarefa de executar os projetos, não aproveita a ninguém; nem ao Estado, nem aos funcionários e muitíssimo menos ao público que deseja bons edifícios. Por meio dos concursos públicos de arquitetura, poderá o Estado obter um padrão elevado, por um preço muito inferior ao que lhe custaria manter permanentemente ao seu serviço arquitetos em igual numero e valor.

Um aspecto da questão, porem, se sobrepõe aos demais. É fóra de dúvida que cabe ao Estado estimular o desenvolvimento da arquitetura, facultando meios para que a arte e a técnica venham a substituir a rotina, geralmente entrincheirada atrás de alguns medalhões, na execução dos edifícios públicos, parques, cidades etc. Ora, si o Estado adquirir o habito de realizar concursos, todas as vezes que necessitar serviços de arquitetura, um outro interesse irá nascer pelo estudo de novos processos, novos materiais e, o que é mais importante e necessário, pelo estudo da arquitetura, que advirá naturalmente, de um maior emprego do arquiteto. Muitos jovens com aptidão especial para a arquitetura, preferem seguir o curso de engenharia civil, por temerem dificuldades futuras, pois o arquiteto ainda não ocupa entre nós, seu verdadeiro lugar, mercê da incompreensão geral de sua função. Cumpre ao governo dar o exemplo, estimulando o desenvolvimento de uma profissão que tem a mais alta finalidade social, pois o homem nasce, vive e morre dentro de um ambiente físico, que será tão mais perfeito e agradável, quanto mais aptos e treinados forem os que o projetarem.

O programa de obras do Governo do Estado é vasto: Cidade Universitária, Escolas Primárias, Escolas Práticas de Agricultura, Caixas Economicas, Hotels, Hospitais etc. Porque não realizar concursos? Estude o Snr. Interventor esta sugestão e verificará que dela só advirão vantagens para todos.

ACROPOLE 23
MAIO 1944

Figura 77. *Acrópole*, n. 73, maio de 1944. Artigo "Brazil builds" e os edifícios públicos paulistas, assinado pelo arquiteto-engenheiro Léo Ribeiro de Moraes, em que critica a ausência de concursos de arquitetura no Estado de São Paulo.

Ribeiro de Moraes relata, em seu texto, as impressões trazidas por Henrique Mindlin, em sua temporada nos Estados Unidos, que coincidiu com a exposição no MOMA Nova Iorque e a publicação do *Brazil builds*, e a disseminação do que no cenário internacional se denominava a “*brazilian school*” e desabafa:

... é lamentável que continuemos aqui em S. Paulo a perder excelentes oportunidades de fazer arquitetura, ao invés desses insípidos neoclássicos, coloniais e pseudo-modernos que têm sido feitos por aqui. Estas considerações nos ocorrem em face de uma série de obras projetadas e executadas pelo Governo do Estado ultimamente. Em todas elas o concurso dos arquitetos particulares foi amavelmente dispensado, mau grado os bons resultados alcançados pelas obras realizadas pelo Governo Federal que formam a maioria dos trabalhos no Brazil builds (RIBEIRO DE MORAES, 1944, p.23).

O autor segue em sua crítica, destacando que o concurso é o instrumento para a obtenção da desejada qualidade das obras e propõe que o “Escritório Técnico do Estado” se limite a especificar e contratar, abrindo as portas para os concursos públicos de Arquitetura. E finaliza:

O programa de obras do Governo do Estado é vasto: Cidade Universitária, Escolas Primárias, Escolas Práticas de Agricultura, Caixas Econômicas, Hotéis, Hospitais, etc. Por que não realizar concursos? Estude o Sr. Interventor esta sugestão e verificará que dela só advirão vantagens para todos. (RIBEIRO DE MORAES, 1944, p.23).

A ausência de obras públicas de São Paulo no *Brazil builds* (e conseqüentemente das revistas internacionais) certamente serviu como um alerta para a necessidade de mobilização dos profissionais paulistas, que no mesmo ano fundaram o departamento local do IAB e passaram a dar mais atenção aos concursos públicos de arquitetura. Ao contrário do Rio de Janeiro, Recife e Minas Gerais, a vanguarda não havia ingressado nas obras públicas em São Paulo. O pioneirismo das expressões artísticas, literárias e arquitetônicas de vanguarda, apesar de sua gênese em São Paulo a partir da Semana de 22, limitou-se aos círculos intelectuais e a resultados frustrados em concursos. No campo da Arquitetura, os manifestos de Rino Levi e Gregori Warchavchik, publicados originalmente em 1925 em jornais de São Paulo, foram publicados na *Acrópole* apenas em 1953 (quase 20 anos depois), na edição comemorativa do quarto centenário de São Paulo (*Acrópole*, n.184, Agosto de 1953). Enquanto o conservadorismo de São Paulo ignorava seus modernistas, o Rio os integrava aos seus quadros “revolucionários”: Warchavchik foi convidado por Lucio Costa para integrar o quadro de professores em sua proposta de transformação da Escola Nacional de Belas Artes em 1931, conforme abordado anteriormente. No que se refere à “visão de futuro” e ao espírito de vanguarda em concursos de arquitetura, vieram de São Paulo, conforme mencionado, as primeiras e mais contundentes proposições, especialmente nas propostas de Flávio de Carvalho de para concursos nos anos 1920 e 1930. Tais ideias, no entanto, nunca foram premiadas. A vanguarda, em São Paulo, não frequentava as comissões julgadoras, nem a gestão pública e até mesmo os círculos profissionais eram refratários a tais

“ousadas”. As ideias de vanguarda ficaram no papel e não se desdobraram em obras públicas nesse período.

O *Brazil builds* fez parte das ações diplomáticas dos Estados Unidos, que viam no Brasil um importante aliado, no conturbado contexto da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, com a Guerra-Fria, em especial o combate ao Comunismo. Contraditoriamente, importantes protagonistas daquela arquitetura publicada no *Brazil builds* e destacada no cenário nacional e internacional pela sua qualidade e originalidade, estavam associados às ideias de esquerda.

Enquanto isso, em São Paulo, após a criação do departamento local do IAB (1943), o diálogo com profissionais de outras regiões do país foi ampliado, com reflexo nos veículos editoriais, com destaque para a *Acrópole*, braço editorial do Instituto. A partir daquele momento os concursos apareceriam com mais frequência nas páginas da revista e passariam a fazer parte (ainda que de maneira tímida) das ações Estatais. A defesa de tais eventos pela profissão e pelos gestores públicos, no entanto, não foi unânime, como veremos adiante.

Sede do IAB-SP: experiência colaborativa

Acrópole, n. 121, maio de 1948.

Acrópole, n. 184, ago. 1953.

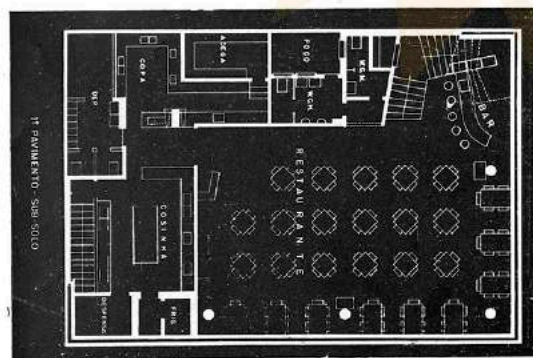
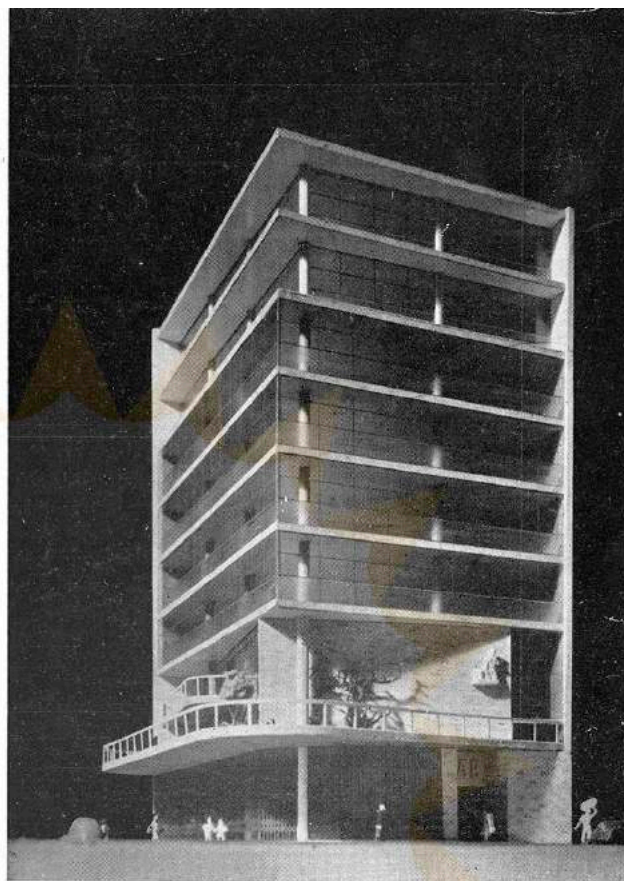
O Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil foi fundado em 1943. Dois anos depois, em 1945, o IAB-SP organizaria o I Congresso Brasileiro de Arquitetos (*Acrópole*, 81-82, jan.fev. 1945), ano que marca o fim do Estado Novo. Em 1946, foi realizado entre os sócios do IAB-SP um concurso para o projeto da sede da instituição, para o qual foram submetidos treze projetos. O júri foi composto por cinco arquitetos: Oscar Niemeyer, Firmino Saldanha, Gregori Warchavchik, Hélio Uchoa e Fernando Brito. Niemeyer, figura central do júri, apesar de jovem (39), já era uma liderança no meio profissional e bastante prestigiado no país e no panorama internacional. Os projetos do Pavilhão de Nova Iorque (1939) e da Pampulha (1940) já “circulavam” pelas revistas em diversos países, após a repercussão do *Brazil builds*. A notoriedade do arquiteto superava as divergências regionais e favorecia a aproximação entre Rio e São Paulo, em um período em que o campo profissional buscava construir unidade de atuação e discurso. Esse seria um dos primeiros passos da aproximação de Niemeyer com São Paulo, processo que se intensificaria na década de 1950, com a realização de importantes projetos.

O júri não indicou um projeto vencedor: propôs uma “solução colaborativa”. Selecionou três projetos, recomendando que, em equipe, os autores elaborassem o projeto definitivo, conforme trecho da Ata de Julgamento (24/10/1946), a seguir:

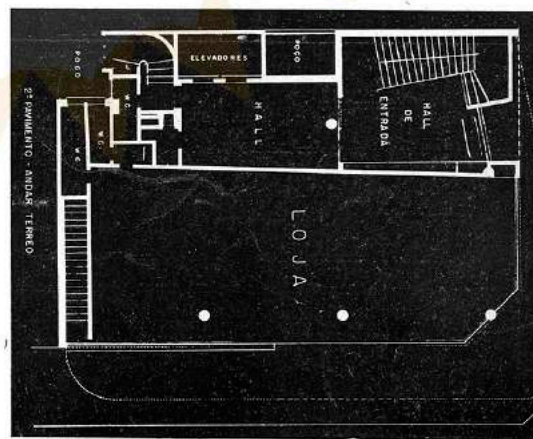
A comissão (...) resolveu, por unanimidade, recomendar para o estudo e elaboração do projeto definitivo os arquitetos Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar, Miguel Forte, Jacob Ruchti, Galiano Ciampaglia, Zenon Lotufo, Abelardo de Souza e Helio Duarte, autores das três soluções que mais soma de qualidade reuniram. Assim decidindo pensa a Comissão ter encontrado a forma de julgamento que melhor corresponde as finalidades e condições do concurso aberto. Pela distribuição, localização e articulação dos elementos constituídos da planta, os anteprojetos dos arquitetos Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar, Miguel Forte, Jacob Ruchti e Galiano Ciampaglia atendem melhor as necessidades do programa. Por outro lado o projeto dos arquitetos Zenon Lotufo, Abelardo de Souza e Helio Duarte, sem resolver essas questões com a mesma clareza, apresenta, entretanto, plasticamente mais qualidades. (IAB-SP, 2015, s.p)

O projeto final foi coordenado por Rino Levi (45), com a participação dos demais arquitetos indicados pela comissão julgadora e construído entre 1947 e 1951. Em maio de 1948 o projeto foi publicado na *Acrópole* (n.121), com nota sobre a construção do edifício, que – assim como o projeto – ocorreu de forma colaborativa.

SÉDE
DO
INSTITUTO
DE
ARQUITETOS
DO
BRASIL
(I. A. B.)
DEPARTAMENTO
DE
SÃO PAULO

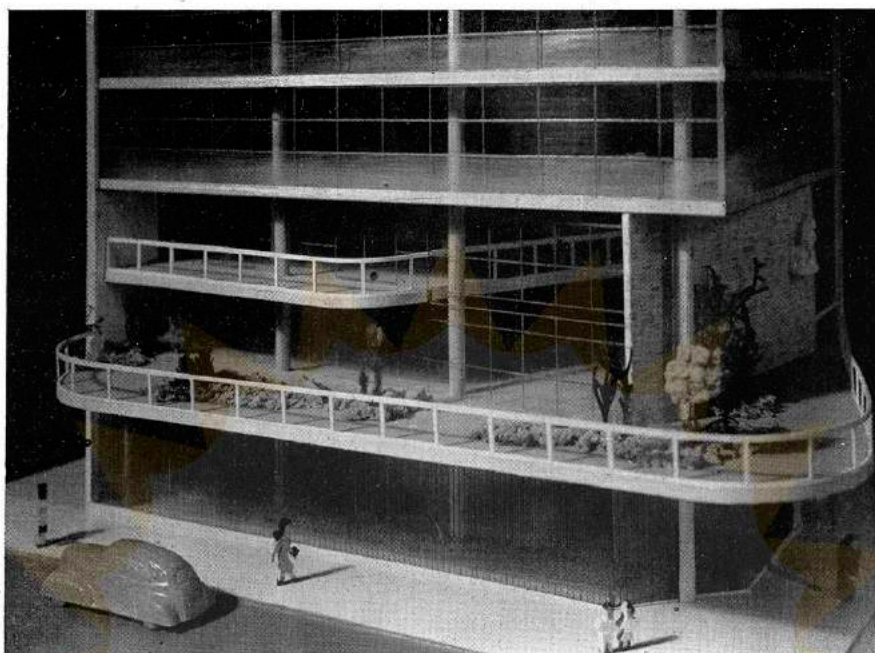


1.º PAV. — SUB-SOLO



2.º PAV. — ANDAR TERREO

Figura 78. *Acrópole*, n. 121, maio de 1948. Sede do IAB-SP.



O Departamento de S. Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil irrealizável, porque o custo de uma praia. Era um sonho que parecia irrealizável, porque o custo de uma obra que atendesse às necessidades do I.A.B. estava muito além das possibilidades do Departamento.

Os arquitetos paulistas, entretanto, estão unidos em torno de seu Instituto e lhe dão inteiro apoio.

Os arquitetos de S. Paulo conhecem a força da cooperação.

Assim, tornou-se possível iniciar-se a construção do edifício sede do I.A.B.

Alguns contos de reis que havia em caixa foram suficientes para dar, como sinal, na compra de um terreno.

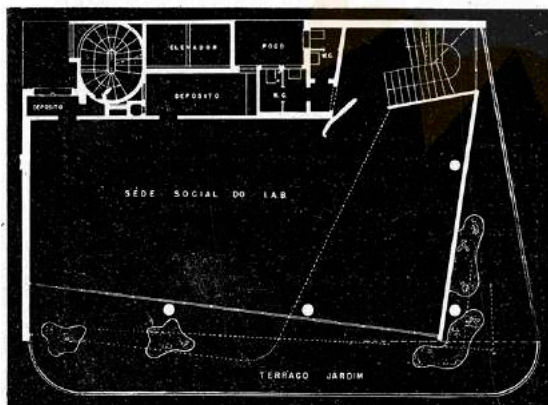
Organizou-se um concurso para escolha do arquiteto que deveria projetar o edifício, sem prêmio e sem honorários.

A comissão julgadora escolheu, como vencedores do concurso, vários nomes: Rino Levi, Roberto Cerqueira Gezar, Abelardo de Souza, Helio Duarte, Zenon Lolufe, Jacob Ruchti, Gagliano Ciampaglia e Miguel Forte.

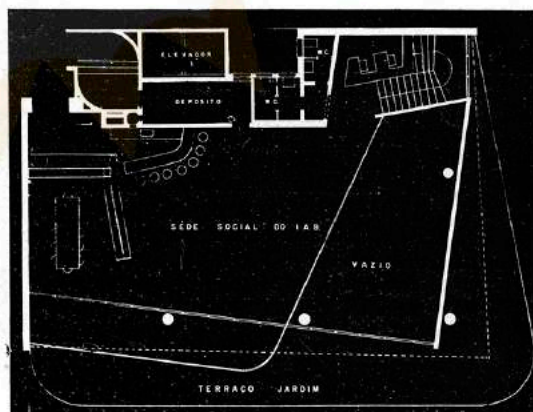
Feito o projeto definitivo, consultou-se a Caixa Econômica para obtenção de financiamento e excluída a sala destinada à sede, venderam-se os andares excedentes a arquitetos e amigos.

Assim, dentro em breve, o Departamento de S. Paulo do I. A. B. terá sua nova sede e a Capital Bandeirante um novo centro de arte, ponto de reunião de todos os artistas e amigos da boa arte.

Tudo isso, graças ao espírito de cooperativismo que reina entre os arquitetos paulista.



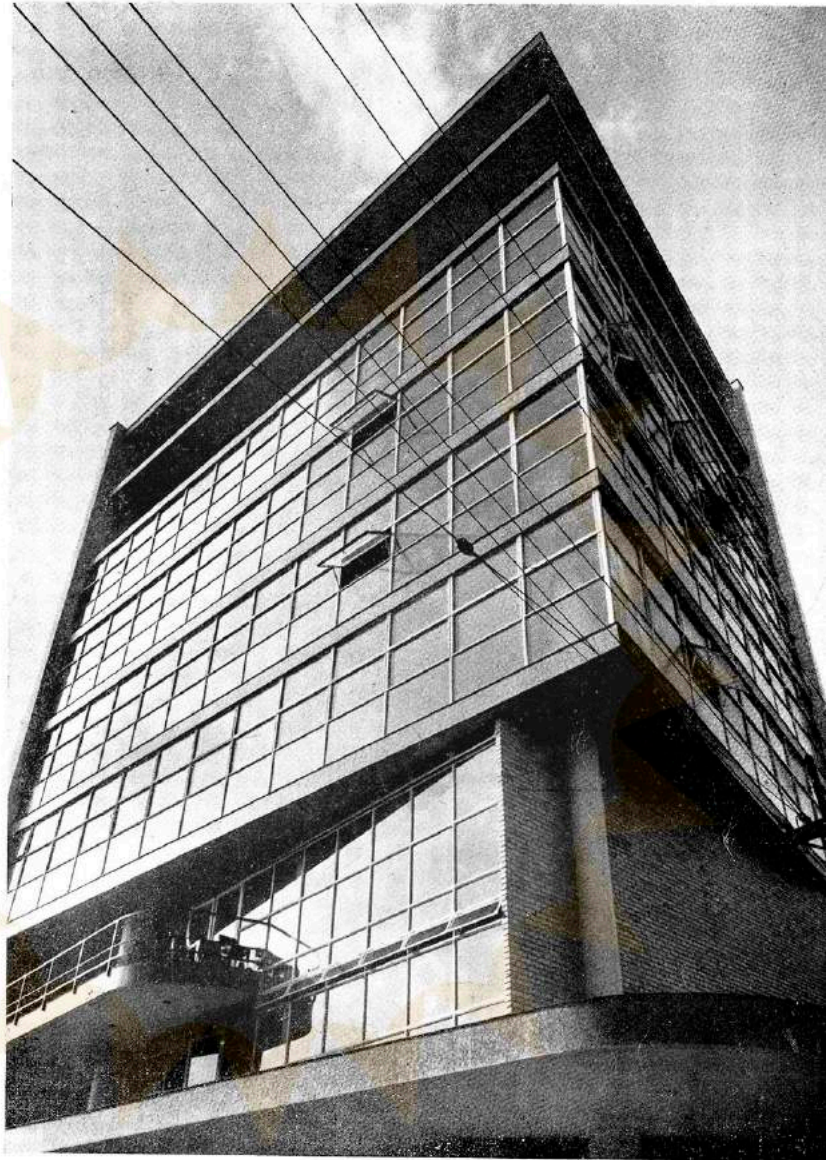
3.º PAV. — SÉDE SOCIAL
Desta baixa



4.º PAV. — SÉDE SOCIAL
Desta alta

Figura 79. *Acrópole*, n. 121, maio de 1948. Sede do IAB-SP.

SEDE DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO



ARQUITETOS
ABELARDO DE SOUZA
GALIANO CAMPAGLIA
HELIO DUARTE
JACOB RUCHTI
MIGUEL FORTE
RINO LEVI
ROBERTO CERQUEIRA CEZAR
ZENON LOTUFO

Figura 80. *Acrópole*, n. 156, abr. 1951.
Sede do IAB-SP, obra construída, em página publicitária.

No ano seguinte ao concurso, em 1947, Niemeyer participaria de mais um “exercício colaborativo” de projeto, porém desta vez não como membro do júri e sim como um dos autores: a sede das Nações Unidas, em Nova Iorque (SILVA, 2017). Foi também um exercício colaborativo e cercado de polêmicas, como vimos, o desfecho do concurso para a Sociedade das Nações, em Genebra. Essa também seria a fórmula sugerida pelo representante do IAB no julgamento do concurso para o Plano Piloto da Nova Capital, dez anos depois, como veremos. Enfim, a fórmula do “projeto colaborativo” parece se repetir como uma tentativa de saída negociada e diplomática para impasses de julgamento e foi este o caso do projeto para o IAB-SP.

O presidente do IAB-SP, Eduardo Kneese de Mello (40), no mesmo mês em que foi julgado o concurso para a sede da instituição (Outubro de 1946), publicou na *Acrópole* o artigo “Porque arquitetura contemporânea” (KNEESE DE MELLO, 1946), em que defendia a arquitetura moderna, contra os estilos historicistas. Aquele seria um dos primeiros sinais da “conversão” (relativamente tardia) da revista e de seus colaboradores ao “estilo moderno”, o que coincidia com as ações em defesa da construção do campo profissional. Vale ressaltar, conforme já mencionado, que Kneese de Mello, um dos principais colaboradores da *Acrópole*, era autor de projetos em estilos historicistas (residências, em especial) publicados na revista até pouco tempo antes de sua conversão (e da revista) ao modernismo. Em seu texto Kneese de Mello defendia, de forma convicta:

O erro vem de longe. Há mais de cem anos que a arquitetura estava afastada de sua época. Os arquitetos do século XIX em geral puseram de lado seu espírito criador e dedicaram-se à cópia da arquitetura de tempos anteriores, limitando sua capacidade produtiva à repetição de fórmulas e receitas, que outros haviam adotado.

E o resultado é essa confusão a que chegamos: Século XX – arranha-céu colonial – residência gótica – fábrica românica – estrutura de concreto armado com fachada bizantina. Verdadeiro carnaval arquitetônico. A mentira dominando a arquitetura. (...) É preciso combater a imitação. É preciso criar. Não podemos construir para homens de hoje com técnica e materiais de hoje, em estilos do passado. (...) A arquitetura é um espelho dos tempos. Só existe, portanto, uma arquitetura. A arquitetura contemporânea. (KNEESE DE MELLO, 1946, s.p)

O concurso do IAB-SP seria novamente citado pela revista *Acrópole* em agosto de 1953, no número 184 da revista, no boletim do IAB-SP, quando é apresentado breve histórico sobre a instituição e a construção da sede. O edifício foi tombado em 2015 pelo IPHAN, como Patrimônio Histórico Nacional. De acordo com o documento elaborado para o pedido de tombamento (IAB-SP, 2015), sobre o edifício:

Resultado de um esforço conjunto de toda uma categoria profissional em um momento decisivo da história, o edifício sintetiza e materializa um conjunto de lutas em prol da afirmação profissional, da arquitetura brasileira e da função social do arquiteto, constituindo-se em um dos principais registros da arquitetura moderna em São Paulo. (IAB,-SP, 2015)



Residência do exmo. snr. Dr. Diogo Martins Ribeiro Netto
à Rua Leopoldo Bulhões, 6 - São Paulo

EDUARDO KNEESE DE MELLO
ENGENHEIRO ARQUITETO

Foto: Leon Liberman

MARÇO, 1940

25

Figura 81. *Acrópole*, n. 23, mar. 1940. Residência Diogo Martins Ribeiro Netto.
Autor: Eduardo Kneese de Mello

PORQUE ARQUITETURA CONTEMPORANEA

Conferencia realizada pelo Arquitecto Eduardo Kneese de Mello, a 22 de Agosto no salão da Biblioteca Municipal, a convite do Departamento de Cultura.

Durante a semana da Cidade Universitária, que se realizou na Galeria Prestes Maia, em Outubro de 1944, foi apresentado, aos que aí se reuniam para trocar idéias, o seguinte problema:

“Qual deve ser o estilo arquitetónico de nossa futura Cidade Universitária?”

Para quem considera, como Le Corbusier, que a arquitetura é um espelho dos tempos, ha de parecer esquisito que, ao se cogitar da construção de uma cidade universitária, num terreno completamente livre, sem um único edifício antigo que devesse ser mantido e que pudesse trazer dúvidas aos espiritos mais conservadores, e numa terra progressista e culta como São Paulo, possa surgir um tal problema!

“Qual deve ser o estilo arquitetónico de nossa futura Cidade Universitária?”

Gótico? Colonial? Luiz XV?

Mas, se a arquitetura deve ser um espelho dos tempos, como poderemos construir hoje, em pleno século XX, o maior centro cul-



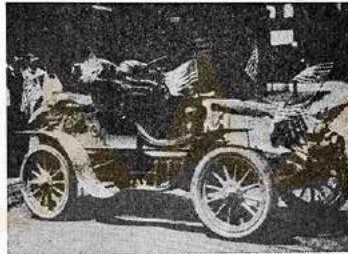
Os tres pilotos que voaram da California a Nova York e voltaram no mesmo dia.

tural, do maior centro industrial da América Latina, em estilos arquitetónicos que refletem a sociedade, a técnica, a ciência, a politica de cem, duzentos ou mil anos atrás?

Se arquitetura deve ser uma expressão desta ou daquela época, como poderíamos imaginar a construção de um laboratório de pesquisas da bomba atomica, ou da penicilina, ou da televisão em estilo romano ou egípcio?

E a residencia de um professor de aerodinâmica deve ser idêntica à do senhor feudal, da idade média?

O problema da escolha do estilo arquitetónico não se apresenta somente quando pensamos em construir a Cidade Universitária. Ouve-se a cada instante: Em que estilo você acha que devo construir mi-



O automovel que atravessou os Estados Unidos em 63 dias.

nhá casa? Que tal, se eu fizesse minha fabrica de radios em estilo gótico? Vou fazer um arranha-céu colonial, de 20 andares.

Essa confusão, entretanto, é perfeitamente compreensível. O erro vem de longe. Ha mais de cem anos que a arquitetura estava afastada de sua época. Os arquitetos do século XIX em geral puzeram de lado seu espirito creador e dedicaram-se à copia da arquitetura de tempos anteriores, limitando sua capacidade produtiva à repetição de fórmulas e receitas, que outros haviam adotado.

O mundo evoluiu fantasticamente nestes ultimos tempos, graças aos progressos obtidos pela ciencia. A arquitetura estacionou. Os cientistas olhavam para o futuro. Os arquitetos inspiravam-se no passado.

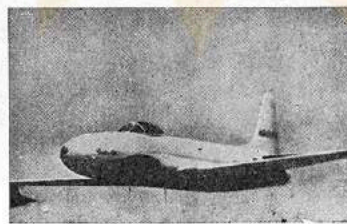
E o resultado é essa confusão a que chegámos: Século XX — arranha-céu colonial — residencia gótica — fabrica românica — estrutura de concreto armado com fachada bisantina.

Verdadeiro carnaval arquitetónico.

A mentira dominando a arquitetura.

“Mas, a mentira é intoleravel”, diz Le Corbusier.

“Questão de moralidade”. Não reencontraremos a verdade da ar-



O avião que voa a 150 Km. por hora.

quitetura, enquanto não tivermos novas bases como suporte de toda manifestação arquitetural”.

Continuar mentindo é caminhar para a destruição. Em arquitetura, imitar é mentir. Porque arquitetura é arte creadora. Se imitamos não creamos. Si não creamos, não estamos fazendo arquitetura.

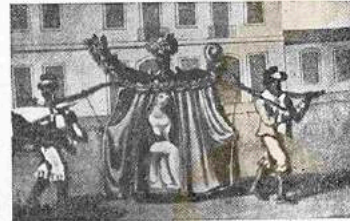
E' preciso combater a imitação. E' preciso enear. Não podemos construir para homens de hoje, com técnica e materiais de hoje, em estilos do passado. Concreto armado em arcos ogivais. Arranha-céus de dezenas de andares em estilo grego, com colunas doricadas de concreto imitando pedra. Que confusão terrivel! A arquitetura grega é maravilhosa, mas, lá no seu tempo, com materiais do seu tempo, com técnica de seu tempo.

E' preciso acabar com essa far-

sa.

A arquitetura é um espelho dos tempos.

Só existe, portanto, uma arquitetura. A arquitetura contemporânea.



A Jiteira de nossas avós

O habito de imitar tornou-se tão generalizado que atingiu aos mínimos detalhes. Pintam-se vigas de concreto armado para imitar madeira. Imita-se mármore. Imita-se pedra. Imita-se tudo.

Um amigo me contou, certa vez, que, tendo de reformar um antigo casarão de seus avós, em Portugal, mandou raspar algumas portas, que estavam pintadas, imitando jacarandá da Baía. Sabem o que encontrou por debaixo da tinta? Jacarandá da Baía. Portas de jacarandá, pintadas, imitando jacarandá. Existe na Rua das Laranjeiras, no Rio, uma casa cuja parede de pedra foi rebocada e por cima do reboco, aplicado um novo revestimento imitando pedra.

De que estilo devem ser as casas que construímos hoje. Século XX. Era do automovel, do avião, da electricidade, do radio, da tele-

Figura 82. Acrópole, n. 102, out. 1946.

Porque arquitetura contemporânea, texto de Eduardo Kneese de Mello.

1950 a 1957 . os conflitos do campo

Paço Municipal de São Paulo: jogo sem vencedores

A batalha da Escola de Guerra Naval

Sede do Senado Federal: um projeto sem capital

Plano Piloto para a Nova Capital: a regra do jogo

Paço Municipal de Campinas: leituras sobre o espaço cívico

Após breve ausência do comando do país (1946-1950, quando o Brasil foi governado por Eurico Gaspar Dutra, eleito em 1945), Getúlio Vargas voltou à Presidência da República, desta vez em processo eleitoral, em 1950. Ocupou o cargo até 1954, quando se suicidou, sob a pressão dos militares. Em um quadro de instabilidade política e de um ensaio de golpe militar, Juscelino Kubitschek foi eleito em 1955, com a campanha dos “50 anos em 5”, que tinha como marco simbólico a construção da Nova Capital no centro do Brasil (período que marcou ao mesmo tempo o auge e o declínio do equilíbrio político e econômico no país). O crescimento populacional no período foi intenso: a população de 41 milhões em 1940 passou para 52 milhões de habitantes em 1950 e a aproximadamente 70 milhões em 1960.

No panorama internacional, trata-se de período de pós-guerra e o início da Guerra Fria, com a intensificação das tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética. Em 1954 tem início a guerra pela independência da Argélia. Dois anos antes, era inaugurada a *Unité d'habitation* de Marseilles, projeto de Le Corbusier. Em 1953 foi inaugurada a Sede das Nações Unidas em Nova Iorque, resultado de “projeto colaborativo” que, sob a coordenação do arquiteto Wallace Harrison, reuniu arquitetos de destaque internacional, como Le Corbusier e Oscar Niemeyer, entre outros (SILVA, 2017).

No Brasil, em 1950, Assis Chateaubriand criou a TV Tupi, em São Paulo (primeiro canal de televisão da América Latina), e três anos antes o MASP – Museu de Arte de São Paulo três anos antes, em 1947 (o edifício, na Avenida Paulista, projetado pela arquiteta Lina Bo Bardi, seria inaugurado apenas em 1968). Trata-se de período marcado pela intensa difusão artística e cultural e a ampliação dos meios de comunicação.

No campo da Arquitetura, o período entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1950 é marcado por importantes realizações de Carmen Portinho (já afastada da revista PDF) à frente do Departamento de Habitação Popular, no Rio de Janeiro, que resultam, entre outros projetos, no conjunto residencial Pedregulho, projeto de Afonso Eduardo Reidy. Carmen Portinho assumiria em 1951 a direção do MAM (Museu de Arte Moderna) do Rio de Janeiro e chefiaria as obras da sede da instituição, também projeto de Reidy. Também em 1951 é realizada a Primeira Bienal Internacional de Artes Plásticas de São Paulo, cidade que em 1954 celebra o seu quarto centenário, marcado por importantes realizações no campo da Arquitetura, como o complexo do Parque Ibirapuera, projeto de Oscar Niemeyer. Também em São Paulo iniciava-se em 1952 a obra do COPAN, um dos principais projetos de Niemeyer na cidade, cuja construção seria concluída apenas em 1966.

Tanto nos meios políticos quanto na Arquitetura terão destaque os debates em torno do plano e da construção para a nova capital, cujo concurso seria realizado em 1957.

No que se refere ao campo profissional e ao debate arquitetônico, trata-se de período em que a relativa unidade e reverência das décadas anteriores divide espaço com a crítica e a autocrítica.

Entre o início e meados dos anos 1950, enquanto a revista *Acrópole* finalmente “se convertia” à linguagem moderna, a revista *Habitat* era lançada e logo de início abria espaço para importantes críticas à produção moderna brasileira, que resultaram nos notórios embates no meio editorial, no período. Pouco depois, em 1955, foi lançada a *Módulo*, a revista de Oscar Niemeyer, iniciativa editorial utilizada pelo arquiteto como espaço de autoafirmação e consolidação de seu capital simbólico, na expectativa dos projetos para a Nova Capital.

A presença e a notoriedade de Oscar Niemeyer em São Paulo, àquela altura, já estavam consolidadas (edifícios Montreal, 1950; Califórnia, 1950; Copan, 1951; Eiffel, 1952; proposta para o Paço Municipal de São Paulo em 1952; complexo do Parque Ibirapuera inaugurado em 1954, como parte das celebrações do IV Centenário da cidade), o que teria impacto direto sobre os concursos de arquitetura ou, mais especificamente, a ausência destes.

A capa do número 184 da *Acrópole* de agosto de 1953, já sob a direção de Max Gruenwald (mudança que coincide com o enfoque da revista pela produção moderna), é dedicada ao cartaz do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos e ao IV Centenário de São Paulo. Nessa edição foi lançado o Boletim número 1 do IAB-SP, como parte da revista, tendo como redatores Jorge Wilhelm e Luiz Roberto Carvalho Franco. Foram publicados naquele número, de forma tardia (quase trinta anos depois) na *Acrópole*, os textos de Rino Levi (LEVI, 1953) e Gregori Warchavchik (WARCHAVCHIK, 1953), originalmente lançados em 1925.

Dois anos antes do número 184 da *Acrópole*, eram publicadas na *Habitat* manifestações críticas sobre a produção moderna brasileira, no número 2 da revista (Jan./Mar. 1951), com destaque para os artigos “Bela Criança”, de Lina bo Bardi e “Nossa Arquitetura”, de Abelardo Souza. O número 7 da *Habitat* (out./dez. 1952) traz o artigo “Construir com simplicidade”, assinado por Lina, em que a autora alerta para o risco de superficialidade formal da produção moderna brasileira (STUCHI, 2007):

Constrói-se, constrói-se também ‘modernamente’. Mas, antes de mais nada, é preciso estabelecer o que é que se entende por ‘moderno’. Há muitos sintomas alarmantes de que ‘moderno’ acabe por ser treinamento gráfico, preguiça, brincadeira, e muito de extravagância. Ora, se há um terreno em que todos estão de acordo, em admitir que nele não há lugar para extravagância, em que se deve combater a renúncia a todo esforço intelectual, esse terreno é o da arquitetura. No Brasil, porém, há indícios de que muitos arquitetos, alguns de renome, fazem um grande esforço, não de inteligência, mas de exibição. (Lina bo Bardi, “Construir com Simplicidade”, em STUCHI, 2007, p. 104)

É nesse contexto de debates e confrontações que em 1952 Vilanova Artigas publica o texto “Os caminhos da Arquitetura Moderna”, no qual destaca a multiplicidade de visões que marca o período:

... nas páginas dos principais periódicos especializados nota-se ultimamente que esforço enorme está sendo feito para organizar, rever as teorias que têm orientado a arquitetura contemporânea e reunir num só corpo de doutrina as miríades de escolas e tendências que caracterizaram a estética do primeiro pós-guerra. (ARTIGAS, 1952, p.37)

Em 1953 e 1954 a *Habitat* publicou artigos com as célebres críticas do arquiteto e artista plástico suíço Max Bill à arquitetura moderna brasileira: “Max Bill, o inteligente iconoclasta” (*Habitat*, n.12, Jul./Ago. de 1953) e “O Arquiteto, A arquitetura e a Sociedade” (*Habitat*, n.14, Jan./Fev. de 1954). Lucio Costa reagiu às críticas de Max Bill com o texto “Oportunidade Perdida” (COSTA, 1953). A crítica internacional, naquele momento, não ficou limitada à opinião de Max Bill e incluiu outros olhares estrangeiros, como Walter Gropius e Alvar Aalto e culminou na publicação da matéria *Report on Brazil*, publicada na *Architectural Review*, em Outubro de 1954 (MACEDO, 2000). Apesar de algumas reações que desdenhavam da crítica ou desqualificavam seus autores, percebe-se que o impacto foi sentido pelos arquitetos brasileiros, provocando inclusive a notória “revisão crítica” de Oscar Niemeyer.

A criação da revista Módulo em 1955, por Oscar Niemeyer e seus colaboradores, teve como pauta principal a divulgação de sua obra e de seu pensamento (complementada por outras importantes contribuições nos campos das artes plásticas, do Patrimônio e da Arquitetura, em especial de Joaquim Cardozo). A iniciativa editorial de Niemeyer pode ser interpretada como uma reação às críticas e a necessidade de afirmação intelectual, tanto em âmbito nacional quanto internacional, diante da iminente (e certamente já encomendada) participação nos projetos para a Nova Capital (SOBREIRA e RIBEIRO, 2016). Logo no primeiro número (cuja capa ilustra pilares em “V”, certamente uma resposta provocativa a Max Bill, que havia criticado a aplicação sem critério de tais soluções, como mero formalismo) é publicado artigo intitulado “Crítica da Arquitetura Brasileira, Rica Demais – Dizem” (MÓDULO, 1955) em que a editoria da revista (artigo não assinado) minimiza a importância das críticas e relativiza a competência de alguns de seus autores. No artigo, é publicada a resposta de Niemeyer, da qual extraímos o seguinte trecho:

Sobre estas críticas, meu amigo, nada tenho a dizer; nem me interessa mesmo contestá-las. Somos um povo jovem, com uma tradição de cultura ainda em formação – o que nos expõe naturalmente mais à crítica daqueles que se julgam representantes de uma civilização superior. Mas, também, somos simples e confiantes em nossa obra. O suficiente, pelo menos, para apreciar esta crítica, ainda quando parta de homens que não possuem, profissionalmente, as credenciais necessárias. (MÓDULO, 1955)

O impacto das críticas entre no final dos anos 1940 e ao longo da década de 1950 não se limitou às individualidades e repercutiu coletivamente na profissão, inclusive nas confrontações públicas e nos julgamentos dos concursos, como veremos mais adiante.

1 HABITAT

revista das artes no Brasil

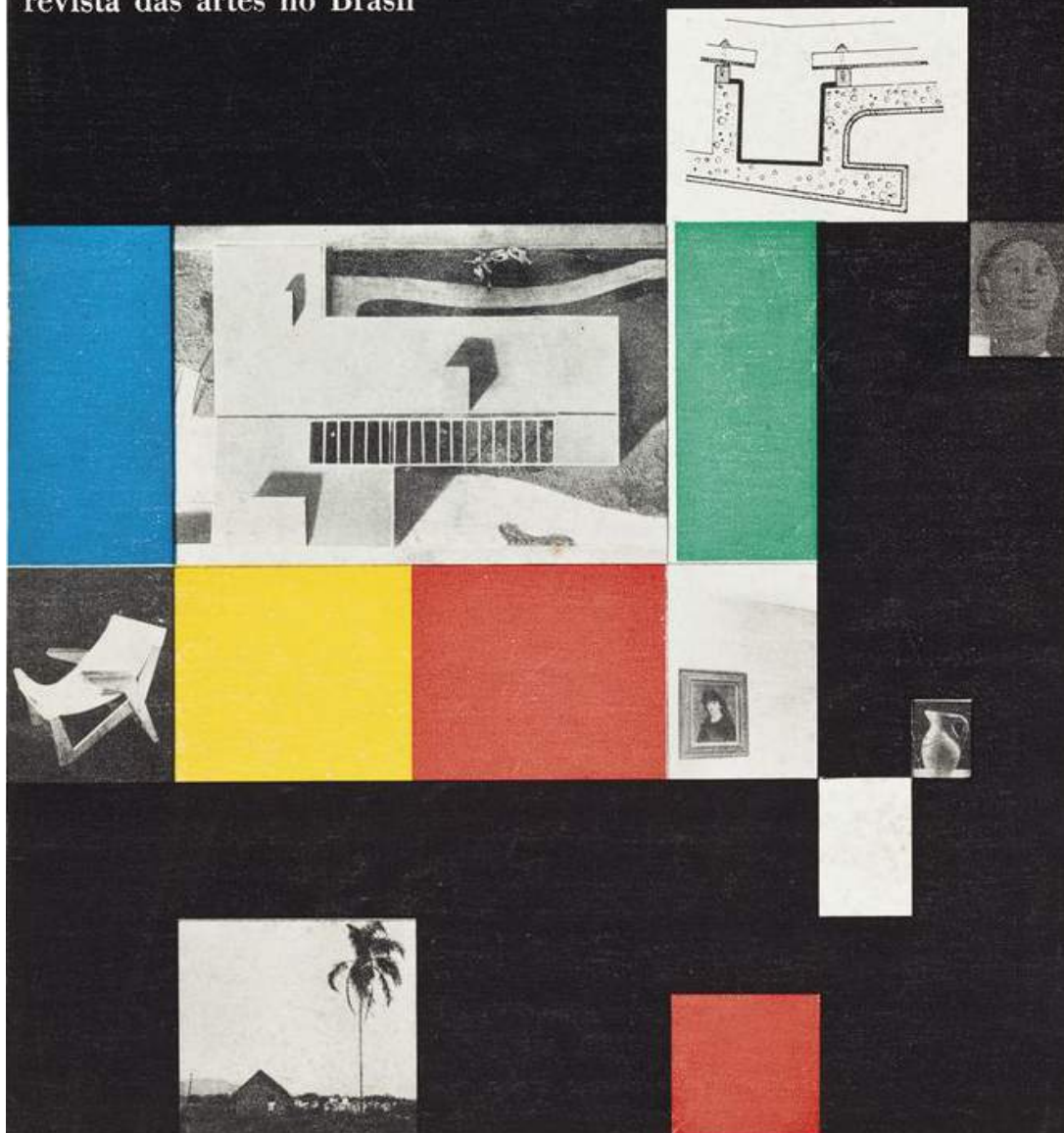


Figura 83. Capa da *Habitat*, n. 1, out./dez. 1950.

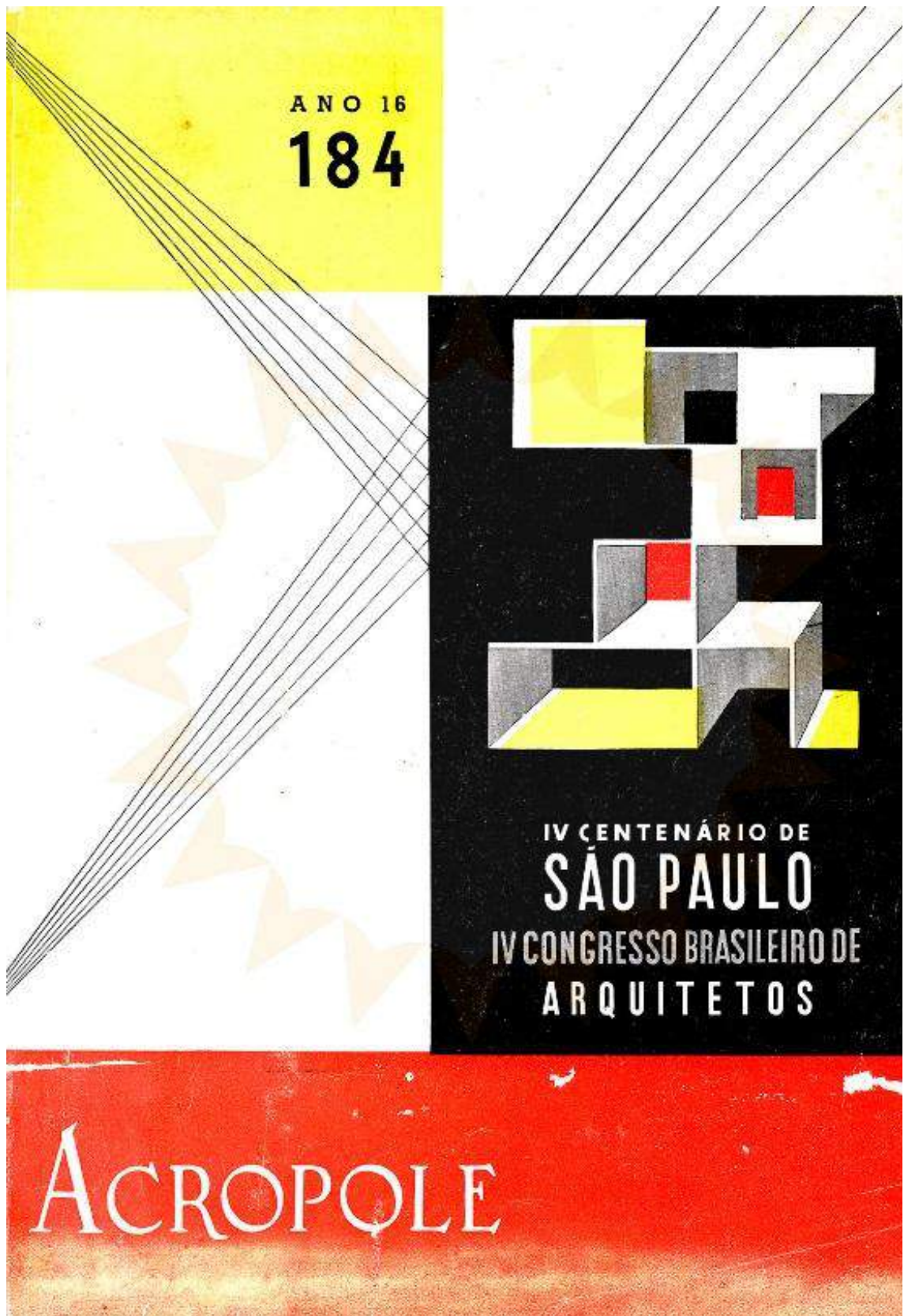


Figura 84. Capa da *Acropole*, n. 184, ago. 1953. Celebração do IV centenário de São Paulo e do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos.

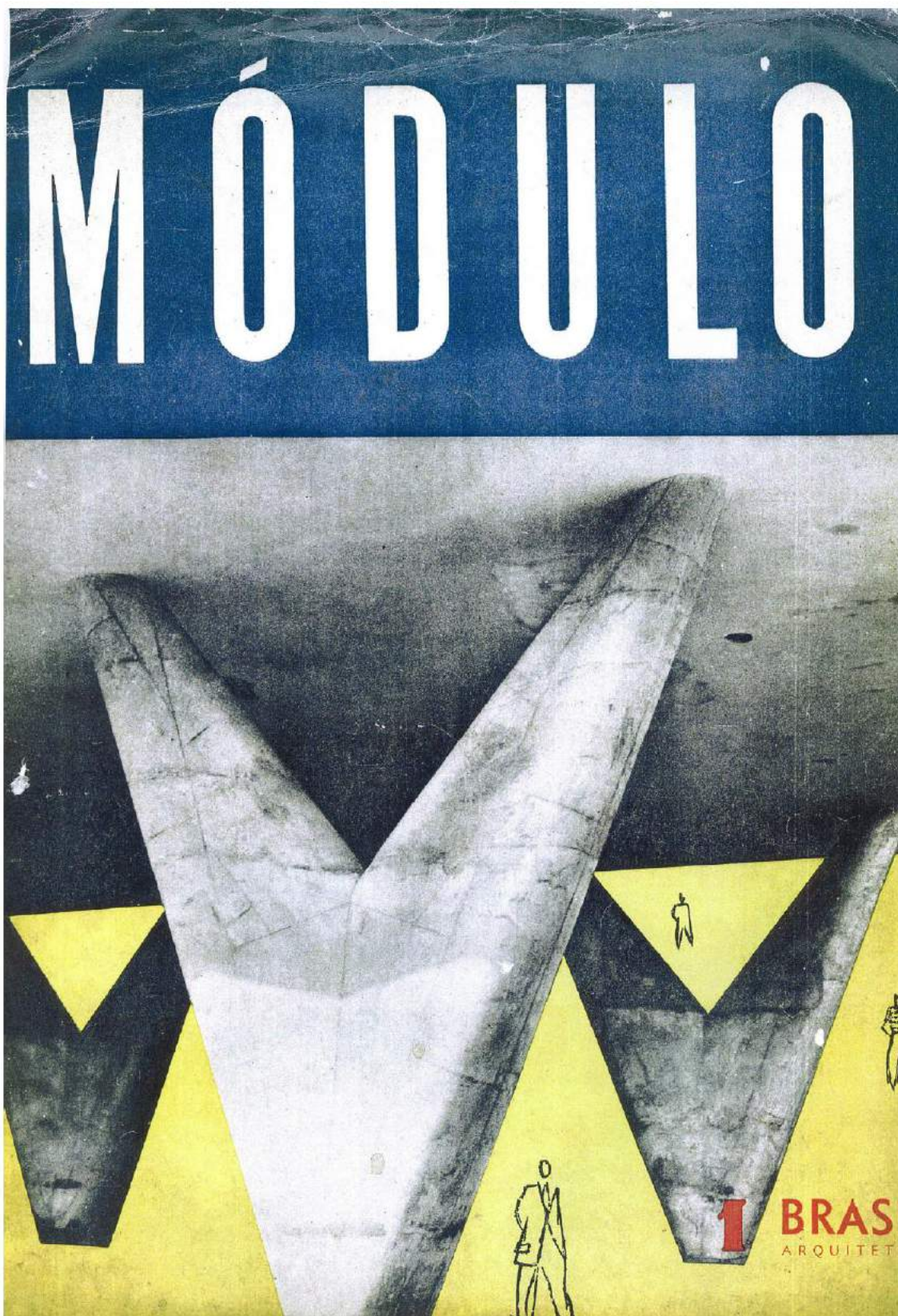


Figura 85. Capa da *Módulo*, n. 1, mar. 1955.

Paço Municipal de São Paulo: jogo sem vencedores

Acrópole, n. 164, dez. 1951

Acrópole, n. 165, jan. 1952

Acrópole, n. 166, fev. 1952

Arquitetura e Engenharia, n. 20, jan./fev. 1952

Arquitetura e Engenharia, n. 21, maio de 1952.

Habitat, n. 09, out./dez. 1952.

Acrópole, n. 179, mar. 1953.

Na edição de dezembro de 1951 (n.164) da *Acrópole* foi publicado o edital do concurso para o Paço Municipal de São Paulo, tema que já havia sido objeto de concursos anteriores (1939 e 1946), em “jogos sem vencedores”, como veremos a seguir. O primeiro concurso para o Paço Municipal de São Paulo foi realizado em 1939. Além dos embates estilísticos, este concurso destacou outra importante disputa: arquitetos *versus* “firmas”. Naquele contexto, as firmas participavam das concorrências públicas, mesmo sem ter em seus quadros arquitetos habilitados de acordo com a legislação de 1933, o que incomodava a profissão, que exigia a exclusão das firmas e limitasse a participação nos concursos aos profissionais (pessoa física) devidamente habilitados (FLYNN, 2001).

O projeto vencedor, sob o pseudônimo “marco zero”, foi de autoria da firma Severo & Villares (escritório originalmente coordenado por Ramos de Azevedo, um dos fundadores da Escola Politécnica em São Paulo, falecido em 1928). Em segundo lugar, sob o pseudônimo “praça cívica”, o projeto da dupla formada por Gregori Warchavchik e um jovem arquiteto que se destacava no meio profissional: João Batista Vilanova Artigas (aos 24 anos), recém-graduado (1937) na Escola Politécnica de São Paulo. Warchavchik voltava a atuar em São Paulo, depois de sua colaboração com a vanguarda arquitetônica no Rio de Janeiro (LIRA, 2014).

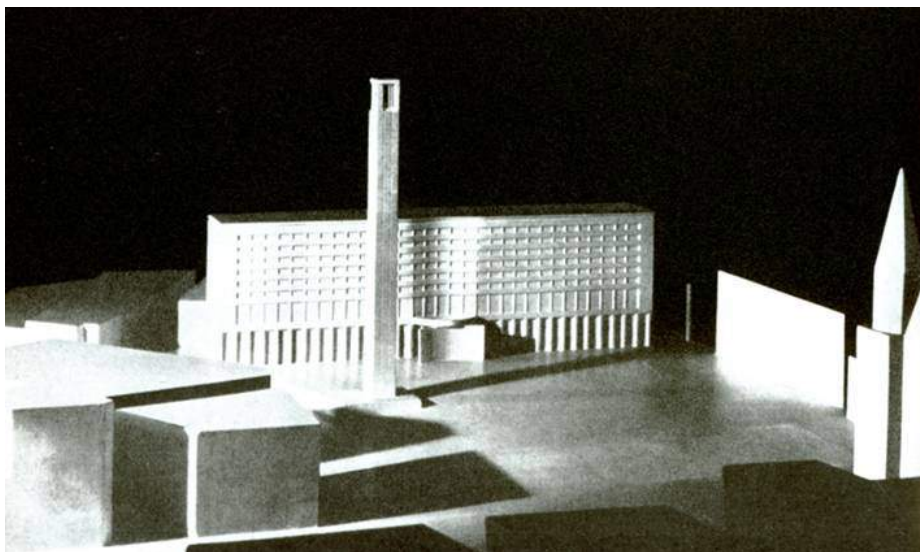


Figura 86. Concurso para o Paço Municipal de São Paulo, 1939. Projeto classificado em segundo lugar. Autores: Gregori Warchavchik e Vilanova Artigas. Fonte: Casa Vilanova Artigas.

Segundo Lira, ao recuperar registros da crítica publicada nos jornais em 1939, sobre o projeto de Warchavchik e Artigas:

Seu partido horizontal, ciente do Palácio da Justiça e da Catedral da Sé adjacentes; seu contraste entre a torre elevada para abrigar os arquivos municipais e sustentar o tradicional relógio da cidade, indicando claramente a função do edifício; e sua corajosa solução de suprimir uma quadra inteira de modo a permitir reconfigurar uma nova silhueta edificada como moldura contínua da grande praça comum, sob a qual funcionaria um terminal central de transportes públicos; tudo isso conspirava para a definição do paço municipal como core da cidade, um centro cívico acessível porque articulado à malha urbana. (LIRA, 2014, s.p)

Outro projeto destacado pela crítica e que obteve menção honrosa foi inscrito sob o pseudônimo “Paraquedas”, de autoria de Flávio de Carvalho: “uma elevada torre de vidro, plantada no centro de São Paulo, como se tencionasse desenhar na cidade, qual um grande compasso da política, um novo círculo de cidadania” (LIRA, 2014). O concurso de 1939 foi cancelado, como também seriam os de 1946 e 1952. Flávio de Carvalho apresentou propostas para os dois eventos. Para o primeiro, uma proposta que parte de uma robusta base horizontal sobre a qual são apoiados quatro volumes verticais. Para o concurso de 1952 foram apresentadas duas propostas que têm em comum o embasamento praticamente eliminado, que abre espaço para uma praça cívica no térreo em diálogo com volumes de formas diversas (prismáticos, cilíndricos e calotas esféricas), em que já se percebe certo alinhamento com as experimentações plásticas de Niemeyer, em particular alguns elementos do complexo do Parque do Ibirapuera, que estava em construção (DAHER, 1982; ROSSETTI, 2007).

Em depoimento de 1963, Flávio de Carvalho lamenta os desfechos dos concursos dos quais participou, assim como o jogo de relações sociais, presentes não apenas nas competições, mas no próprio campo profissional:

Nessas concorrências todas, o resultado dependia de amizade direta, de amizade com políticos, e eu era um elemento essencialmente anti-social, complexado, com complexos de inferioridade. Isso me tornava completamente anti-social. Não frequentava lugar algum, não ia em sociedade, não ia a reuniões porque não me sentia bem. Talvez seja por isso que tenha me levado a uma certa revolta íntima. Não os aconselho a ser assim, porque o arquiteto precisa fazer parte do ambiente social para que possa exercer a sua arquitetura, para que possa construir. O arquiteto precisa ser social, precisa ter amizades políticas, porque são os políticos que distribuem as grandes obras, e é da amizade de um e de outro que depende a execução dessas obras. Daí devem cultivar as amizades políticas porque as grandes obras dependem dessas amizades. (CARVALHO, 1963, in XAVIER, 1987, p.354)

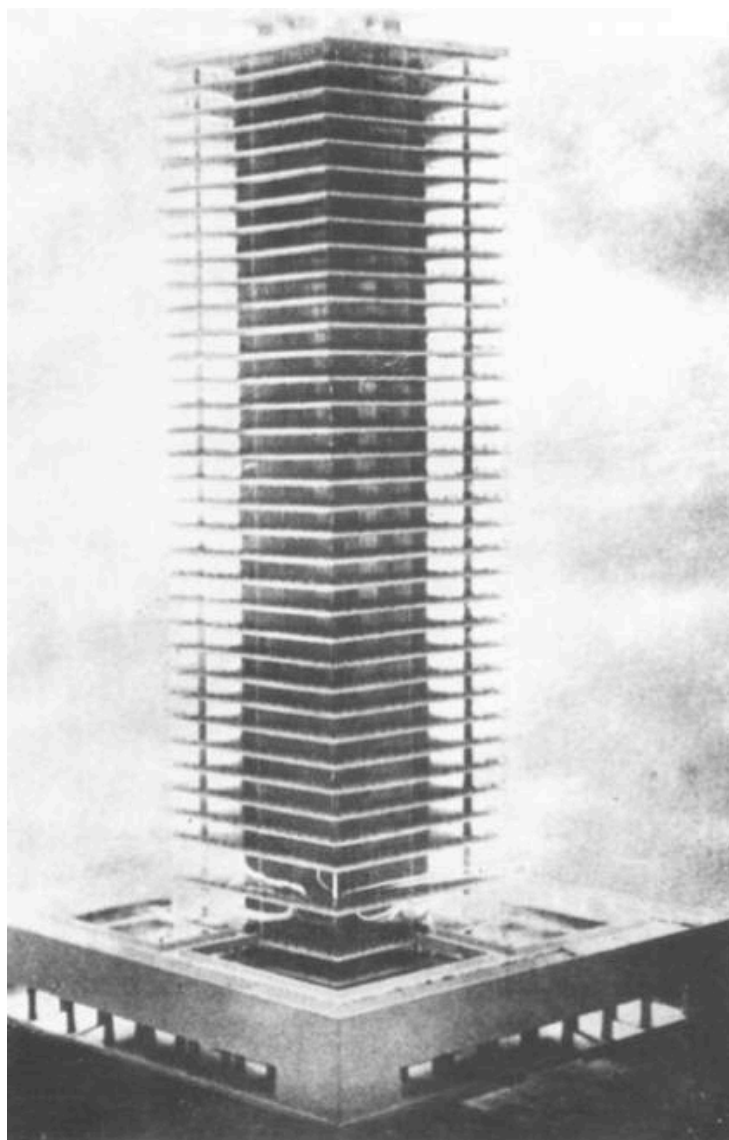


Figura 87. Concurso para o Paço Municipal de São Paulo, 1939. Menção Honrosa.
Autor: Flávio de Carvalho. Fonte: ROSSETTI, 2007.

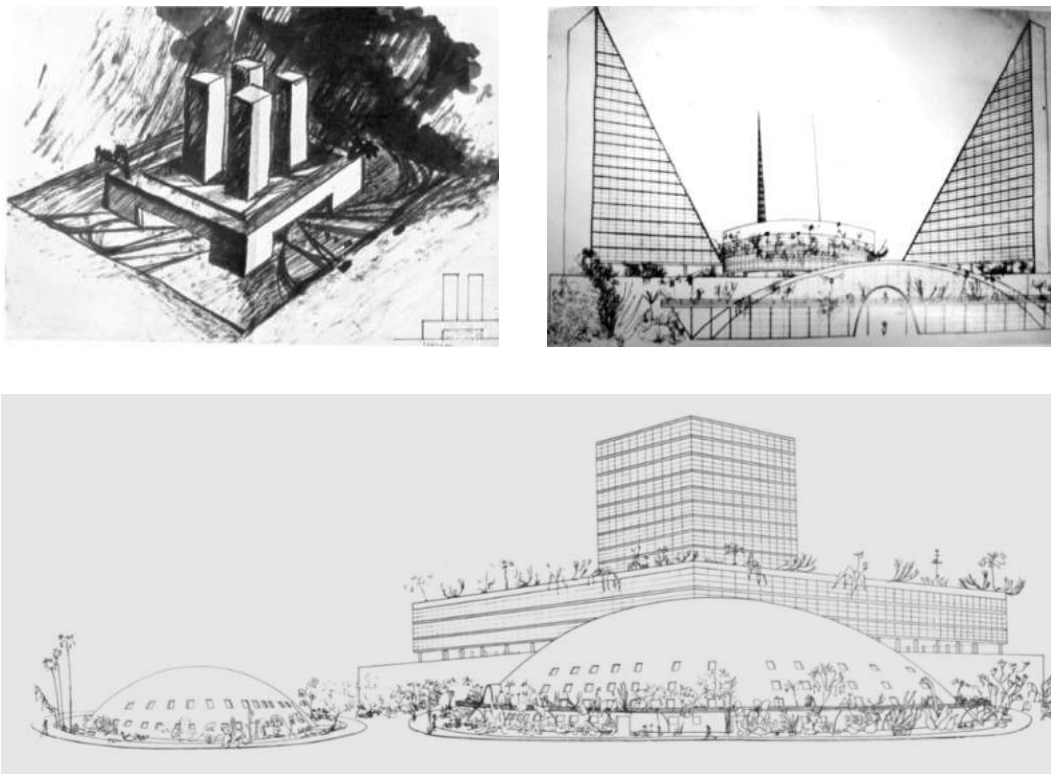


Figura 88. Projetos submetidos por Flávio de Carvalho para os concursos do Paço Municipal de São Paulo, de 1946 (acima, à esquerda) e 1952 (acima à direita e abaixo). Fonte: ROSSETTI, 2007.

Sua auto-descrição parece ser a antítese do perfil social e bem relacionado politicamente do arquiteto que já se destacava no início da década de 1950 como o principal nome da arquitetura brasileira, pela combinação de sua extrema capacidade criativa à habilidade social e política: Oscar Niemeyer. O cancelamento do concurso de 1952 para o Paço Municipal de São Paulo e seus desdobramentos pareciam ratificar as dinâmicas do jogo, tal como percebidas por Flávio de Carvalho, como veremos adiante.

Voltando ao concurso de 1952: depois dos insucessos de 1939 e 1946, o Paço Municipal de São Paulo voltava a ser tema de interesse político e arquitetônico na cidade. Conforme mencionado anteriormente, no número 164 da *Acrópole* (dezembro de 1951) foi publicado o edital do concurso para o Paço Municipal de São Paulo. Certamente em decorrência dos debates em torno do certame, o número seguinte, publicado em janeiro de 1952, traz editorial de Wilson Maia Fina, intitulado “Comentários à margem dos concursos públicos”.

No texto o autor critica o “desencontro de normas” dos concursos de então, que estariam “criando um clima de desinteresse e de desconfiança entre os arquitetos do país”. Segundo o autor:

O poder público ainda não interpretou, ou melhor, ainda não compreendeu o verdadeiro sentido de um concurso público, na esfera da arquitetura. (FINA, 1951)



Figura 89. *Acrópole*, n. 165, jan. 1952.
Artigo de Wilson Maia Fina: *Comentários à margem dos concursos públicos*.

Maia Fina destaca que o sucesso de um concurso está no edital e que deve ser garantida ao arquiteto vencedor a responsabilidade de execução total do projeto. São apresentadas críticas aos valores dos prêmios, que segundo o autor estão “muito abaixo do determinado pela tabela de honorários do Instituto de Arquitetos do Brasil” e ao cuidado que deve se ter na definição dos prazos para o desenvolvimento dos projetos.

Outro elemento destacado como fundamental para o sucesso do concurso são os membros do júri, que segundo Fina devem ser arquitetos e não deve se permitir “a inclusão de pessoas estranhas à profissão”. O autor destaca, como exemplo de edital e procedimentos corretos, o concurso promovido pelo Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais para sua sede em Belo Horizonte. Maia Fina encerra o editorial convocando o poder público a oferecer novos concursos públicos, “inspirados no dever das garantias profissionais”.

Na sequência do editorial é apresentado o texto intitulado “Dados para Edital de Concorrência do Anteprojeto para o Paço Municipal”. No que se refere ao julgamento, é citado como Presidente do Júri o Prefeito e a participação de três membros a serem indicados pelo IAB. Quanto ao contrato e aos honorários, é apresentada a informação de que estarão de acordo com a tabela do IAB.

Na edição de fevereiro de 1952 (n.166), o tema “concursos” foi novamente abordado e o concurso para o Paço Municipal de São Paulo continuou como o principal motor de debates. O editorial daquela edição trouxe a notícia sobre a eleição de Rino Levi como presidente do IAB-SP, acompanhada de breve nota biográfica sobre o arquiteto, cujo projeto para um edifício de escritórios (situado nas ruas do Carmo e Silveira Martins, São Paulo) foi publicado na capa da mesma edição. A Acrópole publicou ainda, naquele número, carta do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo (p.379) dirigida ao prefeito, com observações sobre a minuta de edital para o concurso do Paço. Os comentários abordam três tópicos em especial: (1) prazo e escala dos desenhos; (2) Constituição da Comissão Julgadora; (3) Prêmios. No primeiro tópico é ressaltada a importância de simplificar a representação e reduzir o volume de informações a serem apresentadas no concurso, a fim de adequar o produto ao prazo e priorizar a concepção geral, que é o objeto do concurso. Sobre a Comissão Julgadora, a carta do IAB destaca a importância de que o Júri tenha “unidade de orientação para que os concorrentes se sintam garantidos quanto aos critérios com que serão julgados seus trabalhos”. No que se refere aos prêmios, a principal preocupação é a garantia de que o autor do projeto vencedor tenha a garantia “de poder desenvolver a sua concepção”:

...os elementos escolhidos para integrar o júri deverão além de grande projeção e prestígio, ter uma unidade de orientação para que os concorrentes se sintam garantidos quanto ao critério com que serão julgados seus trabalhos.

O Instituto de Arquitetos do Brasil está absolutamente tranquilo quanto ao valor individual dos demais 6 membros que serão indicados pelas outras 4 entidades que se deverão fazer representar, no entanto, numa comissão de 7 membros, indicados por 5 entidades diversas, dificilmente conseguirá a homogeneidade de orientação que defina claramente o critério de julgamento. (IAB, 1952)

Na sequência da carta mencionada anteriormente (*Acrópole*, n.166, fevereiro de 1952), foi publicado o texto intitulado “Normas básicas para concurso de Arquitetura”, de autoria de Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar (CESAR e LEVI, 1952) e endereçado ao Instituto de Arquitetos do Brasil, com sugestões para a formatação de novos concursos, diante de “erros básicos cometidos na organização do concurso” para o Paço Municipal de São Paulo. O texto é introduzido com algumas considerações preliminares, dentre as quais se destacam: a ideia de que (1) “o concurso de arquitetura tem por objetivo trazer à solução de um problema a colaboração ampla dos profissionais”; (2) “o que importa não é tanto a escolha da solução arquitetônica, mas do arquiteto os arquitetos que deverão elaborar o projeto definitivo e os trabalhos a ele conexos”. No que se refere à última consideração, observa-se

certa contradição com a ideia geral do concurso, que é baseado no anonimato e que tem como objetivo escolher a melhor proposta e não necessariamente o “melhor” ou “mais prestigiado” profissional. Percebe-se, no entanto, que a intenção é procurar garantir que o autor do projeto vencedor seja contratado para o desenvolvimento do projeto executivo e não necessariamente desprestigiar a importância do projeto, em relação à autoria.

Trata-se de um dos primeiros documentos elaborados no Brasil com a finalidade de regulamentar a realização de concursos de Arquitetura. A norma também foi publicada, três meses depois, na revista *Arquitetura e Engenharia* (n.21, maio de 1952) em maio de 1952. No número anterior da mesma revista (n.20, Jan/Fev de 1952), havia sido publicado editorial assinado por Eduardo Mendes Guimarães Junior, do conselho diretor da revista, em defesa do concurso público de arquitetura, e cita como exemplo o concurso realizado em Belo Horizonte para a sede do Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais.

NORMAS BÁSICAS PARA CONCURSO DE ARQUITETURA

Rino Levi e
Roberto Cerqueira Cesar
Arquitetos

Em vista de alguns erros básicos cometidos na organização do concurso de ante-projetos, ora promovido pela Prefeitura de São Paulo, para a construção de um edifício da importância do Paço Municipal, e em vista da repetição habitual de alguns desses erros em empreendimentos semelhantes, os autores apresentam este estudo ao Instituto de Arquitetos do Brasil, para que se fixe definitivamente uma norma para orientação dos interessados.

Proposta de normas básicas a serem recomendadas pelo I. A. B. para a organização de concursos de ante-projetos de arquitetura.

a) — Considerando que o concurso de arquitetura tem por objetivo trazer à solução de um problema a colaboração ampla dos profissionais;

b) — Considerando que para induzir estes a dedicar alguns meses da sua atividade a um trabalho incerto quanto ao seu resultado, é indispensável que na organização dos concursos sejam observadas um mínimo de condições;

c) — Considerando que por mais perfeito que seja o concurso, raramente o trabalho premiado é adotado integralmente; que o mesmo deverá ser revisado e remanejado; que é necessária a colaboração estreita entre o arquiteto e o cliente, impossível na fase do concurso; e que por isto o que importa não é tanto a escolha da solução arquitetônica, mas do arquiteto ou arquitetos que deverão elaborar o projeto definitivo e os trabalhos a ele conexos;

d) — Considerando que ao Instituto de Arquitetos do Brasil cabe, no interesse geral, determinar as condições dos concursos de arquitetura, tendo em vista principalmente a defesa da arquitetura e que ele só poderá apoiar e prestigiar concursos organizados dentro de certos princípios:

Resolve o Instituto de Arquitetos do Brasil oficializar as seguintes Normas Básicas para concursos de ante-projetos de arquitetura.

Condições gerais

1) — A participação ao concurso importa em integral concordância com os termos do edital.

2) — Os trabalhos apresentados serão expostos publicamente, mas tão somente depois de conhecido o resultado do julgamento.

3) — O arquiteto vencedor não poderá ser construtor da obra, nem sócio ou de qualquer modo estar ligado à firma construtora.

4) — A critério do proprietário, os concursos poderão ter caráter público ou privado. No primeiro caso estarão abertos aos profissionais que dele queiram participar. No segundo caso serão reservados a profissionais expressamente convidados.

5) — Na elaboração do projeto definitivo, nenhuma ideia original dos concorrentes poderá ser aproveitada, sem autorização do autor.

Dos concorrentes

6) — Só poderão participar dos concursos profissionais legalmente habilitados e em pleno gozo do direito de exercício da profissão.

7) — Um trabalho poderá ser apresentado individualmente ou em equipe.

8) — Não é admitida a participação de firmas.

9) — Poderá ser ou não exigida a inscrição prévia dos concorrentes.

10) — Não poderão tomar parte nos concursos, parentes próximos (pais, filhos, irmãos ou cunhados) de qualquer membro do júri adiante referido, tão pouco seus sócios, empregados ou patrões, sob pena de desclassificação.

Do arquiteto consultor

11) — As dúvidas que surgirem na interpretação do edital e do programa, ou por omissões, serão resolvidas por um arquiteto consultor, indicado no próprio edital.

12) — As dúvidas e omissões de que trata o artigo anterior deverão ser formuladas por carta durante a primeira metade do prazo fixado para entrega dos trabalhos.

13) — O prazo para responder às consultas será de oito dias no máximo, a contar da data em que as mesmas são recebidas.

14) — A consulta e a resposta do arquiteto consultor serão levadas ao conhecimento de todos os concorrentes, na forma a ser estabelecida pelo edital.

Do prazo e entrega dos ante-projetos

15) — O edital fixará data, hora e local de entrega dos trabalhos

(No interesse de uma boa solução arquitetônica, é conveniente que se fixe prazo folgado para apresentação dos trabalhos, pois arquitetura envolve inúmeros problemas de caráter técnico e plástico, que necessitam de longo estudo. Arquitetura não se improvisa, a menos que se faça trabalho convencional).

16) — A entrega de um trabalho fora do prazo implica na desclassificação do concorrente.

17) — A entrega dos trabalhos será feita mediante recibo com as anotações devidas.

Dos trabalhos exigidos

18) — O edital deverá indicar com precisão os trabalhos exigidos, tais como:

a) Planta de situação

b) Planta de cada pavimento

c) Um ou mais sôrtés

d) Uma ou mais fachadas

e) Uma ou mais perspectivas, possivelmente com ponto de vista determinado no edital

f) Gráficos de circulação e outros

g) Memorial justificativo.

19) — A escala de todos os desenhos, salvo em casos absolutamente especiais, não deverá nunca ser superior a 1:200.

(Desenhos em escala superior a 1:200 obrigam o arquiteto a entrar em pormenores aumentando de muito o volume do trabalho e portanto em prejuízo da concepção geral, que é o que realmente interessa).

NORMAS BÁSICAS PARA CONCURSO DE ARQUITETURA

Arquitetos RINO LEVI e ROBERTO CERQUEIRA CESAR

Em vista de alguns erros básicos cometidos na organização do concurso de ante-projetos, ora promovido pela Prefeitura de São Paulo, para a construção de um edifício da importância do Paço Municipal, e em vista da repetição habitual de alguns desses erros em empreendimentos semelhantes, os autores apresentam este estudo ao Instituto de Arquitetos do Brasil, para que se fixe definitivamente uma norma para orientação dos interessados.

PROPOSTA DE NORMAS BÁSICAS A SEREM RECOMENDADAS PELO I. A. B. PARA A ORGANIZAÇÃO DE CONCURSO DE ANTE-PROJETOS DE ARQUITETURA.

- a) — Considerando que o concurso de arquitetura tem por objetivo trazer à solução de um problema a colaboração ampla dos profissionais;
- b) — Considerando que para induzir estes a dedicar alguns meses da sua atividade a um trabalho incerto quanto ao seu resultado, é indispensável que na organização dos concursos sejam observadas um mínimo de condições;
- c) — Considerando que por mais perfeito que seja o concurso, raramente o trabalho premiado é adotado integralmente; que o mesmo deverá ser revisto e remanejado; que ele necessita da colaboração estreita entre o arquiteto e o cliente, impossível na fase do concurso; e que por isto o que importa não é tanto a escolha da solução arquitetônica, mas do arquiteto ou arquitetos que deverão elaborar o projeto definitivo e os trabalhos a ele conexos;
- d) — Considerando que ao Instituto de Arquitetos do Brasil cabe, no interesse geral, determinar as condições dos concursos de arquitetura, tendo em vista principalmente a defesa da arquitetura e que ele só poderá apoiar e prestigiar concursos organizados dentro de certos princípios:

Resolve o Instituto de Arquitetos do Brasil oficializar as seguintes Normas Básicas para concursos de ante-projetos de arquitetura:

CONDIÇÕES GERAIS:

- 1) — A participação no concurso importa em integral concordância com os termos do edital.
- 2) — Os trabalhos apresentados serão expostos publicamente, mas tão somente depois de conhecido o resultado do julgamento.
- 3) — O arquiteto vencedor não poderá ser construtor da obra, nem sócio ou de qualquer modo estar ligado à firma construtora.
- 4) — A critério do proprietário, os concursos poderão ter caráter público ou privado. No primeiro caso estarão abertos aos profissionais que dele queiram participar. No segundo caso serão reservados a profissionais expressamente convidados.

- 5) — Na elaboração do projeto definitivo, nenhuma ideia original dos concorrentes poderá ser aproveitada, sem autorização do autor.

DOS CONCORRENTES:

- 6) — Só poderão participar dos concursos profissionais legalmente habilitados e em pleno gozo do direito de exercício da profissão.
- 7) — Um trabalho poderá ser apresentado individualmente ou em equipe.
- 8) — Não é admitida a participação de firmas.
- 9) — Poderá ser ou não exigida a inscrição prévia dos concorrentes.
- 10) — Não poderão tomar parte nos concursos, parentes próximos (pais, filhos, irmãos ou cunhados) de qualquer membro do júri adiante referido, tão pouco seus sócios, empregados ou patrões, sob pena de desclassificação.

DO ARQUITETO CONSULTOR:

- 11) — As dúvidas que surgirem na interpretação do edital e do programa, ou por omissões, serão resolvidas por um arquiteto consultor, indicado no próprio edital.
- 12) — As dúvidas e omissões de que trata o artigo anterior deverão ser formuladas por carta durante a primeira metade do prazo fixado para entrega dos trabalhos.
- 13) — O prazo para responder às consultas serão de oito dias no máximo, a contar da data em que as mesmas são recebidas.
- 14) — A consulta e a resposta do arquiteto consultor serão levadas ao conhecimento de todos os concorrentes, na forma a ser estabelecida pelo edital.

DO PRAZO E ENTREGA DOS ANTE-PROJETOS:

- 15) — O edital fixará data, hora e local de entrega dos trabalhos
(No interesse de uma boa solução arquitetônica, é conveniente que se fixe prazo folgado para apresentação dos trabalhos, pois arquitetura envolve inúmeros problemas de caráter técnico e plástico, que necessitam de longo estudo. Arquitetura não se improvisa, a menos que se faça trabalho convencional).
- 16) — A entrega de um trabalho fora do prazo implica na desclassificação do concorrente.
- 17) — A entrega dos trabalhos será feita mediante recibo com anotações devidas.

DOS TRABALHOS EXIGIDOS:

- 18) — O edital deverá indicar com precisão os trabalhos exigidos, tais como:
 - a) Planta de situação
 - b) Planta de cada Pavimento
 - c) Um ou mais cortes
 - d) Uma ou mais fachadas
 - e) Uma ou mais perspectivas, possivelmente com ponto de vista determinado no edital.

Figura 91. *Arquitetura e Engenharia*, n. 21, maio de 1952.
Normas Básicas para Concurso de Arquitetura. Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar.

ARQUITETURA E ENGENHARIA

CONCURSO PÚBLICO DE ANTE-PROJETOS

O lançamento de um editorial permanente em revista especializada requer, quase sempre, uma explicação tanto sobre as finalidades como sobre a orientação e as idéias que irão, necessariamente, movê-lo.

Queremos que esta página seja, antes de tudo, uma tribuna de debates. Nela trataremos — cuidando sempre de não ferir susceptibilidades pessoais mas sem ceder também à transigência — de quantos problemas se nos afigurem fundamentais, quer os de ordem técnica como os que digam respeito, de modo geral, ao aperfeiçoamento e à dignidade da profissão. Vale dizer que quantos vivem entre nós em função da arquitetura poderão valer-se, doravante, de mais um veículo de crítica e de observação a serviço da idéia e de iniciativas que reflitam os justos anseios, os deveres, os direitos e as reivindicações da classe.

Em época de inegável valor histórico para as artes, entre as quais sobressai a arquitetura, é condição precípua à moral profissional uma atitude permanente de alerta. O progresso atingido pela arquitetura no Brasil e, já agora, em Minas, justifica e impõe exigências no sentido da revisão de valores e, muito particularmente, dos métodos de seleção e de trabalho ora adotados.

E' bem verdade que, com a ascensão do senhor Juscelino Kubitschek ao governo, surgiram fundadas esperanças de que caberia ao nosso Estado uma posição de vanguarda nesse setor tão marcante de atividades técnicas e artísticas. Todavia a despeito da constância de certos indícios, e ainda que não possamos afirmar tenham sido frustradas essas esperanças, é forçoso reconhecer que coube a uma organização particular o mérito do primeiro e mais decisivo passo nesse sentido. Queremos referir-nos ao Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, ao instituir para a construção de sua futura sede social em Belo Horizonte um amplo concurso de projetos, inegavelmente o mais completo até agora promovido no Brasil. Nem mesmo a grande repercussão e o cuidado das normas básicas anteriormente estabelecidas para o famoso concurso do Centro Técnico de Aeronáutica de São José dos Campos, em São Paulo, reduzem a importância da iniciativa assumida pela diretoria do conhecido Instituto de crédito de Minas Gerais. Enquanto o primeiro se limitou às diretrizes dos chamados concursos privados, com a participação de pequeno número de arquitetos, convocados diretamente pela comissão organizadora, este último abre perspectivas bem mais amplas a quantos se queiram valer da oportunidade oferecida, o que representa um incentivo e mesmo um apelo ao trabalho de jovens e velhos arquitetos de todos os quadrantes do território nacional. A tarefa árdua de seleção e julgamento que estará sujeita a comissão do júri será, nesse caso, largamente compensada pela amplitude do processo instituído, que se caracteriza por uma esclarecida e sincera compreensão do problema sob todos os seus aspectos.

Buscando a colaboração de IAB e de técnicos idôneos para a fixação das normas do grande certame, mais uma vez se evidenciaram a inteligência e o espírito público do prof. Cândido Naves e de seus companheiros de aventura. Porque é aventurador sãbiamente o que foi programado pelos dirigentes do estabelecimento patrocinador. Um belo exemplo do que poderá ser feito não só pela iniciativa particular, como antes e acima de tudo, pelas organizações governamentais, pois a estas cabem, em última instância, as maiores responsabilidades na tarefa de proteção da inteligência e da arte. Concursos amplos e bem orientados, abertos à participação de arquitetos, pintores, escultores e decoradores de todos os Estados constituem a mais acertada diretriz para todas as obras de vulto, de patrocínio particular ou público.

A experiência do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, repetimos, constitui um exemplo a ser imitado, por quantos propugnem pela evolução de nossa arquitetura no mais nobre e autêntico sentido de aprimoramento técnico e artístico.

Eduardo Mendes Guimarães Junior

Figura 92. *Arquitetura e Engenharia*, n. 20, jan./fev. de 1952.
Concurso Público de Anteprojetos. Editorial assinado por Eduardo Mendes Guimarães Junior.

A proposta de Oscar Niemeyer

Em março de 1953 foi publicado o número 179 da *Acrópole*, que traz na capa imagem de uma proposta para o Paço Municipal. Não se trata, porém, de projeto vencedor do concurso, e sim de um projeto elaborado por equipe formada pelo Departamento de Urbanismo de São Paulo, diante do "fracasso" do processo competitivo.

O artigo “O Paço Municipal de São Paulo” (CARDIM FILHO, 1953) é assinado por Carlos Gomes Cardim Filho, Diretor do Departamento de Urbanismo de São Paulo, seguido da apresentação do projeto. O texto inicia com um panorama sobre a situação de dispersão e a falta de infraestrutura da administração municipal à época:

Seu crescimento excessivo, a falta de número suficiente de arquitetos na administração municipal, a ausência de um planejamento urbanístico apoiado por comissões mistas cívicas, fez com que o problema não fosse encarado dentro de uma única diretriz, de forma a permitir uma continuidade administrativa, e, de opinião, em assunto tão importante. Em consequência, como é natural, a Prefeitura teve que ir alugando novos prédios para a localização de seus serviços que eram constantemente ampliados, para seguir o ritmo ascendente da cidade. (CARDIM FILHO, 1953, p.395)

Na sequência, o autor apresenta breve histórico sobre as discussões ao longo dos anos anteriores, relativas às demandas e alternativas para o “Paço Municipal”, com destaque especial para as discussões ocorridas em 1946, na gestão do prefeito Abrahão Ribeiro. Carlos Cardim Filho resume seu ponto de vista apresentado sete anos antes, em 1946:

1. Sou partidário da compra de prédios para serviço público (...), visto por que o poder público é muito demorado nas soluções dos seus planos de construção (...).

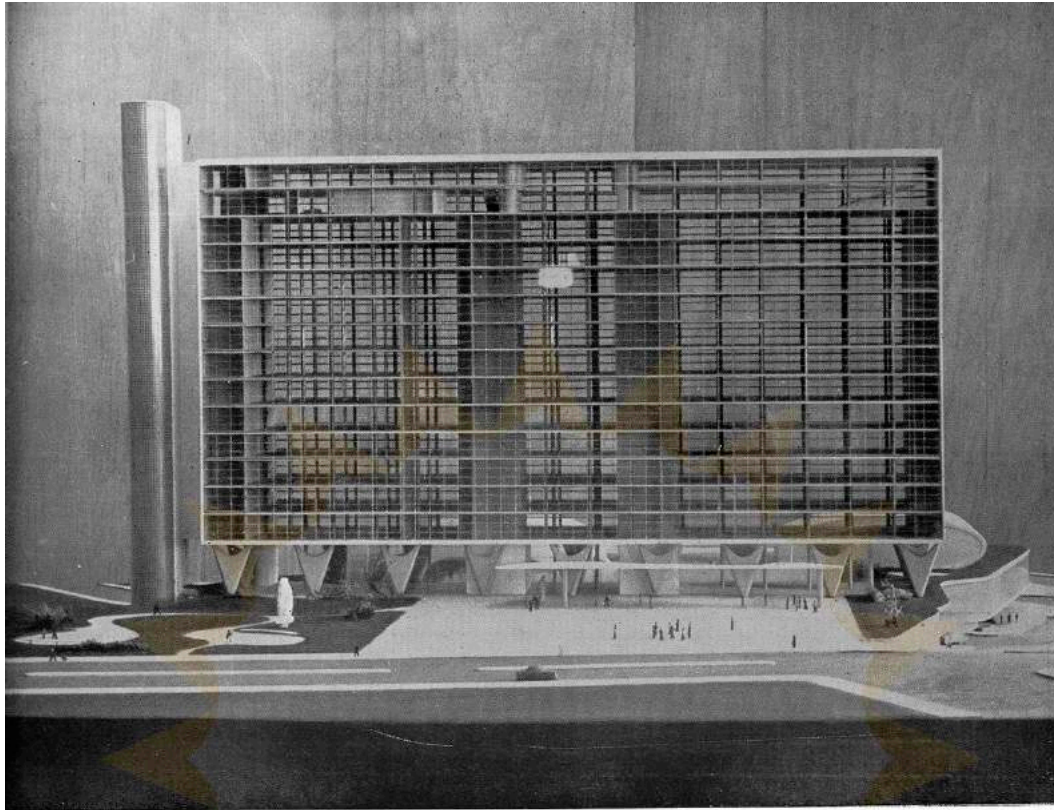
2. Sou de opinião que o Paço da Cidade deve ter a expressão da época em que é feito, nobre, grandioso e rico, onde devem ser instalados, Prefeito, Secretários, Câmara, salões de festas e recepções, salão de conferência, além dos departamentos mais ligados ao Prefeito. (CARDIM FILHO, 1953, p. 396)

Ao lamentar que suas intenções não foram materializadas conforme intenções declaradas à época, o autor finalmente cita, em seu texto de 1953, a iniciativa do concurso:

Com o desejo de fazer obra na altura de São Paulo e respeitar o princípio enunciado em Lei Federal nº 125 de 3 de Dezembro de 1935, que estabelece regras sobre construções de edifícios públicos, dizendo no artigo 5º: “Nenhum edifício público de grandes proporções será construído sem prévio concurso para a escolha do projeto respectivo.” O sr. prefeito Armando de Arruda Pereira (...) resolveu determinar a abertura de concurso para os projetos, do futuro Paço da Cidade (...). Daí resultou o edital de 20 de fevereiro de 1952 abrindo concurso para a construção do Paço (...). (CARDIM FILHO, 1953, p. 396)

Na sequência, o autor relata o “laudo” do Júri, segundo o qual inscreveram-se apenas 23 concorrentes, tendo sido apresentados apenas 11 projetos e lamenta o “desinteresse dos arquitetos pelo concurso”. Como razões para o insucesso, o Júri teria mencionado, segundo Cardim, o prazo exíguo diante da complexidade do objeto (90 dias). O autor argumenta que nenhum dos concorrentes abordou suficientemente "o problema preliminar e básico de urbanização e preparo plástico do espaço aberto proposto", em especial o desafio da inclusão de grandes auditórios no programa: “Paço e grande auditório são problemas diferentes, volumes de harmonização plástica, quando menos, de difícil íntima associação”. E continua, afirmando que todos os projetos apresentaram infrações às exigências do edital, destacando o parecer final do Júri: “Assim sendo, não haveria prêmios a conferir e anteprojetos a classificar”.

Diante do parecer do Júri, o Prefeito constituiu uma "Comissão Orientadora" que seria responsável pelo novo projeto do Paço Municipal, sob a coordenação do próprio Carlos Cardim, em conjunto com os arquitetos Oscar Niemeyer, Alfredo Giglio, Julio Cezar Lacrete, Carlos Lodi, Mario Henrique Pucci e Eduardo Corona. É o projeto desenvolvido por tal comissão que é publicado na capa e nas páginas da edição 179 da Acrópole.



FACHADA PARA O VIADUTO JACAREÍ

COMISSÃO ORIENTADORA DO PROJETO
DO PAÇO MUNICIPAL

ARQUITETOS

Oscar Niemeyer
Carlos A. Gomes Cardim Filho
Alfredo Giglio
Julio Cezar Lacreata
Carlos Lodi
Mario Henrique Pucci
Eduardo Corona

O PAÇO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PROF. ARQ. CARLOS A. GOMES CARDIM FILHO

Director do Departamento de Urbanismo de São Paulo.
Prof. da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo.

A Casa definitiva da Cidade sempre preocupou as Administrações Municipais, no século presente, sem contudo, conseguirem sua efetivação; festejará o seu IV Centenário a nossa Piratininga, ainda em casa alugada.

Seu crescimento excessivo, a falta de número suficiente de arquitetos na administração municipal, a ausência de um planejamento urbanístico apoiado por comissões mixtas cívicas, fez com que o problema não fosse encarado dentro de uma única diretriz, de forma

a permitir uma continuidade administrativa, e, de opinião, em assunto tão importante. Em consequência, como é natural, a Prefeitura teve que ir alugando novos prédios para a localização de seus serviços que eram constantemente ampliados, para seguir o ritmo ascendente da cidade. Aquilo que há trinta anos vimos funcionando bem, na rua Libero Badaró, num único prédio, tem hoje seus serviços dispersos em mais de dez prédios alugados, dificultando e encarecendo os trabalhos entre as várias unidades, e, tirando

Figura 94. *Acrópole*, n. 166, fev. 1952. Artigo de Carlos Gomes Cardim Filho, em que apresenta a proposta de Oscar Niemeyer para o Paço Municipal de São Paulo.

A anulação do concurso para o Paço Municipal e a contratação da equipe liderada por Oscar Niemeyer gerou debates importantes no meio profissional. Em mais uma ocasião, como já havia acontecido com Pampulha (KUBITSCHKEK, 1975) e com o Ministério de Educação e Saúde (SEGRE, 2013), Niemeyer participava (individual ou coletivamente) de alguma proposta em resposta a insucessos de concursos.

No número 09 da revista *Habitat*, em 1952, é publicado artigo intitulado “A localização do Paço Municipal de São Paulo”, em que os editores da revista (o artigo não é assinado) associam o insucesso do concurso à localização indevida do Paço:

Pareceu-nos o quanto é possível ajuizar numa rápida inspeção local, inconvenientemente quanto ao efeito arquitetônico, a construção de um edifício do porte e da importância do Palácio da Cidade, no alto da Praça das Bandeiras. O recente concurso para escolha do projeto veio confirmar exuberantemente o nosso ponto de vista, pois decorre a sua anulação em grande parte das dificuldades suscitadas aos arquitetos pelas consequências do erro inicial, ou seja, a má localização do terreno escolhido. As tentativas que se seguirem continuarão a esbarrar no mesmo obstáculo e toda a construção erigida entre o desgracioso viaduto Jacaré e a Praça das Bandeiras, sempre se ressentirá do mesmo vício inicial. (HABITAT, 1952)

A batalha da Escola de Guerra Naval

Arquitetura e Engenharia, n. 23, set. 1952.

A instabilidade política no Brasil na primeira metade da década de 1950 pode ser medida pelo número de presidentes da república no período. Foram cinco, em cinco anos, incluindo nessa série de desventuras o suicídio de um deles: Getúlio Vargas (1951-1954, quando se suicidou); Café Filho (1954-1955); Carlos Luz (1955); Nereu Ramos (1955-1956) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). O meio arquitetônico não ficou alheio às turbulências políticas.

Em setembro de 1952 foi publicada, na revista *Arquitetura e Engenharia* (n. 23), a matéria intitulada “Concurso de Anteprojetos para a Escola de Guerra Naval”. Trata-se de uma coletânea de manifestações (publicadas principalmente na imprensa carioca) sobre polêmicas em torno do concurso, em especial no que se refere às determinações do edital sobre o estilo do futuro edifício. O Ministério da Marinha planejava lançar concurso para a Escola de Guerra Naval e, segundo a matéria, “o respectivo projeto, segundo orientação preestabelecida, deveria ser elaborado, de preferência, em estilo clássico ou ‘neoclássico’”. Na matéria é publicado manifesto do IAB, em que solicita ao Ministério da Marinha a realização de concurso público de acordo com as normas do instituto, destacando as seguintes premissas: (1) Liberdade plástica; (2) Júri com maioria de Arquitetos. O Ministro da Marinha, após receber o presidente em exercício do IAB, arquiteto Paulo Antunes, reafirmou sua decisão, a saber:

- (1) Obrigatoriedade do estilo Neoclássico
- (2) Júri composto como melhor entender o Ministério da Marinha

Em protesto à determinação do Ministro, o IAB publicou o manifesto público contra nas normas do concurso para a Escola de Guerra Naval, aconselhando aos arquitetos brasileiros a não participarem do concurso “em atitude de apoio à Escola Arquitetônica Brasileira, cujos louvores colhemos diariamente através das publicações técnicas mundiais (...)”(CONCURSO DE ANTEPROJETOS PARA A ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 1952).

Na matéria foram publicadas manifestações diversas. A primeira é a reprodução de artigo publicado no jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, e assinada pelo jornalista e Deputado Federal Carlos Lacerda, proprietário do jornal e principal opositor do Presidente Getúlio Vargas. Lacerda, apesar de ter participado da Intentona Comunista de 1935, em 1939 abandonou a ideologia comunista e se tornou um dos principais artífices da crise que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e, dez anos depois, um dos principais articulistas do golpe militar de 1964.

CONCURSO DE ANTE-PROJETOS

PARA A ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Alguns órgãos da imprensa carioca divulgaram recentemente que o Ministério da Marinha, de acordo com a Portaria expedida sobre o assunto, colocaria em concorrência pública o novo prédio da Escola de Guerra Naval, acrescentando que o respectivo projeto, segundo orientação preestabelecida, deveria ser elaborado, de preferência, em estilo clássico ou «néo clássico»...

Em face da importância da obra, o Instituto de Arquitetos do Brasil manifestou, desde logo, como órgão técnico, seu interesse em colaborar na iniciativa, a exemplo do que já fora feito em relação a outros empreendimentos governamentais, sobretudo no planejamento e execução do «Centro Técnico de Aeronáutica», de São José dos Campos, da Escola de Fuzileiros Navais, da nova Estação Ferroviária de Belo Horizonte, do Edifício Anexo ao Palácio da Câmara do Distrito Federal e muitos outros.

Por resolução do Conselho Diretor, delegou-se ao Presidente do IAB a incumbência de entrar em contacto com o titular da Marinha, Almirante Renato Guilobel, inclusive para sugerir-lhe, como solução mais adequada, o lançamento de um concurso de ante-projetos do qual pudessem participar todos os arquitetos interessados, com inteira liberdade de criação, isto é, sem as limitações decorrentes da diretriz ministerial fixada «a priori».

Consubstanciando esse propósito, como subsídio preliminar à elaboração de um edital de concurso mais de acordo com as conquistas e as tendências atuais da arquitetura, seria entregue ao Ministro da Marinha um ofício, expondo o pensamento da classe, e ao qual faz referência o manifesto do IAB, que transcrevemos abaixo.

Por circunstâncias não bem esclarecidas, a audiência em que seria expostos e debatidos os aspectos essenciais do problema, com a entrega daquele documento, foi sucessivamente adiada, sendo afinal recebido pelo almirante Bulcão Vianna, em seu gabinete, o presidente em exercício do IAB, arquiteto Paulo Antunes, ao qual se fez transmitir a resolução do Ministro, ratificando o critério anteriormente adotado relativamente às linhas clássicas, ou «néo-clássicas», em que se deveria inspirar o projeto da nova Escola Naval.

DEBATE PÚBLICO

A atitude do Ministro da Marinha, como não podia deixar de ser, despertou viva e significativa reação em todos os setores da opinião pública, ensejando referências e críticas como as que, «data-vênica» passamos a transcrever.

EIS O MANIFESTO DO I. A. B.:

«O Instituto de Arquitetos do Brasil faz público o seguinte:

— Tendo tido conhecimento do Concurso Público que o Ministério da Marinha abriu para execução do Projeto do Edifício destinado à Escola de Guerra Naval, reuniu o seu Conselho Diretor no dia 12 de Agosto de 1952, o qual, apreciando as condições de sua realização, concluiu, que as mesmas não estavam de acordo com as normas de seu Regulamento Interno. Foi resolvido por isto que se fizesse um protesto público sobre o caso alertando os seus associados e Departamentos Estaduais.

— O Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, embora autorizado a assim proceder, achou entretanto que um entendimento esclarecedor com o Ministério da Marinha talvez resultasse numa solução mais construtiva e assim oficiou ao Exmo. Sr. Ministro da Marinha pleiteando essencialmente:

1 — Liberdade plástica.

2 — Júri com maioria de Arquitetos.

— Esta demarche não foi, entretanto, coroada de êxito, porque em entendimento verbal que teve o Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil com o Ministério da Marinha resultou ficar absolutamente esclarecido que a Escola de Guerra Naval efetuará o Concurso como publicado, isto é:

1 — Obrigatoriedade do estilo Neo-Clássico ou Clássico.

2 — Júri composto como melhor entender o Ministério da Marinha.

Desta forma:

O Instituto de Arquitetos do Brasil faz público aos Arquitetos Brasileiros e a seus Departamentos Estaduais o seu veemente protesto contra as Normas de Concurso para organização do projeto da Escola de Guerra Naval, aconselhando a todos os Arquitetos Brasileiros a não tomar

Figura 95. Página da *Arquitetura e Engenharia*, n. 23, set./out. 1952.
Concurso de Anteprojetos para a Escola de Guerra Naval

Em texto contundente, Lacerda criticou a posição da Marinha e sua opção pelo estilo Neoclássico e argumentou duramente em defesa da arquitetura contemporânea:

... o ministro assegura que o júri, no qual os arquitetos serão minoria, dará preferência a um projeto “que obedeça ao estilo clássico ou neo-clássico”, porque pretende que a Escola seja “um edifício belo e sóbrio” e quer “evitar a aparição de projetos malucos e espetaculares, que motivem divertimento popular”. (...) Interrompamos por um momento estas considerações e peçamos ao almirante Guillobel uma experiência. Dê um pulo, agora, ao edifício do Ministério da Fazenda. Veja bem aquele “neo-clássico”. Depois, ali bem perto, veja o Ministério da Educação. Qual dos dois é mais sóbrio e mais belo ? (...) Onde está a contrafação ? Onde está a imitação cômica ? Onde a falsificação grosseira ? Onde o anacronismo – que é uma das formas de provocar o riso ? (...) Diz o ministro da Marinha: “Somos conservadores, por isso damos preferência a um projeto que obedeça ao estilo clássico ou neo-clássico”. Será por isso que Stalin diz a mesma coisa ? (...) Se a Marinha é mais conservadora do que a Igreja devemos temer pela segurança do litoral brasileiro. Pois, com semelhante conservadorismo assim entendido, teremos o “veto” ministerial à aquisição de porta-aviões, com suas linhas ousadas, inclinando-se a construção naval brasileira por garridas caravelas, flamantes brigues, alígeras escunas. (...) A arquitetura, como bem sabe o ministro da Marinha, não é uma atividade subalterna, a quem os ministros digam: “façam clássico!” ou pior ainda, “faça neo-clássico”, e ela servilmente obedeça. (...) A arquitetura, porém, síntese de artes e de técnicas, não se acomoda à falsificação, não pode suportar colunas que não tenham a finalidade de sustentar alguma coisa, assim como não tolera que amesquinhem a majestade e a simplicidade que devem ser as características do edifício público, pelo suntuário, o berloque, o pernosticismo dos estilos falsificados, substituindo-se ao que, realmente, constitui um motivo de alegria para o Brasil: a sua contribuição ao desenvolvimento da arquitetura contemporânea, no mundo inteiro. Entendam almirantes de almirantar e arquitetos de arquitetar. (...) A Marinha, que quer ? Uma escola naval. Pois diga no edital de concorrência o que pretende, o que precisa, o que exige. Deixe os arquitetos concorrerem, e não os julgue segundo o critério preferencial de um estilo e sim de acordo com as conveniências do funcionamento da Escola. Pois, o estilo que a Marinha deve exigir é o estilo Escola naval para o Brasil do ano de 1954 em diante. Este é o estilo que a Marinha tem o direito de exigir. Quanto a escolher, ela não tem o direito de escolher um estilo assim como não tem o direito de escolher um porta-aviões que não seja o mais rápido, o mais poderoso, o mais eficaz – e, se possível, o mais econômico... A Marinha não tem o direito de escolher o seu estilo, porque marinha não tem estilo arquitetônico (...). (CONCURSO DE ANTEPROJETOS PARA A ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 1952, p.61)

O texto de Franklin de Oliveira (publicado originalmente n’O *Cruzeiro*) critica a decisão do ministro e exalta a “Escola Brasileira de Arquitetura”, como uma colaboração coletiva de reconhecimento internacional, “sem estrelismos”.

Da revista *Comício* foi publicado um texto que lembra o destaque da arquitetura contemporânea brasileira pela imprensa especializada internacional e cita dois números da revista francesa *L’Architecture d’Aujourd’hui*, da qual reproduz a seguinte citação, do historiador e crítico de Arquitetura S. Giedion:

Em 1936, Le Corbusier foi ao Brasil. A consequência disto foi a construção do Ministério da Educação, graças a um ministro que não tinha a pretensão de compreender arquitetura mais do que Le Corbusier. (CONCURSO DE ANTEPROJETOS..., 1952, p.61)

Ainda foi publicado texto do *Última Hora*, que também se defende um “concurso livre”, “sem a preferência sobre determinado estilo”.

A matéria é finalizada com a publicação de Nota do IAB, em que o Instituto reforça sua posição, de que se realize um concurso em que haja “liberdade de concepção plástica e a composição do Júri com maioria de arquitetos”. Enfim, a batalha do concurso para a Escola de Guerra Naval foi travada e o concurso não foi realizado.

Evidentemente, a “liberdade” sugerida pelo Instituto era indiretamente uma posição estilística (mesmo que implícita) contrária ao neoclássico e favorável ao contemporâneo (ou moderno), preferência que seria confirmada na indicação dos membros do júri, caso ao IAB fosse dada tal opção, negada pela Marinha. Afinal, àquela altura, os arquitetos que integravam o Instituto eram praticamente todos modernos (de origem, ou convertidos), como se pode observar na publicação da revista *Acrópole* de agosto de 1953 (n. 184), edição especial que celebra o quarto centenário de São Paulo.

Sede do Senado Federal: um projeto sem capital

Acrópole, n. 217. out./nov. 1956

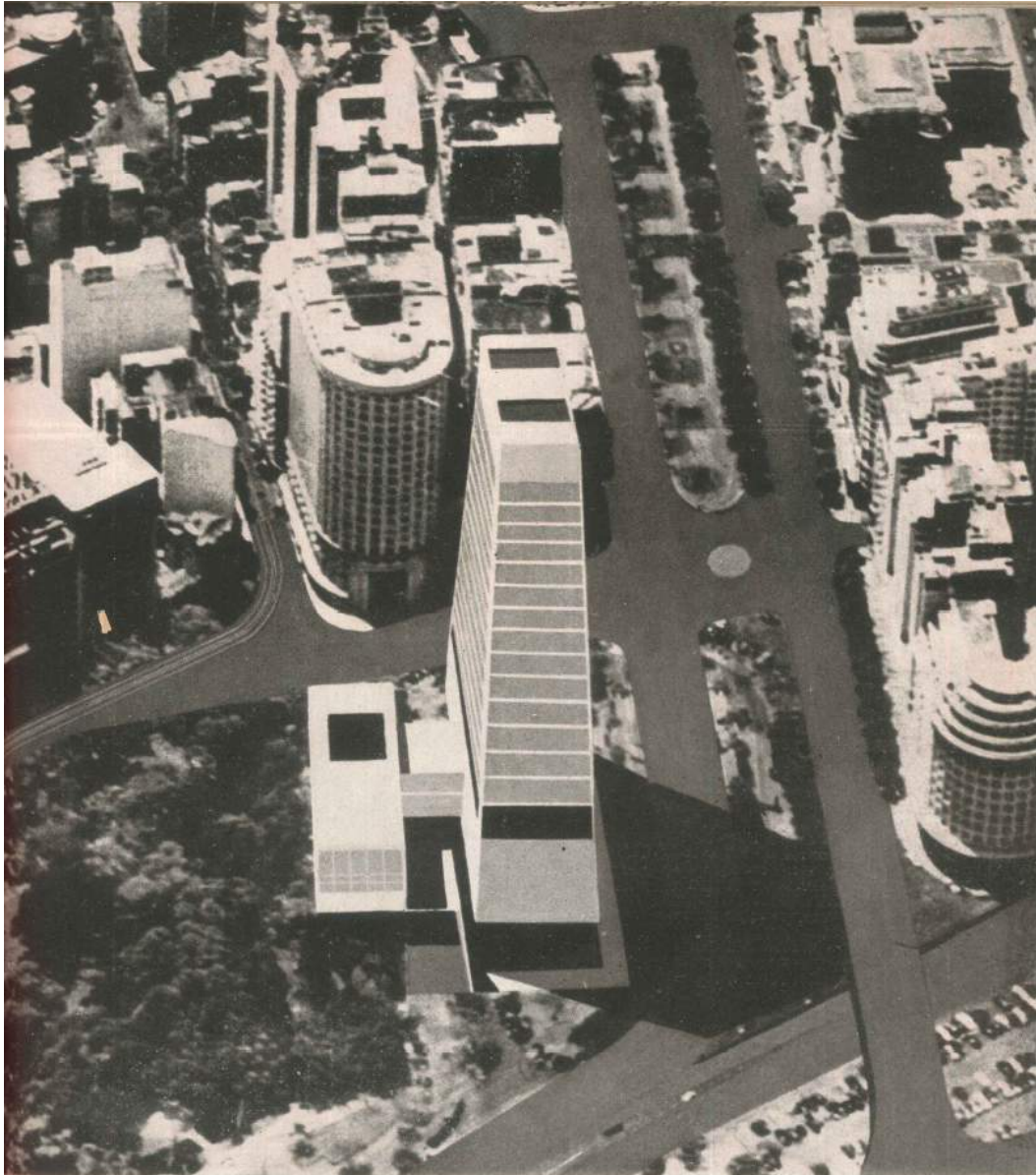
Arquitetura e Engenharia, n. 41., jul./ago. 1956.

Módulo, n. 04. mar. 1956.

Em 1956, enquanto no meio profissional eram travados os debates sobre os rumos da arquitetura moderna brasileira, sobre a transferência da capital e a necessidade de realização de um concurso para o seu Plano Piloto (cuja construção era a principal meta do recém-eleito Presidente da República Juscelino Kubitschek), foi lançado um concurso que parecia confrontar os planos de mudança: trata-se do projeto para a sede do Senado Federal no Rio de Janeiro. O resultado do concurso foi divulgado no número 4 da revista *Módulo*, em março de 1956, paradoxalmente na mesma edição em que foi publicada entrevista exclusiva com Kubitschek, em que o Presidente reafirmava os planos de construção da Nova Capital. Pode-se interpretar o lançamento do concurso para o Senado Federal como um último suspiro de resistência da burocracia estatal sediada no Rio de Janeiro, que não aceitava a ideia de mudança da capital para o planalto central do país. Mais do que isso, foi também um evento de confrontação entre visões modernas divergentes, no contexto das críticas nacionais e internacionais.

É interessante observar a diferença das abordagens editoriais das revistas estudadas: enquanto a *Módulo* (n. 04, março, 1956) e a revista *Arquitetura e Engenharia* (n. 41, julho/agosto, 1956) publicaram o projeto vencedor, dos arquitetos Sérgio Bernardes e Rolf Werner Huther (Rio de Janeiro); a revista *Acrópole* (n.217, outubro/novembro, 1956) publicou apenas o segundo lugar, de autoria de Henrique Mindlin (São Paulo). Os embates regionais, aparentemente, ainda não haviam sido superados no campo arquitetônico. Disputas políticas à parte, o concurso foi realizado. No entanto, devido à transferência da capital, não foi construído. Sob o ponto de vista editorial, trata-se de mais um embate Rio-São Paulo.

A revista *Módulo* dedicou 05 páginas ao projeto vencedor, enquanto na revista *Arquitetura e Engenharia* o projeto ocupa 08 páginas, ambas com memorial descritivo completo, desenhos técnicos, diagramas, detalhes e perspectivas. A revista *Arquitetura e Engenharia* inclui ainda foto-inserções do projeto no contexto urbano do Rio de Janeiro. Não há apreciação crítica dos projetos nas revistas.



PARTIDO ADOTADO

Analisando o local escolhido para a construção, chegamos à conclusão de que não haveria em todo o centro da cidade situação que melhor se consumasse com a magnitude do edifício, do que a que foi de fato indicada.

Realmente, é grande a responsabilidade do arquiteto ao fixar o par-

tido a ser adotado, porque jamais ele poderá estudar uma obra dessa natureza sem levar em conta o aspecto urbanístico e paisagístico do empreendimento em relação à cidade e aos edifícios que o circundam.

Sobre esse aspecto, ao examinarmos a sua situação, verificamos o seguinte:

1.º — É um terreno situado em

prolongamento da praça Mahatma Gandhi, limitado pelas Avenidas Rio Branco, Beira Mar, Luis de Vasconcelos e Rua do Passeio.

2.º — Ante essa localização privilegiada, imaginamos um edifício em perpendicular com a Avenida Rio Branco mas, verificamos a sua impossibilidade porque daria, como re-

Continúa →

Figura 96. *Arquitetura e Engenharia*, n. 41, jul./ago. 1956. Concurso para o Senado Federal – Rio de Janeiro. Projeto vencedor. Autores: Sérgio Bernardes e Rolf Werner Huther.

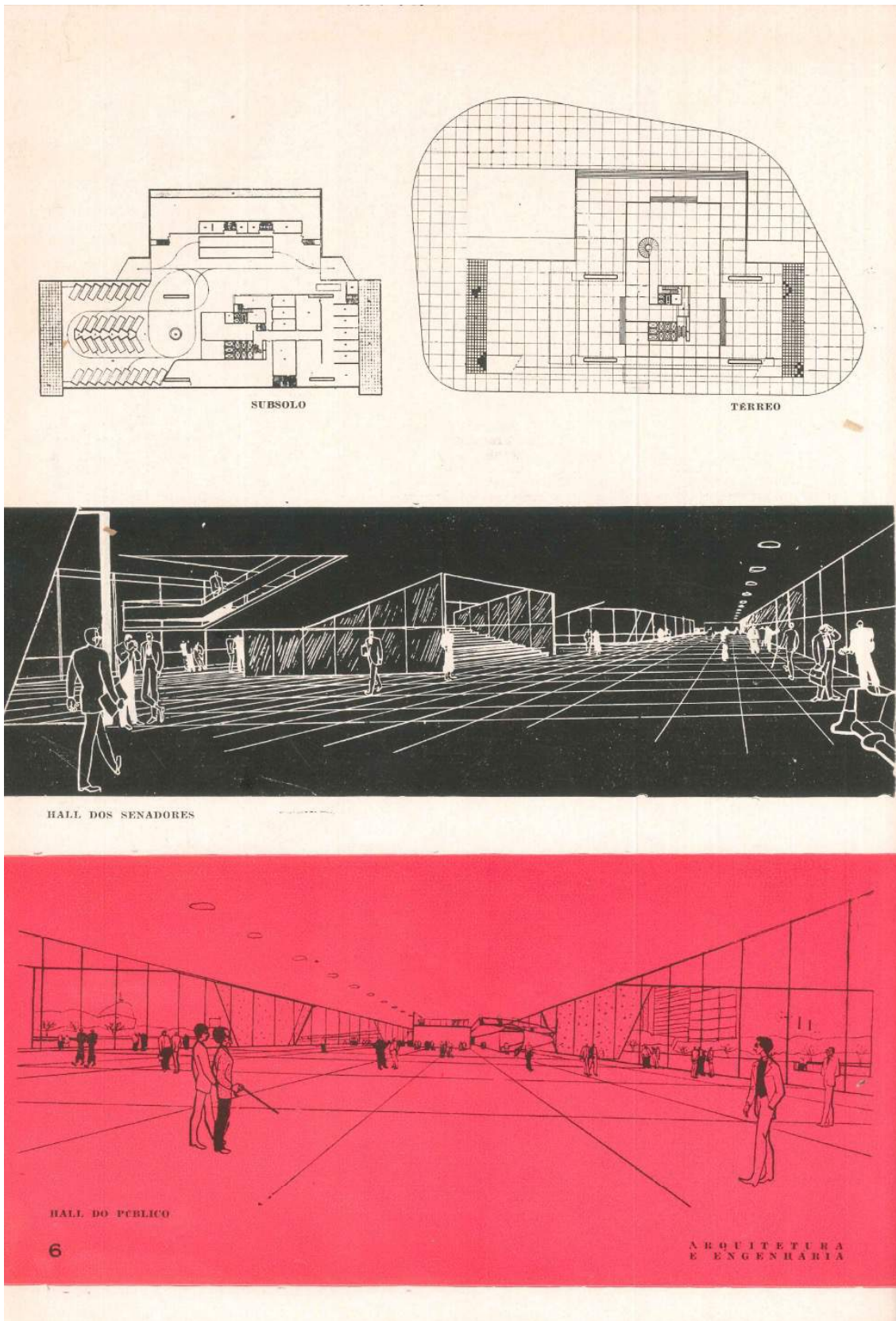
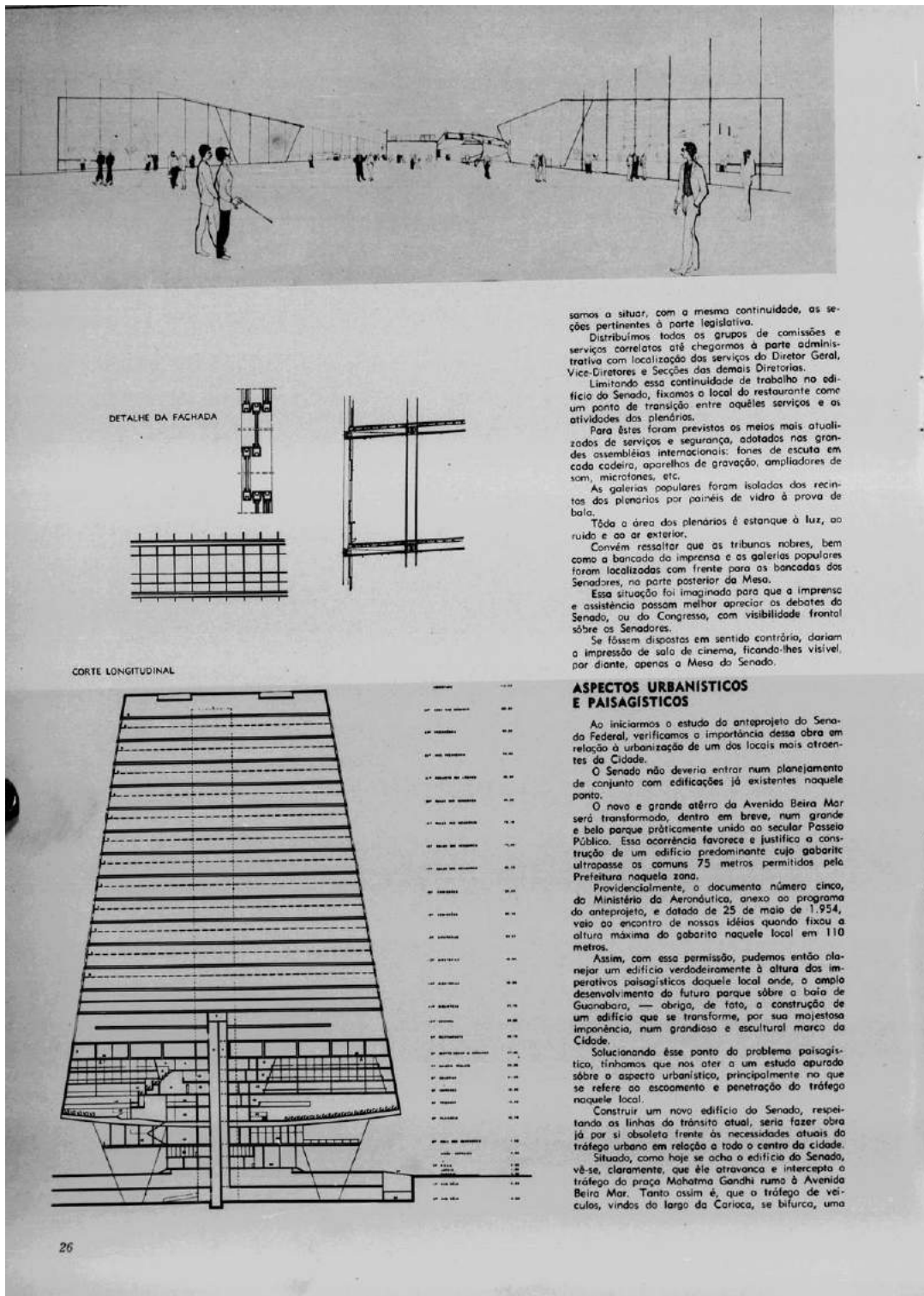


Figura 97. Página da *Arquitetura e Engenharia*, n. 41, jul./ago. de 1956. Concurso para o Senado Federal – Rio de Janeiro. Projeto vencedor. Autores: Sérgio Bernardes e Rolf Werner Huther.



samos a situar, com a mesma continuidade, as seções pertinentes à parte legislativa.

Distribuímos todos os grupos de comissões e serviços correlatos até chegarmos à parte administrativa com localização dos serviços do Diretor Geral, Vice-Diretores e Seções das demais Diretorias.

Limitando essa continuidade de trabalho no edifício do Senado, fixamos o local do restaurante como um ponto de transição entre aqueles serviços e as atividades dos plenários.

Para estes foram previstos os meios mais atualizados de serviços e segurança, adotados nas grandes assembleias internacionais: fones de escuta em cada cadeira, aparelhos de gravação, amplificadores de som, microfones, etc.

As galerias populares foram isoladas dos recintos dos plenários por painéis de vidro à prova de bola.

Toda a área dos plenários é estanque à luz, ao ruído e ao ar exterior.

Convém ressaltar que as tribunas nobres, bem como a bancada da imprensa e as galerias populares foram localizadas com frente para as bancadas dos Senadores, na parte posterior da Mesa.

Essa situação foi imaginada para que a imprensa e assistência possam melhor apreciar os debates do Senado, ou do Congresso, com visibilidade frontal sobre os Senadores.

Se fossem dispostas em sentido contrário, dariam a impressão de sala de cinema, ficando-lhes visível, por diante, apenas a Mesa do Senado.

ASPECTOS URBANÍSTICOS E PAISAGÍSTICOS

Ao iniciarmos o estudo do anteprojeto do Senado Federal, verificamos a importância dessa obra em relação à urbanização de um dos locais mais atraentes da Cidade.

O Senado não deveria entrar num planejamento de conjunto com edificações já existentes naquele ponto.

O novo e grande atêrro da Avenida Beira Mar será transformado, dentro em breve, num grande e belo parque publicamente unido ao secular Posseio Público. Essa ocorrência favorece e justifica a construção de um edifício predominante cujo gabarite ultrapasse os comuns 75 metros permitidos pela Prefeitura naquela zona.

Providencialmente, o documento número cinco, do Ministério da Aeronáutica, anexo ao programa do anteprojeto, e datado de 25 de maio de 1954, veio ao encontro de nossos idéias quando fixou a altura máxima do gabarite naquele local em 110 metros.

Assim, com essa permissão, pudemos então planejar um edifício verdadeiramente à altura dos imperativos paisagísticos daquele local onde, o amplo desenvolvimento do futuro parque sobre a baía de Guanabara, — obriga, de fato, a construção de um edifício que se transforme, por sua majestosa imponência, num grandioso e escultural marco da Cidade.

Solucionando esse ponto do problema paisagístico, tínhamos que nos ater a um estudo apurado sobre o aspecto urbanístico, principalmente no que se refere ao escoamento e penetração do tráfego naquele local.

Construir um novo edifício do Senado, respeitando as linhas do trânsito atual, seria fazer obra já por si obsoleta frente às necessidades atuais do tráfego urbano em relação a todo o centro da cidade. Situado, como hoje se acha o edifício do Senado, vê-se, claramente, que ele atravança e intercepta o tráfego do praça Mahatma Gandhi rumo à Avenida Beira Mar. Tanto assim é, que o tráfego de veículos, vindos do largo da Carioca, se bifurca, uma

Figura 98. *Módulo*, n. 4, mar. 1956. Concurso para o Senado Federal – Rio de Janeiro. Projeto vencedor. Autores: Sérgio Bernardes e Rolf Werner Huther.

Quanto ao projeto vencedor, trata-se de um bloco vertical de formato trapezoidal, sobre pilotis em pilares robustos, complementado por um bloco horizontal. Não há informações no memorial sobre a solução estrutural, apesar de serem apresentados diagramas. A solução formal é justificada pelos autores em função das demandas funcionais:

Dessa necessidade esquemática surgiu, naturalmente, a forma exterior do edifício que, ao invés de procurar uma forma arquitetônica pré-estabelecida, consubstanciou-se num singular ponto de referência, num verdadeiro marco à magnitude do ambiente de rara e excepcional beleza sobre a baía de Guanabara. (EDIFÍCIO DO SENADO... 1956, p.4, trecho do memorial descritivo dos autores).

No que se refere ao conforto térmico, contrariando a tendência da produção moderna brasileira, os autores ignoram as particularidades de orientação das fachadas e propõem uma pele de vidro “termolux” que dizem proteger o edifício do sol e do calor, “sem escurecer o ambiente” e ainda argumentam:

... evitando-se, dessa forma, o uso de “brise soleil” ou outros artifícios semelhantes que, realmente, não resolvem esse problema. (...) Ora, um edifício com ar condicionado, resolvido o problema da luz e do calor, prescinde de qualquer orientação quanto à posição do mesmo (EDIFÍCIO DO SENADO... 1956, p.9, trecho do memorial descritivo dos autores).

O número 217 da Acrópole, de outubro de 1956, traz apenas o segundo lugar do concurso, de autoria do arquiteto Henrique Mindlin, em equipe com Samuel Levy, Walmyr Lima Amaral, Marc Demetre Foundoukas, Sergio Campos, Anny Sirakoff e Fernando Tabora. São dedicadas oito páginas ao projeto, introduzidas por breve comentário editorial:

Este projeto, depois de um julgamento acompanhado de muitos debates e controvérsias, foi classificado em 2º lugar, cabendo o 1º ao projeto do arquiteto Sérgio Bernardes. (ANTEPROJETO PARA O SENADO FEDERAL, 1956)

ANTEPROJETO PARA O SENADO FEDERAL

HENRIQUE E. MINDLIN — arquiteto

Samuel Levy

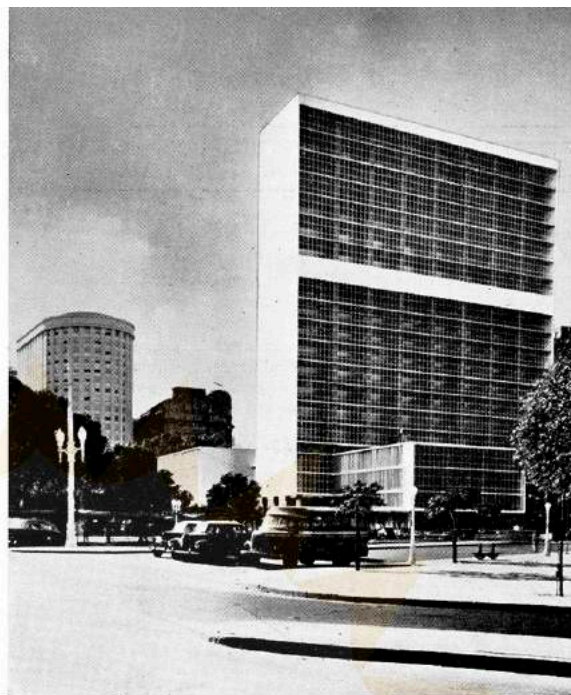
Walmyr Lima Amaral

Marc Demetre Foundoukas

Sergio Campos

Anny Sirakoff

Fernando Tabora — colaboradores



Vista da Praça Paris (Fachada Sul)

Este projeto, depois de um julgamento acompanhado de muitos debates e controvérsias, foi classificado em 2.º lugar, cabendo o 1.º ao projeto do arquiteto Sérgio Bernardes.

Do projeto ora apresentado faz parte um extenso memorial justificativo, do qual reproduzimos a seguir os trechos mais importantes.

O Partido

Três problemas autônomos se apresentam na elaboração do projeto do novo edifício do Senado Federal:

Primeiro — É preciso que o novo edifício venha integrar corretamente a composição urbanística geral da área que vai do Teatro Municipal até o Passeio Público e o terreno do futuro Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Segundo — Deve satisfazer às condições de ordem funcional, estética e técnica inerentes à própria vida desse órgão legislativo, aproveitando devidamente todas as possibilidades oferecidas pelo terreno e pela localização.

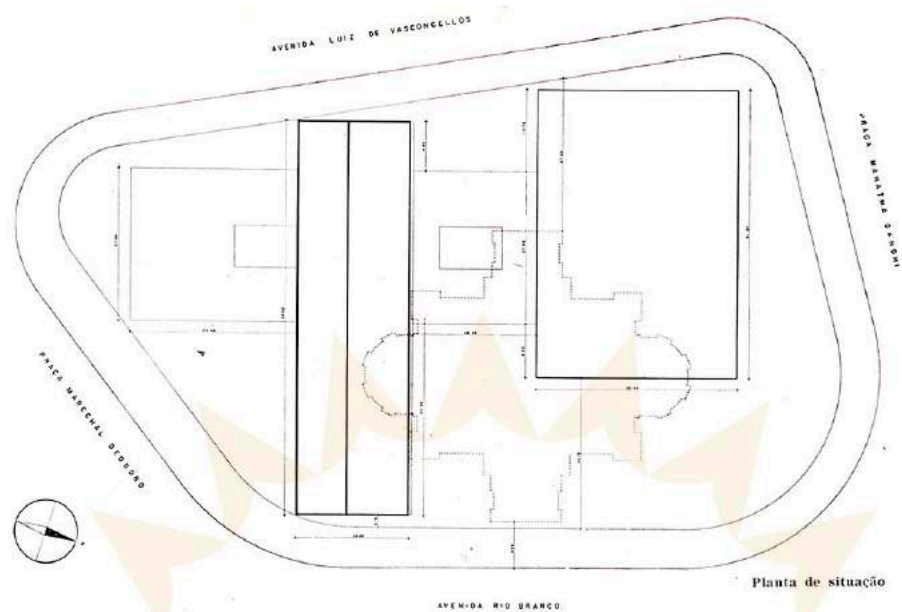
Terceiro — Deve o projeto obedecer às limitações impostas pelo programa do concurso, quando estabelece que o atual Senado permanecerá em suas instalações antigas durante uma parte das obras.

Consequentemente, o partido adotado neste projeto somente será um bom partido na medida em que satisfaça integralmente às inúmeras condições particulares derivadas desses três problemas, não sendo possível admitir-se que a solução de um deles venha redundar em qualquer sacrifício na solução dos demais. Fundamentalmente, entretanto, devem ser resolvidos os dois primeiros — o da composição geral dessa parte do centro urbano, e o do projeto específico do edifício do Senado propriamente dito, de modo a

que o projeto exprima uma síntese perfeita desses dois aspectos da obra. Porque o terceiro problema, paradoxalmente, só na sua eliminação encontrará solução adequada. Em outras palavras, o novo edifício, embora deva ser construído (ao menos em parte) enquanto permanece no local o velho Palácio Monroe, deve também ser o mesmo que aí seria construído se a área de terreno estivesse desde já totalmente desimpedida. Admitir que uma exigência de caráter transitório possa sacrificar, e talvez irremediavelmente, a solução definitiva do problema, seria encarar sem a largueza de visão indispensável no caso, o próprio fundo da questão. Convém portanto frisar definitivamente que o partido arquitetônico procurado só será realmente bom, no caso do Senado Federal, se **fôr o mesmo que se adotaria se já houvesse sido demolido o Palácio Monroe.**

Passemos, pois, ao exame das outras diretrizes do projeto, isto é, ao problema da composição urbanística da área, e ao bom uso do terreno para um edifício destinado ao Senado Federal.

As medidas da área disponível, e o programa das dependências necessárias, impõem desde logo, é óbvio, a consideração de um bloco alto, concentrando a maior parte dos serviços auxiliares do Senado. Assim, uma área de terreno considerável ficaria (ou deveria ficar) livre para a construção do bloco dos plenários. Este último deveria ser projetado de modo a se articular com o primeiro pelas áreas de circulação necessárias, mas também de modo a ficarem os plenários fora da projeção do bloco elevado. Simplificar se-iam com isso enormemente os problemas estruturais, e se tornaria clara e compreensível a expansão do programa do edifício. Qualquer tentativa de so-

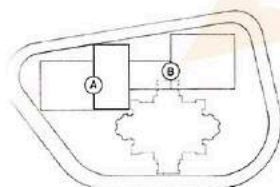


brepôr o bloco alto ao volume dos plenários teria de resultar em um "tour de force" estrutural dispendiosíssimo, que somente se justificaria se outra solução mais simples fosse de todo impossível.

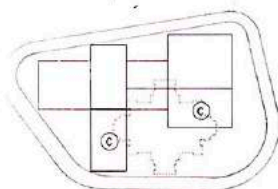
Na realidade, afóra a solução do bloco único — desaconselhável pelas dificuldades estruturais que acarreta — apenas dois esquemas se apresentam viáveis: o de um bloco alto paralelo ao bloco baixo, ou seja, o partido básico do edifício da sede da ONU, e o de um bloco baixo cruzando o bloco vertical, isto é, o partido representado pelo nosso Ministério da Educação. Este último esquema, desde que possa conter as dependên-

cias, resulta muitíssimo mais compacto e mais simples que o da ONU, pois a circulação horizontal do bloco dos plenários se relaciona diretamente com a circulação vertical do conjunto.

Em qualquer destes esquemas, impõe-se absolutamente a colocação do bloco elevado na perpendicular ao eixo da avenida Rio Branco. Viria assim esse bloco marcar e completar, plásticamente, a área livre, entre o Teatro Municipal e o Monroe, pelo jôgo adequado das várias massas que a circundam. Colocado paralelamente à avenida Rio Branco, estaria êle repetindo, na composição, os planos já oferecidos pelos edifícios



1.ª fase de construção (A+B)



2.ª fase de construção



Vista aérea da maquete

Figura 100. *Acrópolis*, n. 217, out./nov. 1956. Concurso para o Senado Federal – Rio de Janeiro. Segundo Lugar. Autores: Henrique Mindlin e equipe.

Uma das premissas do projeto classificado em segundo lugar é considerar a possibilidade de construção por etapas (demanda do programa do concurso, segundo o autor). Dessa forma, o “partido” adotado propõe concentrar as principais atividades em um bloco vertical, separando os plenários em um volume separado, horizontal, fora da projeção do primeiro. No memorial descritivo o autor menciona o projeto do MES e a sede das Nações Unidas em Nova Iorque como referências nesse tipo de articulação.

No que se refere à implantação do edifício e a preocupação com a insolação, a postura é radicalmente oposta ao projeto vencedor. O segundo lugar propõe uma implantação fundamentada na melhor orientação sob o ponto de vista do conforto térmico:

... a colocação do bloco vertical em perpendicular ao eixo da avenida Rio Branco (...) é também a que melhor resolve os problemas de insolação, além de permitir que a maior parte das salas de trabalho se beneficie de vista livre para o mar. A colocação do bloco ao longo do eixo da avenida Rio Branco [opção adotada pelo projeto vencedor], além de mutilar a composição formal da praça, resultaria numa solução inadequada do problema de insolação (...) (ANTEPROJETO PARA O SENADO FEDERAL, 1956)

A Ata de Julgamento não foi publicada nas revistas mencionadas.

Plano Piloto para a Nova Capital: a regra do jogo

Módulo, n. 2, ago. 1955.

Habitat, n. 26, jan. 1956.

Acrópole, n. 209, fev. 1956.

Módulo, n. 4, mar. 1956.

Acrópole, n. 210, mar. 1956.

Acrópole, n. 211, abr. 1956.

Habitat, n. 31, jun. 1956.

Acrópole, n. 214, jul. 1956

Acrópole, n. 215, ago. 1956

Acrópole, n. 217, out. 1957

Acrópole, n. 221, mar. 1957

Acrópole, n. 256, fev. 1960

O concurso para o Plano Piloto - Brasília já foi objeto de importantes pesquisas e publicações (BRAGA, 2010; BRAGA, 2011; TAVARES, 2014, entre outras), que abordam de forma ampla e detalhada, em seus enfoques particulares, o histórico e o resultado do processo, assim como os planos potenciais para a Nova Capital. Ainda assim, e talvez por isso mesmo, a cada vez que o assunto é revisitado revelam-se novas possibilidades reflexivas, não apenas sobre o evento específico, mas também sobre seus desdobramentos em questões de interesse da disciplina e da profissão. Neste trabalho são apresentadas algumas dessas reflexões, com enfoque especial na construção das regras do jogo e na recepção editorial do concurso nas revistas especializadas.

O concurso para a Nova Capital foi idealizado como um instrumento ao mesmo tempo técnico, corporativo e político: uma competição aberta para que se escolhesse, entre os competidores e suas soluções, a mais apropriada aos olhos do Júri, sob o olhar atento e as cobranças da profissão (arquitetos e urbanistas) e que ao mesmo tempo não colocasse em risco as metas do Presidente da República, em um contexto político conturbado. Em resumo, era necessário buscar equilíbrio entre as premissas técnicas, as demandas corporativas e os anseios políticos. Para isso, o primeiro passo seria definir as regras que permitissem o controle e o equilíbrio desejados dos diversos interesses que estavam em jogo.

Em março de 1955 foi publicado o primeiro número da revista *Módulo*, iniciativa de Oscar Niemeyer, arquiteto de confiança do então governador de Minas Gerais, que seria eleito Presidente da República em outubro de 1955: Juscelino Kubitschek. A eleição foi realizada em período conturbado da política brasileira, no ano seguinte ao suicídio de Getúlio Vargas, e ainda sob ameaças de golpe militar. JK, como amplamente registrado na historiografia, foi eleito com base em campanha desenvolvimentista que tinha como uma das principais metas a construção da Nova Capital.

O lançamento da revista* “teria resultado da necessidade percebida pelo arquiteto Oscar Niemeyer e seus colaboradores de firmar seu discurso arquitetônico e preparar o meio

* A direção editorial da *Módulo*, além de Niemeyer, contava ainda com Joaquim Cardozo, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Rubem Braga e Zenon Lotufo, entre outros colaboradores.

profissional e a opinião pública para uma encomenda que já estava certa, apesar de ainda não oficialmente anunciada”: os projetos para a Nova Capital (SOBREIRA e RIBEIRO, 2016).

O número 2 da revista *Módulo*, publicado em Agosto de 1955, traz nota intitulada “Planejamento da Futura Capital Federal” (MÓDULO, 1955). A nota abre com referência ao regulamento para concursos de arquitetura aprovado pelo IAB em 1952, que teria por finalidade “proteger os interesses da classe, ao mesmo tempo que visa ao desenvolvimento da boa arquitetura” e, na sequência, traz trechos de carta apresentada pelo então presidente do IAB, Paulo Antunes Ribeiro (que viria a integrar a comissão julgadora do concurso para o Plano Piloto), ao Presidente da República*, da qual destacamos o seguinte trecho:

... que sejam tomadas as providências necessárias aos objetivos de se obter a contribuição de técnicos do mais alto valor, através a sua seleção por concurso de projetos para a nova Capital. (...) Recomenda-se, mesmo, em projetos de tal monta, a seleção em duas etapas.

Em Janeiro de 1956, no mesmo mês da posse de JK como Presidente da República, foi publicado artigo do jornalista Geraldo Ferraz no número 26 da revista *Habitat*†. Ferraz era o editor responsável pela seção de Arquitetura. No artigo, intitulado “Deve-se sempre proceder a concursos de arquitetura” (FERRAZ, 1956) o jornalista e crítico de arte, convoca os arquitetos a uma postura efetiva em defesa dos concursos:

Visa-se, com isto, além da prática dessas excelências a atingir, uma renovação nos valores humanos que intervirão na história da construção das cidades e dos edifícios. Visa-se eliminar o ‘medalhão’ garantido pelos favores da autoridade e dos responsáveis – impedindo que o ‘medalhão’ seja empregado como cartaz de propaganda, o que implica numa nova feição do mercantilismo arquitetônico facilmente exemplificável. Mas se visa, também, a que surjam novos valores na concepção e nos fatores dos melhores projetos, aparição que se tornaria impossível sem que essas questões fossem encaminhadas pela livre escolha entre propostas diversas, apresentadas sob estrito sigilo. (FERRAZ, 1956, p.26)

O artigo de Ferraz foi publicado entre os efeitos e as tensões de uma série de eventos que envolviam encomendas diretas de projetos ao mesmo arquiteto, Oscar Niemeyer: o Complexo do Ibirapuera; o Paço Municipal de São Paulo e os projetos para a Nova Capital, cuja forma de contratação ainda não estava oficialmente anunciada, mas já era objeto de especulações diante dos debates políticos em curso sobre a transferência da capital e o prestígio de Niemeyer junto ao recém-empossado Presidente da República.

* Na ocasião (Agosto de 1955), o presidente interino era Café Filho, que assumiu a presidência após a morte de Getúlio Vargas, mas se afastou do cargo em novembro de 1955. JK ainda não havia tomado posse como Presidente, mas os debates em torno da Nova Capital faziam parte do cotidiano nacional.

† A *Habitat - Arquitetura e Artes no Brasil* foi fundada em 1950, na sequência da criação do Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 1947, sendo interrompida em 1965 no quadro politicamente conturbado posterior ao golpe militar. Com periodicidade irregular, contou em sua editoria com seus fundadores Lina Bo e Pietro Bardi (à sua frente até 1954), Flávio Motta, Abelardo de Souza e, na última fase, Geraldo Ferraz (1954 até o último número), entre outros colaboradores.

Em fevereiro de 1956, no número 209 da *Acrópole*, foi publicada nota - no boletim do IAB-SP - intitulada “A Nova Capital e os arquitetos”, em que eram apresentadas cobranças do Instituto às autoridades sobre a necessidade de participação dos arquitetos brasileiros e da realização do concurso. No mês seguinte, em março de 1956, no número 4 da revista *Módulo*, foi publicada entrevista exclusiva com o Presidente Juscelino Kubitschek, em que era citada a necessidade de planejamento para a futura Capital, porém sem referências ao concurso. Naquele mesmo mês a *Acrópole* (n.210, 1956) publicou artigo intitulado “O IAB e a Nova Capital”, em que o Instituto ratificava a cobrança de participação dos arquitetos brasileiros no projeto e a necessidade do concurso público. Nessa nota foi apresentada a transcrição de trechos de Ofício enviado pelo IAB à Presidência da República, que continha as premissas do Instituto para o edital do concurso para a Nova Capital:

...necessidade de escolher profissionais que participem desde o início dos trabalhos de planejamento definitivo; princípio de concurso público para a escolha desse profissional, ou profissionais ou equipe; o concorrente será brasileiro, podendo posteriormente completar sua equipe com profissionais estrangeiros; constituição de comissão especial de concurso, que prepararia o edital com participação de representante do LAB; constituição de júri, integrado por três urbanistas estrangeiros de renome internacional, dois representantes do LAB, um representante das associações de engenheiros brasileiros, um representante do Presidente da República, sob a presidência do presidente da autarquia; o concurso para escolha de profissional se basearia numa apresentação da ordenação dos trabalhos que deverão constituir o planejamento definitivo, assim como um estudo inicial do plano regional e urbano; princípio da defesa e debate oral dos projetos concorrentes”. (IAB-SP, 1956, s.p.)

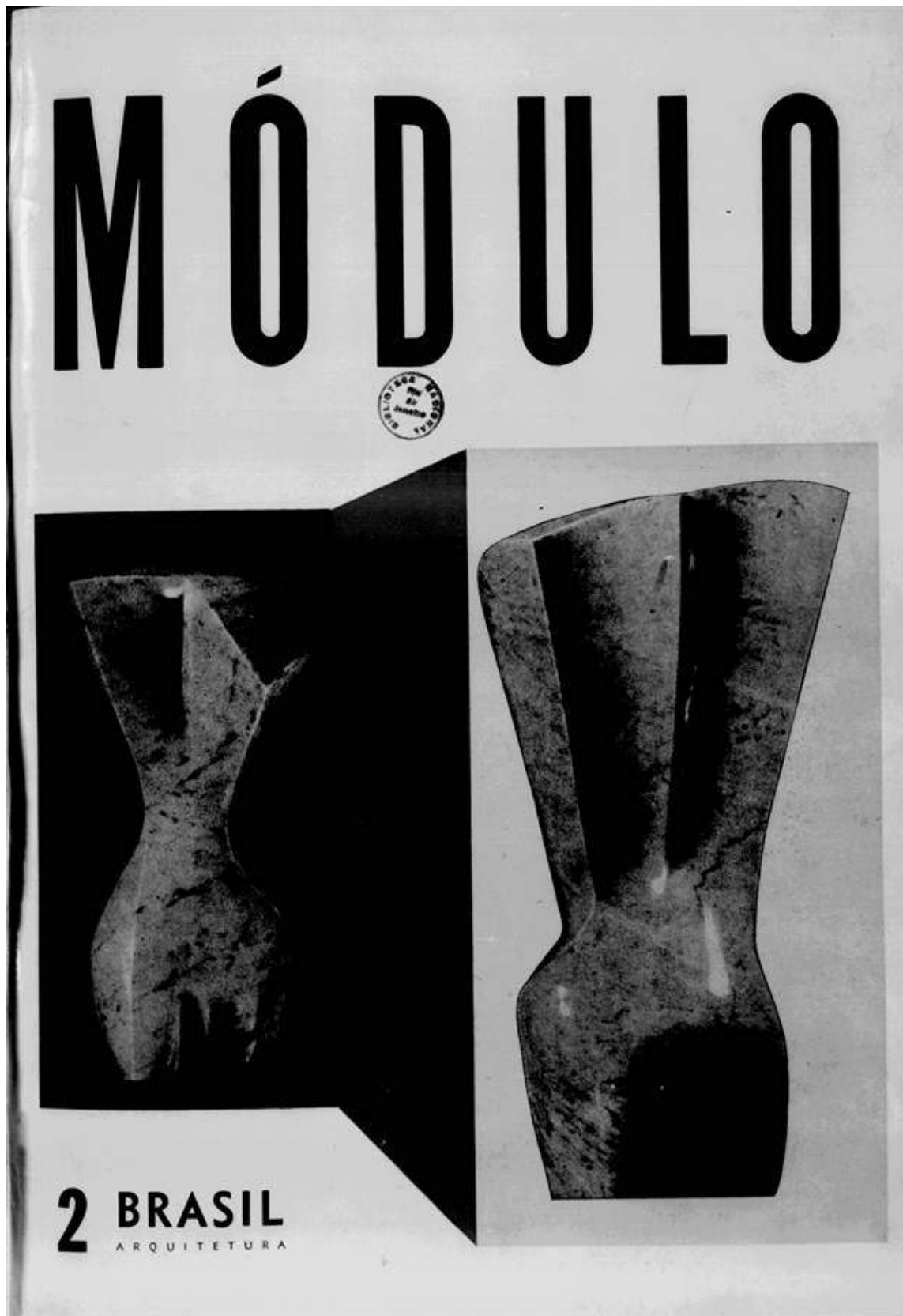


Figura 101. Capa da *Módulo*, n. 2, ago. 1955.

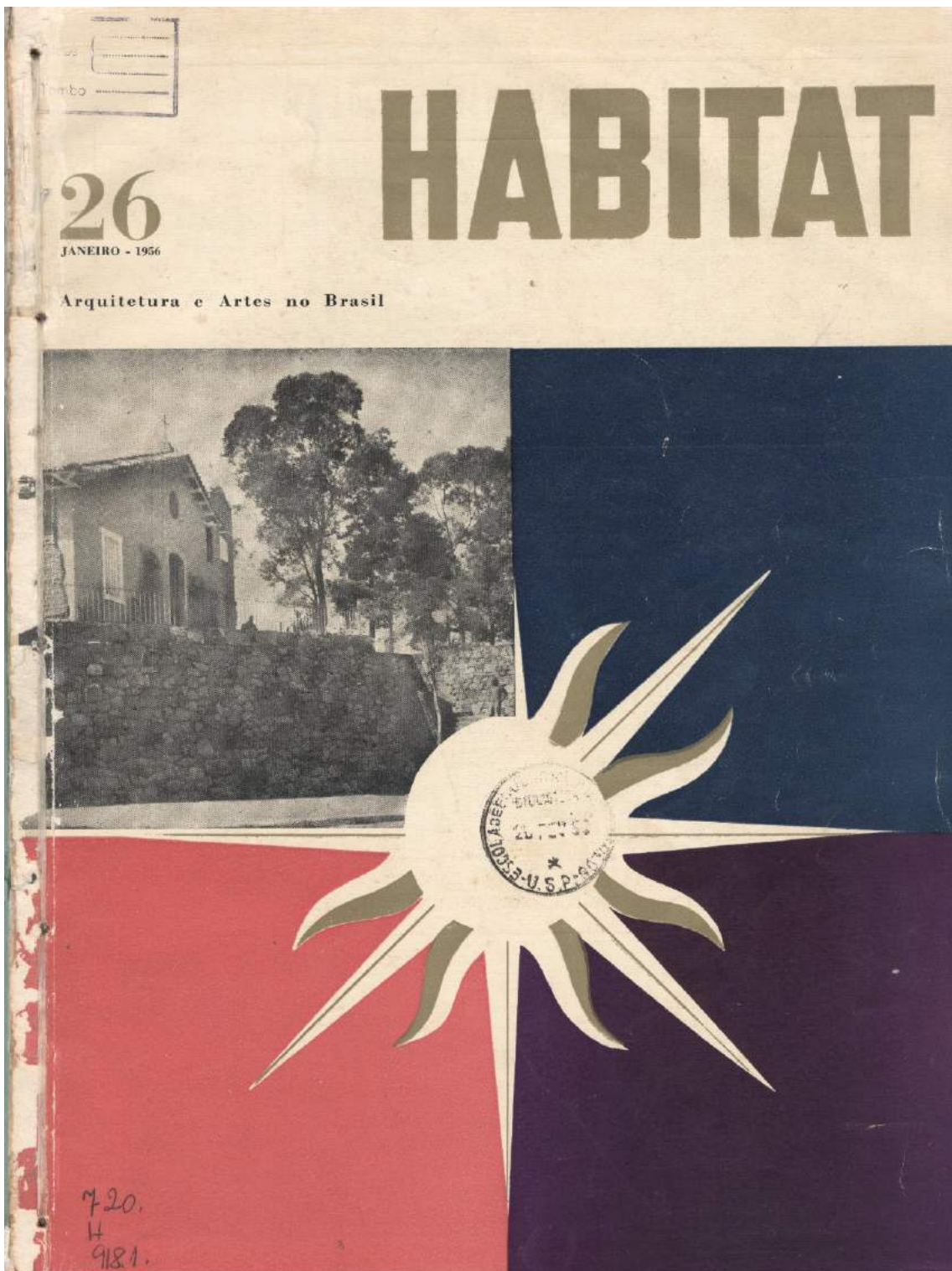


Figura 102. Capa da *Habitat*, n. 26, jan. 1956.

Geraldo Ferraz

Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura

Um tema a se transformar em «ação» a que devem tender esforços da escola e dos órgãos representativos dos arquitetos

Anunciei a dois arquitetos que iria tratar num artigo de concursos de arquitetura. O assunto está em foco. Acaba de se realizar um grande concurso para um edifício oficial, o do Senado, no Rio de Janeiro. Um concurso deve ser aberto, na cidade onde trabalho, para um teatro municipal em pequena escala, como cabe a uma cidade de 200 mil habitantes. Solicitaram-me mesmo o regulamento para concursos de arquitetura do Instituto de Arquitetos do Brasil, esse regulamento aprovado há apenas três anos, mas que tão pouco tem influído. . . Anunciei, então, que pretendia escrever este artigo, e os dois arquitetos amigos, velhos amigos de um quarto de século de relações sempre cordiais, manifestaram, nas ocasiões em que conversamos, pontos de vista divergentes: para um tratava-se de assunto realmente importante e que precisava ser cuidado com interesse veemente, em benefício da categoria profissional-artística dos arquitetos e da prática da boa arquitetura; o outro considerava que se tratava de um quixotismo a mais, de minha parte, e que o articulista iria perder espaço e argumentação. O filhotismo predomina, de braços dados com a genrocracia, quando não fica a coisa em plano de amizade, de relações de grupo, político ou econômico, etc., e o pensamento que recomenda o concurso não tem qualquer probabilidade de êxito. Pode-se fazer propaganda de uma orientação nesse sentido, acrescentava o opositor, mas, para que, se não haverá repercussão do princípio, na autoridade pública ou nos responsáveis pelo empreendimento privado?

O articulista, entretanto, sempre considerou seu rumo ir contra a realidade, contra as dificuldades que dela emergem, porque sempre se lhe deparou que a realidade não corresponde àquilo que é melhor, que é mais certo, que deve ser feito, principalmente nos casos de arquitetura e de urbanismo, em que, apesar de tanta fama e de tanta celebridade consagrada, ainda continuamos marcando passo, ainda arranhamos a superfície das grandes possibilidades de trabalho que se nos oferecem: daí a resolução escolhida, o quixotismo, se quiserem, destas linhas. . .

DEDICATÓRIA DE UM ARTIGO

Ao aprovar o regulamento para concursos de arquitetura, a assembléia geral do Instituto de Arquitetos do Brasil resolveu, também, "recomendá-lo aos governos da União, dos Estados e Municípios, e, bem assim, às Associações e particulares, colocando-se à disposição dos interessados, entidades oficiais ou particulares, para colaboração nesse sentido, com o único objetivo de melhor êxito para o certame". Este será o conteúdo da dedicatória deste artigo, porquanto é ele feito em homenagem a todas as autoridades e aos responsáveis pela edificação do que quer que seja a destacar em Arquitetura e em Urbanismo — desde que se trata de obter o máximo, o melhor, das soluções que se desejarem para os problemas em vista. Visa-se, com isto, além da prática dessas excelências a atingir, uma renovação nos valores humanos que intervirão na história da construção das cidades e dos edifícios. Visa-se eliminar o "medalhão" garantido pelos favores da autoridade e dos responsáveis — impedindo que o "medalhão" seja empregado como cartaz de propaganda, o que implica numa nova feição do mercantilismo arquitetônico facilmente exemplificável. Mas se visa, também, a que surjam novos valores na concepção e nos fatores dos melhores projetos, aparição que se tornaria impossível sem que essas questões fossem encaminhadas pela livre escolha entre propostas diversas, apresentadas sob estrito sigilo.

O princípio que aqui fica, informando esta dedicatória, é, portanto, moralizador, tornando-se suscetível de despertar um progresso no rumo da melhoria das soluções a se obterem, quanto no quadro mais amplo da elevação do nível profissional, pela distribuição, porventura, melhor obtida, dos projetos entre competidores, e a colocação, sempre, da importância qualitativa em primeiro lugar.

RAZÕES DA DEDICATÓRIA

Há motivos ponderáveis para que fique aqui colocada a questão direta da dedicatória. A recomendação dos considerandos do regulamento para concursos de arquitetura do IAB é o eixo de toda esta questão: se autoridade e responsáveis não tomarem em consideração os concursos, e, aqui, a sua propaganda, tudo será em pura perda. Mas a dedicatória funciona também para o interesse daqueles que se tornarem pregadores do comportamento que aqui se preconiza. O que visa o articulista é uma "ação" e

Figura 103. *Habitat*, n. 26, jan. 1956.

Artigo de Geraldo Ferraz: *Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura.*

N. E. D. A. B.

No dia 20 p.p., foi eleita a nova diretoria do NEDAB, constituída pelo arquiteto Bernardo Castelo Branco, como presidente e pelo estudante Claus Peter Berger, como secretário.

O NEDAB., em conjunto com os grêmios das faculdades de arquitetura, e com o I. A. B., está programando um ciclo de conferências sobre "Casa Popular", convidando para tanto o arquiteto Afonso Eduardo Reidy.

É intenção do NEDAB, debater o assunto tão em pauta atualmente, apresentando a opinião do arquiteto Reidy, estudioso e idealizador de uma das soluções.

Como se sabe, com a disposição do Governo Estadual e os passos iniciais já tomados, esses debates e o ciclo de conferências programado poderá dar uma real e substanciada opinião à Comissão encarregada de propôr as soluções para o alarmante problema da Casa Popular em nosso Estado.

PROBLEMAS DE ARQUITETURA

Sob os auspícios da Reitoria e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da U. S. P. será promovido no Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas um curso de extensão universitária sobre "Problemas de Arquitetura", a cargo de prof. Rino Levi e do Arquiteto Roberto Cerqueira Cesar, professores daquela escola. As aulas serão ministradas às 21 horas dos dias 4, 10, 17 e 24 próximos com o seguinte programa: dia 4 "Urbanismo" estacionamento e problemas correlatos → necessidade da limitação da altura dos edifícios", prof. Rino Levi; dia 10, "concepção de projeto hospitalar" prof. Rino Levi; dia 17, "Clima e Arquitetura", prof. Roberto Cerqueira Cesar; dia 24, "Arquitetura residencial" prof. Roberto Cerqueira Cesar.

O IAB E A NOVA CAPITAL

A mudança da capital federal, obedecendo a preterito acompanhado com cuidado e discreção as atividades localizações, fazendo alarde em fase em que o silêncio significa a possibilidade de participar, de colaborar num empreendimento urbanístico de grande vulto, uma tarefa importante para os profissionais nacionais.

Baseadas nestas considerações preliminares, as diretorias de departamentos e do órgão central do IAB têm acompanhado com cuidado e discreção as atividades da Comissão de Localização da Nova Capital Federal; era óbvio certo sigilo nos trabalhos dessa comissão e o IAB nunca interferiu nos trabalhos de localização, fazendo alarde em fase em que o silêncio fosse mais importante. No entanto, fez sentir em diversas ocasiões, o desejo de participação dos arquitetos brasileiros em tão magno problema. Durante o ano de 1955, em Janeiro, em Agosto, em Setembro e

em Novembro, — em officios dirigidos ao Presidente da CLNCF e ao Presidente da República, tanto pelo órgão central como pelo Departamento de São Paulo (em duas ocasiões), mostrava-se a importância da classe no panorama da cultura nacional e da vida profissional, indicava-se quanto os arquitetos nacionais se tinham preocupado com problemas mais gerais que atingiam toda a nacionalidade, seu grau de participação e, finalmente, o prestígio que suas produções gozavam internacionalmente, com justiça. Fazia-se sentir a necessidade de chamar esses profissionais a participar dos trabalhos de planejamento, indicando-se desde então o interesse na promoção de concursos públicos, dando oportunidade à seleção de valores.

O problema amadureceu rapidamente, de modo especial após a escolha definitiva do local da nova Capital e as declarações repetidas e contraditórias do presidente da CLNCF, indicando pouca clareza a respeito da orientação que teriam os trabalhos de planejamento. Decidiu-se estudar em linhas gerais a forma de participação do IAB e dos arquitetos nacionais no planejamento e entregar ao Presidente da República, por sugestão de S. Excia., um memorial com opiniões gerais e indicações. A comissão especial nomeada para este fim foi composta pelos colegas Reidy, Saldanha, Modesto, Niemeyer e Oliveira Neto. Seu parecer foi discutido em Assembléia Geral Extraordinária convocada pelo Dep. de São Paulo, recebendo sugestões sobre alguns pontos. Estas sugestões foram levadas à reunião especial do Conselho Diretor do órgão central, pelos colegas Ribeiro de Moraes e Jorge Wilhelm. Nesta reunião, leu-se o parecer e discutiu-se a anexa minuta do officio a ser entregue ao Presidente da República.

Neste officio se fazia um histórico breve da participação do IAB no problema e se definiam certos princípios defendidos, a saber: necessidade de dar eficiência e rapidez ao empreendimento; necessidade de escolher profissionais que participem desde o inicio dos trabalhos de planejamento definitivo; principio de concurso público para a escolha desse profissional, ou profissionais ou equipe; o concorrente será brasileiro, podendo posteriormente completar sua equipe com profissionais estrangeiros; constituição de comissão especial de concurso, que prepararia o edital com participação de representante do IAB; constituição de júri, integrado por três urbanistas estrangeiros de renome internacional, dois representantes do IAB, um representante das associações de engenheiros brasileiros, um representante do Presidente da República, sob a presidência do presidente da autarquia; o concurso para escolha de profissional se basearia numa apresentação da ordenação dos trabalhos que deverão constituir o planejamento definitivo, assim como um estudo inicial do plano regional e do urbano; principio da defesa e debate oral dos projetos concorrentes.

Estas idéias gerais, consubstanciadas no officio entregue, são o resultado dum longo debate do qual puderam participar todos os sócios paulistas, convocados para assembléia especial, — assim como os de outros departamentos, informados pelo órgão do IAB. O órgão central está acompanhando atualmente o desenvolvimento do problema.

Em resumo, o concurso idealizado pelo IAB deveria ser: a) exclusivo para profissionais brasileiros; b) comissão julgadora com membros nacionais e internacionais indicados pelo Instituto; c) o concurso não seria baseado no anonimato (haveria, inclusive, a defesa oral do projeto); d) o IAB participaria da comissão responsável pela preparação do edital. Percebe-se claramente a intenção do IAB de ter domínio sobre as regras do jogo, com o objetivo de garantir um formato que julgava mais apropriado à profissão, o que certamente foi interpretado pelas autoridades como um risco à autonomia dos políticos e gestores sobre o concurso para a Nova Capital e sua construção. Vale ressaltar, nesse sentido, o histórico de aversão a concursos, por parte de Juscelino Kubitschek, diante do episódio do concurso para o Complexo da Pampulha, antes da contratação de Oscar Niemeyer, no início dos anos 1940, mencionado anteriormente. Enfim, de acordo com a experiência passada do Presidente recém-eleito, realizar um concurso para escolher o projeto do que seria o maior símbolo de sua gestão e de sua vida (a Nova Capital) era um grande risco. O “caminho natural”, na sua visão, seria a contratação de seu arquiteto de confiança, Oscar Niemeyer, que acabou assumindo importante (e questionado) papel na intermediação do processo do concurso.

Em abril de 1956 foi publicada no Boletim do IAB-SP da *Acrópole* (n.211) a nota intitulada “O Presidente da República e o IAB”, segundo a qual JK teria entregue o encargo de organizar o concurso ao Instituto, o que não se confirmou, uma vez que a elaboração do edital ficou sob a responsabilidade da comissão instituída pelo Presidente da República, sem a participação oficial do IAB.

Na revista *Habitat* (n.31, 1956), em junho do mesmo ano, foi publicado artigo intitulado “Opiniões e diretrizes do Presidente da República”, certamente de autoria de Geraldo Ferraz, responsável pela editoria de Arquitetura da revista. Trata-se de artigo que faz referência a uma entrevista concedida pelo Presidente ao jornalista Flávio de Aquino. No artigo a editoria da revista cobra de Juscelino Kubitschek a realização - “sempre” - de concursos públicos:

Não sabemos porque o presidente da República, que põe um clima de liberdade condicionando o pensamento artístico e a autenticidade, em primeiro plano, não quis fazer referências à necessidade de optar o poder público pela realização SEMPRE de concursos públicos (...) Não conhecemos outro método oficial para que haja incentivo e adequada cooperação, no desenvolvimento das artes plásticas, incluindo nelas arquitetura e urbanismo, do que o cotejo das soluções em relação aos objetivos de construção, de determinação de obra de caráter público. (HABITAT, 1956, s.p.)

Na sequência, o artigo afronta diretamente o Presidente da República e suas preferências pessoais na escolha do arquiteto de confiança para suas obras:

Se o presidente da República vier a adotar essa orientação [o concurso], e dela não se afastar, para benefício deste ou daquele arquiteto ou pintor, destes ou daqueles grupos de artistas, ele

dará também um remate aos rumores de suas preferências para com estes ou aqueles nomes, o que é imprescindível, no papel que lhe cabe de presidir aos brasileiros, sem facção, e sem individualizar a sua estima e a sua consideração, pois o que importa é o meio técnico e profissional, e não estes ou aqueles artistas ou técnicos. (...) O presidente da República não tem outro caminho a seguir a não ser esse, de estabelecer SEMPRE concursos de projetos, quando se trate de incentivar a arte nacional. (HABITAT, 1956, s.p.)

A abordagem direta e contundente do artigo é um reflexo claro das tensões em torno dos rumores sobre a iminente contratação de Oscar Niemeyer para realizar o projeto da Nova Capital, o que frustraria as expectativas em torno do concurso.

Em Julho de 1956, na *Acrópole* (n.214), foi publicado o artigo “Novamente a Capital Federal” (Boletim do IAB-SP), que apresenta transcrição de ofício enviado pelo IAB (Departamento Central, presidido por Ary Garcia Roza) ao Presidente da República. No documento são apresentadas críticas sobre a ausência de estudos técnicos que pudessem subsidiar a elaboração do plano para a Nova Capital e, ao mesmo tempo, recomenda uma série de estudos e avaliações necessários, com destaque para a importância de “integração entre Plano Regional e Plano Urbanístico”. No documento são ressaltadas ainda a necessidade de restrição do projeto aos profissionais diplomados e brasileiros e a importância do concurso, como “melhor critério para seleção dos valores (...), em obediência às normas recomendadas para obras de caráter monumental”. A norma a que se refere o documento é a Lei 125, de 1935 assinada por Getúlio Vargas, ainda vigente à época do concurso para o Plano Piloto, apesar de frequentemente ignorada (inclusive pelo próprio autor da Lei, como demonstra o episódio do Concurso para o Ministério de Educação e Saúde, citado anteriormente).

SUMÁRIO

Defeitos, lapsos e absurdos na organização dos salões oficiais	1
Opiniões e diretrizes do Presidente da República	2
Mesa redonda no Museu de Arte Moderna — E. Paçote	3
Perguntas de um estudante — Ubi Hava	5
Aldemir Martins, Prêmio Internacional de Desenho em Veneza — José Geraldo Vieira	8
Atual fase do Atelier Abstração	11
Os desenhos de Darcy Pentead	14
V Salão Nacional de Arte Moderna no Rio de Janeiro	16
Gerações novas: Maria Bonomi	20
Chark Brandt	22
Karl Plattner — Gino Severini	24
Análise da evolução de Karl Plattner — Manuel Germano	24
Insígnias arcaicas do Japão	26
Claudio Filho — Yvone Jean	27
Réplicas, Facsímiles e Calligramas — Yvone Jean	28
Movimento artístico estrangeiro e nacional	30
Problemas de arquitetura urbana — arq. Milton Carlos Ghiraldini	32
Primeiro esquema de um «Metropolitano» para São Paulo	34
Monumento nacional aos Mortos da II Grande Guerra — arqs. Heio Ribas Marinho e Marcos Konder Netto	37
A arquitetura da sociedade industrial — arq. Paulo F. Santos	38
Conjunto Hospitalar «Oswaldo Cruz», Rio de Janeiro — arq. Benjamin de A. Carvalho	43
Individualidades na história da atual arquitetura no Brasil IV, M. M. M. Roberto — Geraldo Ferraz	49
Residência em Macaé, Alagoas — arq. Lygia Fernandes	67
Edifício Astro, Santos — Escrit. Téc. Luiz Muxi	70
Residência no Sumaré, bairro de São Paulo — Biaggi Ltda.	73
Crônicas de Arte	74
Noticiário	76

ASSINATURAS

Brasil:	
(12 números anuais) porte simples	Cr\$ 400,00
(12 números anuais) porte registr.	Cr\$ 460,00
Exterior:	
(12 números anuais) porte registr.	US\$ 15,00

NÚMEROS AVULSOS

Brasil:	
Porte simples	Cr\$ 40,00
Porte registr.	Cr\$ 45,00
Exterior:	
Porte registr.	US\$ 1,50

NÚMEROS AVULSOS ATRASADOS

Brasil:	
Porte simples	Cr\$ 70,00
Porte registr.	Cr\$ 75,00
Exterior:	
Porte registr.	US\$ 1,75

Opiniões e diretrizes do Presidente da República

Raramente ocorre que um presidente da República possa falar sobre um tema de significação cultural, recorrendo à sua própria experiência vivida, em abono das grandes idéias dominantes no mundo da criação artística ou intelectual, atitude que é a que nós queremos referir, quando acima colocamos as palavras "tema de significação cultural". Raramente isto pode acontecer, dado que a política, a carreira política, de que é expoente um primeiro mandatário do país, não se alicerça, senão acidentalmente, no cultivo das coisas da inteligência e das artes. É claro que poucos países podem se arrojar a possibilidade de ter nos seus altos postos de administração e de representação política, homens da envergadura de um Paderewsky, na presidência da Polónia, ou de um Luigi Einaudi, na presidência da Itália — altas expressões da arte e da cultura. Mesmo muito mais modestamente, poucos são os nossos homens públicos que podem revelar, com autoridade, o seu interesse pelas artes e letras.

Com o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira aconteceu que sua atuação anterior, na prefeitura de Belo Horizonte, envolve uma história de participação no desenvolvimento da arquitetura em Minas Gerais, onde o Conjunto de Pampulha constituiu um passo decisivo, no sentido de marcar-se a passagem daquele então governador da capital mineira, por uma obra realmente singular, que constitui, sem dúvida alguma, a "ouverture" da carreira autônoma do grande arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer Soares Filho. Com esse "background" na administração da capital do seu Estado, o sr. Juscelino Kubitschek, sem favor algum, é um presidente que tem direito de falar sobre arquitetura, manifestando-se a respeito com inteira autoridade, e daí o interesse com que se pode ler a sua entrevista recolhida pelo jornalista e crítico de arte Flávio de Aquino. Realmente, a opinião do presidente da República possui fundamentos, que dão margem a uma discussão, embora se limite a generalidades, e estas se achem bastante sintetizadas, na tentativa de abrangerem, pela provocação das questões formuladas, as promessas e os compromissos mais altos que um chefe de governo poderia assumir em referência à vida cultural e artística do país, especificamente porém se cingindo à arquitetura e ao urbanismo.

Incentivo e proteção à arte nacional foi um dos tópicos de entrevista, no que divergimos do entrevistador: incentivo é justo e necessário, proteção, não. Entretanto, o sr. Juscelino Kubitschek respondeu dentro da pergunta, e adiantou que seria partidário da "oferta de oportunidades," isentando-se, contudo, de "orientar a formação cultural do artista ou forçar em determinado sentido as suas realizações". Não sabemos porque o presidente da República, que põe um clima de liberdade condicionando o pensamento artístico e a autenticidade, em primeiro plano, não quiz fazer referências à necessidade de optar o poder público pela realização SEMPRE de concursos públicos, de que participem os órgãos profissionais representativos dos artistas, como um comitê executivo da "oferta de oportunidades" que preconiza. Parece-nos que tudo o mais, como uma vaga assecuração de "condições de trabalho que o elevem (ao artista) na sociedade" ou um círculo de "condições materiais adequadas", ou ainda "respeito público" ao artista, que o presidente considera entre suas obrigações, seria tão dispensável, como a noção de proteção, que não vemos em que medida os artistas poderiam aceitar, e ainda mais em se tratando de arquitetos, de artistas plásticos. Perguntaríamos, no caso do reporter, ao presidente da República, se éle vai adotar SEMPRE a orientação dos recursos da arquitetura, urbanismo, decoração, etc., e se influirá, SEMPRE, por que assim ocorra nas administrações dos Estados e das Cidades como diretriz geral do seu governo, já que se trata de oferecer oportunidades e todos... Não conhecemos outro método oficial para que haja incentivo e adequada cooperação, no desenvolvimento das artes plásticas, incluindo nelas arquitetura e urbanismo, do que o cotejo das soluções em relação aos objetivos de construção, de determinação de obra de caráter público.

Se o presidente da República vier a adotar essa orientação, e dela não se afastar, para benefício deste ou daquele arquiteto ou pintor, destes ou daqueles grupos de artistas, éle dará também um remate aos rumores de suas preferências para com estes ou aqueles nomes, o que é imprescindível, no papel que lhe cabe de presidir aos brasileiros, sem facção, e sem individualizar a sua estima e a sua consideração, pois o que importa é o meio técnico e profissional, e não estes ou aqueles artistas ou técnicos. Se reconhecemos ao presidente da República autoridade para falar sobre arquitetura, urbanismo, artes plásticas, dele reclamamos a isenção do magistrado perante os fatos iminentes em que vier a intervir, e de que a futura capital federal, de suas cogitações, se apresenta como a maior possibilidade. O presidente da República não tem outro caminho a seguir a não ser esse, de estabelecer SEMPRE concursos de projetos, quando se trate de incentivar a arte nacional — achamos que a "proteção", os artistas, os arquitetos e os urbanistas, poderão e deverão dispensar. Julgado o seu valor e a sua autenticidade, o que eles precisam, apenas, é de justiça, na atribuição dos trabalhos que o poder público pretender. Justiça, não proteção. Justiça, não preferência pessoal.

Figura 105. *Habitat*, n. 31, jun. 1956.
Editorial: *Opiniões e diretrizes do Presidente da República*.

O documento é finalizado com a defesa de que o IAB fosse o responsável pela organização do concurso, inclusive pela definição do programa e pela composição do júri. A esse respeito, o IAB apresenta uma lista de arquitetos e urbanistas, da qual deveriam ser selecionados os três integrantes estrangeiros da comissão julgadora, “considerando a necessidade de garantir na realização da obra o espírito e os princípios mais adiantados do urbanismo”. São apresentados os seguintes nomes: Walter Gropius, Richard Neutra, Percy Marshall, Max Lock, Alvar Aalto, Clarence Stein, Le Corbusier e Mario Pani. O documento submetido pelo IAB foi resultado de discussões conduzidas pelo instituto, com a participação de membros não apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas também de outras partes do país. É importante ressaltar que naquele momento, a Arquitetura e o Urbanismo nacionais expressavam certa diversidade propositiva e reflexiva, já sob os efeitos da crítica internacional em torno dos princípios canônicos do movimento moderno (ACAYABA e FICHER, 1982; SEGAWA, 1998; BASTOS e ZEIN, 2011). A diversidade de nomes (e visões) que observamos na lista de potenciais membros estrangeiros indicados pelo IAB é uma indicação de que os “princípios mais adiantados do urbanismo” guardavam certa diversidade e, até certo ponto, divergências e controvérsias. O edital foi publicado no mês seguinte, em 19 de setembro de 1956. Nenhum dos nomes sugeridos pelo IAB foi acolhido pela comissão organizadora do concurso. O edital foi elaborado pela Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, presidida não por um arquiteto, mas por Ernesto Silva, médico e oficial do Exército. O edital foi publicado na íntegra na revista *Acrópole*, na edição 215 (setembro, 1956) seguido de trechos de entrevista concedida pelo arquiteto Garcia Roza, presidente do IAB - Departamento Central (Rio de Janeiro) ao jornal *Última Hora* em 28 de setembro, em que apresentava críticas ao documento e aos procedimentos da Comissão:

A mudança da Capital do Brasil não é um simples loteamento de terras. Sua realização exige estudos especializados, abrangendo vários aspectos, em vista do impacto que causará na região (...) e que passará a ser o centro de todas as atrações, tanto do ponto de vista administrativo, quanto do econômico e social”. (...) “O referido edital (...) vem causando, nos meios arquitetônicos brasileiros, intensa e desagradável repercussão, uma vez que não vem de encontro ao sugerido pelo Instituto. (IAB-SP, 1956)

O arquiteto Garcia Roza solicitava, em nome do IAB, revisões no edital do concurso, em especial, nos itens 4 (o que deveria ser apresentado pelos concorrentes); 8 (composição da comissão julgadora), 15 (garantia de contratação do projeto vencedor) e 23 (contratação dos projetos dos futuros edifícios da Nova Capital). Na Tabela 1 é apresentada uma síntese comparativa entre as recomendações do IAB e o que foi finalmente publicado no edital do concurso para o Plano Piloto da Nova Capital.

Tabela 1 - Síntese Analítica - Edital do Concurso para o Plano Piloto - Brasília

Tópico	Recomendação do IAB	Edital Publicado
Abrangência	Nacional (profissionais brasileiros)	Nacional (profissionais brasileiros)
Anonimato	Não	Não
Defesa dos trabalhos	Sim	Sim (não ocorreu, apesar de prevista no edital)
Objeto do Concurso	Plano Regional e Plano Urbanístico e projetos dos edifícios da futura capital	Plano Urbanístico. Os projetos dos edifícios foram encomendados a Oscar Niemeyer.
O que deveria ser apresentado pelos concorrentes	Projeto detalhado, incluindo a escala regional	Projeto sintético, limitado ao plano urbanístico da Nova Capital (item 3: “traçado básico da cidade” e “relatório justificativo”).
Atendimento ao Programa pelos concorrentes	Estrito	Flexível
Organização do concurso e redação do edital	IAB	Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Nova Capital
Indicação da comissão julgadora	IAB e Presidência da República	Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Nova Capital e Presidência da República
Composição da comissão julgadora:	03 urbanistas estrangeiros 02 representantes do IAB 01 representante das associações de engenheiros brasileiros 01 representante do Presidente da República	Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) como Presidente do Júri 02 representantes da Novacap 01 representante do IAB 01 representante do Clube de Engenharia 02 urbanistas estrangeiros
Membros estrangeiros	03 nomes indicados pelo IAB, dentro da seguinte lista: Walter Gropius, R. Neutra, Percy J. Marshall, Max Lock, Alvar Aalto, Clarence Stein, Le Corbusier e Mario Pani	O Edital foi publicado sem a identificação dos membros da comissão julgadora, que posteriormente seria divulgada. Nenhum dos membros estrangeiros pertence à lista apresentada pelo IAB: William Holford e André Sive.
CrITÉrios de Julgamento	Não há informação.	Não há informação.
Prazo	180 dias	120 dias a partir da abertura das inscrições (houve prorrogação posterior)

A definição do que deveria ser apresentado pelos concorrentes (item 4 do Edital) e o rigor com que tais produtos (ou seus eventuais desvios) seriam avaliados, reconhecidos ou descartados pelo júri foram elementos fundamentais da divergência entre as recomendações do IAB e o edital formulado pela Comissão e foram determinantes para o resultado do concurso. Em resumo, enquanto o IAB exigia projetos e informações detalhados da escala regional até a local, o edital se limitou à solicitação de um “traçado básico da cidade”, além de um “relatório justificativo” cujo nível de detalhamento ficava a critério de cada concorrente. O menor detalhamento e a maior flexibilidade do edital (e dos projetos a serem submetidos) deram mais autonomia ao Júri em seu processo de avaliação e de decisão. Além disso, tenderiam a privilegiar ideias fortes porém abertas, mesmo que tecnicamente pouco desenvolvidas, como de fato se constatou no resultado do concurso. Conforme sugeria o edital (um dos aspectos criticados pelo IAB): “Os concorrentes poderão apresentar, dentro de suas possibilidades (grifo nosso), os elementos que serviram de base ou que comprovem as razões fundamentais de seus planos”. Enfim, a fundamentação técnica das propostas e seu detalhamento era uma opção, não uma obrigação dos concorrentes.

A composição da comissão julgadora foi outro importante ponto de divergência, e certamente o mais determinante, ao compararmos a visão do IAB àquela adotada pela comissão organizadora do concurso. Afinal, de acordo com as normas do próprio Instituto (item 35), de 1952, “o prestígio do concurso, junto aos arquitetos, depende em boa parte da organização do júri”. No caso do concurso para o Plano Piloto, a composição do júri não foi divulgada na ocasião da publicação do edital, contrariando as recomendações das normas do IAB. Quando divulgado o júri, verificou-se que ao invés de uma composição de ilustres, com ideias e opiniões fortes, optou-se por uma composição que, em nosso entendimento, era mais flexível e composta por membros de menor evidência profissional e que, portanto, não entrariam em conflito com a visão de Oscar Niemeyer, peça chave da comissão e de todo o processo, não apenas por sua notoriedade nacional e internacional, mas especialmente por ser o arquiteto de confiança do Presidente da República. Pelo menos nesse aspecto preservou-se no edital publicado o espírito recomendado pelas normas do IAB, segundo a qual “deve-se evitar um júri heterogêneo, composto de elementos de tendências em choque”.

Os membros estrangeiros que integraram a comissão, apesar do reconhecimento internacional, não eram “estrelas autorais” em seus campos de atuação, nem pareciam ter o perfil de confrontação com as ideias de Oscar Niemeyer, como poderia ter sido o caso de alguns dos nomes indicados pelo IAB, como Walter Gropius, Richard Neutra, Alvar Aalto, Max Lock ou Le Corbusier. Vale ressaltar, por exemplo, que apesar do respeito e da reverência de Oscar Niemeyer a Le Corbusier, há de se considerar os atritos e confrontações travados durante o processo de “projeto colaborativo” da Sede das Nações Unidas alguns anos antes (1947-1952), em Nova Iorque (SILVA, 2017). Além disso, antes da opção pelo concurso, Le Corbusier havia se apresentado como candidato ao projeto do *Plan Pilote*, opção descartada por Juscelino Kubitschek (TAVARES, 2007). Em relação a Walter Gropius, é notório o episódio (1953) da confrontação decorrente dos comentários do arquiteto alemão sobre a Casa de Canoas e a reação de Oscar Niemeyer. A visão social e humanista de Max Lock certamente se confrontaria à ênfase formal do arquiteto carioca. O austro-americano

Richard Neutra, em suas passagens pelo Brasil até então, havia tido mais proximidades com os arquitetos de São Paulo e demonstrava abordagem mais humanista e técnica, além do pouco contato com Oscar Niemeyer (GUERRA, A. e CRITELLI, F., 2013). Os outros nomes, como do mexicano Mario Pani, o estadunidense Clarence Stein ou o finlandês Alvar Aalto, apesar dos importantes trabalhos à época e de serem respeitados em seus respectivos contextos, com boa projeção internacional, mantinham pouca relação com os arquitetos brasileiros e menos ainda com o arquiteto de confiança do Presidente.

Conforme mencionado, nenhuma das indicações estrangeiras do IAB foi aceita pela organização do concurso. A composição final do júri ficou assim definida: Israel Pinheiro (engenheiro civil, deputado federal, presidente da Novacap), como presidente do Júri (sem direito a voto); William Holford (urbanista, Inglaterra) e André Sive (arquiteto, França), representantes estrangeiros; Stamo Papadaki (Estados Unidos) e Oscar Niemeyer, representantes da Novacap; Hildebrando Horta Barbosa, representante do Clube de Engenharia; Paulo Antunes Ribeiro, representante do IAB. Os juízes efetivamente escolhidos para o jogo, à exceção do próprio Oscar Niemeyer e, em menor nível o britânico William Holford, tinham pouca expressividade no meio profissional. Os membros do júri atuaram de forma alinhada com o espírito de síntese proposto no edital, sob a hábil e discreta, porém forte presença de Oscar Niemeyer - discricção quebrada apenas anos depois quando, na publicação de suas memórias, descreveu de forma anedótica e jocosa episódios dos bastidores do julgamento (BRAGA, 2010). Stamo Papadaki havia publicado a primeira monografia internacional de Oscar Niemeyer anos antes. A aparente sintonia entre os membros do Júri foi quebrada pelo arquiteto Paulo Antunes Ribeiro, como veremos mais adiante.

O que se conjectura, enfim, é que Juscelino Kubitschek, diante das pressões dos arquitetos, aceitou promover o concurso sob determinadas condições. A principal delas certamente foi a de não perder o controle do processo. Não havia tempo nem ambiente político para surpresas desagradáveis ou impasses que impedissem ou retardassem a materialização do grande projeto. Nesse sentido, a escolha da comissão julgadora era determinante para que se alcançasse tal objetivo.

De todas as dúvidas, uma certeza: seja qual fosse o plano escolhido, os edifícios mais importantes seriam projetados por Oscar Niemeyer. Esse foi outro importante ponto de divergência entre a proposta de edital do IAB (que solicitava a realização de concurso para os edifícios) e o que foi de fato implementado. De acordo com o item 23 do edital:

A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, considerando que o planejamento de edifícios escapa ao âmbito deste concurso, decidiu que os projetos dos futuros edifícios públicos serão objeto de deliberações posteriores. (IAB-SP, 1956)

Tais “deliberações posteriores”, na verdade, já estavam definidas: Oscar Niemeyer seria o autor dos edifícios, e o meio encontrado para viabilizar tal proposta foi nomear o arquiteto como Diretor do Departamento de Arquitetura da Novacap. Sobre essa questão,

foi publicada carta de Jorge Wilhelm na *Acrópole* (n.217), no mês seguinte à publicação do edital (outubro, 1956), em que o arquiteto solicitava esclarecimentos sobre os projetos de edificações que estariam em desenvolvimento por Oscar Niemeyer para a Nova Capital, enquanto o concurso para o Plano Piloto estava em andamento. Em dezembro de 1956, na revista *Módulo* (n.06), foi publicada entrevista com Oscar Niemeyer, que fala dos primeiros projetos para a Nova Capital*:

Os prédios cuja construção está sendo iniciada na nova capital federal - declara Oscar Niemeyer - localizam-se nos limites da área a ser destinada propriamente à futura sede do Governo Federal. (...) Este simples fato mostra a preocupação da Companhia Urbanizadora em não criar limitações àqueles que estão concorrendo ao concurso para o Plano Diretor da nova capital. (...) Para a elaboração dos projetos e supervisão dos trabalhos de arquitetura (...) a Companhia Urbanizadora criou um departamento técnico, para a chefia do qual fui convidado pelo presidente da própria companhia, deputado Israel Pinheiro. (MÓDULO, 1956, s.p)

É importante ressaltar que, ao contrário do que se espera do edital de um concurso, o edital para o Plano Piloto não definiu critérios de julgamento a serem considerados pelo Júri, o que reforça a ideia de síntese e de flexibilidade desejada pelos promotores do certame. Ou, como declararia Niemeyer mais tarde, o edital “exigia o mínimo sem impedir o máximo” (MÓDULO, 1957). As definições do edital limitaram-se ao escopo e ao formato do que deveria ser apresentado (ainda assim com flexibilidade), porém não houve manifestação sobre os princípios ou as diretrizes urbanísticas que deveriam nortear os projetos. No entanto, na mesma entrevista da *Módulo* n. 06, publicada em Outubro de 1956, enquanto o concurso estava em andamento, Oscar Niemeyer expressa sua visão sobre as “possibilidades urbanísticas” da Nova Capital, claramente vinculada ao espírito de setorização das funções defendido por Le Corbusier:

Ao projeto urbanístico (...) que será fixado pelo concurso, caberá disciplinar e traçar os setores da nova cidade, dentro das funções - trabalho, descanso, diversões e cultura - de que o urbanismo moderno tanto cogita. (MÓDULO, 1956, s.p)

É importante ressaltar que esse tipo de manifestação de juízo de valor por parte de um membro do júri tem impacto relevante no processo e não pode ser encarado como uma simples declaração, em especial considerando que o edital não expressava tais valores e o concurso estava em andamento. Nas regras de um concurso, não apenas o edital publicado tem valor normativo, mas também as respostas a consultas e demais comunicações formais entre as partes, que devem ser tornadas públicas a todos os participantes e passam a integrar o que se considera “bases do concurso”. Daí a controvérsia: até que ponto manifestações públicas por membros do júri, no decorrer do processo competitivo devem ser consideradas

* É curioso observar que nessa mesma edição da *Módulo* (n.06, Outubro de 1956) foi publicado um projeto urbanístico de Oscar Niemeyer para a “Cidade Marina”, que seria construída nas proximidades do futuro Distrito Federal. Vale refletir sobre a eventual influência que a publicação de um projeto de tal natureza - elaborado por parte de um dos membros do júri (certamente o mais importante e notório) durante o processo do concurso - deve ter tido sobre os projetos para o Plano Piloto, que estavam em elaboração pelos concorrentes naquele mesmo momento.

pelos concorrentes como orientações sobre o projeto? Até que ponto podem influenciar nas tomadas de decisão por parte dos autores? Enfim, se além de tais declarações considerarmos que os membros do júri foram anunciados posteriormente à publicação do edital, constataremos que a regra estava sendo construída enquanto o jogo estava em andamento.

Na edição seguinte da *Módulo* (n.07, Fevereiro de 1957), com o concurso ainda em andamento, foi publicado o artigo “Brasil Constrói uma Nova Capital”, de autoria de J.O. de Meira Penna (MEIRA PENNA, 1957). Nesse artigo o autor, ao comentar o concurso em andamento, destaca:

Mais de sessenta arquitetos e urbanistas brasileiros, inclusive veteranos como Lucio Costa, inscreveram-se no Concurso para o Plano Piloto da nova capital, cujo edital foi publicado em setembro do ano passado. (...) O concurso visa fundamentalmente a escolha de um profissional; é antes uma competição de talentos. (MEIRA PENNA, 1957, s.p).

Observa-se aqui no mínimo uma impertinência: na revista cujo diretor era membro do Júri, um mês antes de anunciado o resultado do concurso, foi publicado um artigo que destacava, entre as dezenas de participantes, apenas o nome do “veterano” Lucio Costa. Além disso, ainda ressaltava que a notoriedade deveria estar acima da suposta qualidade dos projetos, ao afirmar que “o concurso visa fundamentalmente a escolha de um profissional; é antes uma competição de talentos”.

Em 25 de março de 1957 foi publicada no Diário Oficial a ata de julgamento do concurso para o Plano Piloto, que anunciava como vencedor o projeto de Lucio Costa. As propostas e o resultado do concurso para o Plano Piloto já foram objeto de importantes publicações e pesquisas, com análises detalhadas sobre o conteúdo e a abordagem de cada projeto premiado (BRAGA, 2010; BRAGA, 2011; TAVARES, 2014). Não cabe aqui, portanto, reabrir os debates sobre a pertinência do resultado ou a qualidade dos projetos apresentados, diante da profundidade dos estudos já realizados. O que se propõe é a seguinte reflexão: de que forma o resultado reflete as regras do jogo? Ou, posto de outra forma: em que medida as regras influenciaram o resultado do jogo?

Antes de avaliar a relação entre a regra e o resultado, propomos um breve olhar sobre a recepção e a abordagem editorial das mesmas revistas de arquitetura citadas no debate sobre a promoção do concurso e a elaboração do edital, a fim de compreender o impacto do resultado do concurso sobre a profissão, pelo menos sob a ótica dos periódicos mencionados.

A *Acrópole*, que havia sido um dos principais espaços de difusão dos debates em torno da defesa do concurso para a Nova Capital e da construção do edital, reagiu editorialmente de forma silenciosa diante do resultado. O número 221, de março de 1957, publicou (como parte do Boletim do IAB-SP), apenas meia página com a nota intitulada “Lucio Costa vence o concurso de Brasília” (IAB-SP, 1957). Há breve referência ao voto em separado de Paulo Antunes Ribeiro, sem expor as razões da divergência. O projeto de Lucio Costa não foi

publicado (sequer uma imagem), nem os premiados. Interpretamos tal silêncio como uma combinação entre ressentimento e respeito dos arquitetos paulistas diante o processo do concurso e seus desdobramentos. Vale ressaltar que naquele momento Oscar Niemeyer já era bastante respeitado pelos colegas paulistas, cuja relação estava acima de eventuais embates políticos entre Rio e São Paulo. Niemeyer havia participado da comissão julgadora do concurso para a sede do IAB-SP uma década antes (1946) e seus principais projetos em São Paulo já haviam sido construídos: Montreal (1950), Califórnia (1950), Copan (1951) e Eiffel (1952) e o Parque Ibirapuera (1954) (FICHER, SOBREIRA e LEDES, 2017). Vale ainda destacar que Eduardo Corona, principal articulista da *Acrópole*, tinha estreitas relações pessoais e profissionais com Oscar Niemeyer.

O "silêncio" da *Acrópole* seria quebrado apenas três anos depois, em 1960, quando foi publicada edição especial (em português e inglês) na ocasião da inauguração de Brasília (n.256, Fevereiro de 1960). Nesta edição, no texto intitulado "Porque Brasília", Eduardo Kneese de Mello (MELLO, 1960) - em um texto ufanista, que exalta o espírito Bandeirante e está carregado de preconceitos contra a cultura autóctone originária do Brasil* - destaca a qualidade do projeto de Lucio Costa e elogia a escolha de Oscar Niemeyer como autor dos principais edifícios. Jorge Wilhelm (que foi um dos concorrentes do concurso e cujo projeto não foi premiado), por outro lado, em seu texto "Brasília 1960, uma interpretação", publicado no mesmo número da *Acrópole*, apresenta uma série de ricas reflexões, que incluem a pertinência ou não da transferência da capital; a escolha do sítio e, finalmente, a sua crítica sobre a escolha do projeto vencedor e demais projetos premiados. De acordo com o autor, os concorrentes em geral idealizaram Brasília como um gesto, negligenciando "fatores sociais e econômicos que dão vida à cidade". O autor defendia um projeto que permitisse um crescimento orgânico, em que "o espírito da vida urbana se definiria mais espontaneamente, como resultado do diálogo entre o monumental e o cotidiano", mas admitia que tal visão "não correspondia à necessidade política de uma mudança rápida". Por isso, reconhece que o projeto de Lucio Costa "era pelo menos o único que atendia à conjuntura política." (WILHEIM, 1960, p.39). Além de apreciações sobre o projeto, Wilhelm comenta e critica, de forma criteriosa, aspectos da cidade que já se formava e que estava sendo inaugurada (e já desvirtuada), destacando em especial o problema da habitação precária e da exclusão social de grande parte da população trabalhadora. Finalmente, Wilhelm apresenta análise (em grande parte elogiosa) dos projetos de Oscar Niemeyer para os edifícios monumentais de Brasília, reconhecendo o seu nome como natural para a autoria dos projetos, apesar de sutilmente cobrar certa descentralização para os demais projetos. Na sequência da revista foram publicadas as principais obras monumentais da Capital que estava sendo inaugurada.

A *Arquitetura e Engenharia*, editada pelo IAB-MG, certamente por estar fora do embate Rio-São Paulo e por ter em seu conselho representantes dos três Estados de maior

* "Temos homens ilustres que se ombreiam com os mais ilustres de qualquer outro país: Ruy Barbosa, Santos Dumont, Oswaldo Cruz, Cezar Lates, Lucio Costa, Niemeyer. Ao mesmo tempo, entretanto, vivem ao nosso lado xavantes e bororós nas mesmas condições de incultura em que viveram os homens da caverna, nos primeiros dias do mundo. (...) a cultura do nosso selvícola está completa quando ele atinge 12 anos de idade. Ao tempo em que nossos filhos vão para o ginásio, o pequeno índio já atingiu a plenitude de seus conhecimentos. Nada mais tem que aprender. Seus conhecimentos não vão além mde caçar, pescar, dançar, guerrear. Entre esses dois extremos está a cultura média brasileira. Mas, não está lá encima [sic], perto dos Ruy Barbosas, não. Está cá embaixo, junto à cultura dos índios." (MELLO, 1960, p.15)

representatividade na profissão, naquela época (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), não expressou postura crítica direta em relação ao resultado. O número 44 (Março/Abril de 1957) traz o projeto vencedor de Lucio Costa, o projeto premiado em segundo lugar (Boruch Milmann, João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves) e, curiosamente, apenas um dos classificados em quinto lugar (Henrique Mindlin e Giancarlo Palanti). A edição traz ainda entrevista com William Holford, membro britânico do júri, que se destacou no processo como uma espécie de porta-voz (inclusive internacional) do concurso e seu resultado. O número 45 da revista (Maio/Julho, 1957) traz a publicação de uma das propostas que dividiram o terceiro e quarto lugares: o projeto da equipe coordenada pelo escritório M.M.M. Roberto. Não foram publicados os demais premiados: Rino Levi, Roberto Cerqueira Cezar e equipe (terceiro lugar); Carlos Cascaldi, João Vilanova Artigas e equipe (quinto lugar); Construtécnica (quinto lugar), não se sabe se por recusa dos autores ou opção editorial.

Na *Habitat* o resultado foi anunciado no número 40-41 (Março/Abril de 1957) em que foram publicados três projetos, das equipes coordenadas por: Rino Levi; Milton Ghiraldini (Construtécnica) e Jorge Wilhelm (este último, não premiado). De acordo com a revista, tais projetos - todos de São Paulo - são uma síntese de três gerações e mostram a diversidade de possibilidades do planejamento urbano. O projeto vencedor não foi publicado. O editorial da revista declara não concordar com a visão de que o projeto de Lucio Costa era o único “elegível” ao prêmio; diz não ter elogios nem condenações à decisão e os critérios do júri, mas afirma que haveria possibilidades mais significantes de procedimentos de julgamento, que ofereceriam um nível mais elevado de consciência profissional. O editorial ainda lamenta que todos os estudos teóricos e práticos desenvolvidos pelos concorrentes tenham sido descartados pela “decisão apressada” do Júri.

A *Habitat* ainda publicou o voto em separado de Paulo Antunes Ribeiro, que apesar de não expressar discordância em relação ao mérito do projeto vencedor, declarava divergência dos demais membros da comissão em relação ao processo de julgamento, que considerou excessivamente sumário. Propôs, como alternativa, que não houvesse premiados e que fosse criada uma comissão composta pelos autores dos dez projetos finalistas, que atuariam de forma colaborativa no projeto da Nova Capital. De acordo com Ribeiro, dessa forma "o assunto estaria resolvido com justiça e a contribuição de todos se faria sentir". Tal estratégia, utilizada para o concurso do projeto da sede do IAB-SP em 1946 (IAB-SP, 2014), não foi aceita no caso de Brasília, pelas razões naturais de sua complexidade e imprevisibilidade, além da incompatibilidade com as metas políticas de JK, prevalecendo portanto a decisão do restante do Júri. A revista *Habitat* ainda publicou, em dezembro de 1957 (n.45), duas propostas: Henrique Mindlin e equipe; Pedro Paulino Guimarães e equipe.

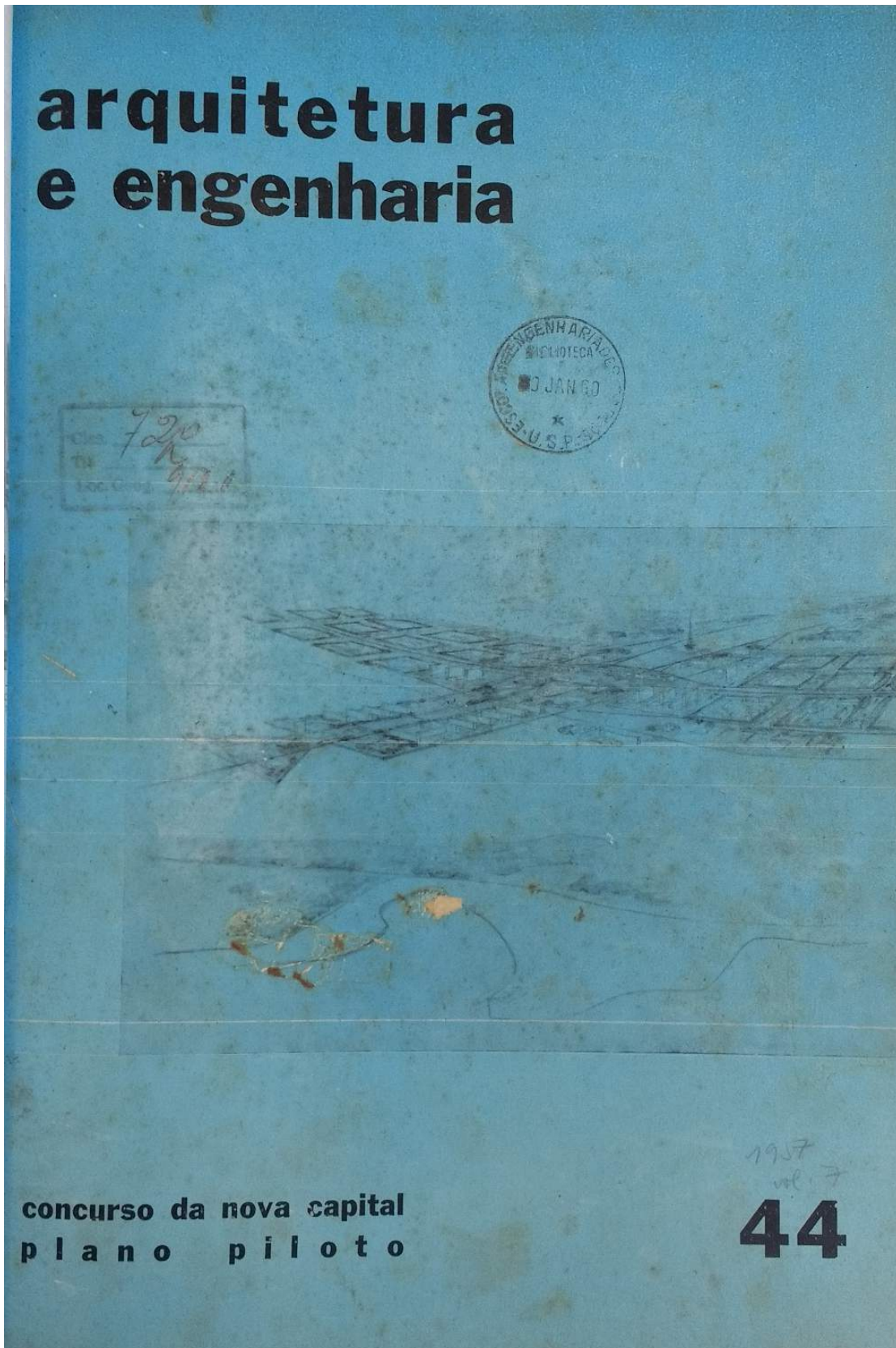


Figura 106. *Arquitetura e Engenharia*, n. 44, mar./abr. 1957.
Resultado do concurso para o Plano Piloto da Nova Capital.

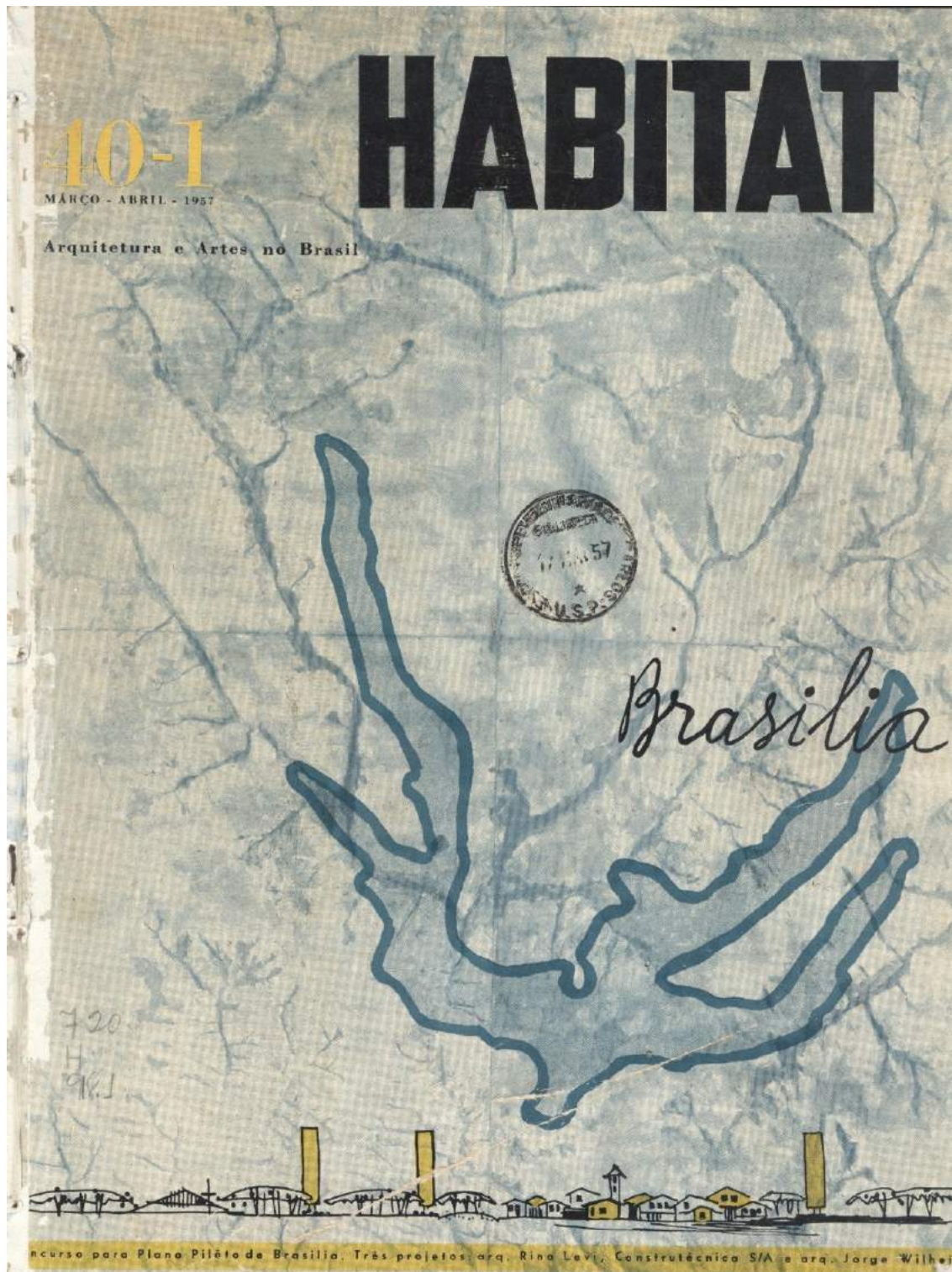


Figura 107. Capa da *Habitat*, n. 40/41, mar./abr. 1957.
Resultado do concurso para o Plano Piloto da Nova Capital.

O resultado do concurso para o Plano Piloto foi publicado na *Módulo* em Julho de 1957 (n.08), em edição especial. Trata-se da mais completa publicação de informações sobre o concurso, à época. Nessa edição (publicada em português e alemão), realizada em colaboração com a Novacap e a Divisão Cultural do Itamaraty, são publicados: entrevista com Israel Pinheiro; edital do concurso; correspondências entre a organização do concurso e o IAB; resumo das apreciações do júri (em que se destacam os notórios diagramas elaborados por William Holford, que revelam rica e precisa síntese analítica e ilustrada do júri sobre as propostas - fato pouco comum em concursos); Ata da Comissão Julgadora; voto em separado de Paulo Antunes Ribeiro; declarações dos membros do júri; projeto vencedor; projetos premiados. Havendo ou não concordância sobre o resultado, o fato é que - conforme recomendavam as normas do IAB - todas as informações sobre o concurso e seu resultado foram publicadas pelos organizadores, com grande visibilidade (nacional e internacional), sem precedentes no Brasil.

No que se refere à relação entre o resultado e as regras do jogo, é indiscutível o equilíbrio entre a síntese sugerida no edital e a objetividade da proposta de Lucio Costa, cuja retórica se encaixa com naturalidade no que propunham as regras do concurso: um plano urbanístico objetivo e um relatório sintético, cuja materialização se mostrasse viável no tempo político desejável e no espaço geográfico disponível. A síntese e a força da ideia, sem detalhamentos desnecessários, foram elementos destacados pelos membros do júri, em suas apreciações (MÓDULO, n. 8, s.p):

Senti que era razoável e claro - um verdadeiro plano diretor (piloto), na medida em que prevê e localiza os elementos essenciais, sem se sobrecarregar de detalhes (...). No final de contas, consideramos que o fato mesmo de julgar um plano diretor impunha que se desse preferência, preliminarmente, à ideia geral. (André Sive)

Tratava-se de uma competição de ideias e não de detalhe. (...) Em vista disso, as condições estabelecidas demandavam apenas um plano geral e um relatório para esclarecer as ideias do concorrente. (...) no julgamento do concurso, o júri tinha de pôr em primeiro lugar a ideia que lhe parecesse oferecer a melhor e a mais engenhosa base para uma cidade que está ainda por ser construída (...) Todos os grandes planos são fundamentalmente simples. (William Holford)

O edital do Concurso para o Plano Piloto de Brasília, elaborado de forma ampla e honesta, exigia o mínimo sem impedir o máximo, dando a todos, sem discriminação de ordem econômica ou de eventual organização profissional, uma possibilidade de participação. Desejava-se, principalmente, encontrar uma ideia urbanística justa, que correspondesse às características especiais do problema em causa. (Oscar Niemeyer).

A síntese da exposição e a exequibilidade do projeto, além da notoriedade de Lucio Costa, foram certamente os pontos fortes da proposta vencedora, cujo desenvolvimento foi imediato, como demandava o ritmo das metas políticas.

Em fevereiro de 1958, já no contexto das obras aceleradas da Nova Capital, Oscar Niemeyer retomaria o assunto em seu notório texto “Depoimento”, publicado na revista *Módulo* (n.09) e depois republicado na *Acrópole* (n.237, Julho - acompanhado da apreciação respeitosa de Vilanova Artigas). Nesse texto, Niemeyer, além da autocrítica sobre o que considerava imposturas projetuais do passado, procurava justificar como “natural” a encomenda recebida do Presidente da República, que havia lhe reservado "apenas a tarefa de projetar os edifícios governamentais":

... E agora prossigo, nos prédios de Brasília, aos quais dedico toda atenção, não só por se tratar de obra de grande importância como, também, pelas ocorrências anteriores ao seu desenvolvimento, quando me recusei a aceitar a elaboração do Plano Piloto, pois, juntamente com o Instituto de Arquitetos do Brasil, trabalhava no sentido da organização do concurso público, reservando-me apenas a tarefa de projetar os edifícios governamentais. Incumbência que nada mais era senão a continuação natural dos trabalhos que, desde 1940, vinha realizando, ininterruptamente, para o prefeito, o governador e, finalmente, o presidente Juscelino Kubitschek. (NIEMEYER, 1958, p.6)

O desejado equilíbrio entre o projeto para o plano piloto e os projetos para os principais edifícios (assim como a afinidade entre seus autores) não aparecia explicitamente como critério de julgamento no edital ou como uma das premissas do concurso. No entanto, não se pode negar que a empatia entre os projetos de arquitetura e urbanismo e entre seus respectivos autores, assim como a notoriedade de ambos, eram aspectos desejados pelos patrocinadores do jogo e foram fundamentais para garantir a “continuação natural dos trabalhos” e a segurança do processo, desejadas por JK. O peso da notoriedade de Lucio Costa é tal que um dos representantes da jovem equipe classificada em segundo lugar, o engenheiro Boruch Milmann (30 anos de idade à época do concurso) declarou em entrevista, anos depois: "Foi uma grande maravilha ser o segundo colocado num concurso vencido por Lucio Costa" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010). Nota-se que não há referência à qualidade do projeto vencedor, mas à notoriedade de seu autor. A regra do jogo (na qual incluímos a composição do Júri) foi construída para garantir tal segurança e, nesse sentido, foi seguida e satisfez os seus patrocinadores.

O projeto vencedor, de Lucio Costa, cumpriu os termos do edital. As regras do jogo foram seguidas. A formulação das regras (na qual incluímos a indicação dos juízes) foi fundamental para que se obtivesse tal resultado. Se as regras foram ou não justas, apropriadas ou não, tecnicamente desejáveis ou não, criadas sob medida para o resultado ou não, enfim, o fato é que foram a síntese que prevaleceu dos embates e conflitos de interesses que estavam em jogo. Vale destacar que, conforme definia a própria regra, não estava em julgamento apenas a melhor solução, mas também o "nome mais apropriado". Afinal, como não havia anonimato (formato sugerido inclusive pelo IAB), o que estava sendo premiado não era apenas o traçado e o relatório justificativo, mas também o nome de quem conduziria o plano urbanístico: enfim, prevaleceram o projeto e o nome de Lucio Costa.

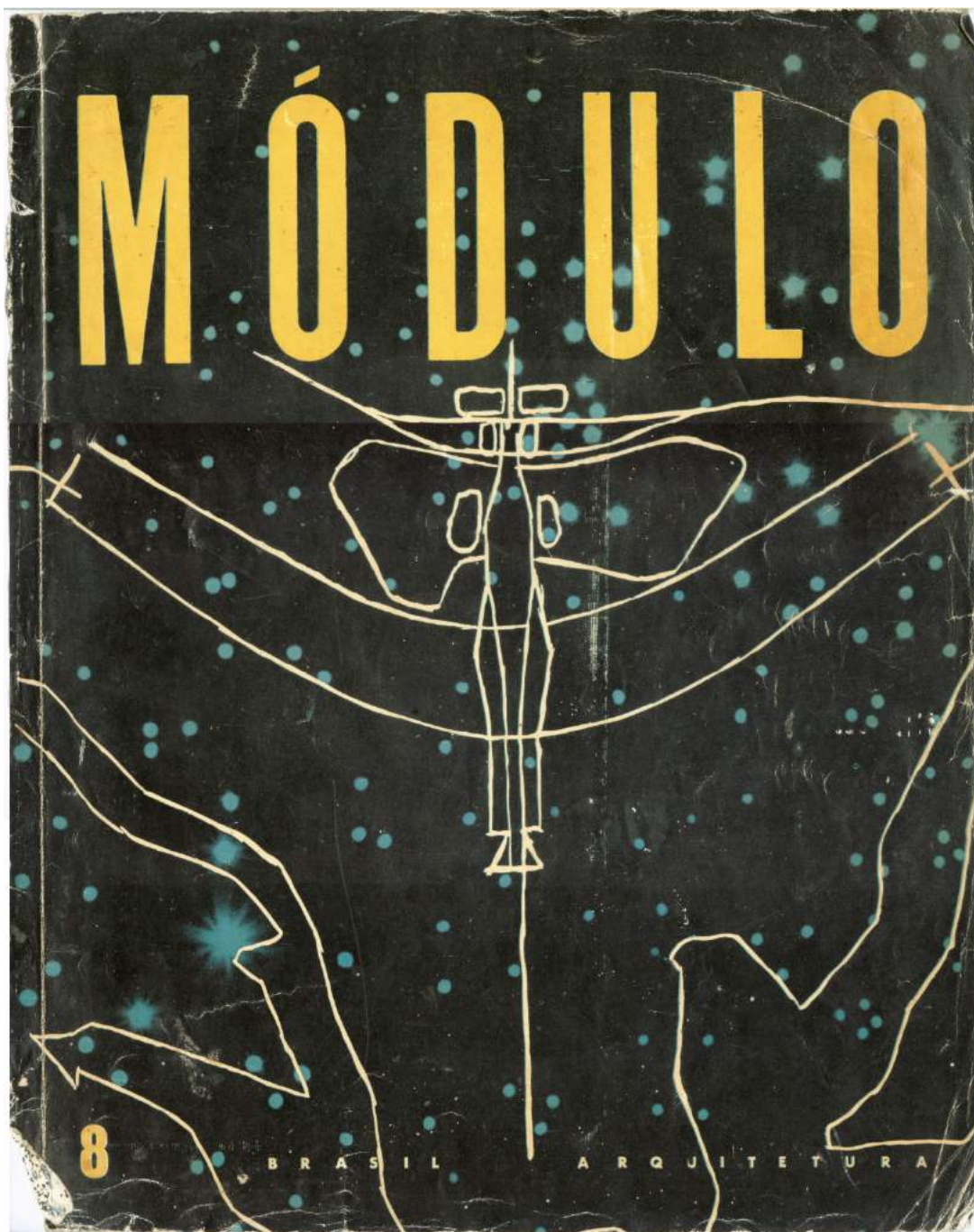


Figura 108. Capa da *Módulo*, n. 08, jul. 1957.
Resultado do concurso para o Plano Piloto da Nova Capital.

Resumo das Apreciações do Júri

Zusammenfassung der Gutachten der Jury

Plano Piloto n.º 22

Autor: Lucio Costa

Suposição: uma "civitas", não uma "urbs".

Críticas:

1. Demasiada quantidade indiscriminada de terra entre o centro governamental e a lagoa.
2. O aeroporto talvez tenha de ser mais afastado.
3. A parte mais fechada da lagoa e as proximidades não são utilizadas para habitação (V, n.º 2).
4. Não especificação do tipo de estações regionais, especialmente com relação a possíveis estações satélites.

Vantagens:

1. O plano oferece uma nova capital administrativa do Brasil.
2. Seus elementos podem ser imediatamente entendidos; o plano é claro, directo e fundamentalmente simples — como, por exemplo, o de Pórcien, o de Nurem, o de Londres feito por Wren e o de Paris de 1660-65.
3. O plano está concebido em dez anos, embora a cidade continue a crescer.
4. O tamanho da cidade é limitado por crescimento para 20 anos no total (a) pelas parcerias e (b) por condições satélites.
5. Um centro central e outros do modo que o plano pode ser desenvolvido.
6. Tem o espírito do século XX; é novo, é livre e aberto, é disciplinado mas sereno.
7. O método de crescimento — por subdivisão, alguns caminhos e a uterine principal — é o mais prático de todos.
8. As esplanadas estão bem situadas, dentro de um cenário variado.

A área dos Três Palcos dá para o estado, de um lado, e para o mar, do outro. Deve-se partir de tudo isso e particular — e não de modo contrário. O que não é geral pode ser escolhido de muitas maneiras e haverá, mas o mais fácil escrever uma carta longa do que uma curta. Algumas partes importantes poderiam ser descritas como desenvolvimento desenvolvido, de n.º 22, ao contrário, por exemplo. Na realidade, porém, resolve tudo o que é preciso saber sobre fazer e sobre tudo que é seu propósito.

Orientierungsplan n.º 22

Autor: Lucio Costa

Annahme: Eine "Civitas", nicht eine "Urbs".

Kritik:

1. Zuviel unbenutzter Raum zwischen Hochwertzentrum und See.
2. Der Flughafen sollte vielleicht weiter entfernt sein.
3. Der nördliche Teil des Sees und die Halbinseln sind nicht für Wohnzwecke geeignet (V, N.º 2).
4. Es fehlt Spezifizierung der regionalen Landstationen, besonders um mögliche Satellitenorte betrifft.

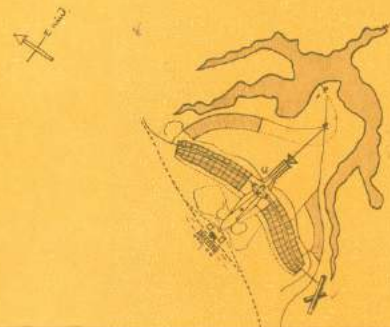
Vorteile:

1. Der neue Plan für eine administrative Hauptstadt Brasiliens.
2. Seine Elemente können mit den ersten Blick erfasst werden. Der Plan ist klar, direkt, und grundsätzlich einfach — wie, zum Beispiel, die Pläne von Foussier und Wren, Wrens Plan für London und der Stadtplan von Paris zur Zeit Ludwigs XIV.
3. Der Plan wird in zehn Jahren durchgeführt sein, obwohl die Stadt weiterwachsen wird.
4. Die Grenzen der Stadt sind begrenzt. Nach 20 Jahren wird sie in ihrem Wachstum (a) die Halbinseln und (b) die Satellitenorte erreichen.
5. Ein Zentrum gibt in den ersten Jahren, so dass der Plan leicht befolgt ist.
6. Er verkörpert den Geist des XX. Jahrhunderts: Es ist neu, es ist frei und offen, diszipliniert aber nicht star.
7. Die städtische Methode der Ausbreitung — durch Blockentwicklung, einige Wege und den "Moll" — ist die praktischste.
8. Die Grünflächen sind in einer abwechslungsreichen Szene angeordnet.

Der "Plan der drei Gewässer" führt einwärts auf die Stadt, nachwärts auf den Park. Wie man von Allgemein zum Einzelnen gelangt — und nicht umgekehrt. Das Allgemeine kann einfach und kurz ausgedrückt werden: es ist aber leichter, einen langen Brief zu schreiben als einen kurzen. Nur alle Überflüssigkeiten weg. Die wichtigsten sind: Punkt n.º 22 hingegen scheint alles zusammenzufassen. Jede der wichtigsten Punkte konnten als zu detailliert. Tatsächlich aber sind es alles in diesem Stadium Wünsche und

no 22
Resumo

Assumptions: a "civitas" not an "urbs"



Críticas:

1. Too much unbenutzter land between Govt centre and lake
2. Airport may have to be further away
3. No use made of far side of lake & peninsulas for housing (see N.º 2)
4. Regional road pattern not shown — especially in relation to satellite towns, if any

Vantagens:

1. The new plan website is for an administrative capital for Brazil
2. The elements of the plan can be seen at once: it is clear, direct and fundamentally simple (eg. Pórcien, Nurem, Wren's London, Louis XIV Paris)
3. After 10 years the plan is complete while still growing
4. The town is limited: further growth after 20 years (a) by peninsulas (b) by satellites
5. One centre leads to another, so that the plan can be easily comprehended
6. The character of the plan is of the 20th Century: it is new: it is free & open; it is disciplined but not rigid
7. The method of growth — by block planning and a few roads & the Moll — is more practical than any other
8. The green spaces are well placed, in a changing landscape setting

The Plan of the Three Rivers leads into the town in one direction and into the park in another.

One must proceed from the general to the particular, not vice versa. The general can be expressed simply and clearly, but it is easier to write a long letter than a short one.

How we have many projects which need to be discussed as substantive. N.º 22 appears, by contrast, as an understatement. But in fact it explains all we need to know at this stage, and avoids everything irrelevant.

Figura 109. Módulo, n. 08, jul. 1957. Concurso para o Plano Piloto. Diagramas e síntese analítica de William Holford, membro do júri.

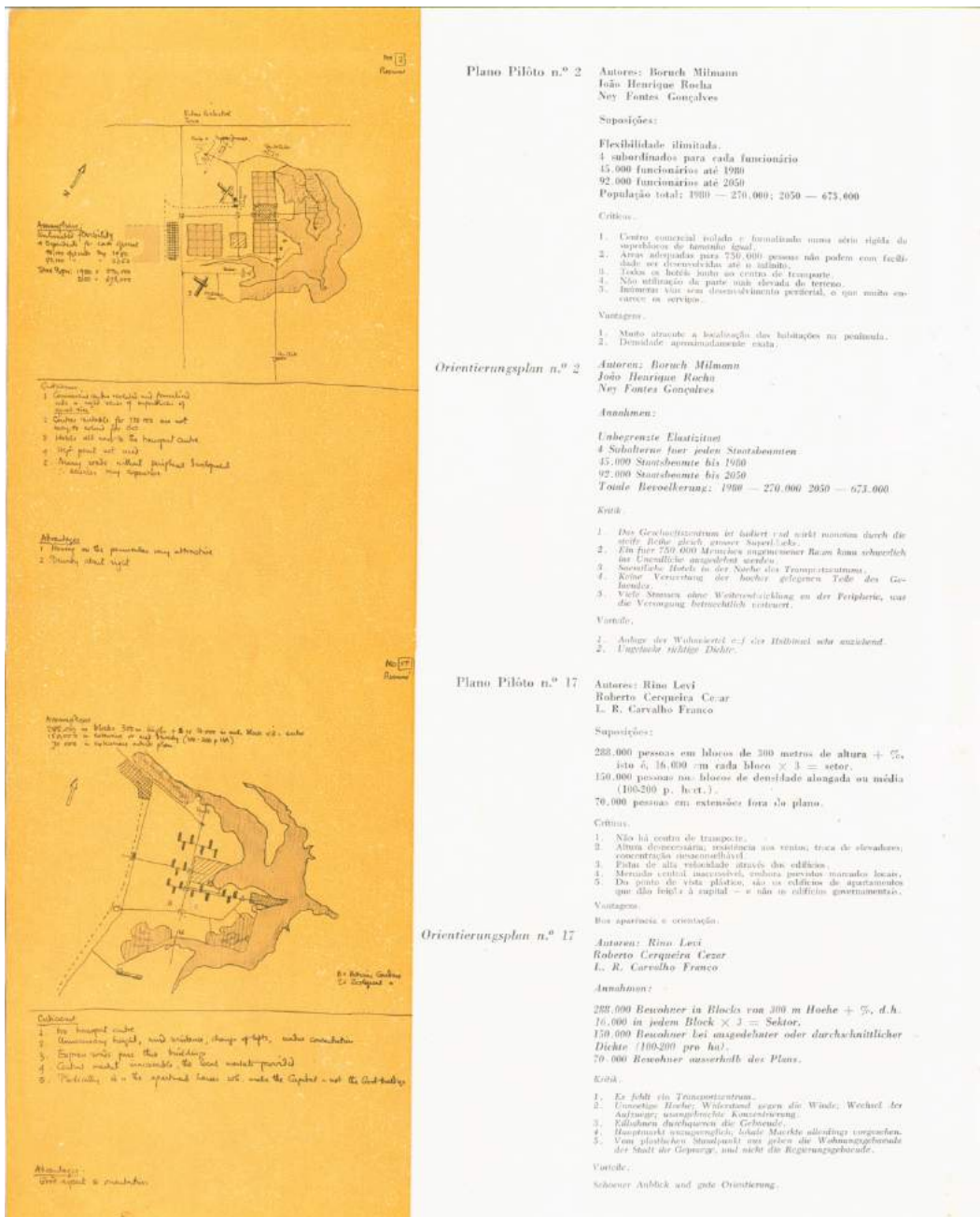


Figura 110. *Módulo*, n. 08, jul. 1957. Concurso para o Plano Piloto. Diagramas e síntese analítica de William Holford, membro do júri.

Autores: M. M. M. Roberto

Plano Piloto n.º 3

Suposições:

7 unidades urbanas de 72.000 pessoas cada uma, aumentando normalmente para 10 e, no máximo, 14 unidades. População máxima "tolerada" acima de uma milhão. Cada unidade tem como centro um departamento governamental.

Críticas:

1. Embora seja um plano para "cidade de bonitos", é demasiado a ponto de serem criadas e restringidas todas as profissões e atividades.
2. O programa da Unidade Urbana de 72.000 habitantes é válido para qualquer cidade: uma regular planeja, não é especial para Brasília; não é o plano para uma capital nacional.
3. As partes são separadas, isto é, suas relações são tão simples metropolitanas; a cidade permanece a mesma, enquanto os 7 corpos crescem para 10 ou 14, com cada polícia e sistema.

Vantagens:

1. O estudo sobre utilização da terra é o melhor e o mais completo de todo o concurso.
2. Os tipos de fazenda e aldeia são excelentes.
3. O programa para construção e saneamento é político e realista.

Autores: M. M. M. Roberto

Orientierungsplan n.º 3

Annahmen:

7 Stadtseinheiten zu je 72.000 Einwohner, deren Zahl normalerweise auf 10 — höchstens 14 — erhöht werden kann. Höchste "geduldet" Bevölkerung über eine Million. Jede Einheit hat eine Regierungsabteilung zum Zentrum.

Kritik:

1. Obwohl es sich um den Plan für eine "Stadt der guten" handelt, ist es unheimlich, fast alle Professions- und Verberufe vollkommen kontrolliert und eingeschränkt sind.
2. Das Programm der Stadtseinheit von 72.000 Einwohnern gilt für jede beliebige Stadt in der Ebene; es ist nicht spezifisch für Brasília; und nicht der Plan für die Hauptstadt eines Landes.
3. Die einzelnen Teile sind getrennt, d.h., ihre Beziehungen zueinander außerhalb des Charakters einer Metropole; der Kopf bleibt unverändert, während die 7 Körper sich zu 10 oder 14 entwickeln, jeder mit seinem individuellen Leben.

Vorteile:

1. Die Studien über Verwendung der زمین sind die ausserst umfassend und vollständigsten des ganzen Wettbewerbs.
2. Die Typen für Landgut und Dorf sind ausgezeichnet.
3. Das Bau- und Saniierungsprogramm ist praktisch und realistisch.

Autores: Henrique E. Mindlin
Giancarlo Palanti

Plano Piloto n.º 24

Críticas:

1. As unidades de operação, a indústria e os estabelecimentos estão segregados (por classe) a cerca da ferrovia.
2. As unidades são agrupadas numa colunela da aviação central e os ministérios no topo. Não parece haver qualquer lógica no desenvolvimento do plano de terra para isto.
3. As unidades de habitação existentes distantes na prática, não se encontram muito boas no local; mas o sistema rodoviário é bastante simples e direto.
4. A disposição detalhada apresentada dos Ministérios, assim como as instalações locais e a aviação central, não são tão interessantes como em outros projetos.

Vantagens:

1. O projeto parece estar certo quanto ao tamanho e densidade, sendo economicamente ao uso da terra, pontos, etc.

Henrique E. Mindlin
Autores: Giancarlo Palanti

Orientierungsplan n.º 24

Kritik:

1. Arbeitsstätten, Industrie und Depots sind abseits, nach Klassen getrennt, entlang der Eisenbahn angeordnet.
2. Die Geschäftseinheiten sind an einem Ende der Hauptverkehrsgruppe und die Ministerien am anderen. Die Entwicklung des Planes von Osten nach Westen scheint ohne die geringste Logik.
3. In der Praxis werden die Wohnbereiche unterteilt, wobei auch jetzt an nicht gut in die Umgebung. Das Landstrassenprogramm ist recht einfach und geradlinig.
4. Die detaillierte architektonische Anlage des Ministeriums und der Geschäftseinheiten, mit der Front zur Zentralstation, ist weniger interessant als in anderen Projekten.

Vorteile:

1. Was Ausdehnung und Dichte betrifft, scheint das Projekt die richtigen getroffen zu haben, es ist auch ökonomisch von Bedeutung. Straßen, etc. betrifft.

Example: 7 blocks each with 72,000 persons normally to 10, and maximum of 14. Each unit has its own department of government.

Críticas:

1. Although this is a plan for a "City of Good", it is unheimlich in the degree to which all professions and all activities are controlled and restricted.
2. The program of the Urban Unit of 72,000 is valid for any city on a flat site; it is not special to Brasília; it is not a plan for a national capital.
3. The parts are separated in the relationship between them in not metropolitan; the head remains the same, the 7 bodies grow to 10 or 14 and have their own individual lives.

Vantagens:

1. The studies about utilization of the land are the most complete in the whole competition.
2. The types of houses and village type are excellent.
3. The program for transportation and planning is practical and realistic.

Annahmen:

7 Stadtseinheiten zu je 72.000 Einwohner, deren Zahl normalerweise auf 10 — höchstens 14 — erhöht werden kann. Höchste "geduldet" Bevölkerung über eine Million. Jede Einheit hat eine Regierungsabteilung zum Zentrum.

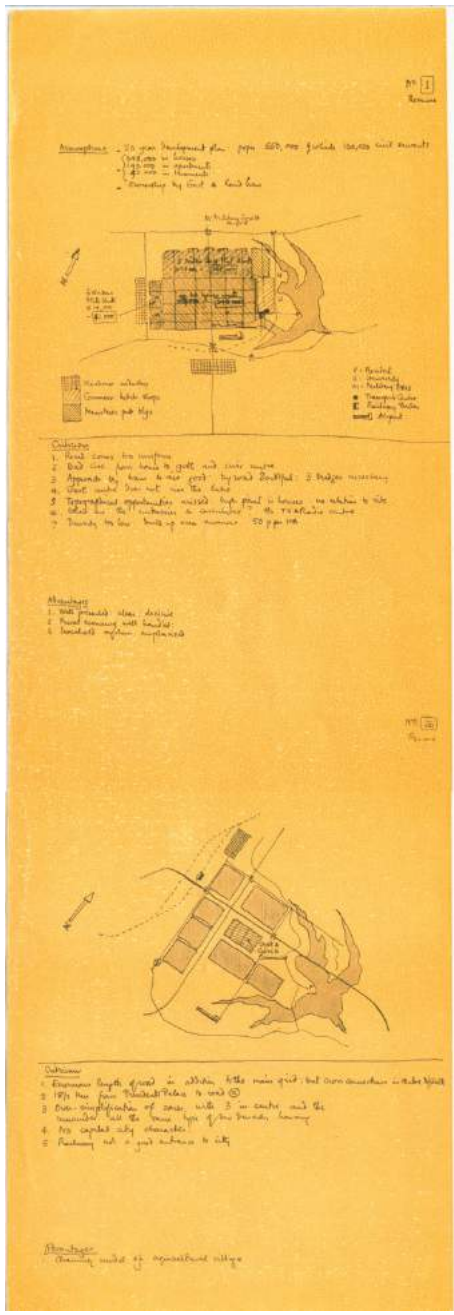
Críticas:

1. The urban housing, industrial and workshop are segregated (by class) to the side of the rail-road station.
2. The industries are grouped at one point on the axis and the ministries on the other, and the housing units in between. This does not seem to be very logical in the development of the plan from east to west.
3. The housing units would be finished in practice and do not seem well on the site; but the road system is quite simple and direct.
4. The detailed architectural layout of the ministries and the founding of the industries and the central station is not as interesting as in some other schemes.

Vantagens:

1. The plan seems about right in the land density, and is economical in land use, houses, etc.

Figura 111. Módulo, n. 08, jul. 1957. Concurso para o Plano Piloto. Diagramas e síntese analítica de William Holford, membro do júri.



Plano Piloto n.º 1

Autores: Carlos Casaldri
João Villanova Artigas
Mário Wagner Vieira
Paulo Camargo e Almeida

Suposições:

Plano de desenvolvimento para 20 anos; população de 550.000 pessoas, das quais 130.000 funcionários públicos, 342.000 em casas, 145.000 em apartamentos, 42.000 em casas arrendadas. Propriedade governamental e arrendamento da terra.

Críticas:

1. Como incidirão os recursos necessários.
2. Não se vê como as instalações para a sede do governo e o centro cívico.
3. Não se vê como as estradas, ferroviária e aérea, com o sistema de transporte e o sistema de água.
4. O centro governamental não faz uso da luz.
5. O sistema de transporte (veredas) não se vê como se irá desenvolver, sem relação com o local.
6. Onde estão as instalações e comodidades de centro de saúde e TV?
7. Desembarque muito baixo, área construída enorme: 30 pessoas por hectare.

Vantagens:

1. Boa localização (sede do governo).
2. Boa solução de economia rural.
3. Distância ao sistema arrendatário.

Orientierungsplan n.º 1

Autores: Carlos Casaldri
João Villanova Artigas
Mário Wagner Vieira
Paulo Camargo e Almeida

Annahmen:

Entwicklungsplan über 20 Jahre: 550.000 Einwohner, davon 130.000 Staatsbeamte, 342.000 in Häusern, 145.000 in Apartments, 42.000 in Mietshäusern.

Kritik:

1. Wohnbedarf allmählich ansteigend.
2. Nichtliche Verbindung von Wohnbereich zu Regierungssitz und Kulturzentrum.
3. Lage der Eisenbahn- und Luftfahrtschienen ungünstig gewählt, aber nicht von Autostrassen betriebl. als Straßen sind notwendig.
4. Regierungssitz nicht das Zentrum der Stadt.
5. Eisenbahn- und Luftfahrtschienen: Anlage der Eisenbahn auf der Autobahn ohne Beziehung zu ihrer Umgebung.
6. Wo bleiben die Gesundheits- und Konsulate? Die Radio- und Fernsichtungen?
7. Bevölkerungsdichte zu niedrig, verbleibende Flächen zu wenig: 30 Einwohner pro ha.

Vorteile:

1. Gute Darstellung: klar und sicher.
2. Gute Lösung der landwirtschaftlichen Probleme.
3. Hervorhebung des Parksystems.

Plano Piloto n.º 26

Autora: Construtécnica S.A.

Críticas:

1. Excesso de estradas de acesso às zonas centrais, difíceis, mesmo as ligadas cruzadas no centro.
2. 18 e mais quilómetros da Palácio Presidencial à estrada (X).
3. Simplificação exagerada das zonas, sendo tão variadas e incoerentes do mesmo tipo de habitação.
4. Não tem o carácter de uma cidade.
5. Má prestação da estrutura na cidade.

Vantagens:

1. Bom modelo de cidade agrícola.

Orientierungsplan n.º 26

Autor: Construtécnica S.A.

Kritik:

1. Exzessive Anordnung vieler des Zentralenverkehrs können überhöhter Kreuzungen im Zentrum.
2. 18 km zwischen Regierungssitz und Landstrasse.
3. Übermäßige Vereinfachung des Zonen, die variieren, die unklarheit mit gleich geringer Bevölkerungsdichte.
4. Es fehlt die Charakter einer Stadt.
5. Die Eisenbahn mit ein unangenehmer Stelle in die Stadt ein.

Vorteile:

1. Schönes Modell eines Agrarortes.

Figura 112. Módulo, n. 08, jul. 1957. Concurso para o Plano Piloto. Diagramas e síntese analítica de William Holford, membro do júri.

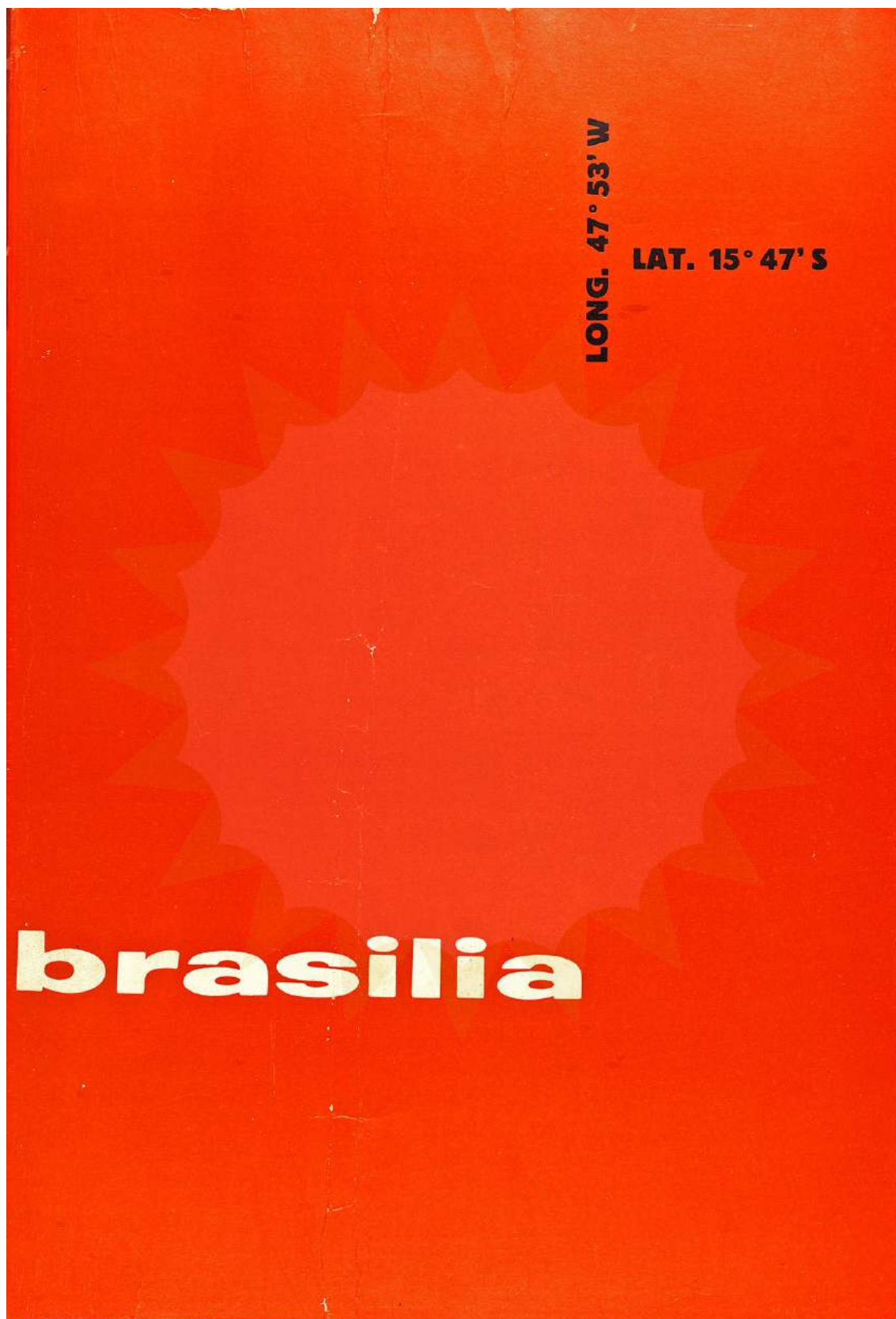


Figura 113. Capa da *Acrópole*, n. 256, fev. 1960.
Edição especial – inauguração de Brasília.

Nesse caso, qualidade do projeto e a notoriedade do autor foram aspectos que jogaram juntos e foram, sem dúvida, considerados no julgamento. Vale ressaltar, inclusive, que a defesa oral prevista no edital não existiu. Talvez para evitar desdobramentos imprevisíveis ou polêmicas indesejáveis e acelerar o processo de construção da capital. Enfim, é difícil julgar a qualidade sem o peso da personalidade, diante da presença e do peso da notoriedade. Portanto, projeto e autor foram variáveis que pesaram no julgamento.

Apesar de eventuais críticas ao resultado do concurso, há poucos registros (entre os quais destacamos DURAND e SALVATORI, 2013) de críticas sobre o monopólio dos projetos dos edifícios monumentais, todos sob a responsabilidade de Oscar Niemeyer (ao qual quase sempre é atribuída a autoria individual), uma vez que o concurso para os edifícios, como o IAB havia sugerido, não houve. Certamente, o tempo político não permitiria tal exercício democrático e Niemeyer já havia demonstrado ao principal patrocinador (e ao campo profissional) as credenciais necessárias. Brasília, resultado de um concurso controverso, foi construída e se tornou Patrimônio Cultural da Humanidade. Os edifícios monumentais se tornaram ícones e alguns são considerados obras-primas de Niemeyer e da Arquitetura Brasileira. Não houve concursos para a maioria dos edifícios públicos da cidade.

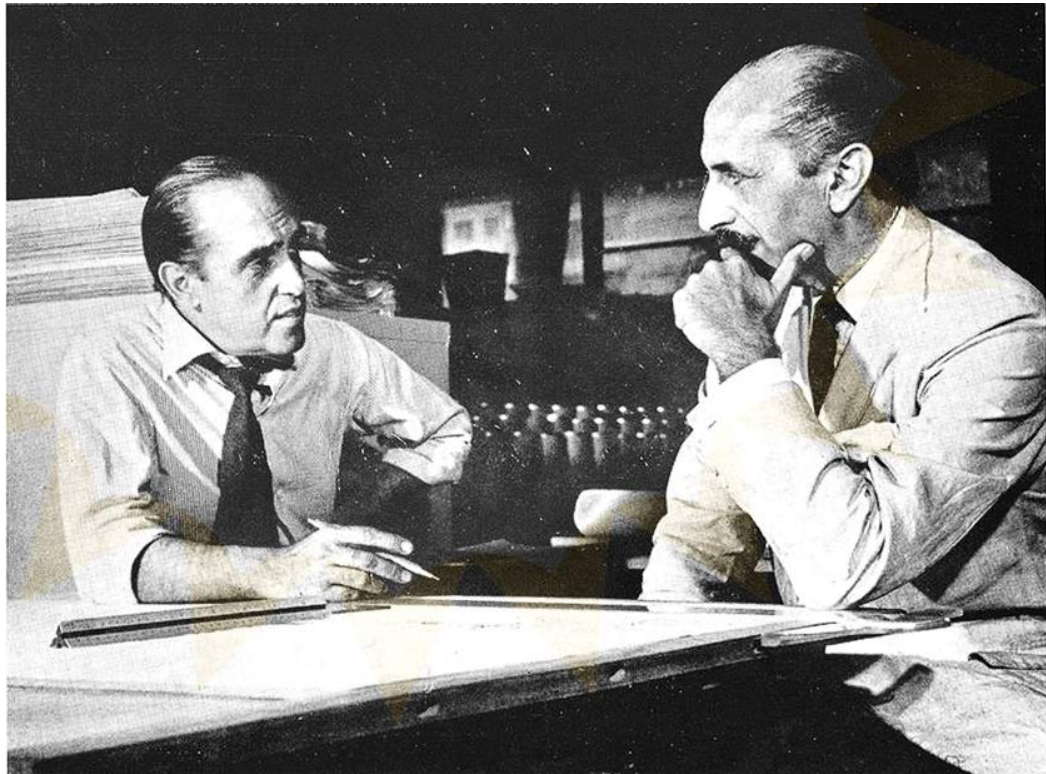


Figura 114. Oscar Niemeyer e Lucio Costa.
Fonte: *Acrópole*, n. 256, fev. 1960. Edição Especial Brasília.

Paço Municipal de Campinas: leituras sobre o espaço cívico

Acrópole, n. 217, out./nov. de 1956

Acrópole, n. 219, jan. 1957. Nota.

Acrópole, n. 224, jun. 1957. Edital completo.

Acrópole, n. 228, out. 1957. Resultado.

Acrópole, n. 230, dez. 1957. Publicação do primeiro e do terceiro colocados.

Habitat, n. 45, dez. 1957.

Pode-se considerar que os arquitetos paulistas, apesar da grande mobilização, tanto na formulação do edital quanto na elaboração das propostas (houve inclusive um vôo fretado pelo IAB-SP para o Planalto Central), e de algumas premiações, saíram derrotados do concurso para o Plano Piloto. As premiações de terceiro, quarto e quinto lugar (compartilhadas com escritórios cariocas, ou de arquitetos paulistas radicados no Rio) certamente estavam abaixo das expectativas dos profissionais do estado que já naquele momento assumia a liderança do país em termos econômicos, investimento em infraestrutura e crescimento populacional: São Paulo. Perdida a oportunidade de traçar o espaço cívico do país, as atenções se voltaram aos espaços cívicos paulistas. A primeira oportunidade, quase simultânea ao concurso do Plano Piloto, foi o concurso para o Paço Municipal de Campinas.

Um mês depois da publicação do edital para o concurso do Plano Piloto da Nova Capital, a *Acrópole* (n.217, outubro de 1956, Boletim do IAB) publicou nota sobre os preparativos para o lançamento do concurso para o Paço Municipal de Campinas, em São Paulo, cujo edital estava sendo elaborado por Rino Levi e Plínio Croce, sob a gestão do Prefeito Rui Novais.

A edição de Janeiro de 1957 (n.219) trouxe mais uma nota sobre o concurso, cujo edital ainda não havia sido lançado. A nota, publicada no Boletim do IAB, menciona a formação de uma Comissão Executiva do Paço Municipal, presidida pelo Dr. Ruirilo de Magalhães (Diretor do Departamento de Cultura e Educação de Campinas) e traz imagem aérea da área escolhida para a instalação do Paço, com 18.000m². O programa previa área construída de aproximadamente 15.000 m². A construção, segundo a nota, poderia ocupar um terço do terreno, “com a obrigatoriedade da preservação do maior número possível das árvores existentes”. O programa, traçado por Ruirilo de Magalhães, previa três funções bem determinadas para o Paço Municipal: Poder Legislativo (Câmara Municipal), Poder Executivo (Gabinete do Prefeito) e Centro de Comunidade (Departamento de Ensino e Difusão Cultural). A nota menciona ainda a intenção do Prefeito, de iniciar as obras o mais rápido possível.

O Edital completo do concurso para o Paço Municipal de Campinas foi publicado na edição 224 (Jun/Jul.1957) da *Acrópole*, com data de 25 de abril de 1957. O concurso teve como objeto o projeto do Paço Municipal e do Parque Central de Campinas, na área circundante. A Comissão Julgadora (Juri de Arquitetos) foi presidida por Rino Levi (São Paulo) e composta também pelos arquitetos Umberto Aveniente (Campinas) e Afonso

Eduardo Reidy (Rio de Janeiro), todos indicados pelo IAB-SP.

Uma das premissas do concurso, conforme indicado no item 3.2 do edital, era a flexibilidade e a possibilidade de ampliação. A área total de construção foi estimada em 17.400 m². O prazo de elaboração dos projetos para o concurso foi de 90 dias (de 01/07 a 30/09/1957).

O julgamento ocorreu em duas fases:

1. Seleção inicial, realizada pela Comissão Executiva, em que foi observado o atendimento às bases do concurso. Os projetos que descumpriram o Edital foram desclassificados e não foram submetidos ao julgamento arquitetônico.
2. Julgamento arquitetônico, pelo Conselho Julgador (Júri de Arquitetos), em que os projetos foram avaliados sob o ponto de vista da função, da técnica e da arquitetura.

Vale ressaltar que o edital foi elaborado por Rino Levi, arquiteto responsável pela revisão dos regulamentos de concursos do IAB cinco anos antes, em 1952.

Na edição 228 da *Acrópole* (Boletim do IAB-SP n.44, Outubro de 1957) foi publicada nota sobre a realização da primeira reunião do Conselho Superior do IAB, no dia 23 de setembro de 1957. De acordo com a nota estiveram presentes à reunião: Ari Garcia Rosa, Rino Levi, Paulo Antunes Ribeiro, Icaro de Castro Mello, Jorge Machado Moreira, Lauro da Costa Lima, Marcelo Fragelli, Wit-Olaf Prochnik, Rodolpho Ortenblad Filho, Eduardo Kneese de Melo, Oswaldo Corrêa Gonçalves, Vilanova Artigas, entre outros. Entre os tópicos abordados, destacam-se a regulamentação da profissão de arquiteto em função pública; o ensino da Arquitetura e do Urbanismo e a atuação junto aos poderes públicos com o objetivo de incentivar planos regionais e pesquisas. Nessa mesma nota foi publicado o resultado do concurso do Paço Municipal de Campinas e trecho da Ata de Julgamento, além de imagem do projeto vencedor.

De acordo com a Ata, o Conselho Julgador avaliou os vinte e seis projetos apresentados, dos quais foram eliminados doze, por apresentarem deficiências relativas a partido (implantação e solução paisagística); distribuição funcional e circulação; unidade arquitetônica e aspecto plástico. Depois de algumas sessões de análises, foram selecionados nove trabalhos, que no entendimento do Júri “apresentaram qualidades que os destacaram dos demais”. Ao final das análises, o Júri decidiu pela premiação dos seguintes projetos, dos quais são apresentados os comentários do Júri:

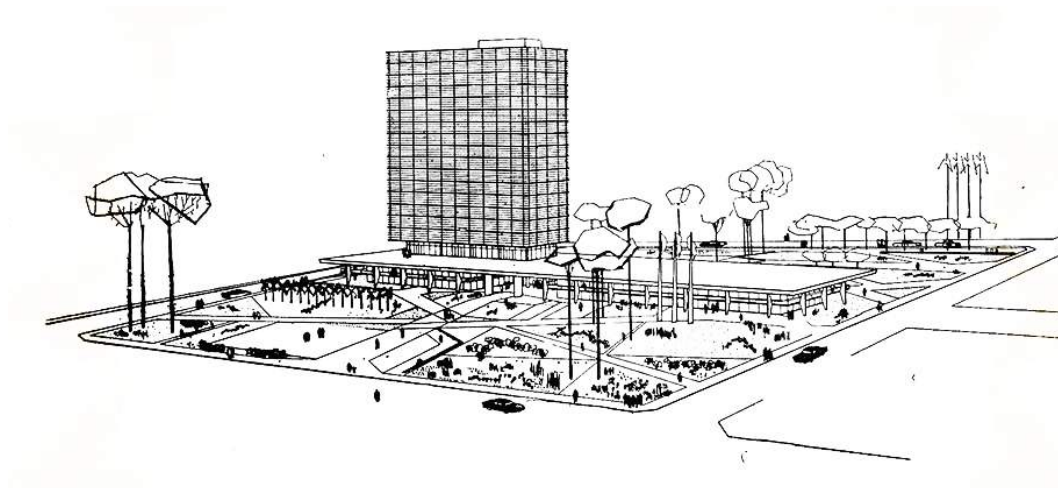


Figura 115. Paço Municipal de Campinas. *Acrópole*, n. 228, out. 1957 (Boletim do IAB-SP).
Projeto vencedor. Autores: Rubens Carneiro Viana e Ricardo Sievers.

1º Lugar - Rubens Carneiro Viana e Ricardo Sievers

boa implantação do edifício no terreno; a solução adotada apresenta um conjunto singelo, harmonioso e imponente, adequado à sua finalidade. Orientação desfavorável do bloco do Executivo nos pavimentos elevados, tendo sido, todavia, previsto dispositivo de proteção. Flexibilidade e boa disposição dos serviços e circulações. Deficiências na distribuição dos serviços do Legislativo, de fácil correção. A simplicidade do partido adotado facilita eventuais correções internas. (MÓDULO, n. 228, s.p)

2º Lugar - Adolpho Rubio Morales

boa implantação dos edifícios, prejudicada, todavia, pela obstrução da visual do bloco elevado no Executivo para o observador colocado na Avenida Anchieta. Orientação desfavorável do bloco do Executivo, tendo sido, todavia, previsto dispositivo de proteção nos pavimentos elevados. Flexibilidade e boa disposição dos serviços e circulações. Apresenta apreciáveis qualidades plásticas e consegue conferir nobreza aos espaços internos. Facilidade para ampliações. (MÓDULO, n. 228, s.p)

3º Lugar - Jorge Wilhelm, Jorge Zalsupin, Roberto Coelho Cardoso, Rosa Grena Kliass, Wladimir Kliass e Abraão Sanovicz. Consultor de estruturas eng. Augusto Carlos de Vasconcelos.

boa implantação no terreno principalmente quanto à disposição dos espaços abertos entre os edifícios e a sua posição em relação ao parque. Estas qualidades são evidenciadas, também, pela argumentação feita no relatório. Boa orientação do bloco do Legislativo nos pavimentos elevados o qual apresenta facilidade de futuras ampliações. Boa solução plástica do conjunto. Ao lado das boas qualidades acima apontadas este anteprojeto apresenta graves falhas na disposição dos serviços e das circulações. Interessante a solução estrutural apresentada para o bloco do Executivo. (MÓDULO, n. 228, s.p)

4º Lugar - Giancarlo Gasperini

boa implantação dos edifícios, principalmente devido à sua localização na parte mais alta do terreno, tendo em vista, também, a preservação da vegetação existente. A solução adotada, entretanto, dificulta ampliações futuras. Orientação desfavorável do bloco do Executivo, nos pavimentos elevados. Dispersão e graves falhas de circulação e disposição dos serviços do Legislativo. Razoável disposição dos serviços e circulação dos blocos do Executivo e do Centro da Comunidade. (MÓDULO, n. 228, s.p)

5º Lugar - Salvador Candia

Implantação dos edifícios um tanto dispersa. Não é feliz a disposição dada aos vários blocos em relação às visuais do conjunto. Orientação desfavorável do bloco do Executivo, tendo sido, todavia, previsto dispositivo de proteção. As plantas do bloco do Executivo, nos andares elevados, são claras e com circulação bem resolvida. Dispersão e graves falhas de circulação no Centro da Comunidade e no Legislativo. Boa solução da garagem com acessos diretos para o Executivo e o Legislativo. (MÓDULO, n. 228, s.p)

6º Lugar - Fabio Moura Pentead, Alfredo Paesani e estudantes de arquitetos Fernando Moreira, José Maria Galdolfi e Luiz Forte

Razoável a implantação dos edifícios, apresentando dois blocos de forma singela, sem indicar, contudo, a solução paisagística. Boa insolação do bloco elevado destinado ao Executivo. Má distribuição dos espaços internos sob os aspectos funcional e da circulação. (MÓDULO, n. 228, s.p)

Em Dezembro de 1957 (Edição 230) foram publicados os projetos classificados em primeiro e terceiro lugares no concurso do Paço Municipal de Campinas. A capa da edição é dedicada ao projeto vencedor.

Observa-se prática comum na revista, de publicar projetos selecionados (em geral de autoria de arquitetos paulistas), e não necessariamente todos os premiados. Em alguns casos o vencedor não é publicado, mas é dada publicidade a outros projetos selecionados. São dedicadas 3 páginas ao primeiro colocado e 4 páginas ao terceiro (p.43-49). Ambos os projetos são apresentados de forma completa, com perspectivas, plantas, cortes, fachadas, diagramas e memorial descritivo.

1º Lugar - Rubens Carneiro Vianna e Ricardo Sievers

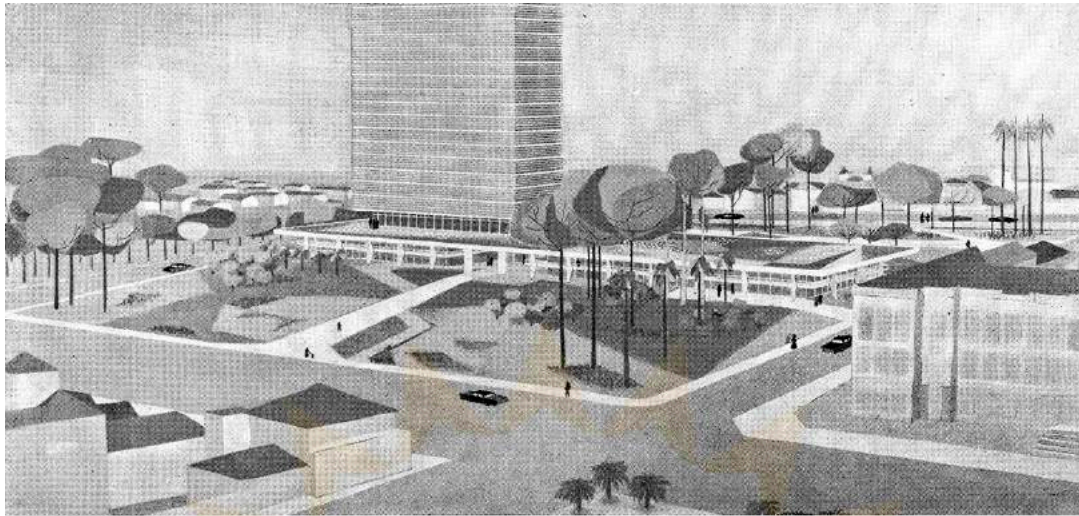
A principal estratégia do projeto vencedor é justificar o argumento a favor de uma composição compacta, com um único bloco, ao invés de fragmentar o programa. De acordo com os autores, a fragmentação em blocos apresentaria aspectos negativos como: a) a divisão do parque em espaços menores; b) as limitações de acesso às vias; c) ausência de unidade arquitetônica; d) excessiva ocupação da área do parque; e) “falta de majestosidade requerida em edifício público”.

Nesse sentido, o projeto proposto é resumido em uma lâmina vertical e esbelta, apoiada sobre um embasamento horizontal. A proposta, portanto, une as três funções (Executivo, Legislativo e Centro Comunal) em um só conjunto, implantado no centro do terreno, preservando a área verde correspondente ao Parque. O bloco horizontal abriga o Legislativo e o Centro Comunal, enquanto o bloco vertical abriga o Executivo. Tal proposta, segundo os autores, propiciou as seguintes vantagens:

- redução da taxa de ocupação e garantia da continuidade do parque;
- facilidade de acesso;
- restrição do tráfego de veículo na área do parque;
- unidade arquitetônica
- conjunto imponente e harmonioso.



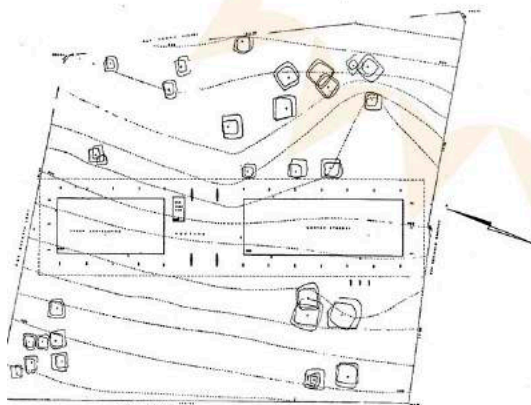
Figura 116. Paço Municipal de Campinas. Capa da *Acrópole*, n. 230, dez. 1957.
Projeto vencedor. Autores: Rubens Carneiro Viana e Ricardo Sievers.



ANTE PROJETO PARA O PAÇO MUNICIPAL E PARQUE CENTRAL DE CAMPINAS

PRIMEIRO PRÊMIO

Rubens Carneiro Vianna
Ricardo Sievers - arquitetos



Planta de situação

O concurso instituído pela Prefeitura Municipal de Campinas, de acordo com determinações do Sr. Ruy Helmeister Novais, operoso Prefeito Municipal, tinha por finalidade escolher o ante-projeto do novo edifício do Paço Municipal da cidade e do Parque Central Público. Em essência deveriam ser três blocos, respectivamente destinados ao Executivo, Legislativo e Centro Comunal, subordinados à exigência de um mínimo de área ocupada e o respeito absoluto às árvores existentes no local. Entre outros fatores a serem obedecidos e estipulados no edital, conta-se a taxa de ocupação que não poderia exceder a 1/3 da área disponível nem a área construída poderia superar o limite máximo de 17.400 metros quadrados. O terreno reservado para o desenvolvimento do ante-projeto mede aproximadamente 150 x 140 metros e está delimitada pela av. Anchieta, principal logradouro público, e as ruas Barreto Leme, Pedro Vieira e Benjamin Constant. Inicialmente elaboramos um ante-projeto em três blocos, que apresentou as seguintes desvantagens julgadas insuperáveis:

- Divisão do parque em pequenas porções, sem nenhuma característica de parque, ou jardim público;
- dificuldade de acesso dos logradouros públicos aos blocos e da comunicação entre os mesmos;
- ausência de unidade arquitetônica, pois os blocos funcionavam como peças de valores plásticos independentes;
- excessiva ocupação da área do parque; e
- falta de majestuosidade requerida em edifício público.

Figura 117. Paço Municipal de Campinas. *Acrópole*, n. 230, dez. 1957. Projeto vencedor. Autores: Rubens Carneiro Viana e Ricardo Sievers.

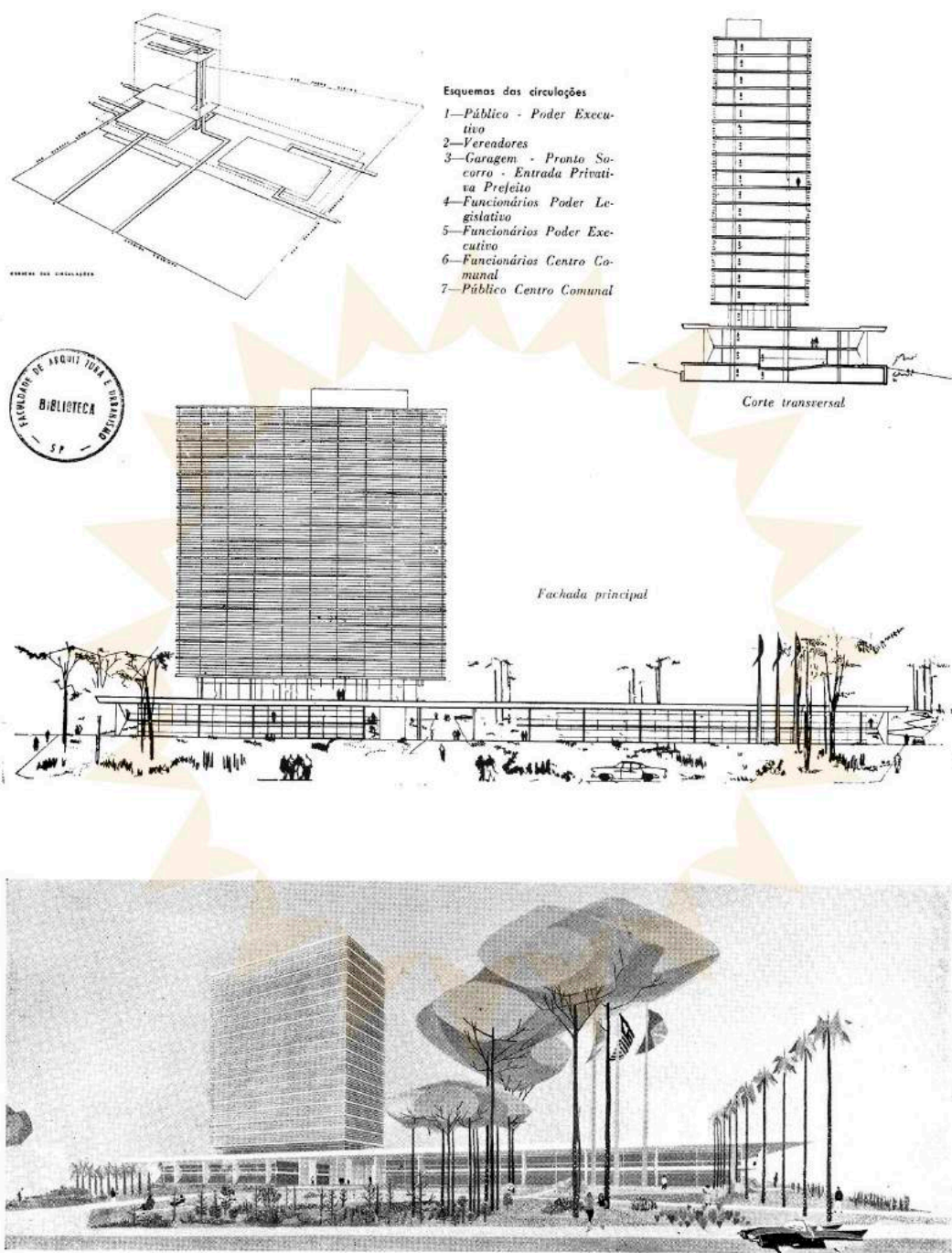


Figura 118. Paço Municipal de Campinas. *Acrópole*, n. 230, dez. 1957. Projeto vencedor. Autores: Rubens Carneiro Viana e Ricardo Sievers.

3º Lugar - Jorge Wilhelm, Jorge Zalszupin, Roberto Coelho Cardoso, Rosa Grena Kliass, Wladimir Kliass e Abrahão Sanovicz. Consultor de estruturas eng. Augusto Carlos de Vasconcelos.

O projeto classificado em terceiro lugar parte da premissa que o Paço Municipal de Campinas deve estar "integrado urbanisticamente na cidade". Tal postura é defendida em forma de texto, no memorial descritivo, e também graficamente, por meio de diagramas.

O memorial descritivo do projeto foi dividido nos seguintes tópicos: O Espírito (sobre a criação de praças e integração dos espaços abertos); O Parque Central (relação do futuro Parque Central com os demais espaços verdes da cidade) ; O Partido Geral (sobre a integração urbanística do Paço com os demais espaços da cidade, criando um Passeio Público e praças formadas a partir dos edifícios propostos); Os edifícios (sobre a composição e a funcionalidade dos edifícios que integram o conjunto) e A Estrutura (em que defende uma estratégia de maior liberdade de aproveitamento do espaço).

Ao analisarmos os diagramas do projeto classificado em terceiro lugar, no que se refere às estratégias projetuais (figura acima), percebe-se que a proposta se opõe claramente à opção adotada pelo projeto vencedor (bloco linear), ao optar por uma solução que prioriza um conjunto de “praças cívicas” e “passeio público”. Mais do que o terreno específico para o Paço, os autores propõem uma abordagem urbana e paisagística mais ampla, do que seria, conforme sugerem os autores: "o grande parque central de Campinas formado pela Praça Carlos Gomes, Escola Normal, Lago das Andorinhas e Praças Cívicas (lote proposto) sobre as quais está voltado o Paço”

Sobre o Partido Geral da proposta, os autores destacam:

É fundamental levar em conta o aspecto plástico do Paço, visto do Passeio, grande acesso natural do centro da cidade. (...) O desenho do piso do Passeio e a escadaria do Parque levam pelo caminho espontâneo e de menor declividade ao átrio sob as copas das quatro grandes árvores. Deste ponto abre-se repentinamente a perspectiva das duas praças internas de caráter cívico; deste ponto descortinam-se as fachadas de acesso do Legislativo e do Executivo. (...) Este suceder de espaços, na direção do acesso mais espontâneo, foi um dos motivos do partido adotado. (ACRÓPOLE, n. 230, p 46)

São propostas tipologias distintas para cada função: o Legislativo corresponde a um bloco horizontal compacto; para o Executivo é proposto um edifício vertical e estreito, com estrutura pouco usual (pórticos periféricos e tirantes na fachada). O Centro da Comunidade é um bloco horizontal composto por pátios internos (que aproveitam as árvores existentes) e propiciam uma via interna ao longo dos pátios ajardinados.

Curiosamente, fato pouco comum em revistas de arquitetura: são dedicadas três páginas da revista ao cálculo estrutural do referido projeto (pp. 64 a 66 - Projeto estrutural do engenheiro Augusto Carlos de Vasconcelos). O tema “Estruturas” é objeto de um tópico específico no memorial do terceiro colocado, em que a solução adotada é justificada: “pilares

colocados externamente ao recinto útil, deixando maior liberdade de aproveitamento do espaço”. Os elementos de circulação também são deslocados para fora da lâmina, a fim de aumentar a flexibilidade do pavimento.

Em dezembro de 1957 foi publicado na *Habitat* (n. 45) artigo sobre o concurso, com a lista dos seis primeiros colocados (sem divulgação das imagens dos projetos), trechos da Ata de Julgamento, pareceres sobre cada premiado e elogios à qualidade da organização do evento. O projeto de Adolpho Rubio Morales (paulista, porém formado na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro), segundo colocado no concurso, não foi publicado nas revistas pesquisadas. Não foram localizados registros sobre o referido projeto.

Sobre as estratégias projetuais adotadas, é interessante observar as distintas visões sobre o conceito de espaço cívico nos projetos premiados em primeiro e terceiro lugar e a abordagem adotada por cada equipe. Enquanto o projeto classificado em primeiro lugar adota a monumentalidade e a composição volumétrica como premissa, o segundo colocado se concentra nas qualidades do espaço urbano, o entorno e o percurso. No projeto de Vianna e Sievers a Arquitetura é protagonista, enquanto no projeto da equipe coordenada por Jorge Wilhelm o Urbanismo e o Paisagismo se destacam.

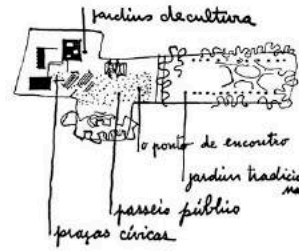
É importante ressaltar a composição da equipe que obteve o terceiro lugar, o que explica a abordagem adotada. O jovem Jorge Wilhelm (29) participou, naquele mesmo ano, do concurso para o Plano Piloto de Brasília e três anos antes havia concebido projetos urbanísticos em Mato Grosso. A atuação no campo urbanístico se destacaria em sua carreira, nas décadas seguintes. Há ainda a presença do paisagista Roberto Coelho Cardozo, responsável pela disciplina de Paisagismo na FAU/USP (DEDECCA, 2001) e de Rosa Grena Kliass (25), que ainda era estudante.

A composição da comissão julgadora, liderada por Rino Levi e Afonso Eduardo Reidy e suas visões canônicas sobre o moderno definiram o caminho da escolha, pelo “conjunto singelo, harmonioso e imponente, adequado à sua finalidade” do primeiro colocado, nas palavras do Júri. Sobre o terceiro lugar, apesar de destacar a qualidade dos espaços abertos entre os edifícios e facilidade para futuras ampliações (uma das demandas do programa), apresentava “graves falhas na disposição dos serviços e das circulações”. Rino Levi, oito anos depois (1965), seria o vencedor de um concurso privado para o Paço Municipal de Santo André (*Acrópole*, n. 320, ago. 1965), com projeto marcado pela composição volumétrica.

Os arquitetos Rubens Carneiro Viana (43) e Ricardo Sievers (formado na Argentina) estabeleceram parcerias e participaram de outros concursos, alguns dos quais citados neste trabalho. Destaca-se, entre eles, o concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo (que será abordado mais adiante), em parceria com Adolpho Rubio Morales, segundo colocado no concurso para o Paço Municipal de Campinas.

As obras do Paço Municipal de Campinas foram iniciadas em 1966 e concluídas em 1968. O conjunto passou a ser denominado Palácio dos Jequitibás.

Integração urbanística do conjunto



CAMPINAS, PAÇO MUNICIPAL E PARQUE

TERCEIRO PRÊMIO

Jorge Wilhelm, Jorge Zalszupin, Roberto Coelho Cardozo, Rosa Grena Kliass, Wladimir Kliass, Abraão Sanovicz — Eng. A. C. Vasconcelos, consultor estrutural

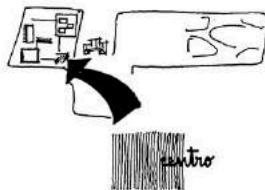
O ESPÍRITO

Tradição não é uma cópia de formas, estilos e materiais; sua perpetuação implica na apreensão do que há de fundamental em nosso passado. Praças, muros de pedra, uso intensivo de cores, jogo simples de claro-escuro, defesa do excesso de sol e luz, — são constantes em nossa arquitetura.

Este espírito tentou ser conservado através um partido geral que integrasse espaços abertos, formando praças claramente limitadas por muros e edifícios cujas fachadas pudessem ser totalmente valorizadas plásticamente. O uso de certos elementos como: azulejos na fachada da Biblioteca, sobre a Praça Grande, elementos vazados na face noroeste do Executivo, pórticos e beirais no centro da Comunidade, — visam também criar uma ambientação que nos ligue a uma tradição.

O PARQUE CENTRAL

O Paço Municipal, símbolo de Campinas, deve estar, integrado urbanisticamente na cidade. A posição de seus edifícios deve tomar em consideração a afluência do público e a posição relativa ao centro da cidade; esta afluência será predominantemente de pedestres, devido à proximidade do centro de negócios que se liga ao Paço pela passagem existente entre a Rua General Osório, a Praça das Andorinhas e a Escola Normal.



O Parque Central de Campinas, cidade tradicionalmente rica em Praças, não poderá limitar-se ao lote proposto afim de estar em proporção com seu significado. Aliás, o caráter do espaço aberto que defronta o Paço será forçosamente diferente do caráter mais informal daquela parte do Parque que se destina a passeio de recreação; — o lote proposto é exíguo face ao programa e a esta diferenciação de caráter dos espaços abertos.

A feliz posição das Praças das Andorinhas e Carlos Gomes e as considerações acima levaram-nos a ampliar a conceituação de Parque Central; criamos um Passeio Público que dê à Praça das Andorinhas a função de vestibulo para o conjunto do Paço, em lugar da atual posição de ilha ajardinada. Este passeio ligará inclusive o Jardim da Escola Normal integrando-o ao mesmo tempo na Praça Carlos Gomes e na nova Praça das Andorinhas. Ao lado do cinema já existente, uma legislação restritiva acarretará uma série de cafés e restaurantes com mesas e guarda-sóis sobre o passeio. Dêste modo será formado um Parque Central condizente com seu nome, integrado por áreas verdes adequadas a funções diversas: jardim tradicional, Passeio Público informal e ponto de encontro, praças cívicas do Paço, jardins e pórticos de cultura do Centro da Comunidade (vide clichê acima).

As modificações sugeridas no trânsito para completar o grande Parque Central que, a nosso ver, extravasaría de qualquer modo para as proporções acima conceituadas, são extremamente simples.

O PARTIDO GERAL

É fundamental levar em conta o aspecto plástico do Paço, visto do Passeio, grande acesso natural do centro da cidade. A enorme massa formada pela copa das árvores na confluência da Av. Anchieta e da Rua Benjamin Constant, impedirá a vista de qualquer edifício com menos de 15 andares.

Figura 119. Paço Municipal de Campinas. *Acrópole*, n. 230, dez. 1957. Terceiro lugar. Jorge Wilhelm, Jorge Zalszupin, Roberto Coelho Cardoso, Rosa Grena Kliass, Wladimir Kliass e Abrahão Sanovicz. Consultor de estruturas eng. Augusto Carlos de Vasconcelos.

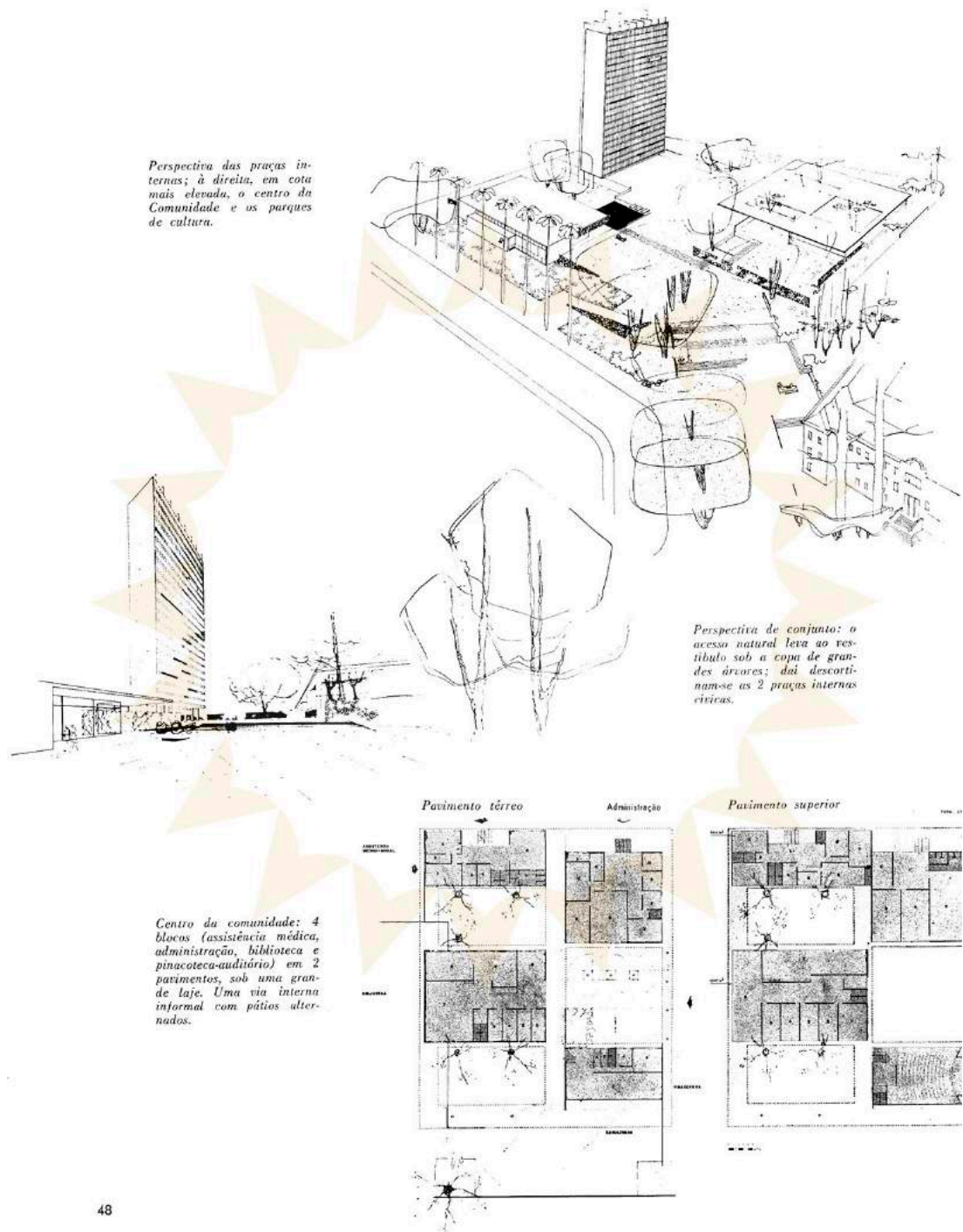
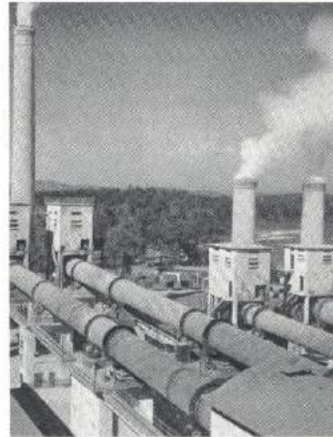


Figura 120. Paço Municipal de Campinas. *Acrópole*, n. 230, dez. 1957. Terceiro lugar. Jorge Wilhelm, Jorge Zalszupin, Roberto Coelho Cardoso, Rosa Grena Kliass, Wladimir Kliass e Abrahão Sanovicz. Consultor de estruturas eng. Augusto Carlos de Vasconcelos.



O cimento Portland MAUA supera as especificações exigidas para cimento Portland no mundo inteiro.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

Rio de Janeiro

Concurso do Paço Municipal de Campinas

Entre as dificuldades que têm cercado os nossos concursos, e a irregular conclusão a que se tem chegado muitas vezes — resalta a necessidade de um louvor para a execução do Concurso de Anteprojetos para o Paço Municipal de Campinas.

Este acontecimento foi, para a arquitetura, um dos fatos marcantes do ano, e seria interessante que outros prefeitos considerassem o esforço realizado pelo governador de Campinas, no sentido de efetuar um concurso que pode ser apresentado como modular desde a sua origem, ao final desenvolvimento e resultado colhido.

Foram rigorosamente observados todos os itens constantes do edital. Inspirado pelo departamento paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil, e não houve qualquer prorrogação de prazo para a entrega. Os concorrentes que chegaram atrasados com os seus trabalhos perderam a oportunidade, pura e simplesmente. Essa nova maneira de proceder deveria constituir-se em norma para sempre estabelecida. Não se admite sequer o atraso de horas, quando o prazo estipulado foi por todos aceito, sem qualquer restrição.

O concurso, então, foi encerrado no prazo e julgado no prazo. Compuseram o Júri os arquitetos Rino Levi, presidente, indicado pelo IAB de São Paulo; Afonso Eduardo Reidy, indicado pelo IAB (departamento central) e Umberto Aveniente, indicado pela delegacia de Campinas do IAB. Como assistente, agregou-se ao Conselho Julgador o arquiteto Plínio Croce. O resultado do julgamento foi o seguinte: arquitetos Rubens Carneiro Viana e Ricardo Sievers, em 1.º lugar (400 mil cruzeiros); arquiteto Adolfo Rubio Moraes, em 2.º, com prêmio de 100 mil cruzeiros; arquiteto Jorge Wilhelm, em 3.º, com 50 mil cruzeiros; arquitetos Giancarlo Gasperini, Salvador Candia e Fábio

Moura Penteado, em 4.º, 5.º e 6.º lugares, com 30 mil cruzeiros cada um.

O projeto vencedor, por certo, constitui a solução mais simples obtida entre os anteprojetos apresentados.

São as seguintes as observações feitas pelo Conselho Julgador em relação a cada um dos trabalhos classificados:

"Anteprojeto vencedor (arquiteto Rubens Carneiro Viana e Ricardo Sievers) — boa implantação do edifício no terreno; a solução adotada apresenta um conjunto singular, harmonioso e imponente, adequado à sua finalidade. Orientação desfavorável do bloco do Executivo nos pavimentos elevados, tendo sido, todavia, previsto dispositivo de proteção. Flexibilidade e boa disposição dos serviços e circulações. Deficiências na distribuição dos serviços do Legislativo, de fácil correção. A simplicidade do partido adotado facilita eventuais correções internas.

2.º colocado (arquiteto Adolfo Rubio Moraes) — boa implantação dos edifícios, prejudicada, todavia, pela obstrução da visual do bloco elevado do Executivo para o observador colocado na Avenida Anchieta. Orientação desfavorável de bloco do Executivo, tendo sido, todavia, previsto dispositivo de proteção nos pavimentos elevados. Flexibilidade e boa disposição dos serviços e circulações. Apresenta apreciáveis qualidades plásticas e consegue conferir nobreza aos espaços internos. Facilidade para ampliações.

3.º colocado (arquiteto Jorge Wilhelm) — boa implantação no terreno principalmente quanto à disposição dos espaços abertos entre os edifícios e a sua posição em relação ao parque. Estas qualidades são evidenciadas, também, pela argumentação feita no relatório. Boa orientação do bloco do Legislativo nos pavimentos elevados o qual apresenta facilidade de futuras ampliações.

Boa solução plástica do conjunto. Ao lado das boas qualidades acima apontadas o anteprojeto apresenta graves falhas na disposição dos serviços e das circulações. Interessante a solução estrutural apresentada para o bloco do Executivo.

4.º colocado (arquiteto Giancarlo Gasperini) — boa implantação dos edifícios, principalmente devido à sua localização na parte mais alta do terreno, tendo em vista, também, a preservação da vegetação existente. A solução adotada, entretanto, dificulta ampliações futuras. Orientação desfavorável do bloco do Executivo, nos pavimentos elevados. Dispersão e graves falhas de circulação e disposição dos serviços do Legislativo. Razoável disposição dos serviços e circulação dos blocos do Executivo e do Centro da Comunidade.

5.º colocado (arquiteto Salvador Candia) — implantação dos edifícios um tanto dispersa. Não é feliz a disposição dada aos vários blocos em relação às visuais do conjunto.

Orientação desfavorável do bloco do Executivo, tendo sido, todavia, previsto dispositivo de proteção. As plantas do bloco do Executivo, nos andares elevados, são claras e com circulação bem resolvida. Dispersão e graves falhas de circulação e disposição dos serviços no Centro da Comunidade e no Legislativo. Boa solução da garagem com acessos diretos para o Executivo e o Legislativo.

6.º colocado (arquiteto Fábio Moura Penteado) — razoável a implantação dos edifícios, apresentando dois blocos de forma singular, sem indicar, contudo, a solução paisagística. Boa insolação do bloco elevado destinado ao Executivo. Má distribuição dos espaços internos sob os aspectos funcional e da circulação.

No próximo número ofereceremos ampla documentação do projeto vencedor.

Figura 121. Paço Municipal de Campinas. *Habitat*, n. 45, dez. 1957.



Figura 122. Paço Municipal de Campinas. Obra construída.
Autores: Rubens Carneiro Viana e Ricardo Sievers.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas.

1958 a 1971 . a dispersão do campo

Concursos em crise, regras em revisão

Enquanto isso... o Toronto City Hall

O espaço privilegiado dos clubes

Assembleia Legislativa de São Paulo: diversidade de linguagens

Sede da Peugeot: celebração internacional.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais: concursos e confrontações

Pavilhão do Brasil na Expo 1970: brutalismo e brutalidade

Entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 eventos importantes ocorrem no contexto internacional: a Revolução Cubana é deflagrada em 1959, mesmo ano em que se inicia a Guerra do Vietnã. É também nesse período que ocorre a independência de várias nações africanas, até então colonizadas por países europeus, entre elas a Argélia, após oito anos de guerra contra a França. Em 1960, *The Beatles* surgem em Liverpool. Em 1962 é deflagrada a “crise dos mísseis em Cuba”. Nos Estados Unidos, o presidente J.F. Kennedy é assassinado em 1963 enquanto, no mesmo ano, Havana sediava o Congresso da União Internacional de Arquitetos.

No Brasil, finalizado o governo desenvolvimentista de Juscelino, o período de 1961 a 1964 foi marcado pela instabilidade democrática que culminou com o Golpe Militar: Jânio Quadros assumiu a presidência em janeiro de 1961 (em Brasília), em eleições democráticas e renunciou sete meses depois, em agosto do mesmo ano. João Goulart, seu vice e opositor, assumiu a presidência - contrariando os militares que o consideravam comunista - e foi deposto em 1964, diante do Golpe Militar.

O projeto e a construção de Brasília marcam a cultura política e arquitetônica do país, como ponto de inflexão. Conforme relata o arquiteto Sérgio Ferro (citado por Miguel Pereira):

Brasília marcou o apogeu e a interrupção dessas esperanças: logo freamos nossos tímidos e ilusórios avanços sociais e atendemos ao toque militar de recolher. (Sérgio Ferro, citado por Miguel Pereira, 1997, p.110)

O período foi marcado por situações conflitantes: de um lado um cenário de recuperação econômica (favorecido também pelo contexto internacional) que teve reflexo no campo profissional, com a ampliação de oportunidades; do outro, a repressão e a censura, que levaram diversos profissionais ao exílio ou à exclusão dos quadros nas universidades importantes. Nos primeiros anos após o golpe militar os concursos continuaram como na década anterior: escassos. Não houve mudanças relevantes na política sobre os concursos, em comparação com o período anterior. A repressão, no entanto, levaria ao encerramento das principais revistas e afetaria a difusão dos concursos e a recepção editorial dos mesmos. A ditadura militar se instalou no Brasil e durou mais de duas décadas. Conforme descreveu Artigas:

Depois do golpe as coisas ficaram muito difíceis. A censura atingiu todos os aspectos da vida cultural brasileira. (...) O que o Golpe de 64 fez, com a censura, foi nos dispersar. Perdemos nossa unidade. (Artigas, 1984, p.174)

Concursos em crise, regras em revisão

Acrópole, n. 237, jul. 1958.

Acrópole, n. 238, jul. 1958.

Acrópole, n. 241, nov. 1958

Acrópole, n. 242, dez. 1958.

Acrópole, n. 243, jan. 1959.

No boletim do IAB-SP publicado no número 237 da *Acrópole* (Julho de 1958) – mesmo número em que foi publicada a “autocrítica” de Niemeyer e a “revisão crítica” de Artigas - foi divulgada nota de que o IAB-SP estava estudando “Normas Mínimas para Concursos de Arquitetura”, sob a responsabilidade de Rino Levi. Vale lembrar que seis anos antes, em 1952, haviam sido publicadas pela primeira vez na *Acrópole* (n.166, Fevereiro) as “Normas básicas para concursos de Arquitetura”, também assinadas por Rino Levi, naquela ocasião em conjunto com Roberto Cerqueira Cesar.

Também nesse mesmo número da *Acrópole* (n.237), o arquiteto Jorge Wilhelm assinou artigo em que criticava a organização do concurso para o Complexo Esportivo de Santo André: “O concurso (e escândalo) de Santo André” (WILHEIM, 1958). O arquiteto criticou a ausência do IAB na organização do concurso, a não divulgação dos nomes que integravam a Comissão Julgadora e o prazo para envio das propostas (quatro semanas). Como resultado, segundo Wilhelm, a participação foi limitada e os “resultados forçosamente menos brilhantes”.

O projeto vencedor foi de autoria dos arquitetos Julio Neves e Pedro Paulo de Melo Saraiva. O segundo lugar foi compartilhado entre três projetos: do arquiteto Maurício T. Schneider; do arquiteto Nestor Lindenberg e da equipe composta pelos arquitetos Rubens Carneiro Vianna e Ricardo Sievers (vencedores do concurso para o Paço Municipal de Campinas) em conjunto com R. Morales.

O texto de Wilhelm é um raro exemplo de análise crítica de projetos na *Acrópole*, que em geral se limitava à publicação dos premiados paulistas, com o memorial descritivo escrito pelos autores. Em seu texto, cada projeto é apreciado e são apresentados comentários sobre as qualidades e limitações de cada um, desde a implantação às soluções de acesso, conexão urbana e plasticidade. Sobre o projeto vencedor, o autor resume:

O projeto dos arquitetos Júlio Neves e Pedro Paulo Saraiva destaca-se nitidamente dos demais não apenas por sua feliz implantação, mencionada em primeiro lugar. Seu aspecto plástico apresenta mais unidade e originalidade que os demais. Deve-se ainda frisar que tal originalidade não é gratuita; percebe-se a colaboração estrutural recebida (eng. Zuccolo) e o bom gosto que afasta formalismos. Do ponto de vista plástico, o estádio é o ponto alto, certamente um dos mais bonitos até hoje projetados no Brasil. (WILHEIM, 1958, s.p).

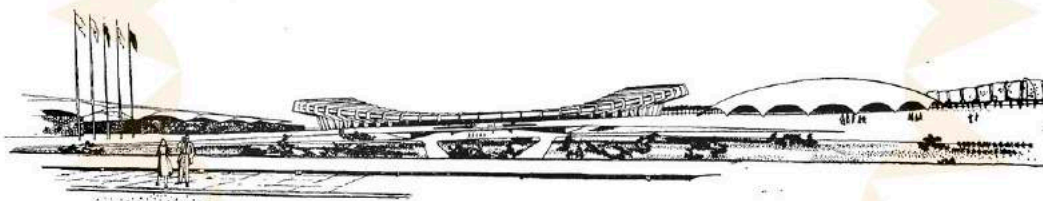
Jorge Wilhelm

O título extremamente "jornalístico" visa chamar a atenção e alertar os colegas, como poderão perceber pelo texto que segue. Foi publicado em maio deste ano o edital de concurso para anteprojeto de um conjunto esportivo compreendendo estádio, ginásio, piscina, quadras de tênis e tratamento paisagístico. O patrocinador era a Prefeitura de Santo André. O edital era razoável, apenas fazendo-se notar a ausência do I.A.B. na organização do concurso, a ausência de nomes do júri e especialmente o prazo por demais curto (quatro semanas!) face à complexidade do problema. Devido a estes fatores, houve participação limitada e resultados forçosamente menos brilhantes se compararmos este concurso à outros realizados ultimamente.

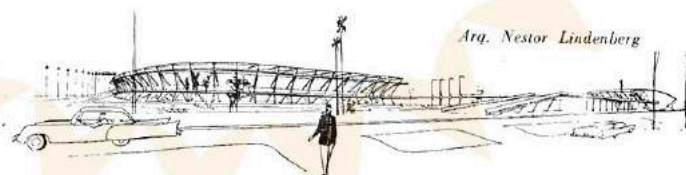
Uma obra de arquitetura, na medida em que aumenta sua importância social, adquire valor de símbolo e monumento. No caso do problema em pauta, sua relação com a coletividade (a cidade) parece-nos por isso constituir-se no ponto de vista fundamental para uma análise crítica. Surge assim o problema da implantação do conjunto: a imponência e escala da obra requer um espaço e referências; estas poderiam ser obtidas de diversas formas: fazendo surgir subitamente uma grande praça e sua arquitetura (tática da "surpresa", vide Praça S. Marcos em Veneza ou a Co-

lunata de Bernini no Vaticano, antes das reformas "mussolinianas"); ou criando planos elevados que permitissem vista elevada (vide teatros gregos); ou a grande visual, a avenida de acesso, a grande esplanada. O projeto vencedor (arqs. Júlio Neves e Pedro Paulo Saraiva) escolheu este último caminho abrindo corajosamente uma avenida de fundo de vale indo do centro de Santo André à praça que marca o eixo do conjunto. O projeto do arquiteto Maurício T. Schneider (segundo lugar ex-aequo) adotou a segunda possibilidade. Os demais classificados (arq. Lindenberg e arq. Rubens C. Vianna, Ricardo Sievers e R. Morales, segundo lugar ex-aequo) pecam pela falta duma clara conceituação na implantação da obra e sua relação com a cidade. Muito presos às vias de acesso existentes (e insuficientes) não resolveram, a nosso ver, de forma feliz a ligação obra individual — cidade. Indiscutivelmente a implantação mais feliz é a do primeiro colocado e este fato seria mesmo suficiente para garantir sua classificação.

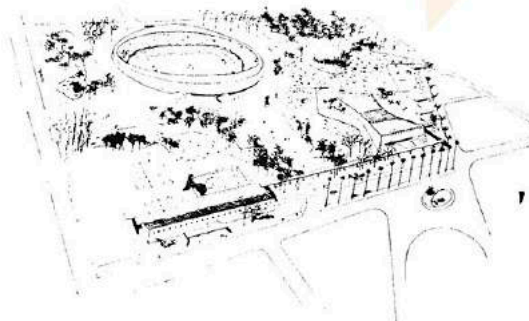
Analisado este primeiro ponto de vista que consideramos fundamental, — passamos em revista isoladamente cada projeto classificado. O arq. Lindenberg não definiu, a nosso ver, suficientemente as entradas; o desdobramento dos acessos (numeradas e gerais) por meio de rampas e circulação pareceu-nos feliz, com o ingressos principal numa esplanada. A vista sobre



1.º Prêmio: Arqs. Julio Neves e Pedro Paulo Saraiva



Arq. Nestor Lindenberg

Arqs. Rubens Carneiro Vianna,
Ricardo Sievers e R. Morales

Arq. Maurício T. Schneider

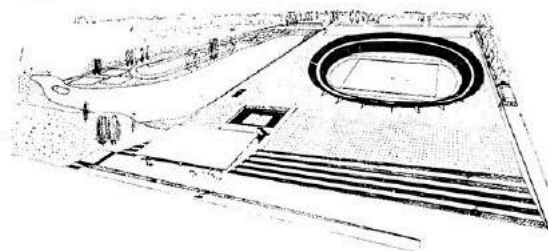


Figura 123. *Acrópole*, n. 237, jul. 1958.
O concurso (e escândalo) de Santo André. Jorge Wilhelm.

A crítica de Wilhelm, sintetizada no termo “escândalo” que acompanha o título, não é direcionada aos projetos, e sim ao processo e seus desdobramentos. O autor menciona que o prefeito teria anulado o concurso, por irregularidades na entrega do projeto vencedor (supostamente entregue em atraso), o que teria motivado recursos de outros concorrentes.

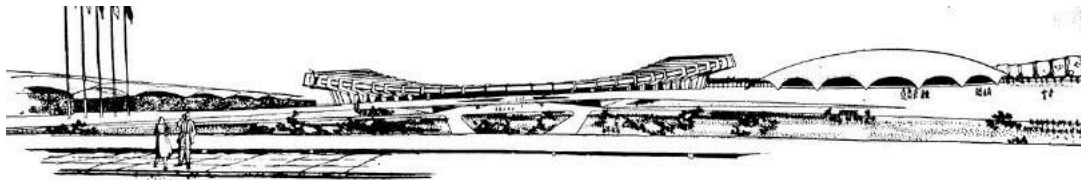
O número 238 da *Acrópole* (Agosto de 1958) traz a publicação do projeto vencedor, ao qual são dedicadas três páginas, com diagramas, perspectivas, desenhos técnicos e memorial descritivo. Os demais premiados não foram publicados.

De acordo com um dos autores do projeto vencedor, o arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva, a prefeitura decidiu cancelar o contrato. Após oito anos de processo judicial, os arquitetos finalmente ganharam o direito de desenvolver o projeto, que foi executado apenas parcialmente (o estádio), e com alterações em relação ao projeto original.

Também no número 238 da *Acrópole* foi publicado mais um artigo com críticas a um concurso realizado, desta vez em relação ao que escolheria o projeto para o Palácio Legislativo do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. O texto é assinado por Edgar Graeff e uma nota editorial no topo do texto associa a motivação do artigo à “controvérsia surgida por ocasião da abertura do concurso”.

O texto, intitulado “Palácio Legislativo: monumento do povo” (GRAEFF, 1958), parte de uma abordagem hermética e inicialmente pouco elucidativa, com evocações retóricas à comédia grega, Achiles e Homero, e depois aos faraós e deuses egípcios. Ao longo do texto, os argumentos ficam mais claros. O que está em questão, na crítica do autor, essencialmente, é o conceito de “monumentalidade” como base para definir a quem caberia realizar o projeto:

Esqueceu-se o próprio significado do termo [monumentalidade]. E quando se pede um Palácio, nasce a confusão. Para saber quem pode e quem não deve projetar o Palácio, recorre-se à lei, que é uma espécie de balancete geral das atribuições profissionais. E lá permanece a confusão sob a forma de palavras misteriosas: obras de caráter essencialmente artístico e monumental. (GRAEFF, 1958, s.p)



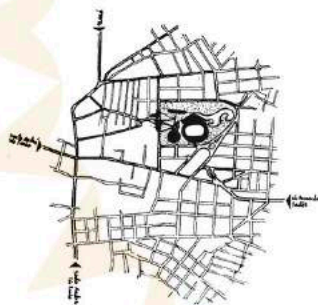
ESTÁDIO MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

projeto	Julio José Franco Neves e Pedro Paulo de Melo Saraiva - arquitetos
estrutura	Roberto Rossi Zuccolo - eng. civil

Urbanização

Da análise do terreno na configuração urbana conclui-se:

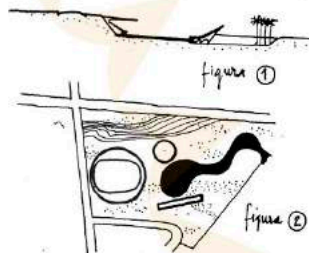
- 1 — vias de acesso deficientes;
- 2 — o remanejamento das vias existentes é uma solução parcial e de alcance limitado;
- 3 — necessidade de uma via de acesso rápido; donde teremos como solução ideal a abertura de uma avenida nas devidas proporções, com as características:
 - 1 — orientação de seu leito no sentido de maior fluxo de tráfego, aproveitando terreno em fundo de vale existente;
 - 2 — chegada monumental garantindo boas visuais de conjunto;
 - 3 — ampla praça de retôrno, garantindo a continuidade do tráfego.



Implantação

Como fator principal da implantação no terreno temos o volume do estádio com as soluções possíveis:

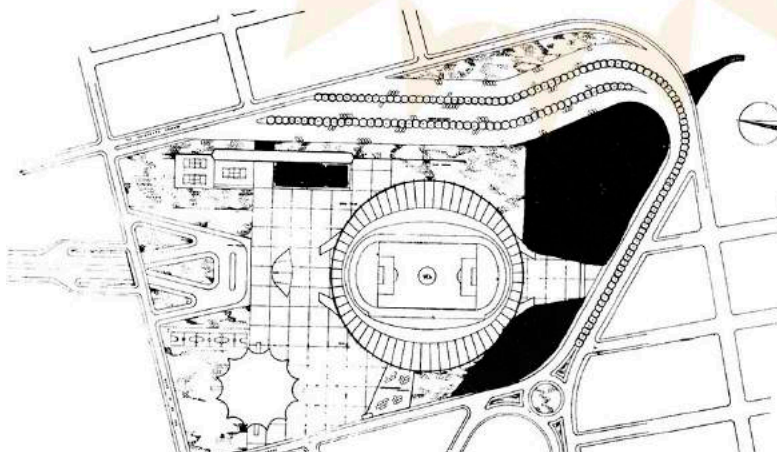
A solução 1, além de ser plásticamente disforme apresenta o grave inconveniente de uma circulação assimétrica.



A solução 2 destrói o valor das peças menores localizadas atrás do Estádio além de dificultar sua circulação.

A solução 3 é a mais indicada, pois agrega o espírito orientador do trabalho às condições do terreno:

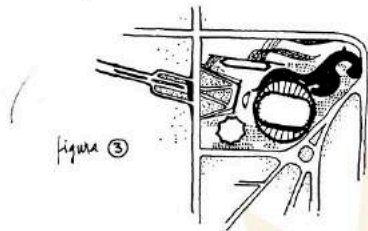
- a — perfeito equilíbrio de volumes no terreno;
- b — circulação interna através de ampla praça;
- c — complementação da urbanização proposta através de arquitetura paisagística;
- d — aproveitamento dos desníveis existentes no terreno oferecendo à entrada principal abrigada independência absoluta do tráfego secundário, ao Estádio arquivancada natural em sua parte inferior e acessos por todo o seu perímetro e à piscina um fundo de terreno natural;



Planta de situação e urbanização

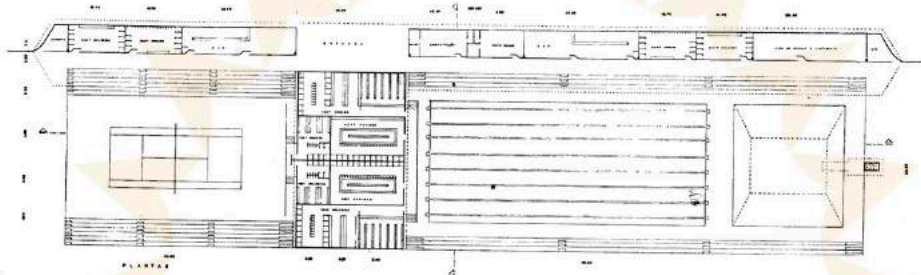
Figura 124. *Acrópole*, n. 238, ago. 1958.
Concurso para o Estádio Municipal de Santo André. Projeto vencedor.
Autores: Julio José Franco Neves e Pedro Paulo de Melo Saraiva.

- e — locação ideal do eixo do campo quanto a orientação;
- f — terraceamento do barranco possibilitando a obtenção de considerável área de estacionamento;
- g — separação das atividades sociais, recreativas e desportivas.



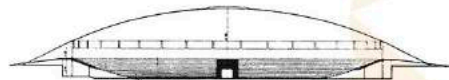
Detalhes técnicos

- a — Movimento de terra
face ao partido adotado, o movimento de terra se resume a um mínimo de regularizações locais, em sua maioria de efeitos paisagísticos.
- b — Drenagens e canalizações
a retificação imprescindível em qualquer hipótese e do córrego existente, e sua consequente canalização, possibilita um meio de vazão seguro ao sistema de drenagem. O desnível existente, ora aproveitado, garante folga sôbre o lençol freático independente de bombeamento.
- c — Estrutura
o material empregado na estrutura é o concreto armado e o protendido, visto serem os únicos que praticamente dispensam conservação. Após vários estudos, cálculos de dimensiona-

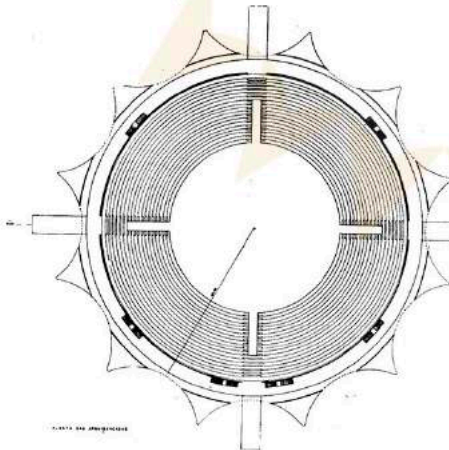


Planta da piscina, quadras de tênis e dependências

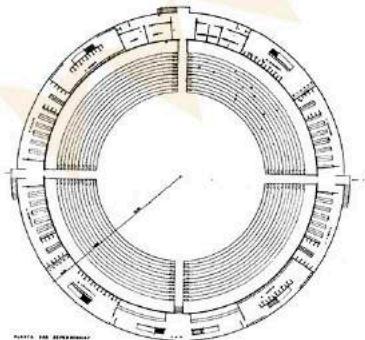
GINÁSIO — o diâmetro das arquibancadas é de 68,80 m e altura 15,60 m.



Corte



Arquibancadas



Dependências

Figura 125. *Acrópole*, n. 238, ago. 1958.
Concurso para o Estádio Municipal de Santo André. Projeto vencedor.
Autores: Julio José Franco Neves e Pedro Paulo de Melo Saraiva.

A crítica de Graeff é uma referência ao regulamento do concurso, que admitiria a participação de outros profissionais, além dos arquitetos, no certame. De acordo com a regulamentação profissional da época (Decreto 23.569/1933), no artigo 30, caberia aos arquitetos ou engenheiros-arquitetos “o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras que tenham caráter essencialmente artístico ou monumental”. Em resumo, não havendo tal caráter monumental (na visão dos organizadores do concurso), o projeto poderia ser concebido também por engenheiros civis, sem formação em Arquitetura. O concurso, neste como em outros casos, foi cenário de embates entre campos profissionais, comuns nas décadas de 1940 e 1950. O autor ainda continua:

O pensamento usurário – em cujo estandarte lê-se o dístico “tempo é ouro” – não percebe valores além da quantidade. Para ele, no Palácio, o essencial há de ser a máquina de fazer leis. (...) O essencial não é a máquina de fazer leis. O principal não é a pedra com seu peso e sua resistência – é a mensagem que se vai utilizar da pedra, a ideia que se vai fazer palavra de granito. (...) Não são as pedras e a máquina que geram o monumento. A semente do monumento é a ideia, a essência que derrama sobre as coisas, que dignifica a pedra e a máquina. É algo capaz de tocar o coração dos homens e elevá-los na sua própria dignidade. (GRAEFF, 1958, s.p)

Em decorrência das controvérsias do concurso para o Palácio Legislativo do Rio Grande do Sul, meses depois, em Dezembro de 1958, foram publicadas as “Novas Recomendações às Normas de Concursos de Arquitetura”, no Boletim do IAB-SP, na *Acrópole* (n.242), resultado de reunião do Conselho Superior (COSU) do IAB. As recomendações se resumem, em essência, aos procedimentos de envio e ao julgamento. No que se refere ao envio, recomendou-se que fosse considerado como prazo final de envio dos trabalhos a data de registro nos correios ou empresas de transporte e não a data de entrega do projeto no local indicado, a fim de garantir isonomia entre os participantes das diversas partes do país. O regulamento atual do IAB considera tal recomendação.

No que se refere ao julgamento, a crítica se concentra no “júri administrativo” que foi instituído no concurso para o Palácio Legislativo do Rio Grande do Sul, que teria a função de fazer avaliações preliminares de aspectos legais ou programáticos. A comissão prévia eliminou diversos projetos pelo descumprimento do edital, restando 17, de 36 projetos submetidos ao concurso, para a avaliação do “júri arquitetônico”. A Comissão Administrativa, que eliminou 19 dos 36 trabalhos submetidas, era composta por deputados, funcionários do Legislativo, engenheiros e arquitetos locais. Comissão julgadora do concurso (“júri de arquitetos”) que avaliou os 17 projetos restantes foi composta pelos arquitetos Acácio Gil Borsoy (Recife); Alcides da Rocha Miranda (Rio de Janeiro); Rino Levi (São Paulo) e Sylvio de Vasconcellos (Minas Gerais). O primeiro prêmio coube ao arquiteto Gregório Zolko (26). A Assembleia Legislativa (Palácio Farroupilha) foi construída entre 1961 e 1967.

A propósito da controvérsia surgida por ocasião da abertura do concurso para o Palácio Legislativo do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, o arquiteto Edgar Graeff publicou na imprensa desta cidade o artigo que abaixo transcrevemos e que, pelo sentido de suas palavras, muita coisa nos lembra sobre a importância de determinados projetos que devem ser resolvidos exclusivamente por arquitetos.

Não é a lei que causa esta confusão — é o esquecimento. Depois de iniciada a comédia, os homens esqueceram a essência da monumentalidade.

Há quem acredite que tudo não passou de um equívoco formal: formas dissociadas da vida teriam corrompido o sentido dos monumentos.

Não creio nisso. Pois cada essência acaba gerando as formas que lhe convêm. E aí está o mundo, repleto de novas formas, porém vazio de novos monumentos.

No fundo, foi a vida que perdeu a noção da grandeza. E o formalismo não passa de consequência.

Porque o monumento — como a epopéia — não nasce ao arbitrio do artista. Ele brota de milhões de olhares que se concentram. Germina da admiração, do carinho e do respeito de um povo. E este “juízo” emocional traduz o reconhecimento público da autenticidade do poder e da grandeza.

Na comédia, nesta farsa sem grandeza, não é a forma que falha — é o conteúdo. Nela não há nem admiração, nem carinho e nem respeito. Só desprezo. E algum riso, quem sabe.

Antes era o sangue. Vermelho ou azul, mas sangue. E o sangue jorra do coração, ferve nas veias e alimenta heróis. Heróis e deuses.

Foi por caminhos de sangue que Achiles encontrou Homero. Foi o sangue que amalgamou as pedras das Catedrais.

Mas, depois, veio o dinheiro, frio, que comicha nas mãos e as transforma em garras.

Se o herói é o dileto do sangue, o usurário é o primogênito do dinheiro.

E de uma conta-corrente nasceu o poder sem grandeza. Começou a farsa.

Perdeu-se a noção da qualidade. A quantidade mediu o valor das cousas, dos fatos e dos homens.

E não mais foi possível compor monumentos. Porque monumento é qualidade reconhecida, arandza interior.

Esqueceu-se o próprio significado do termo. E quando se pede um Palácio, nasce a confusão. Para saber quem pode e quem não deve projetar o Palácio, recorre-se à lei, que é uma espécie de balancete geral das atribuições profissionais. E lá permanece a confusão sob a forma de palavras misteriosas: obras de caráter essencialmente artístico e monumental.

* * *

O pensamento usurário — em cujo estandarte lê-se o dístico “tempo é ouro” — não percebe valores além da quantidade. Para ele, no Palácio, o essencial há de ser a máquina de fazer leis. Boas leis, naturalmente, mas baratas. A maior produção no menor período de tempo como convém a uma fábrica moderna.

O pensamento usurário acostaria de escriturar as estrêlns do céu — e jamais compreenderá uma Pirâmide do Egito.

Vejam. Lá vai ele, pela corrente do Nilo, com sua tabela, seu metro e seu ábaco. Conta as pedras, mede a base, verifica o volume: cinco hectares cobertos pela base, 230 metros de lado, 146 metros de altura, 2.500.000 metros cúbicos de pedra — o suor de 10.000 felás durante dez anos...

Como tudo lhe parece estúpido, só para esconder um defunto embalsamado!

Sim, é realmente estúpido isso das pedras e do defunto. Tão estúpido como isso do metro e do ábaco.

Porque ali não se trata das pedras — trata-se da Pirâmide: do túmulo de um deus. E não importa que o Faraó fôsse um deus de mentira. Pois grande e divino era o filho de Amon das grandes esperanças do seu povo. E a Pirâmide não é pedra para ser medida e pesada: é um brado de resistência que se planta altivo entre o verde do vale e a areia do deserto, entre a vida e a morte. E nesse grito terrível de suor e sangue vai uma esperança e uma decisão: VIVER.

A voragem de quarenta séculos tudo arrastou: o Faraó e seus generais, Amon e Osiris, os escravos e os conquistadores. Lá, porém, permanecem o Nilo e as areias e esse gigante — o felás — cultivando seu trigo e apascentando seu gado à sombra da sua esperança de granito, do seu brado de pedra, da sua decisão de eternidade. Aquilo não é um túmulo de pedra — é uma fonte de vida.

* * *

O essencial não é a máquina de fazer leis. O principal não é a pedra com seu peso e sua resistência — é a mensagem que se vai utilizar da pedra, a idéia que se vai fazer palavra de granito.

E’ bom, necessário e indispensável que a máquina de fazer leis funcione com plena eficiência; que os pilares e as vigas, os pisos e os tetos resultem sólidos e resistentes; que o ar e a luz, o som e o conforto correspondam às exigências biológicas e à atividade prática dos homens. Mas tudo não passa da condição primária de existência do edifício. Até aí, ele terá a mesma qualidade essencial do silo que preserva o trigo, da represa que acumula a água.

Nada disto, porém, faz o Palácio. Não são as pedras e a máquina que geram o monumento. A semente do monumento é a idéia, a essência que derrama sobre as cousas, que dignifica a pedra e a máquina. E’ algo capaz de tocar o coração dos homens e elevá-los na sua própria dignidade.

* * *

Sei que a estas horas, centenas de arquitetos, no Brasil inteiro, sondam as palavras do Programa tentando captar a idéia que há de germinar o monumento.

E eu lhes previno que não a encontrarão nas palavras do Programa. A fonte é a alma deste povo:

dêste povo jovem que se agita inquieto na ânsia de crescer, de se afirmar, de dar a sua luz;

dêste povo que regou com sangue as searas do seu presente;

dêste povo que com suor lança à terra as sementes do seu futuro;

dêste povo que não quer o muro branco das tumbas;

dêste povo que exiaie uma Catedral para os seus grandes sonhos de vida e liberdade.

Figura 126. *Acrópole*, n. 238, ago. 1958.
Palácio Legislativo: monumento do povo. Artigo de Edgar Graeff.

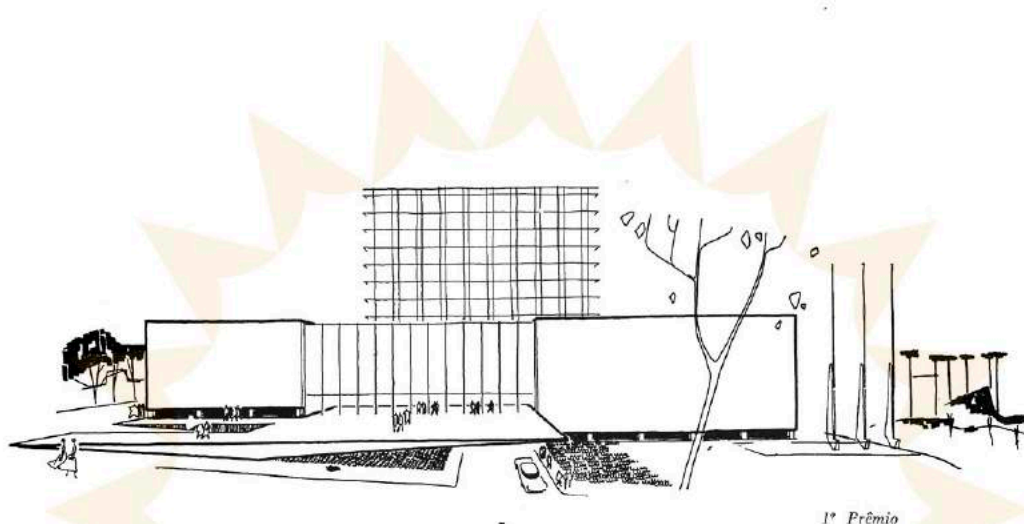
A recomendação apresentada pelo COSU em 1958 é que o “júri administrativo”, quando existir, não deve fazer apreciações de caráter eliminatório. Caberia ao “júri técnico” o julgamento de mérito dos projetos e a decisão sobre eventuais eliminações e premiações. São apresentadas também recomendações pela agilidade dos procedimentos de julgamento, a fim de viabilizar a participação de representantes de outros Estados.

Na mesma página da *Acrópole* em que foram publicadas as “Novas Recomendações” do IAB, foi publicada também a transcrição de discurso de Rino Levi aos formandos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. O principal tema abordado foi a necessidade de uma nova regulamentação profissional, em substituição à lei vigente desde de 1933 que, segundo Levi, “reflete a conceituação errônea da época em que foi criada, durante a qual a arquitetura era vista como especialização da engenharia”. Trata-se de um importante registro sobre o mercado de projeto e construção em São Paulo e no Brasil nas décadas de 1920 e 1930 e o papel secundário (quase inexistente) do arquiteto naquele momento, que não tinha o necessário reconhecimento:

Bom projetista era aquele que soubesse imitar os vários estilos em voga. (...) Dentro desse quadro não é difícil avaliarmos os obstáculos e tropeços que se opuseram ao desenvolvimento da arquitetura moderna, sobretudo às suas primeiras manifestações. Os arquitetos que se empenhavam no movimento de renovação eram ridicularizados e apontados ora como negadores do belo, ora como comunistas, ora como fascistas e ora como loucos. (LEVI, 1958, s.p)

O texto é encerrado com a defesa de criação do “Conselho de Arquitetos”, responsável pela fiscalização do exercício da profissão, o que se concretizou apenas 60 anos depois, em 2010, com a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo e a desvinculação da profissão em relação ao sistema CONFEA/CREA. Um mês depois de publicadas as “Novas Recomendações às Normas de Concursos de Arquitetura”, o tema volta a ser pauta na *Acrópole*. Desta vez trata-se do editorial de abertura da revista, em janeiro de 1959 (n.243), intitulado “Concursos de Arquitetura”. No texto a editoria destaca o número crescente de concursos no país, apesar do “pequeno interesse espontâneo por tais concursos”. No caso dos “financiadores”, comenta-se que muitas vezes “preferem contratar diretamente os profissionais de sua confiança e amizade”. Quanto aos arquitetos, “nem sempre consideram compensadores” os concursos. Na sequência, o texto destaca dois problemas que dificultavam a participação dos profissionais: o prazo curto e a ausência de honorários, além dos prêmios aos melhores colocados, ou pró-labore no caso de concursos fechados.

O editorial menciona o concurso de Porto Alegre, objeto de críticas anteriores, em especial no que se refere ao prazo de envio dos trabalhos e à falta de isonomia entre participantes das diversas regiões: “diversos participantes viram sua adesão anulada, devido ao atraso da entrega”. O artigo é finalizado com um tom relativamente otimista: “Com a realização de um número cada vez maior de concursos, conseguir-se-á um melhor padrão de construções e possibilidades para novos valores”.



CONCURSO DO PALÁCIO LEGISLATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

A este concurso, patrocinado pela Assembléa Legislativa daquele estado, inscreveram-se 229 arquitetos. Dos inscritos, 36 equipes apresentaram seus anteprojetos que foram inicialmente julgados por uma comissão integrada por deputados, funcionários do Legislativo (7 membros) e por engenheiros e arquitetos locais, um arquiteto representante do I.A.B., um arquiteto representante da Faculdade de Arquitetura, um arquiteto representante da comissão executiva e um engenheiro representante da Prefeitura. Dos 36 trabalhos apresentados, essa comissão fazendo o julgamento administrativo, nos termos do edital, resolveu eliminar 24 trabalhos, aprovando apenas 12. Dessa de-

cisão do Juri administrativo, 15 concorrentes apresentaram recursos, dos quais 5 foram aceitos, passando a concorrer então 17 ante-projetos, que foram apresentadas ao Juri de julgamento, composto pelo Presidente da Assembléa deputado Adalmino Bandeira de Moura e pelos arquitetos: Acácio Gil Borsoy — Recife; Alcides da Rocha Miranda — Rio de Janeiro; Manoel José de Carvalho Meira — Rio Grande do Sul; Rino Levi — São Paulo e Sylvia de Vasconcellos — Minas Gerais, que destacou para o 1.º prêmio, o anteprojeto do colega Gregório Zolko, que teve como colaboradores, o arquiteto Wolfgang Schoedon e consultor estrutural Horst Radius.

A A T A D E J U L G A M E N T O

Aos 27 dias do mês de novembro de 1958, instalou-se em sessão permanente a Comissão Julgadora do Concurso de Anteprojetos do Palácio Legislativo de Pôrto Alegre, na Sala 501, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, tendo terminado seus trabalhos aos 29 dias do mesmo mês de novembro de 1958.

Foram presentes à apreciação da aludida Comissão 17 anteprojetos designados pelos seguintes grupos de letras, sem qualquer identificação de sua autoria: FNV, HPN, CLA, ISL, JBT, RST, STU, BPZ, NZT, WXP, ABM, ZVI, OPK, KPR, DES, LST e EFG.

Iniciando seus trabalhos resolveu a Comissão examinar em conjunto todos os anteprojetos para deles tomar

Figura 127. *Acrópole*, n. 241, nov. 1958.
Resultado do concurso para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e Ata de Julgamento.
Projeto vencedor de Gregório Zolko e Wolfgang Schoedon.

preliminar conhecimento. Em seguida foi feita uma visita ao local destinado a receber a futura construção, para perfeito conhecimento de suas peculiares condições.

Em sessão sucessiva, apreciados os trabalhos individualmente pelos arquitetos julgadores e após troca de impressões relativas às características fundamentais de cada anteprojeto, concluiu a Comissão por considerar, unânimemente, não susceptíveis de classificação os seguintes trabalhos: ABM, ZVI, CPK, KPR, DES e LST.

A seguir reuniu-se a Comissão para fixar critério destinados à análise em maior profundidade dos trabalhos restantes, visando selecionar aqueles que merecessem destaque. Estabelecidos estes critérios, e examinados minuciosamente os anteprojetos concorrentes, concluiu a Comissão, após largos debates, por considerar para final apreciação os seguintes: FNV, EFG, CLA, ISL, STU, BPZ, NZT e WXP.

Para classificação final, além das análises já procedidas, novos exames foram empreendidos em cada um dos anteprojetos acima citados, visando apreciá-los e compará-los entre si em relação aos seguintes itens:

- A) — implantação no terreno, em relação à topografia e ao conjunto urbano existente;
- B) — acessos disposição e interligação das funções política, cívica, técnica e administrativa;
- C) — funcionalidade do plenário;
- D) — ordenação espacial interna;
- E) — composição volumétrica e monumentalidade;
- F) — unidade e clareza das funções adotadas.

Confrontando os anteprojetos em relação aos itens propostos resolveu a Comissão, por unanimidade, indicar ao primeiro prêmio o trabalho designado pelas letras FNV, tendo em vista:

- A) — a unidade de sua composição e a segurança demonstrada na elaboração do trabalho;
- B) — seu mais perfeito atendimento ao programa de necessidades;
- C) — seu melhor esquema de circulação;
- D) — a restrição de sua área total construída, das menores obtidas pelos concorrentes, (17.306 m²) sem prejuízo dos espaços internos;
- E) — monumentalidade.

Resolveu, ainda, a Comissão, considerar selecionados para os efeitos do disposto no item 12.6 do Edital os seguintes anteprojetos: EFG, CLA, ISL, STU e BPZ, entendendo que todos eles se equivalem, nenhum salientando-se dos demais para se recomendar ao segundo ou ao terceiro prêmios.

São de se assinalarem as boas soluções das acessos e a liberdade de composição do anteprojeto CLA; o partido em planta, embora pouco aproveitado, do anteprojeto ISL; a solução em monobloco e a clareza de plantas polarizadas por circulação vertical do anteprojeto STU; o cuidadoso estudo de planta do anteprojeto BPZ e a flexibilidade das soluções internas e das circulações horizontais do anteprojeto EFG.

A Comissão deseja salientar que, embora não tenham atendido integralmente as disposições do pro-

grama de necessidades, os anteprojetos WXD e NZT revelam qualidades que recomendariam fosse estudada pela d. MESA da Assembléia a possibilidade de incluí-los entre aqueles selecionados para os efeitos dos prêmios previstos no item 12.6 do Edital.

Encerrando seus trabalhos, não pode deixar, a Comissão, de ressaltar a importância e os bons resultados do concurso que julgou, embora reconhecendo que a complexidade do tema, suas incontornáveis imposições e a escassez da área reservada para a construção, não tenham permitido maior liberdade de concepção e maior número de concorrentes. Contudo, a própria complexidade do programa proposto, o esforço exaustivo e o considerável trabalho profissional dispendido pelos arquitetos concorrentes, leva a Comissão Julgadora a tomar a liberdade de sugerir à Mesa da Assembléia a possibilidade de melhor compensar aqueles que alcançaram posição de relêvo no concurso, distribuindo entre os sete selecionados também as importâncias reservadas ao segundo e terceiro prêmios, não concedidos.

Finda a sua tarefa a Comissão Julgadora e cada um dos seus membros em particular, sensibilizados pela deferência que mereceram, aproveitam a oportunidade para felicitar a Egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e o Departamento Estadual do Instituto dos Arquitetos do Brasil, pelo êxito da iniciativa que tomaram e pela contribuição decisiva dada ao desenvolvimento e prestígio da arquitetura contemporânea nacional.

Anteprojetos classificados: (1.º lugar)

90.782 — FNV — São Paulo — Gregorio Zolko.

Colaboradores:
Wolfgang Schoedon
Horst Radies (Consultor Estrutural)

Menções honrosas

75.649 — ISL — Rio Grande do Sul — Emil A. Bered.

Colaboradores:
Henrique Canepa
Agostino Landsmann
Jorge Landsmann (Estrutura)
Prof. Fernando Corona (Escultura)

93.981 — BPZ — Rio Grande do Sul — Ari Mazzini

Canarim
Nelson Souza
Celso Carneiro

69.009 — STU — B. Horizonte — Edson de Araujo Queiroz

22.946 — CLA — São Paulo — Pawel Martyn Liberman

Alfredo Eugenio Birman (Estrutura)

35.724 — EFG — B. Horizonte — Mauro Gomes Baptista

Paulo Humberto Passos Batista
Ney Pereira Furquim Werneck

NZT — São Paulo — Jorge Wilhelm
Pedro Paulo de Melo Saraiva
Maurício T. Schneider

Os anteprojetos WXD e NZT foram incluídos entre os selecionados para menções honrosas. Publicaremos os nomes da equipe WXD na próxima edição, por não termos recebido comunicação até o encerramento desta.

Figura 128. *Acrópole*, n. 241, nov. 1958.

Resultado do concurso para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e Ata de Julgamento.

CONCURSO INTERNACIONAL DA REYNOLDS

Continua em vigor para 1959 o concurso anual do R. S. Reynolds Memorial Awards. Distinguiram-se em 1957 Rafael de la Joya, Cezar Ortiz-Echaque e Manuel Barbero Rebolledo, Madrid, Espanha, com o projeto

de um pavilhão para fábrica de automóveis, em Barcelona.

Em 1958 foi conferido à Henri Montois, Robert Courtois, Frederique e Thierry Hoet-Seyers, Robert Moens, Jaques Goosens e Abraham Lipski, Bruxelas, Bélgica, com o projeto do Pavilhão de Transporte na Exposição Internacional de Bruxelas.

NOVAS RECOMENDAÇÕES ÀS NORMAS DE CONCURSOS DE ARQUITETURA

O Conselho Superior do IAB, na sua reunião de 10 do corrente para examinar o que ocorreu durante o Concurso de Anteprojetos para o Palácio Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, decidiu fossem divulgadas várias falhas ocorridas no desenrolar do referido Concurso, para que a experiência sirva, no futuro, para uma melhor solução em outros concursos.

Em primeiro lugar, o mecanismo de recebimento dos trabalhos com a obrigatoriedade da entrega em Porto Alegre em dia e hora marcados para todos os concorrentes, obrigou os arquitetos de outros Estados a perderem vários dias do prazo para satisfazer exigências, quando o direito teria sido, para esses arquitetos, a entrega no Correio ou nas Companhias de Transporte até o dia e hora estipulados para os concorrentes de Porto Alegre, dando, assim, o mesmo prazo para todos os concorrentes.

Em segundo lugar, o julgamento administrativo, realizado em face do Edital, foi além do que deveria ter sido. Por excesso de zelo, entrou a Comissão encarregada dessa parte no mérito arquitetônico dos trabalhos, como pode ser examinado pela publicação feita no Diário Oficial do Estado. Isto teria de acontecer, e não teria importância, se aquela Comissão levasse seu resultado à exame do Júri do Concurso, que passaria, então, a julgar da necessidade de eliminação ou não. Mas assim não foi feito. A Comissão eliminou uma enorme quantidade de trabalhos, prejudicando o trabalho do verdadeiro Júri do Concurso, que ficou com suas funções delimitadas aos projetos indicados pela Comissão Administrativa.

Tendo em vista as questões apresentadas e vários outros pontos discutidos, resolveu o Conselho adotar as seguintes recomendações para realização de Concursos, as quais serão objeto da próxima reunião do Conselho Superior, com vista à reorganização do Regulamento de concursos do IAB:

- 1 — O Procurador, quando existir, não deverá, nunca, ser um concorrente.
- 2 — Qualquer apreciação administrativa dos projetos não deverá, nunca, ter caráter eliminatório. Essa Comissão, quando existir, deverá enviar suas apreciações ao Júri Técnico, que é o único órgão com poder de julgamento de qualquer concurso.
- 3 — A necessidade de que, durante a realização de concursos, o Conselho Superior, órgão supremo do IAB, arranje meios de poder tomar decisões rápidas, muitas vezes necessárias e que a constituição deste órgão, com representantes de vários Estados do Brasil, impossibilita.
- 4 — Que, quando, por um motivo qualquer, não puder ser estabelecido no Edital o artigo do Regulamento de Concurso do IAB "para remessa postal será considerada a hora e a data do despacho, expresso ou registrado", seja encontrado um outro meio qualquer que ofereça a todos os concorrentes igualdade de prazo.

É, portanto, necessário que os Departamentos se detenham no estudo do assunto ora apontado.

RINO LEVI PARANINHO OS ARQUITETOS GAUCHOS DE 58

Abaixo transcrevemos o discurso do paraninfo, arquiteto Rino Levi, pronunciado no decurso das solenidades de colação de grau dos arquitetos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul.

"É para mim motivo de profunda satisfação, a oportunidade que se me oferece de encontrar-me novamente entre professores e alunos da Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul, em cujo ambiente sempre senti o conforto animador de uma amizade carinhosa e o incentivo estimulante de um idealismo entusiasta e sadio.

Dirigindo-me aos colegas que estão para iniciar sua vida profissional, parece-me apropriada a ocasião para fazer breves considerações a respeito das perspectivas que hoje se apresentam ao arquiteto, principalmente em virtude do projeto de lei da nova regulamentação profissional, elaborada recentemente pelo Instituto de Arquitetos do Brasil.

Esse projeto representará, certamente, uma mudança completa no panorama profissional e será o marco inicial de uma nova etapa da arquitetura brasileira, para cujo desenvolvimento teréis a responsabilidade de contribuir.

A lei vigente desde 1933, reflete a conceituação errônea da época em que foi criada, durante a qual a arquitetura era vista como especialização do engenheiro. Assim, a má colocação ini-

cial do problema, deu margem a toda a sorte de confusões, que ainda hoje repercutem de maneira desfavorável na maior parte da nossa produção arquitetônica.

O projeto da nova regulamentação aproveita uma experiência de 25 anos, durante os quais o problema evoluiu até o definição presente.

Apesar de todas as dificuldades com que nos defrontamos durante esses longos anos e que são responsáveis pelas deficiências do grosso da nossa arquitetura, é inegável o progresso da construção no Brasil, nestas últimas décadas.

Quando iniciei minha atividade profissional em São Paulo, em 1926, a incompreensão em relação à arquitetura era praticamente total. O número de arquitetos era insignificante e os poucos que havia passavam por engenheiros. O arquiteto acabou, assim, sendo classificado como engenheiro. Aliás, esta situação perdura ainda hoje no funcionalismo público, onde o arquiteto é incluído no quadro de engenheiros, uma vez que não existe em nossa organização burocrática a carreira de arquiteto.

Naquela época a construção era contratada e realizada num regime predominantemente comercial. Nestas condições, ao cliente interessava, sobretudo, a idoneidade comercial do empreiteiro de obras. O costume era de solicitarem-se propostas a vários construtores, que se dispunham a fazer o projeto e o orçamento gratuitamente. Com relação ao projeto a que mais interessava era a escolha do estilo. O projeto era elaborado por desenhistas do empreiteiro, hábeis no preparo de perspectivas aquareladas.

Figura 129. *Acrópole*, n. 242, dez. 1958.
Novas recomendações às normas de concursos de arquitetura.

CONCURSOS DE ARQUITETURA

Dia a dia vão aumentando em nosso país as promoções de concursos de arquitetura. E esses concursos são o que há de significativos, especialmente para as edificações de grandes estruturas, cujas linhas estejam fadadas a marcar de maneira decisiva arquitetonicamente um grande centro.

No Brasil, têm sido realizados concursos de grande importância, não obstante ser ainda relativamente pequeno o interesse espontâneo por tais concursos, tanto por parte dos financiadores, que muitas vezes preferem contratar diretamente profissionais de sua confiança e amizade, como por parte dos próprios arquitetos, que nem sempre consideram compensadores as condições desses métodos para contratação de um projeto. Em geral, os prazos determinados para entrega dos mesmos são muito curtos, não permitindo um estudo mais profundo do programa. Além disso, há um outro problema para o arquiteto concorrente. É que ele se vê forçado a interromper as atividades normais de seu escritório para dedicar-se à elaboração do projeto. Afim de compensar essa interrupção é que se prevê um "pro-labore" para cada um dos concorrentes, no caso dos concursos serem fechados, e, distribuição de prêmios aos melhores colocados, nos casos dos concursos serem abertos.

Por intermédio do Instituto dos Arquitetos do Brasil os interessados de parte a parte poderão facilmente conseguir as bases para os concursos. Cabe ao Instituto preparar o edital e estabelecer os prêmios, os quais devem sempre ser expressivos, afim de dar à competição um nível elevado e um estímulo maior aos respectivos concorrentes.

No Brasil, devido as grandes distâncias e ao transporte difícil, o tempo constitui fator de grande importância, como foi constatado no Concurso de Porto Alegre, onde diversos participantes viram sua adesão anulada, devido ao atraso da entrega, em alguns casos motivado pela demora do despacho.

Com a realização de um número cada vez maior de concursos, conseguir-se-á um melhor padrão de construções e possibilidades para novos valores.

ANO XXI — N.º 243

Boletim do Instituto de Arquitetos do Brasil — Deptm. de São Paulo

Dicionário da Arquitetura Brasileira	89
Eduardo Corona e Carlos A. C. Lemos — arquitetos	
Novo Banco em São Paulo	93
Gian Carlo Gasperini — arquiteto	
Edifício de Escritórios	96
Escr. de Arquitetura Revoredo Raschel Marx Ltda.	
Projeto para Residência	97
Cesar Luis Pires de Mello — arquiteto	
Capela Rural	98
José Luis Fleury de Oliveira — arquiteto	
Dois Estudos de Residências	100
Eduardo Corona — arquiteto	
Escola Senai em Jundiá	102
Roberto Tibau — arquiteto	
Agência de Banco	104
Victor Reif — arquiteto	
Projeto para Hotel de Praia	106
Eugênio Szilagyí — arquiteto	
Notícia de Documento Interessante	108
Carlos A. C. Lemos — arquiteto	
Edifício de Apartamentos em Recife	110
Florismundo e Heleny Lins — arquitetos	
O Paisagismo na Atualidade	112
Edgard Pekny — paisagista	
Fábrica de Motores Ford	114
Severo & Vilores S.A.	
Boletim do Instituto Brasileiro de Acústica	117
Bibliografia	122
Prancheta Viva	
Hans Eger — eng. arquiteto M. M. M. Roberto — arquitetos	



NOSSA CAPA

Foto de Newton Santos, do Foto-Cine Clube Bandeirante.

Janeiro 1959

ACROPOLE — REVISTA MENSAL — Redação e Administração: Rua Barão de Itapetininga, 93 — 5.º Andar — Sala 507 — Telefone: 33-1636 — Caixa Postal 3798 — SÃO PAULO — BRASIL
 Fundador - Diretor Geral (1938-1952): Roberto A. Corrêa de Brito — Diretor Geral e Proprietário: Max M. Gruenwald
 Diretor Responsável: Roberto Fontes Gomes — Diretor Secretário: Eng. Cyro Ribeiro Pereira — Diretor Gerente: Manfreda Gruenwald — Diretor Técnico: Arq. Juvenal Waetge Jr. — Redator: Roberto Paula Richter — Publicidade: Gilberto Cappellano — Representantes: Rio de Janeiro: Panamérica - Av. Erasmo Braga, 227, 7.º andar, sala 713 - Fone: 42-9240 — Porto Alegre: Max Walter - Rua Garibaldi, 628 - Caixa Postal 1124 — Belo Horizonte: Escritórios Dutra - Rua dos Timbiras, 834 - Fone: 2-6427 — Clichês: Clichéria Continental - Rua Fradique Coutinho, 452 - Fone: 80-5429 — Composta e impresso nas oficinas da Imprensa IPSIS S.A. - Rua Silva Bueno, 2125 - Fone: 63-3832 — Capa: F. G. Corrêa Dias.

PREÇO DESTA EDIÇÃO: CRS 40,00 — ASSINATURA ANUAL: CRS 400,00 — REGISTRO ANUAL: CRS 100,00

Figura 130. *Acrópole*, n. 243, jan. 1959.
 Editorial: *Concursos de Arquitetura*.

Enquanto isso... o Toronto City Hall

Acrópole, n. 231, jan. 1958.

Acrópole, n. 237, jul. 1958.

Acrópole, n. 242, dez. 1958.

Acrópole, n. 243, jan. 1959.

Em 1958 foi inaugurado o Seagram Building, projeto de Mies van der Rohe em Nova Iorque. No ano seguinte, em 1959, depois de 16 anos de obra, foi finalmente concluído o Museu Guggenheim, em Nova Iorque, projeto de Frank Lloyd Wright (que morreu naquele mesmo ano). A construção de Brasília estava em ritmo acelerado, enquanto era abortada uma tentativa de golpe militar contra Juscelino Kubitschek. Enquanto isso, foi lançado, em 1958, o edital para o concurso internacional que iria escolher o projeto para a sede do poder municipal de Toronto, no Canadá, evento que atraiu centenas de arquitetos do mundo inteiro, inclusive do Brasil.

O Boletim do IAB-SP publicado em Janeiro de 1958 (*Acrópole*, n.231) trouxe a informação da viagem dos arquitetos Ícaro de Castro Melo (Presidente do IAB-SP) e Roberto Cerqueira Cesar a Toronto, no Canadá, para “sondarem e conhecerem vários aspectos do Concurso do City Hall”. Seis meses depois, em julho de 1958 (*Acrópole*, n.237) o Boletim do IAB-SP publicou nota com a divulgação dos finalistas selecionados para a segunda etapa do concurso: I.M. Pei & Associates; Frank Mikutowski; William Hayward (os três dos Estados Unidos); David Horne (Canadá); Viljo Rewell (Finlândia); John Andrews (Austrália) e Halldor Gunnlosson & Jorn Nielsen (Dinamarca). Não incluído na nota, porém também finalista, o projeto do escritório Perkins & Will, também dos Estados Unidos.

Em dezembro de 1958, também no Boletim do IAB-SP (*Acrópole*, n.242), foi publicada breve nota sobre os inscritos e o resultado: “dentre os 1600 arquitetos inscritos, 520 enviaram seus trabalhos dos quais o júri destacou 8 projetos”. O projeto vencedor foi de autoria do arquiteto finlandês Viljo Revell (48). O arquiteto faleceu aos 54 anos, em 1964, um ano antes da conclusão da obra. O júri foi composto pelos arquitetos Eric Arthur (Presidente do Júri, Nova Zelândia/Canadá), Sir William Holford (Inglaterra, que também integrou o júri do concurso para o Plano Piloto), Charles Edward (Ned) Pratt (Estados Unidos), Ernesto Rogers (editor da conceituada revista italiana Casabella), Gordon Stephenson (Inglaterra) e Eero Saarinen (Finlândia/Estados Unidos, que na ocasião já havia concluído o projeto do TWA Flight Center – JFK International Airport, obra inaugurada em 1962, também um ano após seu falecimento, aos 51 anos).

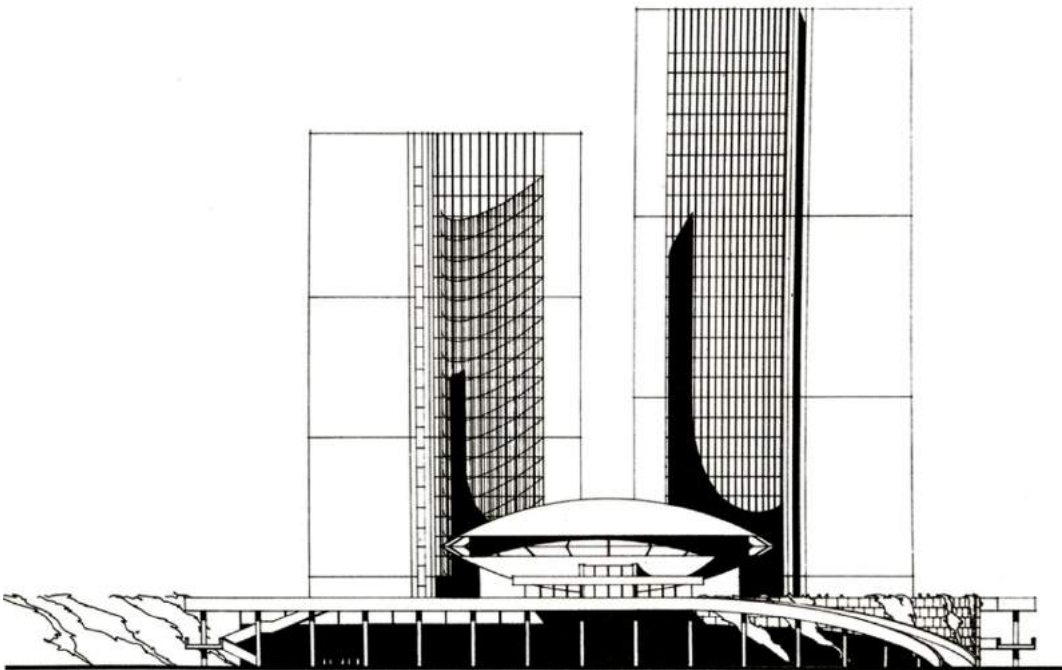
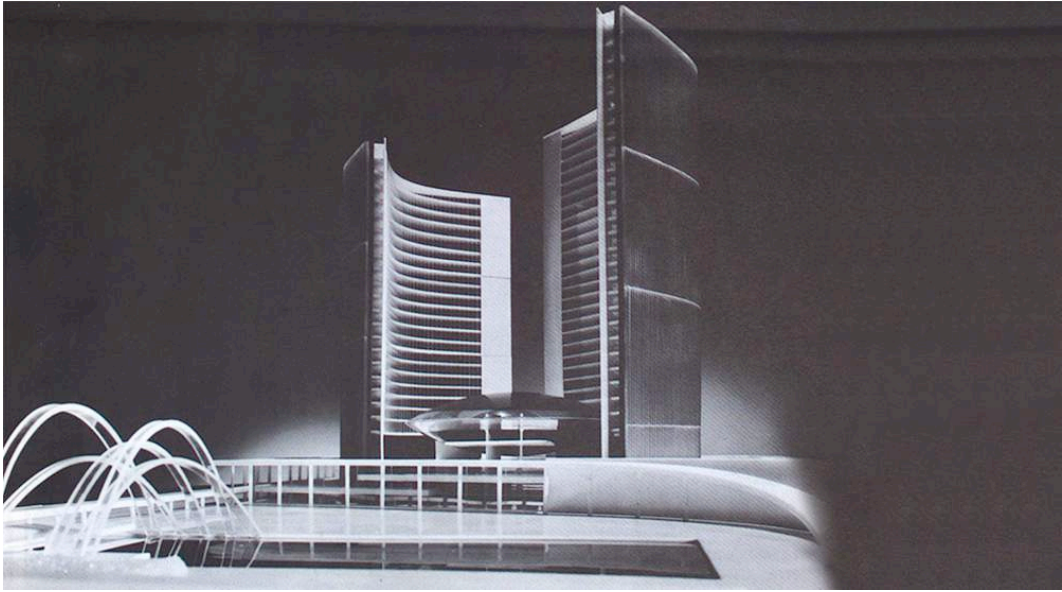
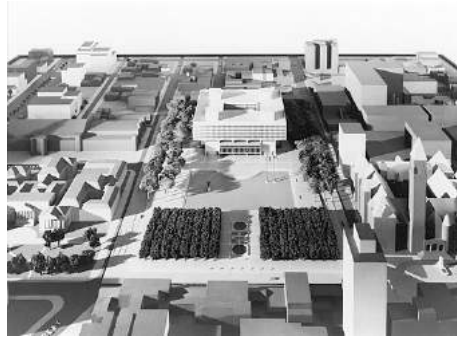


Figura 131. Toronto City Hall. Concurso Internacional.
Projeto vencedor. Autor: Viljo Revell, Finlândia. Fonte: www.ccc.umontreal.ca



1



2



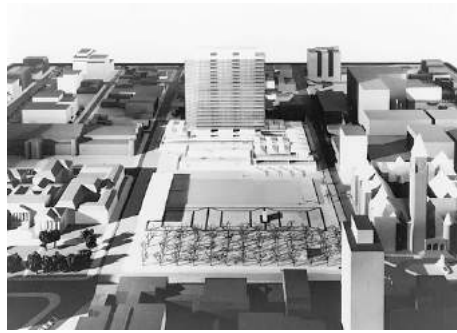
3



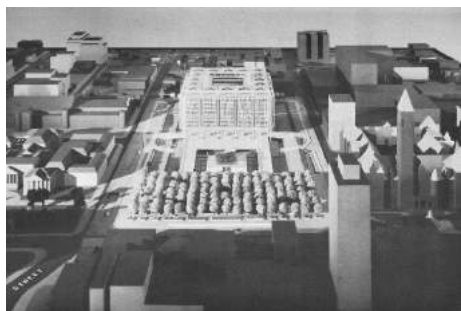
4



5



6



7



8

Figura 132. *Toronto City Hall*. Concurso Internacional. Fotos das maquetes dos projetos finalistas: (1) Viljo Revell; (2) I.M. Pei & Associates; (3) John H. Andrews / G. Macy Dubois / W. Byron Ireland / William N. Morgan; (4) David Horne; (5) Perkins & Will; (6) Halldor Gunnlogsson / John Nielson; (7) Frank Mikutowski; (8) William Beckley Hayward / Joseph J. Wehrer / Harold Jay Borkin. Fonte: www.ccc.umontreal.ca

O número de inscritos revela o grande interesse internacional em torno do concurso. A ida de representantes do IAB a Toronto também demonstra a atenção dada ao concurso pelos arquitetos brasileiros, que se debruçavam naquele período sobre o tema do “espaço cívico”, nas diversas esferas da Administração Pública. O interesse se confirma com a publicação de matéria de três páginas na *Acrópole* (n. 243, Janeiro de 1959) sobre o resultado do concurso, com a publicação de parte da ata de julgamento, trechos de entrevista com Frank Lloyd Wright e comentários de Jorge Wilhelm.

A matéria da *Acrópole* é introduzida com a publicação de trechos de entrevista em que o arquiteto Frank Lloyd Wright expõe suas críticas não apenas ao resultado como à própria ideia de “concurso”. Sobre o conjunto de projetos finalistas, Wright afirma:

É incrível... são todos projetos do século XIX. Não há em todo o grupo um só edifício do século XX. Estão todos maculados pelo clichê do estilo internacional. (...) É isto que acontece quando se organiza um concurso... (IAB-SP, 1959, s.p)

Sobre o projeto vencedor, Wright apresentou duras críticas:

Não é possível ! Sabe o que isto parece ? Um gritante testamento para a posteridade, indicando que Toronto não tem alma e apenas sabe seguir cegamente uma estúpida moda já superada. Em todo seu projeto, o autor restringiu-se ao emprego de um único modismo: a caixa; duas caixas altas envolvendo Deus sabe o quê, o todo assentado sobre outra caixa. Temos quatro prédios em lugar de um. Qualquer cemitério canadense, se pudesse falar, diria “amem” a essa lápide. Bem... é exatamente isto que o edifício diz a Toronto. Vocês conseguiram uma lápide para um túmulo e as gerações futuras olharão para ela e dirão: Aqui tombou Toronto. (IAB-SP, 1959, s.p)

Em determinado momento o jornalista argumentou que as pessoas, em geral, tinham gostado do projeto vencedor, e Wright contestou:

O dia que o homem da rua obtiver o que deseja, terá chegado nosso fim. O chamado “homem comum” não tem visão; é isto que o torna comum. Em meu país estão até começando a isolar o homem “incomum”; não gostam dele e tentam transformá-lo em algo de inconstitucional; e com algum resultado ! O homem comum detesta as grandes massas arquitetônicas, aquilo que ele chama de “monumental”. (IAB-SP, 1959, s.p)

Contraditoriamente aos seus ataques ao “homem comum”, Frank Lloyd Wright, na sequência, defende uma abordagem “democrática” do projeto, contrária ao que, em sua opinião, foi apresentado no concurso:

Penso que os edifícios públicos devem ser mais voltados para o povo. Atualmente são levantados como dominadores do povo. São de natureza fascista e não democrática. Se eu projetasse o “City Hall” de Toronto, faria um edifício baixo, mais relacionado com a vida do povo de Toronto. Um edifício alto é realmente uma rua vertical inventada por Otis, o homem dos elevadores.

Esquecemos que ele afoga a seus pés multidões a qualquer hora do dia ou da noite. O lugar certo para um arranha-céu é o campo, onde pode espalhar livremente a sua sombra.” (IAB-SP, 1959, s.p)

Em seguida à entrevista de Frank Lloyd Wright, a matéria da *Acrópole* publicou parte do “laudo do júri”, com a justificativa da escolha do projeto vencedor. O júri, inicialmente, destacou as premissas do concurso, em defesa de “um edifício que fosse capaz de expressar de forma imponente a sua função de sede do governo municipal (...), de continuidade das tradições democráticas e de prestação de serviços à comunidade.” A partir dessa referência, o Júri destacou algumas possibilidades tipológicas, como respostas ao problema: (1) um edifício no mesmo estilo dos demais existentes; (2) um edifício mais alto do que os demais, que se destacasse pela imponentia; (3) um edifício que contrastasse pela horizontalmente; (4) um edifício que se destacasse por sua forma incomum, em contraste com os edifícios comerciais do entorno. Apesar de reconhecerem as qualidades da terceira opção, optaram pela última, na qual se encaixaria, segundo o júri, o projeto vencedor:

O projeto vencedor é uma das mais bem imaginadas e originais concepções que se pode idealizar. A parte sul do terreno foi reservada para a construção de uma praça e a parte norte para o edifício propriamente dito, constituído por um grupo de três elementos principais: um edifício amplo e baixo, acima do qual se ergue um par de altas torres de seção curva e, aninhada entre as torres e imediatamente acima do referido edifício, uma estrutura cuja parte superior é uma cúpula larga e baixa e cuja parte inferior é reprodução invertida da superior.

(...)

A composição total expressa de um modo claro e dramático as principais funções do governo. (...) Visto de perto, o edifício aparece como um símbolo na paisagem urbana, claro em todos os seus aspectos. À distância, a disposição parabólica das torres ressalta no horizonte de Toronto, como um edifício diferente de todos os outros. (...) A maioria do júri está convencida de que a concepção básica do projeto vencedor tem grande força.

(...)

As duas torres de escritórios são soberbas do ponto de vista estético; as suas curvaturas cuidadosamente modeladas e relacionadas conseguem produzir um efeito total e balanceado de força e dignidade. (IAB-SP, 1959, s.p)

A apreciação do júri publicada na *Acrópole* se estende por três páginas, em que diversos aspectos do projeto são detalhados, assim como apontados elementos em que serão necessários maiores desenvolvimentos. A extensa defesa do projeto na Ata do Júri parece revelar uma apreciação cuidadosa dos projetos. O resultado, no entanto, não foi unânime, conforme se observa do trecho da ata intitulado “Relatório da Minoria” :

O júri foi unânime em considerar o projeto vencedor como a concepção mais original que apreciou. A unanimidade já foi menor a respeito da adequação deste monumental projeto ao espaço que lhe foi destinado e a respeito de corresponder ele às exigências do programa administrativo. Houve

aqui grandes diferenças de opinião como costuma acontecer em todas as assembleias democráticas. Como minoria, criticamos bastante alguns aspectos do projeto.

(...)

Neste dilema, a solução mais fácil, mas menos construtiva, para a minoria teria sido retirar-se do júri, apesar de ter concordado com ele no tocante a todas as decisões do estágio preliminar e a muitas da fase final. Ao invés disso preferimos elaborar este relatório da minoria, com as nossas reservas. Essa decisão revela o grau de discordância ou dúvida da minoria, e as razões pelas quais essas discordâncias não puderam ser resolvidas dentro do próprio júri, como é usual nesses casos. Mas, como nenhum julgamento de valor é inteiramente isento de crítica, as reservas feitas podem ser úteis para reforçar ou modificar o projeto do edifício da Câmara Municipal e da respectiva praça, quanto da sua execução final.” (IAB-SP, 1959, s.p)

Após o preâmbulo, são apresentadas – como parte do “voto da minoria” - as principais críticas ao projeto vencedor, resumidas a seguir:

... o projeto vencedor isola a cidade por meio de brancos muros de concreto (...) voltados para as ruas e edifícios adjacentes. Isto pode ter um efeito nocivo no futuro desenvolvimento desses setores... (...) A praça da Prefeitura, que na nossa opinião poderia servir como uma atração variada para pessoas de todas as idades, ainda aparece neste estágio final da concorrência como um esboço algo desolado.

(...)

A circulação interna do edifício é complicada (...). A sala do conselho e os gabinetes anexos apesar de localizados no próprio baricentro do projeto apresentam defeitos de acomodação funcional e uma perspectiva pobre.”

(...)

O tipo de construção proposto para as torres de escritórios é provavelmente o mais caro que poderia ser imaginado para estruturas verticais. (IAB-SP, 1959, s.p)

Esse tipo de manifestação é pouco comum em concursos de arquitetura. Em geral comenta-se que houve unanimidade ou maioria na decisão, e apresentam-se as qualidades do projeto vencedor e premiados. Não se revelam, usualmente, os pontos de discórdia do julgamento. A exposição das diferenças, nesse caso, expõe o nível de discordância do julgamento e a importância dada pelo júri (e pelos organizadores do concurso) à transparência do processo e ao “espírito democrático”, conforme comentado. Vale ressaltar que o concurso foi realizado em duas etapas, o que certamente permitiu a análise mais aprofundada das propostas.

O texto de Jorge Wilhelm, que encerra a matéria, destaca a discussão em torno da implantação urbanística na apreciação do júri. De acordo com o arquiteto:

Este problema vital para a escolha do caminho a ser seguido pela arquitetura contemporânea está infelizmente ausente em grande parte de nossas boas obras arquitetônicas. (...) Apesar de já se falar muito na necessidade de uma mentalidade urbanística, a verdade é que os últimos concursos de edifícios públicos não revelaram essa preocupação por parte da grande maioria dos participantes. (IAB-SP, 1959, s.p)

Apesar de louvar a abordagem urbanística na ata do júri de Toronto, Wilhelm discorda do resultado, por considerar o projeto vencedor “urbanisticamente frustrado”, apesar da grande simplicidade das plantas face à complexidade do problema. A principal crítica decorre da ausência de uma praça cívica: “Não há aquela área limitada em que massas de pessoas possam calmamente circular, sentindo a imponência do ambiente.” E complementa: “Plasticamente o conjunto nos parece banal, as 2 torres são tão próximas que o espaço interno se reduz a um inexplicável “poço”.” (IAB-SP, 1959, s.p). Wilhelm ainda comenta sobre a ausência de qualidade nos demais projetos classificados como finalistas. Pode-se entender as críticas ao concurso para o Toronto City Hall e sua repercussão internacional mais como uma expressão das inquietações e críticas do campo arquitetônico naquele período, do que a simples apreciação de soluções para um problema específico. O espaço cívico da municipalidade de Toronto abria caminho para um debate maior: o lugar e os caminhos da arquitetura moderna, em meados do século XX. Tal debate já estava em curso no Brasil e as respostas nem sempre eram consensuais, como se observou nos concursos para espaços cívicos e sedes governamentais realizados naquele mesmo período.

A matéria da *Acrópole* não faz referência a projetos de arquitetos brasileiros que participaram do concurso, enquanto a revista *Arquitetura e Engenharia* publicou, no número 54 (Jun/Ago de 1959) o projeto do arquiteto Hélio Ferreira Pinto (assinada em conjunto com R. Perez-Marchand). Ao consultar o “Catálogo de Concursos Canadenses” (www.ccc.umontreal.ca), criado e gerenciado pelo Laboratório de Estudos da Arquitetura Potencial (LEAP), da Universidade de Montreal, é possível identificar outros arquitetos brasileiros que participaram do concurso, dentre os quais: João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves (que participaram da equipe premiada em segundo lugar no concurso para o Plano Piloto, em conjunto com Boruch Milman); Helio Ferreira Pinto; F. M. Regio Paixão; Fabio Penteadó; J.M. Ruchti; Joaquim Guedes e Liliana Marsicano; Rubens Carneiro Vianna e Ricardo Sievers (vencedores do concurso para o Paço Municipal de Campinas, dois anos antes) e Adolpho Rubio Morales (vencedor, em conjunto com Sievers e Vianna, do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo, realizado em 1961, que abordaremos a seguir).

Redatores: Arq. Alfredo Paesani — Arq. Carlos A. C. Lemos
 Arq. Eduardo Corona — Arq. Rodolpho Ortenblad Filho

TORONTO: ENTREVISTA COM FRANK LLOYD WRIGHT

Publicamos a seguir os trechos mais importantes da entrevista concedida pelo arquiteto norte-americano F. L. Wright ao jornalista canadense Pierre Breton.

Ao ser-lhe apresentadas as fotografias dos maquetes dos projetos finalistas, murmurou mal humorado frases esparsas: "que afronta!", "inteiramente sem inspiração", "é realmente fantástico!". Com um brusco gesto as afastou e declarou impaciente: "É inerte!... são todos projetos do século XIX. Não há em todo o grupo um só edifício do século XX. Estão todos maculados pelo clichê do estilo internacional." E com o ar travesso de eu-já-lhes-disse, acrescentou satisfeito: "É isto que acontece quando se organiza um concurso..." Ao ver a fotografia do projeto vencedor, exclamou: "Não é possível! Sabe o que isto parece? Um gritante testamento para a posteridade, indicando que Toronto não tem alma e apenas sabe seguir cegamente uma estúpida moda já superada. Em todo seu projeto, o autor restringiu-se ao emprego de um único modismo: a caixa; duas caixas altas envolvendo Deus sabe o quê, o todo assentado sobre outra caixa. Temos quatro prédios em lugar de um. Qualquer cemitério canadense, se pudesse falar, diria "amem" a essa lápide. Bem... é exatamente isto que o edifício diz a Toronto. Vocês conseguiram uma lápide para um túmulo e as gerações futuras alçarão para ela e dirão: "Aqui tambou Toronto".

Ao ver a fotografia do arquiteto finlandês Viljo Rewell, mostrou-se surpreso: "Mas é apenas um rapaz! Evidentemente imaturo e inexperiente; mas já foi fantásticamente corrompido." Quando o jornalista observou que o homem da rua em geral gostava do projeto vencedor, disse Wright com ironia: "O dia que o homem da rua obtiver o que deseja, terá chegado nosso fim. O chamado "homem comum" não tem visão; é isto que o torna comum. Em meu país estão até começando a isolar o homem "incomum"; não gostam dele e tentam transformá-lo no algo de inconstitucional; e com algum resultado! O homem comum detesta as grandes massas arquitetônicas, aquilo que ele chama "monumental". Mas um prédio realmente monumental é orgânico, nasce da própria natureza. Interessa o que há dentro do edifício e não seu exterior. Um edifício deve ser concebido a partir de seu interior; todos nós somos constituídos desta forma, é um princípio da natureza; e, em meu país podemos construir segundo este conceito porque temos as estruturas de aço. O diabo é que o homem sempre gostou de madeira, nunca entendeu a verdadeira natureza do aço; desde o século passado tem usado o aço como se se tratasse de vigas de madeira, construindo caixas."

"Penso que os edifícios públicos devem ser mais voltados para o povo. Atualmente são levantados como dominadores do povo. São de natureza fascista e não democrática. Se eu projetasse o "City Hall" de Toronto, faria um edifício baixo, mais relacionado com a vida do povo de Toronto. Um edifício alto é realmente uma rua vertical inventada por Otis, o homem dos elevadores. Esqueçemos que ele afoga a seus pés multidões a qualquer hora do dia ou da noite. O lugar certo para um arranha-céu é o campo, onde pode espalhar livremente a sua sombra."

Após lamentar a oportunidade perdida com resultado tão fora da moda, desculpou-se Wright por ter insultado Toronto e o jovem arquiteto. "Mas, — concluiu — tinha que dizer o que pensava".

O CONCURSO DE TORONTO

A revista inglesa "The Architect & Building News" publicou o laudo do júri que escolheu o projeto do finlandês Viljo Rewell, assim como o trabalho vencedor e fotografias dos maquetes dos demais 7 classificados. Muito temos a aprender tanto da análise do projeto vencedor como da justa colocação do problema por parte do júri e a forma de sua análise.

O LAUDO DO JÚRI

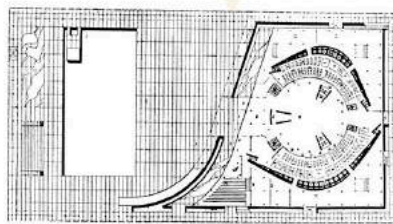
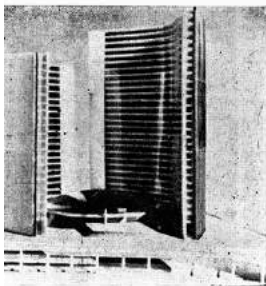
Constava dos editais da concorrência a seguinte condição: "No século XVIII a catedral e a prefeitura dominavam frequentemente a paisagem urbana, tanto do ponto de vista físico, quanto do espiritual. Em Toronto, o edifício da Prefeitura está bastante eclipsado do ponto de vista material, mas é ainda doming pela sua presença. A este respeito, a Prefeitura de Toronto, difere dos edifícios administrativos das comunidades norte-americanas, pois ali a Prefeitura costuma ser apenas um edifício como os outros, que dificilmente pode ser distinguido das estruturas dos prédios comerciais que a cercam.

"Uma das razões que inspiraram esta concorrência foi conseguir um edifício que fôsse capaz de expressar de forma imponente a sua função de sede do governo municipal. Assim, um dos problemas que o projetista deverá resolver é conseguir que o edifício planejado seja capaz de sugerir a idéia de governo, de continuidade das tradições democráticas e de prestação de serviços à comunidade. Estes sempre foram qualidades que os arquitetos de outras épocas procuravam incorporar aos edifícios das prefeituras de seu tempo."

E, de fato, o júri considerava esta condição como a mais importante cláusula da concorrência, porque, sendo Toronto uma cidade dinâmica, muitos edifícios de várias alturas seriam construídos nas vizinhanças da referida praça, contribuindo todos para a obtenção de uma paisagem variada, que serviria de pano de fundo para a projetada Câmara Municipal. Nesta situação, dever-se-ia escolher uma das soluções seguintes:

1 — O edifício da Câmara poderia ser construído no mesmo estilo dos outros, de tal modo que não se destacasse na paisagem urbana. Qualquer característica distintiva que tivesse nasceria apenas da sua localização na praça, independentemente da construção em si, que seria basicamente semelhante à de todos os edifícios públicos. Na opinião do júri, esta solução era inadequada, não satisfazendo os requisitos exigidos.

2 — O edifício da Prefeitura poderia ser tão alta que dominasse todos os outros prédios da cidade, conseguindo dessa forma impor-se como a característica dominante dos céus de Toronto. Mas, o júri também não olhava com bons olhos esta solução, porque um edifício assim não seria muito prático por ser de construção muito dispendiosa e ser, mesmo, ineficiente sob certos pontos de vista. Além disso, não haveria nenhuma maneira de se garantir que o efeito conseguido seria mantido no futuro.



Maquete, planta térrea e corte do projeto vencedor

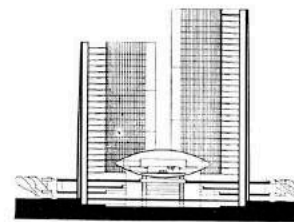
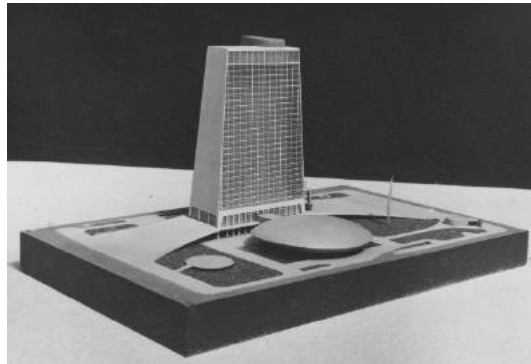


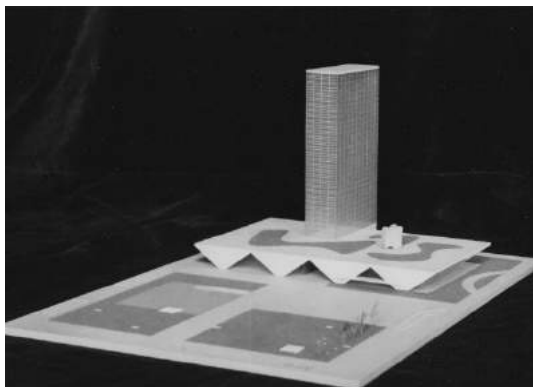
Figura 133. Acrópole, n. 243, jan. 1959.
 Boletim do IAB-SP: O concurso do Toronto City Hall.



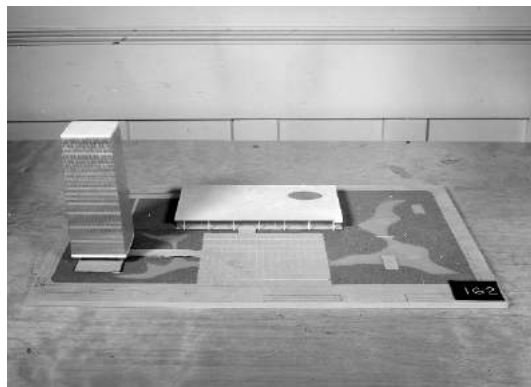
1



2

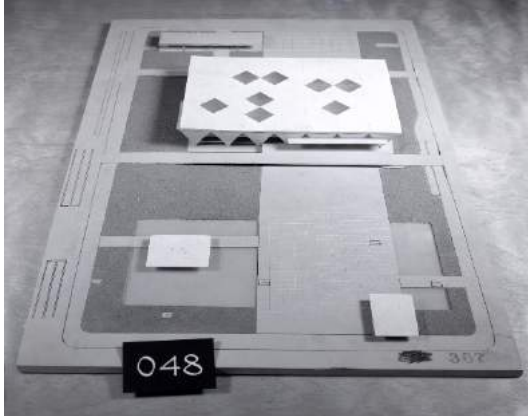


3



4

Figura 134. Concurso para o Toronto City Hall. Propostas de arquitetos brasileiros: (1) João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves; (2) Helio Ferreira Pinto; (3) Fábio Penteadó; (4) Rubens Carneiro Vianna e Ricardo Sievers. Fonte: www.ccc.umontreal.ca, exceto (3) Toronto Public Library (static.torontopubliclibrary.ca)



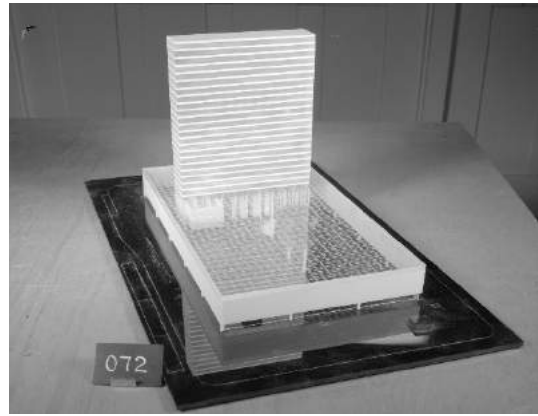
5



6



7



8

Figura 135. Concurso para o Toronto City Hall. Propostas de arquitetos brasileiros: (5) Adolpho Rubio Morales; (6) F.M. Regio Paixao; (7) J.M. Ruchti; (8) Joaquim Guedes e Liliana Marsicano . Fonte: www.ccc.umontreal.ca, exceto (3) Toronto Public Library (static.torontopubliclibrary.ca)

Assembleia Legislativa de São Paulo: diversidade de linguagens

Acrópole, n. 267, jan. 1961.

Arquitetura e Engenharia, n. 59, jan./fev. 1961

Acrópole, n. 271, jun. 1961.

Acrópole, n. 273, ago. 1961.

Módulo, n. 24, ago. 1961.

Acrópole, n. 274, set. 1961.

Módulo, n. 30, out. 1962.

No ano em que Brasília era inaugurada (e ao mesmo tempo celebrada e criticada), Jânio Quadros era eleito Presidente do Brasil. Em janeiro do ano seguinte tomou posse e renunciou em agosto do mesmo ano, retrato da instabilidade política que culminaria com o golpe de 1964, também reflexo dos conflitos e tensões internacionais. No campo da Arquitetura, o concurso internacional para o Toronto City Hall, realizado em 1958, trouxe à tona debates em torno de temas como monumentalidade, espaços cívicos e a cidade e expôs a diversidade potencial de visões e a multiplicidade de caminhos apontados pela arquitetura naquele momento (já não tão moderna). Em 1960 foram publicadas edições especiais de revistas internacionais sobre o Brasil: *L'architecture d'aujourd'hui* (França), *Nuestra Arquitectura* (Argentina) e *Zodiac* (Itália). Em 1961, Vilanova Artigas (que já integrava o Conselho Superior do IAB) se debruçava sobre o projeto (arquitetônico e pedagógico) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

O Boletim do IAB-SP deixou de ser publicado como parte da revista *Acrópole* em 1959. Na seção “Noticiário” do número 267 da revista (Janeiro de 1961) foi anunciado o “Concurso para o Anteprojeto da Assembleia Legislativa de São Paulo”, organizado nos termos do regulamento do Instituto, em especial no que se refere à composição da comissão julgadora e aos honorários (de acordo com a Tabela do IAB). O tema do “espaço cívico” (PEREIRA, 2012), que já ocupava o meio profissional em concursos desde Brasília, passando também pelo Paço Municipal de Campinas, seria retomado, desta vez na esfera estadual paulista, como parte do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963), elaborado no mesmo período do Plano de Metas de JK.

Em junho de 1961, na seção “Atualidades” do número 271 da *Acrópole*, foi divulgada nota com o resultado do concurso, que teve como vencedor o projeto elaborado pela equipe formada pelos arquitetos de São Paulo: Adolpho Rúbio Morales (37), Rubens Carneiro Vianna (47) e Ricardo Sievers. A segunda colocação, também de São Paulo, foi atribuída ao projeto de Eduardo Kneese de Mello (55), que teve como colaboradores José Maria Gandolfi (28), Joel Ramalho Junior (27), Luiz Forte Netto (25) e Francisco Petracco. O prêmio de terceiro lugar foi para o projeto assinado pela dupla do Rio Grande do Sul, formada por Miguel Pereira (29) e João C. Paiva. Jon Maitrejean (Espanha, radicado em São Paulo, 32) ficou com o quarto lugar. Em quinto lugar, o arquiteto do Rio de Janeiro Frederico Ferreira (55), que teve como colaboradores José de Oliveira Lima, José Luiz Figueiras, Osmar Teixeira, Hiran Moreira, José Cordeiro, Paulo Porciúncula de Sá e Ayrton Acioly. Em sexto

lugar, Mauricio Kogan e os colaboradores Calil Saide e Samuel Szpigel. Em sétimo lugar, o arquiteto Hans Broos (40). Os vencedores do concurso apresentaram dois projetos (opção permitida em poucos concursos da época) e o segundo projeto da equipe obteve a oitava colocação.

Foram submetidos 46 trabalhos, que foram avaliados pela comissão julgadora composta por Ícaro de Castro Mello (Presidente do IAB-SP, que havia viajado a Toronto, para conhecer a experiência do City Hall), Oswaldo Arthur Bratke e Paulo Antunes Ribeiro (ex-Presidente do IAB Nacional – 1953-56, e como tal, membro do júri do concurso para o Plano Piloto). Os projetos foram julgados de acordo os seguintes critérios: a) caráter e plástica; b) implantação; c) função. Os dois primeiros critérios foram considerados eliminatórios pela comissão julgadora. O item “função” foi subdividido ainda em planta, solução estrutural, circulação e interligação e expressão arquitetônica em relação à função.

O número 273 da revista *Acrópole* (Agosto de 1961) traz na capa uma imagem do projeto vencedor do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo e a publicação dos projetos premiados em primeiro e segundo lugar.

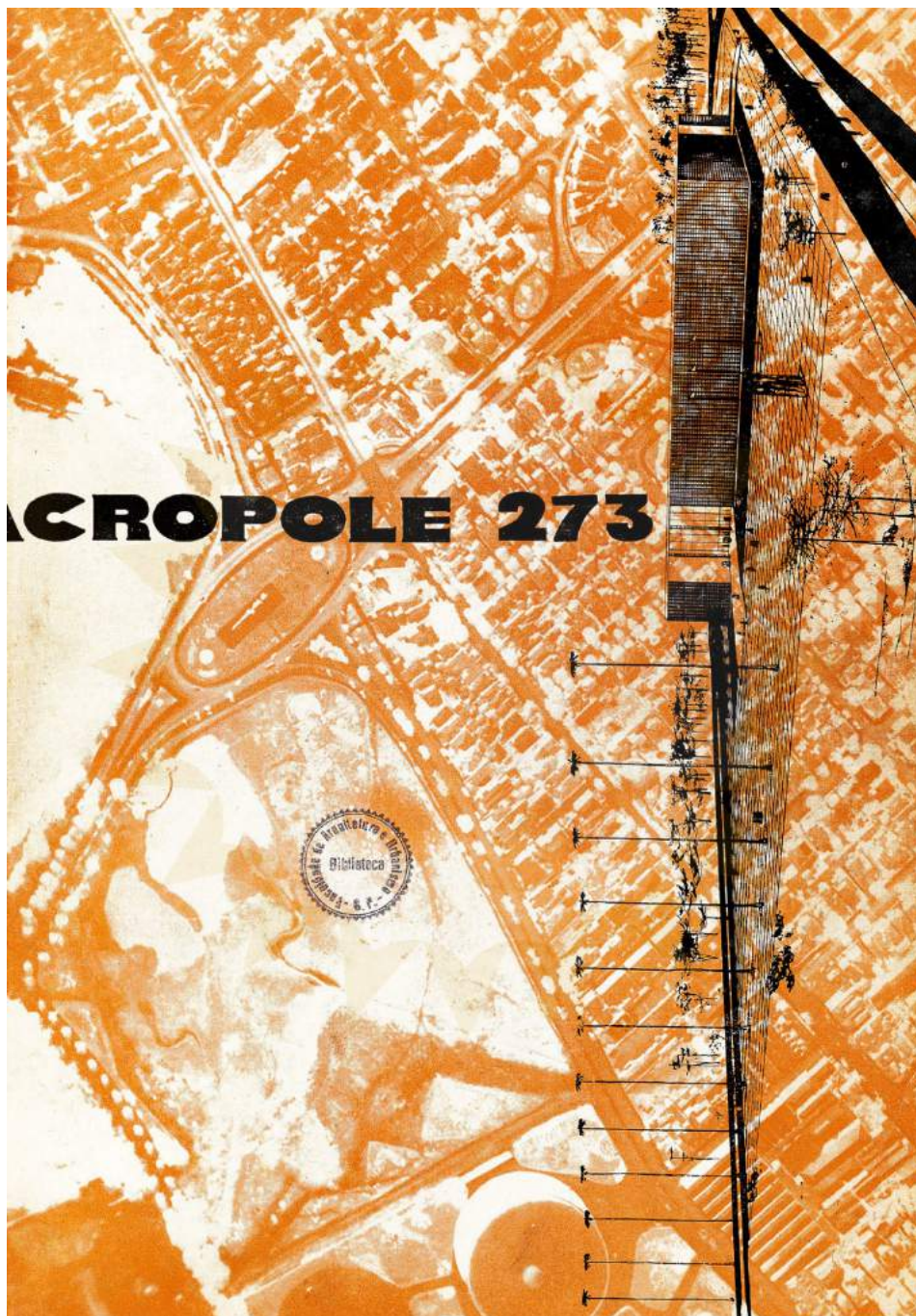


Figura 136. Capa da *Acrópole*, n. 273, ago. 1961.
Projeto vencedor do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.

Foram dedicadas seis páginas da *Acrópole* ao projeto vencedor, de autoria dos arquitetos Adolpho Rubio Morales, Ricardo Sievers e Rubens Carneiro Vianna, com perspectivas, plantas, cortes e memorial descritivo. De acordo com os autores, o projeto partiu de considerações sobre os seguintes componentes: situação e características do terreno, acessos, paisagística do local, programa de necessidades e determinação plástica. A relação do terreno com o Parque do Ibirapuera é um dos principais elementos destacados pelos autores e orientou a implantação do projeto. No que se refere aos aspectos plásticos, os autores defendem a ideia de uma volumetria simples, que se traduz em um “monobloco horizontal”:

Em se tratando de obra de caráter monumental, o edifício deverá expressar presença própria, e dotado de elementos que valorizem os termos volumétricos, respeitando portanto um conjunto de fatores que importam na simbolização de uma entidade representativa da vontade popular no que concerne à edificação pública (...) um monobloco horizontal voltado para a área destinada ao remanejamento urbanístico, e mostrando um entendimento plástico simples, sem intenção precipuamente formal-novidativa, porém tranquilo pela proporção e severo pela implantação, poderiam conferir ao edifício a nobreza que se nos afigurou necessária, dado o tema em questão. (ANTEPROJETO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO, 1961a).

Os autores justificam a opção por um bloco único ao alertarem que a solução com “jogos de volumes” apesar de aparentemente facilitar a distribuição dos diversos órgãos que integram o programa, “tenderia para uma competição em altura, destinada a chamar atenção mais que tomar atenção”. Na proposta, todos os ambientes convergem para o plenário, concebido como um espaço de destaque na distribuição funcional, porém não perceptível como elemento de destaque na volumetria. Sobre a implantação, os autores completam:

E admitindo também que o Poder Legislativo se impõe por segurança, sobriedade e nobreza, requerendo mesmo generosidade nos espaços circundantes, bem como proteção e distanciamento, foi criado um espelho d’água que envolve todo o prédio, e que será inserido numa ampla esplanada nobre (...) e que servirá de antecâmara conveniente à imponência e dignidade do Poder Legislativo. (ANTEPROJETO..., 1961a)



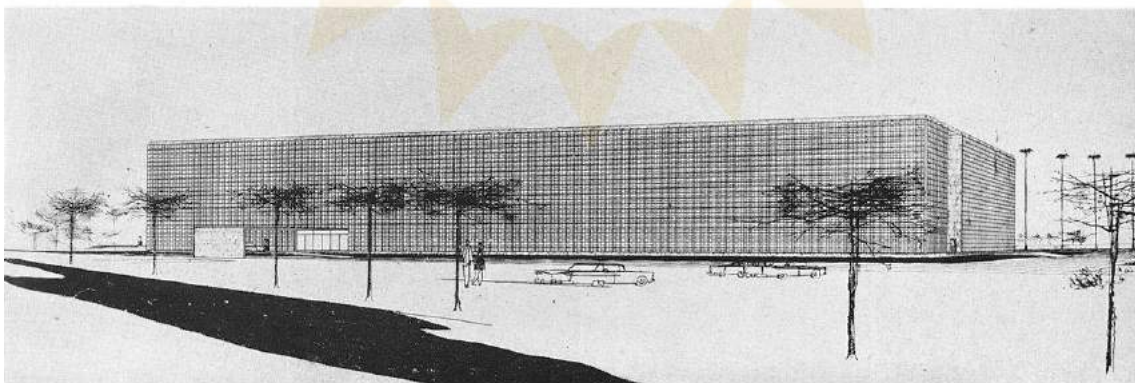
Perspectiva da fachada principal vista do Monumento das Bandeiras

ANTEPROJETO PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO

PROJETO CLASSIFICADO EM 1.º LUGAR

arquitetos | Adolpho Rubio Morales
Ricardo Sievers
Rubens Carneiro Vianna

Fachada voltada para a rua Abílio Soares



305

Figura 137. *Acrópole*, n. 273, ago. 1961.
Projeto vencedor do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.
Autores: Adolpho Rubio Morales, Ricardo Sievers e Rubens Carneiro Vianna.

294

○ ante-projeto apresentado resulta do ajuste à várias componentes: situação e características do terreno, acessos, paisagística do local, programa de necessidades e determinação plástica.

Terreno — Com metragem aproximada de 30.000 m², localizado no parque Ibirapuera e confrontado com as ruas Abílio Soares, Avenida Brasil (continuação) e área da Prefeitura, portanto vinculado a uma área maior que pelo edital, permite um remanejamento urbanístico e paisagístico; esta área possui uma depressão na sua parte central, onde se apresenta um represamento de água, instável por ser resultante da captação de águas esgotadas nas vizinhanças e colhidas por um riacho que em planta topográfica aparece como divisa do terreno da Assembléia; conclusão — a área destinada à edificação apresenta cota média inferior as cotas das ruas periféricas.

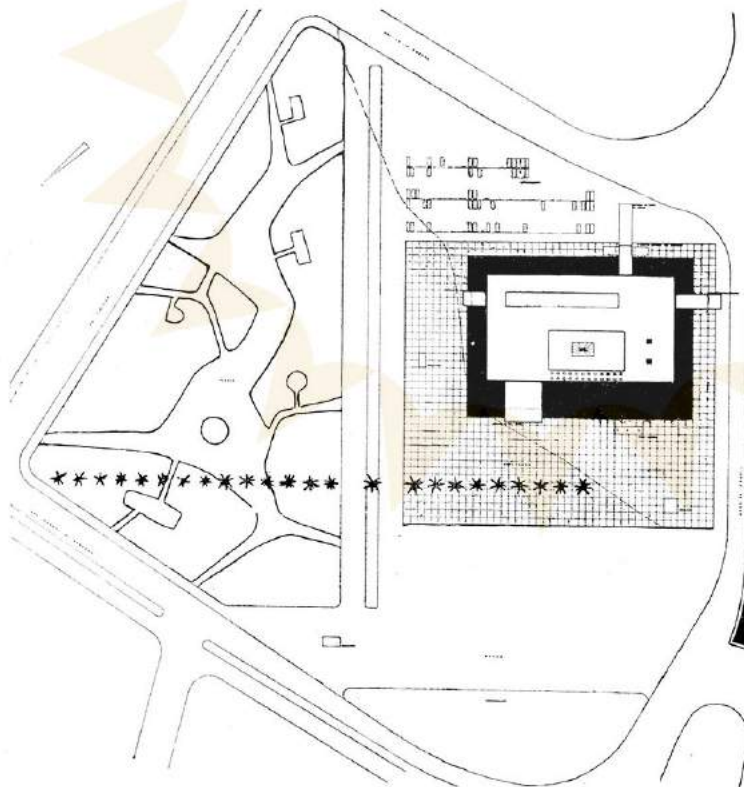
Acessos — O acesso principal no nosso entender é aquele que, vindo do centro da Capital através das Avenidas Brigadeiro Luiz Antônio e Brasil, demanda o Ibirapuera e mais adiante o Aeroporto; assim a sucessão de vistas e consequentemente as tomadas de contato com a futura edificação se faz nesse sentido e a partir de um primeiro plano constituído pelo atual monumento das Bandeiras; os demais acessos, ruas Abílio Soares, Manoel da Nóbrega e Curitiba, são secundários no sistema viário que envolverá a Assembléia.

Paisagismo — O local atualmente se mostra aberto às visuais que poderiam ser consideradas longas, posto que ao longo da Avenida Brasil, à boa distância, se inserem os edifícios horizontais do conjunto Ibirapuera; ao longo da rua Abílio Soares, terrenos vagos destinados a edificações de porte; velódromo e ginásio de esportes, na rua Curitiba; casario baixo e desordenado, na rua Manoel da Nóbrega. Portanto, em razão da paisagística, a escolha do terreno considerou um afastamento razoável em relação à vizinhança, de sorte a atender a necessidade de individualizar bem a Assembléia.

Programa de necessidades — Nos termos do edital, o programa mínimo determina setores distintos tais como, político, técnico, administrativo, os quais, complementados pelos serviços gerais, exigem um entrosamento que atenda ao funcionamento de todos os órgãos no sentido de servir mais prontamente aos trabalhos parlamentares, bem como estabelecem áreas e ligações que permitam independência nos acessos e nas circulações. Do estudo pormenorizado das exigências do edital pode-se inferir que todas as peças ou dependências, embora ligadas uma às outras por ordem de correlação ou por ordem de justaposição, devem servir de imediato ao plenário, presidência e diretoria geral, em função da atividade legislativa.

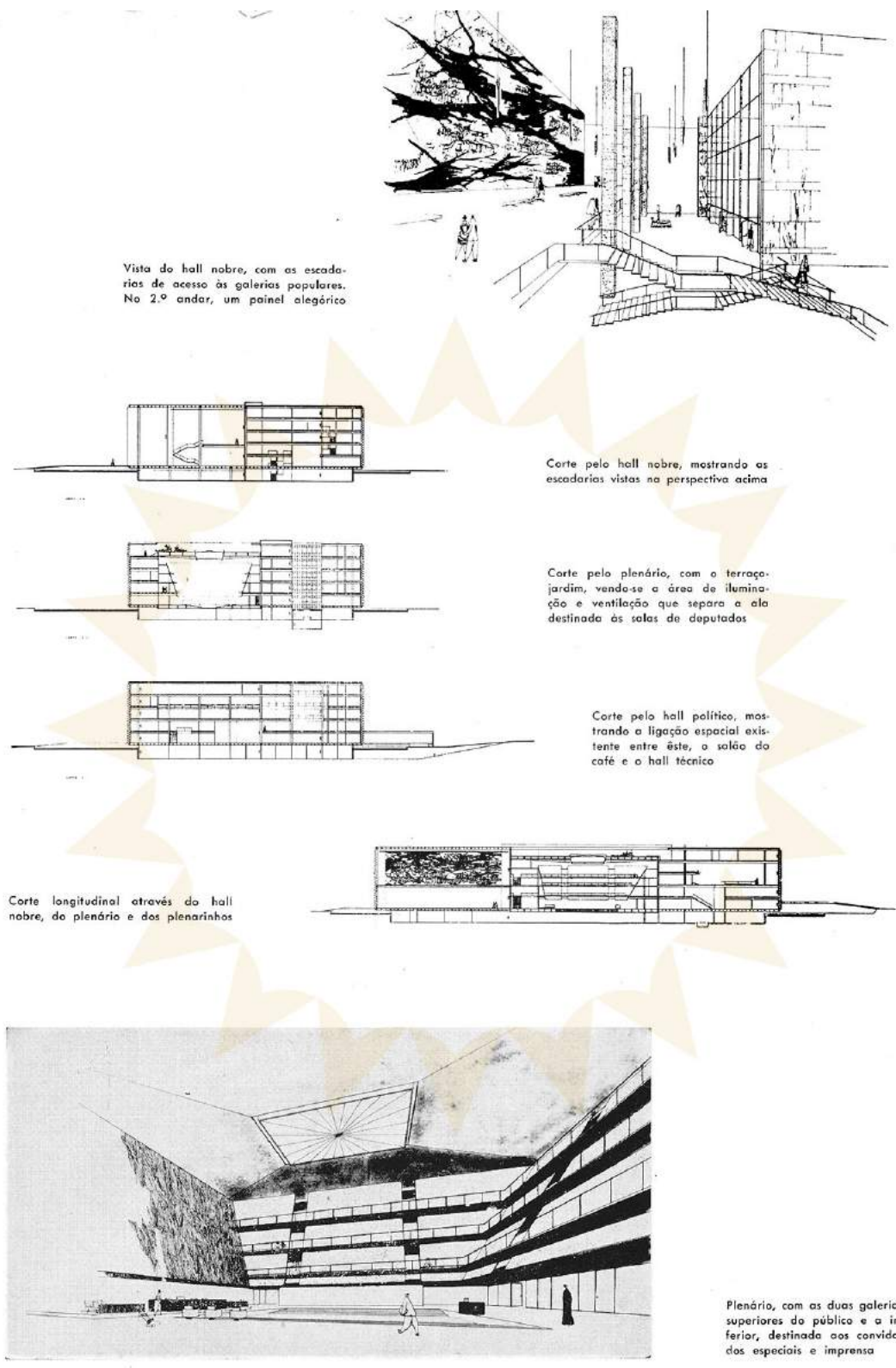
Determinação plástica — Em se tratando de obra de caráter monumental, o edifício deverá expressar pre-

(continua na página 310)



Planta de situação. O acesso à entrada nobre é feito através da esplanada, cuja monumentalidade é acentuada pelas palmeiras imperiais. À direita, ligando com a av. Brasil, a entrada geral do público. Oposto à entrada nobre acha-se a entrada especial para os deputados, ao lado da qual estacionamento para autos. À esquerda, saindo para a av. interna, a entrada administrativa. O edifício é circundado por um espelho d'água

Figura 138. *Acrópole*, n. 273, ago. 1961.
Projeto vencedor do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.
Autores: Adolpho Rubio Morales, Ricardo Sievers e Rubens Carneiro Vianna.



307

Figura 139. *Acrópole*, n. 273, agosto de 1961.
 Projeto vencedor do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.
 Autores: Adolpho Rubio Morales, Ricardo Sievers e Rubens Carneiro Vianna.

O projeto classificado em segundo lugar também destaca a importância da grande praça, para “manifestações cívicas”, porém se utiliza de estratégia de composição distinta: são dois volumes, um horizontal, que abriga o plenário e atividades correlatas e um volume vertical, onde estão os gabinetes dos parlamentares e parte da administração. De acordo com o memorial descritivo apresentado pelos autores:

A necessidade do devido destaque ao Edifício das Leis do conjunto do Ibirapuera, onde predominam blocos horizontais de grandes volumes, sugere a existência de uma torre. Sua altura e forma foram determinadas de molde a torná-la visível à grande distância e permitir a seus ocupantes uma vista total do parque Ibirapuera. (ANTEPROJETO..., 1961a)

O projeto é de autoria dos arquitetos Eduardo Kneese de Mello, José Maria Gandolfi, Joel Ramalho Jr, Luiz Forte Netto e Francisco Petracco. Integram ainda a equipe, como colaboradores: Sidney de Oliveira, Roberto Gandolfi, Luiz Gobeth Filho e Raymond. Foram dedicadas três páginas à publicação do projeto, que incluiu plantas dos pavimentos, perspectivas, cortes e memorial descritivo.

O número 274 da *Acrópole* (set. 1961) publicou os projetos premiados em terceiro e quarto lugares no concurso. A cada um foram dedicadas três páginas, que incluíram perspectivas, trechos do memorial descritivo, plantas e cortes.

O “partido adotado” pelos autores do projeto classificado em terceiro lugar (Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva) partiu da necessidade de “segurança e sobriedade da composição resultante, principalmente o aspecto monumental”. Nesse sentido, os autores propuseram, assim como o segundo lugar, dois blocos: um horizontal (que abriga o plenário e funções relacionadas) e um vertical (serviço administrativo e gabinetes). Segundo os autores:

O propósito é marcar, na horizontalidade do Parque Ibirapuera, o Palácio Legislativo de S. Paulo. Trata-se de um espaço livre, onde o volume arquitetônico existe como uma unidade plástica de indubitável sentido de marcação dentro do espaço paisagístico, já que a relação Parque-Palácio é a fundamental. (ANTEPROJETO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO, 1961b, p.348)



ANTEPROJETO PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO

PROJETO CLASSIFICADO EM 2.º LUGAR

arquitetos: Eduardo Kneese de Mello
 José Maria Gandolfi
 Joel Ramalho Jr.
 Luiz Forte Netto
 Francisco Petracco

colaboradores: Sidney de Oliveira
 Roberto Gandolfi
 Luiz Gobeth Filho
 Raymond

O Ginásio do Ibirapuera e o Monumento das Bandeiras integram o conjunto da Praça Monumental. O tráfego da av. Brasil não sofre interferência

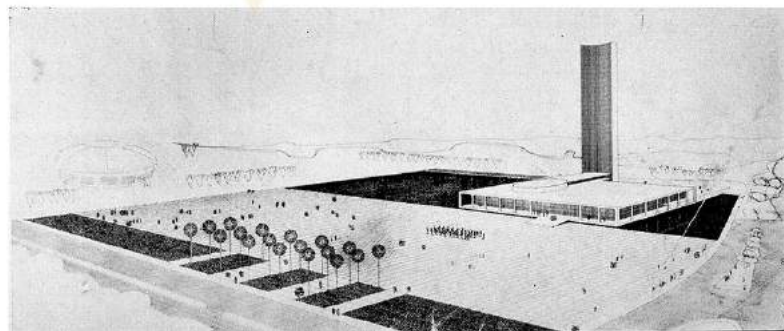
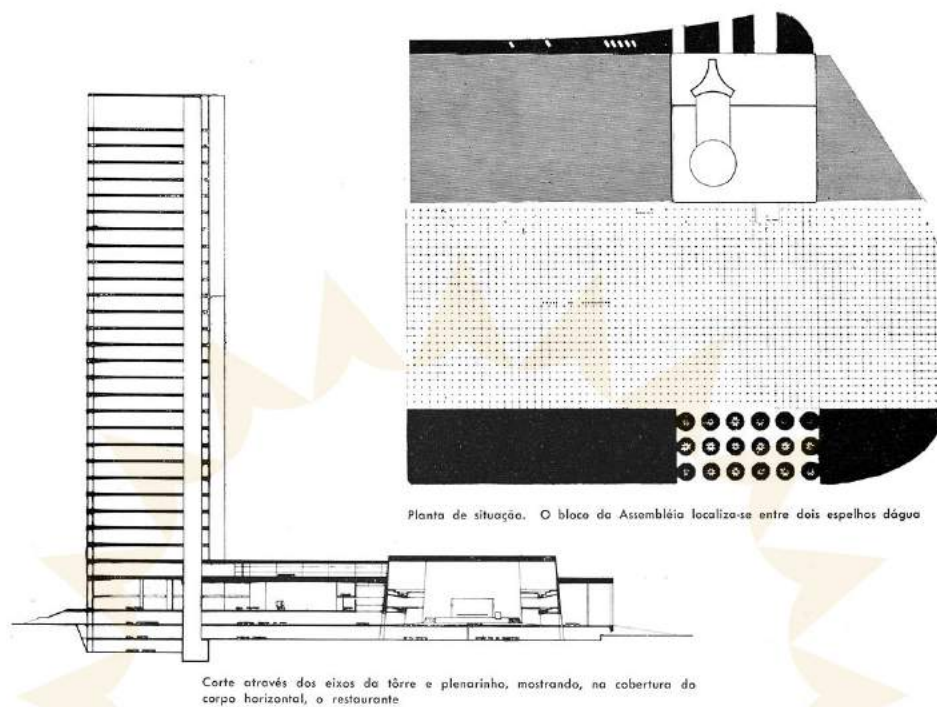


Figura 140. *Acrópole*, n. 273, ago. 1961. Segundo lugar do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo. Autores: Eduardo Kneese de Mello, José Maria Gandolfi, Joel Ramalho Jr, Luiz Forte Netto e Francisco Petracco.



A grande praça foi criada para manifestações civis, além de valorizar o acesso nobre do edifício.

O Plenário, como peça principal, destaca-se como uma forma salta dentro do corpo horizontal, sendo sempre sentido, desde a praça, o hall nobre, o salão do café e outras dependências. Todos os serviços de atendimento das secções plenárias estão colocados em seus entornos com acessos em diversos níveis. As galerias e tribunas, além de vários serviços, estão localizados no anel que circunda o plenário.

A necessidade do devido destaque ao Edifício das Leis dentro do conjunto do Ibirapuera, onde predomi-

nam blocos horizontais de grandes volumes, sugere a existência de uma torre. Sua altura e forma foram determinadas de molde a torná-la visível à grande distância e permitir a seus ocupantes uma vista total do parque Ibirapuera. Nesta torre estão localizadas as 150 salas dos deputados, ligadas pela circulação vertical ao hall político e parte da administração. Os ambientes de estar, salão de café, restaurante, biblioteca etc., voltam-se para os espelhos d'água que compõem com o edifício, a monumentalidade da praça.

A entrada especial para os deputados e o estacionamento privativo para 150 automóveis foram localizados no pavimento semi-enterrado.

Vista do hall nobre. Ao fundo, rampas de acesso do público. À direita, a forma dos três plenarinhos e à esquerda, o plenário com a rampa de acesso especial ao vestibulo nobre

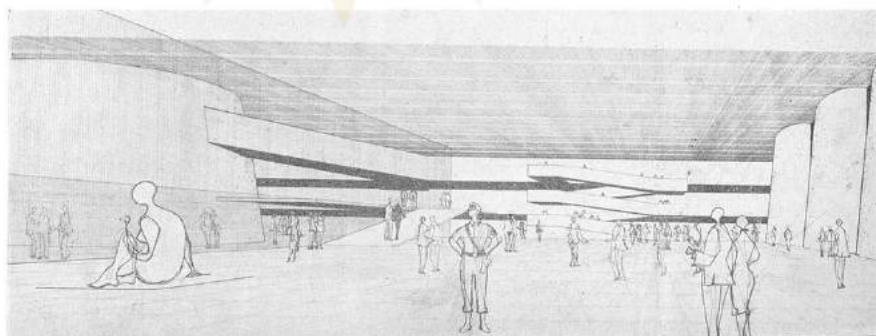
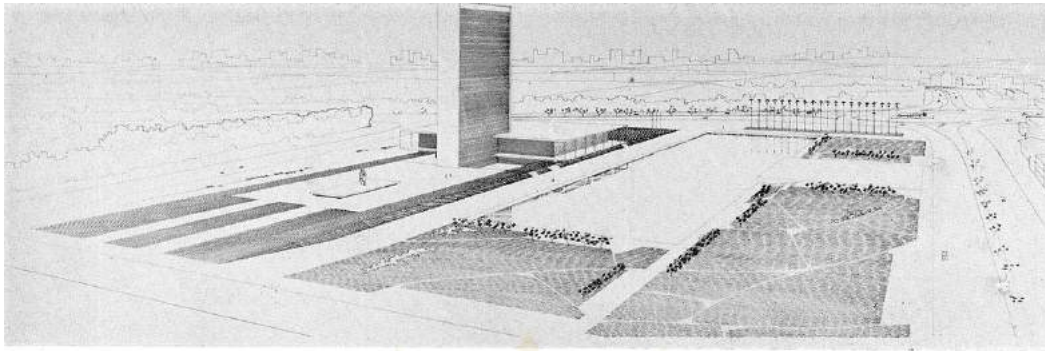


Figura 141. *Acrópole*, n. 273, ago. 1961. Segundo lugar do concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo. Autores: Eduardo Kneese de Mello, José Maria Gandolfi, Joel Ramalho Jr, Luiz Forte Netto e Francisco Petracco.



Perspectiva geral vista da parte posterior do conjunto

ANTEPROJETO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO

PROJETO CLASSIFICADO EM 3.º LUGAR

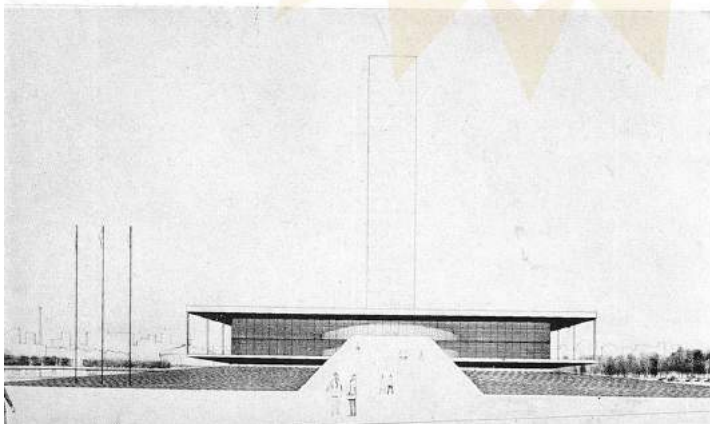
arquitetos	Miguel Pereira J. C. Paiva da Silva
eng. estrutural	Eugênio Knorr
escultora	Lourdes Sanches

Partido adotado

A natureza e a extensão do programa nos levam, desde logo, a considerar a necessária segurança e sobriedade da composição resultante, principalmente o aspecto monumental que, antes da escala avantajada, se condiciona pela intenção tranquila do arquiteto em procurar traduzir em idéia clara a excelência do poder legislativo. A dignidade do Palácio, procuramo-la na composição simples de dois blocos, deliberadamente em disciplinada harmonia.

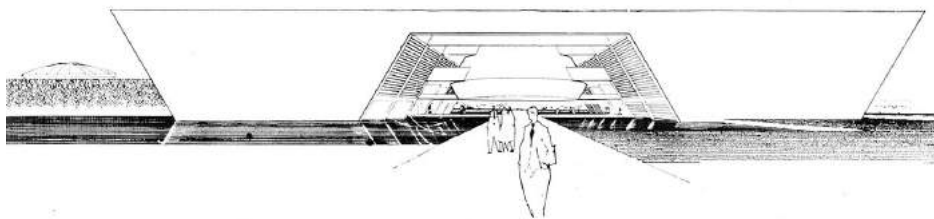
O bloco horizontal contém o coração do Palácio — o plenário, além de abrigar os gabinetes dos membros da mesa, os plenarinhos e os serviços técnicos que atendem, intimamente, estes setores. O bloco vertical abriga o serviço administrativo, os gabinetes dos deputados e o restaurante.

O propósito é marcar, na horizontalidade do Parque Ibirapuera, o Palácio Legislativo de S. Paulo. Trata-se de um espaço livre, onde o volume arquitetônico existe como uma unidade plástica de indubitável sentido de marcação dentro do espaço paisagístico, já que a relação Parque-Palácio é a fundamental.



Perspectiva desde a Av. Brasil, no sentido da chegada monumental do palácio. A grande rampa leva o público ao hall nobre, onde se percebe, através dos planos de cristal, o volume do plenário em mármore negro

Figura 142. *Acrópole*, n. 274, set. 1961.
Terceiro lugar no concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.
Autores: Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva

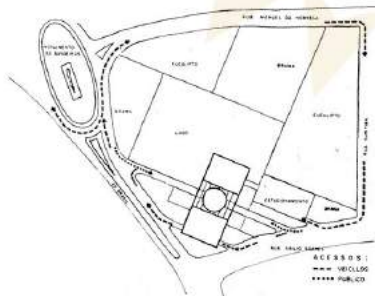


ANTEPROJETO PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO

PROJETO CLASSIFICADO EM 4.º LUGAR

arquiteto | Jon V. Maitrejean

A avenida de acesso que conduz à praça principal da Assembléia, prolongando-se até o extremo da outra rua, é a continuidade espacial de quem vem pela av. Brasil, passando pelo Monumento às Bandeiras, ou de quem vem do Ibirapuera. O acesso, dentro



Planta de situação

dessas condições, permite proporcionar urbanisticamente os espaços externos das circunvizinhanças com os espaços da implantação, preparando harmonicamente o aparecimento da praça, sobre a qual vai se desenvolver todo o edifício.

Este praça sobre, que é também praça cívica, unindo os três elementos da composição, ganha uma dimensão espacial expressa pela projeção da estrutura que sustenta o plenário e pela projeção do volume que inclui o plenário e os espaços que o agenciam. Uma das preocupações fundamentais da proposta foi ressaltar a monumentalidade do edifício, sem perder de vista o problema da escala humana. Foi dar, também, uma dinamização na continuidade espacial exterior-interior, definida pelas diferenças de pé direito do edifício, da praça e dos espaços contíguos à praça. O partido adotado, de gabarito baixo, além de favorecer internamente possibilidades de comunicações e acessos fáceis, mantém escala de proporção com a rua devido as condições de proximidade em que ele se coloca.

A solução paisagística teve como objetiva visualizar o edifício através de todo o perímetro do terreno, no sentido de criar diversas zonas de perspectiva. Dois bosques de eucaliptos, colocados como obstáculos transparentes, preparam psicologicamente o observador a visualizar o edifício dentro de uma zona, onde os primeiros planos seriam vistos sucessivamente um espaço verde, o lago, e a seguir, como coroamento do conjunto, o edifício.

351

Figura 143. *Acrópolis*, n. 274, set. 1961.
Quarto lugar no concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.
Autor: Jon V. Maitrejean

O quarto lugar, de autoria do arquiteto Jon V. Maitrejean, propõe solução em bloco único (como o projeto vencedor), marcado por grande vazio que atravessa o edifício e leva ao grande plenário. De acordo com o autor:

Uma das preocupações fundamentais da proposta foi ressaltar a monumentalidade do edifício, sem perder de vista o problema da escala humana. Foi dar, também, uma dinamização na continuidade espacial exterior-interior, definida pelas diferenças de pé-direito do edifício, da praça e dos espaços contíguos à praça. O partido adotado, de gabarito baixo, além de favorecer internamente possibilidades de comunicações e acessos fáceis, mantém escala de proporção com a rua devido às condições de proximidade em que ele se coloca. (ANTEPROJETO..., 1961b, p.351)

O número 24 da revista *Módulo* (Agosto de 1961) também publicou o primeiro e segundo lugares do concurso. O número 30 da *Módulo* (Outubro, 1962) publicou o projeto classificado em terceiro lugar. Em nenhuma das revistas foi publicada a ata da comissão julgadora. Na revista *Arquitetura e Engenharia* (n.59, Jan./Fev. 1961) foi publicado apenas o edital. O projeto classificado em primeiro lugar foi contratado, o projeto foi desenvolvido e o edifício foi inaugurado em 1968, após quase sete anos de obras e recebeu o nome de “Palácio 9 de Julho”, em homenagem ao movimento constitucionalista de 1932, em São Paulo.



Figura 144. Sede da Assembleia Legislativa de São Paulo. Obra construída.
Fonte: www.al.sp.gov.br

Sede da Peugeot: celebração internacional.

Acrópole, n. 272, jul. 1961

Acrópole, n. 279, fev. 1962

Acrópole, n. 280, mar. 1962

Acrópole, n. 281, abr. 1962

Habitat, n. 68, jun. 1962

Módulo, n. 31, dez. 1962

Os anos 1950 e 1960 foram marcados, na América Latina, pela instabilidade política e a sucessão de golpes militares, em grande parte apoiados ou financiados pelos Estados Unidos, que buscavam firmar seus interesses políticos e econômicos na região, em disputa com a União Soviética, que também buscava se afirmar no espaço geopolítico do pós-guerra. Na Argentina, em 1955, um golpe militar destituiu o presidente Juan Domingo Perón. Em 1958, após eleições controladas pelos militares, foi eleito o presidente Arturo Frondizi, que em 1962 foi destituído pelos militares, após eleições em que os peronistas haviam vencido em 10 das 14 províncias do país.

Nesse contexto de instabilidade política, também marcado por um cenário econômico de ampliação dos interesses estrangeiros no país, a empresa *Foreign Building & Investment Company* promoveu em 1961 um concurso internacional para o que deveria ser o maior arranha-céu da América Latina, a ser construído em Buenos Aires: a sede da Peugeot, empresa francesa de fabricação de automóveis. Foram submetidos 226 trabalhos, de 55 países, destacando-se: Estados Unidos (204); Argentina (120); Brasil (89), Japão (56), Uruguai (36) e França (35).

A revista *Acrópole* publicou notas sobre o concurso na seção Atualidades dos números 272 (Julho de 1961, sobre o lançamento) e 279 (Fevereiro de 1962, sobre os projetos inscritos). Em março de 1962 a seção Atualidades da *Acrópole* (n.280) divulgou nota sobre o resultado: “Quatro arquitetos brasileiros conquistaram o primeiro prêmio num dos maiores concursos internacionais de arquitetura”. Os autores do projeto vencedor, a que se referia a nota, eram os arquitetos brasileiros Roberto Aflalo (36), Plinio Croce (41), Giancarlo Gasperini (36), equipe complementada pelo argentino Eduardo P. Suarez. Além do projeto vencedor, houve mais cinco premiados e diversas menções* (uma delas do Brasil: Marcos Konder Netto e Ulisses Burlamarqui, com atuação no Rio de Janeiro), conforme lista a seguir.

Primeiro Prêmio - Roberto Aflalo, Plinio Croce e Giancarlo Gasperini (Brasil)

Segundo Prêmio – J. Boinoux, M. Follianson (França)

* Lista detalhada dos premiados obtida na revista *Architecture* (1962).

Terceiro Prêmio – Jose Manuel Fernandez Plaza, Julio Bravo Giralt, Pablo Pintado y Riba, Alfonso Alvarez Martinez (Espanha)

Quarto Prêmio – Georges Bize, Jacques Ducollet (França)

Quinto Prêmio – Milton Pinto, Leonardo Turovlin, Enrique Besuievsky (Uruguai)

Sexto Prêmio – Carlos Arana Holder, Antenor Orrego Spelucin, Juan Torres Higuera, Luis Vasquez Pancorvo (Peru)

Primeira Menção - José L. Bacigalupo, Alfredo L. Guidali, Jorge O. Riopedre, Hector Ugarte, Juan M.C. Monie, Fernando Ferrero, Alicia M. Mainero, Issac Danon (Argentina)

Segunda Menção - M. Hatami, W. Lister (Estados Unidos)

Terceira Menção - Charles T. Berger e Harold J. Landrum (Estados Unidos)

Quarta Menção - Carlos F. Lange, Luiz A. Rébora (Argentina)

Foram ainda destacadas as seguintes menções honrosas: Marcos Konder Netto, Ulisses Burlamarqui (Brasil); Eduardo Terrazas de la Peña (México); Ahmed E. Oral, William Jack (Inglaterra) e Maurizio Socripanti (Itália).

O júri foi composto por arquitetos do Brasil, Estados Unidos, França e Argentina. Os mais notórios da comissão julgadora eram os arquitetos Afonso Eduardo Reidy (o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, projetado entre 1952 e 1954, estava em construção. Reidy faleceu em 1964, aos 55 anos); Marcel Breuer (o arquiteto húngaro naturalizado americano ainda não havia projetado o *Whitney Museum of American Art*, em Nova Iorque, de 1966, mas já havia projetado a sede da UNESCO em Paris, de 1953, com projeto estrutural de Pier Luigi Nervi). Ainda integravam a comissão julgadora os arquitetos Eugenio Beaudoin (França) e Martin Noel, Alberto Prebisch, Francisco Rossi e Francisco G. Vasquez (Argentina).

A premiação da equipe brasileira gerou amplo interesse editorial nas revistas nacionais, porém com abordagens distintas. Os concursos internacionais raramente eram publicados das revistas da época, à exceção de algumas notas sobre anúncios ou resultados.

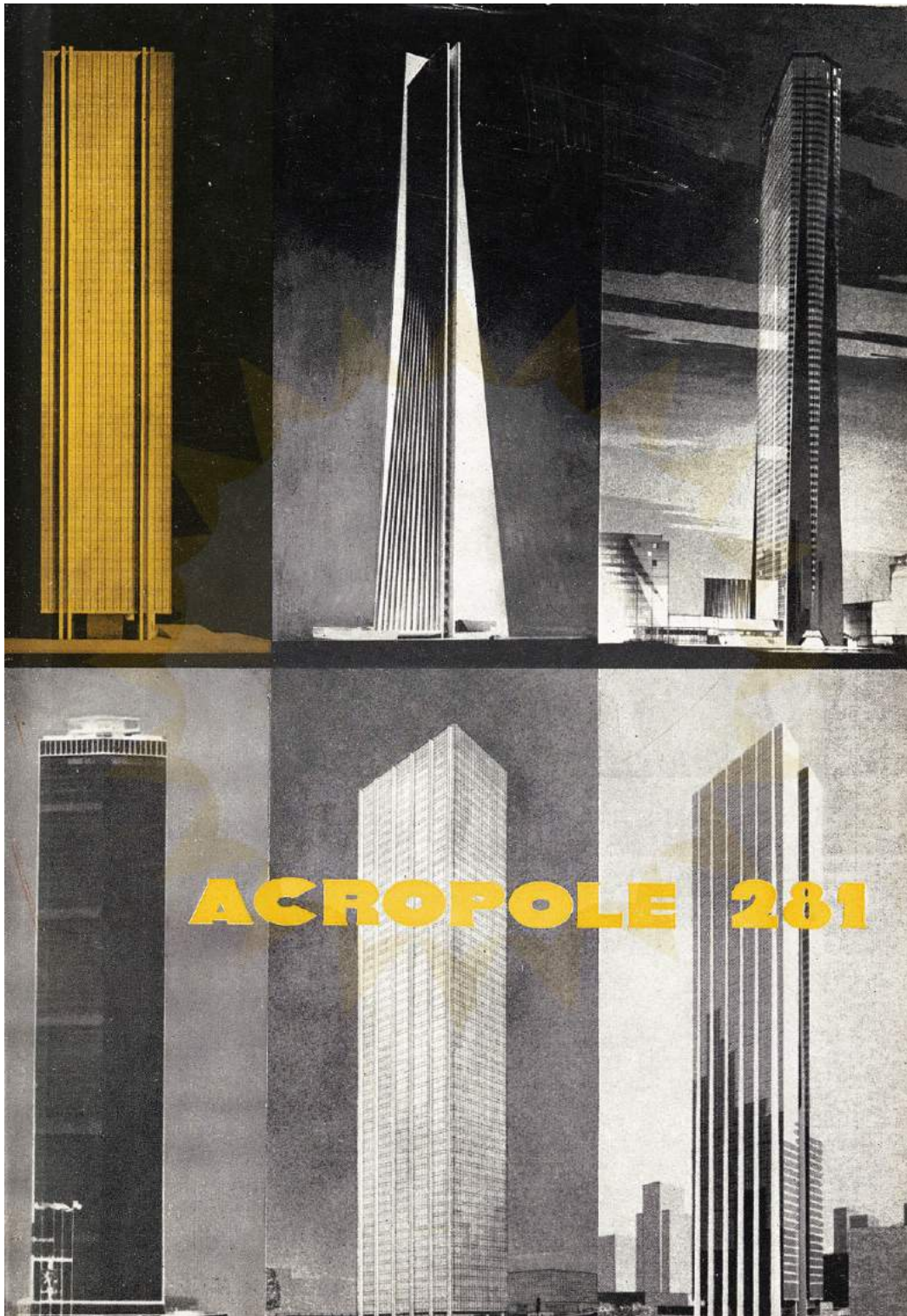


Figura 145. Capa da *Acrópole*, n. 281, abr. 1962.
Premiados no concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.

EDIFÍCIO PEUGEOT EM BUENOS AIRES

projeto: Roberto C. Aflalo
Plinio Croce
Giancarlo Gasperini
Eduardo P. Suarez, arquitetos

colaboradores
cálculo estrutural: engs. Mario Franco e Julio Kasoy
ar condicionado: engs. Raul Bollinger Jr. e Benjamin Belinky
elevadores: Elevadores Atlas
eletr. e hidráulica: engs. Leon Rabinovitch e Marcello Cusano
fundações: eng. Lauro Rios

Damos abaixo a ata do júri, que concedeu o primeiro prêmio ao projeto que publicamos a seguir, projeto este que foi escolhido entre um total de 227, proveniente de 30 países.

"Anteprojeto que obtém uma concordância com a expressão arquitetônica de Buenos Aires, integrando-se na paisagem urbana circundante, graças ao seu volume equilibrado, expressado simples e claramente. Esta simplicidade dará uma nota de ordem dentro do complexo perfil urbano que há de cercá-lo. Por outro lado, o sistema viário que este anteprojeto determina, se canaliza convenientemente com o atual, acreditando-se que corresponda às exigências que este problema apresenta.

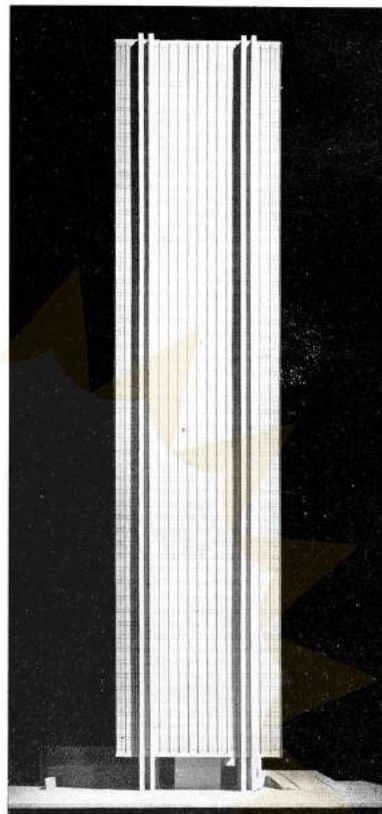
O tratamento geral se destaca por um apropriado poder de síntese, que chegou a transformar um programa, por si só já complexo, em outro de aparência simples e óbvio, expressado em linguagem nobre, coerente e de bom sentido, longe de rebuscados efeitos formais.

A estrutura está bem estudada, sendo lógica, clara e simples, participando, outrossim, da vida de cada planta. É muito bem concebida, evitando múltiplos elementos de suportes internos, mediante a concentração de esforços em seis pontos, rematando convenientemente nos fundações. As qualidades representadas pela estrutura permitem obter o máximo aproveitamento para a maquinaria que irá se alojar nos pavimentos intermediários (instalações mecânicas).

As instalações foram bem estudadas e acompanham o sentido estrutural, mesmo que a solução proposta para o sistema de ar condicionado ocupando uma zona ao longo das janelas (superfície envidraçada que vai do piso ao teto), representa a perda de uma faixa perimetral, cuja incorporação à área útil dos ambientes seria de interesse reconquistar.

Se considera conveniente assinalar que o projeto poderia ser melhorado, se se tivesse em conta uma solução arquitetônica que favorecesse em maior escala proteção aos raios solares nas diferentes orientações.

As diferentes soluções parciais que resolvem os problemas programáticos, denotam perícia e qualidade, concretizando-se em propostas de uma extrema e depurada simplicidade.



Maqueta vista da av. Libertador

O júri aceita as diferentes restrições que o projetista propõe para os diversos componentes do programa, já que em geral elas não invalidam nenhuma das soluções oferecidas e estão de acordo com o critério de escolha com o qual foram formulados as bases do concurso.

O edifício está bem zonificado e seu funcionamento é fluente e lógico, podendo ser melhorado no entanto localizando nos pavimentos superiores as plantas correspondendo aos apartamentos, totalmente independentes dos pavimentos destinados aos escritórios. Os acessos públicos estão bem resolvidos e são facilmente realizáveis de ambas as ruas, o que permite integrar rapidamente o edifício às artérias que o servem.

O rendimento da superfície destinada a escritórios é alta, representando 50% da área coberta total.

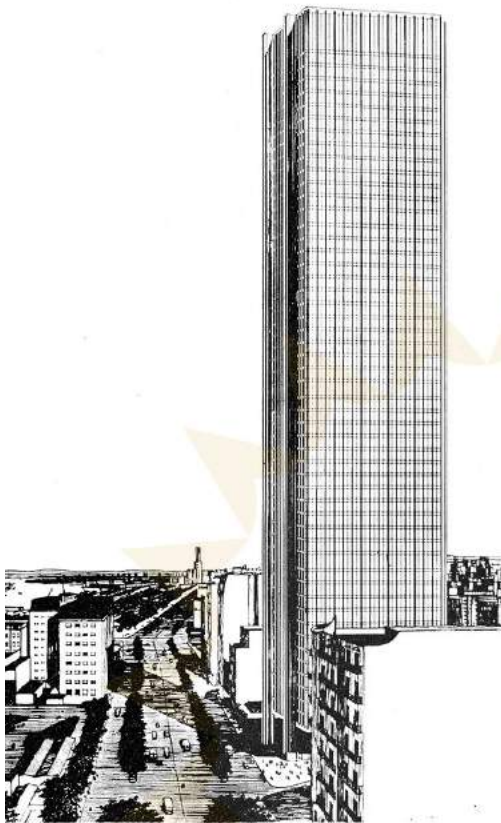
Accepta-se a proposição de equipar a garagem com adequados elementos mecânicos, para, desse modo, não chegar a cotas demasiadamente profundas, no entanto, seria interessante reconsiderar a solução apresentada, devido a economia e fluidez de circulação que significam as soluções baseadas no funcionamento em rampas naturais.

O memorial deste trabalho mostra a seriedade com que foi estudada o anteprojeto, característica esta visível em toda sua apresentação.

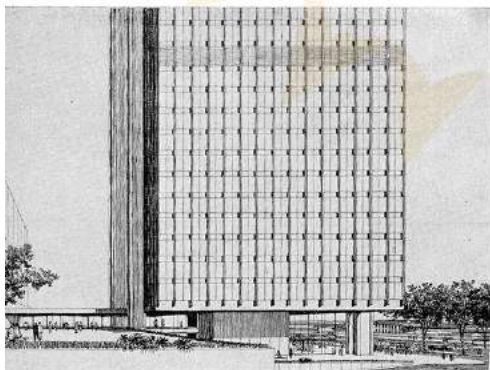
145

Figura 146. *Acrópolis*, n. 281, abr. 1962.

Projeto vencedor do concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.
Autores: Roberto C. Aflalo, Plinio Croce, Giancarlo Gasperini (Brasil), Eduardo P. Suarez (Argentina).



Fachada lateral, com a av. Libertador em primeiro plano



Perspectiva do terraço e esplanada

A obra projetada se compõe fundamentalmente de três elementos: uma torre, uma esplanada e um corpo baixo.

A **torre** é um elemento monolítico destacando-se da composição e que se levanta como um símbolo da tecnologia moderna.

A **esplanada** é um elemento de ligação, que funciona como plataforma de distribuição do tráfego horizontal e vertical. Como conceito, é o elemento básico para a compreensão da obra projetada.

O **corpo baixo**, situado atrás da esplanada, é uma consequência da topografia do terreno e complementa a composição geral, harmonizando o conjunto das construções vizinhas, sendo uma seqüência lógica e natural.

Todos os serviços gerais do edifício foram localizados nos subsolos. Como tais, entende-se também o restaurante e o grupo comercial, já que funcionarão simultaneamente para atender as necessidades do edifício com uma fácil intercomunicação interna (escadas rolantes) e externa (escadaria). Nos subsolos localizam-se também as garagens, resolvidas com um sistema mecânico constituído por doze elevadores montados dentro de suas respectivas torres metálicas, que, por sua vez, têm um movimento de translação longitudinal (sistema Bowers), que receberão os carros num piso de distribuição geral (2.º subsolo), para distribuí-los nos seis pisos de estacionamento.

Os veículos, por seus próprios meios, mediante uma rampa dupla, chegarão ao andar de distribuição, onde serão recebidos pelo pessoal encarregado do estacionamento. Nêste pavimento também estão localizados os serviços de manutenção e abastecimento dos automóveis, sala de espera para os motoristas e estacionamento dos carros aguardando o momento do "rush".

O **grupo cultural** (teatros) situa-se no corpo posterior da esplanada, com acesso direto das ruas e do hall de elevadores do edifício. Foi concebido como um elemento autônomo, se bem que vinculado à composição geral. Teatros, exposições, boites, conferências e convenções, numa seqüência lógica de pavimentos sucessivos, têm vida própria e não interferirão no movimento geral do edifício.

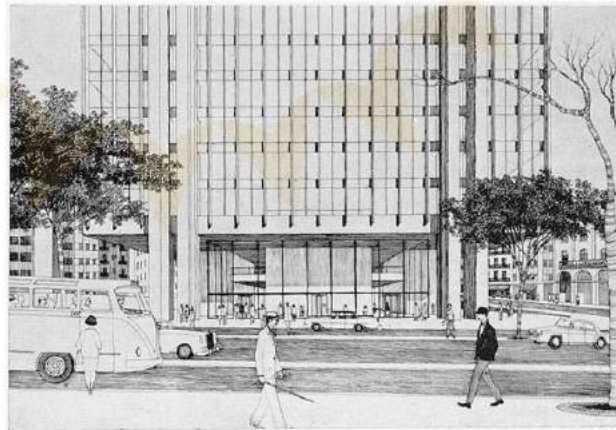
O **grupo escritórios** está totalmente localizado na torre, com seus serviços gerais colocados em pavimentos intercalados e com acessos ao nível da esplanada. O dimensionamento da torre provém de um estudo minucioso do tráfego vertical em função da superfície útil e espaço ocupado pelos elevadores. Dêste estudo resultou como solução mais econômica e de maior eficiência a divisão do tráfego de passageiros em quatro zonas superpostas servidas por outros tantos grupos

Figura 147. *Acrópole*, n. 281, abr. 1962.

Projeto vencedor do concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.
Autores: Roberto C. Aflalo, Plinio Croce, Giancarlo Gasperini (Brasil), Eduardo P. Suarez (Argentina).



Perspectivo geral através da av. Libertador



Detalhe da entrada pela av. Libertador.

147

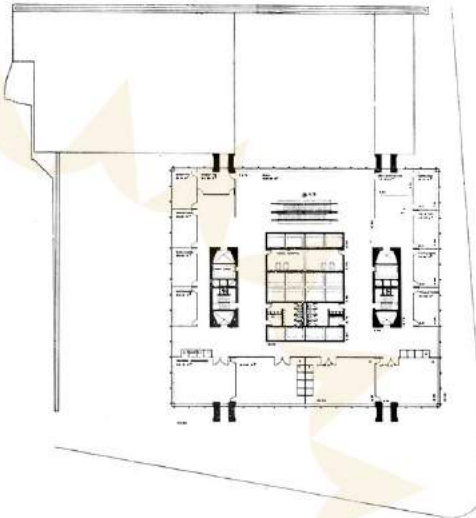
Figura 148. *Acrópolis*, n. 281, abr. 1962.
Projeto vencedor do concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.
Autores: Roberto C. Aflalo, Plinio Croce, Giancarlo Gasperini (Brasil), Eduardo P. Suarez (Argentina).

A área dos escritórios é totalmente livre de colunas internas. Dois maciços tubulares reúnem todos os centros nevrálgicos do edifício, tais como canalização de ar condicionado, água, esgotos, eletricidade, telecomunicações, etc.. Estes enormes pilares constituem os elementos de rigidez da torre, vinculados entre si por um sistema de trama, passando entre os blocos de elevadores. Quatro grupos externos de colunas duplas constituem os únicos apoios periféricos. Este conceito estrutural permitiu liberar uma superfície enorme nos pavimentos e subsolos, facultando a execução de uma fundação perfeitamente definida para melhor distribuir as enormes cargas do edifício. Desta maneira foi possível recuperar nos subsolos toda a superfície de baixo da torre até o nível de apoio da abóbada de subpressão.

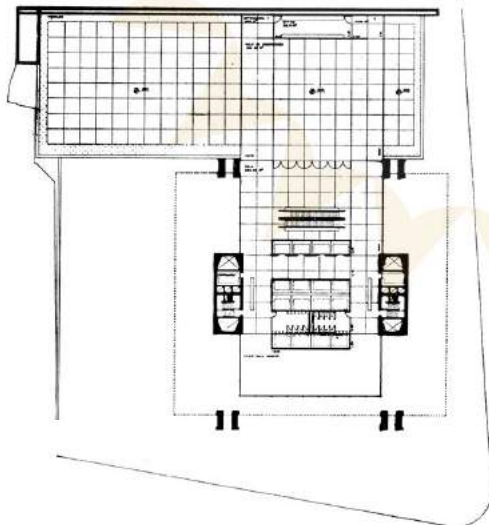
A estrutura é de cimento armado, cuja técnica é de execução corrente no país, oferecendo baixo custo de mão-de-obra e utilizando materiais de produção local. A distribuição de seis apoios permitiu criar dois vãos laterais com balanço de 6,60 m e um único vão central de 24 m com uma espessura relativamente reduzida das lajes. Para vãos e alturas iguais, uma estrutura de aço teria flechas maiores. Este princípio foi mundialmente comprovado em construções recentes. Alcançou-se desta maneira para a estrutura um elevado

índice de economia em volume e peso, equivalente a consumos iguais para edifícios de menor porte. O princípio adotado para a estrutura confere ao edifício um elevado valor de expressividade arquitetônica.

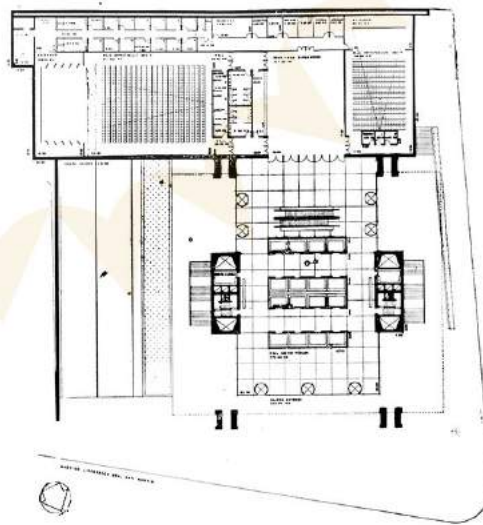
Sendo elementos constantes em toda a altura do edifício, as caixas dos poços de elevadores não cons-



1.º pavimento — Dependências, congressos



Mezanino — Sala de reuniões



Pavimento térreo — Hall de entrada e teatros

Figura 149. *Acrópole*, n. 281, abr. 1962.

Projeto vencedor do concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.
Autores: Roberto C. Aflalo, Plinio Croce, Giancarlo Gasperini (Brasil), Eduardo P. Suarez (Argentina).

Entre as revistas analisadas, a *Acrópole* dedicou a capa do número 281 (Abril e 1962) aos premiados no concurso para a Sede da Peugeot e publicou oito páginas sobre o projeto vencedor. A publicação incluiu trechos da Ata do Júri, além de memorial descritivo dos autores, perspectivas, plantas, cortes e diagramas estruturais. O projeto, segundo o júri:

... obtém uma concordância com a expressão arquitetônica de Buenos Aires, integrando-se na paisagem urbana circundante, graças ao seu volume equilibrado, expressado simples e claramente. (...) O tratamento geral se destaca por um apropriado poder de síntese (...) expressado em linguagem nobre, coerente e de bom sentido, longe de rebuscados efeitos formais. A estrutura está bem estudada, sendo lógica, clara e simples (...)(EDIFÍCIO PEUGEOT... 1962)

Apesar das qualidades, o júri apresentou algumas ressalvas sobre a ausência de proteção solar nas fachadas, além de sugestões relacionadas à distribuição do programa.

No memorial descritivo os autores descrevem a proposta como uma síntese de três elementos: uma torre, uma esplanada e um corpo baixo. O primeiro (torre), como “elemento monolítico” e “símbolo da tecnologia moderna”, onde estão situados os escritórios; o segundo (esplanada), como elemento de ligação, que se configura como o “elemento básico para a compreensão da obra projetada”; e o terceiro elemento (corpo baixo), consequência das relações topográficas com o entorno, onde está situado o conjunto de equipamentos culturais. Ainda de acordo com os autores, o dimensionamento do edifício resultou da busca pela melhor relação entre espaço útil, altura do edifício e número de elevadores, com índice de aproveitamento da área em torno de 82%. Outra premissa do projeto, cuja estrutura foi concebida em concreto armado, foi a liberação da área de escritórios do pavimento tipo, “livre de colunas internas”: “quatro grupos externos de colunas duplas constituem os únicos apoios periféricos”.

A revista *Habitat*, em junho de 1962 (n.68), publicou apenas o projeto de autoria dos arquitetos Marcos Konder Netto e Ulysses Burlamaqui. O projeto vencedor não foi publicado na revista, que tinha como responsável pela Direção de Arquitetura o jornalista Geraldo Ferraz. Foram dedicadas nove páginas ao projeto de Konder Netto e Burlamaqui, com fotos de maquete, perspectivas, desenhos técnicos e memorial. Não há apreciação crítica do projeto por parte da revista. Conforme o memorial escrito pelos autores, um dos principais objetivos do projeto foi “atingir à melhor concepção arquitetônica, sem prejuízo das taxas de aproveitamento mais convenientes”. Nesse sentido, defendem “um partido tecnicamente viável, funcionalmente válido e acima de tudo, plasticamente atraente”. (EDIFÍCIO PEUGEOT..., 1962). Sobre a forma cilíndrica do edifício, os autores defendem uma postura oposta àquela do projeto vencedor:

Destas considerações preliminares fica patente a tentativa de romper com os “clichês” habituais de um prisma envidraçado nascendo sobre um embasamento que ocupasse todo o terreno. Desejamos que o Edifício Peugeot – futuro símbolo e monumento da pujante Buenos Aires – coerente com os aspectos funcionais e construtivos, expressasse, nitidamente, o espírito de nossa época. (EDIFÍCIO PEUGEOT..., 1962)

O “espírito da época”, mencionado pelos autores, certamente evocava as contradições e críticas ao modernismo funcionalista, discurso que já se tornava comum no cenário nacional e, especialmente, internacional, como se viu no caso do concurso par ao City Hall de Toronto.

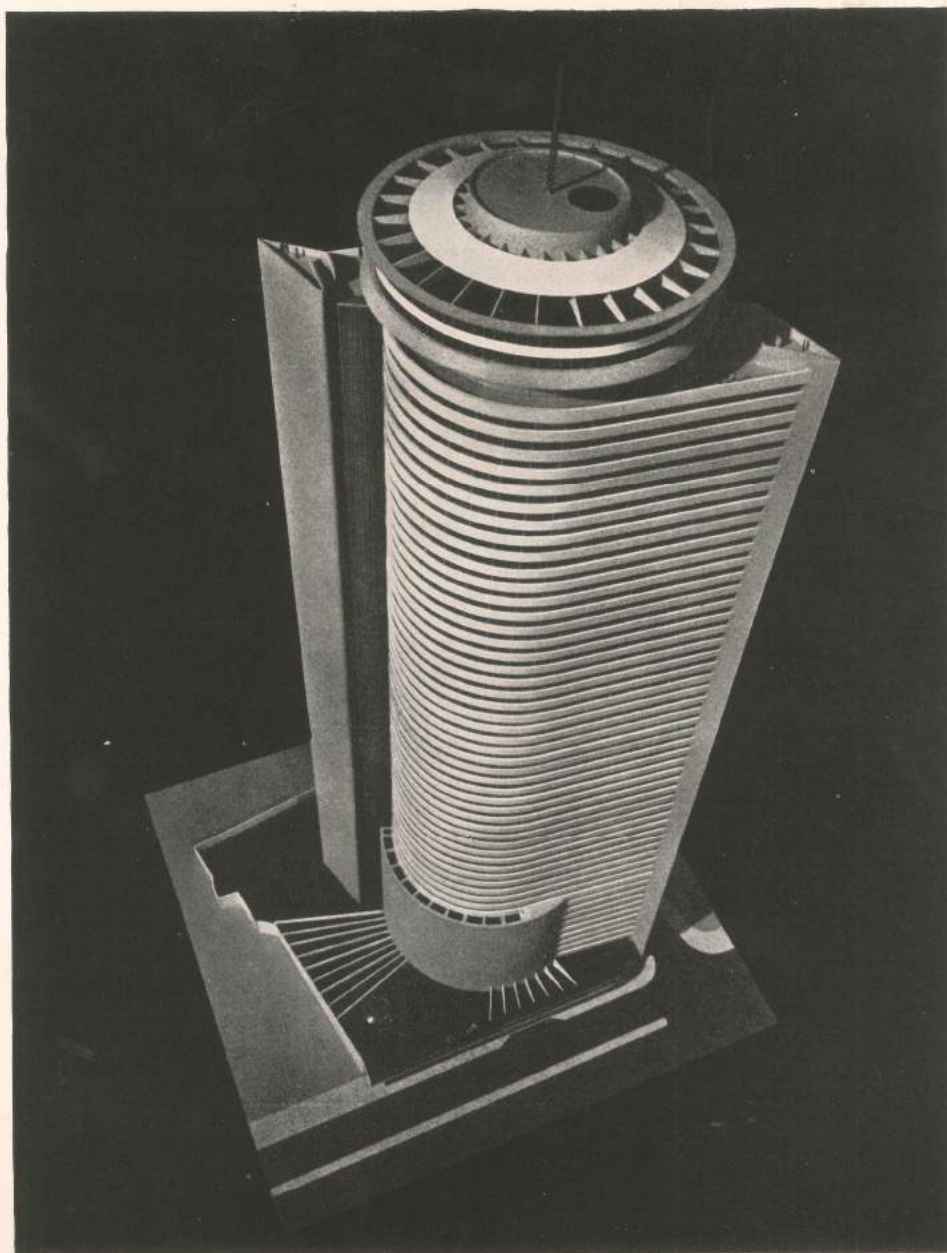
A revista *Módulo*, no número 31, de dezembro de 1962, dedicou a capa ao projeto vencedor do concurso. Diferentemente da *Acrópole* e da *Habitat*, na *Módulo*, além do projeto vencedor (nove páginas), foi também publicado (em sete páginas) o projeto brasileiro que obteve menção. Nesse espírito de confrontações e críticas, entre o funcionalismo e a liberdade plástica, foi publicado nesse mesmo número da *Módulo* o texto “Contradição na Arquitetura”, de Oscar Niemeyer, em que o arquiteto defende a liberdade plástica no projeto e a libertação do que denominou o “falso purismo”, conforme trecho a seguir:

Quando em 1959 terminávamos as obras de Brasília, escrevi um artigo – Forma e Função – no qual, defendendo aqueles trabalhos, esclareci meus pontos de vista sobre o assunto. Lembro-me dos comentários que o mesmo provocou e de como a muitos surpreendeu vir eu a público declarar que o funcionalismo e o falso purismo conduzem à repetição e à mediocridade; e ainda que aceitava todos os compromissos, todas as fantasias que pudessem levar à beleza plástica. Revidando às críticas que os “puristas da arquitetura” fazem às soluções mais livres e criadoras que preferimos, demonstrei como essa corrente é formalística, pois além dos compromissos plásticos que assume para manter a simplicidade e rigidez que tanto a limita, cria o formalismo mais grave, absoluto, que é o desvirtuamento dos próprios programas construtivos – base de toda a arquitetura – programas que muitas vezes sugerem partidos diferentes, enquadrando-os, indistintamente, nas formas regulares e geométricas dos seus conhecidos prismas de vidro. (NIEMEYER, 1962, p.17)

O projeto da Sede da Peugeot em Buenos Aires não foi executado, mas a vitória no concurso motivou a inclusão de Gasperini ao escritório já formado por Croce & Aflalo, resultando no Croce, Aflalo e & Gasperini (escritório ainda hoje atuante, sob a denominação Aflalo Gasperini Arquitetos, comandado pelos filhos de Roberto Aflalo e outros sócios, especializado em edifícios comerciais).

Marcos Konder Netto foi professor da Faculdade Nacional de Arquitetura e Urbanismo no Rio de Janeiro (convidado por Ulysses Burlamaqui, com quem participou do concurso de Buenos Aires), presidiu o IAB-RJ de 1962 e 1964. Em 1956 havia vencido o concurso do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, em colaboração com Hélio Ribas Marinho.

Edifício Peugeot, Buenos Aires/Concurso Internacional
de ante-projetos/ arqs. Marcos Konder Netto e Ulysses P. Burlamaqui



HABITAT

7

Figura 150. *Habitat*, n. 68, jun. 1962.
Menção no concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.
Autores: Marcos Konder Netto e Ulysses Burlamaqui.

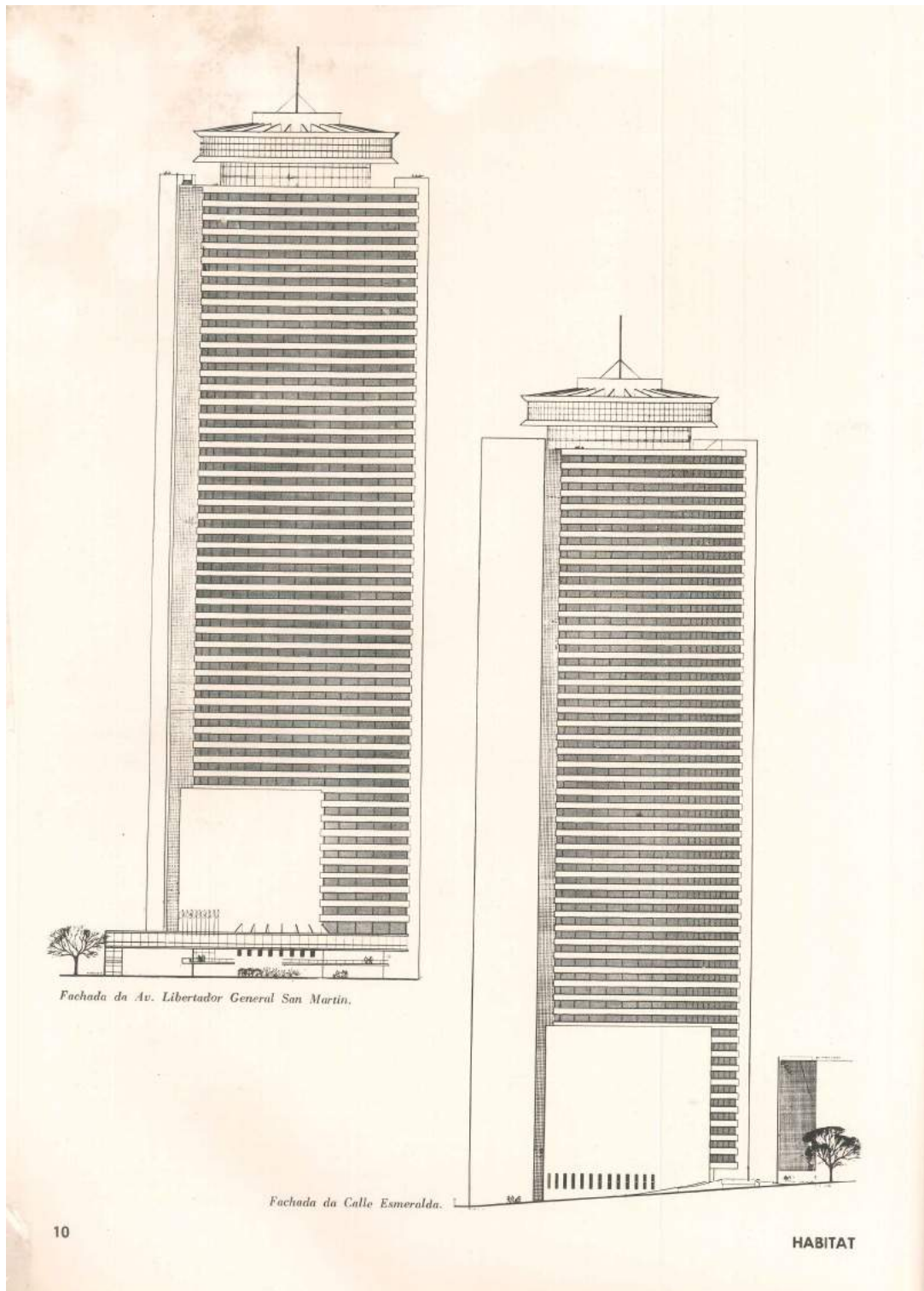


Figura 151. *Habitat*, n. 68, jun. 1962.
Menção no concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.
Autores: Marcos Konder Netto e Ulysses Burlamaqui.

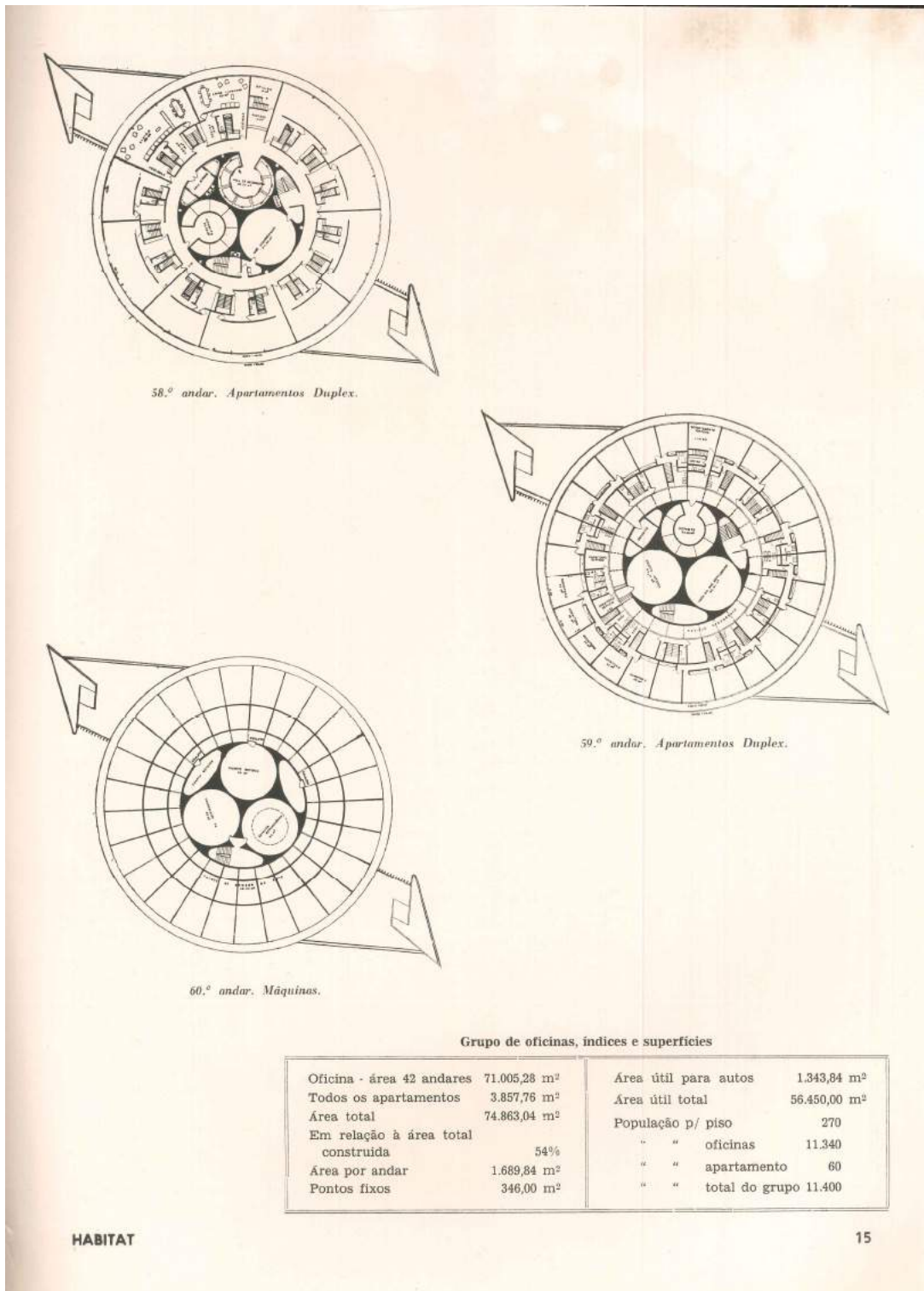


Figura 152. *Habitat*, n. 68, jun. 1962.
Menção no concurso internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.
Autores: Marcos Konder Netto e Ulysses Burlamaqui.

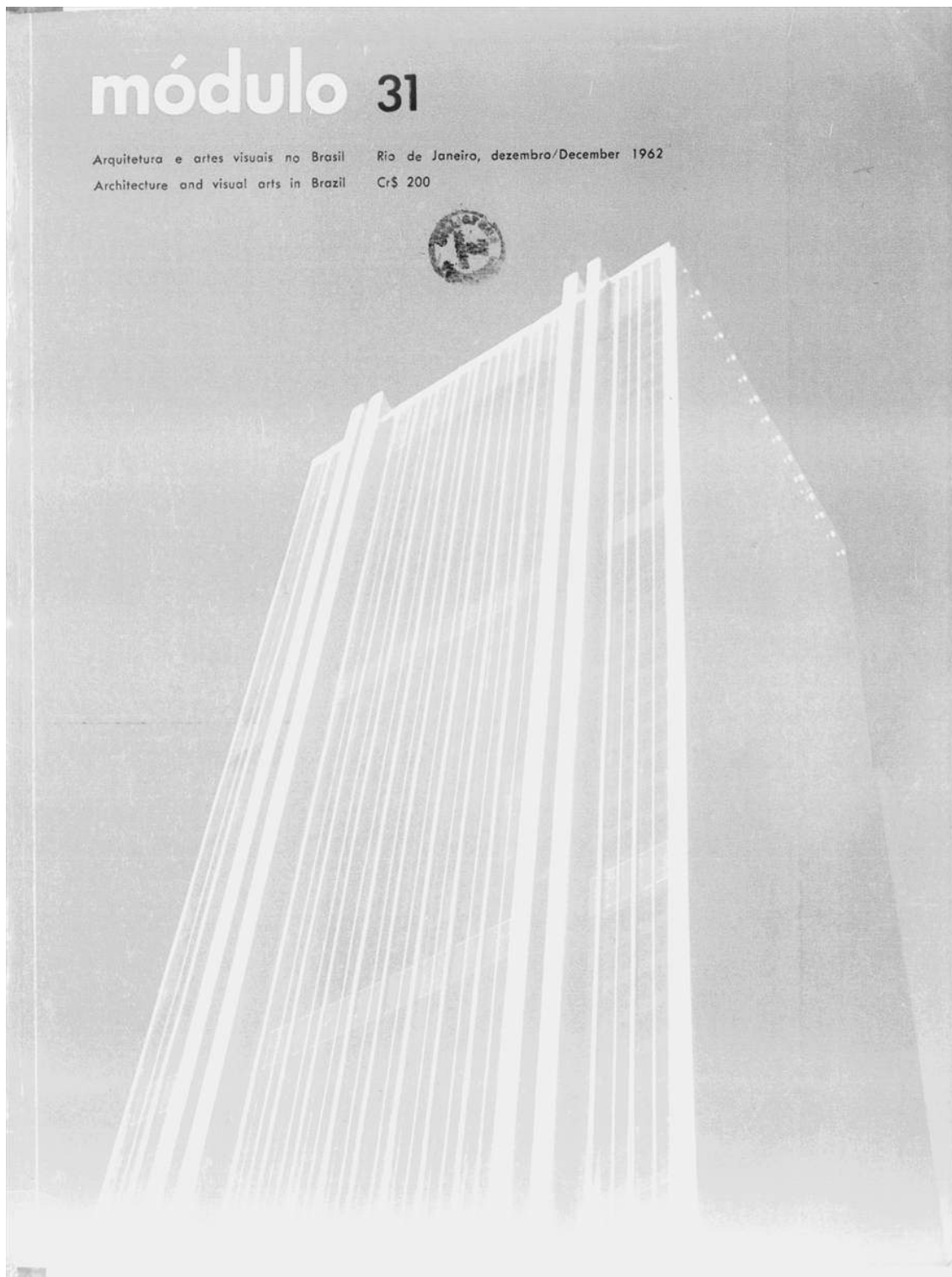


Figura 153. Capa da *Módulo*, n. 31, dez. 1962.
Concurso Internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires.
Capa: projeto vencedor.

Roberto Cláudio Aflalo
Plínio Croce
Gian Carlo Gasperini
Eduardo Patricio Suárez
Arquitetos/Architects

Concurso Internacional Peugeot

1º Prêmio/Brasil

Peugeot International Competition
1st Prize/Brazil

Critica do júri

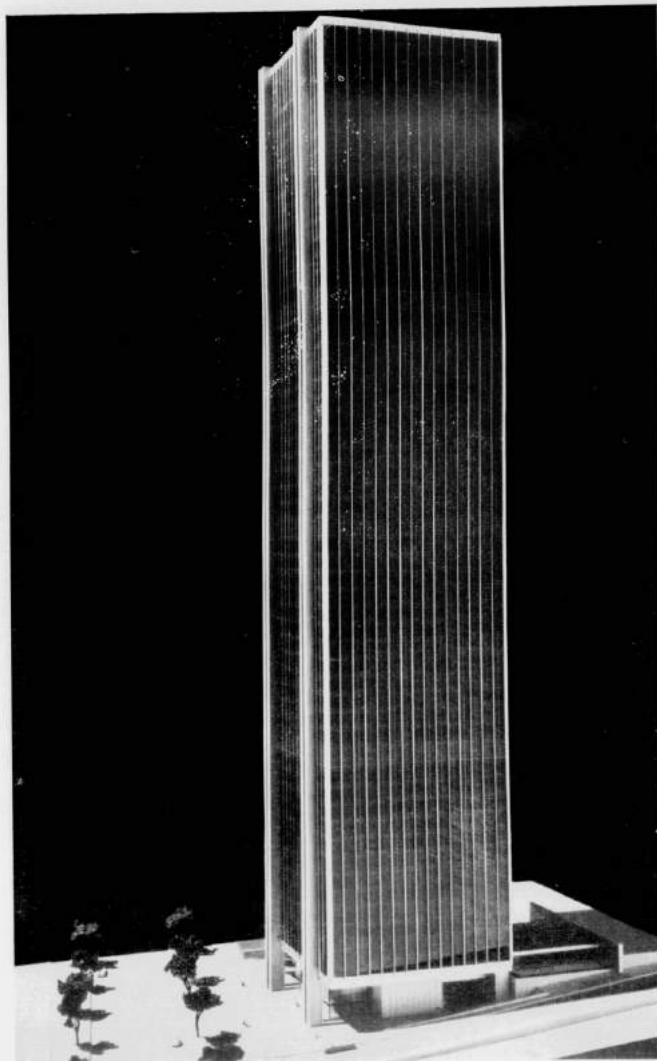
Anteprojeto que apresenta harmonia com a expressão arquitetônica de Buenos Aires, integrando-se à paisagem urbana que o circunda graças a seu volume equilibrado, simples e claramente expresso. Essa simplicidade dará uma nota de ordem dentro do complexo perfil urbano que lhe servirá de moldura. Por outro lado, o sistema de circulação de veículos estabelecido no anteprojeto se entrosa convenientemente com o atual, considerando-se que responde às exigências que o problema apresenta.

O tratamento geral se destaca por um singular poder de síntese, que logra transformar um programa complexo em si, em outro aparentemente simples e óbvio, manifestado numa linguagem nobre, coerente e sensata, sem rebuscados golpes de efeito formal.

A estrutura é bem estudada, clara, lógica e simples, participando, além disso, da vida de cada pavimento. Com muita habilidade evita múltiplos elementos de suportes internos, mediante a concentração dos esforços em seis pontos, rematando convenientemente nas fundações. As vantagens representadas pela estrutura permitem obter o máximo de aproveitamento para a maquinaria a ser alojada nos andares intermediários (instalações mecânicas) como também nos percursos diretos, que podem ser efetuados com um mínimo de perfurações.

As instalações são bem estudadas e acompanham o sentido estrutural, embora a solução proposta para o sistema de ar condicionado, ocupando uma zona ao longo das janelas (superfície envidraçada que vai do chão ao teto), represente a perda duma faixa perimetral cuja incorporação à superfície útil dos ambientes seria interessante recuperar.

Convém assinalar que o projeto poderia ser melhorado se tivesse sido prevista uma solução arquitetônica mais favorável à proteção contra os efeitos solares, segundo as diferentes orientações.



1

Figura 154. *Módulo*, n. 31, dez. 1962.

Concurso Internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires. Projeto vencedor.
Autores: Roberto C. Aflalo, Plínio Croce, Giancarlo Gasperini (Brasil), Eduardo P. Suarez (Argentina).

Marcos Konder Neto
Ulysses P. Burlamaqui
Arquitetos / Architects

Concurso Internacional Peugeot

Primeira Menção Honrosa / Brasil

Peugeot International Competition
First Honorable Mention / Brazil

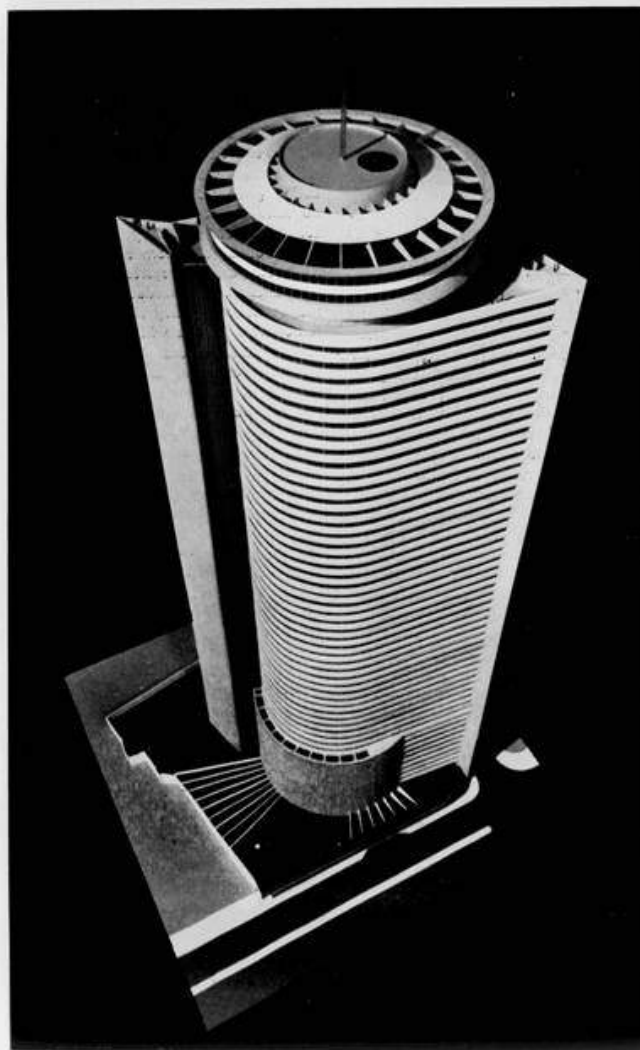


Figura 155. *Módulo*, n. 31, dez. 1962.
Concurso Internacional para a Sede da Peugeot, em Buenos Aires. Menção.
Autores: Marcos Konder Netto e Ulysses Burlamaqui.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais: concursos e confrontações

Acrópole, n. 279, fev. 1962

Acrópole, n. 283, jun. 1962.

Acrópole, n. 287, out. 1962.

Habitat, n. 70, dez. 1962.

Acrópole, n. 298, ago. 1963.

Arquitetura e Engenharia, n. 67, 1964.

A Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, criada em 1930, foi a primeira escola autônoma da América do Sul, independente das escolas Politécnicas ou de Belas Artes. O Departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG) foi criado em 1943, mesmo ano em que foi fundado o IAB-SP. A revista *Arquitetura e Engenharia*, braço editorial do IAB-MG, foi lançada em 1949 e seguiu até 1965. Os vínculos entre a profissão, o ensino e o meio editorial em Minas Gerais eram estreitos e tinham em comum naquele período, como em outros centros do país, a promoção da arquitetura moderna como instrumento de afirmação do campo profissional.

No início dos anos 1960, no contexto (ao mesmo tempo de crítica e de celebração) da inauguração de Brasília e em meio ao otimismo desenvolvimentista, apesar das crises e tensões políticas que marcavam o final do governo do mineiro Juscelino Kubitschek à frente da Presidência da República, as duas instituições (Escola de Arquitetura da UFMG e IAB-MG) participaram da realização do primeiro concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Dois destacados professores da Escola de Arquitetura, que também integravam o conselho diretor da revista *Arquitetura e Engenharia*, integravam a Comissão Julgadora: Shakespeare Gomes (professor e autor do projeto da Escola de Arquitetura da UFMG, onde se formou) e Sylvio de Vasconcellos (além de ter se destacado como historiador e um dos precursores da arquitetura moderna em Minas Gerais, foi chefe da Coordenadoria do IPHAN no estado e professor e diretor da Escola de Arquitetura da UFMG, da qual foi afastado em 1964 em decorrência do golpe militar). Integravam ainda a comissão julgadora os arquitetos Oswaldo Corrêa Gonçalves (formado na Escola Politécnica de São Paulo, um dos fundadores do IAB-SP, também participou da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo); Marcos Konder Neto (que havia se destacado como uma das menções no concurso para a Sede da Peugeot naquele mesmo ano); Edgar Graeff (Gaúcho, fortemente influenciado pela escola moderna carioca, onde se formou. Naquele mesmo ano, 1962, Graeff integrava a equipe de professores que fundou a Universidade de Brasília, da qual foi expulso pela repressão militar, em 1968).

A demanda por uma nova sede para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais surgiu após um incêndio no casarão situado na Praça da República, em Belo Horizonte, que abrigava, de forma precária, a instituição. O então governador, José de Magalhães Pinto (apoiador do golpe militar e posteriormente Ministro de Relações Exteriores no governo

Costa e Silva), adquiriu um terreno até então pertencente à Universidade Federal de Minas Gerais. Foi então realizado, em 1962, o primeiro concurso para a sede da instituição.

Na seção “Atualidades” da *Acrópole*, do número 279 (fevereiro de 1962), foi publicada uma nota sobre o lançamento do concurso. Quatro meses depois, em junho (n.283), foi publicada na mesma seção a nota intitulada “Assembleia Legislativa de Minas Gerais: cancelados os prêmios do concurso”. De acordo com a nota, a Comissão Julgadora teria chegado à conclusão de que “a complexidade do programa e a grandiosidade do tema” não encontravam correspondência no terreno definido para a obra. E completou:

Em consequência, os estudos apresentados, embora alguns deles elogiáveis, sob muitos aspectos, não alcançaram, todavia, nível que recomendasse sua transformação em obra construída.

De acordo com a nota, o arquiteto Oswaldo Corrêa Gonçalves ainda teria concordado em premiar os trabalhos, mas a decisão final do júri foi anular o concurso e não conceder prêmios e abrir inscrições para novo concurso. O júri recomendou ainda revisão na delimitação do terreno, a fim de incorporar mais área ao mesmo. Apesar de não haver premiações, foram destacados como “selecionados” os projetos das seguintes equipes: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse (São Paulo); Eduardo Kneese de Melo, Joel Ramalho Jr., Sidney de Oliveira e Fabio Canteiro (São Paulo); Abrão Sanovicz, Jorge Wilhelm, Paulo de Melo Zimbres e Miguel Juliano (São Paulo); Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva (Rio Grande do Sul); Milton Vitis Feferman (Guanabara) e Cuno Roberto Mauricio Luci (Minas Gerais). Em resumo, dos seis selecionados, três de São Paulo, um do Rio Grande do Sul, um do Rio de Janeiro (Guanabara) e outro de Minas Gerais.

A anulação do concurso desagradou, naturalmente, os arquitetos participantes. Como consequência, nesse mesmo número da *Acrópole* (n.283), foi publicado o artigo “Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto”, assinado por Eduardo Corona. Trata-se de uma das principais manifestações sobre os conflitos entre a promoção de concursos e a prática profissional. Ao contrário do que parece sugerir o título, o artigo não defende o concurso, na verdade relativiza a sua aplicação, destacando que eventualmente o gestor deveria ter a opção de escolher diretamente o arquiteto de sua confiança. Eduardo Corona, conforme mencionado anteriormente, era o principal articulista da *Acrópole*, tinha estreitas relações pessoais e profissionais com Oscar Niemeyer. O artigo revela que a defesa do concurso não era unânime entre os profissionais, em especial quando os interesses corporativos são colocados em risco. Além do artigo de Eduardo Corona foram publicados os seis projetos paulistas selecionados no concurso. Não foram publicados os projetos do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Na mesma seção “Atualidades” em que foi anunciada a anulação do concurso, foi publicada nota sobre o resultado do concurso para o Instituto Concórdia de São Leopoldo, vencido pela equipe do Rio Grande do Sul, composta pelos arquitetos Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva (também selecionados no concurso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais), além da artista plástica M. Lourdes Sanchez e o engenheiro Eugênio Knorr. O

segundo lugar coube à equipe de São Paulo, composta pelos arquitetos Luiz Forte Netto, José Maria Gandolfi, Francisco Moreira e Joel Ramalho Júnior. Do terceiro ao sexto lugares foram premiadas equipes de Porto Alegre: Luiz Carlos Zubaran e David Léo Bondar (terceiro lugar); Charles René Hugaud (quarto lugar); Benno Sperhacke e Luiz Carlos Xavier (quinto lugar); Alberto Parossini, Jayme Leventon e Udo Silvio Mohr (sexto lugar). O sétimo lugar coube à equipe do Rio de Janeiro, composta por Giuseppina Pirro de Moreira, Norma Cavalcanti de Albuquerque, Orlando Magdalena e Paulo Augusto Moreira. Os premiados do Instituto Concórdia não foram publicados na *Acrópole*. As revistas *Módulo* (n.31, 1962) e *Habitat* (n.68, 1962), no entanto, publicaram o projeto vencedor.

Voltando ao artigo de Corona: o autor inicia seu texto destacando a importância do concurso como instrumento de contratação, primeiro porque possibilitam a produção de “obras de real valor” (por meio da escolha de “um bom projeto executado por um bom arquiteto) e segundo, por contribuírem para o “esclarecimento da opinião pública”. A partir daí, no entanto, o autor apresenta uma série de considerações críticas sobre os concursos, em especial quando não são organizados pelos IABs, e destaca: “o principal aspecto negativo que deve ser observado é o do concurso em si mesmo. Isto é, nem sempre é recomendável um concurso.” O autor defende que para algumas obras não caberia o concurso, exceto quando trouxesse o desafio de “um problema novo”, ou para “uma obra de grande interesse público”. E defende:

No demais, é necessário que o cliente, o particular ou o governo, tenha confiança no desempenho profissional do arquiteto, lbe dê diretamente o trabalho, da mesma forma que nós outros agimos em relação aos demais profissionais liberais. (CORONA, 1962, p.215).

O autor ainda defende que tal posição é compartilhada pelo IAB: “Essa é a posição que assumem os arquitetos nesse momento e o IAB defende com intransigência”. Nesse sentido, a ideia de que no IAB havia consenso em relação à defesa irrestrita do concurso é colocada em questão no texto de Eduardo Corona. O fato é que o texto de Corona certamente expressava o sentimento de uma parcela relevante da profissão, até os dias atuais: a de que os concursos são bons instrumentos, quando convenientes para a profissão.

Sobre a questão do julgamento, Corona cita o concurso para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em que um “julgamento prévio” feito por uma comissão diferente do júri indicado “destruiu totalmente o cunho de seriedade e justiça, afastando do “julgamento verdadeiro” projetos de inegáveis qualidades”. O autor cita também a anulação do concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e questiona, inclusive expressando certa desavença regional:

É lícito, é lógico, é ético por de lado assim, em poucas horas um enorme trabalho de profissionais conscientes e honestos (...) por razões extra-projetos ? (...) Não se deve destruir uma tarefa voluntariamente desempenhada, é claro, mas que representa milhões de cruzeiros de honorários para depois dizer: desculpem ! era só para vermos do que eram vocês capazes ! ou, então, este disparate: vocês não estiveram à altura da “civilização mineira” ! (CORONA, 1962, p. 216)

Eduardo Corona encerra o artigo com algumas proposições, a serem incorporadas em futuras normas de concursos do IAB: (1) que o arquiteto assessor (coordenador), que organiza o concurso, não faça parte do júri; (2) que apenas a Comissão Julgadora julgue os projetos e que não sejam permitidos outros pareceres, prévios ou não; (3) em concursos de maior importância deve-se prever a possibilidade de concursos em duas etapas, com a defesa oral dos projetos; (4) que sejam garantidos ao vencedor os honorários de acordo com a tabela oficial do IAB.

O autor encerra o artigo justificando que tal posição em relação aos concursos é tomada “para a defesa do verdadeiro e justo “exercício” da atividade do arquiteto”. O desenho que ilustra o artigo (publicado originalmente no boletim do *American Institute of Architects* em abril de 1962) representa bem o espírito da profissão em relação aos concursos e à sociedade, na interpretação de Corona: um espírito defensivo e corporativo, de preservação dos interesses profissionais acima de tudo.

Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto

Arq. Eduardo Corona



do Boletim do "American Institute of Architects", abril 1962

Muitos têm sido os concursos de arquitetura realizados no Brasil nos últimos tempos. De modo geral, esse fato tem significação importante na atividade diária do arquiteto e na valorização da realização arquitetônica.

Em primeiro lugar, porque inúmeras obras de real valor têm sido levadas a efeito, em virtude de um concurso arquitetônico que provocou a escolha de um bom projeto executado por um bom arquiteto. Dois aspectos resultantes de um estudo, de uma avaliação de idéias, de comparação de soluções na que diz respeito à circulação, à funcionalidade, à plástica, etc., por parte de "júris" credenciados, com arquitetos na sua maioria de membros, e que, com autoridade e conhecimento de causa, opinaram, ajuizaram e decidiram a favor da arquitetura e em defesa do trabalho honesto e real do arquiteto profissional.

Em segundo lugar, porque essas obras resultantes desses concursos têm contribuído para o esclarecimento da opinião pública de forma acelerada e positiva. Já se reconhece numa obra arquitetônica, o produto do "concurso", uma grande realização depositária daquelas qualidades artísticas e técnicas que marcam as realizações positivas. É de chamar a atenção o que estão fazendo determinados especuladores imobiliários em função do trabalho de bons arquitetos existentes em São Paulo, por exemplo, através de "concursos" e "concur-sinhos fechados", altamente condenáveis do ponto de vista ético, mas, fazendo sobressair o nome de alguns arquitetos, supervalorizando a realização comercial.

Existem, no entanto, aspectos negativos nos concursos de arquitetura que não são aprovados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, nossa organização de classe, que possui normas para o assunto e comissões especializadas nos seus Departamentos nos Estados e no seu Conselho Superior que, atentas ao problema, constantemente vigila essa atividade, procurando aconselhar o cliente e as instituições interessadas em concursos arquitetônicos.

O principal aspecto negativo que deve ser observado é o do concurso em si mesmo. Isto é, nem sempre é recomendável um concurso. Não é toda e qualquer realização arquitetônica que deve requerer um concurso. O concurso deve ser levado a efeito na medida que ofe-

rega aos arquitetos e à sociedade um problema novo, uma solução diferente para o tema social e arquitetônico ao mesmo tempo ou uma obra de grande interesse público. No demais, é necessário que o cliente, o particular ou o govêrno, tenha confiança no desempenho profissional do arquiteto, lhe dê diretamente o trabalho, da mesma forma que nós outros agimos em relação aos demais profissionais liberais.

De certa forma, já se vê isso em São Paulo e no Rio, quando instituições e o próprio govêrno abriram mão do concurso, chamam o arquiteto e lhe oferecem a oportunidade de seu desempenho profissional, livre, honesto e com todos os cunhos de responsabilidade técnica e artística.

Essa é a posição que assumem os arquitetos nesse momento e o I.A.B. defende com intransigência.

Resta, portanto, considerar alguma coisa quanto ao restante de negativo que se contém em concursos e que tem acontecido em alguns, principalmente os de maior importância.

Mantêm-se na lembrança de todos o sucedido há algum tempo com o concurso da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, no qual um "juízo prévio", feito por uma comissão que não o júri indicado para isso, destruiu totalmente o cunho de seriedade e justiça, afastando do "juízo verdadeiro" projetos de inegáveis qualidades que muito bem poderiam enfrentar aquele que foi o vencedor. E não foram poucos os projetos postos de lado por esse esdrúxulo modo de conceituar o concurso. Não se pode e não se deve menosprezar o esforço de uma equipe ou mesmo de um só arquiteto por tão pouco. Todos sabemos que esses projetos foram afastados do julgamento por detalhes menores, sem força e sem peso na conceituação e no conjunto, sob alegação inócua e até jocosa, como se lê em Diário Oficial da época.

Agora, mais recentemente, realizou-se o concurso para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. E algo de novo sucedeu. O concurso é anulado porque, em primeiro lugar: "a complexidade do programa e a grandiosidade do tema não encontram correspondência adequada no terreno delimitado para a obra" e, em segundo lugar, em consequência disso, "os estudos apre-

Figura 156. *Acrópole*, n. 283, jun. 1962.

Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto. Eduardo Corona.

Quatro meses depois da publicação dos projetos paulistas na *Acrópole*, foi publicada uma carta de Sylvio de Vasconcellos no número 287 da revista, de outubro de 1962. Trata-se de resposta ao texto de Eduardo Corona. Vasconcellos participara do júri dos concursos para a Assembleia do Rio Grande do Sul e a Assembleia de Minas Gerais, citados por Corona como exemplos negativos. Na carta o autor questiona a postura de Corona, quando este sugere que os concursos visam a escolha do profissional; para ele “o concurso visa sempre a escolha do projeto e não do arquiteto.” Após tal consideração, o leitor espera que o texto seja concluído com razões e argumentos que enalteçam o concurso enquanto procedimento. No entanto, o que se lê nas linhas seguintes é o contrário. Após apresentar os argumentos que embasaram suas decisões nos concursos questionados, Vasconcellos destaca que:

...depois de larga experiência no assunto, convenci-me da inconveniência total dos concursos de arquitetura, concursos aliás que nenhuma outra profissão adota, salvo em caso de provimento de cargos... O concurso é ainda uma reminiscência dos salões, do academismo e das belas artes, que nenhuma vantagem traz à profissão, expondo-a a situações desagradáveis que, mesmo beneficiando a um ou outro profissional, prejudica sensivelmente aos demais (VASCONCELLOS, 1962, p. 304).

Conforme mencionado anteriormente, apenas os projetos paulistas foram publicados na *Acrópole*. Em dezembro de 1962, no entanto, a revista *Habitat* publicou o projeto do Rio Grande do Sul, de Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva, acompanhado de artigo dos autores sobre a anulação do concurso, intitulado “Sobre os concursos públicos de Arquitetura”. No texto, os autores valorizam a prática de concursos como uma oportunidade, uma vez que “o trabalho profissional, na atual conjuntura de nossa realidade, transcende mesmo ao direito social de exercê-lo, para transformar-se numa conquista penosa das condições mínimas de sobrevivência” (p.4). Destacam ainda que o grande número de arquitetos que se empenham “gratuitamente nessa procura insana” que é o concurso. Apesar das dificuldades e das críticas à postura do júri, reconhecem que os concursos públicos de arquitetura são uma “forma aceitável de solicitação de trabalho, dada as condições em que o exercício de nossa profissão se processa” e que devem se concentrar da ideia, sendo o desenvolvimento da ideia uma etapa posterior (PEREIRA e SILVA, 1962, p. 9).

Sobre os projetos selecionados (e não premiados), passemos a breve descrição das propostas, inicialmente com aqueles das equipes paulistas, publicados na *Acrópole* em junho de 1962 (n.283).

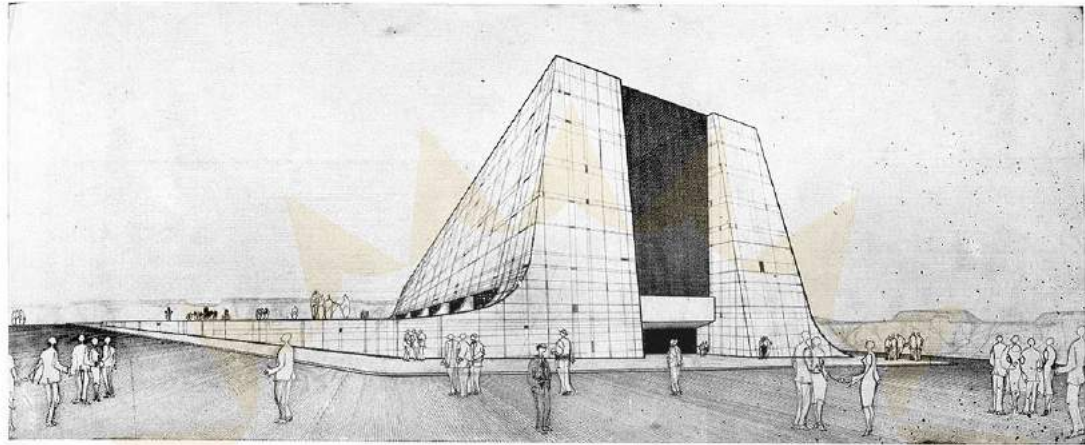
O projeto da equipe formada por Francisco Petracco (27), Jon Maitrejean (33), Telesforo Cristofani (33) e Dante Morse, de São Paulo, e que contou ainda com Siguer Mitsutani como consultor estrutural, é o que mais se diferencia dos demais, no que se refere à abordagem plástica, volumétrica e espacial: trata-se de uma volumetria que não segue a linguagem moderna ortodoxa (pilotis, continuidade do térreo, volumes prismáticos simples), destacando-se pelo vazio central e empenas e pilares em forma trapezoidal que encontram o solo em suave curvatura. O projeto foi publicado em cinco páginas, com memorial descritivo, diagramas, perspectivas e desenhos técnicos (plantas e cortes). De acordo com os autores:

Procurou-se adotar a edificação de um possível caráter de majestade, de modo a que seu aspecto plástico se coadunasse com a majestade do poder que abriga. (...) O visitante, ao alcançar a assembleia, passará sucessivamente de uma praça aberta para um grande vazio na entrada e a seguir, para um pleno no centro do hall nobre, cuja cobertura é o fundo do plenário. O hall nobre é uma praça coberta, prolongamento abrigado e dramatizado da praça cívica. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 1962, p.218)

O segundo projeto paulista publicado é de autoria da equipe formada pelos arquitetos Eduardo Kneese de Melo (56), Joel Ramalho Jr. (28, mineiro, formado na Mackenzie e à época atuante em São Paulo), Sidney de Oliveira e Fabio Carneiro. Participaram ainda como colaboradores: José M. de Moura Pessoa, João Mollo e Sergio de Feo, além do engenheiro Arthur Pitta como consultor estrutural. O principal elemento considerado pela equipe para a definição do projeto foi a topografia, que definiu a implantação. O resultado foi um edifício robusto, horizontal e monolítico, de pouca expressividade plástica e espacial. Foram dedicadas quatro páginas ao projeto, com memorial, perspectivas, diagramas e desenhos técnicos. De acordo com o memorial descritivo:

Essa orientação nos permite a criação de uma esplanada funcionando como uma antecâmara, a céu aberto, valorizando a entrada do vestibulo nobre. (...) O sentido de nobreza, segurança e rigidez desse agrupamento é obtido por uma composição estrutural e elementos verticais de concreto armado, que se completam como arrimo da esplanada. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 1962, p.223)

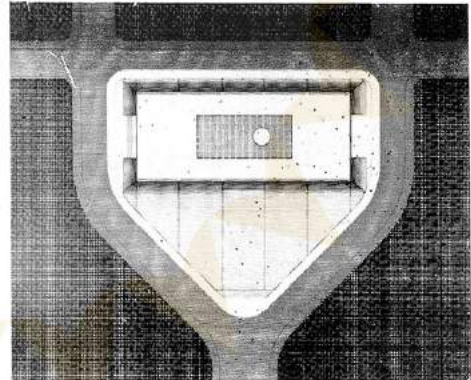
Anteprojeto para a Assembléia
Legislativa de Minas Gerais A



1

- 1 Entrada do hall técnico-administrativo
- 2 Implantação
- 3 Fachada principal vista da praça cívica

projeto : Francisco Petracco
Jon V. Maitrejean
Nelson Morse
Telesforo Cristofani, arquitetos
consultor
estrutural : Siguer Mitsutani, engenheiro



3

2

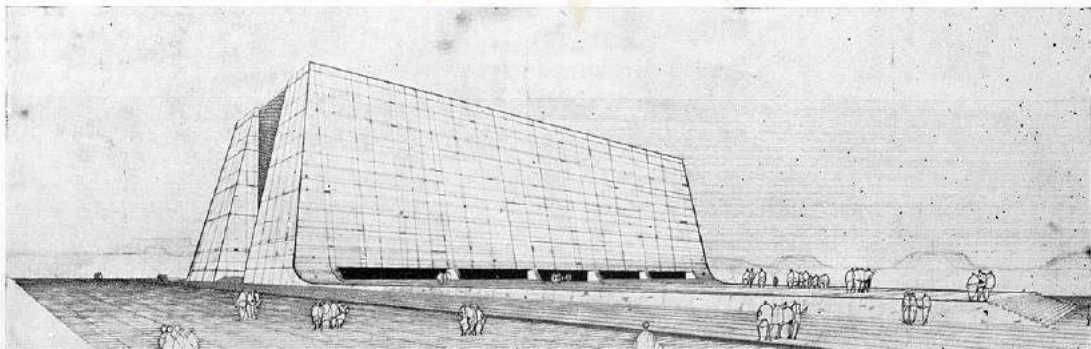
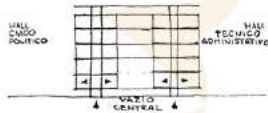


Figura 158. *Acrópole*, n. 283, jun. 1962.
Anteprojeto para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
Autores: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse.

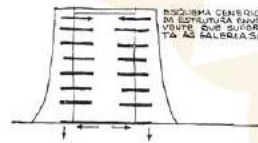
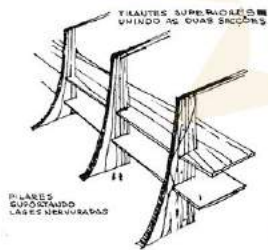


Dois grandes halls verticais distribuidos em vestibulos diferentes.

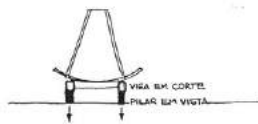


Aspecto estrutural

A estrutura de concreto armado distribui-se fundamentalmente em grandes pilares e lajes nervuradas, não apresentando, a não ser talvez pelo seu aspecto plástico, qualquer inovação. Note-se todavia que a estrutura desenvolve-se em dois esquemas independentes. O primeiro, envoltivo, contendo as galerias laterais.

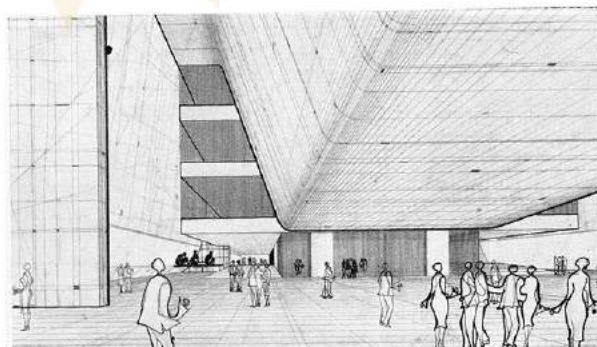
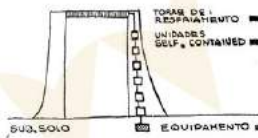


O segundo, contendo o plenário que se apoia em quatro pilares.



Ar condicionado

O serviço de ar condicionado será do tipo self-contained, distribuidos nos andares por setores.



Hall nobre

Figura 159. *Acrópole*, n. 283, jun. 1962. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado. Autores: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse

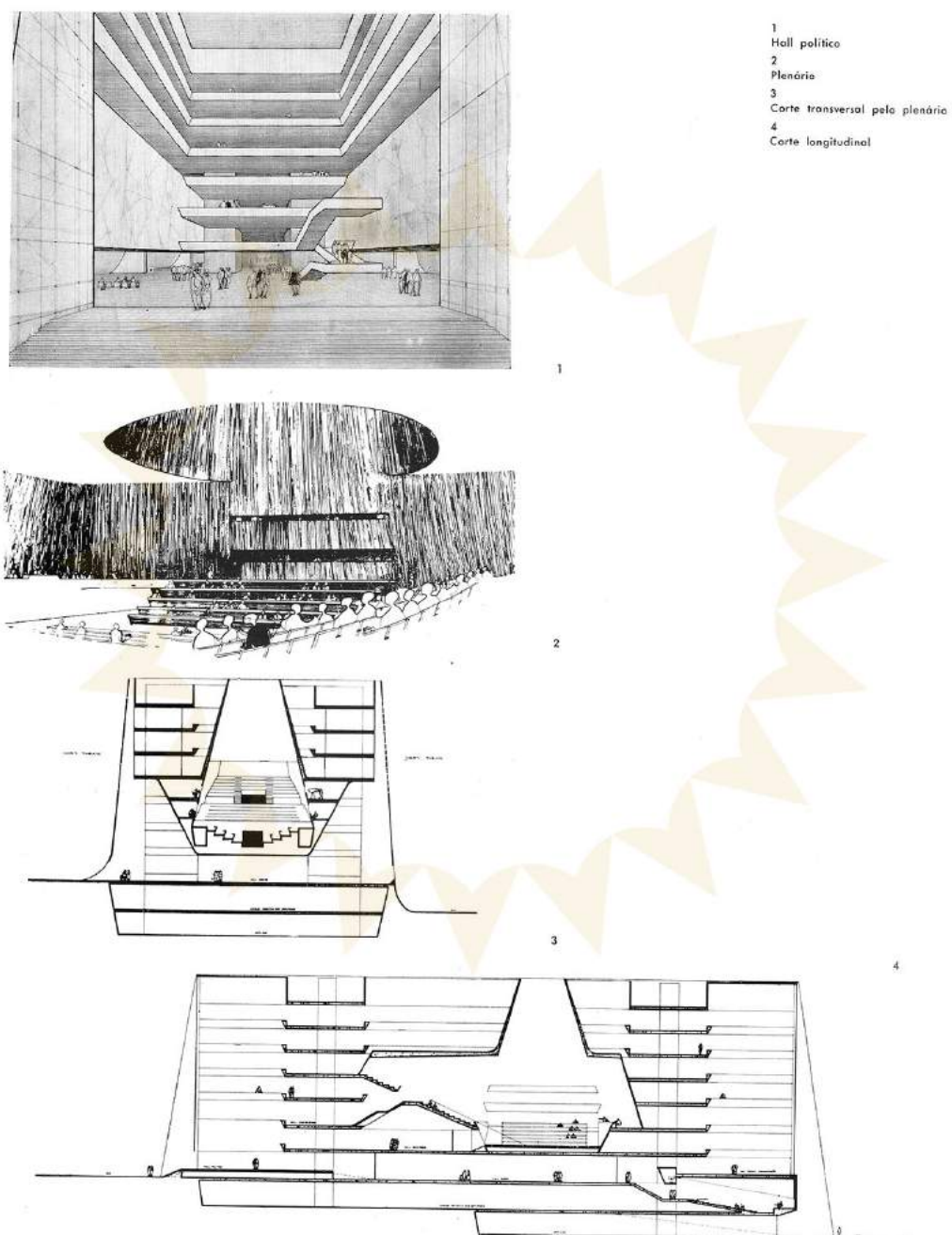
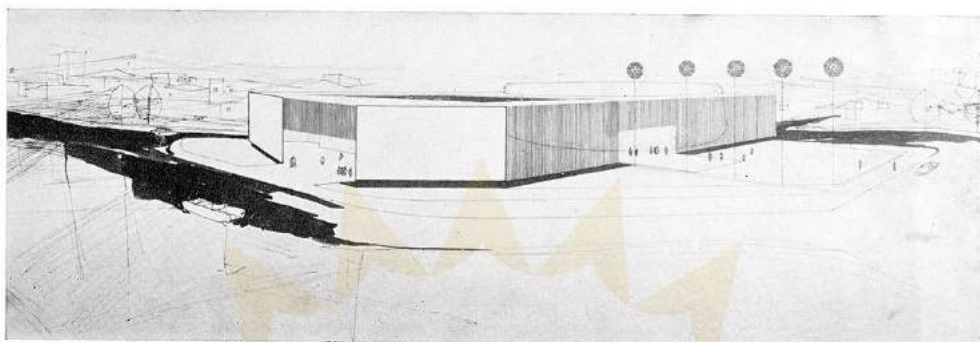


Figura 160. *Acrópole*, n. 283, jun. 1962.
Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
Autores: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse.



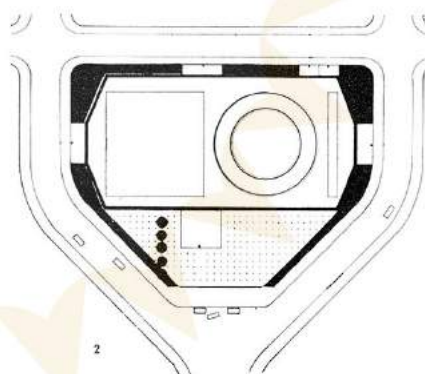
1

Anteprojeto para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais B

projeto : Eduardo Kneese de Mello
Joel Ramalho Jr.
Sidney de Oliveira
Fabio Carneiro, arquitetos

colaboradores : José M. de Moura Pessoa
João Mallo
Sergio de Feo, arquitetos

consultor
estrutural : Arthur L. Pitta, engenheiro



2

1
Fachada com vestibulo técnico e vestibulo nobre

2
Implantação

3
Entrada de deputados

3

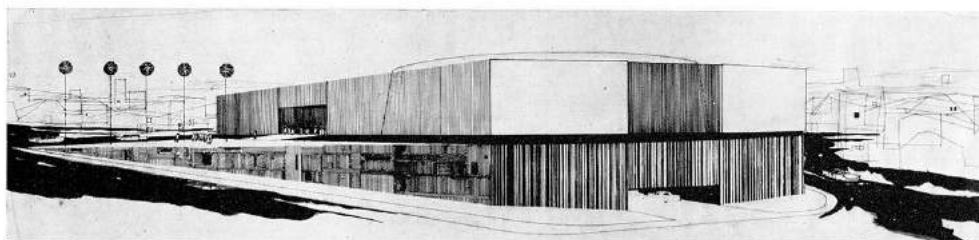
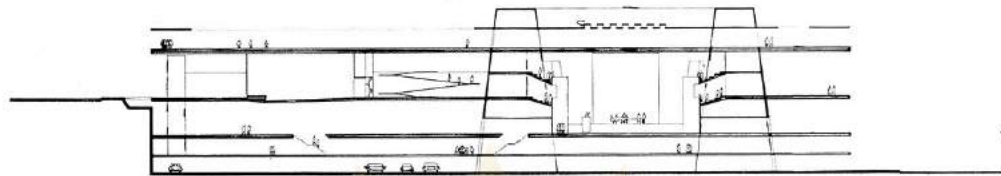
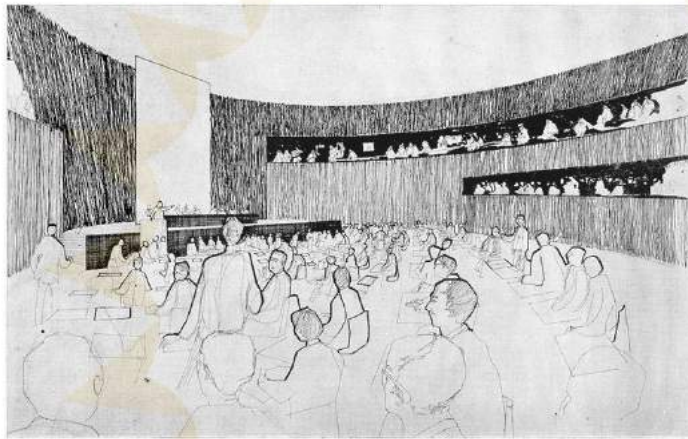


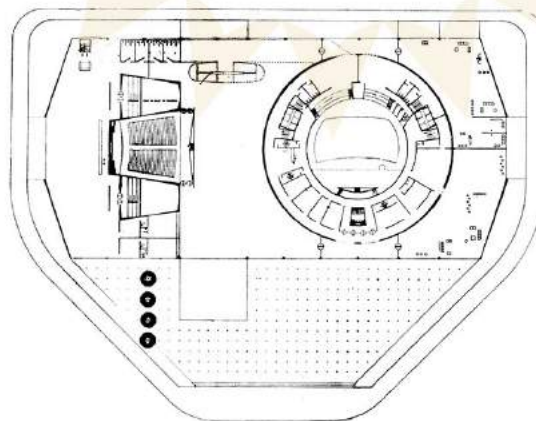
Figura 161. *Acrópole*, n. 283, jun. 1962.
Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
Autores: Eduardo Kneese de Melo, Joel Ramalho Jr., Sidney de Oliveira e Fabio Carneiro.



2



3



- 1 Corte através do eixo do auditório e plenário
- 2 Vista da plenário com tribunas especiais e galerias populares
- 3 Planta do 5º pavimento ao nível da praça. Vestíbulo nobre tendo à direita o plenário ao nível das tribunas especiais e membros da mesa. À esquerda fica o auditório e as galerias das salas das comissões especiais além do vestíbulo técnico

Figura 162. *Acrópole*, n. 283, jun. 1962.

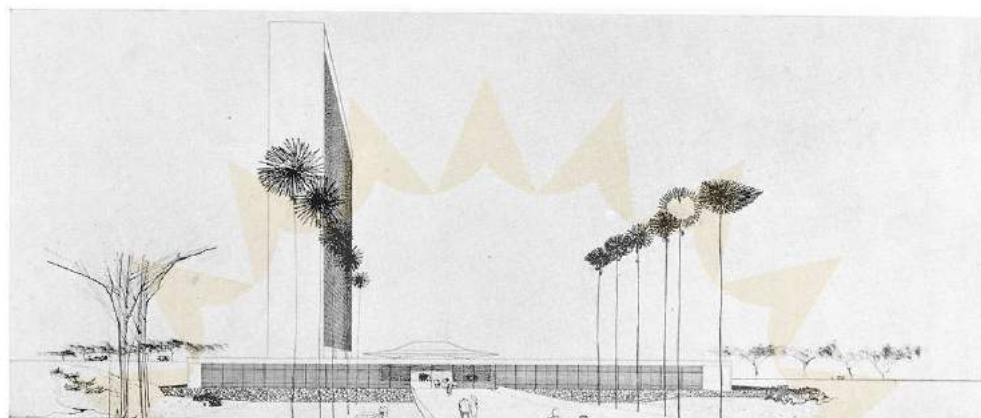
Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
 Autores: Eduardo Kneese de Melo, Joel Ramalho Jr., Sidney de Oliveira e Fabio Carneiro.

A equipe formada por Abrão Sanovicz (29), Jorge Wilhelm (34), Paulo de Melo Zimbres (29) e Miguel Juliano (34) apresentou proposta típica do vocabulário moderno: uma plataforma horizontal, articulada a um volume vertical deslocado, em composição assimétrica. O projeto é apresentado em cinco páginas, incluindo memorial descritivo, diagramas, perspectivas e desenhos técnicos. Os autores também iniciam a defesa do projeto na contextualização do terreno e entorno. Na sequência, apresentam em uma combinação de textos curtos e diagramas, a defesa do “partido geral” adotado:

Uma Assembleia deve ser monumental; procuramos por isso obter: (A) uma implantação destacada. Um edifício baixo seria prejudicado pelo acesso estrangulado e pela eventual vizinhança; preferimos implantá-lo com autoridade. Servindo, mesmo de longe, como marco e ponto de referência. (B) Caráter. Não se tratando de um edifício público qualquer, uma assembleia deve evidenciar o seu plenário, tornando-o onipresente. (C) espaços adequados à função. Procuramos dar aos serviços burocráticos: clareza natural, distâncias curtas, vista desimpedida da paisagem e do plenário. Procuramos dar aos trabalhos parlamentares: espaços nobres, privacidade absoluta, tendência centrípeta em torno do plenário. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 1962, p.227)

O projeto de Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva, publicado na *Habitat* (n.70, dezembro de 1962) também uma composição entre um volume vertical (com as quatro fachadas envidraçadas), outro horizontal (plenário) e uma plataforma de acesso e conexão. De acordo com o memorial descritivo, sobre o “partido adotado”:

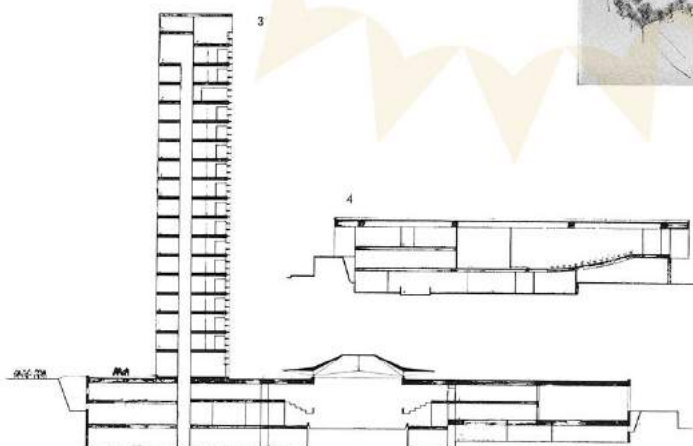
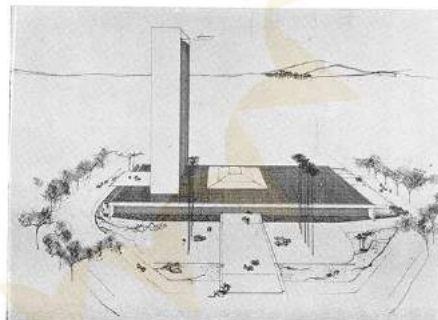
... procurou-se colocar toda a formulação especial do tema, percebendo-se desde logo, a necessidade de segurança e sobriedade da composição resultante. O propósito é, pois, marcar, nesta zona de construções baixas e de pouca densidade demográfica, o palácio legislativo de Minas Gerais. E o próprio terreno com apenas 9.720 m², sugere a solução em altura, proporcionando com isso a desejada e necessária relação dos espaços externos e os volumes arquitetônicos. A ideia é livrar ao máximo o plano horizontal, o que futuramente trará seus resultados benéficos, quando do desenvolvimento dessa zona da cidade. O partido adotado, pois, resume-se no bloco horizontal, repetindo o terreno em plataforma, com a marcação do plenário e a torre. (PEREIRA e SILVA, 1962, p.9)



1

projeto: Abrão Sanovicz
Jorge Wilhelm
Paulo Melo Zimbres, arquitetos
Miguel Juliano e Silva
consultor
estrutural: Aluisio Dávila, engenheiro

2



- 1
Perspectiva do acesso principal ao terreno; rampa da entrada nobre; espelho d'água à altura da vista; sobre ele a cobertura do plenário e a torre administrativa. Em primeiro plano, sob a rampa, o estacionamento e acesso privativos dos deputados
- 2
Perspectiva geral, observando-se os acessos principais: a rampa de acesso ao vestibulo nobre; à esquerda, o acesso político-administrativo; à direita, o acesso aos serviços. O espelho d'água forma uma plataforma refletora
- 3
Corte pelo auditório e salão nobre da presidência
- 4
Corte pelo planário e pela torre

Figura 163. *Acrópole*, n. 283, jun. 1962.

Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
Autores: Abrão Sanovicz, Jorge Wilhelm, Paulo de Melo Zimbres e Miguel Juliano

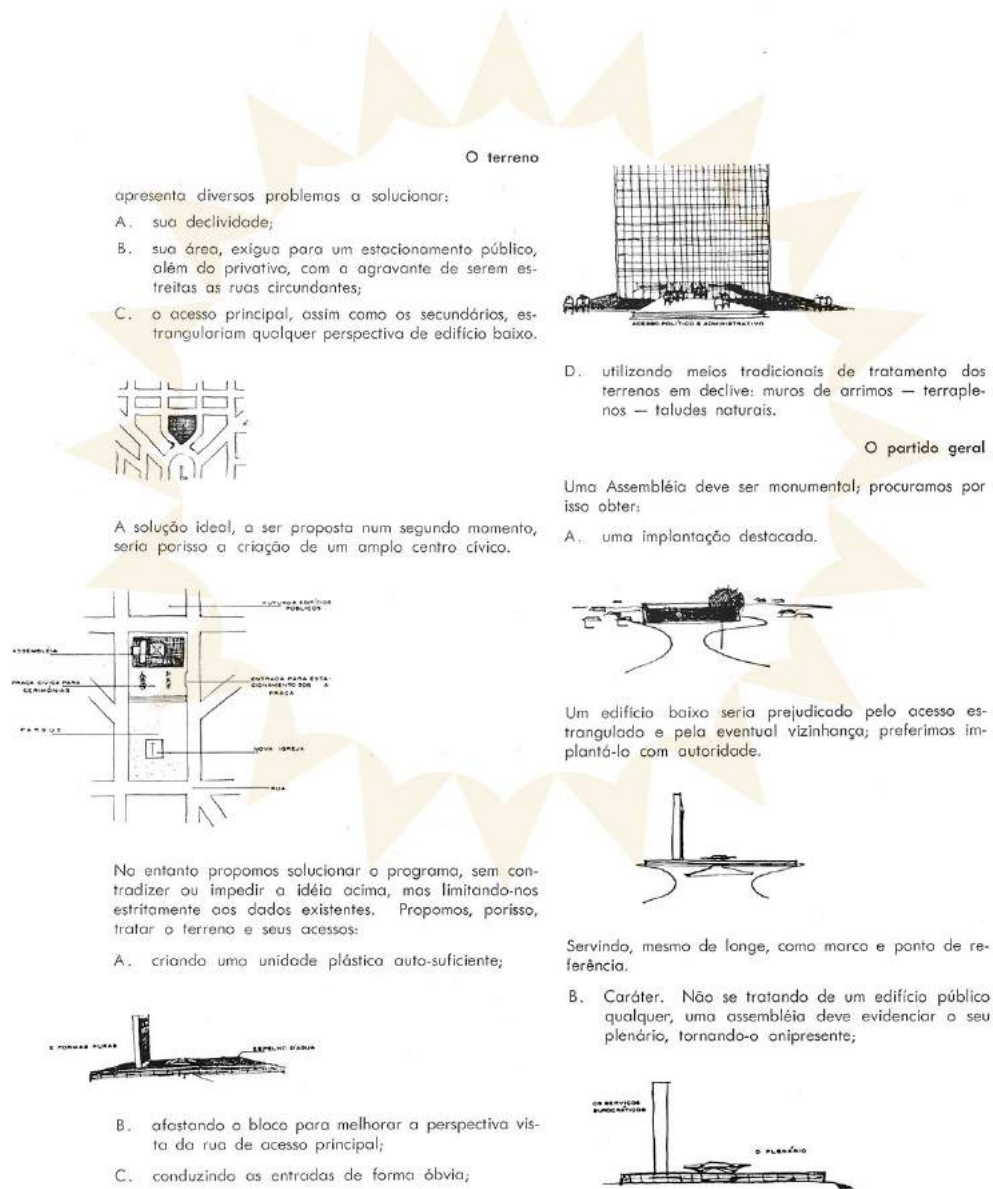
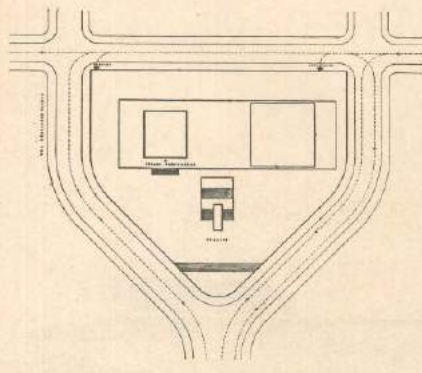
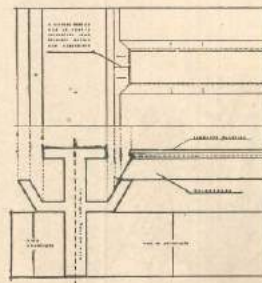


Figura 164. *Acrópole*, n. 283, jun. 1962.

Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
Autores: Abrão Sanovicz, Jorge Wilhelm, Paulo de Melo Zimbres e Miguel Juliano



Planta de situação, Praça Carlos Chagas.



Planta de situação, detalhe. O sistema permite que perfis de Kalmukno sejam soldados apenas nas cabeceiras.

CONCURSO NACIONAL DE ANTE-PROJETOS PARA O PALACIO LEGISLATIVO DE MINAS GERAIS / Equipe: arqs. Miguel Pereira e J. C. Paiva da Silva. Escultura: Lourdes Sanches. Eng. Estrut.: Eugênio Knorr

A COMISSÃO JULGADORA

Os arquitetos membros da comissão julgadora do concurso para a escolha do anteprojeto para a nova sede da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decidiram não conferir os prêmios do certame, cujas razões estão explícitas no seguinte parecer enviado àquela Assembleia:

"Os membros da Comissão Julgadora do Concurso instituído pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para a escolha do anteprojeto do edifício do Poder Legislativo, em Belo Horizonte, depois de examinar exaustivamente as condições propostas e os trabalhos apresentados, consideram:

A complexidade do programa e a grandiosidade do tema não encontram correspondência adequada no terreno delimitado para a obra.

Em consequência, os estudos apresentados, embora alguns deles elogáveis, sob muitos aspectos, não alcançaram, todavia, nível que recomenda-se sua transformação em obra construída. Conquanto o arquiteto Oswaldo Corrêa Gonçalves tivesse defendido a preliminar de que, a seu ver, seria possível a premiação entre os trabalhos apresentados, acordam ao final, os membros da Comissão acima referida, de acordo com o item 11.1 do Edital que institui o concurso em discussão:

- 1 — Não sejam atribuídos os prêmios correspondentes à primeira, segunda e terceira colocação.
- 2 — Sejam considerados os seis seguintes anteprojetos: números 1, 3, 6, 7, 8, 12 (numeração adotada pela Comissão).
- 3 — De acordo com o item 11.2 do Edital citado, sejam abertas inscrições para novo concurso.

Aproveitam ainda para sugerir à Egrégia Assembleia Legislativa de Minas Gerais seja estudada a possibilidade de nova delimitação do terreno destinado ao edifício programado, tendo em vista, principalmente, incorporação à sua área das faixas que atualmente estrangulam sua testada.

Os membros da Comissão estão certos de que, assim procedendo, nada mais fazem de que cumprir com o seu dever profissional, entendido em sua mais alta significação, visando possibilitar que iniciativa de tal magnitude, qual seja a construção da Assembleia de Minas Gerais, se objetive, quanto a sua implantação e solução arquitetônicas, de maneira compatível com a importância que a deve caracterizar na civilização mineira."

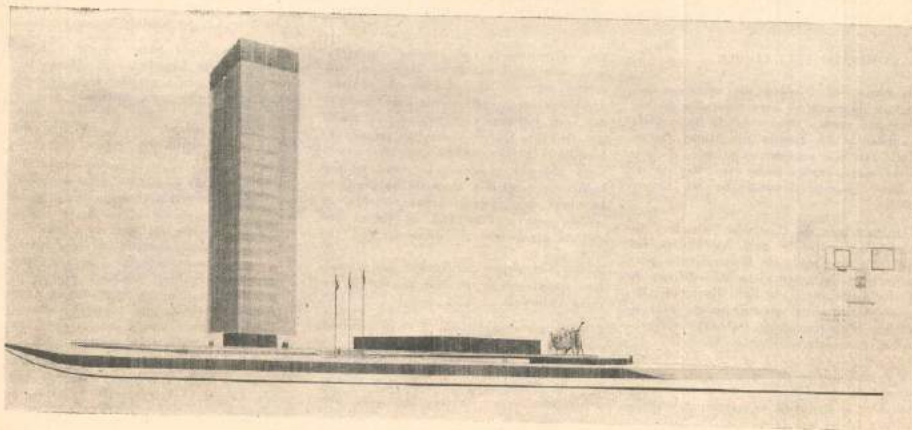
Assinam os arquitetos Oswaldo Corrêa Gonçalves, Marcos Konder Neto, Shakespeare Gomes, Edgar Graeff e Silvio de Vasconcelos.

Figura 165. *Habitat*, n. 70, dez. 1962. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado. Autores: Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva



Ante-projeto para o Palácio Legislativo de Minas Gerais. Perspectiva externa.

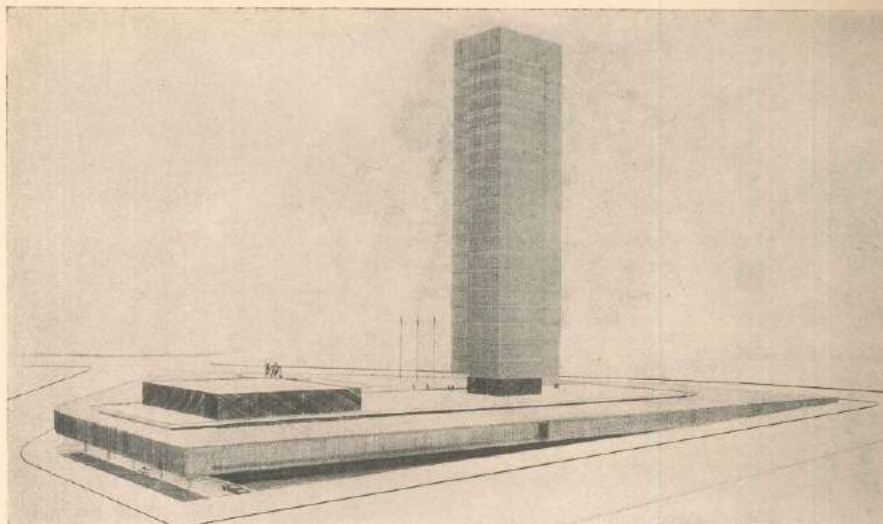
Ante-projeto para o Palácio Legislativo de Minas Gerais. Perspectiva externa.



6

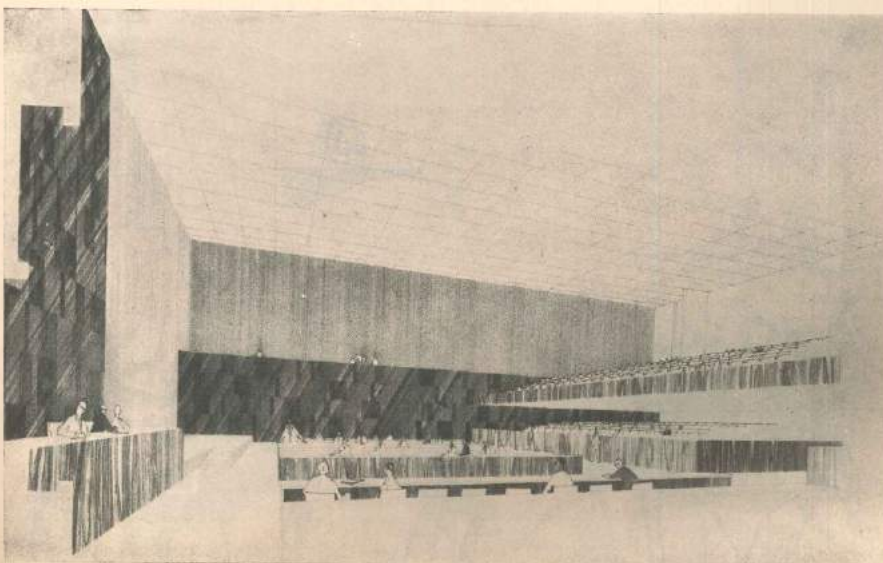
HABITAT

Figura 166. *Habitat*, n. 70, dez. 1962.
Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
Autores: Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva



Palácio Legislativo de Minas Gerais. Perspectiva externa.

Palácio Legislativo de Minas Gerais. Perspectiva do Plenário.



HABITAT

7

Figura 167. *Habitat*, n. 70, dez. 1962.
Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.
Autores: Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva

Em 1963 foi realizado um novo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A comissão julgadora foi composta por Vilanova Artigas (48), Francisco Bolonha (40, dirigia à época da Divisão de Construções e Equipamentos Escolares do Estado da Guanabara, que substituiu o Departamento de Habitação Popular, extinto em 1960) e Mauro Gomes Batista (presidente do IAB/MG). Artigas, em 1963, já havia projetado (em conjunto com Carlos Cascaldi) a FAU-USP (1961), que estava em construção e seria concluída em 1969, ano em que o arquiteto foi cassado pelo regime militar.

A revista *Acrópole* publicou, no número 298 (Agosto de 1963) os três primeiros lugares. O projeto vencedor é assinado por Richard Kohn (36, estudou na Faculdade de Arquitetura de Minas Gerais, transferindo-se em seguida para a Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1951) e Pawel Martyn Liberman (33, radicado em São Paulo e formado no *Georgia Institute of Technology* em Atlanta, Estados Unidos). A dupla havia recebido menções honrosas nos concursos para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1958) e para o Clube XV (1963). Em segundo lugar, o projeto dos arquitetos Laércio Macedo Gontijo e Marcos Soares. Em terceiro, a equipe formada por Jorge Wilhelm (35), Miguel Juliano (35) e Paulo Zimbres (30).

Foram vinte e nove trabalhos concorrentes. O projeto vencedor (publicado em cinco páginas, com memorial, desenhos técnicos e perspectivas) é um volume prismático baixo e horizontal, de pouca monumentalidade, que busca ordenar, por meio da regularidade e da simplicidade formal do edifício, a complexidade programática da instituição. O resultado é um edifício marcado pelo rigor da modulação, discricção volumétrica e simplicidade geométrica, conforme defendem os autores. De acordo com a comissão julgadora, sobre o projeto vencedor:

...uma expressão de unidade na estrutura simples e franca e na disposição dos vários órgãos, um resultado plástico com ausência de elementos alheios à própria expressão construtiva e funcional, caracterizando uma solução legítima e vigorosa. (CONCURSO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 1963, p.281).

O segundo lugar (publicado em quatro páginas, com memorial, desenhos e perspectivas, porém sem parecer da comissão julgadora) se assemelha ao primeiro pelas características formais do volume (um prisma horizontal), porém se diferencia na composição com outros elementos. Segundo os autores, “o edifício é um monobloco definido por três elementos principais”: um embasamento, uma grande plataforma em balanço e o monobloco suspenso.

O terceiro colocado foi publicado em apenas duas páginas (com diagramas, desenhos técnicos e algumas perspectivas, além de breve descrição dos aspectos estruturais). O projeto se caracteriza por uma grande cobertura com generosos balanços, formada por uma sucessão de vigas paralelas e não lineares. Sob a grande cobertura, dois volumes prismáticos com dez pavimentos nas laterais e um volume central circular para o plenário.

Não há registros da publicação do primeiro concurso na revista *Arquitetura e Engenharia*, editada pelo IAB-MG. Em 1964, no entanto, no número 67, o projeto vencedor é o tema da capa da revista, que dedica oito páginas ao projeto, com memorial desenhos técnicos, perspectivas e diagramas. O texto de introdução da matéria traz informação sobre a abertura de concorrência para a execução de serviços de terraplenagem com o objetivo de iniciar a obra e destaca: “Com essas providências, tudo faz crer que, dentro em breve, estará inteiramente concluído o “Palácio da Inconfidência”. A obra, no entanto, foi concluída apenas nove anos depois, em 1972. No ano seguinte à realização do concurso, o Brasil sofreu o golpe militar de 1964. A obra foi inaugurada em período de intensa repressão da ditadura militar, em que as atividades parlamentares e legislativas eram cerceadas pelo regime e pela censura, em todo o país:

A nova sede foi inaugurada em 1972, no período mais pesado da ditadura. O Legislativo vivia uma fase de penumbra política, que foi atenuada pelo começo de sua modernização institucional. A melhoria das instalações seria uma forma de compensar a amputação das liberdades? (DULCI, 2012, p. 18)

Em 2009 o edifício e seus bens móveis foram tombados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. De acordo com Denise Marques Bahia, que assina um dos textos do “Catálogo de bens tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA..., 2012):

O edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado Minas Gerais é uma manifestação do modernismo tardio que se fez notar na experiência arquitetônica e urbana de Belo Horizonte nas décadas de 1960 e 1970. De aspecto austero e com características notadamente funcionalistas, o Palácio da Inconfidência reúne os atributos considerados, na época, essenciais para edifícios representativos do poder público. (BAHIA, 2012, p.21)

de encerramento dos trabalhos da Comissão Julgadora do 2º Concurso de Anteprojetos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

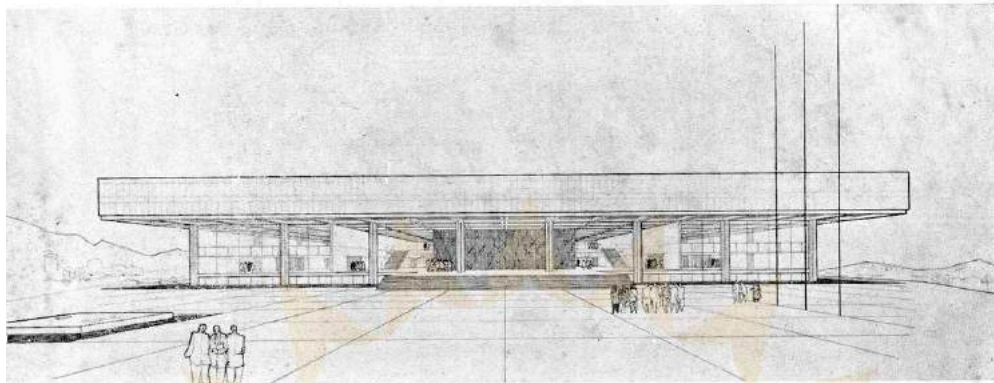
A Comissão Julgadora do 2º Concurso de Anteprojetos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao encerrar o seu trabalho, expressa a sua satisfação pelo êxito alcançado no primeiro exame dos 29 trabalhos concorrentes, pelo alto padrão dos projetos apresentados e pela escolha de um prédio que pudesse representar a arquitetura do Estado, que tão altas tradições culturais nacionais. Assim, depois de ter escolhido o vencedor, uma expressão de unidade e harmonia.

acrópole

Projeto da Comissão Julgadora do Concurso de Anteprojetos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, sede do Sindicato dos Trabalhadores e Empregados das Empresas de Energia Elétrica de São Paulo, Prêmio

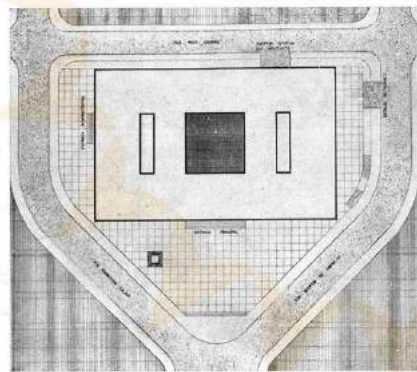
disposição do salão de festas e do auditório, com acesso ao acesso da rua, possibilitando a circulação de pedestres e dos demais ambientes do edifício, salas e auditório dotados de amplos espaços, com "hall" de entrada, de onde partem todos os setores do edifício.

Figura 168. Capa da *Acrópole*, n. 298, ago. 1963.
Segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.



Richard Kohn e
Pawel Martyn Liberman, arquitetos
estrutura: George Hegedús, engenheiro
projeto: Motoi Tsubouchi e Odubaldo P. Arinez

Ata de encerramento dos trabalhos da Comissão Julgadora (Arqs. J. Vilanova Artigas, Francisco Bolonha e Mauro Gomes Baptista) do 2º Concurso de anteprojetos para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais.



A Comissão Julgadora do 2º concurso de anteprojetos para o Palácio da Inconfidência, ao encerrar os seus trabalhos quer expressar a sua satisfação pelo êxito obtido pelo Concurso. Ao primeiro exame dos 29 trabalhos concorrentes, pôde sentir a Comissão, o alto padrão dos projetos apresentados. A preocupação que norteou os trabalhos foi a escolha de um prédio que pudesse abrigar condignamente a função legislativa do Estado, que tão altas tradições tem no panorama político e cultural nacional. Assim, depois de exames acurados, encontrou a Comissão no trabalho vencedor, uma expressão de unidade na estrutura simples e franca e na disposição dos vários órgãos, um resultado plástico com ausência de elementos alheios à própria expressa construtiva e funcional, caracterizando uma solução legítima e vigorosa.

Planta de situação
Fachada lateral e posterior

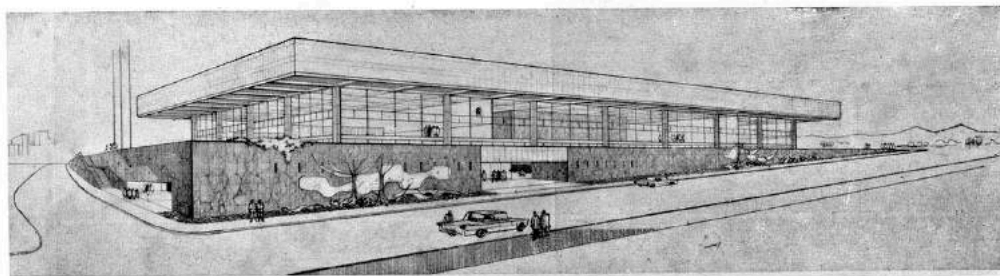
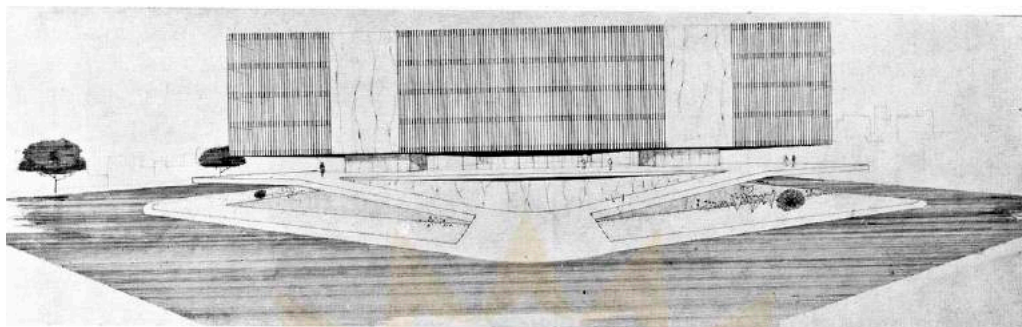
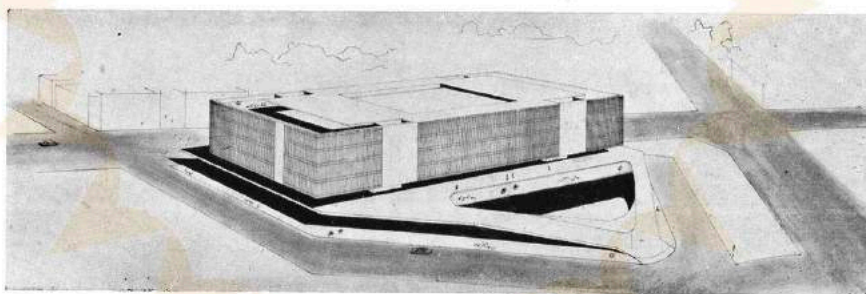


Figura 169. *Acrópole*, n. 298, ago. 1963.
Primeiro lugar. Segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
Autores: Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman



Laércio Macedo Gontijo, arquiteto
Marcos V. F. Soares, colaborador
Homero Costa, consultor estrutural

fachada principal



Perspectiva aérea do conjunto

Corte longitudinal

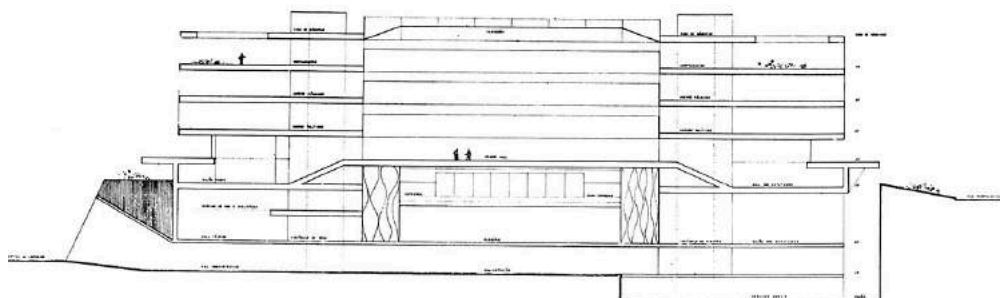
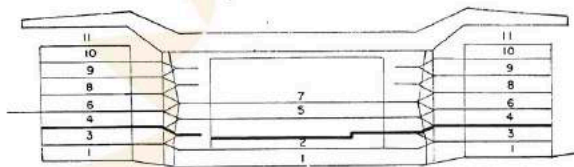
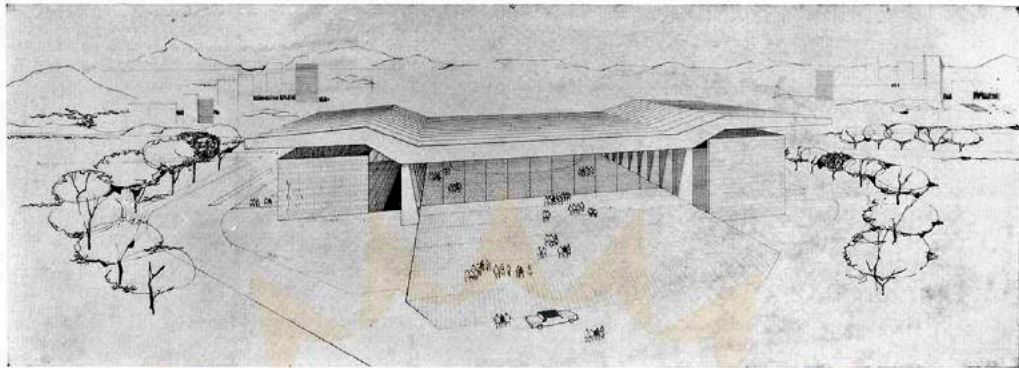


Figura 170. *Acrópole*, n. 298, ago. 1963.
Segundo Lugar. Segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
Autores: Laércio Macedo Gontijo e Marcos Soares

Concurso para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais
3.º prêmio



Jorge Wilhelm, Miguel Juliano e Silva e Paulo Zimbres, arquitetos

- 1 Serviço e corpo de guarda
- 2, 3 Comissões permanentes
- 4 Diretoria das Comissões, Comissões especiais
- 5, 6 Portaria central, serviço de pessoal, expediente e arquivo
- 7, 8 Tesouraria, contabilidade, chefia almoxarifado, diretoria geral, serviço médico
- 9 Biblioteca, consultoria jurídica, assessoria técnica
- 10 Restaurante, assoc. dos servidores
- 11 Restaurante ao ar livre

- Garagem
- Hall dos deputados, vestíbulo e acesso do plenário
- Tribunas especiais, plenário
- Imprensa, serviço de som, casa de força
- Hall das galerias, galerias populares, grande hall, esplanada
- Vazio do plenário e do grande hall
- Vazio do plenário e do grande hall
- Vazio do plenário e do grande hall

- Segurança, entrada privativa, zelador
- Diretoria de taquigrafia
- Comissão executiva
- Diretoria dos serviços legislativos, divisão da mesa e de serviços legislativos
- Líderes
- Partidos
- Partidos
- Terraço

A estrutura que caracteriza o anteprojeto é percebido de qualquer ponto em que se esteja, tornando-a sempre presente. Com essa estrutura procuramos criar espaços adequados ao tema.

As funções programáticas são facilmente identificáveis, tornando clara a circulação e as entradas.

A esplanada de acesso prolonga-se no grande hall — que envolve o plenário criando um espaço que valorize as funções cívicas ali realizadas. Área total: 26.834 m².

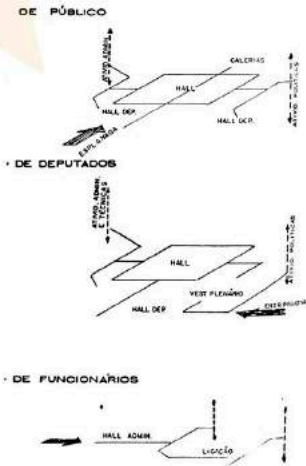
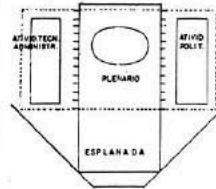


Figura 171. Acrópole, n. 298, ago. 1963.
Segundo Lugar. Segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
Autores: Jorge Wilhelm, Miguel Juliano e Paulo Zimbres

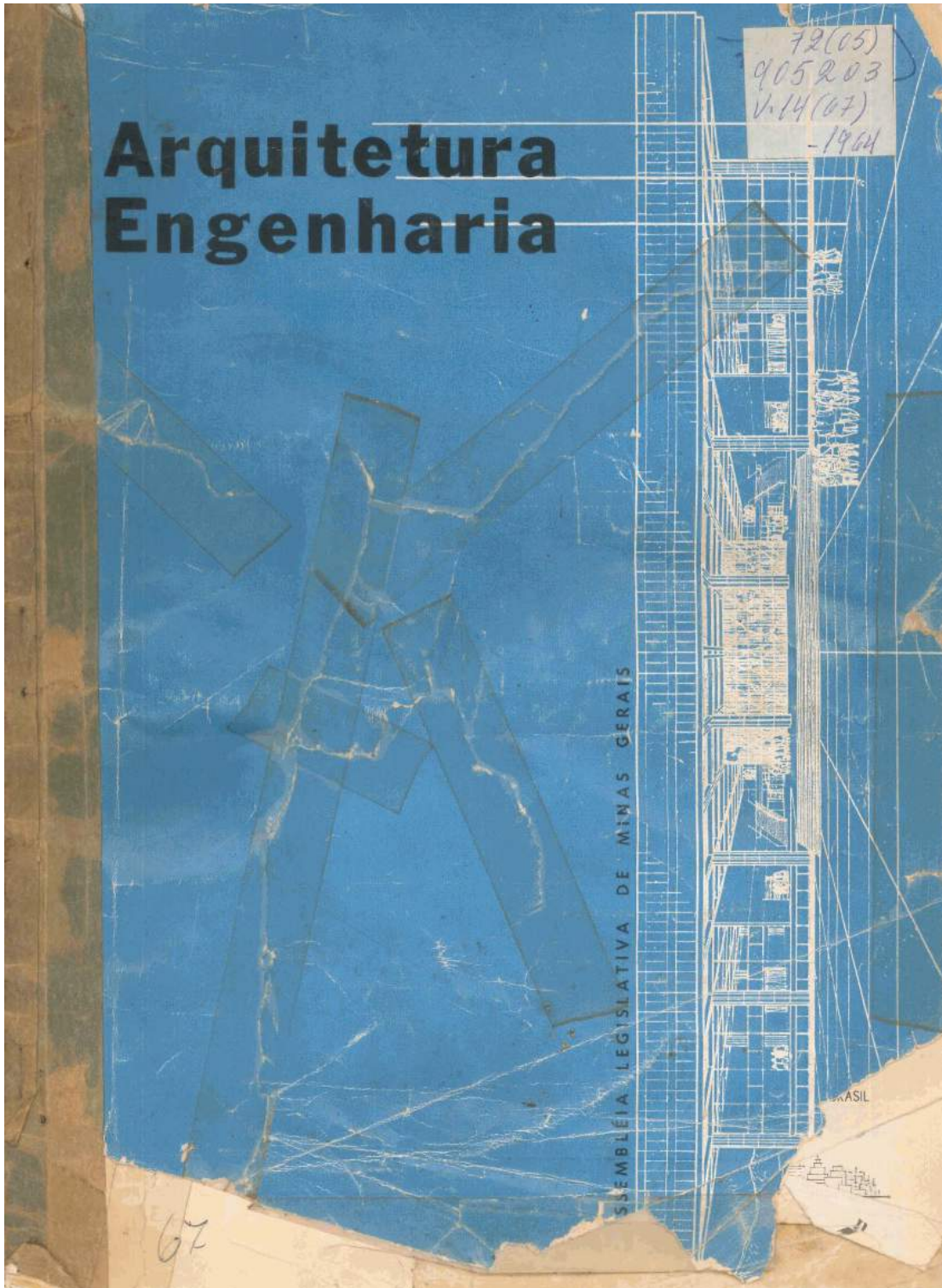
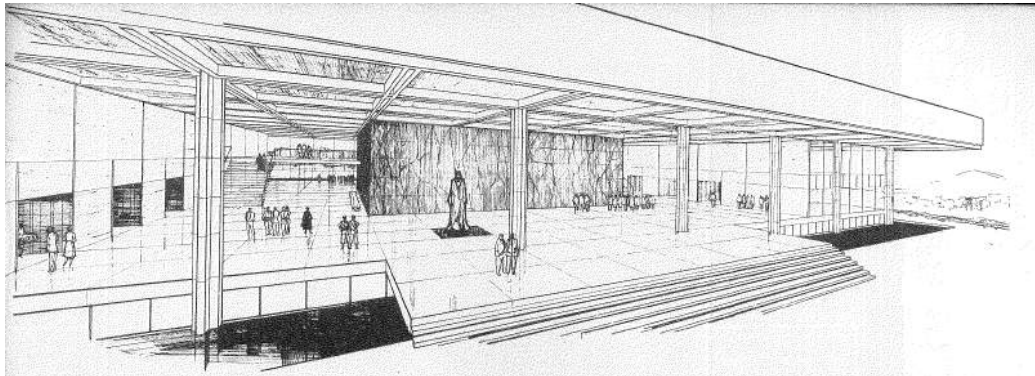


Figura 172. Capa da revista *Arquitetura e Engenharia*, n. 67, 1964.
Projeto vencedor do segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.



PERSPECTIVA DO GRANDE HALL

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

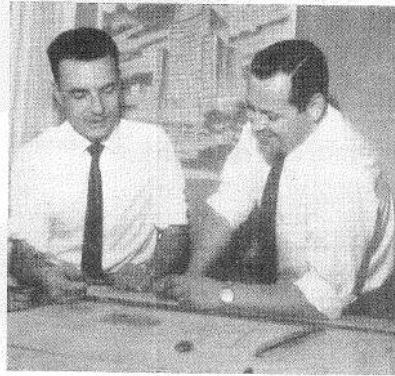
(1º PREMIO EM CONCURSO DE ANTE-PROJETOS)

PAWEL MARTYN LIBERMAN
RICHARD KOHN, ARQUITETOS

Ao assumir o exercício de seu mandato para os trabalhos parlamentares de 1963, a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa de Minas Gerais teve sua atenção voltada, desde logo, para a construção da nova sede do Legislativo Estadual, cujas atividades não podiam sujeitar-se, por mais tempo, às deficiências das instalações e aos precários recursos de adaptação do prédio onde vem funcionando por força de várias circunstâncias.

Após acurados estudos preliminares, a Comissão Executiva, orientada pelo ilustre Presidente Walthon de Andrade Goulart, que vem desenvolvendo esforços objetivos no sentido da solução do problema, instituiu um Concurso de Ante-Projetos para a sede definitiva da Assembléia. Uma comissão constituída dos mais eminentes arquitetos do Brasil declarou vencedor do concurso, por unanimidade, o ante-projeto de autoria dos arquitetos Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman, cujo trabalho alia uma feliz solução estética à funcionalidade exigida naturalmente em obra de tamanha significação para a vida política e democrática de Minas.

A fim de supervisionar a execução dos trabalhos, foi nomeada uma comissão composta de deputados e funcionários que atenta à inflexível determinação do Presidente Walthon Goulart de dar ao Poder Legislativo de nosso Estado uma sede digna das tradições políticas mineiras, já promoviu, com a análise do solo e sub-solo, a abertura de concorrência para os serviços de terraplenagem. Com essas providências, tudo faz crer que, dentro em breve, estará inteiramente concluído o «Palácio da Inconfidência» nos arredores da Igreja da Fátima, no bairro de Santo Agostinho, em Belo Horizonte.



ARQUITETOS RICHARD KOHN E PAWEL LIBERMAN



O Presidente Walthon Goulart, acompanhado do arquiteto Mauro Gomes Baptista, presidente do I.A.B. — Seção do Minas Gerais, entrega ao arquiteto Richard Kohn o prêmio que lhe coube, juntamente com o arquiteto Pawel Martyn Liberman, vencedores do concurso.

RICHARD KOHN

Nascido em 1927 — estudou na Faculdade de Arquitetura de Minas Gerais, de 1947 a 1949, transferindo-se, em seguida, para a Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro pela qual se diplomou em 1951.

PAWEL MARTYN LIBERMAN

Nascido em 1939, diplomou-se pela Faculdade de Arquitetura do Georgia Institute of Technology. B.S., B. Arch., em 1954.

Des trabalhos profissionais realizados pela equipe destacam-se os seguintes:

- Concurso para Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul — Menção Honrosa.
- Concurso para o «Clube Ilo», em Santos — Menção Honrosa.
- Concurso para Assembléia Legislativa de Minas Gerais — 1º lugar.
- Sôzinhos ou em colaboração, entre 1959 e 1963, projetaram diversos edifícios residenciais, comerciais, industriais, assim como clubes esportivos, residenciais, planos urbanísticos etc., na cidade de São Paulo.

Figura 173. *Arquitetura e Engenharia*, n. 67, 1964.
Projeto vencedor do segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
Autores: Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman

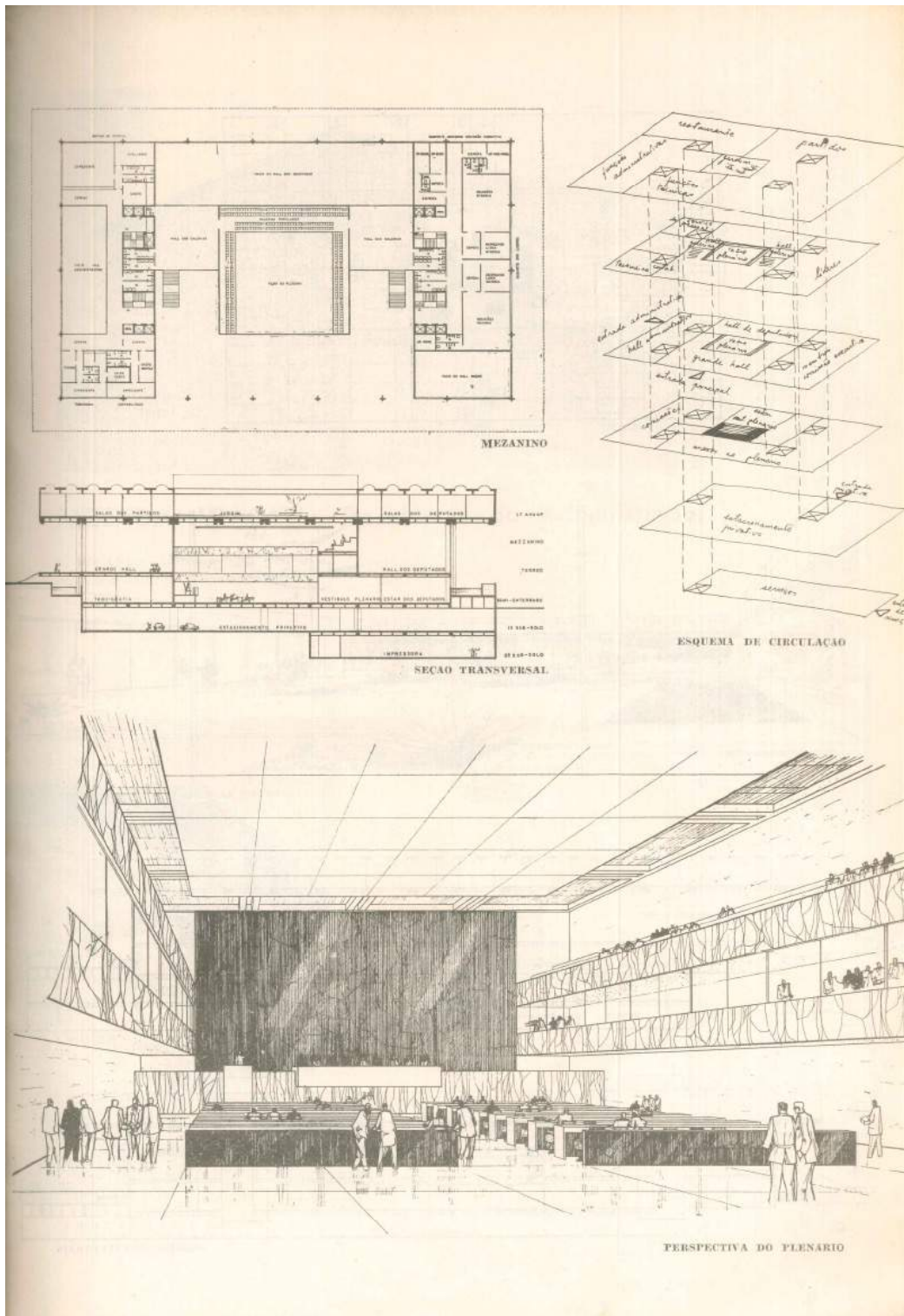


Figura 174. *Arquitetura e Engenharia*, n. 67, 1964.
 Projeto vencedor do segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
 Autores: Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman



Figura 175. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Obra construída. Acima: Vista aérea da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (fonte: vejadecima.com). Abaixo: detalhe do Palácio da Inconfidência. Assembleia Legislativa de Minas Gerais (fonte: Catálogo de Bens Tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012).

O espaço privilegiado dos clubes

Historicamente, o mecenato privado no Estado de São Paulo teve importante atuação no campo da Arquitetura (inclusive na promoção de concursos) maior do que em outras regiões, em que a presença do Estado era mais determinante (PEREIRA, 1997). Diante da escassez de iniciativas públicas na promoção de concursos para a seleção de projetos, destacaram-se os certames promovidos pela iniciativa privada, em especial entre os anos 1950 e 1960. Conforme relatado por Artigas, sobre o período:

...não havia condições de se trabalhar com o Estado. Então, o arquiteto paulista, mesmo se você considerar o Osvaldo Bratke, o Rino Levi, todos, independentemente de qualquer posição que tenham tomado, só podiam viver da iniciativa privada”.(ARTIGAS, 1980, p. 162).

Os clubes foram temas frequentes nos concursos promovidos nesse período, em grande parte pela iniciativa privada (DEDECCA, 2001) e um espaço privilegiado para o exercício projetual, diante da relativa liberdade criativa, e da possibilidade de construção de capital simbólico do campo profissional, mesmo quando não materializados.

Esse recorte temático e sua relação com os concursos e o campo profissional é digno de estudos aprofundados e pesquisas específicas. Neste capítulo pretende-se apenas apresentar breve panorama sobre esses eventos e contextualizá-los à luz dos temas aqui abordados: dinâmicas dos concursos e sua repercussão no meio profissional e editorial. Conforme ressalta Ruth Verde Zein (2005):

No final da década de 1950 e começo da década de 1960 ocorreram vários concursos públicos que não apenas consagraram importantes arquitetos como revelaram novos talentos, muitos deles jovens promissores para os quais essa foi uma oportunidade importante de acesso a trabalhos de certo porte e responsabilidade. O tema dos equipamentos esportivos esteve entre os mais presentes nos concursos dessa época. (ZEIN, 2005, p.149)

Na Tabela 2 apresentamos uma lista dos concursos relacionados ao tema “clubes”, publicados nas revistas aqui estudadas entre 1935 e 1971 (recorte temporal deste trabalho).

Tabela 2 - Publicação de projetos de clubes resultantes de concursos – 1956-1971 (*)

Associação Atlética do Banco do Brasil	1956	Rio de Janeiro - RJ	<i>Habitat</i> (n.27, 1956)
Clube Atlético Paulistano	1958	São Paulo – SP	<i>Habitat</i> (n.47, 1958); <i>Acrópole</i> (n.276, 1961) e <i>Módulo</i> (n.27, 1962)
Iate Clube de Londrina	1959	Londrina – PR	<i>Acrópole</i> (n.253, 1959)
Jockey Clube de São Paulo	1960	São Paulo – SP	<i>Acrópole</i> (n.259, 1960) e <i>Módulo</i> (16, 1959)
Clube Militar do Rio de Janeiro	1960	Rio de Janeiro - RJ	<i>Módulo</i> (n.17, 1960)
Sociedade Harmonia de Tênis (1º concurso)	1960	São Paulo - SP	<i>Acrópole</i> (n.260, 1960)
Sede de Campo do Jockey Clube de São Paulo	1962	Campinas – SP	<i>Acrópole</i> (n.288, 1962)
Clube XV	1963	Santos – SP	<i>Acrópole</i> (n.294, 1963)
Clube da Orla do Guarujá	1963	Guarujá - SP	<i>Acrópole</i> (n.300, 1963)
Clube Sírio-Libanês	1965	Santos - SP	<i>Acrópole</i> (n.313, 1965)
Clube de Campo e Sede de Congressos	1965	Caieiras - SP	<i>Acrópole</i> (n.315, 1965)
Tênis Clube Presidente Prudente	1966	Pres. Prudente - SP	<i>Acrópole</i> (n.327, 1966)
Salão de Festas – Esporte Clube Sírio	1966	São Paulo - SP	<i>Acrópole</i> (n.330, 1966)
Sociedade Harmonia de Tênis (2º concurso)	1967	São Paulo - SP	<i>Acrópole</i> (n.340, 1966)
Jóquei Clube de Goiás	1967	Goiânia - GO	<i>Acrópole</i> (n.342, 1966)

(*) Não foram localizados registros de projetos de clubes resultantes de concursos de Arquitetura nas revistas estudadas antes de 1956.

A revista que mais publicou o tema no período (entre os periódicos estudados) foi a *Acrópole* (13 dos 15 concursos citados) e a grande maioria se refere a clubes no Estado de São Paulo (11 concursos). As exceções são Rio de Janeiro (02), Londrina (01) e Goiânia (01).

O tema “clube” é, por sua própria natureza, um programa da iniciativa não estatal (sejam corporações profissionais, esportivas, bancárias e outros tipos de entidades associativas). A exceção da lista é o Clube Militar do Rio de Janeiro, único caso da esfera pública entre os concursos estudados, também exceção na equipe vencedora: único registro identificado de um concurso vencido por uma equipe composta apenas por arquitetas: Lilian Z. Brafman, Ester Kerdman e Edna Dutra.

Oito desses concursos foram destacados nas capas das revistas (ver figura 177), ora dedicadas ao concurso, outras vezes à obra construída ou, como foi o caso do Clube da Orla (*Acrópole*, n.342, Agosto de 1967), em que o destaque foi dado a um projeto que concorreu e não venceu o concurso mas que se apresentava como uma síntese da linguagem dos arquitetos homenageados naquele número da revista: Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro.

A relativa liberdade programática e o contexto em geral mais livre de implantação fizeram dos concursos para clubes espaços privilegiados de especulação projetual e de liberdade criativa aos arquitetos, em período marcado pela exuberância estrutural, posteriormente qualificada pela crítica como “arquitetura brutalista” (ZEIN, 2005). Grandes vãos, concreto aparente, espaços livres generosos e monumentalidade espacial (não necessariamente volumétrica) foram temas e abordagens recorrentes nos projetos premiados, em um período em que a linguagem moderna havia se diversificado e os dogmas estavam sob revisão, abrindo espaço inclusive para experimentações que podem ser consideradas “pós-modernas”.

Dos quinze concursos catalogados dez foram construídos, dentre os quais destacam-se: Clube Atlético Paulistano, em São Paulo (premiado na Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, em 1961) e o Clube XV, em Santos (construído entre 1964 e 1969 e demolido em 1999).

É importante ressaltar que em dez dos quinze concursos citados as equipes vencedoras eram compostas por arquitetos com menos de 35 anos, o que reforça a importância desses concursos para a formação e divulgação das novas gerações. Alguns exemplos: Clube Atlético Paulistano (Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro, ambos aos 29 anos); Iate Clube de Londrina (Abrão Sanovicz, 26; João W. Toscano, 26; Julio Katinski, 27); Jockey Clube de São Paulo (Carlos B. Millan, 33; Jorge Wilhelm, 32); Sociedade Harmonia de Tênis – Primeiro Concurso (Fábio Penteado, 31; Luiz Forte Neto, 25; José Maria Gandolfi, 27); Clube XV (Pedro Paulo de Mello Saraiva, 30 e Francisco Petracco, 28); Clube da Orla do Guarujá (Israel Sancovski, 28 e Jerônimo Bonilha Esteves, 30); Clube de Campo e Sede de Congressos (Israel Sancovski, 30; Jerônimo Bonilha Esteves, 32), entre outros. Poucos foram os concursos da lista vencidos por equipes com arquitetos com mais

de 35 anos: Associação Atlética do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro (Carlos Frederico Ferreira, 50); Sede de Campo do Jockey Clube de São Paulo (Sergio Bernardes, 43 – exceção na idade e na origem: nascido e formado no Rio de Janeiro).

Muitos desses concursos (alguns deles restritos, por convite), além de terem sido realizados em São Paulo, foram vencidos por equipes paulistas. Mesmo concursos realizados em outros estados tiveram como vencedores equipes de arquitetos de São Paulo, como foi o caso do Iate Clube de Londrina, no Paraná e o Jockey Clube de Goiás.

Abordaremos a seguir alguns desses concursos, aqui selecionados pelo destaque ou abordagem editorial e seus desdobramentos: Clube Atlético Paulistano (São Paulo, 1958); Clube XV (Santos, 1963) e Clube da Orla (Guarujá, 1963).

Figura 176. Página seguinte.

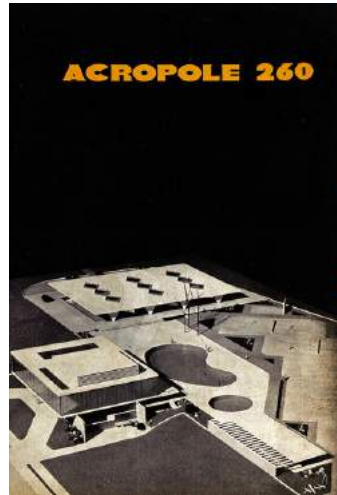
Capas da revista *Acrópole* dedicadas a projetos de clubes decorrentes de concursos: (1) Iate Clube de Londrina (n.253, Novembro de 1959); (2) Jockey Clube de São Paulo (n.259, Abril de 1960); (3) Sociedade Harmonia de Tênis - 1º concurso (n.260, Maio de 1960); (4) Sede de Campo do Jockey Clube de São Paulo (n.288, Novembro de 1962); (5) Clube XV (n.294, Maio de 1963); (6) Clube da Orla do Guarujá (n.342, Agosto de 1967, projeto não premiado de Paulo Mendes da Rocha, João de Gennaro e Waldemar Herrmann); (7) Tênis Clube Presidente Prudente (n.327, Abril de 1966); (8) Sociedade Harmonia de Tênis - 2º concurso (n.384, Outubro de 1971).



1



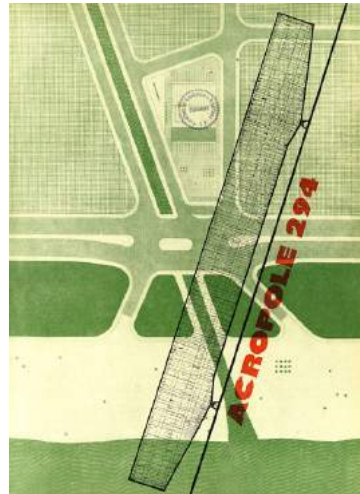
2



3

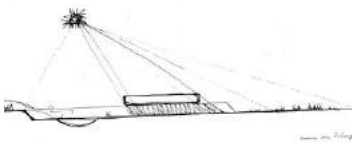


4



5

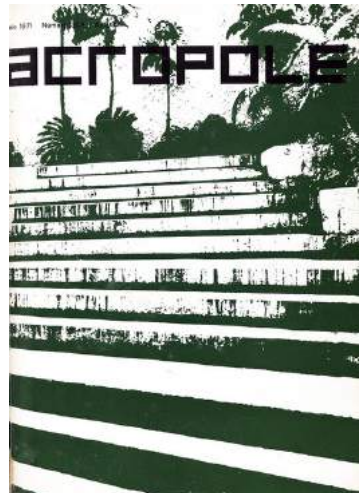
acrópole



6



7



8

Clube Atlético Paulistano

Acrópole, n. 231, jan. 1958

Habitat, n. 47, mar. 1958

Acrópole, n. 276, nov. 1961

Módulo, n. 27, mar. 1962

Poucas obras superaram as divergências editoriais (sejam de ordem ideológica, projetual ou regional) entre a *Acrópole*, a *Habitat* e a *Módulo*. O projeto (e o concurso) para o ginásio do Clube Atlético Paulistano é uma dessas raras unanimidades. A atenção editorial dada pelas revistas, no entanto, não foi simultânea, nem teve a mesma motivação ou abordagem, como veremos.

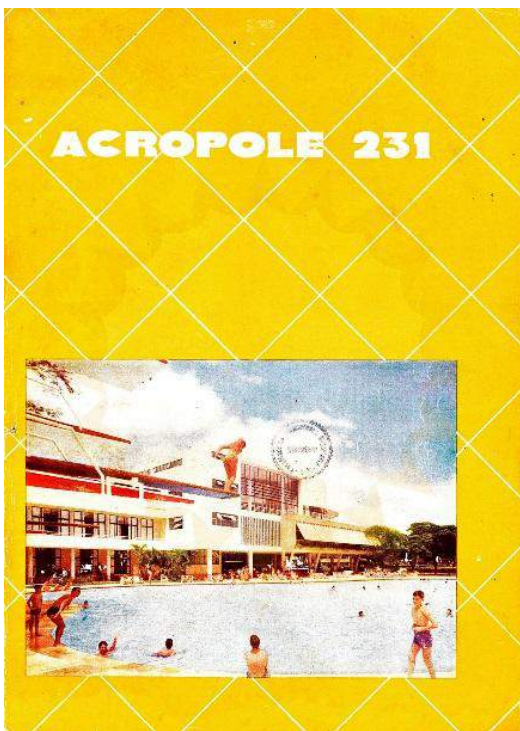


Figura 177. Capa do n. 231 da *Acrópole*, ilustrada com foto da sede do Clube Atlético Paulistano, projeto de autoria de Gregori Warchavchik.

O Boletim do IAB-SP n. 47 publicado na edição n. 231 da *Acrópole* (Janeiro, 1958) traz, na seção “Croquis dos Fatos”, a informação de que mais de 50 arquitetos estavam inscritos no concurso para a ampliação das instalações do Clube Atlético Paulistano, cujo projeto original é de Gregori Warchavchik e ilustra a capa da revista. A nota ainda ressalta: “com a crise atual, os 200 mil cruzeiros do 1º prêmio, está cobiçadíssimo”. Na mesma nota, informações sobre a realização do V Congresso da União Internacional de Arquitetos, que se realizaria em Moscou em julho daquele ano.

O resultado do concurso, no entanto, não foi publicado na *Acrópole*. Por outro lado, a revista *Habitat*, em seu número 47 (março de 1958), traz uma das mais completas apreciações críticas de um concurso na época: trata-se de uma publicação de 11 páginas (p.16 a 26), que inclui comentários do crítico Geraldo Ferraz sobre o concurso e sobre os três

premiados, além de trechos da Ata da Comissão de Julgamento, que foi composta pelos arquitetos Rino Levi (57), Plínio Croce (37) e Rubens Carneiro Vianna (43). O concurso, julgado em março de 1958, do qual participaram 24 equipes, premiou equipes de jovens arquitetos:

Primeiro Prêmio – Arquitetos Paulo Mendes da Rocha (29) e João Eduardo de Genaro (29).

Segundo Prêmio – Arquitetos Pedro Paulo de Melo Saraiva (25) e Julio José Franco Neves (26); consultor de estruturas Eng. Roberto Zuccoli; colaboradores Miguel Juliano e Silva (29), Luiz Forte Neto (23) e José Maria Gandolfi.

Terceiro Prêmio – Arquiteto Jorge Wilhelm (29)

Geraldo Ferraz abre a publicação em defesa dos concursos públicos de Arquitetura e com elogios à organização do certame em questão, com destaque para a “renovação de quadros” propiciada pelo processo:

Em editoriais e notas temos propugnado sempre por que se proceda, invariavelmente, a realização de concursos, parecendo-nos supérfluo pedir que estes sejam concretizados dentro de um espírito de insuspeição e decência. Se isto não tem ocorrido, algumas vezes, o concurso deturpado em suas fontes não teve efetiva realização, não é um concurso, mas um sofisma, uma contrafação. (...) Tivemos, pois, um concurso brilhantemente levado a efeito, e na coleta dos resultados obtidos, quando de duas dezenas de equipes de arquitetos traçaram as suas soluções para o programa, vimos surgirem, com as melhores interpretações temáticas, cinco grupos de arquitetos, todos eles compostos dos mais jovens elementos de nossas escolas de arquitetura. (...) [Trata-se] ... de constatar a vitalidade de que deram prova, na competição levada a efeito, estes novos elementos, formados à sombra dos bons exemplos e da iniciativa dos mais velhos. (FERRAZ, 1958, p. 16-26)

Paulo Mendes da Rocha (então com 29 anos) e Pedro Paulo de Melo Saraiva (25 anos), que haviam vencido, em equipe, o concurso para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, realizado meses antes (*Acrópole*, n.228, n.232), desta vez obtiveram a primeira e a segunda premiação, respectivamente. João Eduardo de Gennaro, que formou a dupla vencedora do concurso ao lado de Paulo Mendes, também tinha 29 anos na ocasião do concurso, assim como Jorge Wilhelm. Todos jovens arquitetos.

Sobre os trabalhos premiados, Ferraz destaca em sua análise:

A publicação dos três trabalhos primeiro colocados é um sinal bem claro do que deixamos, acima, definido: em todos eles, houve um esforço de boa interpretação dos temas propostos pelo concurso e todos primaram por um partido adequado original, construtivo, emergentes da mesma fonte de simplicidade e nitidez” (...) As três primeiras equipes diversificaram bem o partido, aplicaram corretamente as condicionantes do sentido orgânico a que deviam servir com os projetos, buscaram expressar em linhas harmonizadoras a ligação entre as instalações e a sede já construída, e em que se encontra um dos bons exemplos de nossa arquitetura mais recente, produto duma equipe

que teve há dez anos esse trabalho, sob a orientação do arquiteto Warchavchik. (FERRAZ, 1958, p.16-26)

De acordo com o relato de Ferraz, foram dez sessões de julgamento, realizadas entre os dias 10 e 21 de março de 1958. A seguir, transcrevemos trechos da Ata de Julgamento, publicada na *Habitat*:

1º colocado – Boa implantação dos diversos elementos projetados permitindo amplas visuais e interpenetração espacial, unidade arquitetônica e harmonização com o edifício sede. Esquema geral de circulação bem resolvido, destacando-se o plano ligeiramente elevado que, servindo de base ao ginásio, ramifica-se pelo interior do Club, unindo todas as suas peças, formando e criando vários ambientes e ao mesmo tempo, garantindo visuais externas. Ótima composição plástica do ginásio, que põe em evidência característico e elogiável o sistema estrutural, que proporcionou uma solução funcional singela e adequada ao seu fim. Plantas claras, precisas e bem definidas, merecendo especial destaque as soluções dadas ao jardim da infância e às arquibancadas do tênis.”

2º colocado – Boa e singela implantação no terreno reunindo todas as peças exigidas no edital em apenas dois blocos, um ao longo da rua Colômbia e outro da rua Argentina. A harmonização do conjunto resulta da simplicidade plástica dos dois edifícios. Menos feliz é a localização das arquibancadas de tênis. A distribuição interna dos edifícios é elogiável sob os aspectos funcional e espacial.

3º colocado – Boa a implantação e a solução de circulação. O bloco principal, contendo o ginásio e o auditório se destaca no conjunto, apresenta forma simples e não colide, plasticamente, com o edifício da sede. (...) As plantas são bem solucionadas, merecendo reparos as referentes aos vestiários. (...) A cobertura em forma de catenária do ginásio e auditório apresenta problemas de contraventamento e esgotamento de águas pluviais cujas soluções não foram indicadas no projeto.

(FERRAZ, 1958, p.16-26)

Na apreciação do projeto classificado em primeiro lugar, Ferraz ressalta a leveza construtiva e estrutural, com destaque para a inserção do ginásio sobre o patamar elevado: “... naquela superfície elevada, o ginásio é então, um “furo”, e toda a área é coberta por uma estrutura metálica sustentada por cabos de aço e circundada por uma marquise a qual serve de circulação abrigada...”.

Do projeto classificado em segundo lugar, além dos desenhos, é apresentado trecho do memorial descritivo, que destaca a preferência dos autores por evitar diversas unidades isoladas e resolver o programa em um “bloco único com terraço jardim, (...) dando-se à planta uma solução simples, de fácil apreensão”. No que se refere ao aspecto plástico os autores defendem “o emprego de um sistema estrutural clássico (arcos), uma solução simples e sóbria capaz de dar ao conjunto a harmonia desejável” (*Habitat*, n.47, p.20). Sobre o projeto, Geraldo Ferraz reforça a ressalva – registrada pelo Júri na Ata – sobre a dificuldade de

execução decorrente de interferências no nível do lençol freático, porém elogia a solução plástica:

Simples lineamentos de um sabor clássico, mas ao mesmo tempo, numa aplicação indiscutivelmente moderna, filiam estas indicações a um aproveitamento de múltiplos efeitos. (...) Tudo aí concorre para uma feliz solução de desenho marcado por um pensamento orientador adstrito à extrema integração da construção no espaço, sem nenhuma preocupação exibicionista, cenográfica, dramatizadora. (FERRAZ, 1958, p.16-26)

Vale ressaltar que a análise crítica de projetos quase não ocorria na *Acrópole*, que se limitava, em algumas ocasiões, à publicação de trechos das atas dos júris. Na *Módulo* os comentários críticos também eram escassos. Daí a importância, naquele contexto, da análise crítica publicada por Geraldo Ferraz na *Habitat* sobre os projetos premiados no concurso para o Clube Atlético Paulistano.

Concurso de ante-projetos para as instalações do Club Atlético Paulistano

Geraldo Ferraz

Os três primeiros classificados:

- 1.º prêmio - arquitetos Paulo A. Mendes da Rocha e João Eduardo De Genaro
- 2.º prêmio - arquitetos Pedro Paulo de Melo Saraiva e Julio José Franco Neves; consultor estrutura eng. Roberto Zucconi; colaboradores Miguel Juliano e Silva, Luiz Forte Neto e José Maria Gandolfi
- 3.º prêmio - arquiteto Jorge Wilhelm

Abrimos nestas páginas espaço aos três primeiros ante-projetos classificados no Concurso para as instalações esportivas e outras atividades do Club Atlético Paulistano, em complemento à nova sede já construída, competição esta que merece um particular relevo no noticiário e na crítica de nossas soluções, visando a uma boa arquitetura. Em editoriais e notas temos propugnado sempre por que se proceda, invariavelmente, a realização de concursos, parecendo-nos superfluo pedir que estes sejam concretizados dentro de um espírito de insuspeição e descência. Se isto não têm ocorrido, algumas vezes, o concurso deturpado em suas fontes não teve efetiva realização, não é um concurso, mas um sofisma, uma contrafação. No caso, o Club Atlético Paulistano agiu com a elevação de vistas, a isenção e a correção tradicionais, que se abrigam e desenvolvem sob a luz da trajetória luminosa pela ação e pela orientação do grande presidente que foi Antonio Prado Júnior.

16

Tivemos, pois, um concurso brilhantemente levado a efeito, e na coleta dos resultados obtidos, quando de duas dezenas de equipes de arquitetos traçaram as suas soluções para o programa, vimos surgirem, com as melhores interpretações temáticas, cinco grupos de arquitetos, todos eles compostos dos mais jovens elementos de nossas escolas de arquitetura. Não se trata, no relevo que aqui damos a esta contribuição renovadora dos quadros de nossos profissionais, de reduzir ao menosprezo qualquer esforço, mas de constatar a vitalidade de que deram prova, na competição levada a efeito, estes novos elementos, formados à sombra dos bons exemplos e da iniciativa dos mais velhos. Efetivamente a arquitetura paulista, e, pois, a arquitetura brasileira, ganha com esta demonstração a afirmadora esperança de uma renovação de quadros, imprescindível, para que haja progresso. A publicação dos três trabalhos primeiro colocados é um sinal bem claro do que deixamos, acima, definido: em todos eles, houve um esforço de boa interpretação dos temas pro-

postos pelo concurso e todos primaram por um partido adequado original, construtivo, emergentes da mesma fonte de simplicidade e nitidez, de funcionalidade orgânica, buscando atingir a um optimum.

Na comparação que resulta fácil, diante da exposição gráfica que veremos a seguir, os ante-projetos classificados nos três primeiros lugares confirmam o acerto da apreciação crítica, confiada a três arquitetos que honram a profissão com este laudo, pela colocação da base de seu critério, e estrita obediência aos princípios nele estabelecidos. O primeiro prêmio surgiu como uma indicação forçosa da melhor solução diante do critério e é na verdade a melhor por todos os elementos que nela se encarnaram.

As três primeiras equipes diversificaram bem o partido, aplicaram corretamente as condicionantes do sentido orgânico a que deviam servir com os projetos, buscaram expressar em linhas harmonizadoras a ligação entre as instalações e a sede já construída, e em que se encontra um dos bons exemplos de nossa arquitetura mais recente, produto duma equipe que teve há dez anos esse trabalho, sob a orientação do arquiteto Warchavchik.

De toda a forma, o que ressalta é a bela resultante do projeto do arquiteto Paulo Mendes Rocha, que fica emoldurado pela contribuição dos outros seus colegas, representantes todos de uma nova geração. Além da significação de um concurso, decentemente realizado, o que levou a Comissão Julgadora a expressar à diretoria do Club Atlético Paulistano "suas congratulações sinceras pela sua notável iniciativa, feita na conformidade das normas do Instituto de Arquitetos do Brasil, em virtude da alta expressão cultural que apresentou o concurso, onde 24 equipes de arquitetos demonstraram apreciável nível profissional", além dessa significação, é iniludível considerar a irrupção de um sangue novo na atividade arquitetônica, com um espírito de concepções altamente preparado para as maiores tarefas.

Histórico

Na complementação da nova sede do Club Atlético Paulistano, efetuou-se um concurso de ante-projetos, visando as instalações necessárias à vida esportiva da entidade, para o que foram adotadas pela diretoria do Club as normas do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Pelo Instituto de Arquitetos foram nomeados os arquitetos Rino Levi, Plínio Croce e Rubens Carneiro Vianna, para constituírem a Comissão Julgadora, na conformidade dos dispositivos do edital do concurso. No dia 10 de março, foi entregue a essa Comissão, em reunião conjunta, da diretoria do C. A. P. e da Comissão de Obras, o total dos ante-projetos em número de 24 o que demonstra o enorme interesse com que os arquitetos de S. Paulo e do Brasil cercaram o concurso. Efetivamente, é raro encontrarem-se 24 equipes de arquitetos em competição num concurso.

Naquele mesmo dia iniciaram-se os trabalhos de julgamento, seguindo-se seis sessões de trabalho, com sucessi-

vas eliminações. Para a sétima sessão, em vista de certos problemas ligados à especialização técnica de estrutura e sólo, foi solicitada pela Comissão Julgadora a assistência técnica de um engenheiro, tendo sido, pela Comissão de Obras do Club indicado o nome do engenheiro Tullio Stucchi, que procedeu ao exame de estruturas especiais, assim como das construções em subsolo, a grandes profundidades.

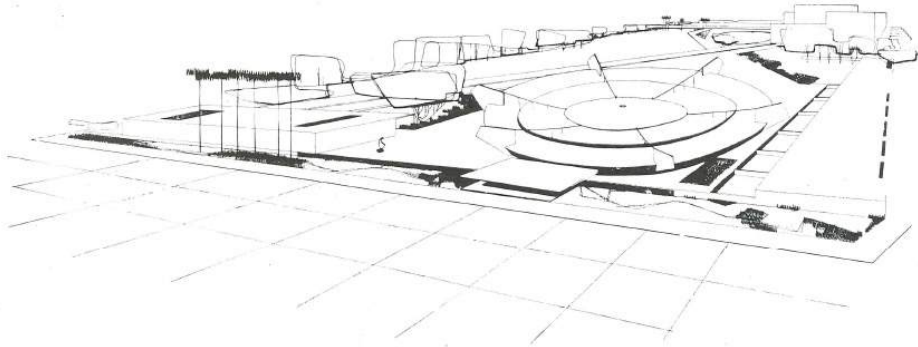
No oitava sessão de trabalhos realizada a 18 de março, a Comissão dispunha de nove ante-projetos. Basearam, então, os julgadores os seus trabalhos nos seguintes itens, para a seleção final: a) implantação do conjunto considerando a manutenção de espaços livres amplos e contínuos, bem como a solução de sistema circulatório e de acessos; b) unidade arquitetônica e harmonização com o existente; c) distribuição funcional interna dos vários edifícios; d) soluções estruturais; e) uso do subsolo tendo em vista as condições particulares do nível do lençol freático.

Figura 178. *Habitat*, n. 47, mar. 1958.

Concurso de ante-projetos para as instalações do Club Atlético Paulistano.

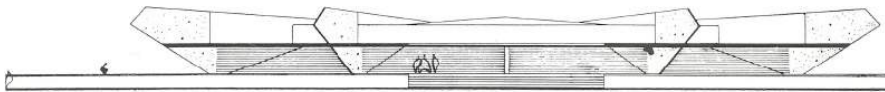
Arte de Geraldo Ferraz.

1.º prêmio: arquitetos Paulo A. Mendes Rocha e João Eduardo De Genaro



Este ângulo da perspectiva não é o melhor para uma eficiente apreciação do prêmio vencedor no Concurso de Ante-Projetos. Ilustra, porém, como indicação sumária, todas as intenções da concepção do ginásio e instalações correlatas, dando a impressão de leveza, que construtiva e estruturalmente foi buscada: o ginásio se insere no patamar elevado existente no fundo da sede velha, o qual se estende até as arquibancadas de atletismo como um passadiço — naquela superfície elevada, o ginásio é então, um "furo", e toda a área é coberta por uma estrutura metálica sustentada por cabos de aço e circundada por uma marquise a qual serve de circulação abrigada para os sócios. Obteve-se assim um ginásio de altura adequada à eminência da sede nova. O exame da perspectiva ligado ao das plantas, informa, suficientemente, o sentido conectivo procurado. A fachada para a rua Colômbia, é de uma limpa projeção exterior.

17



De acôrdo com êsses dados foi feita a classificação dos cinco ante-projetos selecionados, na seguinte ordem: 1.º, n. 19; 2.º, n. 11; 3.º, n. 5; 4.º, n. 2; 5.º, n. 12.

As nove sessões até então realizadas haviam comparecido todos os membros da Comissão Julgadora, e para a classificação acima as deliberações foram de caracter unânime.

Na décima sessão, a 21 de março, foi aprovada a apreciação crítica dos cinco ante-projetos classificados na sessão anterior e que aqui transcrevemos, como conclusão deste histórico:

1.º colocado — ante-projeto n. 19 — Boa implantação dos diversos elementos projetados permitindo amplas visuais e interpenetração espacial, unidade arquitetônica, permitindo amplas visuais e interpenetração espacial, unidade arquitetônica e harmonização com o edifício sede.

Esquema geral de circulação bem resolvido, destacando-se o plano ligeiramente elevado que, servindo de base ao ginásio ramifica-se pelo interior do Club, unindo todas

as suas peças, formando e criando vários ambientes e, ao mesmo tempo, garantindo visuais externas.

Ótima composição plástica do ginásio, que põe em evidência característico e elogiável o sistema estrutural, que proporcionou uma solução funcional singela e adequada ao seu fim.

Plantas claras, precisas e bem definidas, merecendo especial destaque as soluções dadas ao jardim da infância e às arquibancadas do tênis.

Algumas partes do ante projeto previstas abaixo do nível do lençol freático deverão merecer estudo mais acurado por parte do seu autor, que, ao parecer da Comissão Julgadora é de solução possível e sem nenhum prejuízo com relação à concepção geral do arte projeto.

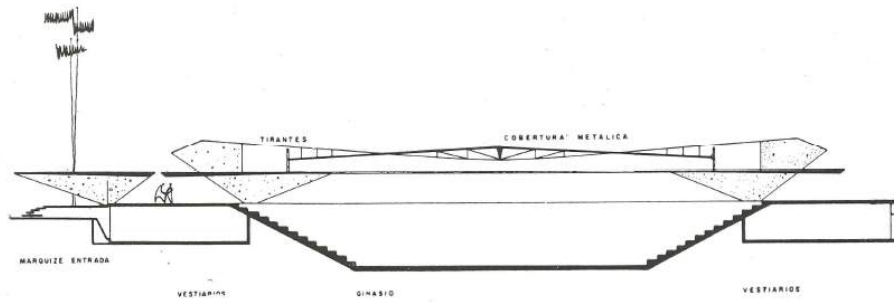
2.º colocado — ante-projeto n. 11 — Boa e singela implantação no terreno reunindo tôdas as peças exigidas no edital em apenas dois blocos, um ao longo da rua Colômbia e o outro da rua Argentina.

(Conclui na pág. 23)

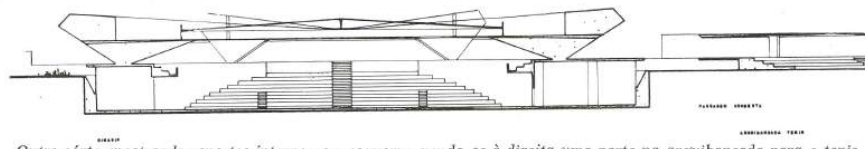
Figura 179. *Habitat*, n. 47, mar. 1958.

Concurso de anteprojetos para as instalações do Club Atlético Paulistano.

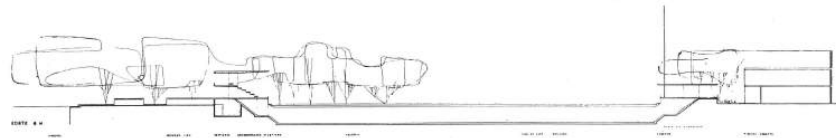
Artigo de Geraldo Ferraz.



Córt. mostrando a independência da estrutura da cobertura do ginásio, sustentada por cubos de aço que se cruzam a partir dos pilares externos.

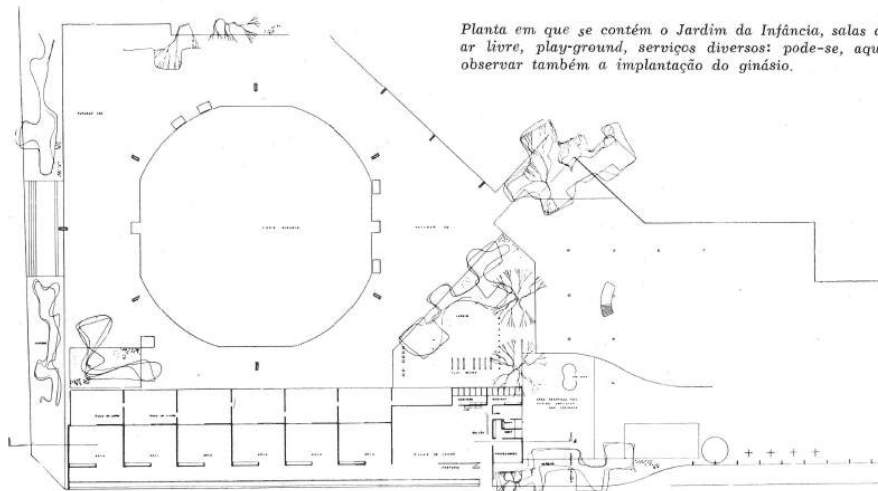


Outro córt. mostrando aspectos internos, em esquema, vendo-se à direita uma parte na arquibancada para o tenis.



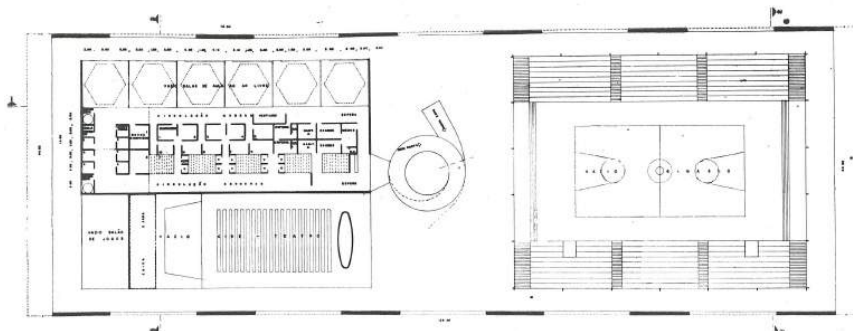
Córt. pormenorizado com indicações da piscina, do vestiário, das arquibancadas de atletismo, da galeria, etc.

19

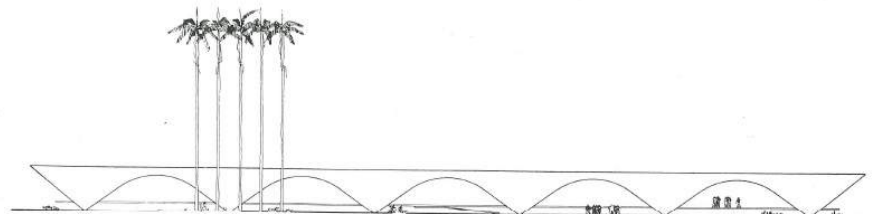


Planta em que se contém o Jardim da Infância, salas ao ar livre, play-ground, serviços diversos: pode-se, aqui, observar também a implantação do ginásio.

Figura 180. *Habitat*, n. 47, mar. 1958.
 Concurso de anteprojetos para as instalações do Club Atlético Paulistano.
 Artigo de Geraldo Ferraz.



Meticulosamente, a planta aborda os aspectos do andar mezzanino, em que a fisioterapia foi projetada, com particularizado funcionalismo.



22 A plástica teve um tratamento estrutural de bonita configuração, na tranquilidade obtida pela linha das arcadas.

Nestas exteriorizações plásticas do projeto classificado em 2.º lugar vemos com que intuição estética operaram os arquitetos, na resultante limpa e simples, em que acondicionaram a organização das instalações programadas. Tanto na fachada da rua Colombia, como na fachada da rua Argentina, a sobriedade de tratamento é a grande qualidade com que foi vasado o trabalho. Simples lineamentos de um sabor clássico, mas ao mesmo tempo, numa aplicação indiscutivelmente moderna, filiam estas indicações a um aproveitamento de múltiplos efeitos. Num e noutro plano exteriorizante, a transparência se define por um de-

senho seguro e uma continuidade conceptiva harmoniosamente tratada, ou pela vedação de uma singeleza fascinante. A fachada da rua Argentina, pela sua pureza, é um dos resultados espetaculares da competição, e frisa a audácia dos jovens arquitetos, numa formulação que explana, admiravelmente, a sua consciência da nova arquitetura, sob o aspecto plástico. Não se encontra, evidentemente, nesse trabalho, qualquer limitação no rumo da acusada simplicidade. Tudo aí concorre para uma feliz solução de desenho marcado por um pensamento orientador adstrito à extrema integração da construção no espaço, sem nenhuma preocupação exibicionista, cenográfica, dramatizadora.

A fachada para a rua Argentina.

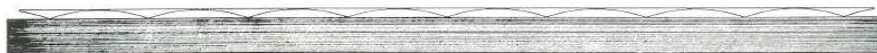
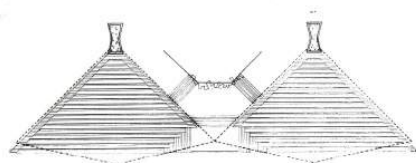
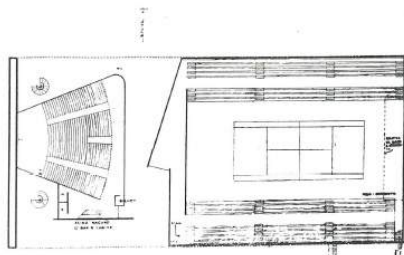


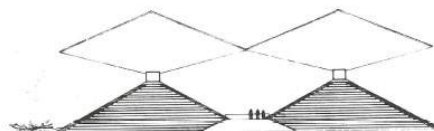
Figura 181. *Habitat*, n. 47, mar. 1958.
Concurso de anteprojetos para as instalações do Club Atlético Paulistano.
Artigo de Geraldo Ferraz



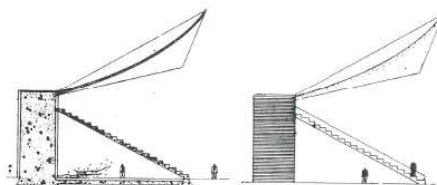
Planta das arquibancadas



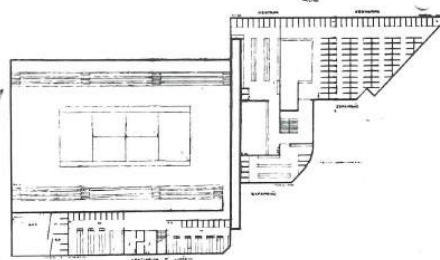
Grande bloco, planta térrea, primeiro e segundo pavimentos.



Elevação sobre a pista.

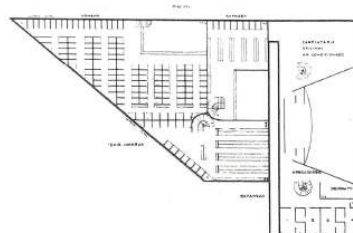


Corte do chapeu flutuante. Elevação.

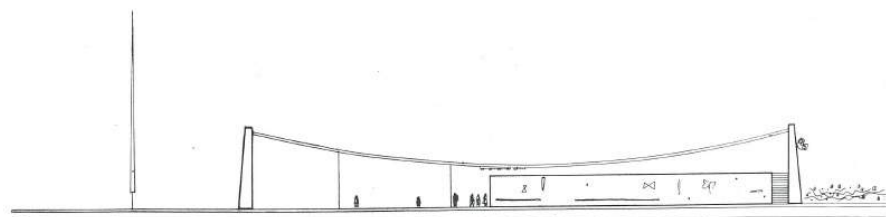


Instalações e expansão no ginásio.

Uma das mais interessantes originalidades do ante-projeto classificado em terceiro lugar consta de sua orientação para as coberturas. Aí se estabeleceu, primeiramente, o abandono de cobertura baseada no trinômio coluna-viga-lage. "Projetamos, explicou o arquiteto no memorial, estruturas no espaço, cascas, coberturas plissadas e elementos pré-fabricados de concreto e plástico. Substituímos assim o critério de material resistente pelo de forma resistente. Tal pesquisa teve ainda em vista a questão de transparência no espaço ocupado principalmente na invenção das coberturas das arquibancadas. Dois setores triangulares cobertos por grandes chapéus flutuantes em casca de concreto de dupla curvatura cuja espessura final é de 5 centímetros, tudo sustentado por dois pilotes de concreto revestidos por tijolos cerâmicos que lhes servem de forma", eis a solução encontrada e que os pormenores desta página ilustram. E o resultado como no-lo descreve o próprio arquiteto, é o seguinte: "O solo fica quase totalmente desimpedido e ajardinado, a vista não é obstruída, evitando-se o "paredão" e a capacidade é mais do que suficiente". Plasticamente, o conjunto apresenta uma entrada central quase monumental.



Instalações e expansão no auditório.



Fachada para a esquina Augusta-Estados Unidos: o aspecto dramático é realçado pela decoração prevista.

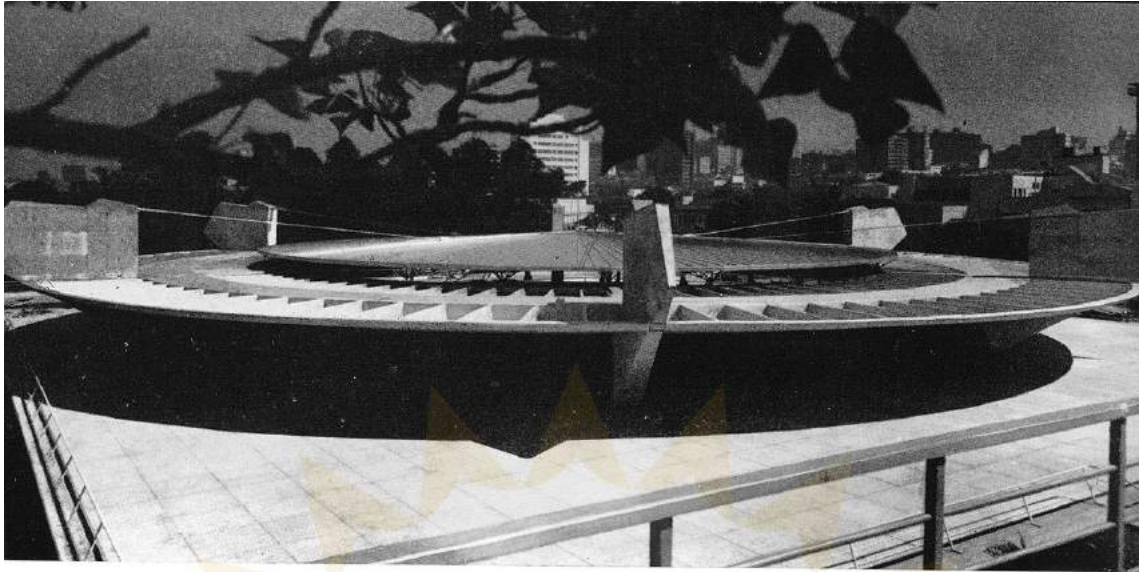
Figura 182. *Habitat*, n. 47, mar. 1958.
Concurso de anteprojetos para as instalações do Club Atlético Paulistano.
Artigo de Geraldo Ferraz.

O projeto de Paulo Mendes da Rocha e João Eduardo de Genaro foi duplamente premiado: em 1961 a obra, que estava em fase de conclusão, recebeu o “Grande Prêmio Presidente da República” da Exposição Internacional de Arquitetura da VI Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. O júri da premiação da Bienal foi composto pelos arquitetos Julien Ferris (Caracas, Venezuela), Eduardo Corona e Zenon Lotufo (indicados pelo MAM) e os arquitetos Afonso Eduardo Reidy e Maurício Roberto, indicados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil. A premiação na Bienal motivou as publicações na *Acrópole* (n.276, novembro de 1961) e na *Módulo* (n.27, março de 1962).

Na *Acrópole* foram dedicadas quatro páginas ao projeto, com imagens da obra construída, memorial descritivo e trecho da Ata do Júri da Bienal, da qual transcrevemos o seguinte trecho:

O Júri considera que este edifício se destaca grandemente pela simplicidade de solução, engenhosidade da estrutura e por sua beleza plástica. Não obstante a qualidade da seleção encontrada, a obra não se resume a uma estrutura, é uma obra de arquitetura. Apesar de ocupar uma extensa área, o edifício é de uma grande leveza. A marquise circular, elemento principal da cobertura, pousa levemente sobre a plataforma retangular, na qual estão localizadas as dependências complementares. É perfeita a fusão arquitetônica desses dois elementos. As escadas, as arquibancadas, as rampas, a plataforma, harmonizam-se com a grande cobertura central, formando um magnífico todo arquitetural, onde integram-se perfeitamente os espaços interiores e exteriores. (GINÁSIO COBERTO. Grande Prêmio Presidente da República. Ata do Júri, 1962).

Na revista *Módulo* (n.27, março de 1962) foram publicadas quatro páginas sobre o projeto (obra construída), com síntese do memorial descritivo. Não há referência ao concurso ou à premiação na Bienal.



Fotos: José Moscardi

GINÁSIO COBERTO

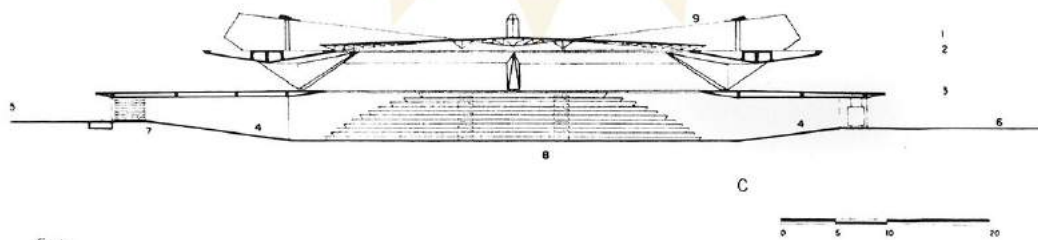
GRANDE PRÊMIO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

1.º Prêmio (Diploma e Medalha) — Edifício para fins de recreação

projeto	Paulo Mendes da Rocha e João E. de Gennaro - arquitetos
construção	Soc. Comercial e Construtora S.A.
proprietário	Clube Atlético Paulistano

Ata do Juri:

O Juri considera que este edificio se destaca grandemente pela simplicidade de solução, engenhosidade da estrutura e por sua beleza plástica. Não obstante a qualidade da seleção encontrada, a obra não se resume a uma estrutura, é uma obra de arquitetura. Apesar de ocupar uma extensa área, o edificio é de uma grande leveza. A marquise circular, elemento principal da cobertura, pousa levemente sobre a plataforma retangular, na qual estão localizadas as dependências complementares. É perfeita a fusão arquitetônica desses dois elementos. As escadas, as arquibancadas, as rampas, a plataforma, harmonizam-se com a grande cobertura central, formando um magnífico todo arquitetural, onde integram-se perfeitamente os espaços interiores e exteriores.



Corte

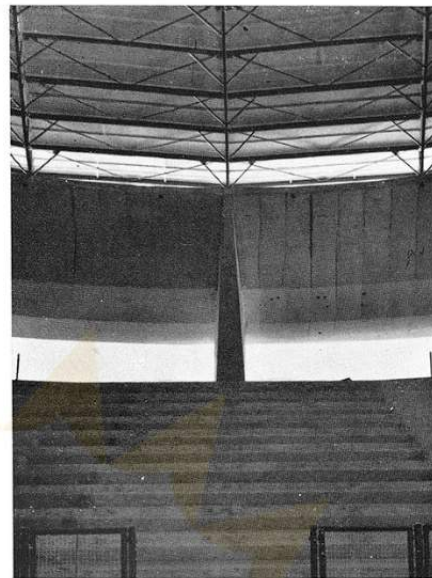
1 - Cobertura metálica; 2 - marquise circular; 3 - patamar; 4 - rampas de acesso; 5 - rua Colômbia; 6 - parque do clube; 7 - escada para o patamar; 8 - quadra; 9 - cabos de aço

410

Figura 183. *Acrópole*, n. 276, nov. 1961.
VI Bienal de Artes de São Paulo. Prêmio Presidente da República.
Ginásio do Clube Atlético Paulistano. Autores: Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro



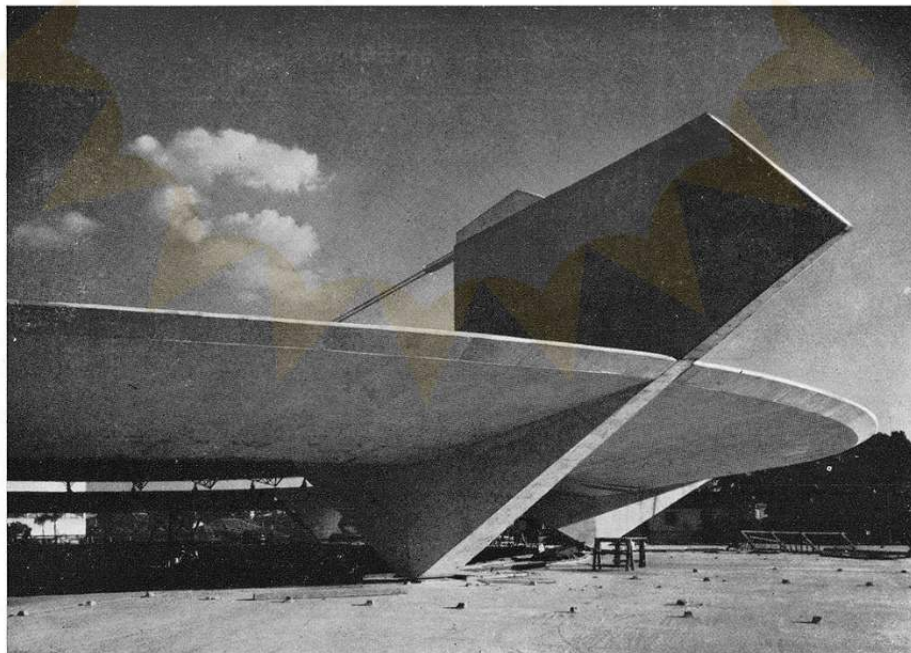
Os elementos estruturais de concreto não foram revestidos. Há articulações da estrutura de cobertura com a marquise



Detalhe das arquibancadas no eixo de um pilar. As arquibancadas são de concreto, os bancos de madeira

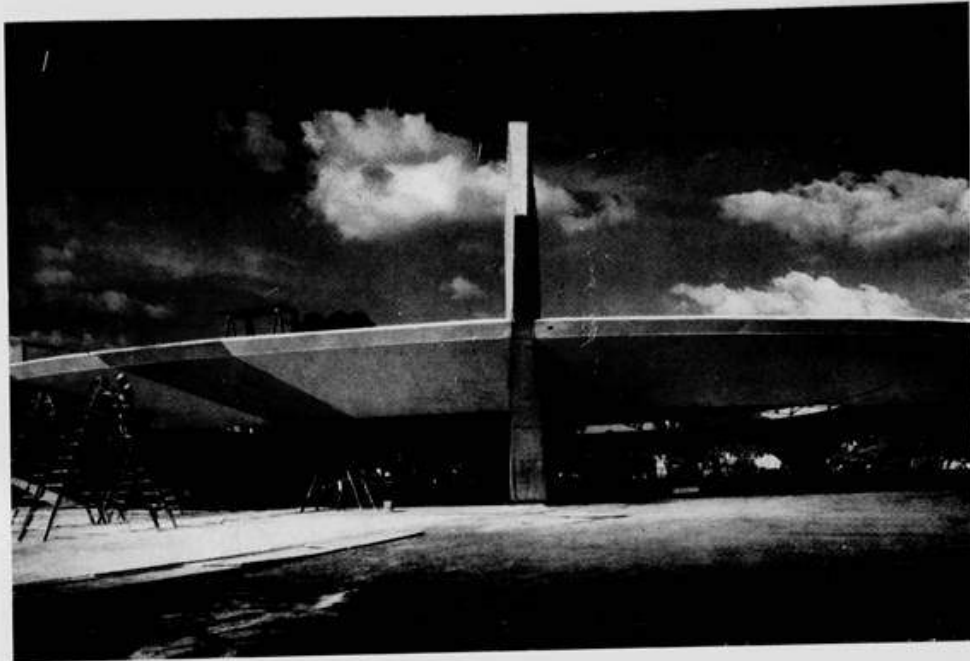
O sentido claro do princípio estrutural fica aqui evidente: os pilares que sustentam o anel circular de concreto desenvolvem-se até receber o feixe de cabos de aço da cobertura metálica. O equipamento de vinculação e de esticadores dos cabos está protegido por um envoltório de alumínio. Note-se a articulação na base do pilar

Fotos: Scarabello



413

Figura 184. *Acrópole*, n. 276, nov. 1961.
VI Bienal de Artes de São Paulo. Prêmio Presidente da República.
Ginásio do Clube Atlético Paulistano. Autores: Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro



Ginásio coberto do Paulistano Atlético Clube São Paulo

Covered gymnasium of Paulistano Athletic Club, São Paulo

Paulo A. Mendes da Rocha e João Eduardo De Gennaro, arquitetos /
architects

Reverendo os aspectos de um ginásio coberto para um clube particular com a paisagem limitada a seu próprio jardim, que se abre, eventualmente ao público e com a intenção de incentivar o esporte que aí se pratica, a proposta de um edifício, que se colocasse com extrema leveza nesse terreno, que fosse aberto e livre à toda especulação da atividade interna e que fosse em si mesmo uma oportunidade de aumentar as perspectivas para os espaços livres internos do clube, parece justa. Atende rigorosamente às suas funções de recinto obrigado, porém se liga, com generosidade a todo conjunto que o circunda: piscina, quadras de tênis, jardins e rua. Desfrutando dentro de uma medida justa, os recursos de uma solução estrutural o edifício toma o aspecto de um grande patamar elevado (4.500 m²) coberto, em parte, por um anel de concreto armado apoiado seis vezes no patamar.

A Quadra Coberta está no centro dessa esplanada em uma abertura circular com 45 m de diâmetro. Sob o Patamar, instalam-se todos os vestiários e anexos do ginásio. O vão central da quadra é coberto com uma estrutura metálica sustentada por doze cabos de aço. O nível do piso interno da quadra e dos vestiários é rebaixado de tal

modo que, a situação do patamar em relação à altura das plantas, das grandes árvores do parque interno do clube é a de participar com melhor perspectiva, desse jardim, enriquecido pela proximidade de uma grande superfície d'água, a piscina, e do gramado do campo de esportes.



39

Figura 185. *Módulo*, n. 27, mar. 1962.
VI Bienal de Artes de São Paulo. Prêmio Presidente da República.
Ginásio do Clube Atlético Paulistano. Autores: Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro

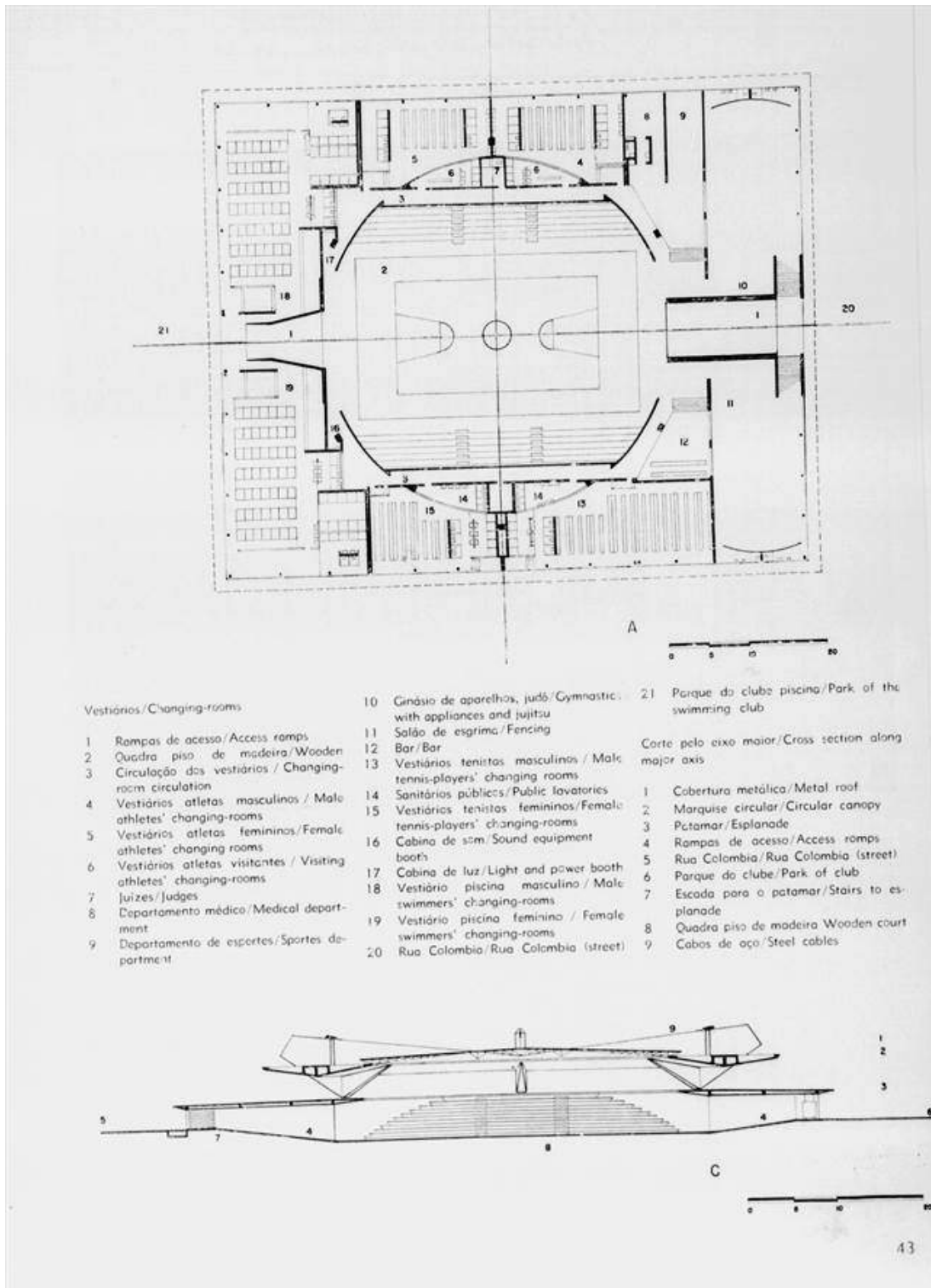


Figura 186. *Módulo*, n. 27, mar. 1962.
 VI Bienal de Artes de São Paulo. Prêmio Presidente da República.
 Ginásio do Clube Atlético Paulistano. Autores: Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro

Clube XV

Acrópole, n. 294, maio de 1963.

Acrópole, n. 366, out. 1969

O concurso para o Clube XV, em Santos, foi um dos poucos que teve todos os premiados publicados. O número 294 da revista *Acrópole*, de maio de 1963, dedicou boa parte da edição ao concurso, com a publicação dos projetos classificados do primeiro ao quinto lugar, além de imagens dos que obtiveram menções honrosas. Não foi publicada a Ata do Júri. A comissão julgadora foi composta pelos arquitetos Icaro de Castro Mello, Eduardo Corona e Roberto Aflalo. O projeto vencedor, de acordo com os autores, os arquitetos Pedro Paulo de Mello Saraiva (30) e Francisco Petracco (28), procurou definir “os espaços com generosidade, apresentando ao mesmo tempo proporções que lhe conferissem caráter e dignidade”. Para isso, optaram por um volume baixo, ocupando todo o terreno, com leve rebaixamento do pavimento térreo. Sobre a solução “plástico-estrutural”, os autores ainda destacam que “valendo-se da grande versatilidade do concreto, a solução encontrada contém em si o binômio forma-estrutura”. A proposta é marcada por um conjunto de pórticos articulados de vão central de 33 metros e balanços de 2 em 2 metros. De acordo com Zein (2005, p.150): “No Clube XV a simplicidade é mais enfática e efetiva, até mesmo caligráfica: a ideia da obra está toda no corte longitudinal (a estrutura optando pelo vão maior e não menor) e na opção radical da sua possibilidade de repetição”. Pedro Paulo de Mello Saraiva havia obtido o segundo lugar (aos 25 anos) no concurso para o Clube Paulistano, realizado em 1958 (em co-autoria com Julio Neves) e ainda venceria o concurso para o Salão de Festas do Esporte Clube Sírio, em 1966. Em 1965, participou da comissão julgadora do concurso para o Clube de Campo e Sede de Congressos em Caieiras, São Paulo. Francisco Petracco havia participado da equipe classificada em segundo lugar no concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo, dois anos antes. Foram dedicadas três páginas da revista ao projeto, com trechos do memorial, plantas, cortes e perspectivas

O segundo lugar coube ao projeto de autoria dos arquitetos Fabio M. Penteadado e Ubyrajara Giglioli (publicado em três páginas, com trechos do memorial descritivo, perspectivas, diagramas, plantas e cortes). Diferente do primeiro lugar, os autores optaram pela verticalização de parte do programa (bloco de serviços com 5 andares), com salões de festa no térreo, salão nobre no último pavimento e, abaixo deste último, um pavimento aberto, com jardins. A mesma dupla havia obtido também o segundo lugar no concurso para a Sede de Campo do Jockey Clube de São Paulo, concurso realizado um ano antes. Fábio Penteadado havia obtido o primeiro lugar (em conjunto com Luis Forte Neto e José Maria Gandolfi) no primeiro concurso para o clube da Sociedade Harmonia de Tênis, realizado em 1960. O concurso foi cancelado e nova competição foi realizada em 1967, sendo vencida mais uma vez por Penteadado, desta vez em parceria com Alfredo Paesani. A obra do clube foi concluída em 1970. Fábio Penteadado ainda participou da comissão julgadora do concurso para o Tênis Clube Presidente Prudente, realizado em 1966 (que teve como vencedores os arquitetos Ariel Rubinstein, Luigi Villavecchia e Tito Livio Frascino).

O projeto da equipe formada pelos arquitetos Luiz Gobeth Filho, Roberto Gandolfi e Rodney Guaraldo obteve o terceiro lugar no concurso (foram publicadas duas páginas, com perspectivas, diagramas, plantas e cortes). O projeto propõe um volume que combina, na mesma forma, um bloco horizontal suspenso (onde está a piscina) e outro vertical (com espaços de convívio), o que permitiu a liberação do térreo e a “visão panorâmica da paisagem”.

Em quarto lugar, o projeto de Mauricio T. Schneider (que havia vencido em conjunto com Carlos Millan e Jorge Wilhelm o concurso do Jockey Clube de São Paulo, três anos antes). O projeto é publicado em uma página, com perspectivas, corte e trecho do memorial descritivo. Trata-se de também de um projeto verticalizado, com um bloco prismático de quatro pavimentos apoiado sobre uma plataforma de três pavimentos, configurando um térreo suspenso, assim justificado: “A necessidade de situar-se a piscina numa cota que possibilite boas visuais, ao mesmo tempo que o afaste do burburinho da rua – bastante movimentada na vizinhança do térreo – orientaram o partido adotado”.

O projeto de Telesforo Cristofani, classificado em quinto lugar (publicado também em uma página, com perspectivas, corte e trecho do memorial descritivo) apresenta a volumetria menos usual entre os projetos publicados: trata-se de um volume de perfil irregular, apoiado no térreo em quatro pontos (os apoios são recortes nas empenas), resultado de pavimentos de dimensões diversas: maiores na base e reduzidos no topo do edifício. O memorial é pouco elucidativo: “Solução – (...) encontramos-nos na contingência de uma opção necessariamente objetiva. Opção – Necessariamente objetiva entre negar e afirmar.” Tal peculiaridade volumétrica e originalidade também caracterizou o projeto que Telesforo Cristofani apresentou em conjunto com Francisco Petracco, Jon Maitrejean e Dante Morse no projeto selecionado do primeiro concurso (cancelado) para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, um ano antes.

Foram atribuídas menções a dois projetos: o projeto da equipe formada por Helio Penteadó, João W. Toscano, José C. de Mello Filho e Julio Katinsky e o projeto dos arquitetos Pawel M. Liberman e Richard Kohn. Estes foram os vencedores do segundo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizado também em 1963. Toscano e Katinski, em conjunto com Abrão Sanovicz, haviam vencido o concurso para o Iate Clube de Londrina em 1959.

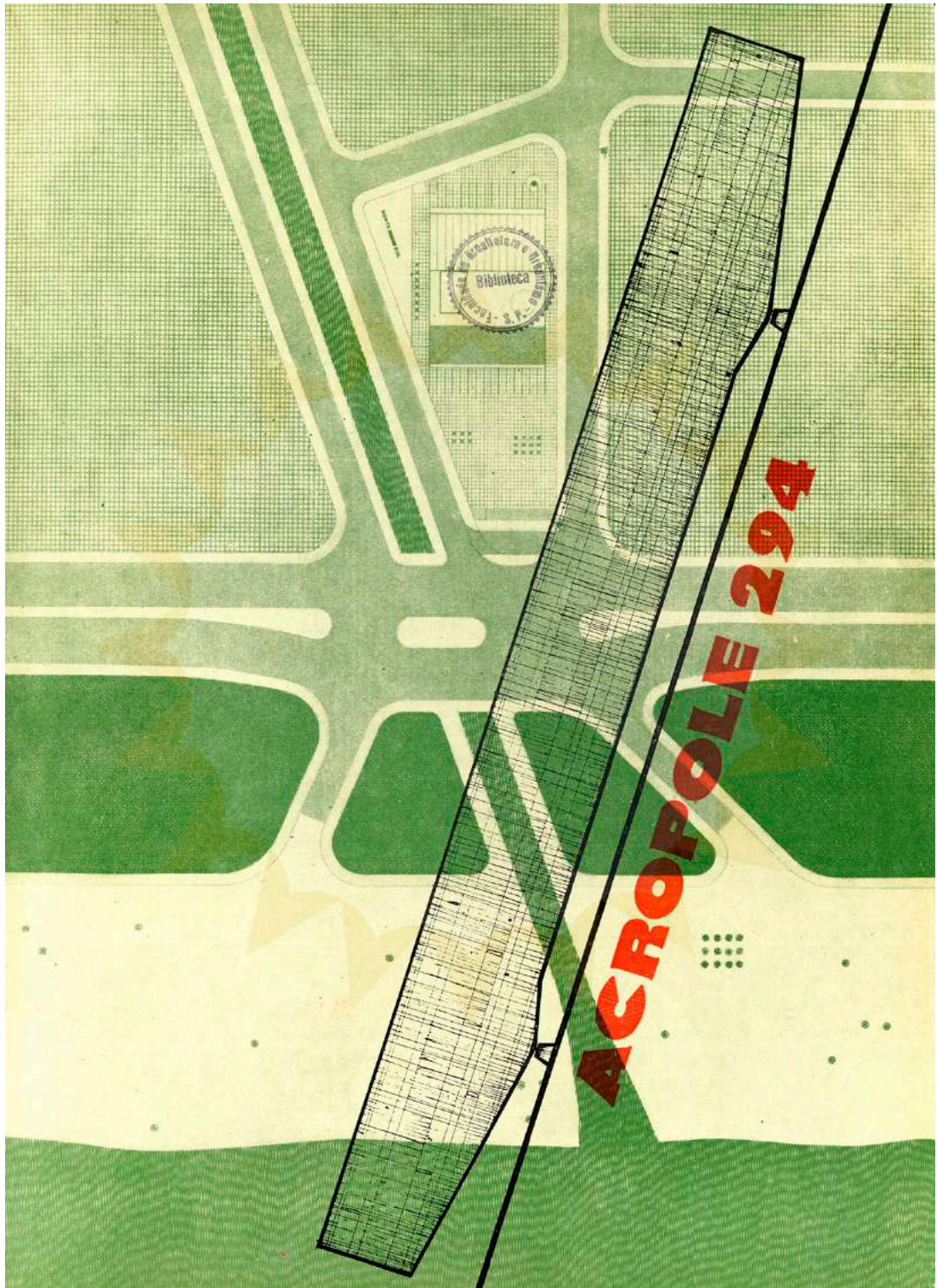
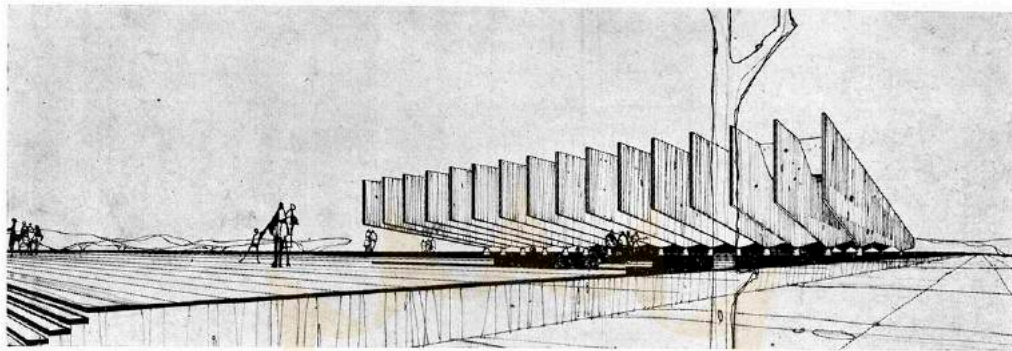


Figura 187. Capa da *Acropole*, n. 294, maio de 1963.
Projeto vencedor do concurso para o Clube XV, em Santos – SP.



Pedro Paulo de Mello Saraiva e
Francisco Petracco, arquitetos
Colaborador: Helladio Mancebo, arquiteto



Planta de situação

Fachada lateral

Publicamos nesta edição os projetos premiados no Concurso de anteprojetos para a nova sede do Club XV, em Santos. Foram entregues 43 trabalhos. O júri foi composto pelos arquitetos Icaro de Castro Mello, Eduardo Corona e Roberto Ajlalo.

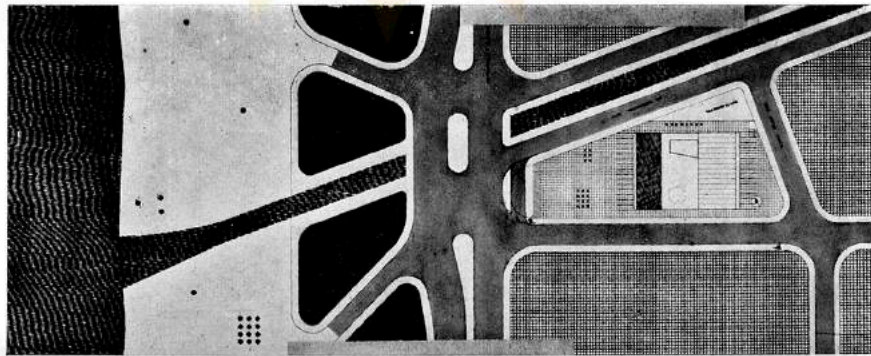
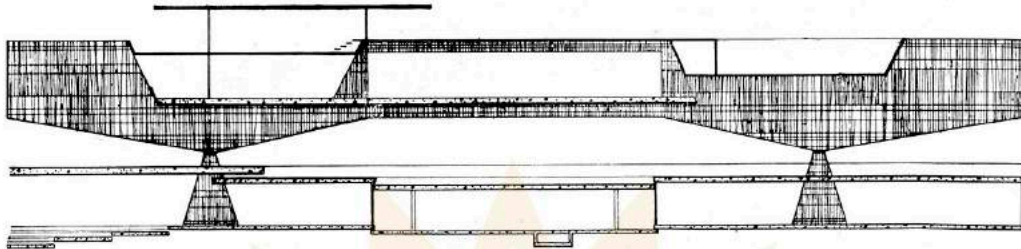


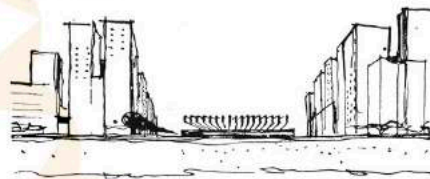
Figura 188. *Acrópole*, n. 294, maio de 1963.
Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Projeto vencedor.
Autores: Pedro Paulo de Mello Saraiva e Francisco Petracco.



Detalhe do corte longitudinal

O PROBLEMA

- 1 **A cidade:** Santos, em função de sua litorânea, tem a peculiaridade de dispensar ao seu principal clube a necessidade de grandes áreas livres para recreação e esporte, que são normalmente praticados nas praias.
- 2 **A coletividade associada do clube:** O maior interesse dos associados do Clube é poder complementar com conforto as horas de lazer, independentemente das atividades esportivas.
- 3 **As atividades do XV:** Nesse sentido o clube na sua programação social cultural e recreativa tem uma variedade capaz de atender aos diversos interesses.
- 4 **O local:** O terreno apresentado parece possuir localização das mais indicadas. Apesar de sua pequena área é ainda satisfatoriamente suficiente às exigências do programa.



A PROCURA DA SOLUÇÃO

Buscou-se uma solução que, na forma maior, una e clara, defina os espaços com generosidade, apresentando ao mesmo tempo proporções que lhe conferissem caráter e dignidade.

O PROJETO

- 1 **O partido:** Em virtude da grande demanda de área do salão de festas e da vantagem óbvia de sua localização no rez-do-chão, optou-se por um partido baixo,

com ocupação total do terreno por esse pavimento, criando ampla esplanada superior e aí implantando num bloco de volume e dimensões com ela compatíveis. O pequeno rebaixamento do nível do térreo admite, sem infringir as posturas municipais, o aproveitamento total do terreno (eliminação dos recuos).

- 2 **A solução plástico-estrutural:** Valendo-se da grande versatilidade do concreto, a solução encontrada contém em si o binômio forma-estrutura.

Assim, a resposta ao grande vão que cria os espaços interiores é dada com pórticos articulados simétricos e que têm na sua seriação a riqueza formal pretendida.

- 3 **Ambientação:** Os espaços obtidos são claros e definidos e neles se ambientam as várias atividades programadas que, sem prejuízo de sua privacidade, participam prazerosamente da vista exterior.

- 4 **Acesso:** A entrada principal, com opção inferior e superior, tem a valorização e a nobreza de sua função. Localiza-se na frente da Av. Vicente de Carvalho. Aí também se permitiu o acostamento de desembarque como ligação da rua Pindorama com Washington Luiz. A entrada de serviço é prevista na av. Washington Luiz. Há ainda uma entrada direta para o pequeno salão de festas, permitindo seu uso independente.

DADOS TÉCNICOS

- 1 **A estrutura:** A estrutura de concreto armado aparente é resolvida com pórticos articulados de vão central de 33 m e balanços de 2 em 2 metros. Essa solução permite distribuir menor concentração de cargas nas fundações.

- 2 **Ar condicionado:** É prevista torre superior de arrefecimento, casa de máquinas, passagens duto para a instalação de sistema de ar condicionado central.

- 3 **Iluminação complementar:** As dependências do embasamento sob a esplanada têm solução de iluminação zenital, através de elementos de forma piramidal, que ainda ampliam e enriquecem aqueles espaços.

Vista da piscina sobre o mar

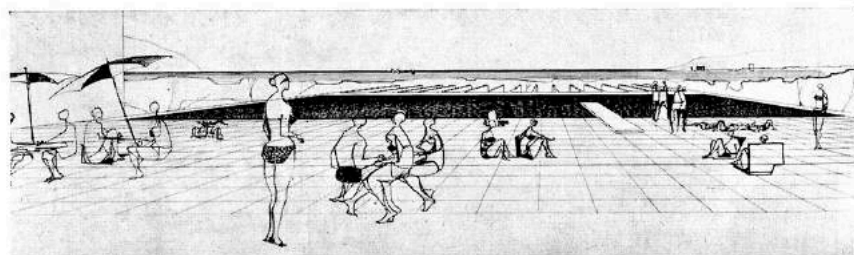
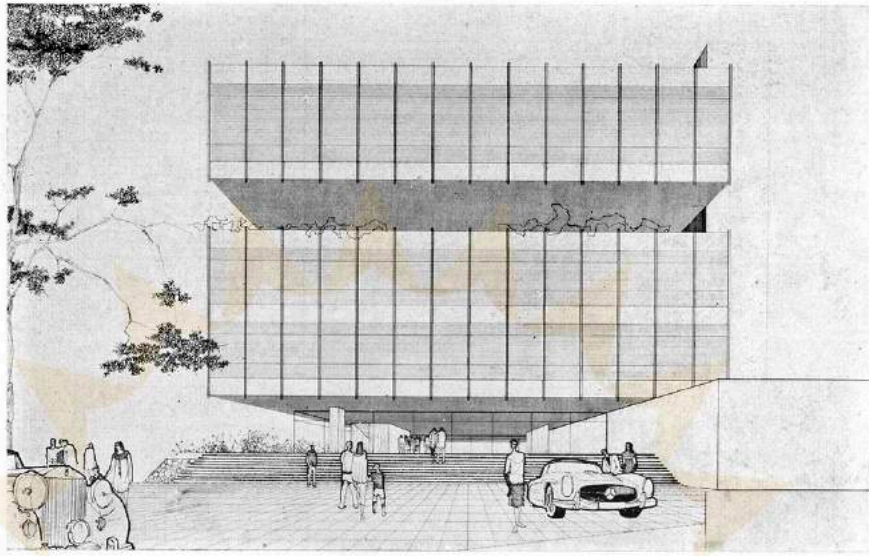


Figura 189. *Acrópole*, n. 294, maio de 1963.
Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Projeto vencedor.
Autores: Pedro Paulo de Mello Saraiva e Francisco Petracco.



Fabio M. Penteadó e Ubyrajara Giglioli, arquitetos

Introdução

A idéia foi dotar o edifício de "um espírito típico de Clube". Não só para as grandes festas, mas principalmente, para a vida de todo o dia. O Clube, assim proposto, passa a ser realmente, um ponto de encontro diário, útil e agradável.

Implantação

O bloco vertical dos serviços, colado na divisa do terreno vizinho, será sempre um elemento de separação de algum edifício que ali seja construído.

O acesso ao Hall Geral, é feito pela Rua Artur Assis, de tráfego mais calmo.

O visitante entra no Clube, caminhando em direção dos jardins da piscina.

As piscinas

Procurou-se no conjunto das piscinas, uma valorização paisagística que se integresse em todo o Clube.

Em volta das piscinas a faixa de recuo obrigatório foi ajardinada, na cota 1,80 m acima da calçada. O piso é sempre um tablado de madeira que atravessa o hall e forma a escada de acesso.

O conjunto esportivo tem acesso fácil da rua — estrada esportiva — o que possibilita uma ligação natural Praia-Piscinas. Os associados do Clube terão uma facilidade natural para dividirem seus dias de recreação, ora no mar, ora nas piscinas ou em suas áreas de sombra, bar, etc..

Salas de festa

Os dois salões, pela sua disposição, um embaixo do hall de entrada e o outro no último piso, deixam sempre livres e sossegados, as áreas de foto utilizadas, na vida diária do Clube. O funcionamento do pequeno salão não perturbará nunca, qualquer outro ambiente — tem inclusive acesso externo independente, por uma escada no hall de entrada.

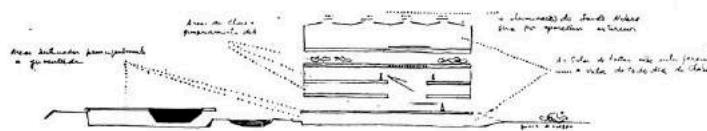
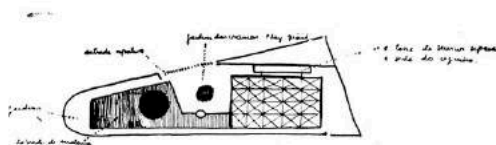


Figura 190. *Acrópole*, n. 294, maio de 1963.
Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Segundo lugar.
Autores: Fabio M. Penteadó e Ubyrajara Giglioli.



Quando ali se realizarem as festas semanais da juventude, eles terão todo o jardim das piscinas, como prolongamento natural do seu salão.

O salão nobre, com exceção dos dias das grandes festas, é "uma área morta" dentro do edifício.

Nos dias normais ele não tem qualquer ligação com outras atividades do clube.

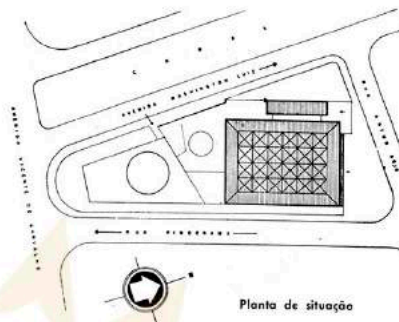
Foi por isto, levado para o último piso, tendo abaixo, um terraço ajardinado que nos dias de festa funciona como foyer do salão.

A cobertura do salão ficou livre e permitiu uma "casca de concreto" que forma desenhos de troncos de pirâmide, encimados por placas de acrílico.

Através destas placas se fará a iluminação do Salão, com focos de luz, que serão colocados acima da cobertura.

Durante as festas, a iluminação oferecerá variações de cores e intensidades no ambiente, caracterizando de forma marcante os bailes do clube.

Nos grandes bailes, as orquestras são sempre um motivo extra de atração, o que justificou sua colocação, numa plataforma giratória.



Áreas formais

As áreas de movimento permanente na vida cotidiana do clube (jogos, estar, restaurante etc.), ocupam dois pavimentos facilmente comunicáveis entre si.

Estas áreas tem sempre condição calma e vista aberta sobre os jardins da piscina e para o mar.

O terraço que para as grandes festas, é o foyer do salão nobre, é na vida diária do clube, uma grande área de estar informal.

Para a boite, admitiu-se que não haveria necessidade de um local totalmente isolado.

Ela foi colocada no terraço superior, dentro da parte envidraçada, onde pode quando necessário espalhar-se pelo terraço.

Corte longitudinal

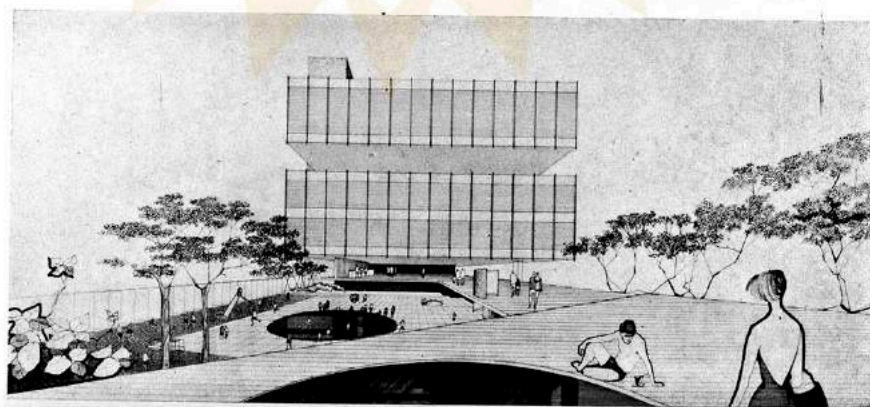
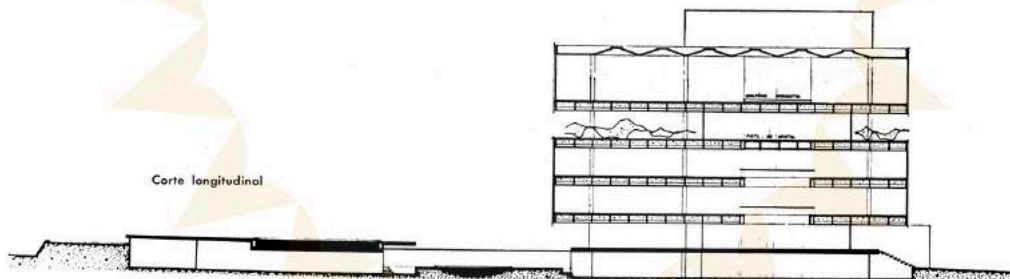
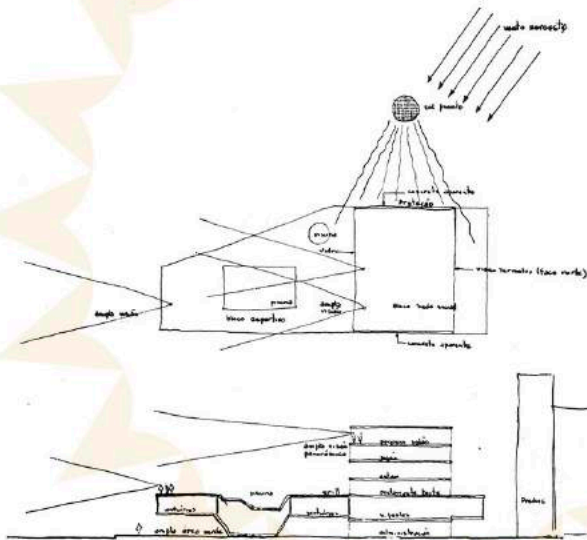
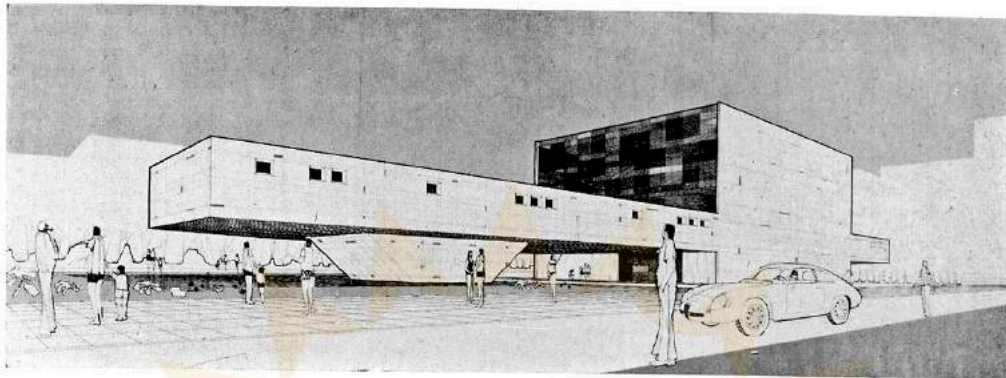


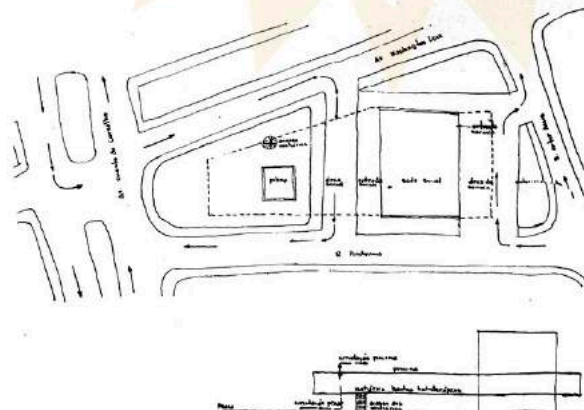
Figura 191. *Acrópole*, n. 294, maio de 1963.
Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Segundo lugar.
Autores: Fabio M. Penteadó e Ubyrajara Giglioli.



Luiz Gobeth Filho,
Roberto Luiz Gandolfi e
Rodney Guaraldo, arquitetos
Consultor estrutural:
Gabriel O. Feitosa, engenheiro

Bloco Esportivo
A colocação da piscina em nível elevado possibilitou a liberação de grande área do térreo

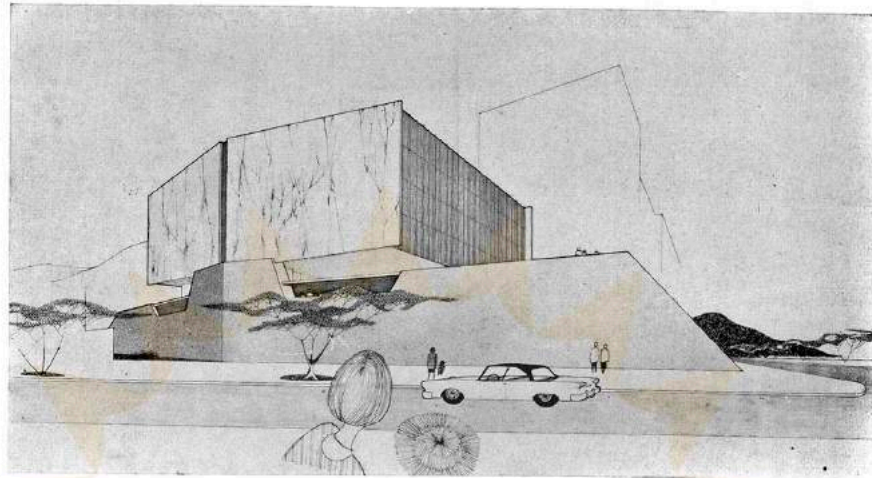
Bloco Social
Situa-se no local de maior área, obtendo-se assim, grande espaço útil por andar permitindo ainda, visão panorâmica de paisagem. Orientou-se a sede no sentido de se evitar o vento noroeste e o sol poente



Acesso

Circulação
Serviço: com acesso pela rua Pindorama, na parte posterior do bloco social.
Social: entrada pela rua Washington Luiz, com amplo hall de acesso. Vestiários, ginástica e banhos hidroterápicos, com fácil acesso, independente do bloco da sede. Os vestiários atendem, também, aos sócios que demandam à praia

Figura 192. *Acrópole*, n. 294, maio de 1963.
Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Terceiro lugar.
Autores: Luiz Gobeth Filho, Roberto Gandolfi e Rodney Guaraldo.



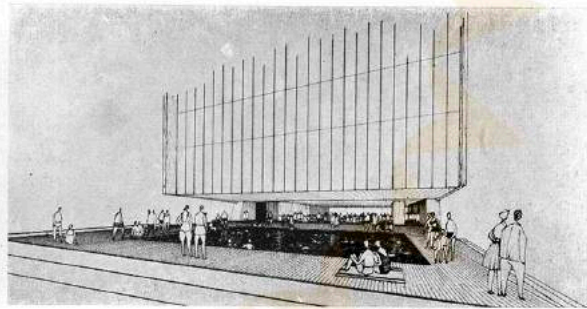
A vizinhança de grande quantidade de edifícios residenciais no perímetro do lote, torna-o devassado.

A necessidade de situar-se a piscina numa cota que possibilite boas visuais, ao mesmo tempo que a afaste do burburinho da rua — bastante movimentada na vizinhança do terreno — orientaram o partido adotado.

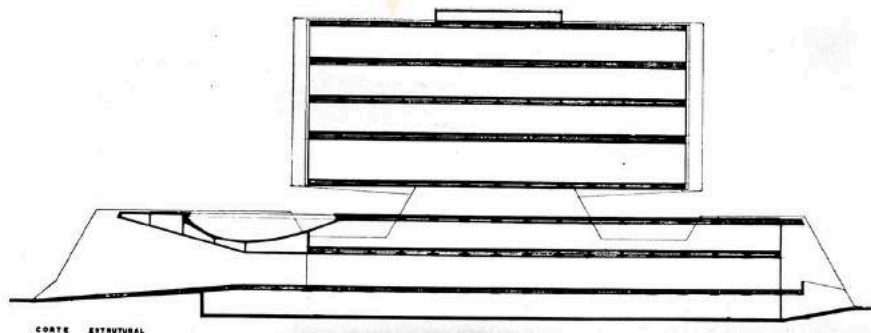
Criou-se uma esplanada em cota elevada, onde se situa a piscina, bar, grill de verão e boite.

A partir da cota da esplanada, eleva-se um bloco de 4 pavimentos, onde se situam as dependências sociais do Clube. Este bloco impede a visão livre dos edifícios vizinhos sobre a esplanada da piscina.

Maurício Tuck Schneider, arquiteto
Consultor estrutural: Roberto R. Zuccolo, engenheiro

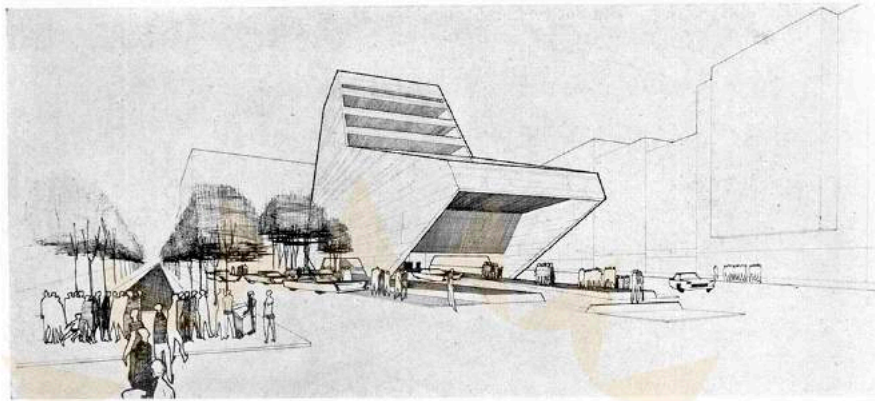


Perspectiva da cota da esplanada

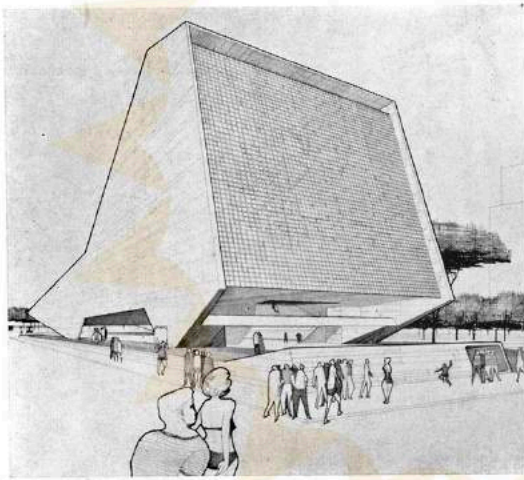


CORTE ESTRUTURAL

Figura 193. *Acrópole*, n. 294, maio de 1963.
Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Quarto lugar.
Autor: Maurício T. Schneider.



Perspectiva vista do mar



Telesforo Giorgio Cristofani, arquiteto
 Consultor estrutural: Ugo Tedeschi, engenheiro
 Colaboradores: Sergio Bergamin, Mario Yoshinaga

Dado — Terreno delimitado pelas vias de circulação av. Vicente de Carvalho, av. Washington Luiz, rua Artur Assis, rua Pindorama, com pequena perda de ângulo.

Análise do terreno — Terreno de forma irregular tendo sua maior dimensão em direção ao mar, sendo esta já uma indicação de partido a assumir, uma vez que o mar é uma determinante de interesse. O terreno encontra-se nas outras 3 faces envolvido por uma paisagem monótona constituída pela monstruosa repetição de edifícios consequentes da desenfreada especulação imobiliária, que violentou a natureza da terra frente ao mar, e o canal.

Solução — Para solucionar o problema de propor o projeto do Clube XV, encontramos-nos na contingência de uma opção necessariamente objetiva.

Opção — Necessariamente objetiva entre negar e afirmar.

(conclui na página 197)

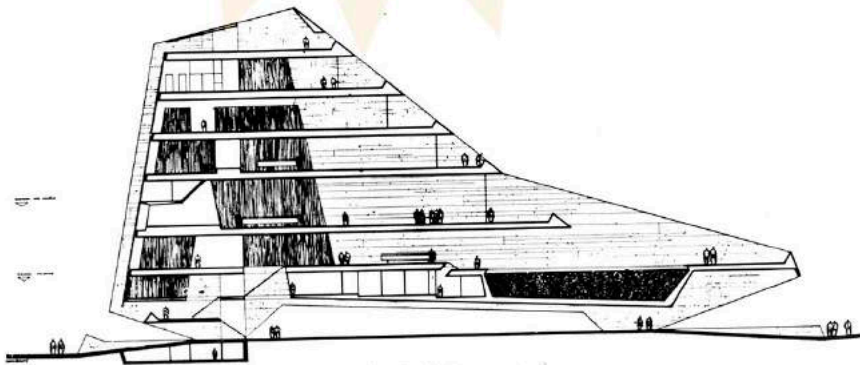
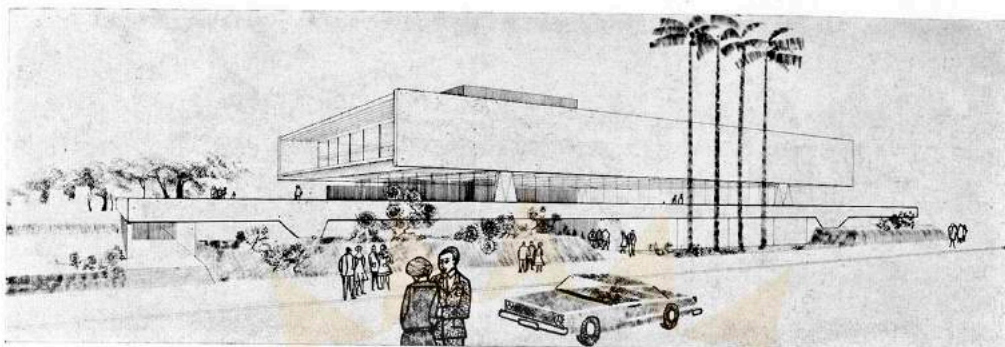


Figura 194. *Acrópole*, n. 294, maio de 1963.
 Concurso para o Clube XV, em Santos – SP. Quinto lugar.
 Autor: Telesforo Cristofani.



Helio de Maria Penteado, João Walter Toscano, José Caetano de Mello Filho e Julio Roberto Katinsky, arqs.

Na elaboração do anteprojeto para a nova sede do Clube XV de Santos, os arquitetos levaram em consideração o seguinte: O terreno está circundado em todas as suas faces por blocos de grandes edifícios, exceto na sua face menor, que, voltada para o mar, permite a vista, ampla perspectiva.

O edifício será erguido em área altamente valorizada onde se pode prever grande densidade de construção. Portanto, para que a construção do Clube não venha sofrer competição com os prédios vizinhos, é necessário, para caracterizá-lo, que se desenvolva no sentido horizontal. O anteprojeto constitui-se, pois, basicamente, de uma plataforma elevada, ocupando toda a área permitida do terreno, e de um bloco livre apoiando em quatro pilares sobre a plataforma, tendo suas faces de maior comprimento fechadas e a face menor com toda a vista voltada para o mar.

A entrada principal foi localizada na rua Pindorama. O edifício nessa rua estende-se por toda a frente da quadra, possibilitando um acesso mais identificado com o clube, além de garantir um tráfego menos intenso, em comparação com a tráfego das avenidas Vicente de Carvalho e Washington Luiz. Foram previstos mais dois acessos: 1 — ligando a plataforma com a praia, também pela rua

Pindorama, pelo qual o associado atinge os vestiários e o salão de ginástica; 2 — o acesso de serviço foi localizada na rua Arthur Assis.

Assim, o associado entrando pelo hall principal, terá à sua direita o salão nobre de festas, em frente a circulação vertical (escada para a plataforma e elevadores) podendo atingir com facilidade o setor administrativo. À esquerda, barbearia, salão de beleza e entrada para a fisioterapia.

Subindo para a plataforma, encontram-se, em direção à av. Vicente de Carvalho, bares e piscina, ambiente de estar e grill de verão, gozando de toda vista da orla da praia e entrada da barra. Do outro lado, situam-se o restaurante, a boite, áreas livres de terraços e jardins. Na parte posterior da plataforma, junto ao restaurante, abre-se um grande vazado circular no laje, unindo visualmente a plataforma ao salão nobre de festas.

No 1.º piso do bloco, situam-se o pequeno salão de festas com pé direito duplo, biblioteca, sala de leitura, ambiente de estar, que se abrem para um terraço sobre a piscina. No piso imediatamente superior, localizam-se as áreas para jogos de cartas, bilhar e tênis de mesa.



Pawel Martin Liberman e Richard Kohn, arquitetos

O partido adotado é o de um edifício de quatro andares, sobre pilotis, sendo cada andar destinado a uma função específica.
Térreo, pilotis — jardins, estacionamento, entrada principal, entrada independente, entrada de serviço e administração.
1.º andar — dois salões de festas, tendo em vista sua possível utilização conjunta, orientando-se o salão nobre de festas para o mar.

2.º andar, social — todos os ambientes sociais e culturais (estar, restaurante, carteador, bar, boite).
3.º andar, dependências esportivas — vestiários, banhos, salões de ginástica, atividades recreativas, cozinha e anexos.
4.º andar, piscinas — piscinas para adultos e crianças; entre as piscinas situa-se o grill de verão.

Figura 195. *Acrópole*, n. 294, maio de 1963.

Concurso para o Clube XV, em Santos — SP. Duas menções.

Acima: Helio Penteado, João W. Toscano, José C. de Mello Filho e Julio Katinsky

Abaixo: Pawel M. Liberman e Richard Kohn

O concurso para o Clube XV é um exemplo da diversidade de abordagens projetuais presente no contexto do início dos anos 1960 em São Paulo. Mesmo entre os projetos que parecem guardar como elo comum alguns aspectos das premissas modernas, percebe-se maior liberdade na composição de volumes e espaços. O pilotis já não é um elemento determinantes, nem o prisma elevado sobre uma plataforma. As variações são relevantes e podem ser lidas como uma síntese do debate arquitetônico do período, marcado pela revisão crítica do moderno e abertura de reflexões e relativizações do pós-moderno.

O projeto vencedor, de Pedro Paulo de Mello Saraiva e Francisco Petracco foi construído, tornando-se um dos marcos da arquitetura de Santos. Em 1969 a obra obteve menção na categoria “Edifícios para fins de recreação”, na X Bienal de Arquitetura de São Paulo. O edifício, no entanto, foi demolido em 1999 para dar lugar a um empreendimento comercial de múltiplos pavimentos, apesar de tentativas fracassadas de preservação e tombamento (FOLHA, 1999).



Figura 196. Clube XV, Santos – SP. Obra construída.
Autores: Pedro Paulo de Mello Saraiva e Francisco Petracco
Fontes: Acima - Acrópole, n.366, out. 1969. Abaixo – Acervo Francisco Petracco.

Clube da Orla do Guarujá

Acrópole, n. 300, out. 1963.

Habitat, n. 74, dez. 1963.

Acrópole, n. 307, jun. 1964.

Habitat, n. 80, dez. 1964.

Acrópole, n. 342, ago. 1967.

Em 1963 foi realizado um concurso por convite para o Clube da Orla do Guarujá, litoral de São Paulo. A comissão julgadora era composta pelos arquitetos João Batista Vilanova Artigas (que já havia projetado o prédio da FAU-USP, que estava em construção), Oswaldo Bratke (que já havia concluído sua participação nos projetos para o conjunto da Serra do Navio, no Amapá) e Joaquim Guedes. Foram submetidos nove projetos e o primeiro prêmio foi atribuído à equipe formada por Israel Sancovski (28) e Jerônimo Bonilha Esteves (30). A mesma equipe venceria dois anos depois, em 1965, o concurso para o Clube de Campo e Sede de Congressos em Caieiras, São Paulo, desta vez em conjunto com os arquitetos Pedro Galvão Cury, Nelson Daruj e Silvano Wendel Filho.

O número 300 da *Acrópole* (Outubro de 1963) dedicou a capa ao projeto vencedor e publicou, além do primeiro lugar (05 páginas, com memorial descritivo, perspectivas, plantas, cortes e diagramas), uma imagem de cada um dos outros projetos participantes do concurso (sem premiação) e trechos da Ata do Júri. De acordo com a Ata, o julgamento considerou como critérios o respeito ao programa, a solução estrutural, o aproveitamento do terreno, a proximidade do mar e a privacidade. A Ata, certamente diante do reconhecimento por parte do Júri sobre algumas limitações do projeto vencedor, ainda contém uma observação que pode ser considerada uma síntese do espírito de um concurso de Arquitetura, apesar de eventualmente ignorada, até os dias atuais:

O contato entre os proprietários e o arquiteto vencedor, corrigirá detalhes de interpretação do programa para melhor adaptação da obra às condições da realidade local, resolvendo pequenos problemas que um concurso não permite resolver ou que o edital, por sucinto, não tenha esclarecido devidamente. (CONCURSO PRIVADO DE ANTEPROJETOS PARA O CLUBE DA ORLA, 1963, p.347).

O projeto vencedor, conforme descrito pelos autores, propõe a “implantação de uma plataforma, que recria o terreno, ao nível da cobertura do térreo”. E completam:

Buscou-se definir a arquitetura através de uma estrutura usual, porém bem marcada (...) em concreto armado simples, estrutura que, por seu ritmo e leveza, empresta ao edifício o caráter que a finalidade requer. (CONCURSO PRIVADO..., 1963, p.348)

No aspecto estrutural e plástico, o projeto adota estratégia semelhante ao Clube XV, ao propor um conjunto de pórticos formados por vigas espaçadas de forma modulada, elementos que se destacam na composição. Neste caso, a estrutura é composta por uma série

de 7 vigas espaçadas entre si de 8,50 m, com vão central de 18 metros e balanços de 5 a 9 metros.

É interessante observar a diversidade de linguagens e representações entre os demais projetos, dos autores convidados a participar do concurso, representados cada um por uma imagem na publicação da *Acrópole*, sem textos.

O projeto dos arquitetos Arnaldo Paoliello, Fernando Moreira e Ney Marcondes, apresentado em uma perspectiva frontal humanizada, é uma solução de três pavimentos, marcada por um “exoesqueleto” de vãos e balanços regulares.

Gregori Warchavchik, que depois do protagonismo de meados dos anos 1920 até o início dos anos 1930 passou a ter atuação relativamente discreta no campo profissional, propõe em conjunto com Wolfgang Schoedon (vencedor do projeto para o Palácio Legislativo do Rio Grande do Sul, em 1958, em conjunto com Gregório Zolko) um projeto marcado por um conjunto de volumes envidraçados e que aparentam estar levemente suspensos do solo, em que os elementos estruturais praticamente inexistem na perspectiva humanizada que sintetiza a proposta. Percebe-se, nesse projeto, certa referência à obra de Mies van der Rohe.

A proposta da equipe formada por Jorge Wilhelm, Miguel Juliano e Paulo Zimbres, representada também em perspectiva humanizada, é um conjunto de pórticos modulados, implantados sobre embasamento levemente elevado do térreo e empenas com poucas aberturas nas extremidades.

O projeto de Octacilio Rodrigues Lima pode ser sintetizado como uma sobreposição de planos horizontais com extremidades curvas, elementos que se assemelham à linguagem de Corbusier para Chandigarh.

O projeto de Paulo Mendes da Rocha, em conjunto com João de Gennaro e Waldemar Herrmann, é o único representado por um corte, sem humanização. Do desenho deduz-se tratar de um projeto de forte expressividade estrutural e espacial, que pode ser resumido como um volume suspenso, que libera o térreo e toca o solo em poucos pontos de apoio. Não se sabe se o projeto submetido não apresentou perspectivas ou se a publicação do desenho como síntese do projeto foi escolha editorial.

A solução proposta por Pedro Paulo de Mello Saraiva se assemelha, estruturalmente, ao Clube XV e, em alguns aspectos, ao projeto vencedor, ao destacar em uma composição horizontal um conjunto de pórticos paralelos que definem ao mesmo tempo a estrutura e o espaço. O projeto é sintetizado em uma perspectiva na altura do pedestre, ricamente humanizada.

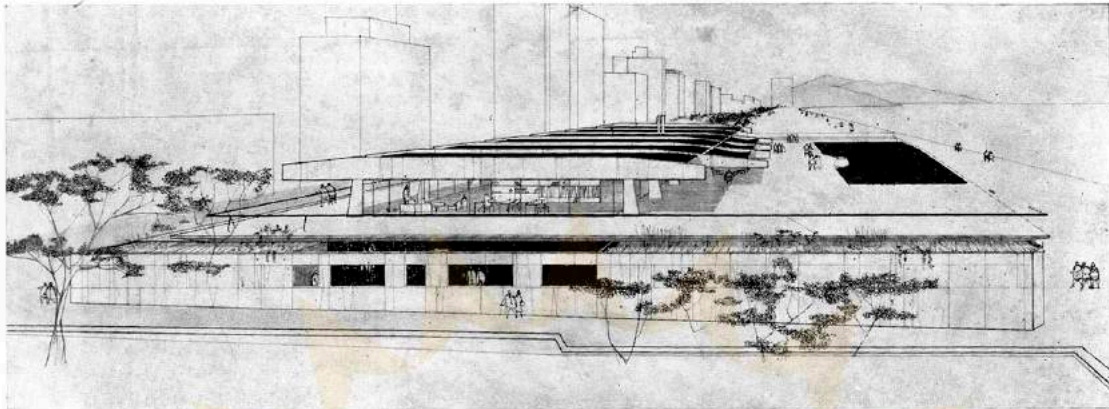
Os arquitetos Rodolpho Ortenblad Filho e Marcello Fragelli apresentam um projeto que, dentre os apresentados, menos se aproximam do “moderno ortodoxo”, em especial pela

cobertura, composta por conjuntos paralelos e contínuos de planos inclinados com cumeeiras e pela diversidade de elementos de composição. O projeto é sintetizado em uma perspectiva aérea do conjunto.

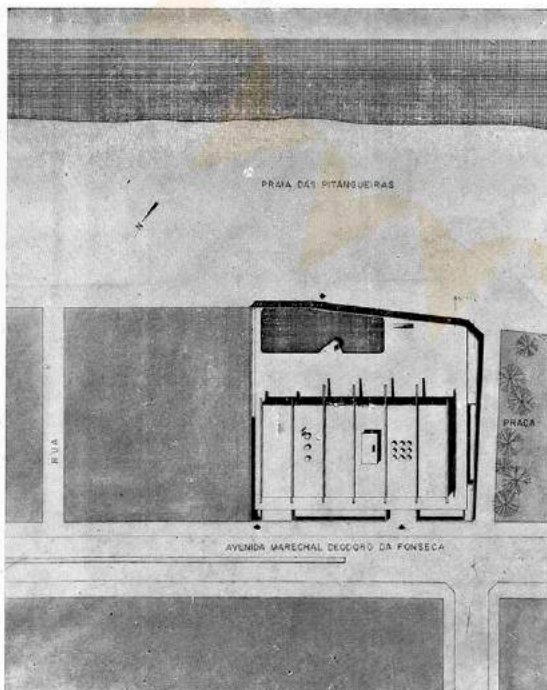
Sergio Ferro (cuja residência Bernardo Issler estava em fase de conclusão) e Rodrigo Lefèvre (residência Marietta e Ruth Vampré em conclusão), ambos recém-formados na FAU-USP, não participavam de concursos. Nos registros catalogados para esta pesquisa não foram encontradas referências sobre estes arquitetos em concursos de arquitetura. A resposta dos arquitetos ao convite para o concurso do Clube da Orla é sintetizada em uma elevação não humanizada, graficamente pouco expressiva. Trata-se de um projeto vertical (de três a quatro pavimentos), marcado por aparente complexidade espacial e compositiva. A pouca expressividade do desenho, no entanto, não permite maior compreensão da proposta.



Figura 197. Capa da *Acrópole*, n. 300, out. 1963.
Concurso para o Clube da Orla, no Guarujá – SP. Projeto vencedor.
Autores: Israel Sancovski e Jerônimo Bonilha Esteves.



projeto: Israel Sancovski e Jeronimo Bonilha Esteves, arquitetos
consultor estrutural: Armando S. A. Colotto, engenheiro
construção: Construtora Alberto N. Rizkallah
local: Guarujá S.P.



Ata de Julgamento do Concurso de Anteprojetos
para a construção do «Clube da Orla»

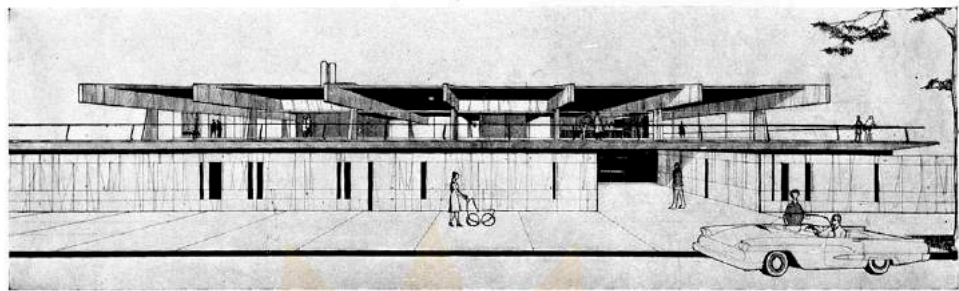
Os arquitetos J. Vilanova Artigas, Oswaldo Bratke
e Joaquim Guedes, membros da Comissão Julgadora,
tendo examinado minuciosamente os nove projetos
apresentados, concluem pelo seguinte laudo:

*É evidente o alto nível profissional de todos
os trabalhos.*

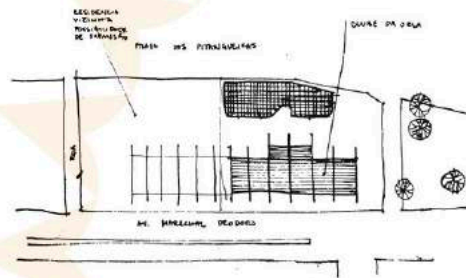
*O programa foi atendido das maneiras as mais
variadas, revelando habilidade e imaginação.
A Comissão Julgadora adotou o critério de
respeito ao programa, entretanto, não despre-
zou outros critérios de apropriação que são
necessários para a avaliação de um bom plano,
tais como, a solução estrutural, o aproveitu-
mento do terreno, a proximidade do mar, a
privatidade e o caráter que deve ter um clu-
be da natureza do que se pretende construir.
O projeto que melhor satisfaz aos critérios
expostos é o de número 2.*

*O contato entre os proprietários e o arquiteto
vencedor, corrigirá detalhes de interpretação do
programa para melhor adaptação da obra às
condições da realidade do local, resolvendo
pequenos problemas que um concurso não per-
mite resolver ou que o edital, por sucinto, não
tenha esclarecido devidamente.*

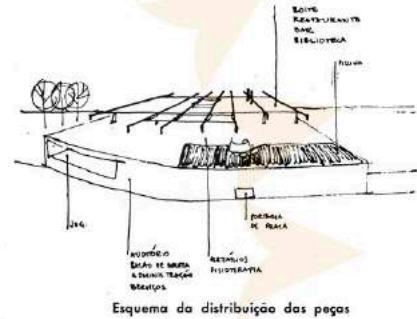
Figura 198. *Acrópole*, n. 300, out. 1963.
Concurso para o Clube da Orla, no Guarujá – SP. Projeto vencedor.
Autores: Israel Sancovski e Jerônimo Bonilha Esteves.



Perspectiva vista da Av. Marechal Deodoro

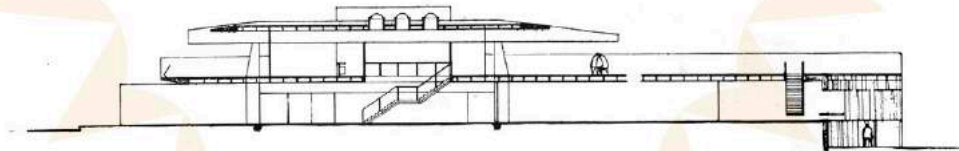


Esquema da situação

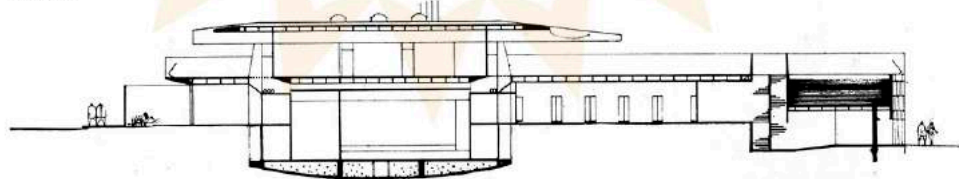


Esquema da distribuição das peças

Corte A-A



Corte B-B



Corte C-C

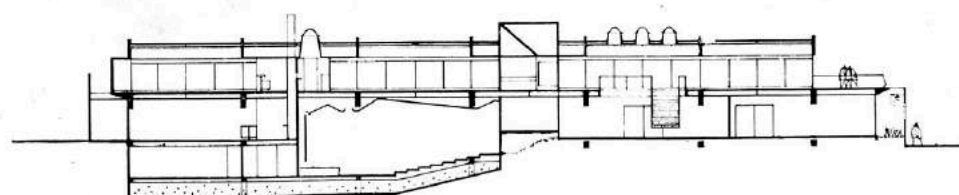
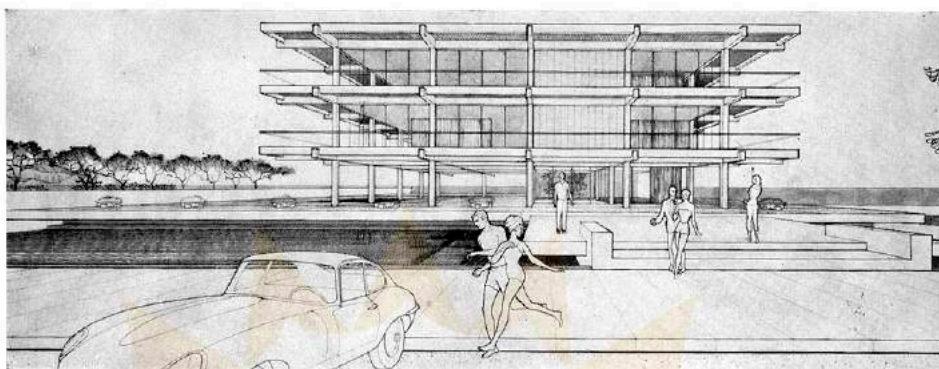


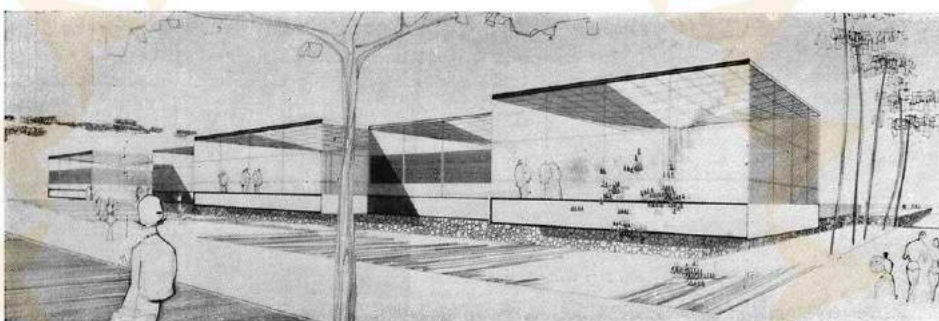
Figura 199. *Acrópole*, n. 300, out. 1963.
Concurso para o Clube da Orla, no Guarujá – SP. Capa. Projeto vencedor.
Autores: Israel Sancovski e Jerônimo Bonilha Esteves.

Clube da Orla - projetos apresentados

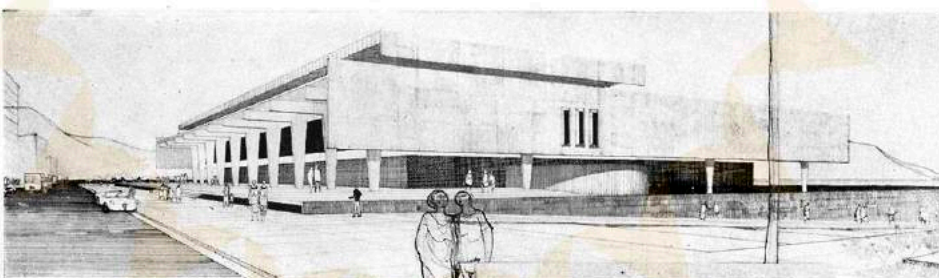
(Dos doze arquitetos convidados, nove, incluindo o vencedor, entregaram os projetos)



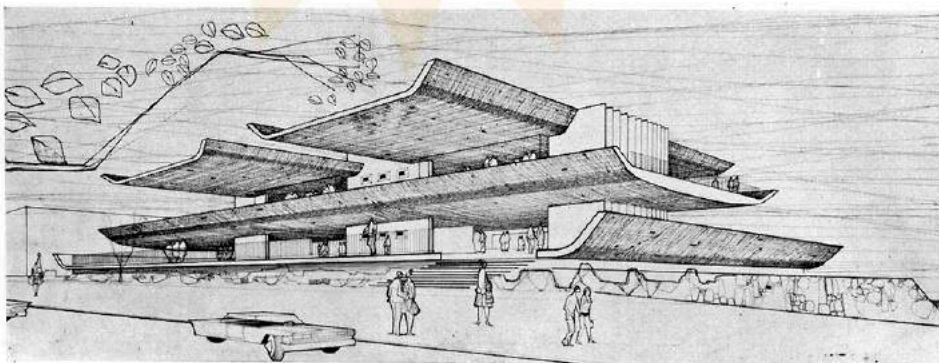
arqs. Arnaldo Paoliello, Fernando Moreira e Ney Marcondes



arqs. Gregori Warchavchik e Wolfgang Schoedon



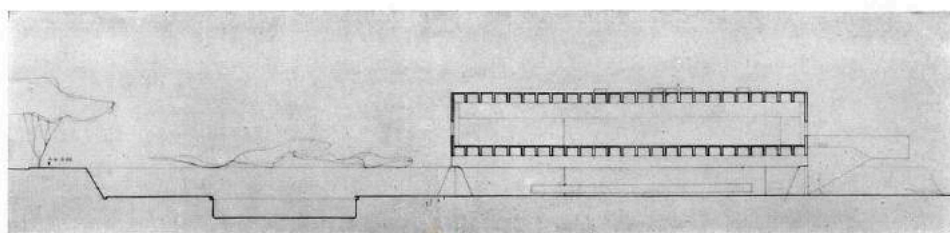
arqs. Jorge Wilhelm, Miguel Juliano e Silva e Paulo Zimbres



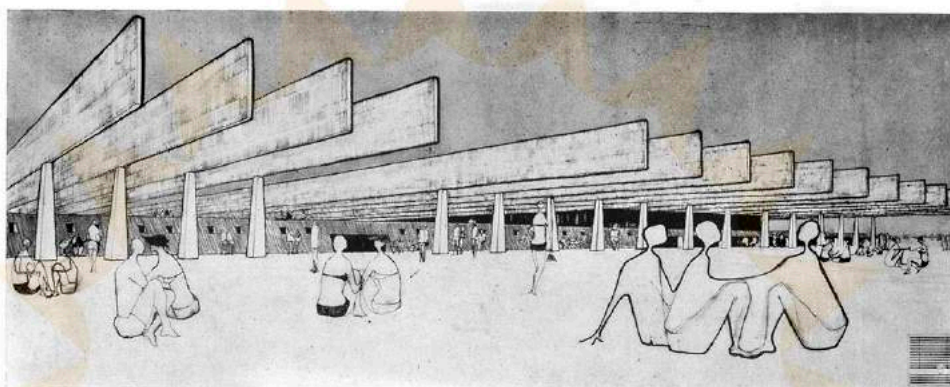
arq. Octacilio Rodrigues Lima

Figura 200. *Acrópole*, n. 300, out. 1963.

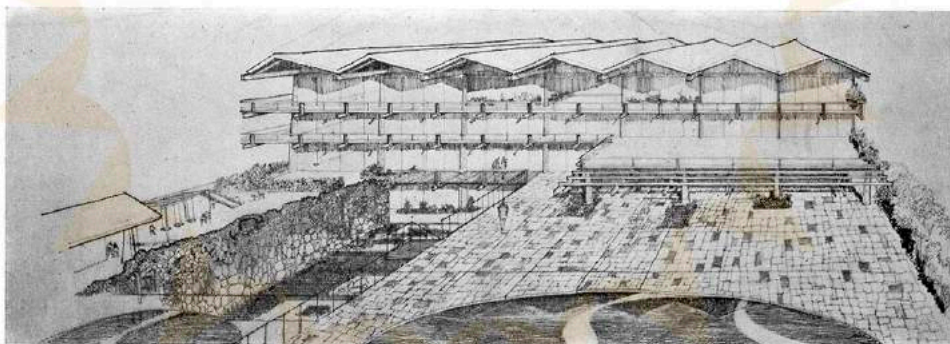
Concurso para o Clube da Orla, no Guarujá – SP. Projetos participantes. De cima para baixo: (1) Arnaldo Paoliello, Fernando Moreira e Ney Marcondes; (2) Gregori Warchavchik e Wolfgang Schoedon; (3) Jorge Wilhelm, Miguel Juliano e Silva e Paulo Zimbres; (4) Octacilio Rodrigues Lima.



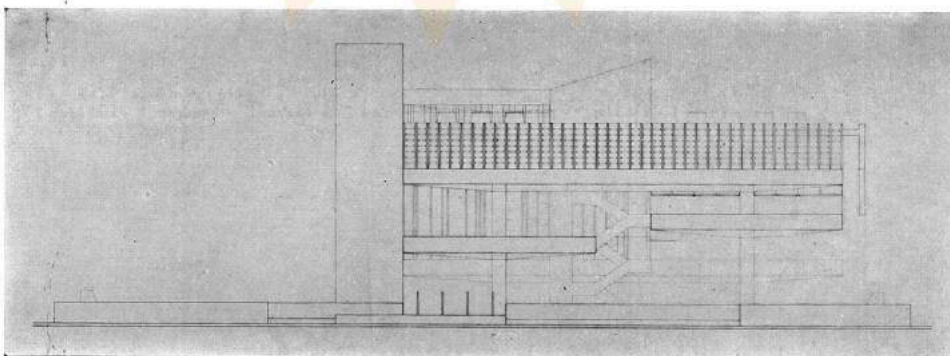
arqs. Paulo Mendes da Rocha, João E. De Gennaro e Waldemar Herrmann



arq. Pedro Paulo de Mello Saraiva



arqs. Rodolpho Orthenblad Filho e Marcello Fragelli; arq. colaborador: Paulo R. Mamede



arqs. Sergio Ferro Pereira e Rodrigo Brotero Lefèvre

Figura 201. *Acrópole*, n. 300, outubro de 1963.
 Concurso para o Clube da Orla, no Guarujá – SP. Projetos participantes. De cima para baixo: (1) Paulo Mendes da Rocha, João E. de Gennaro e Waldemar Herrmann; (2) Pedro Paulo de Mello Saraiva; (3) Rodolpho Orthenblad Filho e Marcello Fragelli, Paulo Mamede; (4) Sergio Ferro Pereira e Rodrigo Brotero Lefèvre.

A propósito de concursos de arquitetura

Em junho de 1964, oito meses depois da publicação dos projetos do Clube da Orla na revista Acrópole, o arquiteto Eduardo Corona (principal articulista da revista) publicou na revista o artigo “A propósito de concursos de arquitetura” (n.307, jun. 1964). Mais uma vez Corona critica o descumprimento das regras e premissas dos concursos e menciona mais uma revisão do regulamento do IAB sobre tais eventos: “nós arquitetos que temos participado de inúmeros concursos como concorrentes ou como julgadores, temos muito o que dizer”, sempre sob a ótica da “maior defesa da atividade profissional”, como bem ressalta. E ainda destaca:

De modo geral, os concursos têm animado e estimulado todos os arquitetos: veteranos e novatos. Mas, também é verdade, que muitos deles têm causado aborrecimento de natureza vária. Por muitos motivos que vão desde o processo de organização, até aos critérios de julgamento. (CORONA, 1964, p.22)

Corona ressalta a importância do “arquiteto consultor” (atualmente, o “coordenador do concurso”), cuja função seria “interpretar o desejo do cliente, do promotor do concurso (...), colocar o problema adequadamente, orientar, esclarecer, dar idoneidade maior ao concurso. Mas a principal crítica apontada por Corona, em que é citado como exemplo o concurso para o Clube da Orla, é a “não garantia de execução do trabalho pelo arquiteto vencedor”, problema enfrentado pelos profissionais até os dias atuais. Neste caso, Corona aponta o problema não apenas para quem organiza, mas também para os profissionais:

Como aconteceu agora com o Clube da Orla, no Guarujá. E aparecem os que aceitam a tarefa posterior tripudiando o legítimo trabalho do outro. É pouco ético. (...) Sabe-se lá quantos pagam uns e outros para que Fulano consiga o serviço? (...) Assim, porém, não pode ser. Experimentarem dezenas de projetos com ‘prêmios michuricas’, fazerem uma bruta promoção – barata ainda por cima – para logo mais entregarem o projeto a um arquiteto que não estava interessado no assunto e que de repente fica, é claro. (CORONA, 1964, p.22)

O fato é que o projeto vencedor não foi contratado, assim como nenhum dos demais participantes do concurso. A encomenda foi entregue ao carioca Sergio Bernardes (DEDECCA, 2001), a quem certamente Corona estava se referindo no artigo. O projeto de Bernardes foi publicado na revista Habitat (n.80) em dezembro de 1964 (a revista havia publicado o projeto vencedor no número 74, em dezembro de 1963). Bernardes havia vencido no ano anterior o concurso para a sede de campo do Jockey Clube de São Paulo (*Acrópole*, n.288, 1962).

dirigida pelo arquiteto Sergio Rodrigues. Da exposição constou também uma seleção de tecidos para decoração interior elaborados por Elizabeth Wilhelm.

ACESSO AO CORCOVADO

Por sua própria iniciativa, o arquiteto Sergio Bernardes elaborou um anteprojeto de acesso à estátua do Cristo do Corcovado, no Rio de Janeiro. Trata-se de um plano que prevê a construção de uma torre na forma de uma cruz, pelo interior da qual seriam instalados elevadores que resolveriam o problema do acesso que hoje ainda se faz por meio de uma escada de mais de duzentos degraus. A escada, contudo, não será demolida. Os elevadores, partindo do local de estacionamento de veículos, alcançariam a capela ali existente e a ligação com a imagem seria feita por meio de uma passagem externa. Na parte oposta ao Corcovado, a cruz seria transparente, a fim de permitir aos turistas uma visão panorâmica da paisagem local. Segundo declarações feitas a um jornal carioca, Sergio Bernardes acha que a obra poderá ser feita ainda a tempo para os festejos do IV Centenário do Rio de Janeiro.

CONGRESSO NO MÉXICO

Será realizado no México, de 28 de setembro a 3 de outubro próximos, o V Congresso Internacional de Planificação. Esse certame, que era realizado anteriormente junto às reuniões técnicas de Habitação e Planejamento da OEA, tornou-se agora independente em face do desenvolvimento da planificação na América Latina ter permitido a realização de vários certames isoladas.

ESTUDANTES PROJETAM

Estudantes da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie inscreveram-se no concurso de anteprojetos para a construção de um pavilhão de assistência técnica-pneus da Pirelli. O concurso foi instituído por essa firma com o objetivo de incentivar aqueles estudantes, que terão até o dia 4 de agosto oportunidade para entregar seus trabalhos. O pavilhão será desmontável, devendo a Pirelli utilizá-lo em pistas de corrida, a fim de realizar os necessários testes de resistência e consequente aperfeiçoamento dos pneus de sua fabricação. Serão atribuídos prêmios aos vencedores dos três primeiros lugares.

CONCURSO PARA MONUMENTO

Um monumento alusivo à fundação da cidade de Goiânia é tema de concurso de arquitetura, cujas inscrições podem ser feitas no Instituto de Arquitetos do Brasil-Departamento de São Paulo. Na secretaria da IAB os interessados poderão obter também as bases gerais da participação no certame.

J. L. N.

A propósito de concursos de arquitetura

Arq. Eduardo Corona

Sobre o assunto «Concursos de Arquitetura» nós arquitetos que temos participado de inúmeros concursos como concorrentes ou como julgadores, temos muito o que dizer, muito o que discutir. Não é por acaso que o Instituto de Arquitetos acaba de rever mais uma vez suas «Normas de Concursos», aperfeiçoando-as novamente depois de larga discussão e aprofundados estudos realizados por comissões de quase todos os Departamentos do I. A. B.

Mesmo assim, há muito o que falar e variados aspectos a serem ventilados e repisados para futuras posições em prol de maior defesa da atividade profissional. De modo geral, os concursos têm animado e estimulado todos os arquitetos: veteranos e novatos. Mas, também é verdade, que muitos deles têm causado aborrecimentos de natureza vária. Por muitos motivos que vão desde o processo de organização, até aos critérios do julgamento.

Um dos aspectos mais importantes, inicialmente, é o que se refere à tarefa do «arquiteto consultor». Este elemento torna-se de comparecimento obrigatório num concurso bem realizado. Porque, para interpretar o desejo do cliente, do promotor do concurso e pô-lo em termos de concurso, não é fácil, tornando-se necessário o profissional consultor para isso. É claro, que as Normas do I. A. B. o exigem obrigatoriamente, mas é preciso que todo mundo saiba disso e, às vezes, tornar-se-á complexo para o I. A. B. ou um grupo de arquitetos essa imposição. De qualquer forma, devemos ressaltar que esse personagem toma real importância, porque sabe pela sua experiência — e isso é muito necessário — colocar o problema adequadamente, orientar, esclarecer, dar idoneidade maior ao concurso. Temos tido alguns concursos nos quais a falta ou a deficiência do arquiteto consultor tem dificultado até mesmo o julgamento e quase sempre o andamento dos trabalhos confundindo-se os concorrentes.

Outra coisa que tem acontecido bastante: a não garantia de execução do trabalho pelo arquiteto vencedor. Alguns editais declaram essa garantia, outros, não. Mesmo assim, os que declaram essa garantia podem subverter condições jurídicas para romper contratos, afastar arquitetos legitimamente vencedores, etc. Como aconteceu agora com o Clube da Orla, no Guarujá. E aparecem os que aceitam a tarefa posterior tripudiando o legítimo trabalho do outro. É pouco ético. Mas, não há mais compromissos, dizem alguns. Alguém terá de receber o trabalho. O cliente manda. Sabe-se lá quantos pagam uns e outros para que Fulano consiga o serviço? Por que não chamaram Fulano antes de fazer concurso? Nada mais certo, mais justo. Assim, porém, não pode ser. Experimentarem dezenas de projetos com «prêmios michurucas», fazerem uma bruta promoção — barata ainda por cima — para logo mais entregarem o projeto a um arquiteto que não estava interessado no assunto e que de repente fica, é claro. Isto precisa não acontecer mais. Temos que fazer respeitar as Normas Novas do I. A. B. que já estão prontas.

Ainda, ocorre-nos outra coisa muito engraçada dos concursos. Em arquitetura, bem falando, não se compreende a complementação arquitetônica, isto é, o equipamento, ou a decoração como erradamente se diz, sendo feita por leigo ou «decorador» no pior sentido, porque significa isso a deturpação total da unidade exigida como valorização de uma obra. Ora, o arquiteto vencedor de um concurso deve necessariamente ser o idealizador de todo esse complemento ou, na pior hipótese o orientador geral de todos os realizadores, pintores, decoradores, criadores industriais, etc. E poderá muito bem orientar cada objeto para que a grande obra arquitetônica tenha caráter definitivo, expressão e equilíbrio, seu conteúdo não sendo deturpado. Quasi todos os concursos dentre nós têm aliado o arquiteto depois da obra feita. Isso poderá acontecer nas realizações diárias, comuns, mas nunca em concursos, se é que os temas apresentados e seu empreendimento tenham justificado o concurso. Porque essa escolha do melhor projeto, pensosa, custosa, consciente, deve ser coroada com a objetivização real da ideia vencedora. Até o fim. Peça por peça. Tudo idealizado e orientado pelo arquiteto.

Agora, nesta seqüência de considerações sobre o assunto, resta-nos levantar uma questão que inclusive tem sido ventilada internacionalmente entre os arquitetos. Pierre Vago, secretário geral da U. I. A. ainda há pouco na revista dessa entidade levanta o problema e o coloca nas mãos dos arquitetos de todo o mundo. Não vamos, ainda, neste artigo esgotar o assunto nem exporem nossa opinião sobre isso. É assunto delicado que precisa ser discutido: deveremos, em futuro próximo, realizar concursos de 3 (três) tipos como por exemplo: para escolher soluções, para escolher ideias, ou para escolher o arquiteto capaz de enfrentar o tema de forma definitiva? Cada um necessitará de organização diferente e critério de julgamento adequado.

O concurso para o Clube da Orla voltaria a ter destaque editorial em agosto de 1967, quando o croqui do projeto de Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro para o concurso foi publicado na capa da revista (n.342), edição em homenagem aos arquitetos. Das oito obras publicadas na revista duas são resultantes de concurso: Clube Atlético Paulistano e Jockey Club de Goiás. O projeto do Clube da Orla, apesar de estar presente apenas na capa da referida *Acrópole*, está presente nas principais publicações monográficas sobre Paulo Mendes da Rocha, mesmo não tendo sido premiado, o que reforça o valor da ideia independente de sua materialização para a construção do capital simbólico do arquiteto.

acrópole

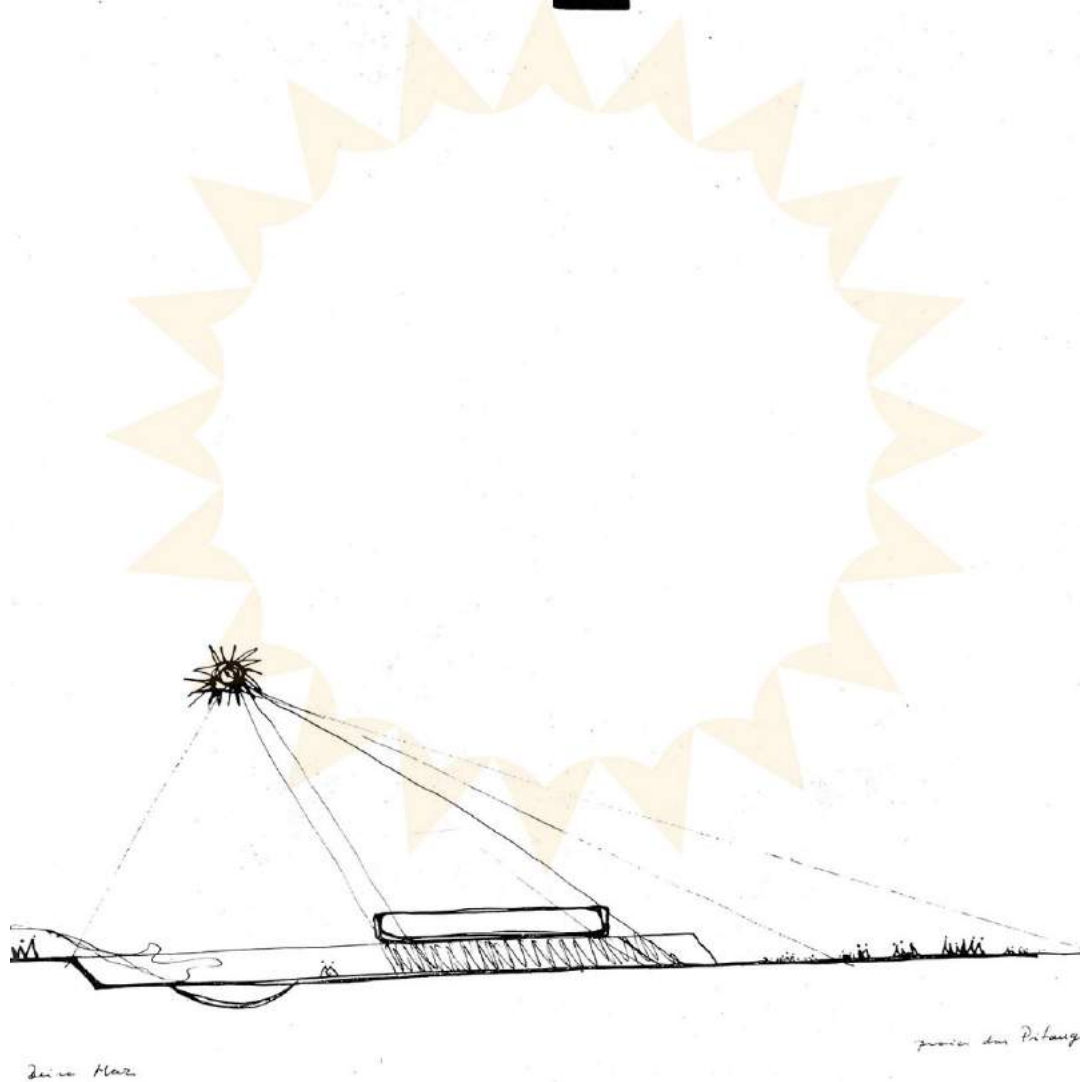


Figura 203. Capa da *Acrópole*, n. 342, ago. 1967.
Edição especial em homenagem a Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro.
Croqui do projeto para o Clube da Orla do Guarujá.

Pavilhão do Brasil na Expo 1970: brutalismo e brutalidade

Acrópole, n. 360, abr. 1969

Acrópole, n. 361, maio de 1969

Acrópole, n. 371, maio de 1970

Acrópole, n. 372, abr. 1970

Em 31 de março de 1964 foi deflagrado o golpe militar no Brasil e, mais uma vez, a interrupção da democracia no país, iniciando um processo de repressão e ditadura que duraria mais de duas décadas e seria intensificado em especial a partir de 1968, com a publicação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) e a perseguição de lideranças diversas, em especial os militantes de esquerda, contrários ao regime instaurado. Sob a alegação de “combate a subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo” (preâmbulo do AI-5) foi instaurado um regime de perseguição a intelectuais, lideranças políticas, estudantes e cidadãos em geral que, segundo os ditadores do regime, ameaçavam a “ordem democrática”. Execuções, torturas e cassações afetaram indivíduos e instituições. As universidades, palcos de importantes movimentos e manifestações de resistência (individuais e coletivas), foram diretamente afetadas. De acordo com o relatório da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo:

Com o golpe civil-militar instaurou-se no país um movimento expurgatório, com a finalidade de afastar das instituições – públicas ou privadas – as pessoas contrárias à derrubada do presidente eleito e, conseqüentemente, ao regime autoritário implantado. A repressão policial contra a universidade imediatamente após 31 de março não encontrou nenhuma resistência por parte da reitoria; ao contrário, fez-se com sua conivência. Prisões de professores e alunos e a invasão e depredação da Faculdade de Filosofia configuraram a intenção de intimidar, sem que houvesse o menor indício de protesto por parte do Reitor. A ação repressiva externa teve aval para agir livremente no campus e criar uma atmosfera de temor generalizado provocada por atos de violência e pela ameaça de prisões e detenções arbitrárias. (COMISSÃO DA VERDADE..., 2018, p.35)

No campo da Arquitetura não foi diferente. João Batista Vilanova Artigas, uma das principais lideranças no ensino e na profissão, idealizador da renovação do currículo do curso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, militante do Partido Comunista Brasileiro, foi preso em 1964 dentro das instalações da universidade e posteriormente seguiu em exílio para o Uruguai. Voltaria à FAU-USP em 1967 de onde seria cassado em 1969. Nesse mesmo ano outros professores também foram cassados: Jon Maitrejean e Paulo Mendes da Rocha.

Na Faculdade de Arquitetura, e em outras unidades da universidade, as cassações atingiram aqueles que tinham uma participação mais ativa nos debates sobre a reforma do ensino na Universidade de São Paulo e nos primeiros movimentos de oposição ao regime militar. (COMISSÃO DA VERDADE, 2018, p.38)

As revistas *Módulo*, *Habitat* e *Arquitetura e Engenharia* encerraram as atividades editoriais logo depois do golpe militar, em 1965. A repressão se consolidou gradativamente em um período de isolamento e dispersão do campo da Arquitetura:

Ao isolamento dos arquitetos, soma-se a falta de circulação regular dos periódicos de arquitetura, que poderiam fomentar o debate público e legitimar a crítica de arquitetura. Neste contexto de arquitetos socialmente afastados, as restrições à liberdade de expressão são traduzidas na ausência de análises críticas, sob pena de sectarismo. (ROSSETTI, E., 2014)

Conforme relata Segawa, sobre 1968:

O ano não poderia ser mais carregado de denotações críticas, em todo o mundo. No plano local, foi um momento de grave crise político-institucional, que resultou no endurecimento do regime militar com bárbaras perseguições a intelectuais e opositores ao regime ou às figuras instaladas no poder. (SEGAWA, 1998, p.154)

A Universidade de Brasília, recém-criada (1962) e destacada pelas inovações no seu projeto pedagógico, foi uma das mais afetadas no período de repressão militar. Logo após o golpe de 1964, o reitor Anísio Teixeira foi afastado. Ao longo dos anos da ditadura houve vários momentos de violência, repressão, demissões, prisões, torturas, desaparecimentos e invasão de militares às instalações da UnB, contra professores, funcionários e alunos. Um dos episódios de maior violência ocorreu em 29 de agosto de 1968, em que o exército invadiu o Campus e deteve centenas de estudantes. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018)

Apesar do encerramento das atividades da *Módulo*, da *Habitat* e da *Arquitetura e Engenharia*, a revista *Acrópole* ainda continuava em atividade.

Em 1965, já sob a ditadura do regime militar, foi realizado concurso para o Novo Quartel General da Segunda Região, em São Paulo, anunciado na revista *Acrópole* em fevereiro daquele ano (n.314). A comissão julgadora foi composta pelos arquitetos Jon Maitrejean, Ary de Queirós Barros, Salvador Candia e Israel Sancovski, além de outros indicados pela instituição promotora. O projeto vencedor, de autoria dos arquitetos Paulo de Mello Bastos, Léo Bomfim Jr. E Oscar Arine, foi publicado no número 321 da *Acrópole*, em setembro de 1965, assim como os demais premiados, do segundo ao quarto lugares*. A obra construída foi publicada no número 351 da *Acrópole*, em junho de 1968, com apreciação crítica de Israel Sancovski, e é listada pela crítica como uma das expressões do brutalismo brasileiro na Arquitetura (ZEIN, 2005). O desfecho infeliz e brutal daquele concurso é o fato do autor do projeto vencedor, o arquiteto Paulo Bastos, ter sido preso pelo regime militar devido a perseguições políticas, tendo sido encarcerado no próprio edifício que projetou.

* Segundo lugar: David Ottoni. Terceiro lugar: Pawal Liberman e Richard Kohn. Quarto lugar: Adolpho Rubio Morales e Fábio Kok de Sá Moreira.

Em abril de 1969 (n. 360), a revista publicou nota sobre o resultado de outro concurso, que resultaria em um dos principais ícones do brutalismo na Arquitetura Brasileira: o Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Osaka. Mais de oitenta projetos haviam sido encaminhados ao Instituto de Arquitetos do Brasil no Rio de Janeiro para o julgamento do concurso instituído pelo Itamaraty. Dos concorrentes, 39 eram de São Paulo; 16 do Rio de Janeiro; 7 do Paraná; 7 do Ceará; 6 de Minas; 5 da Bahia; 4 do Rio Grande do Sul e 2 de Pernambuco.

O arquiteto Paulo Mendes da Rocha venceu o concurso, em co-autoria com arquitetos e professores da USP (Ruy Ohtake, Julio Katinsky e Jorge Caron). O resultado do concurso foi publicado em abril de 1969, no mesmo mês em que o arquiteto e professor Paulo Mendes da Rocha foi cassado pelo regime militar e afastado da FAU-USP. Sobre a “coincidência” dos eventos, Paulo Mendes comenta:

Eu fui cassado, sem saber, no dia em que ganhei o concurso. Mas a FAU já estava “ofendida”, o Artigas já estava fora. E eu resolvi, não sei porque, que quem iria fazer esse concurso, quem iria concorrer era a FAU. Convidei o Júlio Katinsky para representar a FAU, do departamento crítico. Convidei o Júlio como colega arquiteto porque ele era um professor de história e crítica. E o Flávio Motta para discutir a questão a representação de tudo isso. (SOBREIRA et al, 2018)

O número 361 da *Acrópole* (maio de 1969) é praticamente uma edição dedicada ao concurso do Pavilhão de Osaka, com a publicação dos oito projetos premiados. Antes do projeto, foi publicada uma matéria, com breve descrição sobre o processo que levou ao concurso e trechos da Ata do Júri. Segundo o texto, o Itamaraty teria solicitado ao presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (Eduardo Kneese de Mello) a indicação de cinco nomes de arquitetos, o que foi rejeitado pelo Instituto:

“Para o Instituto de Arquitetos (...) essa classificação seria impossível, porque na entidade de classe todos os associados têm a mesma capacidade profissional”
(PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPO 70, 1969, p.13)

O prazo dos concorrentes para o envio dos trabalhos era curto: 25 dias. A comissão julgadora foi composta pelos arquitetos Pedro Paulo de Mello Saraiva, Henrique Mindlin, Miguel Pereira e Giancarlo Gasperini, além do engenheiro Macedo Soares, membro da comissão EXPO 70.



Figura 204. Assembleia na FAUUSP, em 1968, que discutiu a reforma universitária.
Fonte: COMISSÃO DA VERDADE FAU-USP, 2018 (Acervo FAUUSP)

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL, ouvido o Conselho de Segura
rança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução Brasilei
ra de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com
os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que
visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências
de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica or
dem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignida
de da pessoa humana, no combate a subversão e às ideologias
contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a cor
rupção, buscando, deste modo, " os meios indispensáveis à o
bra de reconstrução econômica, financeira política e moral do Bra
sil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato,
os graves e urgentes problemas de que dependem a restauração
da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pá
tria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril
de 1964);

J. Costa
7F

Figura 205. Preâmbulo do Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968.
Fonte: wikimedia.org

A seguir, trechos da Ata do Júri, sobre o projeto vencedor:

Muitos concorrentes se deixaram levar pelos aspectos técnicos do pavilhão. Como o Brasil não pretende mesmo concorrer com os países superdesenvolvidos (EUA e URSS gastarão cerca de 30 milhões de dólares com seus pavilhões), essa ênfase sobre o lado tecnológico foi afastada.

O projeto vencedor escolheu uma abordagem nitidamente brasileira. Ele apresenta como solução básica a libertação do terreno, com um tratamento do chão elaborado sobre composição de espaço rico em formas e conteúdo.

Seu maior sentido de profundidade é uma poética inconfundível, muito ligada às tradições brasileiras. (PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPO 70, 1969, p.13)

Foram dedicadas quatro páginas da *Acrópole* (n.361) ao projeto vencedor, incluindo fotos de maquete, perspectivas, croquis, cortes, elevações, plantas e memorial descritivo, do qual transcrevemos o seguinte trecho:

O chão será o mesmo que o de Osaka. Uma sombra como a das árvores sobre parte do recinto. Chão de estrelas. O piso terá ondulações suaves como o das ruas de uma cidade onde o passeio e o encontro se dão naturalmente. (PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPO 70, 1969, p.15)

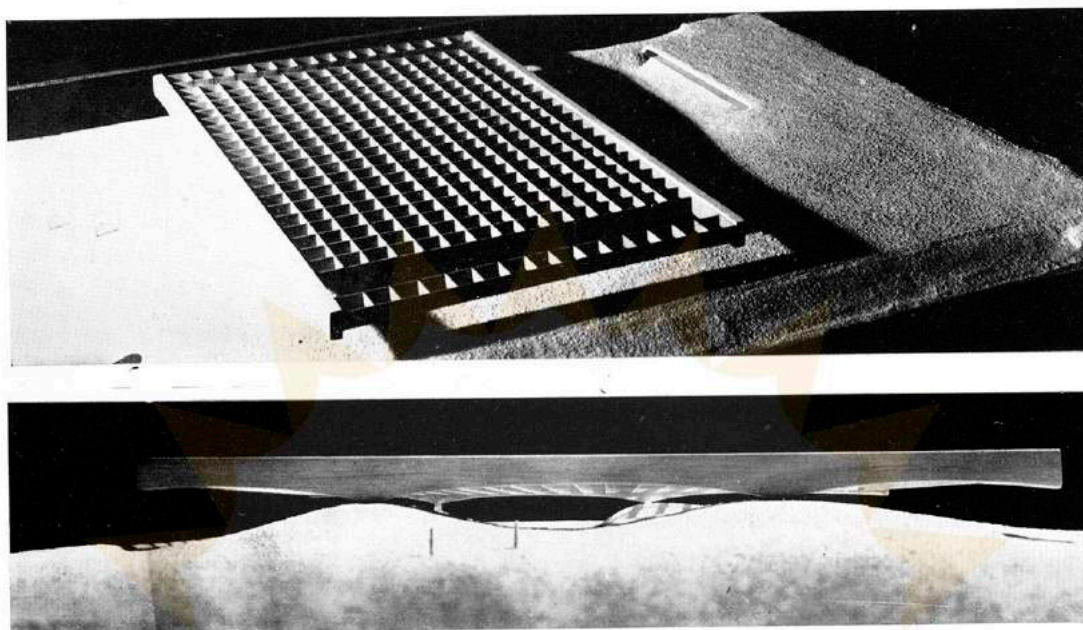
Quanto às demais premiações, o Júri declarou ter tido “dificuldades na classificação”, porém não foram publicadas as apreciações do júri sobre os demais projetos na *Acrópole*.

O segundo lugar no concurso coube ao projeto da equipe formada pelos arquitetos Koiti Yamagushi, Luigi Villavechia, Rogério Dorsa Garcia e Walter Caprera, alguns dos quais integrantes de equipes premiadas em concursos*. O projeto apresentado em duas páginas (maquete, desenhos, memorial e perspectivas), assim como o vencedor, pode ser sintetizado em uma grande cobertura (neste caso, marcada por uma multiplicidade de vazios tubulares arrematados por abóbadas) que abriga espaços configurados a partir de recortes no solo. Conforme a descrição dos autores:

“Uma cobertura simples dá abrigo e disciplina as diversas atividades do pavilhão. Atividades essas que se desenvolvem ora através de pisos recortados no terreno, ora em “Lajes-Mezanino” pendentes da estrutura única e principal, que cria um grande espaço sem circulações rígidas e com ambientes integrados.” (PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPO 70, 1969, p.19)

* Luigi Villavechia (primeiro lugar no concurso para a sede do Tênis Clube Presidente Prudente, em 1966, em equipe; segundo lugar no concurso para a sede do Departamento de Segurança Pública do Distrito Federal, em Brasília); Rogério Dorsa (quinto lugar em concurso para hotel em Juazeiro, na Bahia, em 1968).

Pavilhão de Osaka 1.º prêmio



projeto: Paulo A. Mendes da Rocha, Jorge Caron, Júlio Katinsky
e Ruy Ohtake, arquitetos

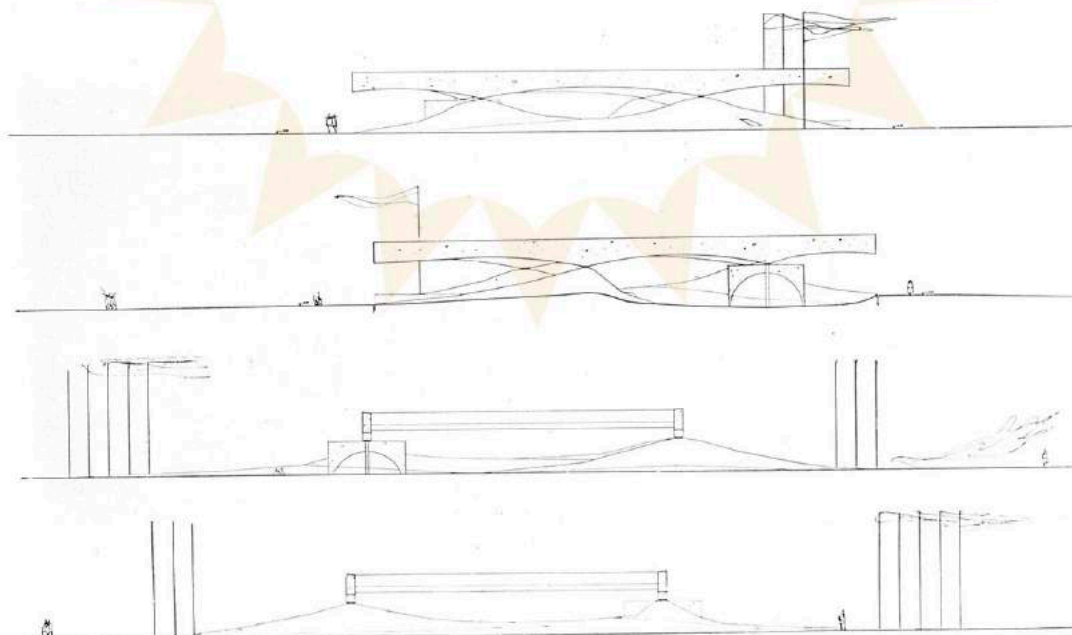


Figura 206. *Acrópole*, n. 361, maio de 1969.
Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Projeto vencedor.
Autores: Paulo Mendes da Rocha, Jorge Caron, Júlio Katinsky e Ruy Ohtake.

A Feira Internacional de Osaka é um encontro de grande significado humanístico; um projeto para o mundo em que vivemos.

O Pavilhão do Brasil une a Praça da Amizade com o Grande Parque, num gesto de confraternização, onde mostrará o trabalho de seu povo como contribuição para esse Projeto. É aberto para os Pavilhões vizinhos — Checoslováquia e Etiópia.

O chão será o mesmo que o de Osaka.

Uma sombra como a das árvores cobre parte do recinto. Chão de estrelas.

com Brasília e as Novas Cidades essa busca de um espaço e um tempo de constante significação humana. Esse trabalho traz a história para o presente e se afirma como projeto.

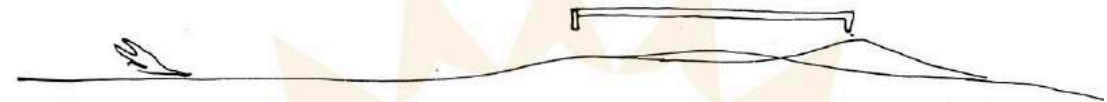
A exposição se organiza assim:

1. História e Projeto

Brasília

Novas cidades. Neguev-Argel-Gras.

Cidades em transformação — Nôvo Rio, Nova S. Paulo..



O piso terá ondulações suaves como o das ruas de uma cidade onde o passeio e o encontro se dão naturalmente. O anfiteatro natural no recinto, permite o espetáculo que, com a localização dos camarins e salas de montagens, poderá criar situações imprevistas.



A Praça da Café, sob os arcos, será o descanso, ponto de parada e reunião. O anexo do Itamarati é fecho natural do recinto, sem prejuízo da visão para o Grande Parque.

As comunicações, com os recursos que a ciência moderna dispõe, nos igualam e propõe esse encontro em Osaka. A luta por essa conquista será contada através da obra dos nossos cientistas e artistas. Nesse sentido o Brasil fixa

2. Indústria — História e Projeto

Índia escravo (Debret)

Índia como homem

Imigrantes (Portinari, Segall)

Caminhos (Rugendas)

Belém-Brasília

Ligação Amazônia-Prata

Itaboraí - TV

Plano brasileiro para o desenvolvimento da ciência.

3. Espetáculos

Serão organizados, para o tempo que durar a Expo 71 apresentações de música, teatro, cinema, mostras de artistas plásticos, dança e toda manifestação de cultura — contribuição a esse encontro que desejamos.

Colaboradores: Pintores — Flávio Malta, Maria C. Grass; escultor — Marco Nitsche; Estudantes — L. Hama, M. L. Guilherme, L. C. Daher, N. Y. Arakawa, P. P. Ulhôa; cálculo estrutural — Siguer Mitsutani, eng. civil: fotografias — J. Mascardi, F. M. Esquivel, P. G. Iervolino; modelo — Kenji.

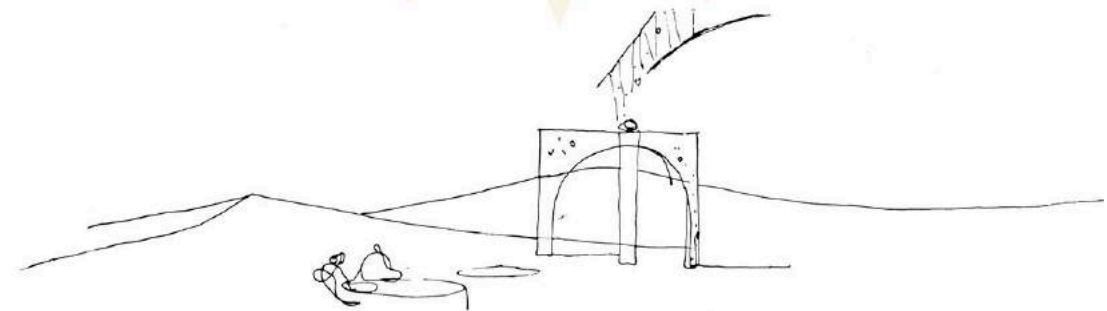
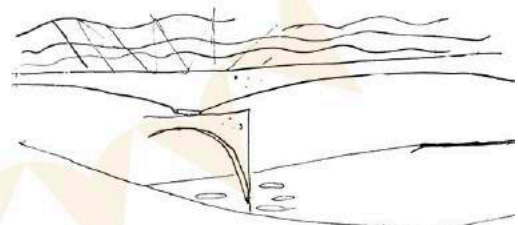
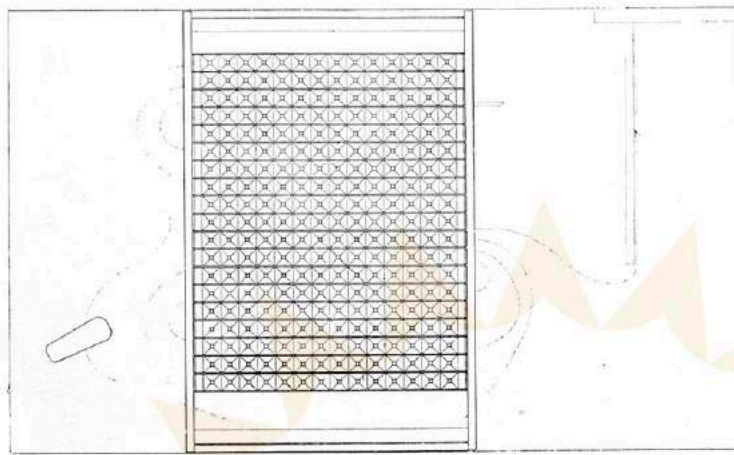


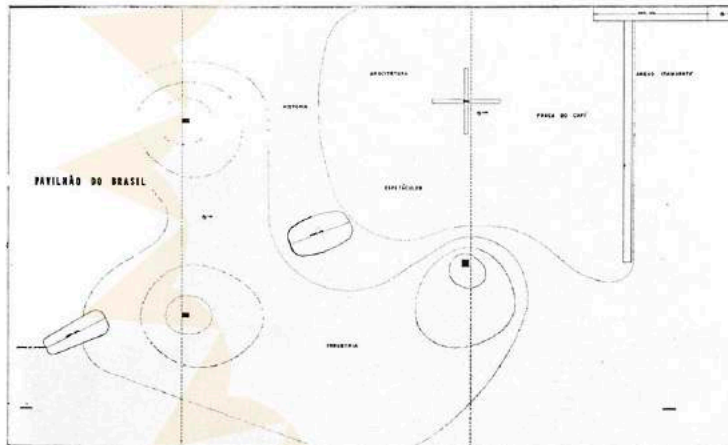
Figura 207. *Acropolis*, n. 361, maio de 1969.

Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Projeto vencedor.

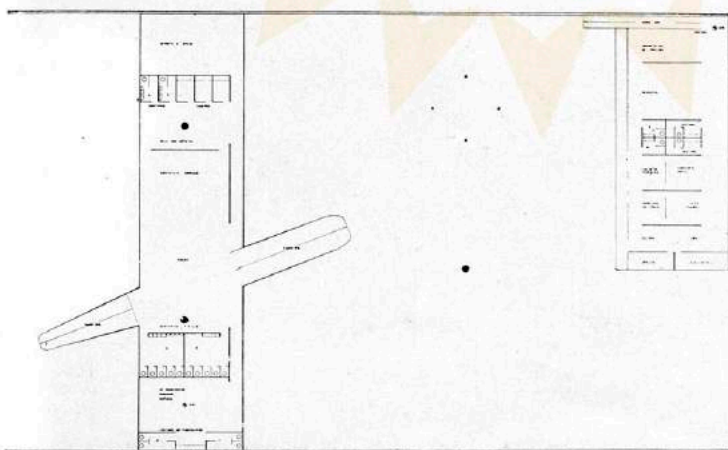
Autores: Paulo Mendes da Rocha, Jorge Caron, Júlio Katinsky e Ruy Ohtake.



Planta da cobertura



Planta na cota +3,50



Planta na cota -1,50

Figura 208. *Acrópole*, n. 361, maio de 1969.
 Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Projeto vencedor.
 Autores: Paulo Mendes da Rocha, Jorge Caron, Júlio Katinsky e Ruy Ohtake.

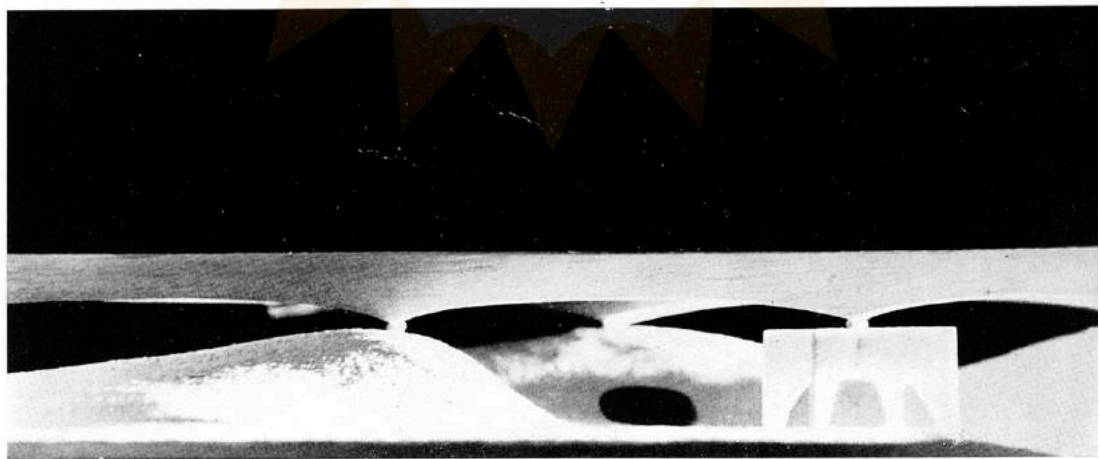
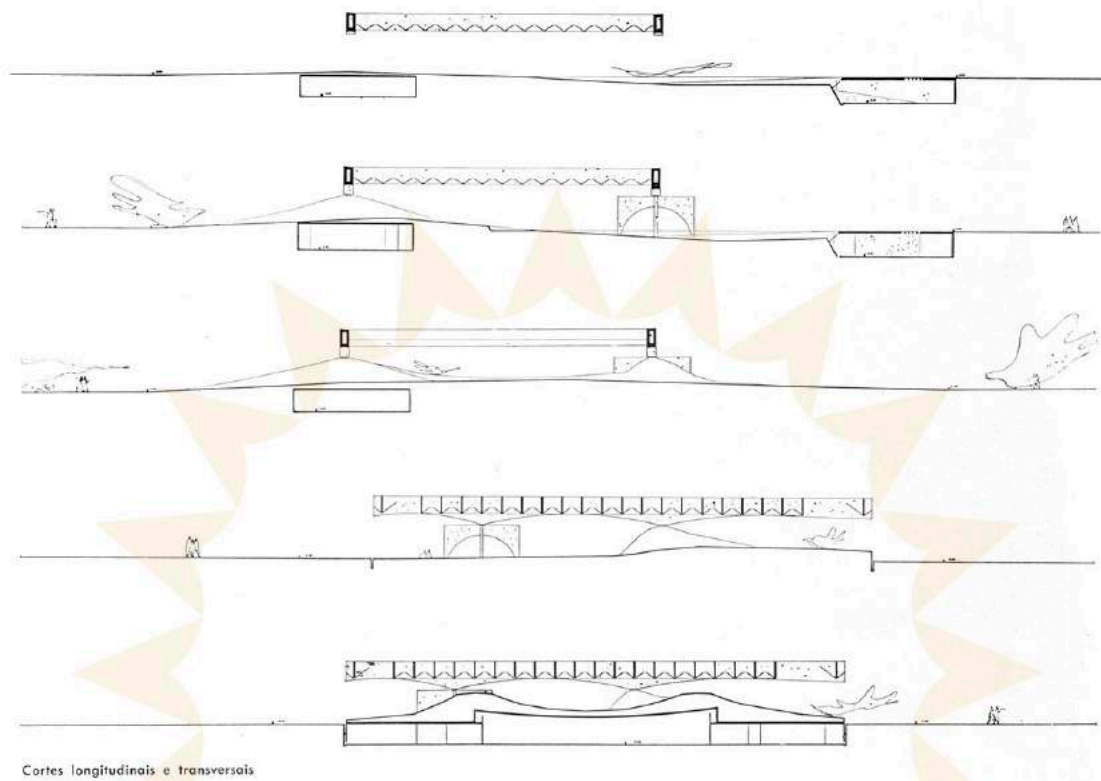


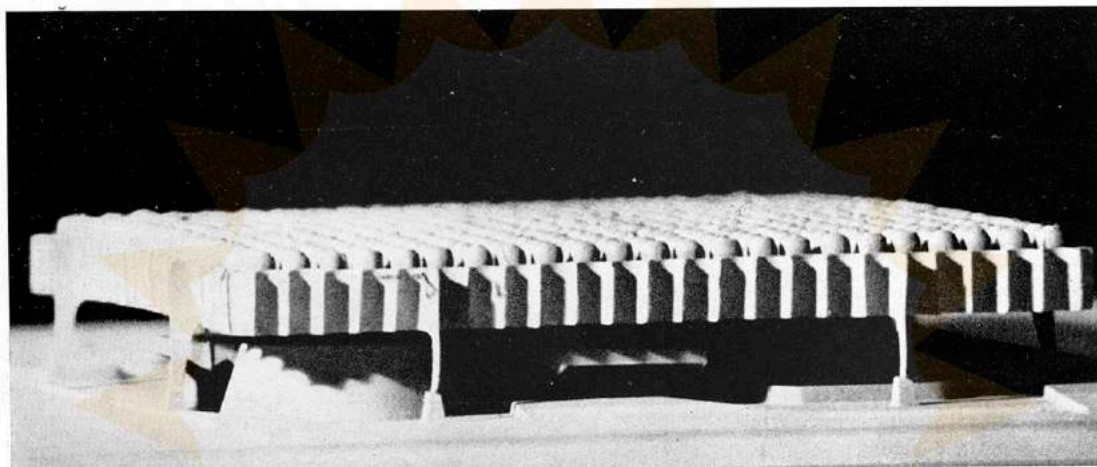
Figura 209. *Acrópole*, n. 361, maio de 1969.
Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Projeto vencedor.
Autores: Paulo Mendes da Rocha, Jorge Caron, Júlio Katinsky e Ruy Ohtake.

O terceiro lugar foi atribuído ao projeto da equipe formada pelos arquitetos José Sanchotene, Alfredo Willer e Oscar Mueller*, com atuação no Paraná. O projeto (apresentado em duas páginas, com memorial, perspectivas, planta e corte) é assim descrito pelos autores:

... uma sucessão de espaços crescentes em área e volume, ligados entre si, de forma a exprimir, em linguagem arquitetônica, a expansão, consequência do desenvolvimento. (...) A estrutura consiste em um pilar central, de concreto armado, e os patamares, suspensos do mesmo. A estrutura destes é metálica, em forma de treliça especial tubular. Cada patamar será fixado num lado do pilar central com dois ou três apoios articulados e na outra extremidade fixado e suspenso em cabos de aço. (PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPO 70, 1969, p.21-22)

* Equipe vencedora do concurso para hotel em Juazeiro, na Bahia, em 1968. Os arquitetos também participaram de equipes que obtiveram outras premiações entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970: terceiro lugar no concurso para a Biblioteca Central de Salvador (1968), primeiro lugar no concurso para o estádio da Federação Paranaense de Futebol (1970); quarto lugar em concurso para agências do Banco do Brasil em Caixias do Sul (RS, 1970), entre outros.

Pavilhão de Osaka 2.º prêmio



projeto: Koiti Yamagushi, Luigi Villavechia,
Rogério A. Dorsa Garcia e Walter
Caprera, arquitetos

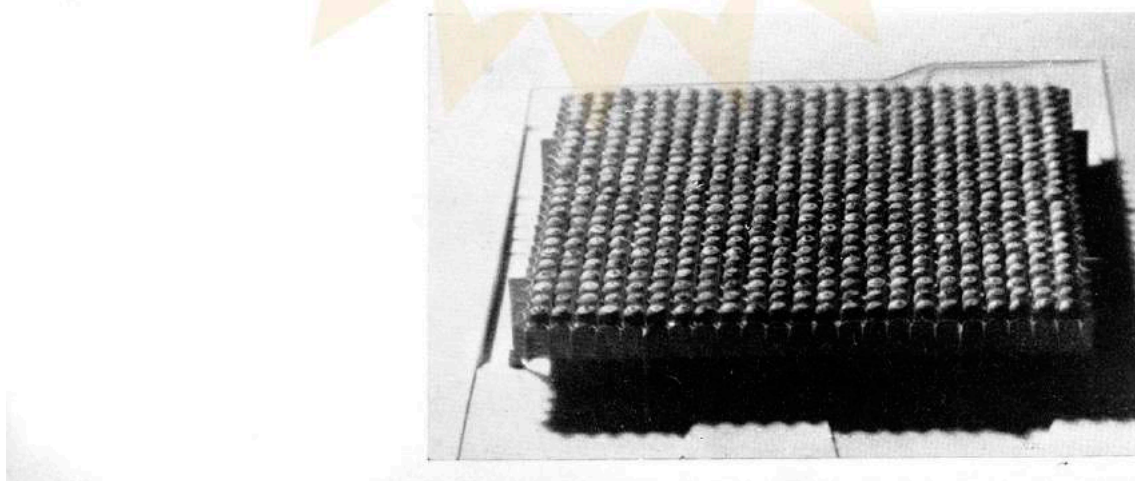
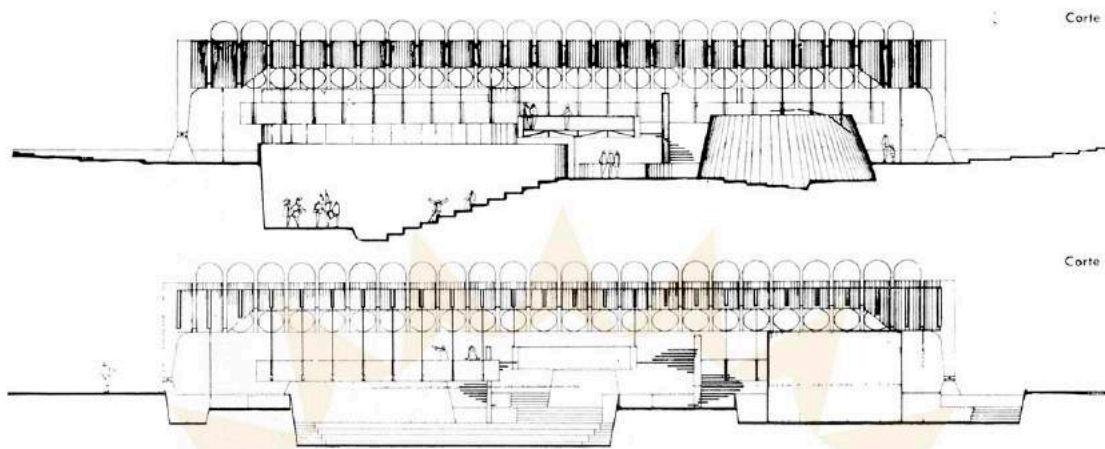


Figura 210. *Acrópole*, n. 361, maio de 1969.
Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Segundo lugar.
Autores: Koiti Yamagushi, Luigi Villavechia, Rogério Dorsa Garcia e Walter Caprera

Pavilhão de Osaka 2.º prêmio



O fechamento de vidro temperado e pivotante com mola em toda periferia permite o acesso à parte coberta em cada ponto.

Internamente há um sistema de ar condicionado, distribuído pelo piso com saídas nos muros de arrimo, resolvido com uma central para todo espaço.

Entre a "grelha", resultam calhas cruzadas que reunirão as águas pluviais e desaguarão, por intermédio de gárgulas, nas vigas-calhas da extremidade.

A construção é, basicamente, uma cobertura plana apoiada sobre oito pontos distribuídos regularmente na sua periferia. Tal cobertura é constituída por um conjunto de tubos de diâmetros de dois tipos, constituindo um quadrado de 42 metros de lado. A maneira regular com que foram conjugados os tubos faz com que o sistema apresente uma grande resistência a flexão, comportando-se de

maneira similar a uma grelha. Tirando-se partido de tal resistência, que ultrapassa sensivelmente a capacidade autoportante, penduraram-se à cobertura, por meio de tirantes, quatro lajes de piso, destinadas a receber, ou melhor, a constituir, salas de exposição.

Para a execução desta grande cobertura empregaram-se tubos de aço carbono laminado, (aço 1030) que, além de serem de fácil obtenção, podem ser cortados e soldados sem perigo da diminuição de sua resistência mecânica.

A associação modular repetitiva dos ditos tubos pode ser representada em planta da seguinte maneira: onde os tubos maiores têm um diâmetro de 160 cm, uma espessura de 1/2" e constituem as peças fundamentais da grelha, além de constituir o berço dos domos de iluminação; os tubos menores têm um diâmetro de 15 cm, uma espessura de 1/2" (também

necessária para a transmissão dos esforços entre os tubos maiores e consequente absorção dos esforços de cisalhamento). Tais tubos têm a função, além da citada de solidarização de servirem de caminho da passagem e ancoragem dos tirantes que suportam as lajes de exposição.

Todo conjunto é solidarizado por meio de cordões de solda que se desenvolvem ao longo dos retos verticais formadas pela tangência entre os cilindros.

A superfície superior da grelha, limitada entre quatro cilindros maiores será coberta por meio de uma chapa horizontal de aço que, além de servir de vedação, servirá para aumentar a rigidez do conjunto comportando-se como mesa de compressão.

(colaboradores: Maria C. Villavechia e José P. Oliveira Costa, arquitetos; consultor estrutural Ugo Tedeschi, eng. civil; ar condicionado: Thermoplan).

Perspectiva interna

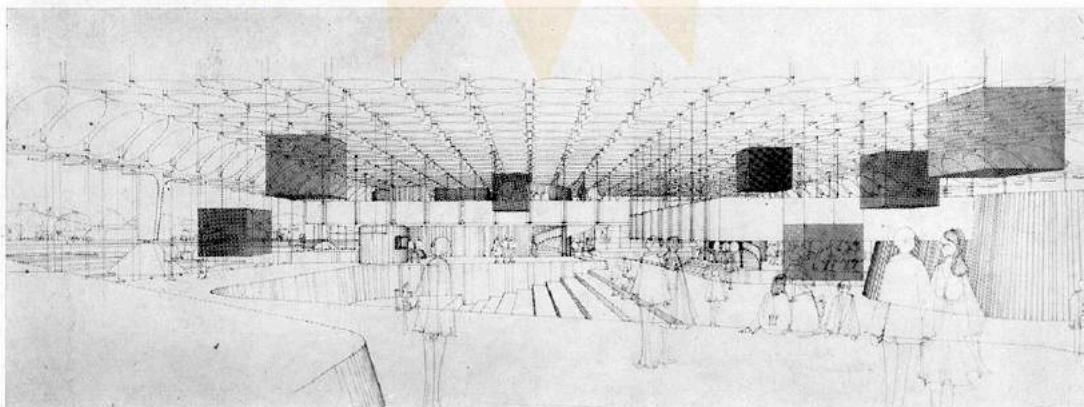
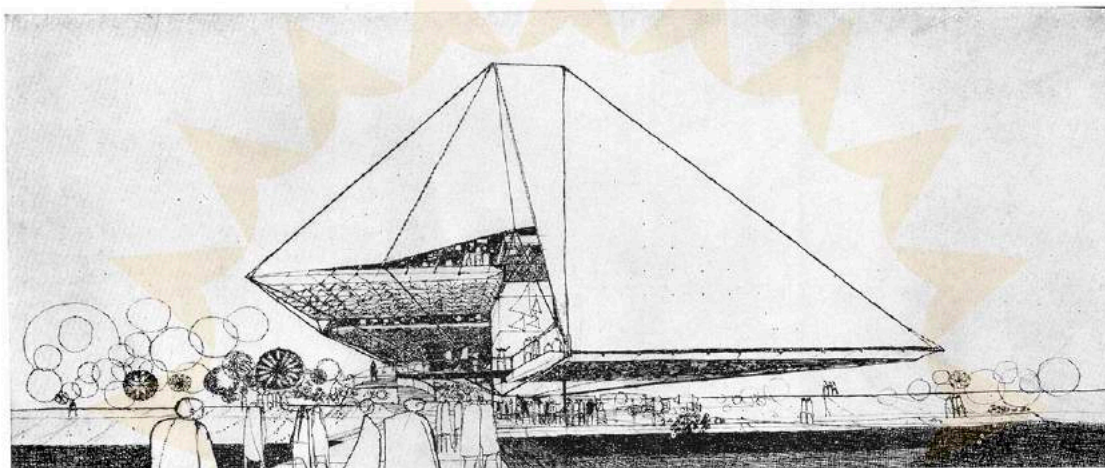


Figura 211. *Acrópole*, n. 361, maio de 1969.

Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Segundo lugar. Autores: Koiti Yamagushi, Luigi Villavechia, Rogério Dorsa Garcia e Walter Caprera

Pavilhão de Osaka 3.º prêmio



projeto: José H. P. Sanchotene, Alfredo Willer e Oscar Mueller, arquitetos

O partido

Pareceu-nos que o ambiente ideal para a apresentação do tema proposto deveria ser uma sucessão de espaços, crescentes em área e volume, ligados entre si, de forma a exprimir, em linguagem arquitetônica, a expansão, consequência do desenvolvimento. A disposição destes espaços em torno de um núcleo vertical, formando, em projeção, uma espiral, tem as seguintes vantagens:

a) máximo aproveitamento do espaço disponível, libertando maior parte do terreno para jardins, dando ao prédio a necessária perspectiva, da qual muito depende o efeito visual, tão importante num pavilhão de exposição;

b) solução fácil da circulação, sem cruzamento dos fluxos de ingresso e

de saída, respectivamente;

c) solução fácil da estrutura, pela suspensão das extremidades dos patamares, por meio de cabos, a partir do topo do núcleo central. A maior projeção dos patamares inferiores permite a suspensão individual de cada patamar evitando a sobrecarga dos cabos;

d) integração com o terreno: o escalonamento dos patamares tem continuidade nos escalonamentos da grande esplanada, do lago e, finalmente, da rua.

A solução

Zonamento: O pavilhão de exposição está dividido em três zonas distintas:

a) A grande plataforma que serve de

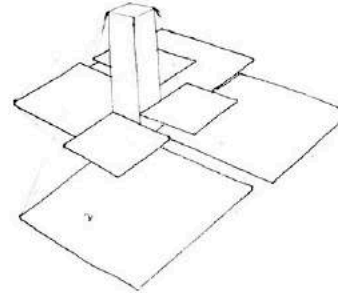
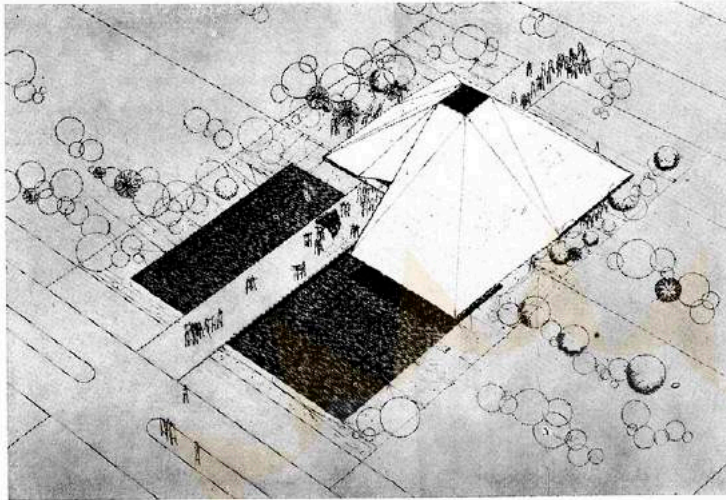
acesso, e que abriga ainda bar e sanitários, podendo eventualmente ser locada parcialmente a companhias particulares;

b) Espaço de exposição, abrangendo sete patamares, defasados de 1,5 m

c) Setor administrativo: localizada no subsolo. Sua planta poderá coincidir com a do "Radier" de fundação, por fins de economia. A sua localização no subsolo vem de encontro à intenção de tratar com discreção os contactos comerciais, a fim de não interferir com a orientação humanística dada à exposição.

Circulação: O acesso do espaço de exposições é feito através do elevador localizado na torre central, com apenas duas paradas: no térreo e no último patamar. Deste, o público percorre as diversas partes da mostra

Figura 212. *Acrópole*, n. 361, maio de 1969.
Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Terceiro lugar.
Autores: José Sanchotene, Alfredo Willer e Oscar Mueller



em sequência lógica, descendo de patamar em patamar, através de escadas simples, já que o desnível é de 1,5 m somente.

A localização das escadas e a forma quadrada dos patamares permitem o máximo aproveitamento do espaço através da definição do percurso de pessoas segundo um círculo.

Por outro lado, permitem ainda o uso do patamar para filmes, teatros, desfiles de modas, etc., sem interferir com a circulação, a qual, neste caso segue o menor percurso possível. A saída do espaço de exposições é feita separadamente da entrada. Vis que os dados do concurso não esclarecem qual a rua que deve ser de acesso, previu-se a possibilidade do uso de ambas ou uma só, indistintamente.

O acesso do setor administrativo é feito pelo elevador ou por meio de escada

Estruturas e materiais

A estrutura consiste em um pilar central de concreto armado, e os patamares, suspensos do mesmo. A estrutura destes é metálica, em forma de treliça especial tubular. Cada patamar será fixado num lado do pilar central e dois ou três apoios articulados e na outra extremidade fixado e suspenso por cabos de aço.

Os patamares serão revestidos na parte superior com material leve e resistente (chapa de aço corrugado e enchimento de concreto espumoso e acabamento em plástico). Entre os cabos de aço será estendida e fixada uma tela composta do mesmo material de bitola mais fina, para receber a cobertura em plástico liso, flexível e translúcido.

O enrijecimento da cobertura será obtido por meio de cabos de amarração em forma de leque entre a parte central de cada plano de cobertura e o pilar.

Consultor estrutural: Tesc, Castello S.A.;
colaboradores: T. Lucaski, L. Costa, A. Silva,
A. Cassilha, L. Oba e J. M. Kallier

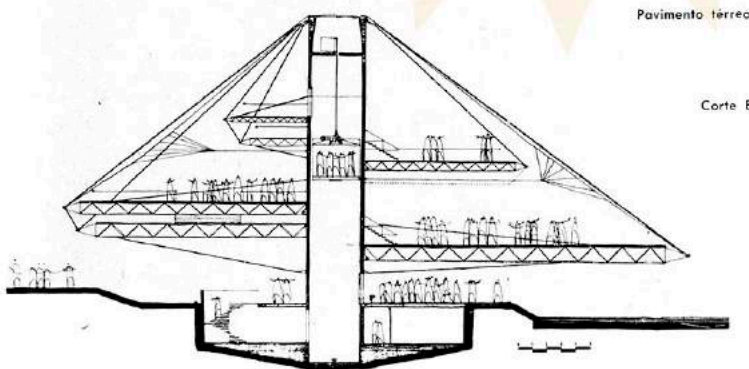
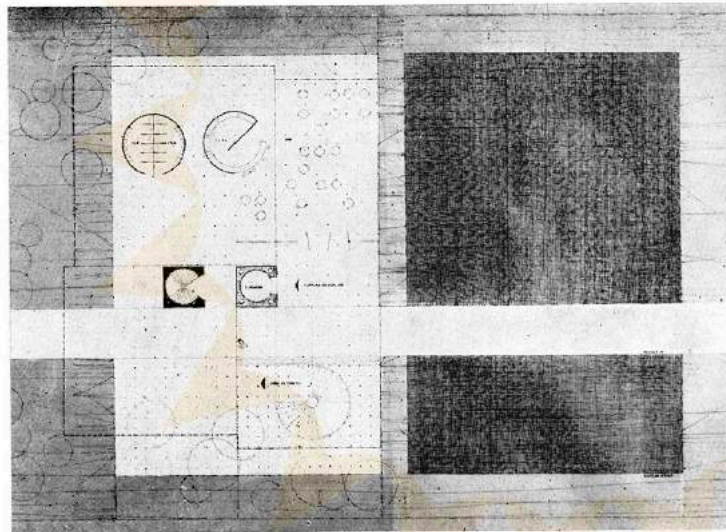


Figura 213. *Acrópole*, n. 361, maio de 1969.
Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Terceiro lugar.
Autores: José Sanchotene, Alfredo Willer e Oscar Mueller

Cinco projetos foram classificados em quarto lugar no concurso para o Pavilhão de Osaka, cada um publicado em uma página no mesmo número da revista *Acrópole* (n. 361, maio de 1969).

O projeto da equipe formada por Flávio Mindlin Guimarães, Marklen Siag Landa e Roberto Loeb (sem participações relevantes em concursos à época), de São Paulo, é formado por uma estrutura tubular utilizada em andaimes, escoramentos e cimbramentos. Conforme os autores: “por suas características de flexibilidade, além de rápida e fácil montagem, uma liberdade quase ilimitada de concepção de espaços e usos”. Sobre os espaços do pavilhão, os arquitetos resumem: “um conjunto de planos, em níveis diferentes, aos quais se tem acesso por intermédio de rampas, forma uma praça coberta que se liga visualmente com o espaço exterior, através da transparência que a própria estrutura compõe.” (PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPO 70, 1969, p.21-22).

Também de São Paulo, a equipe formada por Francisco Petracco, Edgar Dente, Ana Maria de Biase, Maria Helena Flynn e Miguel Juliano e Silva* foi mais uma equipe classificada em quarto lugar, com projeto cuja “estrutura é uma grelha de 40 x 40 m cujas vigas periféricas apoiam-se sobre quatro pilares de aço no sentido de diagonal do pilar, permitindo livre movimento das deformações da cobertura” (PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPO 70, 1969, p.24). Assim como o projeto vencedor e o segundo lugar, pode ser sintetizado como uma grande cobertura horizontal sobre um plano cuja topografia configura os espaços internos, dentre os quais se destaca uma grande arena integrada ao espaço exterior.

Outro projeto classificado em quarto lugar, também de São Paulo, é de autoria do arquiteto Siegbert Zanettini†. A publicação do projeto traz diagramas que explicam o evento expositivo proposto para o espaço, em “quatro impactos”, sintetizados nas expressões: assiste, participa, vive e leva. Nesse evento, elementos que segundo os autores sintetizam a cultura brasileira: “A escola sai à rua. Estandartes, bandeiras, passistas em evoluções ao som da bateria, atraem o espectador. (...) O som para. Aí, o atrai o aroma da feijoada (no sábado), do churrasco (no domingo) ou do tutu (na segunda). (...) Caipirinha, batidas e cafezinho acompanham sempre. Enquanto come observa o espaço. A arquitetura não compete e o envolve também.” (PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPO 70, 1969, p.25). No que se refere à arquitetura, trata-se de uma estrutura de geometria complexa, como uma superfície em revolução, que se assemelha a estruturas tensionadas, com abertura central. A publicação não traz informações sobre os elementos estruturais e a distribuição programática.

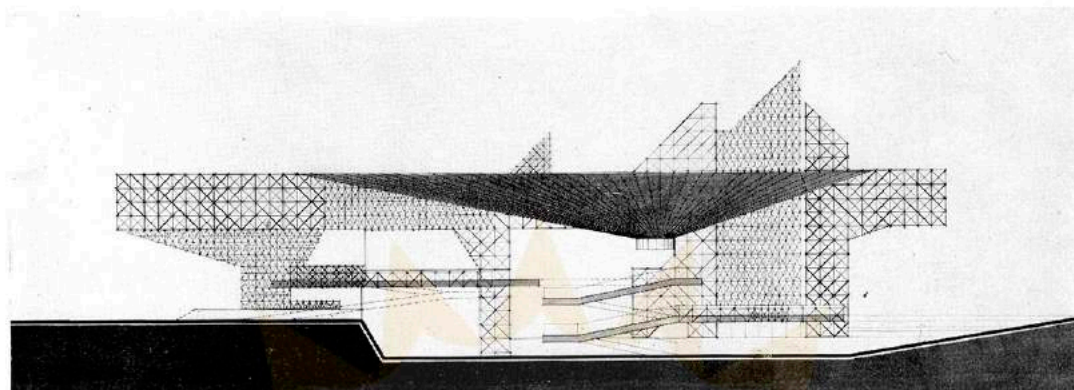
* Alguns integrantes da equipe obtiveram premiações e menções em concursos na época, dentre os quais se destaca Francisco Petracco (segundo lugar, Assembleia Legislativa de São Paulo, 1961; primeiro lugar, Clube XV, 1963; segundo lugar, Departamento de Segurança Pública em Brasília, 1967; menção honrosa, Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo) e Miguel Juliano (segundo lugar, Clube Paulistano, 1958; primeiro lugar, Clube Sírio, 1966).

† Com raras aparições em concursos no período, participou da equipe que obteve o terceiro lugar no concurso para o Tênis Clube Presidente Prudente (1966).

O projeto dos arquitetos Ivan Mizoguchi* e Rogério Malinski, do Rio Grande do Sul, foi mais um dos premiados em quarto lugar. Trata-se de uma grande praça coberta por estrutura transparente, que toca o solo em quatro pontos de apoio. Conforme descrição dos autores: “... criou-se um praça, elevada, parcialmente coberta, que ocupa todo o terreno. (...) É o espaço que propicia o encontro e convida ao diálogo. (...) Sua transparência dá ao espaço um novo valor: não há barreira, o homem pode ver o céu do seu abrigo.” (PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPO 70, 1969, p.26)

O quinto trabalho publicado entre os premiados em quarto lugar é de autoria da equipe formada por Artur Lício Pontual, Davino Pontual, Ralph Lifschits, Marcos Flaksman e Wolfgang Reiber (não há registros de participação da equipe em concursos), atuantes no Rio de Janeiro. O projeto, segundo os autores, “é concebido como uma via coberta, por onde circularão continuamente(...). Do exterior, através de grande esplanada, o visitante tem acesso ao interior do pavilhão”. Trata-se de uma composição de três volumes em forma de pirâmide, distribuídos de forma assimétrica e articulados por um vazio que atravessa os volumes.

* Ivan Mizoguchi, em conjunto com Miguel Pereira e outros arquitetos, foi premiado em terceiro lugar no concurso para a sede do Departamento Federal de Segurança Pública em Brasília (1967) e o quarto lugar no concurso para a Biblioteca Central em Salvador (1968).



projeto: Flávio Mindlin Guimarães, Marklen Siag Landa e Roberto Loeb, arquitetos

A arquitetura do pavilhão do Brasil deve exprimir o ritmo de desenvolvimento do País: simples e despojada, mas de linhas marcantes e fortes que atraíam o visitante para o seu interior, rico em espaços e possibilidades. O partido adotado, baseado num sistema construtivo constituído de tubos e braçadeiras conhecida internacionalmente através de seu emprego em andaimes, escoramentos e cimbramentos, possibilita, por suas características de flexibilidade, além de rápida e fácil montagem, uma liberdade quase ilimitada de concepção de espaços e usos.

A desmontabilidade de um pavilhão de exposições constitui cada vez mais um fator importante na sua conceituação; as feiras se realizam em períodos relativamente curtos, e uma vez terminadas, deixa de se justificar a manutenção de construções executadas para atender a fins específicos. A estrutura tubular apresenta a possibilidade adicional de ser fornecida em caráter de locação, durante o período de realização da feira, o que representa uma economia considerável no custo total da obra.

Pretendeu-se criar um espaço abrigado sem solução de continuidade com o exterior. Assim, um conjunto de planos, em níveis diferentes, aos quais se tem acesso por intermédio de rampas, forma uma praça coberta que se liga visualmente com o espaço exterior, através da transparência que a própria estrutura compõe.

A estrutura tubular, nascendo do chão, constitui um corpo único com forte embasamento, o que dá grande estabilidade ao conjunto, reduzindo ao mínimo o esforço nas fundações pela distribuição das cargas.

Uma cobertura de plástico transparente, ligada à estrutura por meio de cabos, reforça o conceito de praça coberta.

Através da grande rampa de acesso, o público atinge a mais alta das plataformas, no nível de 2,75 m. À medida que a percorre vai-se vendo envolvido por painéis fotográficos móveis que surgem do piso até assumirem alturas diversas. Uma nova rampa leva ao piso intermediário, onde outros espaços se formam e se modificam continuamente.

O nível inferior, ligado diretamente ao jardim e à praça externa que envolvem o pavilhão, é o local de estar.

A praça externa, destinada ao convívio e à apresentação de espetáculos de teatro, música, dança, participa vivamente do conjunto, desenvolvendo-se em níveis diferentes até atingir a altura das avenidas de circulação.

Colaboradores: arqs. F. R. C. de Almeida e G. Sallouti, desenhista: A. Savioli, consultor: eng. V. Canteruccio

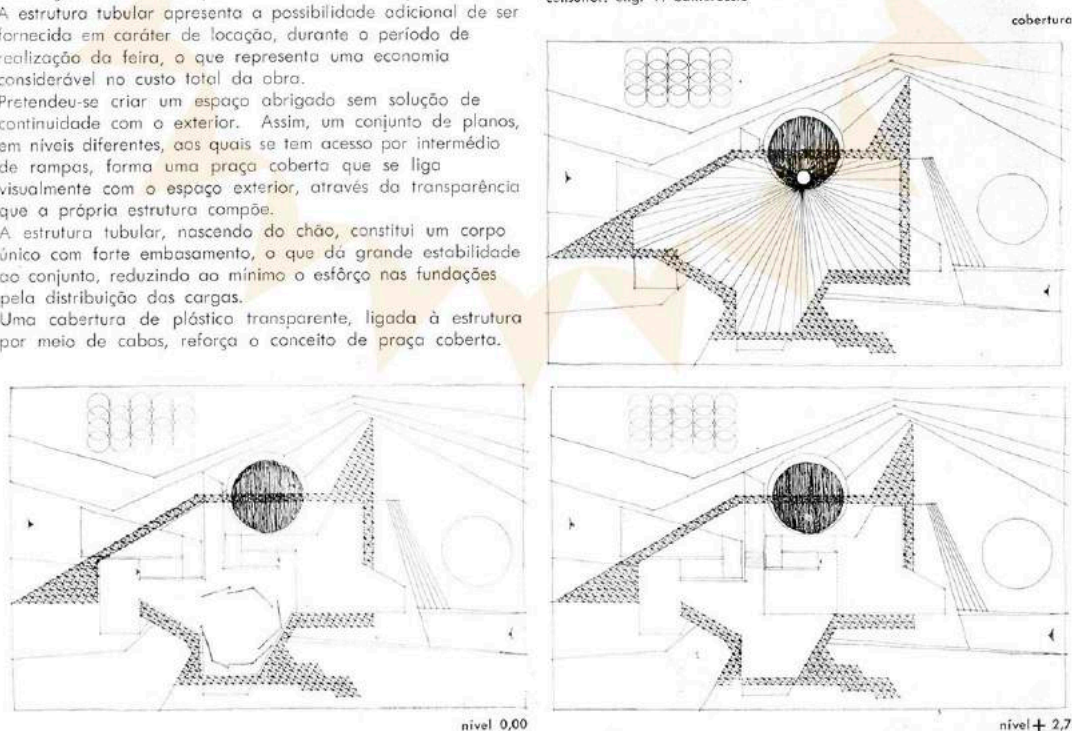
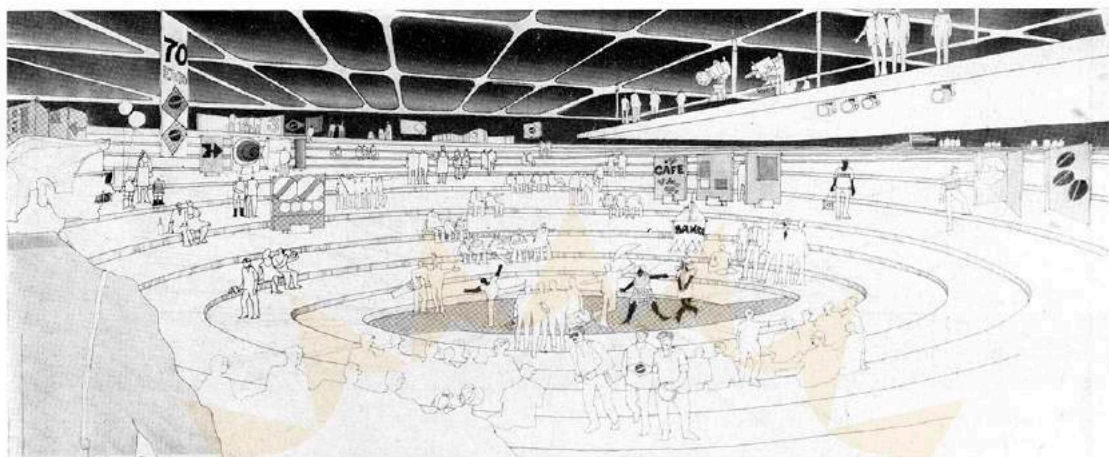


Figura 214. *Acrópole*, n. 361, maio de 1969.
Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Quarto lugar.
Autores: Flávio Mindlin Guimarães, Marklen Siag Landa e Roberto Loeb

Pavilhão de Osaka 4.º prêmio



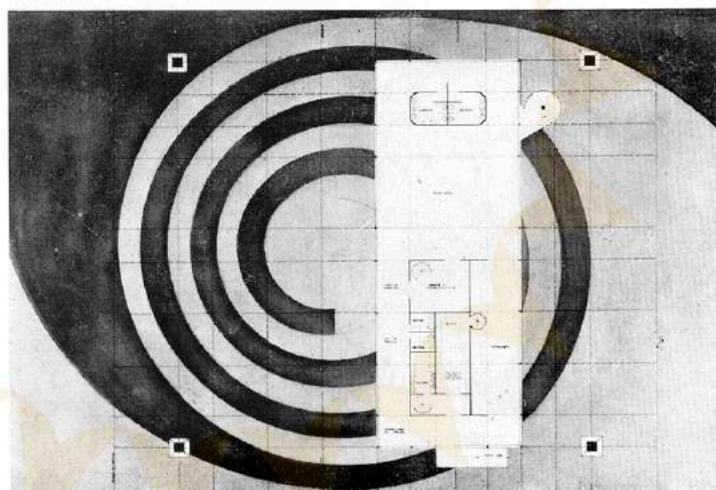
projeto: Francisco Petracco, Edgar Dente, Ana Maria de Biase, Maria Helena Flynn e Miguel Juliano e Silva, arquitetos

Brasil

Que tem história
que tem gente que tem história
que veio dali
da África, da Europa, do Japão
e construiu aqui esta sombra amiga
quieta bonita
feita para um trago
um samba e um bate-papo.
Veja esta mulata do Caimi
e aquela do Di
essa fita do Glauber
essa jogada do Pelé
êsse projeto do Oscar
essa música do Caetano
êsse samba do Chico
aquela baquiana do Heitor
aquela piada do Millor
êsse blá...

A estrutura é uma grelha de 40 x 40 m
cujas vigas periféricas apoiam-se
sobre quatro pilares em roletes de aço
no sentido de diagonal do pilar,
permitindo livre movimento nas
deformações da cobertura.

Colaboradores: A. Talaat, J. Zejlo, Y. Nakagawa,
J. A. Condolo, C. R. de Azevedo e M. Acayaba.



Corte e planta do mezan

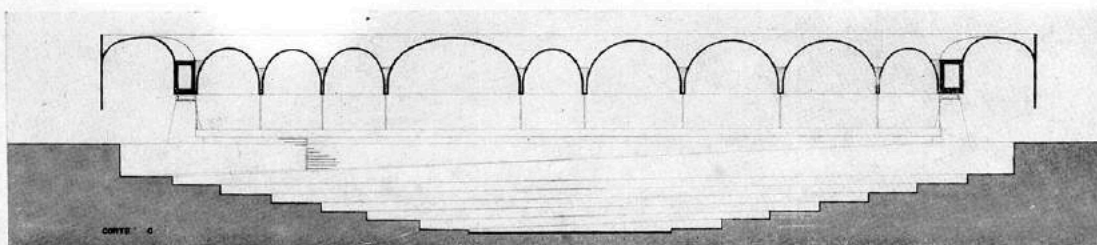
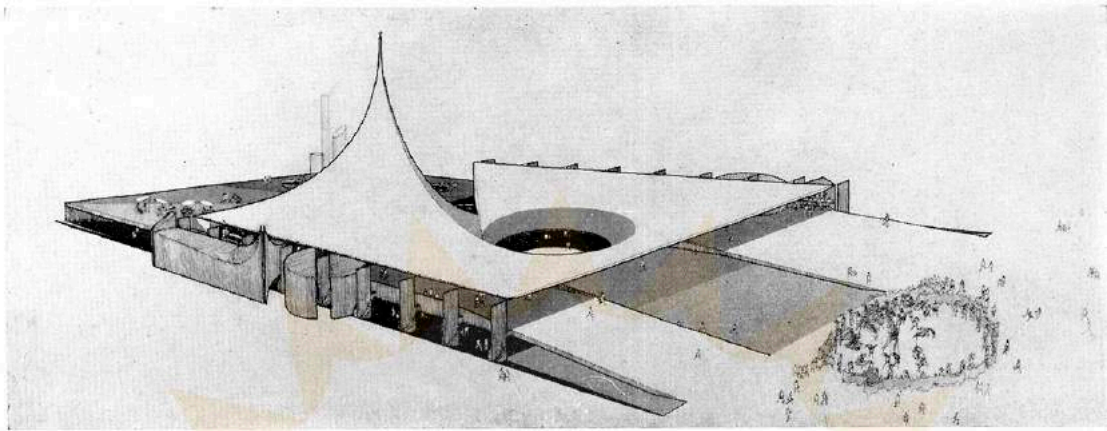


Figura 215. *Acrópole*, n. 361, maio de 1969.

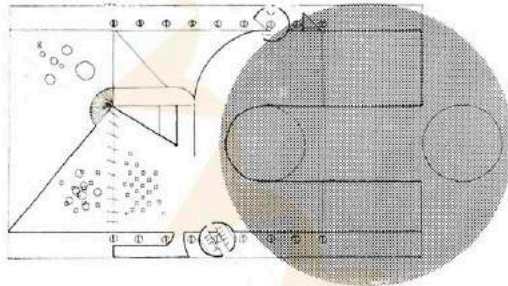
Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Quarto lugar.

Autores: Francisco Petracco, Edgar Dente, Ana Maria de Biase, Maria Helena Flynn e Miguel Juliano e Silva

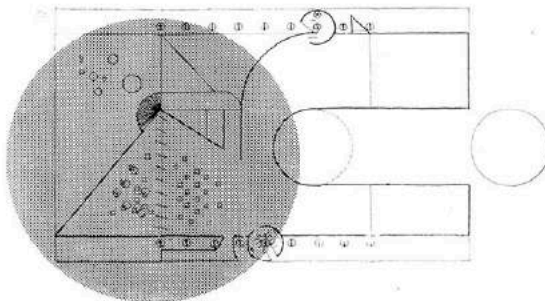


projeto: Siegbert Zanettini, arquiteto

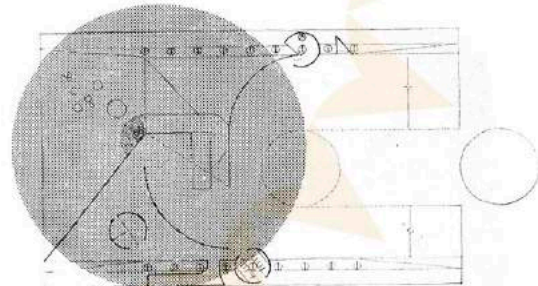
IMPACTO 1 — ASSISTE A escola sai à rua. Estandartes, bandeiras, passistas em evoluções ao som da bateria, atraem o espectador. Cadência, ritmo, movimento — som, forma e cor — competem e impõem o espetáculo. A escola entra e com ela o povo. Não sente a rampa que sobe. Observa, agora, de cima.



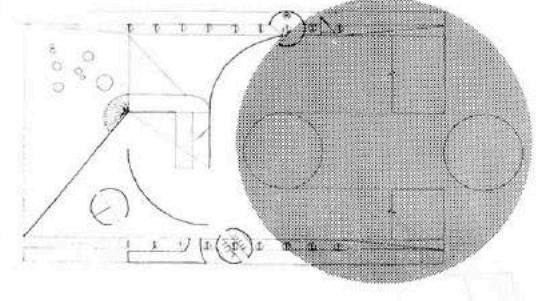
IMPACTO 3 — VIVE Numa rampa em leque sai ao sol de verão. Descobre grandes tubos transparentes. Uma amostragem rica e colorida de cristais de rocha, minérios, madeiras o conduzem ao espelho d'água com vitória-régias. Em cima a cobertura branca recorta o céu azul. Vive aí, não imagens da nossa realidade mas, novamente, pedaços dela.



IMPACTO 2 — PARTICIPA O som para. Aí, o atrai o aroma do feijoado (no sábado), do churrasco (no domingo) ou do tutú (na segunda). Vatopé, Muqueca, Xinxim, Acarajé, completam o menu da semana. Coipirinho, batidos e cafézinho acompanham sempre. Enquanto come observa o espaço. A Arquitetura não compete e o envolve também.



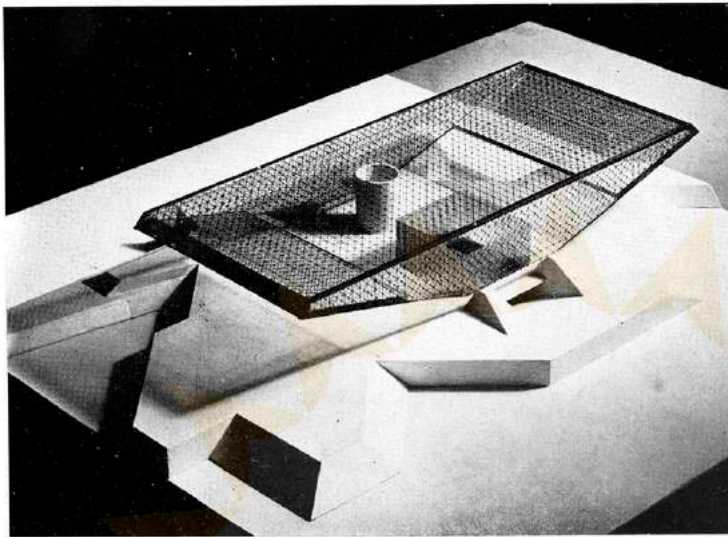
IMPACTO 4 — LEVA Desce a rampa e se encaminha para a saída. "Grandes painéis a conduzem. Fixam as principais cidades brasileiras. Intercalam estádios, estradas, barragens — idéia da escola gigantesca de nossos problemas e da arrêjo das soluções. A festa brasileira termina. Recomeça a cada hora. Recebe na saída pedaços de Brasil.



Colaboradores: E. H. Tsujimoto, L. A. Cundari, R. S. Leme e A. M. Frizzo.

Figura 216. *Acrópole*, n. 361, maio de 1969.
Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Quarto lugar.
Autores: Siegbert Zanettini

Pavilhão de Osaka 4.º prêmio



projeto: Ivan Mizoguchi e Rogério Malinski
arquitetos

Expressão plástica

Pensamos o problema da expressão plástica em termos de meio de comunicação, e éste, como possibilidade da participação do observador individual ou coletivo.

É uma tentativa de integração do indivíduo com os seus semelhantes no convívio pessoal do ambiente da feira e na vivência perspectiva e emocional no espaço interno do pavilhão. Assim, criou-se uma praça, elevada, parcialmente coberta, que ocupa todo o terreno.

É o espaço que propicia o encontro e convida ao diálogo.

O pavilhão é a tentativa de criar, de propor um novo símbolo, é a forma típica do estágio de uma cultura, é a simplicidade, a ousadia, os anseios e possibilidades do homem fundidos no aço e no concreto armado. Sua transparência dá ao espaço um novo valor: não há barreira, o homem pode ver o céu do seu abrigo.

Funcionalidade

Considerando as pequenas dimensões do lote destinado ao Pavilhão do Brasil,

a sua situação entre duas vias de trânsito e desconhecimento quanto às características dos pavilhões vizinhos, procuramos isolar o bloco dos limites do terreno, permitindo ao público o livre trânsito sobre a praça e garantindo ao bloco o seu necessário isolamento em relação aos outros pavilhões.

Isto pôsto, preocupou-nos a organização dos espaços do Pavilhão, sendo definidos três setores:

1. Acessos principal e secundário, exposição e anfiteatro.
2. Local para recreação, administração, serviços etc... Estes foram localizados no pavimento térreo e sob o piso da praça.
3. Exposição e saída no pavimento superior.

Técnica de construção

Considerando a tecnologia do Japão, as condicionantes quanto à necessidade de desmontabilidade e ainda o caráter do Pavilhão de Feira propomos um bloco construído de treliça espacial, metálica, de tubos de aço sem costura, sustentada por quatro apoios de concreto.

O esquema estrutural é simples, pois dois planos laterais do bloco que estão apoiados funcionam como vigas e recebem a carga do Pavilhão. O piso interno do bloco é suspenso na cobertura.

Colaboradores: C. Mann, D. Becker, E. Lima I, Carvalho, J. Peng, M. Malinski, N. Macho P. Giora, P. Guimarães, R. Gutierrez F.;
consultores: E. Fritsch, J. P. de Oliveira e F. de Souza.

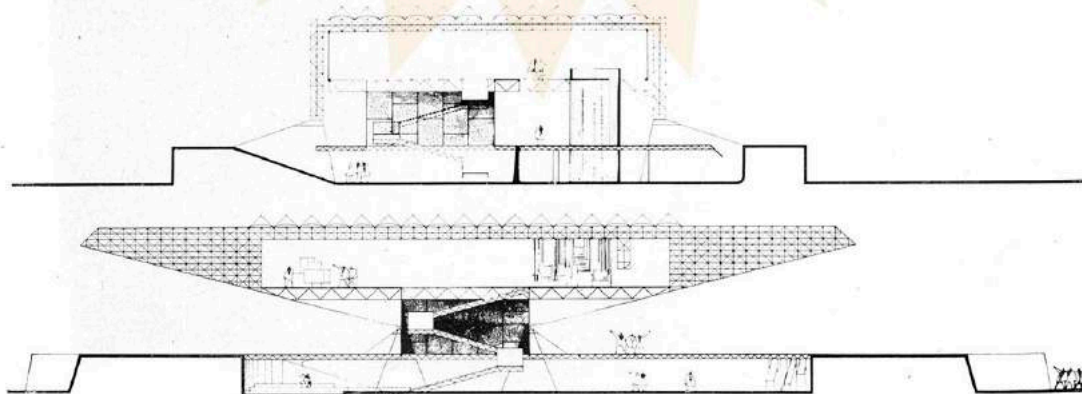


Figura 217. *Acrópole*, n. 361, maio de 1969.
Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Quarto lugar.
Autores: Ivan Mizoguchi e Rogério Malinski

A concepção arquitetônica do Pavilhão resultou de uma série de considerações básicas decorrentes da idéia central de que a mostra brasileira deveria ser tratada como espetáculo, de que o visitante deverá ter ali uma noção da escala monumental dos problemas enfrentados e solucionados pelo homem brasileiro, pois não temos para mostrar produtos de uma tecnologia avançada, capaz de competir com os países desenvolvidos.

O pavilhão é concebido como uma via coberta, por onde circularão continuamente os visitantes, num fluxo comandado pelo maior ou menor interesse despertado pela mostra. Do exterior, através de grande esplanada, o visitante tem acesso ao interior do pavilhão. Da "introdução ambiental" até o café, o visitante percorrerá, seguindo a um caminhamento natural, os 3 grandes núcleos de espetáculo — a terra, o homem, a cultura — e as duas salas de transição (onde estarão expostos os objetos brasileiros primitivos e objetos de nosso novo desenho industrial).

A concepção geral do pavilhão envolve uma perfeita integração entre a mostra e os aspectos arquitetônicos internos e externos, como obra conjunta de uma equipe multicurricular, onde o arquiteto se nivelou ao técnico em comunicação visual, ao cenógrafo, ao fotógrafo, ao sonoplasta e a todos os demais especialistas mobilizados para solucionar os diversos problemas inerentes a um projeto dessa natureza.

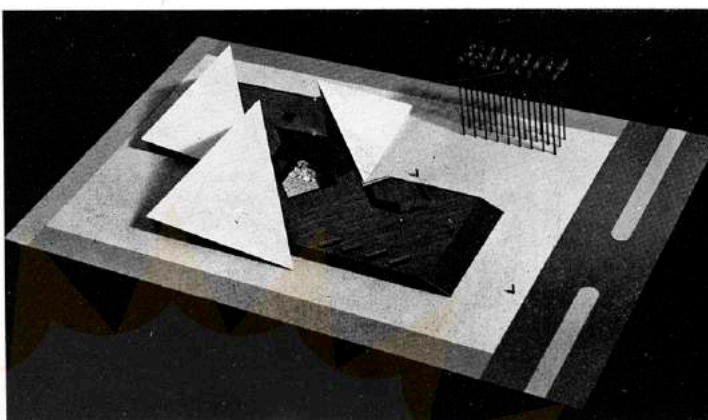
Designers: A. Magalhães, J. R. de Campos, R. Rodrigues e N. M. de Lima; fotógrafos: R. Maio, V. Formiga e M. Gautherot; maquetista: E. Uzanyi; consultores: A. A. de Noronha, R. T. Motta, H. M. Barbosa e J. C. Leone e Associados.

Corte

- 1 Entrada
- 2 Espetáculo "Terra"
- 3 Espetáculo "Cultura"
- 4 Projétores
- 5 Telas
- 6 Espelhos
- 7 Exaustores

Planta

- 1 Acesso ao pavilhão
- 2 Rampa de acesso
- 3 Introdução ambiental
- 4 Espetáculo "Terra"
- 5 Primeira transição
- 6 Espetáculo "Homem"
- 7 Segunda transição
- 8 Espetáculo "Cultura"
- 9 Dispersão
- 10 Pátio descoberto
- 11 Café
- 12 Informações
- 13 Escritórios e sanitários
- 14 Auditório
- 15 Saída



projeto: Artur Lúcio Pontual, Davino Pontual, Ralph Lifschits, Marcos Flaksman e Wolfgang Reiber, arquitetos

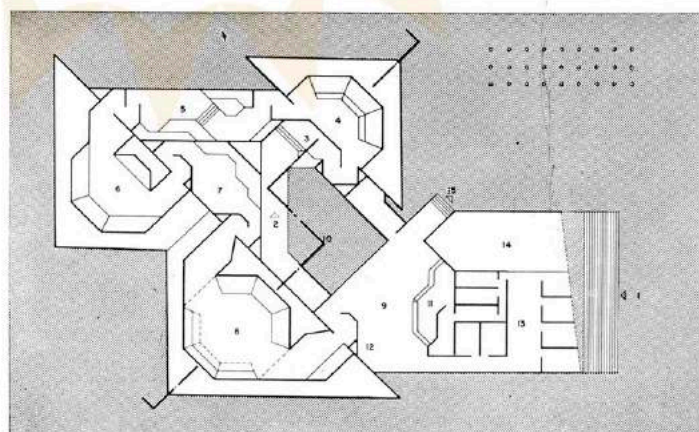
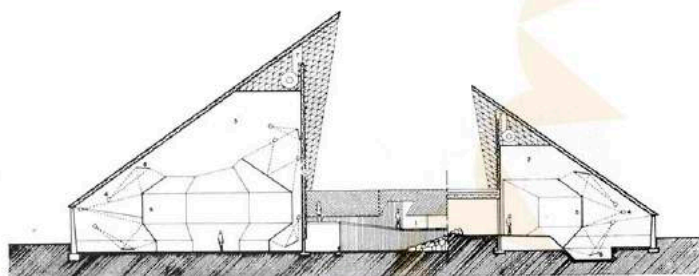


Figura 218. *Acrópole*, n. 361, maio de 1969.

Concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Osaka, 1970. Quarto lugar.

Autores: Artur Lúcio Pontual, Davino Pontual, Ralph Lifschits, Marcos Flaksman e Wolfgang Reiber

Em março de 1970, no número 371 da *Acrópole*, foi publicada nota sobre a inauguração da Exposição Universal de Osaka para a qual eram previstos 50 milhões de visitantes. No número seguinte (372), em abril de 1970, foi publicado artigo de Flávio Motta (responsável pela proposta expositiva do pavilhão), intitulado “Arquitetura brasileira para a EXPO 70” e, nas páginas seguintes, mais uma vez publicado o projeto do pavilhão brasileiro, desta vez com fotos da construção. No texto, Flávio Motta faz correlação entre o Pavilhão da Expo Nova Iorque, de 1939, e o Pavilhão de Osaka, como “marcos do desenvolvimento histórico da arquitetura brasileira” e destaca as premissas do novo pavilhão:

Aproximaram-se um pouco mais das convicções básicas e também “transcendentais” de um viver humano socialmente afirmado. Por isso – ou também por isso – ocorre de imediato a imagem de um pavilhão que se abre em todas as direções; de um pavilhão cuja cobertura apenas pousa sobre a terra, e cuja terra se eleva levemente, em ondulações que se balanceiam entre o “natural” de uma paisagem dada e o “mental” dos perfis milimetricamente controlados pelo rigor da apropriação construtiva ou tecnológica. (MOTTA, 1970, p. 25)

Motta ainda completa:

Chegar-se-á ao Pavilhão do Brasil, gradativamente, para então se dar conta que a maior diferenciação se faz na cobertura, “vazada” de luz, e não na base. O chão acolhe, suavemente o caminhante. Não mostra divisas. (MOTTA, 1970, p. 25)

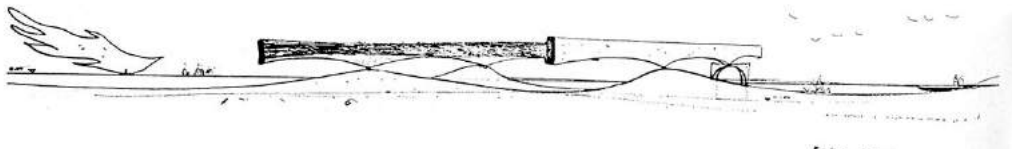
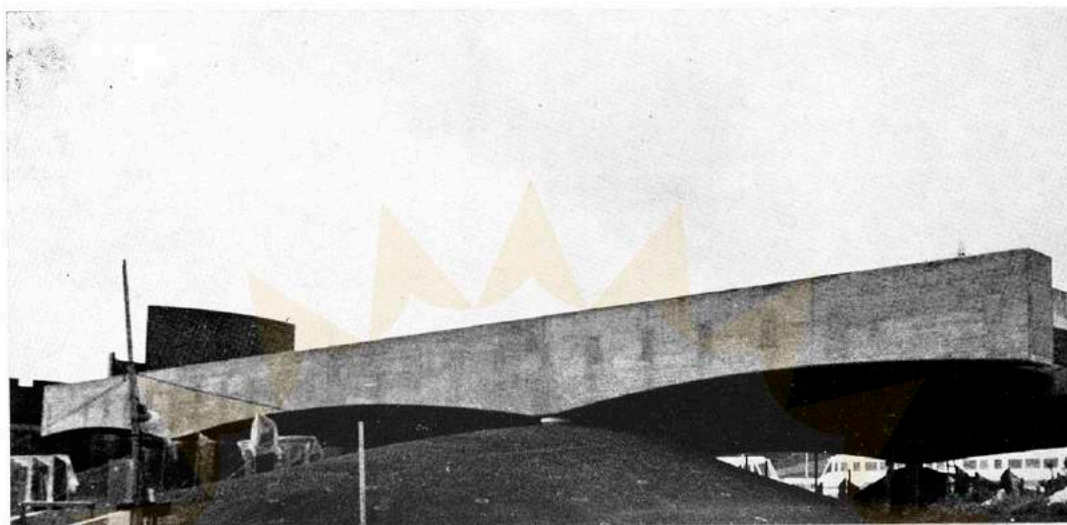


Figura 219. *Acrópole*, n. 372, abr. 1970.
Pavilhão do Brasil em Osaka. Croqui que ilustra o artigo de Flávio Motta.

Pavilhão oficial do Brasil

27

Exposição internacional EXPO' 70 Osaka, Japão



Fachada do pavilhão, uma das frentes de acesso

projeto: Paulo A. Mendes da Rocha, arquiteto
colaboração: Flávio Motta, prof. FAUSP
Júlio Katinski
Ruy Ohtake
Jorge Caron, arquitetos
Marcelo Nitsche e
Carmela Gross, artistas
estrutura: Siguer Mitsutani, engenheiro
coordenação: Mitsui Brasileira I. E. Ltda.
construção: Fujita General Constr. Co.

Outra fachada do pavilhão e também frente de acesso. Sob a calçada está o "Anexo do Itamaraty"

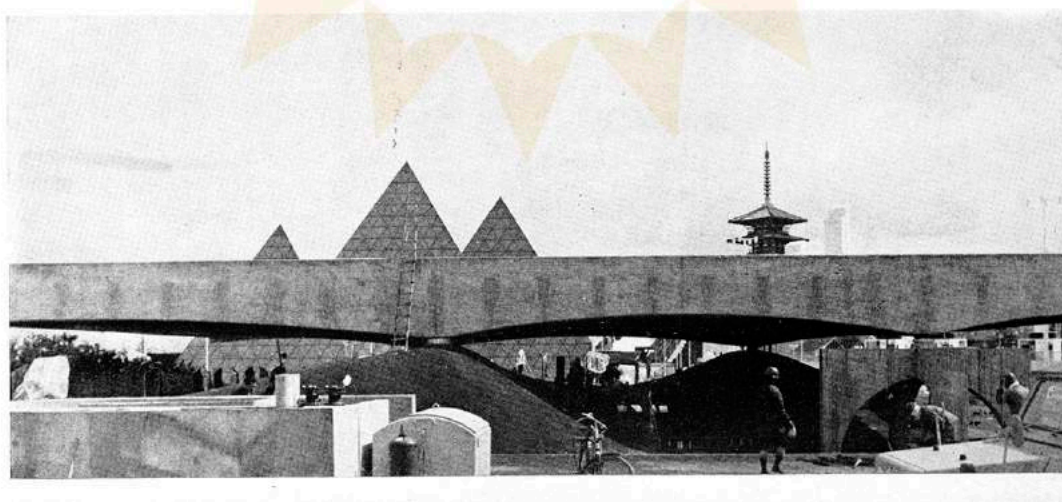
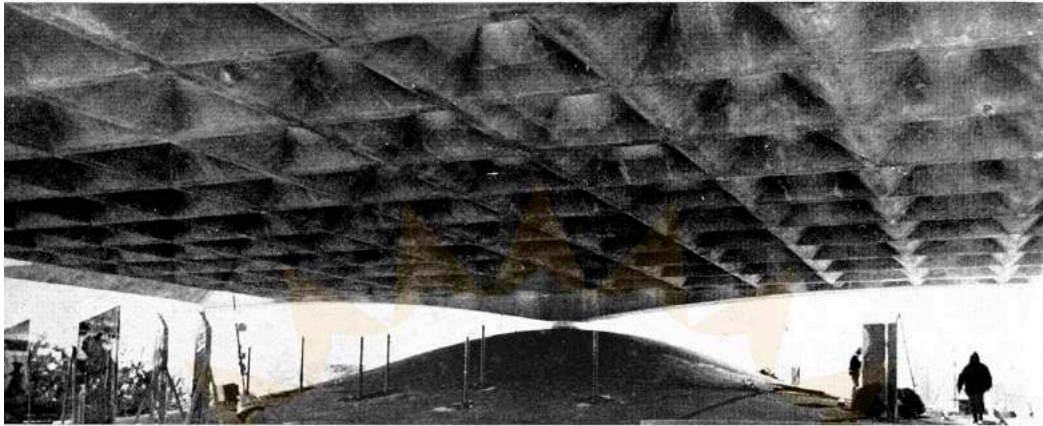
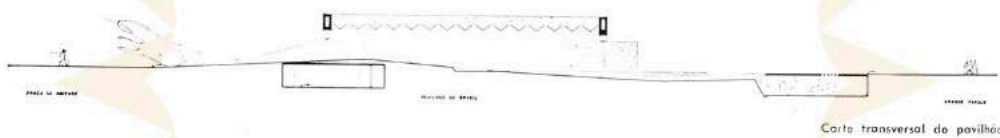


Figura 220. *Acrópole*, n. 372, abr. 1970. Pavilhão do Brasil em Osaka. Obra construída. Projeto: Paulo Mendes da Rocha. Colaboradores: Flávio Motta, Júlio Katinski, Ruy Ohtake, Jorge Caron (arquitetos), Marcelo Nitsche e Carmela Gross (artistas). Estrutura: Siguer Mitsutani.



Outra vista interna. Os desníveis no chão fazem crescer o espaço interno e também organizam um pouco os entradas.



Corte transversal do pavilhão

As fachadas laterais estão rebatidas na cobertura, já que não há recuos nos lados. O plano da cobertura tangencia os arcos das duas vigas principais. Assim, a luz ajuda a fundir melhor a laje com as vigas.

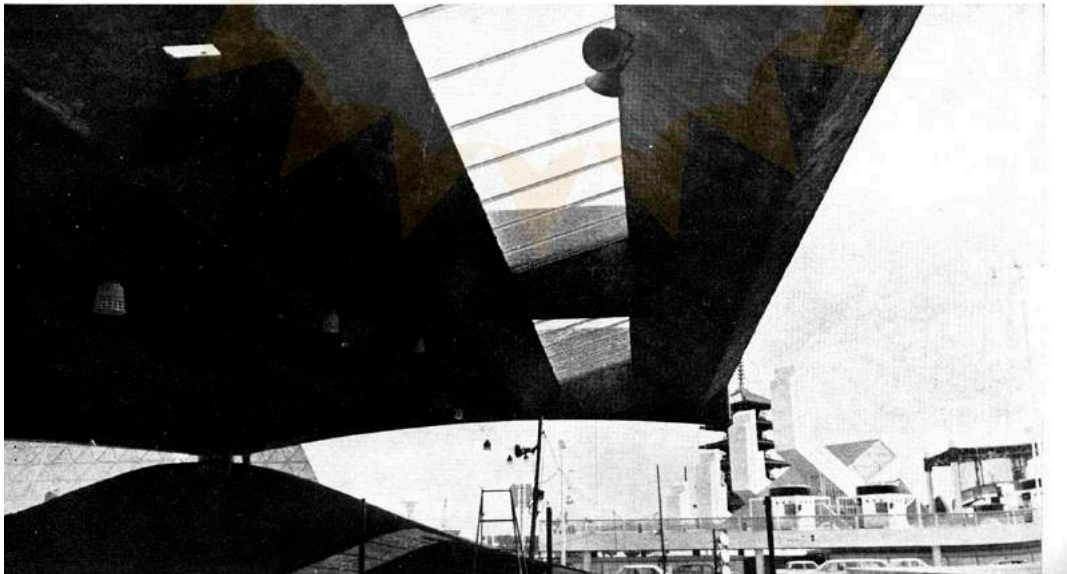


Figura 221. *Acrópole*, n. 372, abr. 1970. Pavilhão do Brasil em Osaka. Obra construída. Projeto: Paulo Mendes da Rocha. Colaboradores: Flávio Motta, Júlio Katinski, Ruy Ohtake, Jorge Caron (arquitetos), Marcelo Nitsche e Carmela Gross (artistas). Estrutura: Siguer Mitsutani.

Assim como Flávio Motta no artigo da *Acrópole*, Hugo Segawa destacaria a correlação entre os dois ícones efêmeros do movimento moderno brasileiro: os pavilhões de Nova Iorque (1939) e de Osaka (1970):

Parece uma ironia deste que escreve: os paradigmas de uma vanguarda não mais existem. Naturalmente, não foram concebidos como paradigmas. Tampouco para sobreviver ao tempo, eram arquiteturas do efêmero. (1998, p.157)

Uma das principais expressões do brutalismo brasileiro, ainda que efêmera, foi concebida, materializada e desmaterializada em um dos períodos de maior brutalidade da história do país. Em 1970, enquanto o Pavilhão de Osaka recebia milhares de visitantes no Japão, os arquitetos e professores Vilanova Artigas, Jon Maitrejean e Paulo Mendes da Rocha, cassados pela ditadura militar, estavam privados de exercer suas atividades na FAU-USP e impedidos de prestar serviço às instituições públicas. Conforme relembra Artigas:

“Depois do golpe as coisas ficaram muito difíceis. A censura atingiu todos os aspectos da vida cultural brasileira. (...) O que o Golpe de 64 fez, com a censura, foi nos dispersar. Perdemos nossa unidade.” (ARTIGAS, 1984, p.174).

Sobre o Golpe Militar e as cassações, Paulo Mendes da Rocha comenta:

*“Eu fui cassado como a esquerda de um modo geral foi cassada, e foi cassada a inteligência brasileira em toda a Universidade e nós estamos pagando até hoje isso aí. Desmantelaram a Universidade, os militares, em 64. Não acabou o desastre, até hoje.”**

Segundo Maitrejean, a cassação “pretendia, na verdade, eliminar o esquerdismo da intelectualidade que dava aula na USP. Ela atingia especificamente as lideranças de esquerda.” (COMISSÃO DA VERDADE, 2018, p.39). De acordo com a Comissão da Verdade da USP (2018) houve ainda as “cassações brancas” e o controle ideológico, em especial no que se refere às contratações de novos professores, que passavam por processos de “triagem político-ideológica”.

Em julho de 1971, na *Acrópole* (n. 386), foi publicada nota sobre a premiação da equipe coordenada por Paulo Mendes da Rocha no concurso internacional para o Centre Beaubourg (Centro Pompidou, em Paris). A competição teve quase setecentos competidores, de 49 países. Oscar Niemeyer integrou o júri, presidido por Jean Prouvé e que também teve a participação de Philip Johnson, entre outros (foto da capa desta dissertação). O projeto, no entanto, não foi publicado na revista, que encerraria as atividades meses depois.

O último número da revista *Acrópole* (n.390) foi publicado em novembro de 1971 e traz o texto de Eduardo Corona, intitulado “Vida e Morte de uma revista”. A justificativa

* Trecho de entrevista concedida ao autor deste trabalho, em 05 de maio de 2017.

apresentada pelos editores era “que as condições de manutenção financeira através da publicidade, não mais são favoráveis para a comunidade da revista.” Não foram apresentadas pelos editores relações entre o encerramento das atividades da revista e o contexto político do regime militar. O artigo de Corona procura traçar um breve histórico da revista, ressaltando sua importância:

Após 33 anos ininterruptos isto é melancólico: uma revista especializada de projeção internacional desaparecer simplesmente. (...) Sua redação era ponto de encontro eventual de alguns arquitetos paulistas (...). Sua história diz bem de sua importância no campo da divulgação e da análise de nossa arquitetura contemporânea. Muita coisa, hoje, ao ser pesquisada com relação à evolução de nossa arquitetura, o terá que ser feita nas páginas da ACRÓPOLE e cada vez mais o será. (CORONA, 1971, p.6)

O artigo, no final, lamenta o encerramento de todas as revistas especializadas em Arquitetura naquele momento. *Acrópole* era a última:

E assim, encerra-se mais uma página da história de nossa arquitetura. E melancolicamente, porque a ACRÓPOLE é a última revista especializada que desaparece. Todas as outras já se foram, - que boas recordações da MÓDULO – esta foi a que mais tempo aguentou. É pena ! (CORONA, 1971, p.6)

O arquiteto e editor Fernando Serapião publicou, em 2006, artigo sobre a revista *Acrópole* intitulado “A vanguarda fez mal para os negócios”. Segundo Serapião (2006), a *Acrópole* “nasceu comercial e morreu vanguardista”. E questiona: “Mas como a publicação desapareceu em pleno momento de aquecimento econômico?” O autor ainda destaca:

...na segunda fase, principalmente nos últimos anos de vida, os projetos não executados ganham força. Isso demonstra que a revista ficou mais experimental. A publicação de concursos de arquitetura é expressiva. (SERAPIÃO, 2006)

Serapião argumenta que a presença, nas páginas da revista, de publicações menos comerciais e com mais conteúdo arquitetônico “com ênfase em um compromisso social”, decretou o final da revista, e resume: “A arquitetura fez mal para os negócios”.

Apesar de Corona e Serapião não abordarem o contexto político de ditadura e da repressão da época como motivadores do fim da *Acrópole*, é importante ressaltar que as principais lideranças da profissão (tanto na prática quanto no ensino), regularmente publicadas na revista, eram vítimas naquele momento, em maior ou menor grau, da repressão militar, em virtude de suas posturas ideológicas. Números especiais da *Acrópole* foram dedicados a alguns desses arquitetos nos últimos anos da revista: Flávio Império, Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre (1965); Paulo Mendes da Rocha (1967); Oscar Niemeyer (1969).

Em nosso entendimento, a repressão do período, assim como interrompeu a formação, a liberdade de proposição e de reflexão no meio acadêmico e profissional, foi

determinante – seja direta ou indiretamente - para a “morte” das principais contribuições editoriais (e conseqüentemente críticas) no campo da Arquitetura, que encerraram suas atividades entre 1965 e 1971 e, conseqüentemente, para a fragilização do debate em torno dos concursos de projeto. Como sugere Segawa, trata-se do fim de um ciclo editorial:

O ano de 1965 marca o fim de algumas revistas com os problemas políticos relacionados ao golpe militar de 1964. Nunca, em momento anterior ou posterior, os leitores estiveram tão servidos com publicações especializadas de arquitetura. (SEGAWA, 1998, p.130)

VIDA E MORTE DE UMA REVISTA

Este é o último número desta revista chamada ACRÓPOLE. Pelo menos é a informação que os editores e proprietários fazem chegar a nós arquitetos acrescentando que as condições de manutenção financeira através da publicidade, não mais são favoráveis para a continuidade da revista. Após 33 anos ininterruptos isto é melancólico: uma revista especializada de projeção internacional desaparecer simplesmente. Na bibliografia de quase todas as revistas de arquitetura do mundo vem a ACRÓPOLE comparando mês após mês. Os arquitetos brasileiros acostumaram-se a ver de quando em vez um projeto seu aqui publicado. Sua redação era ponto de encontro eventual de alguns arquitetos paulistas que até manuseavam livros e publicações de toda parte. Sua biblioteca de grande valor material e cultural acaba de ser adquirida pela Faculdade de Arquitetura Braz Cubas de Mogi das Cruzes. Sua história diz bem de sua importância no campo da divulgação e da análise de nossa arquitetura contemporânea. Muita coisa, hoje, ao ser pesquisada com relação à evolução de nossa arquitetura, o terá que ser feita nas páginas da ACRÓPOLE e cada vez mais o será.

Vejamos a sua vida: em meados de 1937 o arquiteto Eduardo Kneese de Mello foi procurado pelo Sr. Roberto Corrêa de Brito para a confecção de um album impresso das obras daquele arquiteto e que foi realizado nesse mesmo ano. No decorrer das conversações o arquiteto Kneese de Mello, sempre entusiasta das coisas da arquitetura, aventou a possibilidade de ser montada uma revista de arquitetura em São Paulo. O senhor Corrêa de Brito imediatamente interessou no assuntos os arquitetos Henrique Mindlin e Alfredo Ernesto Becker, que se puseram à disposição da façanha. E o 1.º número saiu em maio de 1938, contendo na capa um clichê do monumento a Ramos de Azevedo, e no editorial artigo do Kneese de Mello sobre a Acrópole de Atenas [evidentemente um símbolo da arquitetura de todos os tempos]. Daí, paulatinamente, durante todos esses anos foi a revista publicando projetos e obras da maioria dos arquitetos de São Paulo e grande número de outros do resto do país. Realizou também números especiais como: IV Centenário de São Paulo em janeiro de 1954; 25.º aniversário da Revista, sobre a cidade de São Paulo em maio de 63; sobre Sérgio Bernardes, em dezembro de 63; sobre a inauguração de Brasília, em fevereiro de 60 (2 edições); sobre escolas dos arquitetos Hélio Duarte, Lúcio Grinover, Marlene Picarelli e Roberto Tibau, em fevereiro de 65; sobre Carlos Millan (2 números, em maio de 65 e setembro de 66; sobre os arquitetos Flávio Império, Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre, em julho de 65; sobre Oswaldo Bratke e seu projeto de cidade no Amapá, em março de 66; sobre João Toscano, em abril de 67; sobre Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro, em agosto e setembro de 67 (2 números); sobre Joaquim Guedes, em fevereiro de 68; sobre Zanettini, Campos F. e Corrêa, em julho de 68; sobre Oscar Niemeyer, em julho de 69; sobre o Metrô, em março de 69; sobre a Universidade de Brasília, em janeiro de 70; sobre o Mobiliário Brasileiro, contribuição de Luís Saia, em novembro de 70; sobre Jorge Caron, em junho de 70; sobre Ruy Ohtake, em julho de 71; sobre Eduardo Longo (2 números), setembro e outubro de 71 e agora este último, dedicado às obras e trabalhos dos arquitetos João Cauduro e Ludovico Martino, de dezembro de 71.

Afora isto, a ACRÓPOLE como editora, publicou: um livro sobre Residências e Interiores, em junho de 54; Notas sobre a evolução da Morada Paulista de autoria de Luís Saia em 1957; a monografia Janelas — Venezianas de Bina Fonyat em setembro de 1959 e o Roteiro da Arquitetura Contemporânea em São Paulo dos arquitetos Corona e Lemos em junho de 63, além de ter editado a tese do arquiteto Eduardo Corona intitulada Princípios Fundamentais de Composição na Arquitetura Brasileira em setembro de 1957. Publicou, ainda, durante 5 anos seguidos, de abril de 57 a março de 62 o Dicionário da Arquitetura Brasileira dos arquitetos Eduardo Corona e Carlos Lemos (que se encontra de forma definitiva no prelo e sairá este ano editado pela EDART); mais: publicou o Boletim do I.A.B. de São Paulo de janeiro de 54 a abril de 59, depois editado separadamente durante vários anos; publicou o Boletim do Instituto Brasileiro de Acústica de maio de 58 a janeiro de 67, tudo isso no corpo da Revista. Por fim, de abril de 63 até o presente número o arquiteto Eduardo Corona escreveu o artigo editorial todos os meses. Como se vê, o acervo realizado por Max e Manfredo Gruenwald, que são os proprietários e editores durante a quase totalidade de sua existência, é algo de muito importante no campo cultural brasileiro. Muito contribuíram eles para a divulgação de nossa arquitetura, principalmente no exterior.

E assim, encerra-se mais uma página da história de nossa arquitetura. E melancolicamente, porque a ACRÓPOLE é a última revista especializada de arquitetura que desaparece. Todas as outras já se foram, — que boas recordações da MÓDULO — esta foi a que mais tempo aguentou. E' pena!

Arq. Eduardo Corona

3. Dinâmicas do jogo

Campo, jogo e dinâmicas

Neste capítulo propomos interpretar os concursos e sua recepção editorial à luz das “dinâmicas do jogo”, trazendo para o campo da Arquitetura a visão do sociólogo Pierre Bourdieu sobre as disputas por “capital simbólico” no “campo” cultural.

Para Bourdieu, as disputas por “capital simbólico” ocorrem em “campos” definidos por “posições” e “tomadas de posição” dos atores envolvidos:

Quando falamos da tomada de posição em um campo, insistimos que o que pode ser constituído como um sistema (...) não é o produto de (...) um consenso objetivo (...) mas o produto de um conflito permanente. (...) O princípio generativo e unificador do sistema é a disputa, com todas as contradições decorrentes (de forma que a participação nas disputas (...) pode ser usada como um critério para estabelecer se determinado trabalho pertence ao campo de tomadas de posição e se seu autor pertence ao campo de posições). (1993, p.34)

Nesse sentido, a participação de arquitetos como concorrentes em um concurso de projetos é uma tomada de posição para a satisfação de interesses individuais e coletivos. Por isso os concursos são ao mesmo tempo arenas de jogos competitivos e colaborativos. Compete-se para escolher o melhor, ao mesmo tempo em que se mantém um espírito colaborativo de afirmação da profissão (e do projeto, como seu principal instrumento de acumulação e afirmação do capital simbólico). Os concursos de projeto são, portanto, um espaço de expressão do capital simbólico no campo da Arquitetura (de arquitetos, individualmente, e da profissão, coletivamente); são espaços ao mesmo tempo de convergência e de confrontação. Conforme sugere Stevens:

Por vezes, Bourdieu compara a vida a um jogo ou a um conjunto de jogos em que estamos envolvidos, os quais aprendemos a jogar pela observação e pela participação e não pela leitura de um manual de regras. (2003, p.70)

Nessa perspectiva, conforme Stevens, a partir de Bourdieu, podemos interpretar os concursos de arquitetura como eventos que são, ao mesmo tempo, um “campo de batalha” e um “campo de forças”:

A palavra [campo] serve para conotar, ao mesmo tempo, um campo de batalha e um campo de força. No primeiro sentido, é um local de luta. Os indivíduos em um campo competem pelo controle dos recursos e capitais específicos desse campo. Na arquitetura, por exemplo, os arquitetos competem pela posição de grandes criadores.

(...)

No segundo sentido, um campo é um local no qual forças atuam sobre seus membros e no qual cada membro exerce uma força proporcional à composição e natureza do capital específico que controla naquele campo. (p.90)

Bourdieu define “campo” como a arena em que ocorrem as disputas culturais. O campo (de batalha e de força) seria um “espaço social no qual se joga um jogo”:

Falar em jogo não é banalizar ou depreciar o campo, mas enfatizar certos aspectos de seu funcionamento. (...) Para os de fora o jogo pode parecer sem importância, porém aqueles que estão jogando também estão unidos por acreditarem no jogo e nas vantagens pelas quais ele é jogado. (...) Os jogadores não têm liberdade para jogar como queiram, e jogam de acordo com seu lugar no conjunto estruturado de posições e de acordo com os ditames de seu habitus. (p.92)

Nesse sentido, associar os concursos de arquitetura às dinâmicas de um jogo no campo profissional não é desqualificar os atores envolvidos, nem desprestigiar suas intenções. Pelo contrário, trata-se de qualificar o evento ao reconhecer a complexidade e a multiplicidade de interesses envolvidos e a importância de seus desdobramentos. Conforme sugere Stevens:

O concurso oferece um meio de aumentar o estoque de capital tanto de um arquiteto, individualmente, como do campo, como um todo (...), sem incorrer na despesa extravagante que representa a construção de edifícios.” (...) Nada revela mais a extrema importância do aspecto simbólico da arquitetura do que o fato de os desenhos de edifícios serem pelo menos tão importantes quanto os objetos que representam. Um projeto não executado possui virtualmente a mesma força simbólica que um edifício real (...). Os desenhos de concurso são praticamente os únicos produtos sobre os quais o arquiteto tem total controle. (p.116)

É importante ressaltar que a dinâmica dos concursos varia conforme a perspectiva de observação: para quem promove, trata-se de um procedimento de contratação de serviços a partir da escolha de uma solução entre várias possibilidades apresentadas simultaneamente, e eventualmente como um meio de discussão e publicidade do empreendimento que se deseja construir ou de uma gestão política. Para os que competem, além de uma oportunidade de contrato, trata-se de um importante meio de afirmação do capital simbólico dentro do próprio campo da Arquitetura.

Nos concursos estudados observa-se uma série de situações e tomadas de posição que estão relacionadas às dinâmicas do jogo do campo profissional, das quais as competições de projeto fazem parte.

Concursos de arquitetura e as dinâmicas do jogo

As relações sociais e profissionais em Arquitetura são reflexos de múltiplos jogos de interesse e poder, que são simultâneos e ocorrem em diversas escalas. Os concursos de projeto, nesse contexto, podem ser vistos como um jogo em si, que contém várias arenas de disputa, como também podem ser vistos como estratégias dentro de um jogo maior (da profissão, da política, da construção de obras públicas...).

Tal como sugere o arquiteto Francisco Barata, no texto de introdução do catálogo da exposição sobre os projetos em situação de concurso do arquiteto português Eduardo Souto de Moura:

A resolução de um projeto também é jogo, enigma, problema para resolver. (SOUTO DE MOURA *et al*, 2011, p.10)

O concurso, visto enquanto estratégia, dentro de um jogo maior, é também utilizado como ferramenta de visibilidade e negociação por quem promove o evento.

Visto enquanto jogo, é de um tipo particular: uma combinação de disputa e cooperação. Trata-se de um jogo que se joga em dois níveis ou escalas, e em cada um, com atores e interesses distintos.

Na escala maior, trata-se de um jogo de cooperação e equilíbrio: de um lado, o promotor, que representa o interesse difuso (público ou privado); do outro, o campo profissional enquanto universo coletivo (a profissão) e individual (o arquiteto). A tarefa de mediação pode ser exercida por representantes de qualquer um dos lados, por partes independentes ou por uma combinação de tais representações. Entre esses dois grupos a premissa não é de confrontação, mas de colaboração, para um interesse comum: o projeto.

Na escala maior não pode haver perdedores ou vencedores. O sentimento de desequilíbrio nessa escala pode inviabilizar o jogo. O objetivo nessa perspectiva é o equilíbrio e cada tomada de decisão e de posição (cada jogada ou estratégia) busca a convergência de interesses. Nesse jogo em geral os atores (ou jogadores) são coletivos e se comunicam por meio de seus representantes. O promotor passa aos arquitetos a síntese de negociações estabelecidas na arena de interesses institucionais, comunitários (o grupo de usuários do equipamento ou espaço que será projetado). O organizador (mediador) passa ao promotor as premissas e regras do jogo, incluindo a perspectiva da profissão.

Na escala menor, o espírito competitivo é mais evidente, apesar de estar fundamentado em uma premissa de cooperação (concurso - do latim, *concursum*, ato de correr junto). Os arquitetos, enquanto equipes ou indivíduos, disputam entre si, para ocupar o lugar de “porta-voz” da profissão (ou de determinado segmento da mesma) para a solução do problema que está em jogo.

Em resumo: em um nível há disputa e eleição de vencedores; em outro, há cooperação, e busca-se o equilíbrio, não pode haver perdedores.

A dinâmica do jogo competitivo depende de duas ações complementares, exercidas por partes em geral independentes porém relacionadas entre si: a mediação e o julgamento.

A mediação é exercida pelo organizador do jogo ou seu representante: coordenador do evento, que pode ter vínculo com a coletividade que promove, com a coletividade que

compete, ou com ambas ao mesmo tempo, desde que preservada a necessária independência e o equilíbrio na mediação dos conflitos de interesse. O mediador é também uma espécie de juiz, no sentido da autoridade cuja função é garantir que as regras do jogo sejam seguidas. Daí ser importante distinguir a função do juiz enquanto mediador (coordenador) e do juiz enquanto tomador de decisões, aquele que faz as escolhas (júri, corpo de jurados ou comissão julgadora).

Nos países em que os concursos estão mais presentes no cotidiano da administração pública a mediação (organização) é feita pela própria instituição, em geral por técnicos vinculados à instituição promotora, mas que têm ligações (diretas ou indiretas) com os dois grupos: a “profissão” e a “instituição promotora”. No Brasil, a mediação é historicamente feita pelo IAB, como representação oficial da profissão no que se refere aos concursos.

O julgamento em si é um jogo paralelo dentro do jogo maior (a própria decisão sobre a composição da comissão julgadora é parte do jogo e das disputas de interesse, em que é necessária a gestão de potenciais conflitos). Decidir quem deve julgar é um primeiro passo na decisão sobre qual deve ser o projeto. O júri, no campo da Arquitetura, não é necessariamente um elemento neutro. Sua notoriedade (que o levou à sua indicação como membro do júri) decorre de sua posição e das tomadas de posição no campo profissional (seja por meio do ensino ou do exercício do projeto). O julgamento, portanto, é um jogo dentro do jogo, com dinâmicas próprias e que reflete as tensões e os interesses em disputa. Quando se perde o controle sobre o “jogo do julgamento”, por eventuais disputas internas ou por exercícios de auto-afirmação entre membros do júri, costuma-se perder conexão com os objetivos e com o equilíbrio do jogo.

O concurso, enfim, é ao mesmo tempo uma arena de combate e um campo de convergências, conforme os interesses do campo profissional, dos atores em ação e dos interesses em jogo.

Concursos de arquitetura e capital simbólico

No campo cultural, no qual também pode ser incluída a Arquitetura, o capital simbólico (associado ao acervo de produções intelectuais de um indivíduo, reconhecido pela coletividade) pode ter mais relevância do que o capital financeiro e ambos são operados por premissas como “disputa” e “acumulação”. Conforme sugere Stevens:

As disputas no universo simbólico, portanto, têm dupla face: maximizar o capital e mudar seu valor. As pessoas competem para impor ao campo sua definição do que é simbolicamente valioso. (...) Os jogadores não têm liberdade para jogar como queiram, e jogam de acordo com seu lugar no conjunto estruturado de posições e de acordo com os ditames de seu habitus. (2003, p.92)

Os períodos de transição dos valores culturais, técnicos e estéticos são caracterizados por importantes conflitos sobre a qualificação do capital simbólico na arquitetura. Como

sugere Frampton (2008), trata-se do reflexo, no campo arquitetônico, das transformações culturais, territoriais e técnicas que ocorrem na sociedade. Nesses momentos de mudança (nos períodos de vanguarda, por exemplo), o acervo de realizações construídas pode significar pouco (ou até mesmo ter significação negativa) diante de realizações potenciais baseadas em valores emergentes. A “forma correta de capital” na Arquitetura é relativa e dinâmica: depende das circunstâncias de tempo e do lugar. Como em outros campos culturais, os cânones do século anterior podem ser considerados como ultrapassados no século corrente, ou podem servir como base intelectual e conceitual para a construção de cânones contemporâneos. Por isso é comum, nesses cenários, que disputas no campo simbólico extrapolem o campo arquitetônico e envolvam o campo político, social e, eventualmente, confrontações pessoais.

O episódio do concurso para o Ministério de Educação e Saúde - MES é um exemplo dessa transição de valores e dos conflitos resultantes. Arquimedes Memória, um dos arquitetos que detinha relevante capital simbólico na República Velha, a partir das mudanças políticas ocorridas nos anos 1930, acompanhadas por transformações culturais, viu seu “capital acumulado” (e os valores nos quais tal capital havia sido construído) desmoronar. Apesar do reconhecimento no concurso para o MES, a pressão dos grupos de vanguarda (e dos setores políticos a eles vinculados) levou o gestor público a optar pelos “novos valores”, o que levou – como vimos – ao cancelamento do concurso.

Sobre a disputa pela afirmação do capital simbólico de um profissional no campo da Arquitetura, Stevens argumenta:

Suas chances de ganhar ou perder um determinado jogo dependem de algo além da quantidade de capital que possui. Um indivíduo pode ser rico nas formas corretas de capital, porém pode descobrir que o sucesso em um campo lhe é negado porque seu habitus gera práticas inadequadas. (2003, p.115)

É nesse contexto que se destaca a relevância dos concursos para as disputas pela afirmação do capital simbólico na profissão, enquanto arquitetura potencial. Considerando, como relembra Stevens (2003), que “entre todos os subcampos do campo da produção cultural, a arquitetura é aquele que possui os meios mais limitados para aumentar o seu estoque de capital simbólico”, a ideia em arquitetura ganha importância independente de sua materialização, e os concursos são verdadeiras fábricas de ideias.

Foi o caso, por exemplo, de Le Corbusier, com o seu projeto “derrotado” para a sede da Sociedade das Nações em Genebra, em 1927. Perdeu o concurso, mas não perdeu a oportunidade de agregar capital simbólico à sua iniciativa, transformando sua ideia em ícone da batalha entre a arquitetura moderna e o academicismo, como vimos nos capítulos iniciais.

Esse também foi o caso, conforme abordado anteriormente, do conjunto de propostas da vanguarda russa nos anos 1920, que apesar das raras materializações e de terem sido descartadas pelo estado soviético, se destacaram na historiografia da Arquitetura, em

especial por meio das publicações da revista russa CA (*SA - Sovremennaiia arkhitektura* – Arquitetura Contemporânea), veículo de difusão da vanguarda. Processo semelhante ocorreu com as revistas de Arquitetura no Brasil, conforme relatado nos capítulos anteriores.

É importante ressaltar que no campo da Arquitetura a difusão de conhecimento e a formação profissional são baseadas em grande parte a partir da circulação de imagens e textos. São poucos os profissionais que têm a oportunidade de construir seu conhecimento sobre determinado tema na Arquitetura a partir da vivência direta sobre obras construídas. É nesse sentido que a imagem de uma obra construída tem valor semelhante (ou às vezes inferior, a depender dos valores culturais que carrega) à imagem da arquitetura potencial (idealizada porém não construída, ou já desmaterializada). Isso reforça o papel das ideias resultantes de concursos, premiadas ou não (SOBREIRA, 2015).

As revistas, as exposições e os concursos, nesse sentido, são instrumentos fundamentais para a promoção e a difusão do capital simbólico na Arquitetura, não apenas do profissional (capital individual), mas também da profissão (capital coletivo). Stevens ainda complementa, citando Bourdieu:

O objetivo central de tais exposições é fazer com que o público perceba semelhanças, é criar uma escola ou um movimento no qual antes havia apenas indivíduos isolados, multiplicando assim o capital simbólico de cada um pela mobilização do capital coletivo do todo. (2003, p.120)

Antes de abordar cada um dos componentes que integram o jogo (regras, jogadores, estratégias e julgamento) considera-se oportuno apresentar um breve panorama sobre “os temas” do jogo no contexto dos concursos estudados neste trabalho. Em resumo: quais os temas (objetos) dos concursos realizados (e publicados) entre 1935 e 1971 no Brasil ?

Os temas e os números do jogo

Os concursos estudados neste trabalho são apenas um pequeno recorte dentro de um universo mais amplo de eventos realizados no período. Tal seleção, como foi explicitado no início, teve como critérios a relevância historiográfica do objeto, a recepção editorial, as controvérsias, ou a combinação de alguns desses fatores, a fim de permitir especulações sobre as dinâmicas do jogo. Mas o olhar ampliado e panorâmico sobre o conjunto de concursos realizados no período de 1935 a 1971 permite, em complemento à análise dos casos específicos, identificar tendências, eventuais marcos, assim como ressaltar as exceções (seja pela presença ou pela ausência). Nesse sentido, serão abordados a seguir, brevemente, alguns aspectos sobre os temas e os números do jogo nesse período e em cada recorte temporal estabelecido na pesquisa.

A partir de catalogações realizadas nesta pesquisa, com base no levantamento realizado por Maria Helena Flynn (2001), observa-se que no período entre 1935 e 1971 foram realizados cerca de 330 concursos no Brasil, uma média de aproximadamente nove eventos por ano, que oscilou nos períodos analisados.

Entre 1935 e 1949 foram registrados 78 concursos, o que corresponde a uma média de aproximadamente cinco eventos anuais. Observa-se que a legislação que obrigava a realização de concursos para obras relevantes (Lei 125/1935) não teve impacto sobre o número de concursos realizados. Os principais temas foram as sedes institucionais (25), que correspondem a 32%; os monumentos (10), 13%; os clubes e instalações esportivas (10), com o mesmo percentual e educação (7), tema abordado em 9% dos concursos. Foram realizados 6 concursos para equipamentos urbanos (nos quais estão incluídos aeroportos, estações, viadutos, pontes, etc), 5 para equipamentos culturais e 5 para instalações de saúde. Vale destacar uma ausência que será constante ao longo de todo o período estudado: habitação. Apenas dois concursos foram realizados nesse período sobre o tema.

No que se refere à distribuição geográfica, foram realizados 31 concursos no Rio de Janeiro (relativo predomínio ainda decorrente da posição de Distrito Federal) e 27 em São Paulo. Os dois estados, juntos, somam 74% dos concursos realizados no período. No Rio Grande do Sul foram realizados 8 concursos e em Minas Gerais, 4 concursos. O estado da Bahia foi o único da região nordeste que realizou concursos entre 1935 e 1949: 04 eventos (3 dos quais em 1936). Não foram localizados registros de concursos realizados nas regiões norte e centro-oeste, nesse período.

Tabela 3 – Concursos de Arquitetura por Estado – 1935-1971

Estado	1935-1949		1950-1957		1958-1971		Geral	
São Paulo	27	35%	23	43%	93	47%	143	43%
Rio de Janeiro	31	40%	11	21%	22	11%	64	19%
Rio Grande do Sul	08	10%	12	23%	16	8%	36	11%
Bahia	05	6%	0	0%	25	13%	30	9%
Minas Gerais	04	5%	04	8%	10	5%	18	5%
Paraná	03	4%	00	0%	08	4%	11	3%
Distrito Federal (Brasília)	-	-	01	2%	08	4%	09	3%
Pernambuco	00	0%	01	2%	07	4%	08	2%
Santa Catarina	00	0%	01	2%	05	3%	06	2%
Outros	00	0%	00	0%	05	3%	05	3%
TOTAL	78		53		199		330	

Quanto ao recorte temporal de 1950 a 1957, foram registrados 53 concursos, o que corresponde a uma média anual um pouco superior ao período anterior: 6,7 eventos por ano. As sedes institucionais continuaram como o tema predominante, com cerca de 19 concursos (36%), seguido dos clubes e instalações esportivas, com 9 concursos (17%). Os monumentos ainda continuaram como tema relevante, com 7 concursos (13%). Apenas 2 eventos se

referem a equipamentos urbanos e nenhum referente a equipamentos de saúde. O tema habitação continuou praticamente ausente, com apenas um concurso, realizado no Rio Grande do Sul. O período se encerra com o concurso para o plano piloto da Nova Capital.

É nesse período (1950-1957) que o protagonismo do Rio de Janeiro é superado por São Paulo, estados com 11 e 23 concursos, respectivamente. São Paulo, que naquele momento já se destacava como principal centro econômico do país, já realizada o dobro de concursos em relação à (ainda) capital do país. As regiões norte e centro-oeste continuavam sem concursos. No Nordeste, apenas um concurso foi realizado, em Pernambuco. Por outro lado, foram realizados 12 concursos no Rio Grande do Sul (mais do que no Rio de Janeiro). O estado de Minas Gerais está representado com 4 eventos.

Do período referente ao último recorte temporal da pesquisa, de 1958 a 1971 (depois do concurso de Brasília até a última edição da revista Acrópole), foram registrados 199 concursos. Observa-se no período um aumento relevante da média de eventos: cerca de 14 concursos por ano. Apesar de ser um número pouco significativo diante do volume de investimentos e o número de obras públicas realizadas no período, observa-se que o número dobra em relação ao período anterior e quase triplica em relação ao primeiro. Naturalmente, trata-se de período de importante crescimento econômico no país, o que acaba se refletindo na produção arquitetônica e nos concursos. Percebe-se nesse período maior diversificação temática, porém as sedes institucionais continuam como os temas mais usuais: 25% (50 concursos). Vale destacar a importância dos concursos para clubes e instalações esportivas, com 22% dos concursos realizados (44), o que destaca o crescimento da participação privada na promoção desses eventos. O histórico caráter de excepcionalidade dado aos concursos pode ser traduzido pelos números: 8% dedicados a monumentos (15) e apenas 4% (7) sobre habitação. Os equipamentos de educação correspondem a 8% (16) dos concursos realizados.

Tabela 4 – Concursos de Arquitetura por tema – 1935-1971

Tema	1935-1949		1950-1957		1958-1971		Geral	
Sedes Institucionais	25	32%	19	36%	50	25%	94	28%
Clubes e Esportes	05	6%	01	2%	10	5%	16	5%
Monumentos	07	9%	03	6%	16	8%	26	8%
Educação (1)	10	13%	09	17%	44	22%	63	19%
Cultural	06	8%	02	4%	06	3%	14	4%
Urbanismo e Paisagismo	02	3%	01	2%	07	4%	10	3%
Equipamentos Urbanos (2)	03	4%	03	6%	08	4%	14	4%
Saúde	10	13%	07	13%	15	8%	32	10%
Habitação	05	6%	00	0%	09	5%	14	4%
Diversos (3)	05	6%	08	15%	34	17%	47	14%
TOTAL	78		53		199		330	

(1) Universidades, escolas, bibliotecas, etc.

(2) Aeroportos, estações, viadutos, pontes, etc

(3) Mercados, hotéis, igrejas, comércio, etc.

Quanto à distribuição geográfica, definitivamente o estado de São Paulo se destacou entre os demais nesse último período, com 47% (93) dos concursos realizados no país. Surpreendentemente, o estado da Bahia foi o segundo estado que mais realizou concursos no período, com cerca de 13% (25). O Rio de Janeiro ocupou a terceira posição, com 11% (22), seguido do Rio Grande do Sul, com 8% (16) dos concursos e Minas Gerais com 5% (10). O novo Distrito Federal (Brasília) já aparece nas estatísticas, com 4% (8) dos concursos realizados no país, número insignificante considerando o massivo volume de investimentos realizados em obras públicas e privadas na nova capital.

Conforme observado, o tema “sedes institucionais” foi o mais comum em todos os períodos, e desse universo os “espaços e edifícios cívicos” municipais e estaduais se destacam, principalmente a partir de 1950 (certamente devido à redemocratização e ao novo papel político que as municipalidades e os governos estaduais passavam a exercer no contexto nacional). Alguns se materializaram em obra construída em processos sem polêmicas, enquanto outros foram espaços de controvérsia: Paço Municipal de São Paulo (1939, 1946, 1952); Paço Municipal de Campinas (1957); Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1957); Assembleia Legislativa de Porto Alegre (1958); Assembleia Legislativa de São Paulo (1961); Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1962, 1963); Paço Municipal de Santo André (1965, concurso restrito); Assembleia Legislativa do Mato Grosso (1966); Assembleia Legislativa da Bahia (1967). Alguns dos projetos listados tiveram boa recepção editorial à época do concurso, porém nenhum deles foi destacado pela historiografia da arquitetura brasileira (BRUAND, 1981; FICHER e ACAYABA, 1982; SEGAWA, 1998; BASTOS e ZEIN, 2015). O mesmo não ocorre em relação aos espaços cívicos projetados por Oscar Niemeyer em Brasília. O que leva a uma reflexão: por que os concursos citados, cujos projetos foram selecionados por comissões de notórios, não foram capazes de gerar ícones arquitetônicos como aqueles idealizados pelo mais notório dos arquitetos brasileiros? Seria de mérito dos concursos, do júri, ou mérito da “genialidade”?

A ausência do tema “habitação” revela o quanto esses eventos foram dissociados dos grandes investimentos públicos (o que ainda se observa nos dias atuais). Constatamos que em temas e objetos em que o pragmatismo técnico e a urgência política são determinantes, como é o caso da habitação social, as decisões sobre os projetos tendem a ser centralizadas, restando pouco espaço para o debate e a confrontação de ideias que caracterizam o concurso. No caso da habitação, as tomadas de decisão dos projetos ocorreram nas estruturas dos órgãos financiadores, sejam os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) ou do próprio estado, como foi o caso do Departamento de Habitação Popular, vinculado à Prefeitura do Distrito Federal, sob a coordenação de Carmen Portinho e que teve Afonso Reidy como um dos principais arquitetos. Conforme ressalta Bonduki:

... os principais institutos de previdência desenvolveram estratégias específicas para implementar seus empreendimentos habitacionais, baseadas em concepções formuladas por uma emergente tecnoburocracia estatal. Esta se instalou nas divisões de engenharia dos IAPs, criadas

para desenvolver projetos e executar obras, em todo o país, de uma gama variada de edifícios para diferentes finalidades (...), além, obviamente de conjuntos e edifícios residenciais. (2014, p.157).

O panorama apresentado confirma algumas expectativas: os concursos se concentraram geograficamente onde o campo profissional era mais atuante, em especial quando circunstâncias políticas e econômicas proporcionaram grandes volumes de investimentos públicos e privados sobre o ambiente construído. Sobre os temas, observou-se que de maneira geral os concursos trataram de objetos de exceção: sedes institucionais, monumentos e clubes. Os temas que marcam o cotidiano das cidades, como habitação, educação, saúde e melhorias urbanas foram minoria nos concursos realizados.

Traçado o panorama geral sobre as dinâmicas, os números e os temas do jogo, passemos à análise de seu primeiro componente: a regra.

As regras

Considerando que o concurso enquanto jogo, tal como apresentado neste estudo, é resultado de dinâmicas estabelecidas em diversas escalas de interação, o mesmo ocorre com as regras que conduzem o jogo. Identificamos, nesse sentido, três níveis de aplicação das regras, conforme a esfera de aplicação: (1) leis (federais e estaduais que definem a postura dos gestores públicos); (2) regulamentos (normas gerais dos concursos, no caso do Brasil definidas pela profissão); (3) editais (regras de um concurso específico, também conhecidas como “bases”). A forma como o concurso se desenvolve em cada contexto depende da combinação das regras estabelecidas nos três níveis citados, que nem sempre estão alinhadas e nem sempre são seguidas.

(1) Leis (Estado)

Em relação às regras no nível do Estado a legislação nacional teve historicamente pouca interferência sobre a frequência e a forma como os concursos foram realizados, seja nos regimes democráticos ou ditatoriais. Conforme mencionado nos capítulos iniciais, em 1935 (durante a ditadura Vargas) foi publicada a Lei n. 125, que definia a obrigatoriedade de concursos para todo “edifício público de grandes proporções”. Nesse mesmo ano, no entanto, a lei foi desrespeitada com o cancelamento do concurso para o Ministério de Educação e Saúde no Rio de Janeiro e a encomenda direta a Lucio Costa e equipe. O mesmo ocorreu com outros concursos na mesma época, como foi o caso do Ministério da Fazenda (CAVALCANTI, 1995; SEGRE, 2003). A lei continuou em vigor ao longo das décadas seguintes, mas os concursos continuaram escassos e as contratações diretas foram utilizadas com relativa frequência pelos gestores, como foi o caso do prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, em 1940, ao contratar Oscar Niemeyer para o Complexo da Pampulha, depois de um concurso cujo resultado lhe desagradou (KUBITSCHEK, 1975).

Vale destacar que em 1933 foi publicado o Decreto Federal n. 23.569, que apesar de não abordar os concursos, tratava de assunto diretamente relacionado: o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Apesar da regulamentação da profissão, os arquitetos sempre se incomodaram com o referido Decreto, pela falta de autonomia e por sua vinculação à Engenharia.

A obrigatoriedade dos concursos, tal como definida na Lei n. 125/1935, foi revista em 1966, logo depois do golpe militar de 1964, com a publicação das Lei n. 5.194, que tratava de nova regulamentação das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo. O Art. 83 estabelecia:

Os trabalhos profissionais relativos a projetos não poderão ser sujeitos a concorrência de preço, devendo, quando for o caso, ser objeto de concurso.

A Lei n. 5.194/1966, já sob o regime militar, restringiu a contratação de projetos por menor preço (o que deixava subentendido o foco no julgamento qualitativo), mas fragilizou o concurso, ao menos do ponto de vista da obrigação do gestor (“quando for o caso”).

Em 25 de fevereiro de 1967 foi publicado o Decreto-Lei n. 200, sobre a organização da Administração Federal. No Título XII, dedicado às normas relativas a licitações, o Art. 144 definia:

A elaboração de projetos poderá ser objeto de concurso, com estipulações de prêmios aos concorrentes classificados, obedecidas as condições que se fixarem em regulamento.

O Decreto-Lei n. 200/1967 retirou as limitações à competição por menor preço na contratação de projetos, como definia a Lei n. 5.194/1966 e fragilizou ainda mais o concurso, reafirmando que caberia ao gestor decidir se iria utilizar ou não tal modalidade de contratação. Tratava-se de reforçar a “possibilidade”, afastando de vez a “obrigação”.

Na prática, as alterações na legislação federal ao longo do tempo não afetaram a historicamente frágil cultura dos concursos no país. Ao analisarmos o número de concursos realizados entre 1935 e 2000, a partir da catalogação realizada por Flynn (2001), percebe-se que não houve alterações relevantes no número de concursos em função das mudanças na legislação: a média continuou inferior a dez eventos anuais (com poucas situações em que oscilou entre 15 e 20 concursos), em um contexto em que centenas, senão milhares de obras públicas eram inauguradas a cada ano no país. Seja nos períodos de maior ou menor desenvolvimento econômico, regimes democráticos ou autoritários, os concursos nunca foram, de fato, os instrumentos preferenciais de contratação de projetos pela gestão pública e a utilização incondicional do concurso nunca foi defendida abertamente pela profissão.

(2) Regulamentos (profissão)

O segundo nível de regras se refere à regulamentação geral dos concursos, que no caso do Brasil coube sempre à profissão e, particularmente, ao Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB. Trata-se do conjunto de regras gerais (premissas) sobre como os concursos devem ser realizados e, no caso do Brasil, sempre expressaram a visão e os interesses da profissão. Esta, inclusive, pode ser uma das razões para que poucos gestores públicos tenham adotado o concurso: o caráter corporativo das regras.

Os regulamentos de concursos do IAB definem premissas gerais que devem ser seguidas nas regras de cada concurso específico: Quem deve organizar? Quem pode participar? Quem pode ou deve julgar? O concurso deve ser aberto ou restrito? Baseado ou não no anonimato? Como devem ser apresentados os projetos? Em que prazo? Trata-se de questões cujas respostas dependem da perspectiva e dos interesses em jogo. Se o regulamento geral é elaborado pela profissão, certamente irá expressar as demandas desse grupo de interesse.

É importante ressaltar que os concursos, em especial entre os anos 1930 e 1950, foram instrumentos utilizados pelos arquitetos como meio de afirmação do campo profissional, seja perante os engenheiros ou as “firmas” (empresas de construção nem sempre conduzidas por arquitetos diplomados, principal alvo das críticas por parte da profissão).

O que também se observou é que a discussão sobre a regulamentação de concursos foi quase sempre movida por crises geradas em virtude de regras ou procedimentos aplicados em concursos específicos que desrespeitavam o regulamento do IAB ou desagradaram a profissão. Por essa razão, para se entender as transformações gerais da regulamentação dos concursos no Brasil, é preciso entender conflitos sobre as regras adotadas nos eventos específicos que foram objetos de polêmica.

Este foi o caso do concurso para o Paço Municipal de São Paulo, de 1952, cujas controvérsias motivaram a publicação de uma das primeiras regulamentações de concursos, na ocasião elaboradas por Rino Levi (Presidente do IAB-SP) e Roberto Cerqueira Cesar, conforme relatado no segundo capítulo. Naquele concurso as principais reclamações eram a falta de garantia da contratação, honorários que descumpriam a tabela do IAB e prazos incompatíveis com a complexidade do objeto. Questões, por sinal, que continuam na pauta do IAB e da profissão nos dias atuais (IAB, 2014). Na Tabela 5, é apresentado resumo sobre os principais tópicos abordados pelo regulamento.

Mais de seis décadas depois das referidas proposições normativas, observa-se que em alguns aspectos as premissas se mantiveram praticamente as mesmas, diríamos as fundamentais. Em outros aspectos, as mudanças são relevantes. As semelhanças com os dias atuais são basicamente relacionadas a:

- (1) o concurso como instrumento de avaliação da concepção geral de uma proposta, portanto deve-se evitar detalhamentos ou exigências excessivas;
- (2) julgamento exclusivo por arquitetos (admitindo-se exceções);
- (3) composição do júri como elemento determinante;
- (4) contratação do autor do projeto vencedor para desenvolvimento do projeto executivo.

No que se refere às diferenças, observa-se que atualmente:

- (1) não há restrições quanto aos recursos gráficos e padrões cromáticos (com raras exceções);
- (2) os concorrentes não podem apresentar mais de uma proposta;
- (3) os concursos em uma etapa são sempre baseados no anonimato.

Tabela 5
Regulamentos de concursos de Arquitetura no Brasil – Análise Comparativa

Tópico	1952	2014 (1)	Obs.
Condições Gerais			
Publicação dos trabalhos após o julgamento	sim	sim	
Impedimento do arquiteto vencedor atuar como executor da obra	sim	sim	(2)
Possibilidade de concursos abertos ou por convite	sim	não	(3)
Sobre os concorrentes			
Participação de “firmas”	não	sim	(4)
Participação com mais de um projeto	sim	não	
Arquiteto consultor (coordenador do concurso)			
Necessário	sim	sim	
Prazo de entrega dos projetos			
Prazos compatíveis com a complexidade	sim	sim	
Produtos exigidos no concurso			
Priorizar a concepção geral e não o detalhamento	sim	sim	
Limitação dos recursos gráficos	sim	não	(5)
Júri e Julgamento			
Previsão de remuneração para o júri	sim	sim	
Orientações sobre composição do júri	sim	não	(6)
Júri composto exclusivamente por arquitetos. Não arquitetos admitidos excepcionalmente.	sim	sim	(7)
Em geral baseado no anonimato, admitindo-se formatos em que haja identificação.	sim	sim	
Decisões do júri são definitivas e inapeláveis	sim	sim	
A ata de julgamento deve ser publicada.	sim	sim	
Prêmios e honorários			
Garantia de contratação aos autores do projeto vencedor, cujo valor deve ser estabelecido de acordo com a tabela de honorários do IAB.	sim	sim	

(1) Regulamento Nacional de Concursos de Arquitetura e Urbanismo, aprovado na 145ª Reunião do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil em Fortaleza, 21 de abril de 2014.

(2) Há consenso histórico sobre a necessidade de evitar o conflito de interesse entre autoria de projeto e execução da obra, aspecto que está sendo revisto com as novas formas de contratação em vigor, como o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), em que se admite que o executor seja também responsável pelo projeto.

(3) De acordo com o regulamento do IAB de 2014 são aceitos concursos restritos (ou por convite) apenas para aqueles promovidos pela iniciativa privada.

(4) A restrição original decorre da ausência de arquitetos habilitados à época, à frente das empresas. Não há mais esse tipo de restrição ou preocupação, desde que se comprove a habilitação profissional.

(5) A norma de 1952 restringia o uso de perspectivas e cores, com o objetivo de concentrar a análise no projeto, evitando-se a dispersão do julgamento devido ao excesso de recursos gráficos. Não há restrições na norma atual quanto a essa questão.

(6) O regulamento atual não apresenta recomendações a respeito, além da exigência de que sejam profissionais “com capacidade reconhecida”. As normas de 1952 recomendavam evitar uma composição heterogênea do júri, para não dificultar o processo de julgamento.

(7) Até hoje o julgamento exclusivo por arquitetos é recomendado.

Na seção intitulada “Concursos em crise, regras em revisão” vimos que em várias ocasiões os regulamentos foram revisados ou debatidos em função de polêmicas em concursos, devido a regras incompatíveis com as premissas da profissão. Foi o caso do concurso para o Complexo Esportivo de Santo André (WILHEIM, 1958), criticado pela ausência do IAB na organização do concurso, pela não divulgação dos integrantes da comissão julgadora e pelo prazo para o envio das propostas.

No concurso para o Palácio Legislativo de Porto Alegre, a crítica estava associada à possibilidade de participação de outros profissionais, além dos arquitetos (GRAEFF, 1958). De acordo com o citado Decreto n. 23.569/1933, no Art. 30, caberia aos arquitetos ou engenheiros-arquitetos “o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras que tenham caráter essencialmente artístico ou monumental”. Graeff (1958) defendia que o concurso para o Palácio Legislativo de Porto Alegre deveria ter sido considerado um objeto “monumental”, e exclusivo aos profissionais habilitados para tal. Em dezembro de 1958, certamente em decorrência dos debates, foram publicadas as “Novas Recomendações às Normas de Concursos de Arquitetura” pelo Conselho Superior do IAB (COSU), porém com enfoque apenas em questões de procedimentos de envio e de julgamento. Rino Levi, naquele mesmo ano, discursava a uma turma de formandos no Rio Grande do Sul, em que criticava o Decreto n. 23.569/1933 e defendia a criação do “Conselho de Arquitetos”, demanda que se concretizaria apenas em 2010 (quase cinquenta anos depois), com a criação do CAU (Conselho de Arquitetura, Lei n. 12.378, de 31 de dezembro de 2010, porém sem efeitos concretos sobre uma política de promoção dos concursos de arquitetura.

(3) Edital (bases do concurso)

É importante entender que o conjunto de documentos que compõem a regra de um concurso específico (o edital e as bases) são, em síntese, a questão formulada pelo promotor do evento. Em resumo, a regra, além de estabelecer as condições do jogo, apresenta uma pergunta aos concorrentes: “qual a sua solução para este problema?” Um dos desafios para a elaboração da regra (ou definição da pergunta) é saber qual o limite da formulação, de modo que a questão não possa inibir respostas potenciais. Em outras palavras: regras estritas, criatividade restrita. As perguntas podem induzir ou inibir a criatividade. Por isso, o insucesso de muitos concursos está associado ao detalhamento excessivo os editais.

Além do excesso de detalhamento outro aspecto pode prejudicar o concurso, que é a incompatibilidade entre a regra que se estabelece e o resultado que se deseja. Essa questão está diretamente relacionada ao que se espera de um concurso. Nesse sentido, é importante destacar que o projeto apresentado a um concurso deve ser o início de um processo e não o seu final, por isso as regras não devem ser extremamente restritivas, pois o “jogo” terá continuidade com o desenvolvimento do projeto. Daí a recomendação para que se apresentem em concursos estudos preliminares, e não projetos detalhados. A resposta deve ser preliminar, para que questões mais aprofundadas possam apresentadas e respondidas

após o concurso, por meio do desenvolvimento do projeto, pelos autores que venceram o concurso.

Esse foi um dos problemas do primeiro concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, abordada no segundo capítulo. O concurso foi cancelado, pois o júri entendeu que nenhum dos concorrentes atendia de forma satisfatória as regras do jogo, ao mesmo tempo em que admitia que as regras não estavam compatíveis com o resultado que se esperava (o terreno – elemento determinante, não era apropriado ao objeto, segundo parecer do júri, apenas depois de avaliar os projetos concorrentes). Esse foi o concurso que motivou Eduardo Corona (1962), profissional respeitado no meio profissional e principal articulista da *Acrópole*, a escrever o texto em que relativiza – em nome da profissão - a importância do concurso e defende a contratação direta: : “o principal aspecto negativo que deve ser observado é o do concurso em si mesmo. Isto é, nem sempre é recomendável um concurso.” (CORONA, 1962). O arquiteto Sylvio de Vasconcellos, profissional também respeitado no meio profissional, em 1962 também atacou os concursos de arquitetura (em decorrência do concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do qual foi membro da comissão julgadora), que classificou como “uma reminiscência dos salões, do academismo e das belas artes, que nenhuma vantagem traz à profissão”. Miguel Pereira, sobre o mesmo episódio, também criticou a postura do júri, mas destacou a importância dos concursos, ressaltando o que seria a premissa básica das regras do jogo:

As características que norteiam um concurso de anteprojetos fazem crer que o trabalho apresentado deva refletir, como preocupação fundamental, a explanação de uma ideia. Testá-la e experimentá-la – dentro de uma liberalidade necessária e admissível – ao longo de todo o programa, nos parece a tarefa principal. É fácil compreender que, entre uma ideia e seu desenvolvimento, há um campo apreciável de lapidação e aprimoramento (1962, p. 9).

Um tipo de regra comum até o início do século XX, porém praticamente banida dos concursos a partir do final dos anos 1930 era a definição de estilo. Certamente uma das últimas e mais notórias situações em que houve tentativa de estabelecer o estilo, de forma expressa, em um edital, foi no concurso para a Escola de Guerra Naval, em 1952. O concurso estabelecia duas regras que confrontavam diretamente a profissão naquele período: (1) obrigatoriedade do estilo neoclássico; (2) júri composto como melhor entender o Ministério da Marinha. As reações foram fortes, não apenas por parte da profissão, como também do meio político. Ao final, o concurso foi cancelado.

A esse respeito vale ressaltar que apesar da definição de estilo ter deixado de fazer parte das regras do concurso como algo expresso, a opção por determinada linguagem arquitetônica continuava (e continua) sendo definida, de forma indireta, na composição da comissão julgadora, o que é esperado. Um cliente, público ou privado, individual ou coletivo, tem preferências e busca expressá-las de alguma maneira. Quando não há o manifesto explícito por uma definição prévia de estilo, mas se escolhe determinado perfil do júri, trata-se de uma manifestação de gosto, ou pelo menos de preferência conceitual. Naquele momento, quando o moderno já havia sido assimilado de forma praticamente consensual

pela profissão, pelas escolas e pelas revistas, definir o júri era praticamente definir a opção pelo moderno enquanto estilo.

Dos concursos abordados neste estudo, aquele cujas regras foram mais debatidas e cuja formatação final mais teve impacto sobre o resultado foi o concurso para o Plano Piloto, em 1957. Conforme abordado no respectivo capítulo, as regras do jogo, naquele caso, definiram o resultado. Considerando que a regra do jogo inclui a própria definição sobre “o que está em jogo” (o objeto do concurso); “quem deve organizar”; “quem deve julgar” e “como se deve jogar” (com ou sem anonimato, projetos completos ou simplificados, etc...), percebe-se que a definição da regra pode ser uma pré-definição do objeto que se deseja realizar. A resposta a cada uma dessas questões, no caso do concurso para o Plano Piloto, passou por um longo processo de debates e divergências, anteriores ao próprio resultado do concurso, o que é natural dada a importância do objeto (a capital do país). A regra proposta pelo IAB, de um jogo que incluiria o plano urbano e os principais edifícios; a ser julgado por arquitetos escolhidos pela profissão e notórios no panorama internacional, em um evento organizado pelo Instituto, como vimos, foi descartada. A regra aplicada pela Novacap (que buscava atender os anseios do Presidente da República), limitou o objeto ao plano urbano e compôs a comissão julgadora da maneira mais conveniente para que o resultado não fugisse do controle da instituição promotora e do seu arquiteto de confiança. Ao final, o IAB, representado pelo arquiteto Paulo Antunes Ribeiro, ainda propôs “quebrar” a regra, ao sugerir que se formasse uma equipe entre os finalistas para que se elaborasse um projeto colaborativo. Se tal proposta fosse seguida, certamente Brasília não seria inaugurada, pelo menos não no tempo e nas condições almejadas pelo seu patrocinador. No caso do Plano Piloto, a regra foi escrita para o resultado que se desejava, foi seguida e definiu o resultado do jogo.

Enfim, os conflitos sobre as regras do jogo, como vimos em alguns exemplos, provocaram crises não apenas sobre o evento específico, mas sobre a própria razão e a importância do jogo no campo profissional. As regras moldam e são moldadas por um outro componente do jogo, que veremos a seguir: os jogadores.

Os Jogadores

Segundo Bourdieu (1993), os “atores” (ou “jogadores”, em nossa analogia), não são apenas os que produzem o bem de valor cultural (neste caso os arquitetos com seus projetos). O campo inclui todos os setores relacionados, que no caso da Arquitetura envolve arquitetos, professores, escolas, editores, clientes públicos e privados, construtores, engenheiros, usuários dos edifícios, etc, em universos mais amplos ou mais restritos conforme o objeto em questão e os editais. Como sugere Stevens (2003, p.100), a partir de Bourdieu: “A ideia de *campo* nos sensibiliza para o fato de que os arquitetos são apenas uma parte de um sistema social muito mais amplo.”

Parte-se da premissa que o concurso de Arquitetura, visto como um jogo, evidencia a participação de vários desses “grupos de jogadores”, que atuam direta ou indiretamente no processo, em funções específicas (e que eventualmente se sobrepõem). Neste trabalho, para fins analíticos, tais grupos são identificados do seguinte modo: (1) competidores; (2) organizadores e promotores; (3) juízes; (4) editores (difusão e crítica).

A profissão, enquanto universo coletivo de interesses predominantemente corporativos, está representada em vários desses grupos, e essa é uma das características dos concursos estudados e realizados no Brasil: a profissão não apenas compete, como organiza, julga, publica e critica. Afinal, conforme sugere Stevens: “Todos os grupos coesos empregam algum tipo de mecanismo de fechamento social para proteger seus privilégios.” (STEVENS, 2003, p.96).

Em função da complexidade do objeto e dos interesses em jogo, cada grupo de jogadores pode ser representado por indivíduos (ou grupos de indivíduos) que atuam não apenas em seu próprio nome, mas em nome de alguma coletividade (institucional ou de afinidades) e dessa maneira definem suas “tomadas de posição”, seja de forma voluntária ou negociada (que veremos em mais detalhe quando forem abordadas “as estratégias”).

(1) Competidores

Falemos do primeiro grupo: os competidores, à luz dos concursos estudados neste trabalho. Um primeiro aspecto a ser observado é a juventude. Muitos dos arquitetos que competiram e foram premiados nos concursos estudados e contribuíram para os movimentos de vanguarda eram relativamente jovens, com menos de 40 anos. O concurso, enquanto desafio competitivo, é bastante atraente às novas gerações, em especial pela necessidade de construção do capital simbólico e da afirmação de novos valores. Vencendo ou não os concursos, os jovens arquitetos têm a possibilidade de, ao “tomar posição” por meio da competição em um concurso, ocuparem “posição” no campo profissional, seja pela afirmação de valores dominantes ou pela proposição de novas ideias. Mesmo para os arquitetos mais experientes, o concurso foi também utilizado como meio de permanência ativa no campo ou como busca de oportunidades de contrato ou de visibilidade, em geral

associados a colaboradores mais jovens. A juventude, vale ressaltar, é uma característica dos movimentos de vanguarda (e o concurso, no campo da Arquitetura, foi um dos instrumentos utilizados pelos vanguardistas, como vimos). Le Corbusier criou a revista *L'Esprit Nouveau* aos 34 anos. Walter Gropius, aos 34 anos, assumiu a direção da Bauhaus. Lucio Costa foi convidado a dirigir a Escola Nacional de Belas Artes aos 28 anos; Carmen Portinho integrou a equipe editorial da *PDF* aos 29 anos e grande parte dos colaboradores daquela revista tinham menos de trinta anos, entre eles Affonso Eduardo Reidy (23). Luiz Nunes iniciou as transformações na Diretoria de Arquitetura e Urbanismo em Recife aos 25 anos (faleceu, precocemente, aos 28 anos, vítima de tuberculose). Aos 27 anos, Oscar Niemeyer já se destacava na equipe que projetava o Ministério de Educação e Saúde, sob a coordenação do também jovem Lucio Costa (34). Marcelo Roberto venceu o concurso da Sede da ABI aos 28 anos, ao lado de seu irmão, Milton, este com 22 anos. O *Brazil builds* apresentava ao mundo, em 1943, não apenas a nova arquitetura brasileira, mas também a nova e jovem geração de arquitetos brasileiros.

No caso dos concursos, como se observou, a suposta falta de experiência dos mais jovens era compensada pela maior pré-disposição destes à competição e aos desafios de projeto, mesmo sem garantias contratuais. Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro venceram o concurso para o Clube Atlético Paulistano aos 29 anos (1957). No ano anterior, em conjunto com Paulo Mendes da Rocha, o arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva venceu aos 25 anos o concurso para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Gregório Zolko venceu o concurso para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1958) aos 26 anos, entre outros exemplos citados ao longo deste trabalho.

Há exceções, em especial quando o anonimato não foi estabelecido e a notoriedade acabou sendo considerada, como foi o caso no concurso para o Plano Piloto, em que venceram o já experiente Lucio Costa (55) e o seu projeto.

No que se refere às questões geracionais, observam-se dois tipos de situação nos concursos estudados, que se complementam: a cooperação e a confrontação. As diferenças de geração tendem a se diluir quando há afinidades de abordagem conceitual ou de estratégia projetual, ou quando a cooperação está diretamente associada às trocas entre “mestre” e “discípulo”, em especial nas relações originárias do ambiente da escola (alunos) ou dos escritórios (estagiários, colaboradores). Mesmo no caso dos concursos vencidos por arquitetos não tão jovens, estes contavam em muitos casos com a colaboração (e eventualmente co-autoria) das novas gerações.

Bourdieu, sobre o conflito de gerações nas disputas por posição nos campos profissionais e na busca pela afirmação do capital simbólico, destaca:

A história do campo é feita da disputa entre os personagens já estabelecidos e os jovens desafiantes. O envelhecimento ou declínio dos autores, das escolas e dos trabalhos de determinada época não é o produto de uma simples passagem mecânica e cronológica ao passado; na verdade, resulta da disputa entre aqueles que já deixaram a sua marca e que lutam para persistir, de um

lado; e do outro aqueles que só poderão se afirmar se empurrarem para o passado aqueles que têm interesse em parar o relógio, que desejam eternizar o estágio presente das coisas. (1993, p. 60)

E ainda completa:

Em todos os campos os dominantes têm interesse na continuidade (...), enquanto os dominados, os recém-chegados tendem à descontinuidade, à ruptura e à subversão. (1993, p.275)

Observou-se também que a cooperação é tão importante para o concurso de arquitetura quanto a competição. Muitos dos projetos premiados e publicados nas revistas foram elaborados coletivamente. Poucos foram os casos de projetos premiados elaborados por um autor isolado, sem colaboradores. A ideia de trabalho coletivo é intrínseca ao espírito do concurso, como se observou em vários dos exemplos citados neste trabalho. As colaborações, inclusive, em alguns casos, foram flexíveis. Os colaboradores de hoje podem competir entre si amanhã. Foi o caso de Paulo Mendes da Rocha e Pedro Paulo de Melo Saraiva, quando atuaram em conjunto no primeiro lugar do concurso para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 1957, e obtiveram respectivamente o primeiro e o segundo lugar no concurso para o Clube Atlético Paulistano no ano seguinte. Rubens Carneiro Vianna e Ricardo Sievers obtiveram o primeiro lugar no concurso para o Paço Municipal de Campinas em 1957, enquanto Adolpho Rubio Morales obteve a segunda colocação. Quatro anos depois os três arquitetos venceram em conjunto o concurso para a Assembleia Legislativa de São Paulo.

Ainda sobre os competidores é importante destacar a relação destes e de suas estratégias projetuais com outro importante grupo de “jogadores” na dinâmica dos concursos: as escolas. Segundo Stevens:

O sistema educacional, em particular, é acusado de perpetuar, transmitir e proteger o cânone de clássicos, o capital simbólico mais valioso do campo, de um modo semelhante ao que faz a Igreja. Ao final, aqueles que integram este sistema, aqueles que escrevem as histórias, são aqueles que vão dar eminência a um arquiteto ou fazê-lo cair no esquecimento. (2003, p.120)

As cooperações nos concursos decorrem, em várias situações, das posturas, afinidades e amizades estabelecidas no ambiente da escola, o que é natural e esperado (tanto entre estudantes, quanto entre estes e seus professores). Mas vale também destacar a situação em que o projeto é quase institucionalmente uma proposta da escola enquanto conjunto, enquanto coletividade. Foi o caso, por exemplo, do projeto coordenado por Paulo Mendes da Rocha para o Pavilhão de Osaka. Mais do que uma equipe de colaboradores afins, havia a intenção de se fazer representar o pensamento da instituição.

A esse respeito, Paulo Mendes da Rocha comenta:

E eu resolvi, não sei porque, que quem iria fazer esse concurso, quem iria concorrer era a FAU. Convidei o Júlio Katinsky para representar a FAU, do departamento crítico. Convidei o Júlio como colega arquiteto porque ele era um professor de história e crítica. E o Flávio Motta para discutir a questão a representação de tudo isso. (SOBREIRA et al, 2018, p.74).

Finalmente, sobre a importância dos concursos nas carreiras dos arquitetos, observaram-se situações diversas. Para alguns, o concurso foi um caminho fundamental para a afirmação no meio profissional e determinante para a carreira. Pode-se afirmar que esse foi o caso, por exemplo, de Paulo Mendes da Rocha, que mesmo depois de alcançada a notoriedade continuou a participar em concursos. Sobre o papel dos concursos para a sua carreira, o arquiteto afirma:

...inaugurou a minha vida pública. Eu era escondido, como todos nós somos quando começamos... (SOBREIRA et al, 2018, p.28).

Há os arquitetos que venceram ou se destacaram em concursos de relativa importância, porém não alcançaram a mesma notoriedade no campo do projeto, seja pela premiação ter sido um fato isolado na carreira (como é o caso, por exemplo, de Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman, vencedores do concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, praticamente ausentes da historiografia da arquitetura brasileira) ou pela mudança de rumo profissional (como foi o caso, por exemplo, de Flávio de Carvalho, que se destacou como artista plástico, depois das polêmicas participações em concursos, conforme citado).

Outros notórios arquitetos não dependeram dos concursos para a afirmação profissional, e em alguns casos foram entraves (direta ou indiretamente) para a sua realização. O caso mais emblemático é Oscar Niemeyer, cuja notoriedade precoce, associada ao insucesso em alguns certames, o levaram a se afastar dos concursos de arquitetura. Sua criatividade e capacidade projetual, associadas à habilidade política, ao respeito dos pares e às relações sociais foram determinantes para que não dependesse de concursos como meio de afirmação profissional (DURAND e SALVATORI, 2013). Em alguns casos, sua presença e notoriedade foram determinantes para a não realização ou o cancelamento de alguns concursos. Vale comentar alguns desses eventos.

Nos anos 1930, Niemeyer participou de alguns concursos em que não foi o vencedor, mas esteve entre os projetos destacados ou premiados. Em 1936, aos 28 anos, conforme abordado nos capítulos iniciais, participou do concurso para a Sede da ABI (em co-autoria com Fernando Saturnino de Brito e Cassio Veiga de Sá) e do Ministério da Fazenda (em co-autoria com José de Souza Reis e Jorge Machado Moreira). Naquele mesmo ano, os embates estéticos, ideológicos e políticos levaram ao cancelamento do concurso para o Ministério de Educação e Saúde e à entrega da encomenda a Lucio Costa e sua equipe (muitos deles ex-alunos que o apoiaram na ENBA), conforme já relatado. Niemeyer, um dos integrantes da

equipe constituída por Costa, assumiria tempos depois a coordenação da equipe no trabalho de desenvolvimento do projeto, o que foi certamente um passo determinante na construção de sua carreira. O destaque do jovem Niemeyer naquele projeto, conforme amplamente abordado pela historiografia, pode ser resumido no seguinte trecho da carta de Costa a Le Corbusier, em julho de 1937, quando tratava do desenvolvimento do projeto do MES: “Oscar, que após sua partida tornou-se a estrela do grupo...” (SANTOS, 1987, p. 180)

No concurso para o Pavilhão de Nova Iorque (1939), a segunda colocação se converteu em co-autoria, a convite de Lucio Costa, que havia vencido o concurso (DURAND, 1991; COMAS, 2010a). O resultado da parceria se tornaria uma das obras mais emblemáticas da nova geração e contribuiria para a celebração da arquitetura brasileira no cenário internacional, que culminaria no *Brazil builds*, conforme já abordado.

Os projetos de Oscar Niemeyer para Pampulha, considerados pelo mesmo como o marco fundamental em sua carreira (MACEDO, 2008), resultaram do insucesso de um concurso realizado pelo então governador de Minas Gerais em 1940, conforme declarou Juscelino Kubitschek anos depois, em 1975 (ver p. 170 deste trabalho).

Em 1941, Niemeyer participou, porém não foi o vencedor, no concurso para a Escola Nacional de Educação Física no Rio de Janeiro. Uma nota publicada na *Acrópole* (n. 41, em setembro de 1941), assinada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) sugere que antes do concurso Niemeyer teria apresentado proposta para o estádio, que havia sido recusada pelo departamento, favorável à realização de concurso:

Este Departamento, entretanto, ainda que não ponha em dúvida a capacidade técnica e a idoneidade profissional do proponente, atendendo, porém, ao vulto e à elevada estimativa de custo daquelas construções, de caráter monumental, é de parecer que, no caso, se justificaria plenamente a abertura de concurso para a seleção e desenvolvimento do projeto a ser executado conforme estabelece a lei n. 125, de 3 de dezembro de 1935, em seu artigo 5º. (CONCURSO de projetos..., 1941)

O concurso para o Estádio Nacional (atual Maracanã) passou por longo processo de discussões técnicas e políticas (COMAS, 2010b) que culminaria com a escolha, em 1947, do projeto assinado pela equipe constituída pelos arquitetos Miguel Feldman, Waldir Ramos, Raphael Galvão, Oscar Valdetaro, Orlando Azevedo, Pedro Paulo Bernardes Bastos e Antônio Dias Carneiro. A proposta de Niemeyer havia sido finalmente descartada. Anos depois, Niemeyer admitia a superioridade do projeto escolhido (NIEMEYER, 2000).

Em 1947 Niemeyer venceu o concurso para o Centro Técnico da Aeronáutica, em São José dos Campos, projeto marcado por controvérsias e confrontações, desde o resultado até a contratação e a construção do complexo. O concurso teria sido determinante para o afastamento entre Niemeyer e Reidy. Os dois, que compartilhavam espaço e até mesmo desenhistas à época (teriam chegado a iniciar a formulação do projeto para o concurso em conjunto), se desentenderam em virtude do concurso (MORI, 2013). O júri destacou a semelhança entre os projetos os dois, porém elegeu o primeiro como vencedor. Reidy chegou

a questionar a abordagem do júri e o resultado em reunião do IAB (FLYNN, 2001). Após assinar o contrato para o desenvolvimento do projeto, o cenário político nacional e internacional de perseguição aos comunistas e simpatizantes da esquerda levaram ao afastamento de Niemeyer do processo, por parte do então Presidente das República, Eurico Gaspar Dutra, que substituiu Getúlio Vargas. O episódio teria sido determinante para que Niemeyer não mais concorresse em concursos (DURAND e SALVATORI, 2013).

Naquele mesmo ano, Niemeyer foi convidado a integrar a comissão que projetou a sede das Nações Unidas, em Nova Iorque em um processo colaborativo, porém marcado por disputas, mas que ao final reforçou ainda mais sua notoriedade internacional, à frente inclusive do outrora mestre, que passava a colaborador: Le Corbusier (SILVA, 2017).

Em 1952 a Prefeitura de São Paulo realizou mais um concurso para o Paço Municipal (outros eventos haviam sido realizados e cancelados em 1939 e 1946, conforme já mencionado). O concurso foi cancelado e Oscar Niemeyer apresentou proposta alternativa, em conjunto com Eduardo Corona (principal articulista da *Acrópole*) e equipe da Prefeitura. Naquela ocasião, além de já gozar de prestígio e respeito nos meios políticos e profissionais na cidade, Niemeyer era responsável por uma série de projetos e obras (construídas ou em andamento) em São Paulo, como os edifícios Montreal (1950), Califórnia (1950), Copan (1951) e Eiffel (1952), além do importantíssimo Parque Ibirapuera, que seria inaugurado em 1954 (BRUNA, 2017; FICHER, SOBREIRA e LEDES, 2017).

Brasília foi certamente o maior exemplo de como a notoriedade de Niemeyer interferiu em concursos de Arquitetura, e certamente no mais importante concurso da história do país. Sua presença e o culto à genialidade que se promovia em torno do arquiteto, não apenas afetaram o concurso que escolheu o projeto urbanístico para o Plano Piloto, mas todos os concursos que poderiam ter sido realizados para os principais edifícios públicos da nova capital. Conforme detalhado no capítulo sobre o evento (Plano Piloto para a Nova Capital: a regra do jogo), Niemeyer declara ter recusado a encomenda do Plano Piloto, limitando-se “apenas” a projetar os edifícios da capital (1958, p.6).

Além do júri para o concurso do Plano Piloto, Niemeyer havia participado, em 1946, do concurso para a Sede do IAB-SP (ver capítulo específico). O resultado proposto pelo júri foi o projeto colaborativo, elaborado pelos autores dos projetos selecionados, entre eles Rino Levi, que coordenou os trabalhos. Esse mesmo formato “colaborativo” que seria experimentado por Niemeyer no projeto para a sede da ONU, foi sugerido pelo membro dissidente do júri do concurso para o Plano Piloto, Paulo Antunes Ribeiro, representante do IAB. A solução foi rejeitada, prevalecendo o projeto de Lucio Costa e os planos políticos de Juscelino Kubitschek.

Em 1971 Niemeyer ainda participou como membro do júri do concurso internacional para o Centre Beaubourg (Pompidou), em Paris, que teve a participação de 681 concorrentes, de 49 países. Os vencedores do concurso foram os então jovens arquitetos

Richard Rogers (37), Renzo Piano (33) e Gianfranco Franchini (32). Paulo Mendes da Rocha foi um dos finalistas.

Mesmo que não haja registros de que Niemeyer em algum momento tenha se manifestado contra os concursos, pode-se conjecturar que o culto à genialidade em torno do arquiteto (alimentado pela própria profissão) contribuiu para inibir a criação de uma política pública favorável ao concurso público na Administração Pública.

No contexto internacional outros notórios arquitetos também se apresentaram, direta ou indiretamente, como barreiras contra os concursos. Le Corbusier, que participou de importantes embates em concursos públicos internacionais, conforme já mencionado, em diversas oportunidades procurou, nos bastidores, cooptar gestores públicos nos quatro cantos do mundo na busca por contratos de projetos (SANTOS, 1987). Não há registros do arquiteto franco-suíço em defesa aberta ao concurso público. Certamente a derrota em alguns embates e a notoriedade internacional o tenham afastado das competições.

Um dos mais ilustres críticos ao sistema dos concursos foi Frank Lloyd Wright, que apesar de ter participado como membro de júri de alguns eventos (como o Farol de Colombo, citado neste trabalho) teria afirmado:

Os concursos não são nada mais do que uma média sobre uma média, para satisfazer uma média. (Halsband, em LIPSTADT, 1989 prefácio).

No Brasil, conforme já mencionado, arquitetos respeitados no meio profissional e com importante atuação nas instituições de classe e nos meios editoriais, como Eduardo Corona e Sylvio de Vasconcellos, publicaram textos em que relativizaram a importância dos concursos (CORONA, 1962) ou condenaram a realização desses eventos (VASCONCELLOS, 1962).

(2) Organizadores e promotores

Sobre os organizadores e promotores, propõe-se aqui uma abordagem conjunta desses grupos. Em outros contextos, em especial nos países europeus, historicamente, quem promove também organiza o concurso, portanto não há distinção clara entre esses grupos. No Brasil, a organização, na grande maioria das situações, coube à profissão e particularmente ao IAB de cada região. As exceções foram em geral tratadas pela profissão como desvios indesejados e em algumas situações, como vimos, foram objeto de críticas publicadas nas revistas alinhadas aos Institutos. Tal particularidade vem do fato de que o concurso, no caso brasileiro, desde o início, foi utilizado como uma ferramenta de afirmação profissional, sempre que conveniente, e não como opção incondicional, parte de uma política pública de promoção da qualidade na Arquitetura. Os arquitetos, nos anos de “tomada do campo” e na busca por afirmação no meio social, cultural e profissional, se utilizavam de alguns instrumentos: a formação (as campanhas pelas escolas autônomas); a regulamentação

profissional (a busca por um conselho próprio); o concurso (evento promovido por arquitetos, para arquitetos) e a participação em eventos de cunho artístico. Nos países em que organização e promoção se confundem, o concurso em geral é uma iniciativa da administração pública, e a profissão é um dos grupos de interesse, mas não necessariamente o dominante.

O que se observa sobre os concursos realizados no Brasil é que a ocupação do espaço da “organização” pela profissão definiu o caráter corporativo de tais eventos e tornou difícil a assimilação dos certames pelos gestores públicos (e eventualmente privados). Esta, conjecturamos, seria uma das razões para a sua escassez em comparação com os países em que são mais frequentes. Ao assumir o papel de “organizador”, a profissão detém o poder de definir as regras e compor o júri com relativa autonomia, o que acaba distanciando os gestores, que temem a perda do poder de tomada de decisão.

O concurso enquanto instrumento, por si só, não é garantia para a obtenção do resultado que se deseja. É preciso moldar o processo aos interesses em jogo. Por essa razão não foi suficiente para a profissão, nos anos 1930, garantir que os concursos fossem obrigatórios. Era fundamental dominar as regras do jogo e, se isso não fosse possível, que o jogo fosse descartado. Foi o caso, por exemplo, do Ministério de Educação e Saúde, em que as regras e o júri, tal como definidos pelos organizadores, desagradaram parte da profissão (a parte em ascensão, que buscava ocupar espaço e afirmar seu capital simbólico alinhado às ideias de vanguarda). Nesse sentido ao se garantir à profissão o poder de organizar o concurso, não se tratava apenas de promover a sua melhor organização possível, mas de se certificar que o jogo fosse jogado de acordo com os interesses daquele grupo. Em resumo, “organizar” o concurso significava ditar as regras do jogo e garantir os espaços de “tomada de posição”.

Alguns dos eventos estudados são exemplos de tais tensões e dinâmicas. No caso da sede da ABI, os promotores assumiram a responsabilidade de organizar o certame e julgar os trabalhos, a fim de escapar dos imprevistos observados no concurso do MES, uma vez que buscavam propostas vanguardistas e não viram na profissão, naquele momento, garantias para alcançar tais objetivos. O concurso para o Complexo Esportivo de Santo André foi criticado por Jorge Wilhelm, em 1958, no artigo intitulado “O concurso (e escândalo) de Santo André”, pela ausência do IAB na organização. Problemas como não divulgação da comissão julgadora e prazo para envio dos trabalhos foram apontados pelo arquiteto.

Os promotores são aqueles que “patrocinam o jogo” e, conseqüentemente, os principais interessados em seu resultado. No que se refere a esse grupo, há duas categorias: públicos e privados. Os principais promotores dos concursos realizados no Brasil no período foram públicos, seja pela obrigação definida em lei, seja pela premissa estabelecida pela administração pública (nem sempre cumprida) de igualdade de oportunidades na concessão de contratos públicos. Onde o peso de participação do Estado no desenvolvimento econômico foi maior, os promotores de concursos foram públicos, como foi o caso do Rio de Janeiro enquanto era o Distrito Federal, até final dos anos 1950. Em São Paulo, onde o

peso do mecenato privado era maior (PEREIRA, 1997; SEGAWA 1998; FICHER, 2005), o número de concursos realizados por “promotores privados” foi relevante em relação a outros Estados. Na maioria dos casos os promotores delegaram a função de organização a profissão (o IAB), enquanto uns poucos, como vimos, assumiram a responsabilidade sobre o jogo e suas regras. No caso do concurso para o Plano Piloto, ao assumir a organização do concurso, a Presidência da República (representada pela Novacap) controlou o jogo, as regras e o resultado. O IAB, deslocado do processo, perdeu o controle sobre o jogo e viu as regras que havia sugerido serem descartadas.

É importante ressaltar que a “profissão” não é necessariamente um conjunto coeso, unitário e sempre convergente em ideias e ações. A própria disputa pelos espaços e instituições de representação (institutos de arquitetos), de formação (faculdades) e de difusão (revistas) revelam as tensões em jogo. Não é por acaso que parcela importante dos arquitetos que buscavam afirmar novos valores e constituir seu capital simbólico entre os anos 1930 e 1950 procuraram ocupar as funções estratégicas nos IABs, nas escolas de Arquitetura e nas publicações especializadas. Daí a importância dos concursos: mesmo admitindo as divergências de abordagem no projeto, tais eventos procuravam manter as confrontações do campo profissional sob controle, em uma “arena pública” (como sugeria Quatremère de Quincy). Em outras palavras, para a profissão era preciso reconhecer as diferenças, porém manter a unidade corporativa (o que nem sempre foi possível).

Os promotores, públicos ou privados, em geral adotaram o concurso quando buscavam visibilidade ou tinham satisfações a dar à coletividade (seja o governo em relação aos cidadãos, ou o diretor de um clube em relação aos associados). Por partir do pressuposto da transparência e da democracia, em geral é adotado como “estratégia” de um jogo político maior e, adicionalmente, como promessa da qualidade do projeto, apesar dos riscos inerentes ao processo.

Ao falar do “promotor” enquanto agente público, é importante destacar a intenção política por trás da decisão de se realizar ou não um concurso. Já comentamos que entre os casos estudados, tanto nos contextos ditatoriais quanto nos democráticos os concursos foram escassos, utilizados conforme a conveniência, seja da profissão ou dos gestores. Quando não havia equipe técnica nos quadros da administração pública para as funções de projeto, a contratação direta foi a opção mais frequente e cômoda para o gestor. É importante ressaltar que não foram localizados registros, nas revistas analisadas, de manifestações da profissão que fossem claramente contrárias à contratação direta. A crítica mais enfática a tal prática, conforme já mencionado, veio de um jornalista: Geraldo Ferraz. Sua crítica aos favorecimentos políticos nas contratações de projetos (“o filhotismo predomina, de braços dados com a genrocracia”, 1956, p. 23) foram eventualmente tomadas pela profissão como uma oposição pessoal a Oscar Niemeyer, o personagem mais ilustre (mas não o único) entre os beneficiados pela contratação direta. Perdeu-se a oportunidade, naquele momento, de se promover um debate mais amplo, que estivesse acima dos interesses e compromissos corporativos.

(3) Juízes

Qualquer que seja a negociação entre competidores, organizadores e promotores, as tensões tendem a se concentrar sobre um grupo determinante: os juízes, responsáveis pelas tomadas de decisão, enfim, pelo resultado do jogo.

O julgamento propriamente dito será abordado na seção específica, mais adiante, como um dos “componentes do jogo”. Aqui abordaremos os “juízes” enquanto grupo dentro do componente “jogadores”. Vale lembrar que os juízes a que nos referimos não são os mediadores (organizadores, coordenadores), mas aqueles que tomam a decisão (comissão julgadora). A formação deste grupo é resultado direto das relações, negociações e tensões entre os grupos mencionados anteriormente: competidores; organizadores e promotores. Em cada um desses grupos há disputas para definir quem irá lhes representar para a tomada de decisão, para a escolha do “melhor projeto”. Considerando que o concurso em geral parte, ao menos em teoria, da impessoalidade como premissa e da multiplicidade de respostas como fundamento do jogo competitivo, o júri é a oportunidade de se estabelecer, por meio da representação, alguma posição ou preferência (pessoal ou institucional) ou de conferir algum grau de previsibilidade ao resultado que se espera do jogo. Enfim, indicar o membro do júri é se fazer representar, enquanto tomada de posição. Nesse sentido, não há júri imparcial: toda composição de comissão julgadora resulta de uma tomada de posição. Os regulamentos de concurso no Brasil (elaborados pelo IAB) sempre tiveram como premissa que o julgamento fosse realizado exclusivamente por arquitetos, salvo exceções justificadas. Essa, inclusive, é a regra vigente até hoje. Por outro lado, nos países em que o concurso é organizado e regulamentado pela gestão pública e não pela profissão, admite-se maior representatividade dos interesses em jogo podendo os profissionais arquitetos serem minoria na composição. O regulamento de concursos do Parlamento Europeu define que pelo menos um terço da comissão julgadora deve ser de profissionais, sendo dois terços de outros grupos de interesse (SOBREIRA, 2014). Característica que reforça, em nosso entendimento, as razões para a escassez dos concursos no Brasil e sua maior frequência nos países em que o gestor se sente mais representado nas tomadas de decisão.

Considerando-se os concursos estudados à luz da composição do júri, observamos que na grande maioria dos casos os arquitetos foram dominantes nas comissões julgadoras, sempre que a profissão foi responsável pela organização. No caso da sede da ABI, por exemplo, em que os organizadores foram os próprios promotores, o júri foi composto por representantes da associação e arquitetos escolhidos pela associação, e não por arquitetos indicados pela profissão. Naquele concurso regra e júri estavam sob o controle de quem patrocinava o concurso, como garantias para o resultado desejado.

No concurso idealizado para a Escola de Guerra Naval os promotores (Marinha) tinham um estilo de preferência (neoclássico) e declararam que o júri seria composto “como melhor entender o Ministério da Marinha”. A profissão reagiu contra a definição de estilo e saiu em defesa da liberdade de proposição e da composição de um júri de arquitetos

indicados pelo IAB (o que na verdade, significava defender o estilo moderno contra o neoclássico, dada a posição dominante da profissão no período).

Vale retomar aqui o concurso para o Plano Piloto, em que a composição de júri sugerida pela profissão foi ignorada pelos promotores. Manteve-se a composição profissional (arquitetos), porém com perfil adequado aos interesses almejados: evitar a confrontação de grandes notoriedades internacionais e manter o jogo sob o controle da figura dominante do júri, Oscar Niemeyer, arquiteto de confiança do Presidente da República.

O tema da composição da comissão julgadora traz à tona outra questão que esteve presente em alguns dos concursos estudados: por que as vanguardas nem sempre são vencedoras em concursos? Vale destacar que uma das premissas para se integrar uma comissão julgadora é a notoriedade do membro indicado no respectivo campo profissional. A notoriedade, em Arquitetura, é alcançada em geral pelo acúmulo de capital simbólico, decorrente de realizações (principalmente projetos construídos) e em alguns casos de posição destacada nas instituições de formação ou de representação (também inter-relacionadas). Os movimentos de vanguarda, apesar da eventual simpatia de partes da elite intelectual ou de grupos dominantes no campo político, em geral ainda não ocupam posições estratégicas nos espaços de tomada de decisão, o que é de certa forma compreensível. A própria ideia de vanguarda está associada ao questionamento do *status quo* (que inclui as instituições, seus representantes e suas ideias) e a proposição de novos paradigmas. O concurso para a Sociedade das Nações (1927) é um caso emblemático, conforme abordado no início do segundo capítulo. Não era suficiente ter as ideias da vanguarda de então entre os competidores; era fundamental que tais ideias estivessem devidamente representadas na comissão julgadora, o que não ocorreu. Resultado: prevaleceu o academicismo, ideia dominante naquele contexto. O mesmo ocorreu com o concurso para o MES (1936): houve propostas de vanguarda submetidas ao concurso, mas o júri dominante era refratário a tais ideias. A diferença, neste último caso, é que houve articulações políticas para que houvesse o cancelamento do concurso, a fim de que prevalecesse a linguagem dos profissionais alinhados à vanguarda, que tinham mais poder junto ao “promotor”, naquele caso, o Ministro Capanema. No caso do concurso para o Ministério da Fazenda, na mesma época, a situação foi inversa: o júri destacou a vanguarda, mas as forças políticas da instituição optaram pelo academicismo. É por tais situações (de conflito entre notoriedade e vanguardismo) que em diversas ocasiões as vanguardas não encontram espaço nos concursos de arquitetura.

(4) Editores (difusão e crítica)

O último grupo de “jogadores” que abordamos nesta análise são os editores. Mais especificamente, as revistas de Arquitetura. Trata-se de espaços de difusão e de crítica que são a expressão editorial de grupos e interesses: comerciais, corporativos, institucionais, etc. As revistas analisadas neste trabalho resumem bem essa diversidade de abordagens: o espírito corporativo combinado a uma vitrine da produção dominante (*Acrópole*); a representação corporativa oficial (*Arquitetura e Engenharia*, órgão de difusão do IAB-MG, com

representantes de profissionais de outros centros, como Rio de Janeiro e São Paulo); o espírito crítico vinculado ao mecenato privado de arte e cultura, eventualmente conflitante com os interesses corporativos (*Habitat*); veículo oficial da administração pública cuja abordagem variou conforme o contexto político e editorial de cada período (*PDF*, vanguardista quando esteve sob a coordenação de Carmen Portinho) e o veículo de difusão pessoal de Oscar Niemeyer e seus colaboradores (*Módulo*).

O nível de conhecimento público que se tem sobre cada concurso estudado e sobre os debates em torno dos projetos resultantes decorre principalmente da recepção editorial dada a cada um desses eventos. Sem a devida publicação e difusão, muitos desses eventos e os debates decorrentes não teriam chegado ao conhecimento da profissão e demais interessados, nem teriam sido registrados posteriormente pela historiografia (em especial nos casos em que não se converteram em obra construída).

Sob o ponto de vista da profissão, considerando o papel do concurso como instrumento de produção de capital simbólico (materializado ou não), não faz sentido a competição sem a respectiva difusão. Dessa forma, a difusão dos concursos e a publicação dos projetos nas revistas são etapas fundamentais do “jogo” e os “editores” exerceram papel fundamental nesse contexto, seja pela ampla cobertura a eventos e projetos, seja pela omissão, quando foi esta a opção. A resposta editorial, em todos os casos, é um reflexo da tomada de posição dos grupos representados por determinada revista e pelos interesses em jogo. Os concursos citados trazem vários exemplos em que a atuação dos “editores” como jogadores na dinâmica dos eventos foi relevante.

Relembremos o caso do concurso para o Plano Piloto: a *Acrópole*, após ampla cobertura sobre os debates em torno da formulação do edital, simplesmente ignorou o resultado e não publicou os projetos premiados, certamente pela insatisfação em relação aos encaminhamentos do concurso, contrários ao que o IAB esperava. Enquanto isso, a *Módulo*, chefiada por Niemeyer, publicou o conjunto mais completo de informações sobre o concurso, inclusive com os pareceres do júri. Já a *Habitat* optou por destacar os projetos que considerou mais relevantes sob seu ponto de vista editorial, independente do mérito da premiação.

A *PDF*, conforme já citado, em mais de uma ocasião publicou, nos anos 1930, os projetos cujos autores estavam alinhados à visão editorial, sob a coordenação de Carmen Portinho, independente do mérito da premiação: Ministério de Educação e Saúde, sede da ABI e Vila Operária de Monlevade.

As revistas foram também utilizadas como espaços de afirmação de determinado grupo de profissionais, mesmo quando o concurso foi cancelado, como foi o caso da publicação da *Acrópole* (n. 283, junho de 1962) sobre o primeiro concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais: foram publicados apenas os projetos dos arquitetos paulistas destacados no concurso. Enquanto isso, a *Habitat* (seis meses depois, em dezembro do mesmo ano) publicava projeto e artigo de Miguel Pereira e J.C Paiva da Silva, do Rio Grande

do Sul. Em outra situação, no concurso para a sede do Senado Federal no Rio de Janeiro, a *Acrópole* (n.217) publicou apenas o segundo lugar (Henrique Mindlin, de São Paulo), enquanto a *Módulo* e a *Arquitetura e Engenharia* publicaram o primeiro colocado (Sérgio Bernardes e Rolf Werner Huther, do Rio de Janeiro).

Os editores, enfim, não foram jogadores passivos. Mesmo que não tivessem papéis determinantes, como os competidores e os juízes, foram fundamentais para que tais eventos fossem lembrados ou esquecidos pela profissão e pelo meio social relacionado.

Compreender as características e os papéis dos diversos grupos de jogadores envolvidos na dinâmica dos concursos é reconhecer a diversidade de interesses em jogo, elementos determinantes para a definição das estratégias de cada grupo.

As estratégias

Falar das estratégias em um jogo é abordar as posturas dos diversos jogadores em função dos objetivos traçados, a partir das regras estabelecidas e dos meios à disposição. O concurso em si é uma estratégia, tanto do gestor público quanto da profissão, cuja dinâmica se estabelece a partir do conjunto de táticas que integram o repertório de projetos submetidos. Nesta seção propõe-se abordar as estratégias sob o ponto de vista de um grupo específico: os competidores em situação de concurso.

O objetivo aqui não é se aprofundar em cada estratégia projetual. Trata-se de um olhar panorâmico sobre o conjunto de posturas e tomadas de posição, à luz da recepção editorial dos concursos estudados, a fim de identificar eventuais tendências (individuais ou de grupo), conflitos, convergências ou pontos de inflexão. Em outras palavras: compreender a dinâmica do jogo (o concurso) a partir das estratégias dos competidores (os projetos premiados e finalistas, publicados nas revistas).

Nesse sentido, utiliza-se aqui a abordagem proposta por Rafael Moneo em seu livro *Inquietação teórica e estratégia projetual...* (2008), quando define:

O termo “estratégia” (...) é entendido aqui como mecanismos, procedimentos, paradigmas e artefatos formais que aparecem com insistência recorrente na obra dos arquitetos de hoje... (p.9)

Parte-se da premissa que projetar, no contexto de um concurso, é planejar ações em um ambiente de potencialidades e conflitos em que a interação entre os agentes é limitada; trata-se de calcular e assumir riscos em cada tomada de decisão e de traçar possibilidades a partir de soluções, seja por convicções individuais ou visões coletivas; pela formação profissional; pelo desafio proposto (o tema, o lugar, as regras...); pelas afinidades conceituais e técnicas; pelo contexto político; ou pela combinação de vários desses fatores, inclusive a adequação das estratégias projetuais conforme a composição do júri.

No caso de um concurso de Arquitetura, “vencer o jogo” não é o único objetivo e nem sempre é o determinante. Há situações em que a estratégia traçada visa mais uma “tomada de posição” do que a obtenção de um prêmio ou contrato de projetos. Há, sem dúvida, arquitetos que moldam as estratégias conforme as regras e atuam de acordo com aqueles que vão julgar, a fim de tentar vencer o jogo (ou pelo menos se destacar entre os melhores). Outros definem suas estratégias com base em convicções ou em defesa de conceitos que acreditam ser superiores às regras e que independem de quem vai julgá-las. Sobre essa questão, Paulo Mendes da Rocha declara:

...o que é interessante do concurso (...) é a ideia de liberdade. Você não faz imaginando o que o outro gostaria que você fizesse. Você faz como quem diz: “ah, vocês vão ver...” Como um desafio. Ninguém pode fazer um concurso pensando que vai ganhar um concurso. Pode ser um desastre. (SOBREIRA et al, 2018, p.28)

Aqui serão abordados alguns aspectos do que consideramos elementos integrantes das “estratégias projetuais” nos concursos estudados: (1) postura em relação às regras do jogo; (2) linguagem arquitetônica; (3) retórica gráfica e discursiva.

(1) Postura em relação às regras do jogo

No que se refere à relação entre os projetos e as regras do jogo, há estratégias mais previsíveis e outras mais ousadas, que podem até provocar mudanças nas regras estabelecidas. Em outras palavras: há respostas que simplesmente procuram responder às demandas e outras que colocam em dúvida até mesmo a questão formulada inicialmente. A obra de Hector Vigliecca em concursos (a partir dos anos 1970) é um exemplo desse tipo de abordagem:

Vislumbrar questões que os contratantes não souberam formular pode ser a grande contribuição do projeto, apesar das polêmicas que podem causar pela contestação dos outros participantes que se limitam aos termos do edital. (CAMARGO, 2012, p.7)

A proposta da equipe coordenada por Lucio Costa para o Ministério de Educação e Saúde e que substituiu o projeto vencedor de Arquimedes Memória não apenas apresentava uma nova linguagem, mas estabelecia novas regras, questionava os parâmetros urbanos e propunha outros, que tornavam possível aquela solução projetual. A confrontação não era apenas estética, mas urbanística. O projeto de Costa e equipe, mesmo se apresentado ao concurso, não poderia vencer, por descumprir as regras.

A relativa contenção e comedimento do projeto dos irmãos MM Roberto para a sede da ABI não advém de uma simples preferência estilística, mas é reflexo das normas urbanísticas e dos condicionantes climáticos. Os demais projetos premiados nesse concurso também refletem tais limitações. Esse, inclusive, é o mérito do projeto vencedor: inovar diante das limitações impostas. Não era possível, naquele concurso, suspender o edifício sobre pilotis em um térreo livre (considerando a necessária relação com a rua, em terreno de esquina com divisas estabelecidas), ou projetar a partir de composição livre de volumes, como foi o caso do projeto do MES. As regras, enfim, definem o projeto. A não ser que se opte por desafiar-las, e que o júri concorde com tal desafio.

Alguns concursos apresentam regras sumárias, que permitem ampla liberdade de estratégias e possibilidades criativas, como o concurso para o Plano Piloto. O resultado foi um rico repertório de possibilidades. Tal síntese também permitiu que o projeto vencedor, de Lucio Costa, apesar de sumário, fosse avaliado pelas potencialidades e não necessariamente pelo rigor técnico ou pelo desenvolvimento precoce da ideia.

(2) Linguagem arquitetônica

Quanto à linguagem arquitetônica, parte-se do pressuposto que as estratégias projetuais dominantes são reflexo dos símbolos e valores mais importantes para o campo, em determinado tempo e lugar. Em momentos de conflito e transição, tais estratégias podem confirmar os valores vigentes ou questioná-los, como relembra Stevens:

Os recém-chegados ou aqueles já engajados na competição pela consagração têm duas opções. Tanto podem produzir edifícios (ou desenhos ou projetos para concursos ou exposições ou tratados) que afirmem os valores e o capital dos membros dominantes e, assim, juntarem-se a eles, ou podem adotar a estratégia bem mais arriscada de criar uma nova estética, uma nova forma de capital simbólico, e desse modo desafiar o establishment. (2003, p.118)

Os projetos apresentados e publicados em situação de concurso, portanto, constituem um repertório de afirmação simbólica da profissão, de disputa por espaço e posição, conforme já mencionado. Stevens ainda destaca:

Ao se concordar quanto aos símbolos que são importantes e quanto aos que não são, facilita-se a comunicação entre seus membros. (p.93)

É possível estabelecer relações entre os recortes temporais estabelecidos neste trabalho e as linguagens predominantes dos projetos publicados (assim como os pontos de transição e conflito) em cada período.

O recorte definido como “a tomada do campo” (1935 a 1949) foi marcado pela necessidade de afirmação simbólica de novos valores e a negação dos predominantes. Os concursos foram utilizados em várias ocasiões para tal confrontação, como vimos. Naquele momento, o campo profissional “em construção” elegeu o moderno como símbolo e as estratégias projetuais convergiram nesse sentido. Os projetos premiados nos concursos, nesse período, revelam tal embate: no início dos anos 1930 as propostas oscilam entre as variações do historicismo e as diversas vertentes do moderno. A partir dos anos 1940 o moderno passou a ser mais presente entre os projetos premiados, o que se consolidou até meados dos anos 1950. Observa-se que as “lições” de Le Corbusier estão presentes nesse período, com as devidas adaptações aos respectivos contextos, seja nas propostas derrotadas para os concursos do MES e da Vila Operária de Monlevade, como nas propostas premiadas da sede da ABI. O *Brazil builds* é uma síntese de tal convergência coletiva de linguagens, apesar das individualidades que já emergiam.

O segundo recorte, “os conflitos do campo” (1950 a 1957), sob o ponto de vista das linguagens e estratégias projetuais, apresenta um panorama ao mesmo tempo de consolidação e de crítica (e auto-crítica). O concurso para a Escola de Guerra Naval é um exemplo isolado de tentativa de expressão neoclássica (pelos promotores) em um ambiente já dominado pelo moderno (por parte da profissão e da elite política e intelectual). O concurso para o Plano Piloto é a síntese desse momento marcado ao mesmo tempo pelo

domínio e pelos conflitos no universo “moderno”. Do canônico “corbuseano” adaptado ao contexto brasileiro tal como proposto no projeto vencedor de Costa; passando pelo discurso de planejamento urbano de baixa densidade e multidisciplinar de Artigas; até as imponentes (e quase ficcionais) torres de Rino Levi e equipe, observa-se a multiplicidade de possibilidades dentro de um repertório que já se encontrava em crise, dentro e fora do país. A diversidade também marcou os projetos premiados nos concursos para a sede do Senado Federal e para o Paço Municipal de Campinas: nesses concursos não se identificou unidade no discurso moderno, admitindo-se variações relevantes e, em alguns casos, contestações. No caso de Campinas ficou clara a oposição entre duas estratégias divergentes, como sínteses dos debates vigentes à época: composição de objetos arquitetônicos (projeto vencedor) *versus* proposição de espaço urbano e paisagem (terceiro lugar). Apesar da vitória do “objeto” sobre o conceito de “lugar”, ficou evidente que as estratégias baseadas em premissas canônicas do moderno já não eram unanimidade no campo profissional. Vale lembrar, nesse sentido, que enquanto o Brasil celebrava Brasília como ícone moderno, o movimento passava por sérias críticas no cenário internacional. Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), inaugurados em 1928 (no ano seguinte e como consequência dos embates no concurso para a Sociedade das Nações), se encerraram em 1959 (um ano antes da inauguração de Brasília), a partir das críticas do Team 10 (FRAMPTON, 1988).

O terceiro recorte, denominado “dispersão do campo” (1958 a 1971), é marcado também pela dispersão de linguagens. A crítica internacional ao moderno canônico já estava bem mais presente no país e os projetos premiados em concursos refletiram tal diversidade de estratégias projetuais. As recepções editoriais das revistas brasileiras a dois importantes concursos internacionais realizados no período expressam bem esse panorama de dispersão: Toronto City Hall e Sede da Peugeot. No Brasil, o moderno se reconfigurou e ganhou força com abordagem mais tectônica, em que a técnica prevaleceu sobre o formalismo (ao menos em discurso), ao mesmo tempo em que os conceitos de lugar e espacialidade (mais introspectiva) foram ressaltados acima da ideia de composição volumétrica e plasticidade. Tais expressões arquitetônicas seriam classificadas pela crítica, posteriormente, como “brutalismo” (BRUAND, 1981; FICHER e ACAYABA, 1982; ZEIN, 2005; BASTOS e ZEIN, 2015). Diversos projetos submetidos a concursos para clubes privados nesse período ilustram tal tendência, como o projeto não premiado de Paulo Mendes da Rocha para o Clube da Orla e o projeto de Pedro Paulo de Melo Saraiva para o Clube XV (construído e, décadas depois, demolido). O concurso para o Pavilhão do Brasil em Osaka expressa bem tal cenário: prevaleceu o brutalismo de Paulo Mendes da Rocha, mas os demais projetos premiados também revelam a diversidade de linguagens e estratégias possíveis. Já não era possível rotular linguagens ou determinar tendências dominantes.

(3) Retórica gráfica e discursiva

Nesse conjunto de “mecanismos” e “procedimentos” que integram as “estratégias projetuais”, incluem-se não apenas as ideias e suas bases conceituais como também a retórica (textual ou gráfica) utilizada em sua defesa:

O sucesso em um concurso de arquitetura deve-se, para além da qualidade intrínseca do projeto, à capacidade de síntese e retórica de sua representação que, como toda atividade, se aperfeiçoa com a prática. Trata-se de um plano estratégico que exige o conhecimento das condições particulares de cada caso, incluindo aí: a sua organização, a composição do júri, os contratantes, o prazo para elaboração da proposta e a perspicácia na interpretação dos editais. (CAMARGO, 2012, p.7)

Segundo Adamczyk (2015), os desenhos em arquitetura podem ser cada vez mais interpretados não apenas como expressões de uma ideia mas como parte do processo de desenvolvimento reflexivo e da imaginação. O desenho não apenas representa graficamente uma ideia, mas expressa também uma tomada de posição sobre argumentos que se pretende ressaltar. Conforme ressalta Tostrup:

... por trás da superficialidade dos ‘slogans’, a relação entre a arquitetura e o discurso que é escrito é surpreendentemente vaga. Ainda assim, a linguagem que acompanha os projetos oferece pistas interessantes sobre o raciocínio por trás do ato projetual e sobre outros fatores que não são expressos no discurso, mas que estão implícitos. (1999, p.9)

No caso dos concursos, considerando que em geral não há o diálogo direto entre o arquiteto e o cliente, as pranchas precisam expressar a retórica não apenas do edifício ou do espaço proposto, como também das ideias levadas em consideração durante o processo projetual. Como consequência as estratégias são reveladas, além dos desenhos técnicos e perspectivas, de maneira diagramática e textual.

É interessante observar, por exemplo, que no século XVIII, na França, nos célebres Grand Prix de Rome (concursos de estudantes anuais da Escola de Belas Artes), as perspectivas não eram aceitas como elementos de representação dos projetos. Admitiam-se apenas plantas, elevações e cortes (EGBERT, 1980). No regulamento de concursos do IAB de 1952 havia restrições quanto aos recursos gráficos: as perspectivas não podiam ter sombras nem era admitido o uso de cores. As normas atuais, conforme já mencionado, não apresentam restrições quanto à expressão gráfica dos projetos submetidos.

Entre os concursos estudados, observaram-se diversas posturas retóricas que sintetizam o papel do discurso (gráfico e textual) na defesa dos projetos.

Do primeiro recorte temporal (1935-1949), vale destacar as diferenças retóricas e gráficas no concurso para a Vila Operária de Monlevade. Enquanto o projeto vencedor, de Lincoln Continentino, e o segundo lugar, de Angelo Murgel, ressaltavam o traçado urbano e o domínio sobre o parcelamento e o sistema viário, o projeto de Lucio Costa (que não foi

premiado mas é o mais publicado e mais notório, conforme mencionado no segundo capítulo) deu prioridade à ilustração dos espaços de moradia e dos equipamentos públicos, buscando ressaltar as premissas defendidas por Le Corbusier (recém-assimiladas pelo arquiteto brasileiro, sob influência de Warchavchik). A publicação do projeto de Costa na *PDF* (quatro meses antes da publicação do projeto vencedor) reforça tal retórica, dedicando páginas inteiras aos elementos arquitetônicos, croquis e diagramas explicativos.

Em relação ao segundo recorte temporal, o evento que melhor expressa a multiplicidade de abordagens retóricas, dada a importância e a amplitude do desafio, é o concurso para o Plano Piloto. Apesar de se tratar de evento amplamente pesquisado, vale retomar alguns aspectos das estratégias retóricas dos projetos premiados. É importante destacar que todos os premiados expressaram princípios “modernos”, que variaram na aplicação do repertório de ferramentas à disposição dentro desse universo, ora ressaltando a monumentalidade cívica, ora as unidades habitacionais, ora o planejamento territorial e urbano.

É notória a simplicidade e a modéstia (certamente conscientes, utilizadas como recursos retóricos) na abordagem de Lucio Costa em seu projeto, em um conjunto de pranchas em que o texto tem mais força expressiva que os desenhos. Além da planta geral, de grande força sintética enquanto desenho (ao mesmo tempo desenho urbano e símbolo), os recursos gráficos na proposta de Costa, ao contrário do que em geral ocorre nos concursos, são croquis, elementos complementares ao que é essencial: o texto. Este, por sinal (como amplamente registrado pela historiografia e pelas detalhadas pesquisas realizadas sobre o concurso) é iniciado com o já famoso pedido de desculpas do autor e continua com uma síntese descritiva sobre a estratégia projetual: o “gesto” do cruzamento dos eixos. O resultado foi um discurso sintético para uma proposta sintética, ao mesmo tempo consistente (traçado viário dominante, de forte carga simbólica) e aberta (acolhedora à invenção arquitetônica, como desejava o patrocinador do concurso e seu arquiteto de confiança). A retórica e o poder de síntese, no projeto de Costa, foram determinantes, além da já mencionada notoriedade do autor.

Em alguns casos a expressão gráfica proposta está menos relacionada a uma estratégia de convencimento do júri e se refere muito mais a uma tomada de posição, afirmação de uma ideia. A partir da leitura da recepção editorial do concurso para o Clube da Orla, no Guarujá (não construído), por exemplo (concurso por convite cujo resultado foi publicado na *Acrópole*, n.300, out. 1963), percebe-se a distinção da representação gráfica do projeto de Paulo Mendes da Rocha em relação aos demais. Nas duas páginas da revista que sintetizam os projetos selecionados, cada proposta é representada por uma imagem. Em geral, trata-se de perspectivas, a maioria sob a ótica do pedestre, com ricos recursos de sombra e humanização. O projeto de Paulo Mendes, que não foi o vencedor, é representado por um corte transversal em que se destacam a linha do solo e o edifício em suspensão.

Em entrevista (SOBREIRA et al, 2018), sobre a síntese gráfica e a importância do corte em seus projetos e nesse projeto especificamente, o arquiteto declara:

A técnica. Você não pode ter uma ideia sem saber como pode ser feita. (...) Uma espécie de recomposição da própria geomorfologia da paisagem. (...) Em alguns casos, a seção transversa mostra toda a estrutura. Pelo seguinte: a questão da técnica, que diz como fazer aquilo, põe para a Arquitetura uma posição de uma dignidade incrível (...). É como quem escreve. Se você não conhecer a língua, não adianta você ser poeta... (...) Então tem que saber escrever a sua língua. Uma técnica. Portanto a Arquitetura, antes de mais nada, ela exibe o êxito da técnica em relação à realização de desejos. (...) Portanto o concurso é uma oportunidade para você editar aquilo que você quer dizer, sem querer agradar o cliente (...). (SOBREIRA et al, 2018)

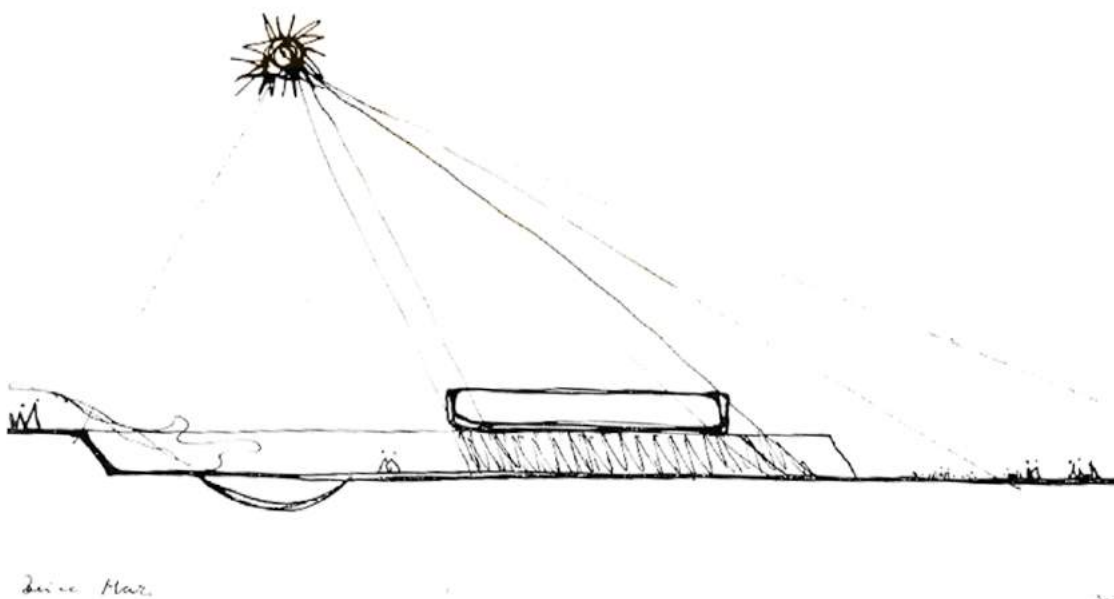


Figura 223. Croqui de Paulo Mendes da Rocha para o concurso do Clube da Orla, em co-autoria com João de Gennaro. Publicado na capa da *Acrópole*, n. 42, ago. 1967.

O julgamento

As qualidades que permitem destacar o concurso como instrumento desejável não o isentam das tensões e conflitos de interesse inerentes à própria disciplina, ou da relação desta com o meio político e social com o qual se relaciona. Um dos componentes do jogo que mais refletem tais tensões e conflitos é o julgamento (COLLINS, 1971). O julgamento é um dos pontos críticos da instituição concurso. Desde a definição da comissão julgadora, passando pela definição de critérios de julgamento e a seleção propriamente dita, trata-se de um processo baseado em intensas negociações e confrontações de idéias (SOBREIRA, 2009).

A preocupação com o julgamento qualitativo dos projetos em situação de concurso é histórica, como já indicava Quatremére de Quincy no início do século XIX:

A ideia do Concurso é uma dessas ideias que, por sua simplicidade, faz parte do senso comum, mas como todas as ideias desse gênero, são simples apenas em seus princípios. (...) É uma ideia simples, pois se aproxima do conceito geral de justiça. (...) É uma ideia complexa, pois a 'jurisprudência do gosto' sob a qual se baseiam os julgamentos nada tem de racional – surgindo então a dificuldade: que regras seguir para ser justo? Daí surge outro problema: como definir uma comissão julgadora que seja baseada na ideia em essência dos tribunais de júri, qual seja, a imparcialidade dos juízes. (QUINCY, 1801, p.35-41)

O julgamento é considerado por Quincy como o aspecto mais difícil do concurso, como de fato se pode constatar nos concursos contemporâneos e naqueles apresentados ao longo deste estudo. E completa:

O concurso tem por objetivo principal afastar os ignorantes do processo de escolha dos artistas que devem se encarregar das obras públicas e, ao mesmo tempo, impedir que a intriga ofusque o talento. É necessário, portanto, que por um lado não haja intriga entre os artistas e, por outro, que os ignorantes não tenham o poder de escolha. Mas se os artistas são os próprios juízes, ou se eles nomeiam aqueles que tomam a decisão, instaura-se a intriga. Ao mesmo tempo, se os artistas não julgam nem nomeiam os juízes, instaura-se a ignorância. (p.35-41).

O dilema do julgamento é o dilema do próprio concurso ou, numa perspectiva mais ampliada, da própria profissão enquanto campo de atuação cultural. As principais questões levantadas quando se aborda o julgamento são: Quem deve julgar? Como se deve julgar? O que está em julgamento? Há julgamento imparcial?

Passemos às questões levantadas e suas relações com alguns dos concursos estudados.

Quem deve julgar ?

A esse respeito, com base nas reflexões propostas por Bourdieu para o campo cultural, Stevens comenta em relação ao campo da Arquitetura:

A dinâmica de qualquer campo cultural, incluindo o da Arquitetura, vem principalmente de sua tendência natural de querer se tornar o único juiz de seus próprios produtos.” (...) A forma ultimada de autonomia desenvolve-se quando a produção é feita tão somente para os produtores, de tal modo que a parcela produtiva e a parcela consumidora do campo são unificadas. (2003, p.111)

Considerando que as origens da promoção dos concursos de Arquitetura no Brasil estão diretamente associadas às origens da formação profissional autônoma e à afirmação da Arquitetura enquanto disciplina, é inevitável pensar o concurso como um instrumento corporativo, e conseqüentemente o seu julgamento. A decisão sobre “quem julgar” é uma tomada de posição sobre os caminhos desejáveis para o projeto que se pretende contratar e da obra que se planeja construir. A limitação do julgamento a profissionais do campo arquitetônico é baseada nesse duplo objetivo: definir os caminhos projetuais “desejáveis” e blindar o meio profissional a eventuais “intrusos” que não estariam habilitados a falar de Arquitetura, e muito menos de julgar.

Conforme já mencionado na seção “regras”, o regulamento de concursos do IAB em vigência, de 2014, mantém o mesmo espírito corporativo do regulamento de 1952, com pequena flexibilidade. Em resumo, a comissão julgadora, como há sessenta anos, deve ser composta exclusivamente por arquitetos, admitindo-se algumas exceções desde que devidamente justificadas.

Na União Europeia, em que grande parte dos países membros têm o concurso como modalidade relevante (e em diversas situações obrigatória) na administração pública, a exigência de profissionais habilitados na comissão de, conforme já mencionado, é limitada a um terço. Isto é, os arquitetos são minoria e o sistema funciona, com centenas de eventos realizados anualmente em cada país, enquanto no Brasil a média histórica é inferior a dez concursos (SOBREIRA, 2014). Certamente, ter tirado o peso corporativo do concurso e ter envolvido os gestores (não arquitetos) nas tomadas de decisão sobre os projetos facilitou a assimilação da cultura dos concursos (e da própria Arquitetura) naqueles países.

Em entrevista realizada com representantes da Missão Interministerial pela Qualidade das Construções Públicas (MIQCP)*, órgão que em 2009 era responsável pelo suporte técnico aos gestores públicos na promoção de concursos e contratação de projetos na França, perguntou-se sobre eventuais dificuldades em ter arquitetos como minoria em uma comissão julgadora. A resposta foi no sentido contrário: os gestores da MIQCP

* Entrevista realizada em junho de 2009 pelo autor deste trabalho, junto à MIQCP, em Paris, como parte das pesquisas realizadas em colaboração com o Laboratoire d'Étude de l'Architecture Potentielle (LEAP), Université de Montréal.

afirmaram que a vaidade e as disputas individuais entre os arquitetos, no caso de um júri composto exclusivamente por profissionais eram, em geral, substituídas pela colaboração mútua da minoria de arquitetos, que buscavam convencer coletivamente os não arquitetos sobre qual era a melhor Arquitetura.

Paulo Mendes da Rocha, ao ser consultado sobre sua opinião a respeito da composição múltipla do júri, que não seja restrita aos arquitetos, defende:

Sim. É um discurso inteligente sobre o habitar, a transformação do planeta. Não é só para arquitetos. É para filósofos, críticos, pensadores, literatos... A maioria dos concursos é assim, esse Beaubourg mesmo, tinha pessoal da biblioteca e etc... do mundo inteiro e não só arquitetos no júri. É isso, concurso é uma chamada de posição. (SOBREIRA et al, 2018)*

Mesmo quando a opção é pelo júri exclusivo de arquitetos, resta o dilema: quais são os profissionais notórios e dignos de tal missão? Afinal, como ressaltado por Haan e Haagsma (1988, p. 13): “quais arquitetos devem integrar a comissão, considerando que os melhores arquitetos deveriam estar competindo?”

Trata-se, naturalmente, de uma disputa pela afirmação e consolidação de capital simbólico no campo profissional e no meio social. Conforme já abordado, a principal dificuldade das vanguardas em vencer concursos é a notoriedade dos juízes, afinal, a notoriedade está associada a um capital simbólico já estabelecido e consolidado e aqueles que se inserem nesse grupo estão pouco dispostos a optar pelo novo e desafiar (ou questionar) o que já está estabelecido.

Muitas vezes o tão esperado consenso de julgamento é difícil de ser obtido não pela similaridade das propostas, mas pelas divergências de ideias entre os membros da comissão julgadora. Nesse sentido vale retomar as considerações apresentadas por Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar no regulamento de concursos do IAB, de 1952, quanto aos riscos da heterogeneidade do júri:

O prestígio do concurso, junto aos arquitetos, depende em boa parte da organização do júri. (...) Deve-se evitar um júri heterogêneo, composto de elementos de tendências em choque, para que os concorrentes tenham ideia clara do critério que presidirá o julgamento. (p. 381).

Por outro lado, a opção pela composição uniforme (membros com mesmo “gosto” ou “estilo”) como alternativa para a minimização de conflitos, contrapõe-se à opção de uma composição divergente que estimule a confrontação de ideias e que permita uma apreciação

* Concurso para o Beaubourg (Centre Pompidou, Paris), realizado em 1971, que teve a participação de 681 concorrentes, de 49 países. Os vencedores do concurso foram os então jovens arquitetos Richard Rogers (37), Renzo Piano (33) e Gianfranco Franchini (32). Oscar Niemeyer foi um dos membros do júri. Paulo Mendes da Rocha foi um dos finalistas.

mais rica e diversa do repertório de projetos apresentados (SOBREIRA, 2009). Afinal, conforme ressaltam Hann e Haagsma:

...uma comissão julgadora cujos membros compartilham a mesma opinião talvez tenha resistência a aceitar projetos que expressem ideias diferentes das suas. (1988, p. 3)

Enfim, a decisão sobre quem deve compor a comissão julgadora resulta de um processo de negociação baseado no conflito de interesses entre o promotor e a classe profissional. E mesmo dentro da classe profissional, as opiniões sobre quem deve julgar são divergentes, como reflexo das divergências naturais da disciplina (conceituais) e da profissão (corporativas).

Como se deve julgar ?

A discussão sobre como se deve julgar está diretamente associada à ideia de “o que é julgar”. A opção por restringir a atividade de julgamento em um concurso de arquitetura aos profissionais do campo, por exemplo, está associada à compreensão do julgamento como uma atividade estritamente técnica e especializada, portanto restrita a profissionais habilitados. A visão de que o arquiteto é apenas uma parte do processo decisório e de que o julgamento em um concurso envolve discussões que vão além do estritamente arquitetônico e que deve abordar os diversos interesses em jogo é o que fundamenta a defesa pela composição múltipla, com a participação direta dos gestores e seus indicados.

O professor e pesquisador Jean-Pierre Chupin (2014) propõe uma analogia entre julgamento e concepção e sugere: “julgar é conceber um projeto”. Em seu modelo teórico de julgamento arquitetônico em situação de concurso considera os membros do júri como “re-criadores” do projeto premiado em potencial. Nesse sentido, argumenta:

Observemos o julgamento como um processo fundamentado na convergência do júri sobre uma ideia comum, que eles se apropriem de uma decisão coletiva, até certo ponto coesiva, escolhendo-a como a solução vencedora. Uma vez que o projeto premiado é resultado desse processo de julgamento, poderíamos afirmar, nesse caso, que o projeto é também do júri ? (2014, p.214)

Argumenta ainda que se trata de um processo cíclico e não linear, baseado em “ciclos de imaginação” em que o júri, ao escolher as melhores soluções, atua como quem concebe o seu próprio projeto:

Diríamos que a avaliação final de um júri sobre determinado projeto depende dos ciclos de imaginação e de formalização, ou em outros termos, de representação progressiva daquela que seria a melhor proposição (que não é necessariamente a melhor solução). Vale ressaltar igualmente que esse modelo não é linear, uma vez que a percepção do júri sobre o processo é complexa e não linear. Há, naturalmente, um ponto de partida e um ponto de chegada, mas há momentos em que o júri parece recuar, voltar para etapas anteriores da avaliação, e refletir novamente. Parece uma regressão no processo, mas na verdade o que ocorre é um progresso na compreensão sobre a situação. (p.218)

Nessa perspectiva, Chupin defende que a melhor maneira de julgar é aquela em que se estabelece uma prática reflexiva: “quanto mais reflexivo é um júri, mais ele será representativo do interesse coletivo” (p.219).

Segundo Paulo Mendes da Rocha (SOBREIRA et al, 2018), “julgar é saber ler”. E complementa:

O concurso é o lugar da liberdade suprema da arquitetura. Você pode fazer o que você quiser e o júri vai ter que olhar aquilo. É uma medida muito boa do que está se está pensando, atualmente, da arquitetura. Não só dos projetos que se apresentam, como da posição do próprio júri. Porque o júri é presumidamente constituído por pensadores sobre a questão. Críticos, filósofos, etc. (SOBREIRA et al, 2018).

Diversos concursos realizados no âmbito nacional e internacional, alguns citados neste trabalho, foram praticamente “destruídos” por discordâncias entre membros do júri e seus procedimentos e decisões questionáveis. O julgamento, vale ressaltar, é um exercício coletivo, onde deve prevalecer o diálogo e o espírito colaborativo, aspectos que devem se sobrepor ao individualismo e à competição, o que nem sempre acontece. Em outras palavras:

Um bom membro do júri deve ser capaz de julgar como parte de um time. A experiência na realização de concursos tem mostrado que muitos jurados são incapazes de trabalhar em equipe. (HAAN; HAAGSMA, 1988, p. 3)

O que está em julgamento ?

O primeiro passo para um bom processo de julgamento em um concurso de Arquitetura é reconhecer sua complexidade e compreender a multiplicidade de interesses em jogo. Afinal, o que está em julgamento vai além da melhor solução arquitetônica para um programa específico. Há disputas por tomadas de posição no campo profissional, por afirmação de capital simbólico e, inclusive, por espaço político. Trata-se de buscar a melhor resposta, ainda que preliminar, para um conjunto de demandas, de múltiplos interesses, nem sempre convergentes. É importante também ressaltar que o que está em julgamento não é a resolução completa e definitiva para um problema, mas a indicação preliminar do caminho a ser seguido na sua resolução, por meio do desenvolvimento do projeto, que é uma etapa posterior ao concurso, em um contexto de amplos debates e trocas.

É importante também reconhecer que a “melhor resposta” não é absoluta. Trata-se de uma tomada de posição que é relativa ao contexto temporal e espacial em que o julgamento é estabelecido e depende daqueles que foram indicados para tomar a decisão. Enfim, o jogo depende das regras, dos jogadores e das estratégias. Mudanças de contexto e de composição do júri consequentemente resultam em mudanças no resultado do jogo. Nesse sentido, a “melhor arquitetura” como resposta a um concurso é uma resposta relativa. Bourdieu, segundo Stevens:

...rejeita totalmente a noção de uma estética essencialista, a ideia de que alguns edifícios sejam inerentemente excepcionais. (...) Todo valor estético é outorgado pelo campo, e o que é valorizado como excepcional ou não depende do resultado da competição entre os membros do campo. (2003, p.117)

Ainda segundo Stevens:

Todos os símbolos são, por definição, arbitrários. Mas os dominantes devem sempre e em qualquer lugar negar tal fato. (...) A própria arbitrariedade dos critérios estéticos torna possível a competição entre arquitetos. (p.118-119)

Há julgamento imparcial ?

Conforme já abordado na seção “jogadores”, quando se falou dos juízes: não há julgamento imparcial em Arquitetura. O ato de julgar é uma tomada de posição, que inevitavelmente carrega referências e compromissos de ordem pessoal, corporativa, de formação, ou de vínculos institucionais e políticos. Quincy (1801) já destaca que no julgamento das artes "não há um fato racional e objetivo a ser descrito, nem há leis ou critérios objetivos. Não há julgamento natural ou imparcial".

A melhor maneira de se planejar o julgamento em um concurso é não ignorar tais características, mas reconhecê-las e enfrentá-las como parte inerente da complexidade do processo. Tal complexidade do julgamento não é uma fragilidade do sistema de concursos; pelo contrário, talvez seja a maior força do concurso, pois expõe em uma arena pública, sob o olhar coletivo, os interesses que estão sempre em jogo. Sem o concurso as disputas ocorrem nos bastidores, em negociações e decisões que muitas vezes fogem do interesse público e correm o risco de privilegiar interesses particulares. Como sugere Chupin:

...não podemos ignorar as preconceções dos membros do júri, da mesma forma que não podemos imaginar que os autores desenvolvam seus projetos sem preconceções. (...) Em matéria de julgamento, como negar o fato de que cada um dos membros do júri carrega suas ideias preconcebidas, para não dizer seus prejudgamentos? (2014, p.216).

Tal tomada de posição não é limitada ao julgamento enquanto procedimento oficial do concurso, mas à recepção editorial e a crítica, cujas manifestações podem ser compreendidas como extensão do julgamento.

Observou-se que muitas vezes, mesmo quando não havia um texto crítico de apreciação do resultado de um concurso, a visão editorial era afirmada na seleção dos projetos publicados ou na exclusão de outros, mesmo contrariando a lógica de mérito do concurso. Tal abordagem crítica, por meio da seleção ou exclusão de projetos e eventos, foi comum nas revistas analisadas. Eventualmente não foram publicados os projetos

vencedores, mas as propostas dos arquitetos alinhados com o pensamento editorial de um ou outro periódico. Em alguns casos os projetos de concursos foram publicados mais com o objetivo de afirmação do capital simbólico de um grupo do campo profissional, do que pelo interesse na difusão do concurso propriamente dito.

Dar publicidade ou não a um concurso e seu resultado foi também uma forma indireta de expressar apoio ou descontentamento com o certame e seu resultado ou com os atores envolvidos no processo, mesmo quando o editorial não expressava tal crítica em texto.

Sobre o julgamento nos concursos estudados

A discussão sobre o julgamento esteve presente em vários dos concursos abordados neste trabalho.

Sobre a composição do júri, observou-se (nos três recortes temporais) uma tendência à quase exclusividade de participação de arquitetos nas comissões julgadoras. Em algumas ocasiões em que não-arquitetos participaram das tomadas de decisão, houve reação da profissão.

Outra constatação, de certa forma já previsível, é que composições de júri conservadoras, como se esperava, resultaram em projetos premiados conservadores. As novas ideias foram premiadas quando a inovação era dominante no júri. No caso do Ministério de Educação e Saúde, diante do conservadorismo da comissão julgadora, coube à vanguarda, naquele caso, confrontar o concurso para se estabelecer. Na competição para a sede da ABI, em 1936, os promotores (que almejavam a vanguarda) definiram o júri e participaram diretamente do julgamento, ignorando as recomendações da profissão, e obtiveram a inovação desejada. No concurso para o Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, realizado em 1942 (obra não construída), a presença de Marcelo Roberto (vencedor do concurso para a sede da ABI e do Aeroporto Santos Dumont) e de Alberto Monteiro de Carvalho (que havia intermediado a vinda de Le Corbusier ao Brasil em 1936, FICHER, 2005) foram determinantes para que o projeto de Henrique Mindlin, de linhas modernas, fosse o vencedor.

Em 1952, Wilson Maia Fina, em artigo publicado na *Acrópole* na ocasião de publicação do edital para o Paço Municipal de São Paulo (eventualmente cancelado), destacava a composição do júri como elemento fundamental para o sucesso do concurso e alertava que o julgamento deveria ser feito por arquitetos e que não deveria ser permitida a “inclusão de pessoas estranhas à profissão”. Essa foi a postura adotada por Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar na elaboração do regulamento de concursos do IAB, publicado no mesmo ano, conforme já mencionado. Nesse mesmo ano, a composição da comissão julgadora (e conseqüentemente o “estilo” a ser adotado no projeto) foi o foco de discussões em torno do concurso para a Escola de Guerra Naval. Conforme já dito, a Marinha defendia o estilo neoclássico e uma composição de júri “como melhor entendesse” a instituição. Os conflitos

de julgamento, como é notório, também marcaram o concurso para o Plano Piloto, em 1957. Um dos principais embates naquele evento se referiu a quem deveria julgar, e a decisão final sobre a composição do júri foi determinante para o resultado e para o que se almejava enquanto projeto político.

A partir de meados dos anos 1950, quando a profissão (arquitetos diplomados) já havia alcançado relativa autonomia e coesão e a nova geração, vinculada à linguagem moderna, já ocupava espaços de destaque nas escolas de arquitetura e em parte da administração pública, as controvérsias diminuíram e os concursos foram realizados e publicados com mais frequência. Nesse período, os concursos foram utilizados com mais intensidade como afirmação da linguagem arquitetônica predominante (o moderno) e a afirmação do capital simbólico do campo profissional, e em alguns casos de grupos específicos. O número de páginas dedicadas a projetos de concursos na *Acrópole*, em diversas ocasiões, foi maior do que as dedicadas a publicações de obras construídas, o que definitivamente marcava a mudança de perfil editorial da revista (o que, segundo Serapião (2006), seria uma das causas para o seu fim).

Exemplos dessa fase são os concursos para o Paço Municipal de Campinas (1957) e para a Assembleia Legislativa de São Paulo (1961), eventos que não foram marcados por controvérsias e cujas obras foram construídas, apesar de não serem destacadas por parte da historiografia da arquitetura brasileira*.

A comissão julgadora nos dois concursos foi composta por arquitetos atuantes no IAB (nacional ou de São Paulo) ou indicados pela instituição. No caso de Campinas, Rino Levi, Umberto Aveniente e Afonso Reidy. No concurso para a Assembleia de São Paulo, Ícaro de Castro Mello, Oswaldo Bratke e Paulo Antunes Ribeiro. As composições indicam que foram concursos de certa forma controlados pela profissão. Os resultados e a ampla recepção editorial (em especial da *Acrópole*, que tinha forte vínculo com o IAB São Paulo) comprovam tal situação.

No caso do concurso de Campinas houve uma particularidade no procedimento de julgamento, pouco comum nos concursos brasileiros, porém adotada em concursos em outros países (inclusive nos dias atuais): a avaliação prévia por uma comissão técnica, para análise e eventual desclassificação de projetos quanto ao cumprimento das regras do concurso, a fim de deixar à comissão julgadora a responsabilidade sobre a solução arquitetônica de projetos previamente habilitados. O “julgamento administrativo” como procedimento que antecede o “julgamento arquitetônico” foi adotado no concurso para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Conforme abordado no capítulo “Concursos em crise, regras em revisão”, a comissão prévia eliminou diversos projetos pelo descumprimento do edital, restando 17, de 36 projetos submetidos ao concurso, para a avaliação do “júri arquitetônico”. Tal procedimento gerou questionamentos no meio

* Rubens Carneiro Vianna e Ricardo Sievers (vencedores do concurso de Campinas) uniram-se a Adolpho Rúbio Morales (segundo lugar naquele concurso) para vencerem juntos o concurso da Assembleia Legislativa.

profissional e como resultado, o Conselho Superior do IAB publicou novas regras em 1958, ressaltando que quando existir o “júri administrativo” este deveria se limitar a fazer apreciações prévias, porém sem caráter eliminatório. Caberia ao “júri técnico” (composto por arquitetos, de acordo com o regulamento) o julgamento do mérito.

O domínio da profissão e a predominância da linguagem moderna (já com significantes variações) foram também observados no conjunto de concursos dedicados a sedes de clubes, realizados principalmente em São Paulo, conforme abordado no capítulo específico. Se por um lado as obras cívicas resultantes de concursos não ganharam notoriedade na historiografia brasileira, não se pode dizer o mesmo de algumas obras para sedes de clubes, como foi o caso do Clube Paulistano, obra determinante para a carreira de Paulo Mendes da Rocha e que recebeu o principal prêmio da Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo realizada em 1961 e amplamente celebrada. O Clube XV também se destaca nesse contexto, como obra importante, resultante de concurso, na produção de Pedro Paulo de Melo Saraiva. Em grande parte desses concursos a comissão julgadora esteve sob o controle da profissão (membros do IAB ou indicados pela instituição) e os resultados foram amplamente publicados, em alguns casos com edições praticamente inteiras dedicadas ao concurso.

No que se refere ao “julgamento pós-concurso”, como podem ser interpretadas as recepções editoriais aos resultados, vale destacar algumas situações – citadas ao longo das seções do segundo capítulo - em que a publicação ou omissão de projetos ou resultados podem ser interpretadas como tomadas de posição de apoio ou contrariedade em relação a alguns concursos. Em alguns casos, tratava-se claramente de uma postura crítica favorável a determinada linha de pensamento, em outras ficava evidenciado certo regionalismo ou embate ideológico.

O episódio do Ministério de Educação e Saúde (1935) é um desses exemplos em que o julgamento não se encerra no concurso. A recepção editorial e as disputas no campo político foram determinantes para o cancelamento do concurso e a contratação da equipe coordenada por Lucio Costa, inicialmente, e por Niemeyer no desenvolvimento dos trabalhos. A *PDF*, conforme mencionado, não publicou o projeto vencedor e destacou as propostas dos arquitetos alinhados com a visão editorial, de apoio à linguagem moderna e, mais especificamente, dos arquitetos em torno de Lucio Costa. Postura editorial semelhante ocorreu no concurso para a Vila Operária de Monlevade (1934/35). Apesar do vencedor e o segundo lugar terem sido publicados posteriormente na *PDF*, o destaque editorial coube ao projeto não premiado de Lucio Costa. Mesmo entre os “modernos” houve preferência: no concurso para a sede da ABI (1936) o projeto vencedor, dos irmãos Roberto, não foi publicado, enquanto ganharam destaque as propostas dos arquitetos mais próximos do grupo editorial (Jorge Moreira, Ernani Vasconcellos, Oscar Niemeyer, Fernando Saturnino de Britto e Cassio Veiga de Sá).

Já em 1957, no concurso para a sede do Senado Federal, no Rio de Janeiro (no mesmo ano em que se realizava o concurso para o Plano Piloto, que levaria o Senado e toda

a burocracia estatal para o planalto central), as diferentes recepções editoriais dos periódicos evidenciaram as divergências. Conforme já mencionado, enquanto a *Módulo* e a *Arquitetura e Engenharia* publicaram o projeto vencedor, da equipe carioca dos arquitetos Sérgio Bernardes e Rolf Huther, a *Acrópole* publicou apenas o segundo lugar, do paulista *Henrique Mindlin*.

No concurso para o Plano Piloto, a *Acrópole*, que deu ampla cobertura aos preparativos do concurso e aos debates em torno da formulação do edital, silenciou diante do resultado. A recepção editorial da revista se limitou a uma nota, sem publicação do projeto vencedor e dos projetos premiados. A *Habitat* não publicou o projeto vencedor e destacou apenas os projetos das equipes coordenadas por Rino Levi, Milton Ghiraldini (Construtécnica) e Jorge Wilhelm (este último, não premiado), além de publicar o voto divergente do representante do IAB, arquiteto Paulo Antunes Ribeiro, que foi contrário à decisão do júri. A *Arquitetura e Engenharia* publicou o projeto vencedor e alguns premiados, sem evidenciar os conflitos de julgamento. A *Módulo*, naturalmente, sob a direção de Oscar Niemeyer, deu ampla cobertura ao resultado, com edição especial bilíngue (português e alemão), em uma das mais completas publicações sobre um concurso.

No primeiro concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 1962, que foi cancelado sem atribuição de prêmios, a *Acrópole* publicou apenas os projetos selecionados de São Paulo e o seu principal articulista ironizou: “você não estiveram à altura da civilização mineira” (CORONA, 1962). Desse concurso, a *Habitat* publicou o projeto e artigo de autoria da equipe do Rio Grande do Sul, de Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva.

Os casos citados reforçam uma das premissas nas quais está baseado este trabalho, de que o julgamento não se encerra no procedimento do concurso propriamente dito, pois se desdobra na recepção editorial, que se utilizava das revistas como principal instrumento de manifestação e na crítica posterior, quando a obra é eventualmente construída. Tal diversidade de enfoques revelou as visões, em alguns casos divergentes, não apenas sobre a Arquitetura enquanto disciplina, mas também sobre sua relação com o meio político e social em que se insere. As dinâmicas do jogo, portanto, vão além do ambiente e da temporalidade do concurso, propriamente dito, e se estendem na recepção pela crítica e nas abordagens editoriais.

Conclusões: síntese do jogo

Como se observou ao longo deste trabalho, os concursos permitem que as confrontações e tomadas de posição sobre os espaços e equipamentos de interesse coletivo ocorram de forma democrática, em uma “arena pública”. Nessa perspectiva, reconhecer o concurso como um jogo é reconhecer suas dinâmicas e os diversos interesses em disputa; é compreender o papel da multiplicidade de jogadores em ação e suas estratégias.

Tal reflexão leva a uma indagação: por que o sistema de concursos é consolidado em alguns contextos (países da União Europeia, por exemplo) e instável e frágil em outros (as Américas em geral)? Qual seria a razão para que se realizem cerca de 1.000 concursos por ano na França (MIQCP, 2008; CHOTTEAU, 2014), ou 200 na Alemanha (HOFFMANN-KUHNT, 2015) e na Suíça (FREY e KOLECEC, 1995), enquanto no Brasil a média histórica é inferior a 10 concursos por ano? (SOBREIRA, 2014).

A partir da análise dos concursos realizados entre 1935 e 1971 no Brasil, conclui-se que o problema está no sistema de gestão pública e no contexto político e corporativo do qual o concurso faz parte e de como as dinâmicas do jogo são apropriadas por cada grupo de interesse. No Brasil o concurso sempre foi um instrumento de exceção, mesmo quando obrigatório ou preferencial por Lei. Sempre foi utilizado conforme a conveniência de gestores, de políticos e até mesmo da profissão e nunca foi parte de uma política pública ampla pela qualidade da Arquitetura, ao contrário do que acontece historicamente em diversos países da Europa, há séculos (QUINCY, 1801; CHOTTEAU, 2014; SOBREIRA, 2014).

É importante ressaltar que quanto maiores o valor simbólico e o interesse coletivo em torno de determinado espaço ou equipamento público potencial, maior a possibilidade de conflitos de interesse em torno de seu processo de idealização (o projeto). As demandas de natureza coletiva e pública, que por sua natureza pertencem a um contexto de conflitos de interesse em potencial, tendem a estar relacionadas a uma rede de atores complexa e o resultado do empreendimento tem sempre um impacto relevante sobre a coletividade.

Observa-se que nos contextos em que a coletividade é mais atuante e influente sobre os meios institucionais e menos suscetível à força do autoritarismo, ao culto à genialidade ou às pressões do mercado, tais demandas tendem a ser objetos de negociação e disputa na “arena pública” e conduzidas pela coletividade em processos transparentes. Daí a importância e a frequência de concursos nesses contextos.

De acordo com Boutinet (1990), a ação coletiva, por meio da pluralidade de atores em jogo, “consiste em uma negociação permanente, com a prevalência alternativamente de uma lógica de compromisso, uma lógica de conflitos e de tensões”. Nessa perspectiva, os concursos de arquitetura apenas podem se estabelecer, enquanto política pública, onde há espaço democrático para a confrontação de ideias, tanto no campo profissional quanto político.

Quando as demandas públicas e coletivas são tratadas como se fossem particulares e individuais, a consequência é um processo sem publicidade e sem espaço democrático de debates. O julgamento, nesses casos, tende a ser baseado em decisões reservadas, nas preferências pessoais dos gestores e em relações contratuais limitadas a um círculo social, político e profissional restrito. O número de atores envolvidos nessas situações é limitado e os conflitos de interesse nesse contexto são ignorados (SOBREIRA, 2009). No Brasil, ao longo da história, esse foi o processo dominante.

O diagrama “síntese do jogo” (figura 224) representa as interseções dos diversos interesses em jogo na dinâmica de um concurso de arquitetura: promotores, competidores e juízes. A situação ideal em um concurso é representada pela zona de interseção “a”, em que os interesses estão em equilíbrio e são convergentes. Na zona “b” o júri se aproxima dos interesses dos competidores (ou de parte da profissão) e tende a ignorar as demandas dos promotores, o que pode resultar em projetos premiados, porém não construídos. Quando os juízes se afastam dos interesses dominantes dos competidores e se concentram nos interesses dos promotores temos a zona “c”, em que apesar da receptividade dos patrocinadores, o resultado tende a desagradar o meio profissional. A zona “d” representa a aproximação direta entre promotores e competidores, em que os pareceres do júri são ignorados (ou quando o júri opta por não tomar posição). Tal situação também caracteriza a quebra de equilíbrio do concurso, ao perder o julgamento como instância independente de mediação e decisão. A situação extrema da zona “d” corresponde à contratação direta, quando o promotor escolhe diretamente o arquiteto que deseja, sem o processo competitivo.

Nos concursos estudados observaram-se eventos que se situaram em diversas dessas zonas. Alguns alcançaram o equilíbrio desejado (em geral quando as regras são bem planejadas e o processo é bem mediado), enquanto outros transitaram pelas diversas zonas de desequilíbrio até que chegassem a um resultado consensual entre as partes. Há também aqueles que não alcançaram o equilíbrio, considerados “concursos falhos”, seja na perspectiva dos competidores, dos promotores ou dos juízes. A crítica ao concurso enquanto sistema é muitas vezes baseada nesses “concursos falhos”, como se a falha estivesse no sistema por premissa (como culpar a Democracia pelos desvios de comportamento dos que são eleitos). O problema, na verdade, está nas falhas de planejamento e de gestão do concurso, ao não reconhecer a complexidade de interesses em jogo, e não no sistema propriamente dito.

Os países que incluíram o concurso de projeto como um procedimento obrigatório e cotidiano para a administração pública o fizeram após sucessivas adaptações do sistema e constantes negociações entre os diversos grupos de interesse, sob a mediação continuada de uma gestão pública forte.

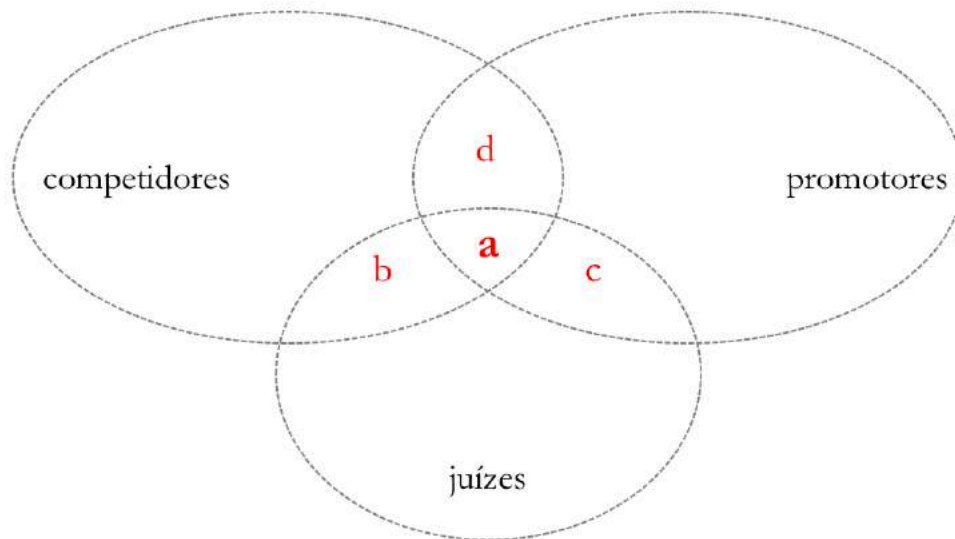


Figura 224. Diagrama: síntese do jogo. Concursos de arquitetura: dinâmicas do jogo. Síntese das relações entre os principais grupos de jogadores: promotores, competidores e juízes. A situação ideal em um concurso é representada pela zona de interseção “a”, em que os interesses estão em equilíbrio e são convergentes.

A fragilidade do sistema de concursos no Brasil resulta da ausência de uma política pública baseada na qualidade arquitetônica, que considere uma cultura de gestão de conflitos de interesse (profissionais, institucionais, públicos, individuais, etc) a partir da confrontação de ideias. No Brasil o culto à genialidade individual (SOBREIRA, 2018) muitas vezes prevaleceu sobre a confrontação democrática de ideias.

Muitas das crônicas apresentadas em defesa ou crítica aos concursos no período estudado abordavam problemáticas que ainda estão em pauta. Exemplo importante nesse sentido é a defesa do “projeto completo”; isto é, que o autor de um projeto vencedor em concurso tenha garantido o direito de desenvolvimento do projeto executivo, problemática presente – como vimos – no artigo “Comentários à margem dos concursos públicos”, de Wilson Maia Fina, publicado em janeiro de 1952 na *Acrópole*. Mais de sessenta anos depois, em mais um período de fragilidade democrática, a inquietação continua a mesma, a julgar pela atuação das instituições profissionais, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e o Instituto dos Arquitetos do Brasil. Veja-se a campanha *Brasil ético exige projeto completo*, lançada em 2016 (CAU, 2017), reagindo às discussões em curso no Congresso Nacional sobre a Lei de Licitações (Projeto de Lei 559/2013^{*}) que, entre outras mudanças, retira a preferência por concursos públicos de arquitetura e provoca uma fragilização no processo de contratação de um projeto vencedor ao desvincular sua concepção de seu desenvolvimento.

O recorte temporal deste trabalho se fecha em 1971, ano do último número da *Acrópole*, período em que o país vivia sob uma ditadura militar (que durou mais de vinte anos). Uma de suas consequências secundárias, porém graves para a classe dos arquitetos, seria o encerramento das atividades das principais revistas de arquitetura e a perseguição política a lideranças importantes no meio arquitetônico. O número de concursos não sofreu alterações nos primeiros anos, porém a ausência de publicações especializadas e a dispersão da profissão praticamente encerraram os debates em torno dos projetos e dos concursos de Arquitetura nos anos seguintes.

Mesmo após a redemocratização, os concursos nunca se tornaram a modalidade preferencial de contratação de projetos no Brasil e até hoje continuam a ser utilizados como instrumentos de exceção, conforme a conveniência e a convergência de interesses. Entre 1972 e 2016 foram realizados cerca de 380 concursos de arquitetura no Brasil (FLYNN, 2001); SOBREIRA, 2014; SUZUKI, 2016), o que corresponde a uma média inferior a nove concursos por ano. Em outras palavras, em quarenta anos o Brasil realizou menos concursos do que a França realiza em um ano e a Alemanha em dois.

* Quando este trabalho foi concluído (outubro de 2018) o referido projeto de Lei ainda se encontrava em discussão no Congresso Nacional.

No que se refere ao meio editorial e às revistas, vale destacar as observações de Hugo Segawa sobre o período entre a década de 1950 e o período de redemocratização:

No Brasil, revistas como Habitat e Módulo dos anos 1950 e Acrópole dos anos 1960 (com menos rigor) aproximaram-se das linhas editoriais de tendência, como Arquitetura refletiu as posições da corporação nessa mesma década, até o fenecimento da imprensa de arquitetura no início dos anos 1970. O ressurgimento das publicações regulares nos anos 1980, com a Projeto (a partir de 1979) e AU (desde 1985), não marcou a retomada de “revistas de tendência”, mas refletiu as incertezas de um país no limiar da redemocratização, o atordoamento pós-moderno e a concordata da modernidade brasileira. (2006, s.p)

O início do século vinte e um é marcado pela difusão de novas mídias e ao acesso, via internet, a um volume cada vez maior de informações. Os projetos de arquitetura passaram a circular em uma velocidade cada vez maior, de maneira cada vez mais acessível. Paralelamente, as revistas impressas perderam a importância como veículos de informação, restando poucas revistas de arquitetura impressas no Brasil*. A crítica de arquitetura, como exercício literário, praticamente deixou de existir. A multiplicidade de veículos e de meios reduziu a importância das revistas impressas como instrumentos de afirmação do capital simbólico na profissão, espaço ocupado cada vez mais pelos *sites* de arquitetura e mídias sociais na internet. Multiplicaram-se os concursos de ideias destinados a estudantes de arquitetura, muitos dos quais promovidos com objetivo comercial, a fim de alcançar fatias de um mercado potencial cada vez maior: os estudantes de Arquitetura e jovens profissionais sem perspectiva de trabalho. Por outro lado, os concursos de arquitetura destinados a profissionais, com previsão de honorários de contratação dos autores dos projetos vencedores se tornaram ainda mais escassos. Se nos anos 1950 o crescimento no número de concursos esteve associado à consolidação da profissão e à autonomia das escolas de arquitetura, atualmente tal correlação deixou de existir. Em agosto de 2018 havia mais de 400 escolas de Arquitetura e Urbanismo e mais de 100.000 arquitetos registrados no CAU. Conforme observado, o número de concursos de arquitetura no país não acompanhou tal crescimento. Pelo contrário, decresceu.

É preciso, enfim, construir uma política de qualidade da arquitetura pública baseada no sistema democrático dos concursos. Mas como construir tal política pública?

Antes de tudo, é preciso reconhecer que esta preocupação não é nova e que existem importantes contribuições e reflexões já iniciadas, tanto no Brasil quanto do contexto internacional, e que precisam ser estudadas e discutidas. O maior erro que se pode cometer é tratar do assunto como se não houvesse todo um histórico de experiências. Devem ser incluídas nesse repertório tanto as contribuições de profissionais e instituições que atuam ou atuaram diretamente na promoção de concursos (coordenadores, consultores, júri,

* Em outubro de 2018 a única revista de arquitetura de periodicidade regular e dedicada à publicação de projetos em meio impresso era a Projeto. A revista Monolito é outra importante revista, porém baseada em edições especiais (não regulares). A revista Arquitetura e Urbanismo encerrou as publicações impressas em 2018, restringindo a publicação a meios digitais.

promotores, concorrentes) quanto daqueles que tratam do tema como objeto de interesse acadêmico.

É preciso pensar em uma política pública para a coletividade e não para os arquitetos e urbanistas; ir além dos interesses corporativos. O concurso de projeto deve ser apresentado não como um sistema que interessa à profissão, mas como um instrumento necessário à coletividade para garantir a desejada qualidade do espaço público. A valorização e o reconhecimento da profissão neste caso seriam consequências naturais, e não o objetivo em si. É notória a importância dos concursos de projeto para a consolidação e o desenvolvimento da profissão. Mas isso não é suficiente para justificar o interesse público sobre o tema. Seria necessário provar para a administração pública e a coletividade que o sistema é vantajoso e que é fundamental para o atendimento do interesse público. A questão, então, seria: por que os concursos de projeto são interessantes para a administração pública, e conseqüentemente para a coletividade?

São apresentadas a seguir algumas considerações preliminares que, entre outras, poderiam ajudar a construir a argumentação necessária (SOBREIRA, 2009):

1. O concurso prioriza o julgamento qualitativo, em detrimento do julgamento quantitativo ou das preferências pessoais. Projetos de qualidade resultam em obras mais econômicas, mais duráveis e de melhor qualidade.
2. Os princípios que orientam os concursos de projeto são os mesmos que fundamentam a gestão pública democrática: isonomia, transparência, economicidade, publicidade, impessoalidade, entre outros;
3. O concurso permite a avaliação e a legitimação pública de uma decisão sobre espaços e equipamentos que exigem grande investimento de recursos e que têm grande impacto na coletividade;
4. O concurso amplia o repertório de opções no processo de decisão do gestor público sobre a melhor solução.

É bom lembrar que o concurso de arquitetura e de urbanismo, apesar de ser construído a partir de um conceito universal (em que o julgamento sobre a ideia é mais importante do que julgamento sobre o profissional), pode ser colocado em prática de diversas formas. Essa diversidade de procedimentos associados aos concursos pode levar caminhos distintos (por vezes controversos), e despertar conflitos entre os que promovem, os que concorrem e os que julgam. Daí a necessidade de se colocar em debate questões importantes, que não são necessariamente excludentes:

- Concurso aberto *versus* concurso restrito, com base em pré-qualificação;

- Concurso em uma fase, completamente baseado no anonimato *versus* concurso em duas fases, com a possibilidade de quebra de anonimato na fase final;
- Concurso aberto sem remuneração aos profissionais *versus* concurso restrito, porém remunerado;
- Júri composto exclusivamente por arquitetos e/ou urbanistas *versus* um júri que inclui representantes da instituição promotora e da coletividade;
- Concursos baseados em estudos preliminares *versus* anteprojeto e orçamentos estimativos;
- Formato único de concurso *versus* um repertório de formatações, a ser aplicado conforme o objeto a ser projetado.

Esses dilemas não são novos, nem restritos ao contexto brasileiro. As opiniões e os argumentos são diversos, e refletem não apenas pontos de vista técnicos e conceituais, mas também os eventuais conflitos de interesse. Portanto, seja qual for o modelo (ou repertório) a ser seguido, é importante que a resposta não se limite a reflexões no universo da profissão – pois corre-se o risco de mais uma vez consolidar-se o interesse corporativo, que não necessariamente corresponde ao interesse público.

É essencial que o processo de construção de uma política nacional de qualidade da Arquitetura e do Urbanismo seja baseado nos mesmos princípios que fundamentam o próprio concurso, que são a confrontação pública de ideias, a transparência, a impessoalidade, a publicidade e a ética. Nesse processo de construção deve-se reconhecer a diversidade de interesses que está em jogo e a experiência de cada grupo de atores, combinando a experiência prática dos profissionais, a perspectiva política e regulamentar da administração pública e a cultura reflexiva das instituições acadêmicas. Os concursos de projeto devem ser tratados como instrumentos de uma política maior, que tenha como fundamento a qualidade e o interesse público da arquitetura e do urbanismo.

Os concursos de Arquitetura, enfim, são instrumentos democráticos. São instrumentos complexos, pois tratam de questões complexas, como a própria Democracia. Sem concursos, assim como sem a Democracia, não há espaço para a diversidade e para a confrontação de ideias.

Bibliografia

A LOCALIZAÇÃO do Paço Municipal de São Paulo. **Habitat**, São Paulo, n. 9, 1952.

A SEDE do MEC: onde a arte começou a mudar. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 21-22, set. 1975. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 5 ago. 2018.

ACRÓPOLE. São Paulo: 1938-1971. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/>> Acesso em: 5 ago. 2018.

ADAMCZYK, G.; CHUPIN, J.; BILODEAU, D.; CORMIER, A. Architectural competitions and new reflexive practices. In: ARCC – AEEA CONFERENCE ON ARCHITECTURAL RESEARCH, 2004, Dublin. **Anais...** Dublin, 2004. Disponível em: <http://www.leap.umontreal.ca/pdf/adamczyk/2004_ADAMCZYK_architectural.PDF > Acesso em: 4 ago. 2018.

ADAMCZYK, G. Final Cut – A Remarkable Cross-Section of Architectural Tendencies. In: CHUPIN, J. ; CUCUZZELLA, C.; HELAL, B. (Org.). **Architecture Competitions and the production of culture, quality and knowledge**. Montreal: Potential Books, 2015. P.378-393.

AMORA, A. Arquitetura em Revista – o moderno e a tradição em dois periódicos representativos dos campos acadêmico e profissional da arquitetura e do urbanismo. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 11., 2011, Recife. **Anais...** Recife, 2016. Disponível em: <<http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/041-1.pdf>> Acesso em: 4 ago. 2018.

ANTEPROJETO para o Senado Federal. **Acrópole**, São Paulo, n. 217, out. 1956. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/217>> Acesso em: 5 ago. 2018.

ANTEPROJETO para a Assembleia Legislativa de São Paulo (projetos classificados em primeiro e segundo lugar). **Acrópole**, São Paulo, n.273. ago. 1961. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/273>> Acesso em: 5 ago. 2018.

ANTEPROJETO para a Assembleia Legislativa de São Paulo. (projetos classificados em terceiro e quarto lugar). **Acrópole**, São Paulo, n.274. set. 1961. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/274>> Acesso em: 5 ago. 2018.

ARTIGAS, J. Os caminhos da Arquitetura Moderna (1952). In: ARTIGAS, R. e LIRA, J. (Org.) **Os caminhos da Arquitetura Moderna. João Batista Vilanova Artigas**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.31-50.

ARTIGAS, J. Revisão Crítica de Niemeyer. **Acrópole**, São Paulo, n. 237, jul 1958.

ARTIGAS, J. As posições dos anos 50. Entrevista a Aracy Amaral (1980). In: ARTIGAS, R. e LIRA, J. (Org.) **Os caminhos da Arquitetura Moderna. João Batista Vilanova Artigas**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ARTIGAS, J. Tradição e Ruptura. Entrevista (1984). In: ARTIGAS, R. e LIRA, J. (Org.) **Os caminhos da Arquitetura Moderna. João Batista Vilanova Artigas**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Catálogo de Bens Tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/pdfs/bens_tombados/catalogo_memorial.pdf> Acesso em: 4 ago. 2018.

ASSEMBLEIA Legislativa de Minas Gerais (projetos selecionados). **Acrópole**, São Paulo, n. 283, jun. 1962. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/283>> Acesso em: 5 ago. 2018.

ATA DE JULGAMENTO... (Concurso para o Ministério de Relações Exteriores, Rio de Janeiro). Acrópole, São Paulo, n. 61, mai. 1943. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/61>> Acesso em 11 ago. 2018.

BAHIA, D. A arquitetura, o modernismo e a síntese das artes no Palácio da Inconfidência: os bens móveis e os integrados como patrimônio histórico-cultural. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Catálogo de Bens Tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2012. p. 21-25. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/pdfs/bens_tombados/catalogo_memorial.pdf> Acesso em: 4 ago. 2018.

BANDEIRA, M. Le Corbusier na Escola de Bellas Artes. **A Província**, Recife, 22 dez. 1929. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 5 ago. 2018.

BANDEIRA, M. A Moderna Arquitetura Brasileira. **A Província**, Recife. 04 jan. 1930. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 5 ago. 2018.

BASTOS, M.; ZEIN, R. **Brasil: Arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BILODEAU, D. **Concours d'architecture et imaginaire territorial: les projets culturels au Québec 1991-2005**. Montreal: UQAM / Université de Montréal, 2006.

BONDUKI, N. **Os pioneiros da habitação social. Volume 1. Cem anos de política pública no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp - Edições SESC, 2014.

BOURDIEU, J. **The Field of Cultural Production**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993.

BOUTINET, J. **Antropologie du projet**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

BRAGA, M. **O concurso de Brasília: Sete projetos para uma capital**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BRAGA, A. **(Im)Possíveis Brasília: Os projetos apresentados no concurso do Plano Piloto da Nova Capital Federal**. São Paulo: Alameda, 2011.

BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

BRUNA, P. A obra de Oscar Niemeyer em São Paulo. In: BRUNA, P.; GUERRERO, I. (Org.). **Quatro ensaios sobre Oscar Niemeyer**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

CAMARGO, M. Héctor Vigliecca: pensando arquitetura, propondo cidades. In: **Hipóteses do real: concursos de arquitetura e urbanismo 1971-2011**, Vigliecca & Associados. RUBANO, L. e FERREIRA, M. (Org.). São Paulo: Vigliecca & Associados, 2012.

CAPPELLO, M. e GRACIANO, G. A difusão da arquitetura moderna brasileira na revista Brasil: Arquitetura Contemporânea (1953 – 1958). In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, 2011. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/156_PB_RM-ADifusaodaArquiteturaModerna-ART_guilherme_graciano.pdf> Acesso em: 5 ago. 2018.

CAPPELLO, M. MERLI, G. Geraldo Ferraz na revista Habitat: a discussão político-social. **Revista Horizonte Científico**. Uberlândia, v. 5, n. 2, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/13615>> Acesso em: 5 ago. 2018.

CARDIM FILHO, C. O Paço Municipal de São Paulo. **Acrópole**, São Paulo, n.179, mar. 1953.

CARVALHO, F. Autobiografia (1963). In: XAVIER, A (Org.). **Depoimento de uma Geração**. São Paulo: Cosac Naify. 2003 (1ª Edição: 1987), p. 353-355.

- CAVALCANTI, L. **As preocupações do belo**. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1995.
- CESAR, R; LEVI, R. Normas Básicas para Concurso de Arquitetura. **Acrópole**, São Paulo, n. 166, fev. 1952.
- CHOKO, M. Une longue histoire toujours d'actualité. In: BILODEAU, D. (Org.). **Concours d'architecture et imaginaire territorial...** Montreal: UQAM / Université de Montréal, 2006. p.11-21.
- CHOTTEAU, P. Concursos e qualidade da arquitetura na França. In: SOBREIRA, F.; GANEM, R.; ARAÚJO, S. (Org.). **Qualidade e Sustentabilidade do Ambiente Construído**. Brasília: Edições Câmara, 2014. p. 193-207. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/16460>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- CHUPIN, J.; BILODEAU, D.; ADAMCZYK, G. Reflective knowledge and potential Architecture. In: ARCC/AEEA CONFERENCE ON ARCHITECTURAL RESEARCH, 2002, Montreal. **Anais...** Montreal, 2002. CD-ROM.
- CHUPIN, J. Quando julgar é conceber um projeto. In: SOBREIRA, F.; GANEM, R.; ARAÚJO, S. (Org.). **Qualidade e Sustentabilidade do Ambiente Construído**. Brasília: Edições Câmara, 2014. p. 209-221. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/16460>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- CHUPIN, J. ; CUCUZZELLA, C.; HELAL, B. (Org.). **Architecture Competitions and the production of culture, quality and knowledge**. Montreal: Potential Architecture Books, 2015.
- CHUPIN, J. A world of potentialities - Competitions as producers of culture, quality and knowledge. CHUPIN, J. ; CUCUZZELLA, C.; HELAL, B. (Org.). **Architecture Competitions and the production of culture, quality and knowledge**. Montreal: Potential Architecture Books, 2015. p. 9-23.
- COHEN, J. **O futuro da arquitetura desde 1889: Uma história mundial**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- COLLINS, P. **Architectural Judgement**. Londres: Faber & Faber, 1971.
- COLLYER, G. (Org.) **Competitions. Competing Globally in Architecture Competitions**. Chichester: Wiley-Academy, 2004.
- COMAS, C. Feira Mundial de Nova York de 1939: O Pavilhão Brasileiro. **Arqtexto**, Porto Alegre, n. 16, p. 56-97, 2010. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/03_CEC.pdf> Acesso em: 5 ago. 2018.
- COMAS, C. Niemeyer e o Maracanã 1936-2011. **Arqtexto**, Porto Alegre, n.17, p. 16-63, 2010. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_17/02_CC_NIEMEYER%20E%20O%20MARACANA~.pdf> Acesso em 8 ago. 2018.
- COMISSÃO DA VERDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Volume 5**. São Paulo: USP, 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/1964-1985-anos-de-perseguição-na-usp/>> Acesso em 5 ago.2018.
- CONCURSO de projetos para o estádio nacional, **Acrópole**, São Paulo, n.41, set. 1941. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/41>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- CONCURSO de anteprojetos para a Escola de Guerra Naval. **Arquitetura e Engenharia**, Belo Horizonte, n. 23 , p.60-64, set./out. 1952.
- CONCURSO do Paço Municipal de Campinas. **Habitat**, São Paulo, n. 45, p.85. dez. 1957.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU). **Brasil ético exige projeto completo. Tudo sobre a discussão da nova Lei de Licitações**. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/brasil-etico-exige-projeto-completo/>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

CONCURSO para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Acrópole**, São Paulo, n. 298, ago. 1963. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/298>> Acesso em: 5 ago. 2018.

CONCURSO privado de anteprojetos para o Clube da Orla. **Acrópole**, São Paulo, n. 300, out. 1963. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/300>> Acesso em: 5 ago. 2018.

CONTINENTINO, L. Plano de Urbanização da Cidade de Monlevade. **Revista da Diretoria de Engenharia – PDF**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p.282-287. set. 1936.

CORONA, E. Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto. **Acrópole**, São Paulo, n. 283, jun. 1962. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/283>> Acesso em: 5 ago. 2018.

CORONA, E. A propósito de concursos de arquitetura. **Acrópole**, São Paulo, n. 307, jun. 1964. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/307>> Acesso em: 5 ago. 2018.

CORONA, E. Vida e morte de uma revista. **Acrópole**, São Paulo, n. 390, nov. 1971. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/307>> Acesso em: 5 ago. 2018.

COSTA, L. Anteprojeto para a Vila de Monlevade. **Revista da Diretoria de Engenharia – PDF**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p.114-128, mai. 1936.

COSTA, L. Oportunidade perdida (1953). XAVIER, A. (Org.). **Depoimento de uma Geração**. São Paulo: Cosac Naify, 2003 (1ª Edição: 1987). p. 181-184.

COSTA, L. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CRITICADA a Arquitetura Brasileira, Rica Demais – Dizem. (Editorial) **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 1, mar. 1955. <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 5 ago. 2018.

CURTIS, W. **Arquitetura moderna desde 1900** (1982). Porto Alegre: Bookman, 2008.

DAHER, L. **Flávio de Carvalho: arquitetura e expressionismo**. São Paulo: Projeto Editores, 1982.

DE JONG, C. e MATTIE, E. **Architectural Competitions 1792-Today**. Naarden: Taschen, 1994.

DEDECCA, P. Aproximações, diferenciações e embates entre a produção do Rio de Janeiro e de São Paulo nas revistas de arquitetura (1945-1960). In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 8., 1996, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1996. Disponível em:

<<http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/036-1.pdf>> Acesso em: 5 ago. 2018.

DEDECCA, P. **Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-10072012-130257/pt-br.php>> Acesso em: 5 ago. 2018.

DORFMAN, C. **Havana 63**. São Paulo: Editora Movimento, 2013.

DRUMMOND, A. **A contundência das soluções estruturais nos concursos nacionais de anteprojetos de arquitetura: 1958-1969**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/RAAO-728QFB>> Acesso em: 5 ago. 2018.

DULCI, O. Breves considerações sobre a trajetória do Legislativo mineiro. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Catálogo de Bens Tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2012. p.15-20. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/pdfs/bens_tombados/catalogo_memorial.pdf> Acesso em: 4 ago. 2018.

DURAND, J. **Arte, Privilégio e Distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.

DURAND, J. Le Corbusier no Brasil. Negociação política e renovação arquitetônica. Contribuição à história social da arquitetura brasileira. **RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais**: revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — ANPOCS, n.16, jul. 1991. p. 6-26.

DURAND, J.; SALVATORI, E. A gestão da carreira dominante de Oscar Niemeyer. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 2, pp. 157-180, 2013. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/78770/82822>> Acesso em 5 ago. 2018.

EGBERT, D. **The Beaux-Arts tradition in French architecture**. New Jersey: Princeton University Press, 1980.

EDIFÍCIO do Senado Federal. **Arquitetura e Engenharia**, Belo Horizonte, n. 41, p. 2-9, jul.-ago. 1956.

EDIFÍCIO Peugeot em Buenos Aires. **Acrópole**, São Paulo, n. 281, abr. 1962. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/281>> Acesso em: 5 ago. 2018.

EDIFÍCIO Peugeot Buenos Aires. **Habitat**, São Paulo, n. 68, p. 7-15, jun. 1962.

FERRAZ, G. Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura. **Habitat**, São Paulo, n. 26, p. 23-25, 1956.

FERRAZ, G. Concurso de ante-projetos para as instalações do Club Atlético Paulistano. **Habitat**, São Paulo, n.47, p.16-26, 1958.

FIALHO, V. **Concursos de Arquitetura em São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.files.wordpress.com/2009/06/concursos-de-arquitetura-em-sao-paulo.pdf>> Acesso em: 5 ago. 2018.

FIALHO, V. **Arquitetura, texto e imagem**: a retórica da representação nos concursos de arquitetura. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-27052010-104933/pt-br.php>> Acesso em: 5 ago. 2018.

FICHER, S.; ACAYABA, M.; **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Editora Projeto, 1982.

FICHER, S. **Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo**. São Paulo: Fapesp - Edusp, 2005.

FICHER, S. Antonio Garcia Moya, um arquiteto da Semana de 22 : parte 1. **MDC revista de arquitetura e urbanismo**. mar. 2012. Disponível em: <<https://mdc.arq.br/2012/03/20/antonio-garcia-moya-um-arquiteto-da-semana-de-22/>> Acesso em 5 ago. 2018.

FICHER, S. Antonio Garcia Moya, um arquiteto da Semana de 22 : parte 2. **MDC revista de arquitetura e urbanismo**. Fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://mdc.arq.br/2015/02/25/antonio-garcia-moya-um-arquiteto-da-semana-de-22-parte-2/>> Acesso em: 5 ago. 2018.

FICHER, S.; MACEDO, D. Oscar Niemeyer, arquitetura narrada: Módulo, 1ª série, 1955-65. In: BRONSTEIN, L. et al (Org.). **Leituras em Teoria da Arquitetura**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014. p. 92-141.

FICHER, S.; SOBREIRA, F.; LEDES, B. Concursos em revista: contrapontos entre Acrópole e Habitat, 1950 a 1965. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 10., 2017, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 2017. Disponível em: <<https://www.12docomomobrasil.com/anais>> Acesso em: 5 ago. 2018.

FINA, W. Comentários à margem dos concursos públicos. (Editorial). **Acrópole**, São Paulo, n.165, jan. 1952. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/165>> Acesso em: 5 ago. 2018.

FLYNN, Maria Helena. **Concursos de arquitetura no Brasil 1850-2000**. Sua contribuição para o desenvolvimento da arquitetura. São Paulo, FAU/USP, 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FORLANI, M. **Sob a ótica do projeto: o arquiteto Eduardo Mendes Guimarães Junior e a reitoria da UFMG**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/12269>> Acesso em: 5 ago. 2018.

FRAMPTON, K. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 (1997).

FRAMPTON, K. Le Corbusier at Geneva: the debacle of the Societé des Nations. In: HAAN, H.; HAAGSMA, I. **Architects in Competition: International Architectural Competitions of the Last 200 Years**. Londres: Thames & Hudson, 1988. p. 193-203.

FREY, P.; KOLECEC, I. **Concours d'architecture et d'urbanisme en Suisse romande: Histoire et actualité**. Lausanne: Payot-Lausanne. 1995.

GIEDION, S. **Space, Time and Architecture**. Cambridge: Harvard University Press, 1959.

GINÁSIO COBERTO. Grande Prêmio Presidente da República. **Acrópole**, São Paulo, n. 276, nov. 1961. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/276>> Acesso em: 5 ago. 2018.

GONZÁLEZ, R. El concurso del Faro de Colón. Un reencuentro con el monumento olvidado de la arquitectura panamericana. **ARQ**, Santiago do Chile, n. 67, dez. 2007. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/arq/n67/art14.pdf>> Acesso em 5 ago. 2018.

GOODWIN, P. **Brazil builds: Architecture New and Old 1652**. Nova Iorque: Museum of Modern Art, 1943. Disponível em: <https://www.moma.org/documents/moma_catalogue_2304_300061982.pdf> Acesso em 5 ago. 2018.

GRACIANO, G.; CAPPELLO, M. A difusão da arquitetura moderna brasileira na revista Brasil: Arquitetura Contemporânea (1953-1958). SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, 2011. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/156_PB_RM-ADifusaodaArquiteturaModerna-ART_guilherme_graciano.pdf> Acesso em 5 ago. 2018.

GRAEFF, E. Palácio Legislativo: monumento do povo. **Acrópole**, São Paulo, n. 238, ago. 1958. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/238>> Acesso em: 5 ago. 2018.

GUERRA, A. ; CRITELLI, F. Richard Neutra e o Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, n. 159.00, 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.159/4837>> Acesso em 5 ago. 2018.

- GUILHERME, P. **O Concurso Internacional de Arquitectura como processo de internacionalização e investigação da Arquitectura de Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura**. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitectura - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11525>> Acesso em 5 ago. 2018.
- HAAN, H.; HAAGSMA, I. **Architects in Competition: International Architectural Competitions of the Last 200 Years**. Londres: Thames & Hudson, 1988.
- HILL, R. Competitions by Country - Canada. In: COLLYER, G. (Org.) **Competitions. Competing Globally in Architecture Competitions**. Chichester: Wiley-Academy, 2004. p. 239.
- HOFFMANN-KUHNT, T. Wettbewerbe Aktuell – Competitions as Impetus for German Building Culture. CHUPIN, J. ; CUCUZZELLA, C.; HELAL, B. (Org.) **Architecture Competitions and the production of culture, quality and knowledge**. Montreal: Potential Architecture Books, 2015. p. 298-309.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em 5 ago. 2018.
- IBGE. **Séries históricas e estatísticas. População e Demografia. 2018**. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>> Acesso em 5 ago. 2018.
- IAB-SP. Carta ao Prefeito sobre o concurso para o Paço Municipal de São Paulo. **Acrópole**, São Paulo, n. 166, fev. 1952. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/166>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- IAB. **Regulamento Nacional de Concursos de Arquitectura e Urbanismo**. 145ª Reunião do Conselho Superior do IAB, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.iab.org.br/sites/default/files/documentos/regulamento_de_concursos_iab_2014.pdf> Acesso em 5 ago. 2018.
- IAB-SP (Boletim). A Nova Capital e os arquitetos. **Acrópole**, São Paulo, n. 209, fev. 1956. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/209>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- IAB-SP (Boletim). Novamente a Capital Federal. **Acrópole**, São Paulo, n.214, jul. 1956. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/214>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- IAB-SP (Boletim). Edital para concurso nacional do plano piloto da nova capital do Brasil. **Acrópole**, São Paulo, n. 215, ago. 1956. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/215>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- IAB-SP (Boletim). Entrevista concedida pelo arquiteto Garcia Roza ao jornal Última Hora. **Acrópole**, São Paulo, n. 215, ago. 1956. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/215>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- IAB-SP. (Boletim). Lucio Costa vence o concurso de Brasília. **Acrópole**, São Paulo, n. 221, mar. 1957. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/221>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- IAB-SP. (Boletim). Toronto: entrevista com Frank Lloyd Wright. **Acrópole**, São Paulo, n. 243, jan. 1959. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/243>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- IAB-SP. **Pedido de Tombamento ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.iabsp.org.br/IPHAN_memorial_de_tombamento.pdf> Acesso em: 5 ago. 2018.
- KNEESE DE MELLO, E. Porque arquitetura contemporânea. **Acrópole**, São Paulo, n. 102, out. 1946. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/102>> Acesso em: 5 ago. 2018.

KORNGOLD, L. Paris, Haussmann, Rio de Janeiro e o concurso do Itamarati. **Acrópolis**, São Paulo, n. 61, mai. 1943. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/61>> Acesso em: 5 ago. 2018.

KUBITSCHKEK, J. Os caminhos da Providência. Entrevista. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 41, dez. 1975. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 5 ago. 2018.

L'ESPRIT NOUVEAU. Revue Internationale d'esthétique. n. 1, out. 1920. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>> Acesso em 5 ago. 2018.

LEVI, R. A arquitetura moderna e a estética das cidades. **Acrópolis**, São Paulo, n. 184, ago. 1953. (Publicado originalmente em 1925, no Estado de São Paulo). Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/184>> Acesso em: 5 ago. 2018.

LEVI, R. Discurso aos formandos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. **Acrópolis**, São Paulo, n. 242, dez. 1958. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/242>> Acesso em: 5 ago. 2018.

LIMA, F. **Por uma Cidade Moderna: Ideários de Urbanismo em jogo no Concurso para Monlevade e nos projetos destacados da trajetória dos técnicos concorrentes (1931-1943)**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://evauiii.files.wordpress.com/2011/04/book-tese-fauusp-1998-2003.pdf>> Acesso em 6 ago. 2018.

LIPSTADT, H. **The Experimental Tradition: Essays on Competitions in Architecture**. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1989.

LIRA, J. Crítica Modernista e Urbanismo: Geraldo Ferraz em São Paulo, da Semana a Brasília. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ANPUR), 11., 2005, Salvador. Anais... Salvador: ANPUR, 2005.

LIRA, J. Três planos perdidos e uma história do urbanismo a contrapelo. In: XIII SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 13., 2014, Brasília. **Anais...** Brasília, 2014.

MACEDO, D. Arquitetura em transição: interpretação do trabalho de Oscar Niemeyer a partir de seu discurso – 1955-1962. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <<https://danilo.arq.br/textos/arquitetura-em-transicao-interpretacao-do-trabalho-de-oscar-niemeyer-a-partir-de-seu-discurso-1955-1962/>> Acesso em 6 ago. 2018.

MACEDO, D. **As obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais 1939-1955**. Brasília: Edições Câmara, 2008.

MACEDO, D.; SOBREIRA, F. (Org.) **Forma Estática - Forma Estética: Ensaios de Joaquim Cardozo sobre Arquitetura e Engenharia**. Brasília: Edições Câmara, 2009.

MALMBERG, C. **The politics of design: competitions for public projects**. Nova Iorque: Princeton University, 2006. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.114.8742>> Acesso em 6 ago. 2018.

The Brazilian Style. **The Architectural Review**, Londres, mar. de 1944. Disponível em: <https://www.architectural-review.com/rethink/archive/march-1944-the-brazilian-style/8607496.article>

MARQUES, S.; NASLAVSKY, G. Eu vi o modernismo nascer... foi no Recife. **Arquitextos**, São Paulo, n. 131.02, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.131/3826>> Acesso em 6 ago. 2018.

MARTINEZ, A. **Ensaio sobre o projeto**. Brasília: Editora UnB, 2000.

- MASINI, D. **Sob a ótica do projeto**: o arquiteto Eduardo Mendes Guimarães Junior e a Reitoria da UFMG. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/12269>> Acesso em 6 ago. 2018.
- MELLO, E. Porque Brasília. **Acrópole**, São Paulo, n. 256, fev. 1960. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/372>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- MENDES JÚNIOR, E. Concurso Público de Anteprojetos. **Arquitetura e Engenharia**, Belo Horizonte, n. 20, jan./fev. 1952. p.23.
- MEIRA PENNA, J. Brasil Constrói uma Nova Capital. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 07, fev. 1957. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- MINDLIN, H. **Modern Architecture in Brazil**. Rio de Janeiro: Colibris, 1956.
- MIQCP. **Les consultations publiques de maîtrise d'oeuvre janvier 2002 – décembre 2004**. Paris: MIQCP, 2006. Disponível em: <http://www.miqcp.gouv.fr/images/Etudes/Les_consultations_publicques_2002-2004.pdf> Acesso em 6 ago. 2018.
- MIQCP. **Guide de sensibilisation à la Programmation**. Paris: MIQCP, 2008. Disponível em: <http://www.miqcp.gouv.fr/images/Guides/documentPDF/GUIDE_PROG.pdf> Acesso em 6 ago. 2018.
- MIQCP. Le concours de maîtrise d'œuvre : dispositions réglementaires et modalités pratiques d'organisation. Paris: MIQCP, 2017. Disponível em: <http://www.miqcp.gouv.fr/images/Guides/documentPDF/Guide_Concours_2018.pdf> Acesso em 6 ago. 2018.
- MIRANDA, C. A crítica nas revistas de arquitetura dos anos 50. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5., 1998, Campinas. **Anais...** Campinas, 1998.
- MONEO, R. **Inquietação teórica e estratégia projetual na obra de oito arquitetos contemporâneos**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- MONTANER, J. **Sistemas arquitetônicos contemporâneos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2015.
- MOREIRA, P.; NEDELYKOV, N. Caminhos da Arquitetura Moderna no Brasil: a presença de Frank Lloyd Wright. **Arquitextos**, São Paulo, n. 018.03, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.018/829>> Acesso em 6 ago. 2018.
- MORI, R. **Centro Técnico de Aeronáutica**. Do concurso de anteprojetos aos edifícios esquecidos de Niemeyer. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://issuu.com/renatabmori/docs/issuu>> Acesso em: 8 ago. 2018.
- MOTTA, F. Arquitetura brasileira para a EXPO'70. **Acrópole**, São Paulo, n. 372, abr. 1970. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/372>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- NIEMEYER, O. Depoimento. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 09, fev. 1958. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- NIEMEYER, O. Contradição na Arquitetura. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 31, dez. 1962. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 5 ago. 2018.
- NIEMEYER, O. **Minha Arquitetura**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- NOVAS recomendações às normas de concursos de arquitetura. **Acrópole**, São Paulo, n. 243, jan. 1959. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/243>> Acesso em: 5 ago. 2018.

O JULGAMENTO do concurso de Brasília. **Habitat**, São Paulo, n. 40-41, mar./abr., 1957.

OLIVEIRA, C.; PERTÉTUO, M. O ensino na primeira escola de arquitetura do Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, n. 066.04, nov. 2005. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/408>> Acesso em 6 ago. 2018.

OPINIÕES e diretrizes do Presidente da República. **Habitat**, São Paulo, n. 31, jun. 1956.

OYARZUN, F. Tras los concursos. **ARQ - Revista de Arquitectura**, Santiago, n. 67, 2007. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/arq/n67/art02.pdf>> Acesso em 6 ago. 2018.

PACHECO, P. **O risco do Paraná e os concursos nacionais de arquitetura 1962-1981**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6711>> Acesso em 6 ago. 2018.

PARA segundo lugar, relatório “mítico” venceu. **Folha de São Paulo** (Ilustrada), São Paulo, 20 abr. 2010. Disponível em: Acessado em 21/11/2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2004201009.htm>> Acesso em 5 ago. 2018.

PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPO 70. **Acrópole**, São Paulo, n. 361, mai. 1969. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/361>> Acesso em: 5 ago. 2018.

PEREIRA, M.; SILVA, J. Sobre os concursos públicos de Arquitetura. **Habitat**, São Paulo, n. 70, dez. 1962.

PEREIRA, C. **Os irmãos Roberto e a Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro (1936-1954)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52585>> Acesso em 6 ago. 2018.

PEREIRA, C. Os irmãos Roberto e o edifício da A.B.I.: uma história da modernidade arquitetônica brasileira. **Arqtexto**, Porto Alegre n. 2, 2002. p.138-151.

PEREIRA, C. **Habitação Coletiva de Interesse Social e Cidade: análise dos concursos Renova SP (São Paulo, Brasil) e Vallecas 49 (Madri, Espanha)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/258065>> Acesso em 6 ago. 2018.

PEREIRA, M. Sobre os concursos públicos de Arquitetura. **Habitat**, São Paulo, n. 70, p. 4-5, dez. 1962.

PEREIRA, M. **Arquitetura, texto e contexto. O discurso de Oscar Niemeyer**. Brasília: Editora UnB, 1997.

PEREIRA, R. **Três poderes: a arquitetura cívica paulista, 1950-1970**. Dissertação (Mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/304>> Acesso em 6 ago. 2018.

POND, I. High Buildings and Beauty. Part I. **Architectural Forum**, Boston, n. 2, fev. 1923. Disponível em: <<http://www.usmodernist.org/AF/AF-1923-02.pdf>> Acesso em 6 ago. 2018.

POND, I. High Buildings and Beauty. Part II. **Architectural Forum**, Boston, n. 4, abr. 1923. Disponível em: <<http://www.usmodernist.org/AF/AF-1923-04.pdf>> Acesso em 6 ago. 2018.

PORTUGAL, J.; SIOLARI, M. A revista *Arquitetura do Brasil*, o neocolonial e a exposição do centenário de independência. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO – ENANPARQ, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: 2016. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2032/S32-06-SIOLARI,%20M;%20PORTUGAL,%20J.pdf>> Acesso em 6 ago. 2018.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Revista Municipal de Engenharia. Edição Especial. 60 anos da RME 1932-1992.** Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7689043/4191425/indice_revistas_engenharia_1992.pdf> Acesso em 6 ago. 2018.

QUINCY, Q. **Encyclopédie Méthodique – Architecture. Tomo II (Concours).** Paris, 1801. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k857195>> Acesso em 6 ago. 2018.

RIBEIRO, P. **Arquitetura potencial : Nonato Veloso, concursos de projeto.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/24586>> Acesso em 6 ago.2018.

RIBEIRO DE MORAES, L. “Brazil builds e os edifícios públicos paulistas. Acrópole, São Paulo, n. 73, mai 1944. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/73>> Acesso em: 5 ago. 2018.

RONN, M. Architectural Policies, Regulation and Jury Dilemmas of Architecture Competitions. In: RONN, M, KAZEMIAN, R. e ANDERSSON, J. (Org.) **The Architectural Competition: Research Inquiries and Experiences.** Estocolmo: Axl Books, 2010. p. 127-152.

RONN, M, KAZEMIAN, R. e ANDERSSON, J. **The Architectural Competition: Research Inquiries and Experiences.** Estocolmo: Axl Books, 2010.

ROSSETTI, C. **Flávio de Carvalho: questões de arquitetura e urbanismo.** Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-01082007-025241/pt-br.php>> Acesso em 6 ago. 2018.

ROSSETTI, E. **Arquitetura em transe. Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas e Lina Bo Bardi:** nexos da arquitetura brasileira pós-brasília [1960-85]. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-31102013-112303/pt-br.php>> Acesso em: 6 ago. 2018.

ROSSETTI, E. 1964-85. Arquitetura brasileira em transe. **Arquitextos**, São Paulo, n. 167.03, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.167/5183>> Acesso em 6 ago. 2018.

RUBANO, M.; FERREIRA, M. (Org.). **Hipóteses do real: concursos de arquitetura e urbanismo 1971-2011.** São Paulo: Vigiecta & Associados, 2012.

SANTOS, C. **Le Corbusier e o Brasil.** São Paulo: Projeto Editora, 1987.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SEGAWA, H.; CREMA, A.; GAVA, M. Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas. **Arquitextos**, São Paulo, n. 057, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.057/506>> Acesso em 6 ago. 2018.

SEGRE, R.; BARKI, J.; KÓS, J.; VILAS BOAS, N. O edifício do Ministério da Educação e Saúde (1936-1945): museu “vivo” da arte moderna brasileira. **Arquitextos**, São Paulo, n. 069.02, ano 06, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.069/376>> Acesso em 6 ago. 2018.

SEGRE, R. **Ministério da Educação e Saúde. Ícone urbano da modernidade brasileira.** São Paulo: Romano Guerra Editora, 2013.

SERAJI, N. France. In: COLLYER, G. (Org.) **Competitions. Competing Globally in Architecture Competitions.** Chichester: Wiley-Academy, 2004. p. 240-21.

SERAPIÃO, F. A vanguarda fez mal para os negócios. A história da revista Acrópole. **Revista Projeto Design.** n. 312. 2006. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/artigos/artigo-a-revista-acropole-01-02-2006>> Acesso em: 6 ago. 2018.

SIQUEIRA, F. Marco da arquitetura santista deve dar lugar a arranha-céu. **Folha de São Paulo** (Cotidiano), São Paulo, 19 set. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1909199909.htm>> Acesso em 5 ago. 2018.

SILVA, E. **Os palácios originais de Brasília.** Brasília: Edições Câmara, 2014.

SILVA, E. **Nações Unidas e Congresso Nacional, conexões e preservação.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/31662>> Acesso em 6 ago. 2018.

SOBREIRA, F. Concursos: reflexões contemporâneas (tradução de trechos do verbete Concours, em Encyclopédie Méthodique – Architecture. Tomo II, 1801). **Concursosdeprojeto.org**, jan. 2009. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2009/01/14/quatremercere/>> Acesso em 6 ago. 2018.

SOBREIRA, F. Concursos de projeto e conflitos de interesse na gestão do espaço público. In: SEMINÁRIO PROJETER, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2009. Disponível em: <<https://fabianosobreira.files.wordpress.com/2009/07/concursos-e-conflitos-fabianosobreira-projetar2009.pdf>> Acesso em: 6 ago. 2018.

SOBREIRA, 2009. Pela qualidade da arquitetura pública. **Concursosdeprojeto.org**, jun. 2009. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2009/05/31/por-uma-politica-pela-qualidade-da-arquitetura-publica/>> Acesso em 13 nov. 2018.

SOBREIRA, F. Competitions. Public Strategies for architectural quality. **Conditions Magazine**, Oslo, n.5/6, p. 136-143, 2010.

SOBREIRA, F. Le concours comme mesure de la démocratie. **d'architectures**, Paris, n.216, p. 66, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.darchitectures.com/le-concours-comme-mesure-de-la-democratie-a1166.html>> Acesso em: 6 ago. 2018.

SOBREIRA, F. Concursos de projeto: instrumentos para a qualidade e a sustentabilidade da arquitetura e dos espaços públicos. In: SOBREIRA, F.; GANEM, R.; ARAÚJO, S. (Org.). **Qualidade e Sustentabilidade do Ambiente Construído.** Brasília: Edições Câmara, 2014. p.131-162. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/16460>> Acesso em: 5 ago. 2018.

SOBREIRA, F. Design Competitions in Brazil – Building a [Digital] Culture for Architectural Quality. CHUPIN, J. ; CUCUZZELLA, C.; HELAL, B. (Org.). **Architecture Competitions and the production of culture, quality and knowledge.** Montreal: Potential Architecture Books, 2015.

SOBREIRA, F.; WANDERLEY, V. Concursos de arquitetura no Brasil de 2005 a 2014: Breve panorama analítico. **Arquitextos**, São Paulo, n. 181.05, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.181/5598>> Acesso em: 6 ago. 2018.

SOBREIRA, F. e RIBEIRO, P. O lugar dos concursos na propaganda da Arquitetura Moderna Brasileira: registros e análises das revistas Acrópole e Módulo entre 1955 e 1965. SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 11., 2016, Recife. **Anais...** Recife, 2016. Disponível em: <http://www.seminario2016.docomomo.org.br/artigos_apresentacao/sessao%203/DOCO_PE_S3_SOBR EIRA_RIBEIRO.pdf> Acesso em 6 ago. 2018.

SOBREIRA, 2018. Oscar Niemeyer e os concursos de Arquitetura no Brasil: entre o instrumento democrático e o culto à genialidade. V ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2018, Salvador. **Anais...** Salvador, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27744/12/eixo-2.pdf>>

SOBREIRA, F.; FLYNN, M. RIBEIRO, P. (Org.) **Paulo Mendes da Rocha: sobre concursos e memórias** (entrevista). Brasília: MGSR, 2018.

SOUTO DE MOURA, E.; BARATA, F.; LAGE, A.; CAMPOS, A. e GUEDES DE OLIVEIRA, P. (Org.). **Eduardo Souto de Moura. Concursos / Competitions. 1979-2010**. Porto: FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 2011.

SOUZA, P. **A representação em projetos de arquitetura: concursos para teatros em Natal e em Quebec**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2009. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2009/03/27/a-representacao-em-projetos-de-arquitetura/>> Acesso em 6 ago. 2018.

SOUZA, P. **Cultura da representação de Arquitetura**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19274>> Acesso em 6 ago. 2018.

STEVENS, G. **O Círculo Privilegiado. Fundamentos sociais da distinção arquitetônica**. Brasília: Editora UnB, 2003.

STUCHI, F. **Revista Habitat: um olhar moderno sobre os anos 50 em São Paulo**. (Dissertação) Mestrado. - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-14052010-102629/pt-br.php>> Acesso em 6 ago. 2018.

SUZUKI, E. **Concursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil de 1984 a 2012: a eficiência dos Concursos Públicos Nacionais**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-01092016-173101/pt-br.php>> Acesso em 6 ago. 2018.

TAVARES, J. **Projetos para Brasília: 1927-1957**. Brasília: Iphan, 2014.

TINEM, N. As revistas de arquitetura como documentos pré-canônicos. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO – ENANPARQ, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/169/169-678-1-SP.pdf>> Acesso em 6 ago. 2018.

TOSTRUP, E.; **Architecture and rhetoric. Text and design in architectural competitions. Oslo 1939-1997**. Londres: Andreas Papadakis, 1999.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília**. Brasília: UnB, 2016. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.unb.br/relatorio>> Acesso em 6 ago. 2018.

VASCONCELLOS, S. Carta resposta ao artigo Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto. **Acrópole**, São Paulo, n. 287, p. 344, out. 1962. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/287>> Acesso em: 5 ago. 2018.

VELOSO, N. **Arquitetos paulistas e os concursos nacionais de arquitetura: de 1990 a 2010**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15595>> Acesso em 6 ago. 2018.

WARHAVCHIK, G. Acerca da Arquitetura Moderna. **Acrópole**, São Paulo, n. 184, ago. 1953 (publicado originalmente em 1925, no Correio da Manhã, São Paulo, em 01 de novembro). Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/287>> Acesso em: 5 ago. 2018.

WILHEIM, J. O concurso (e escândalo) de Santo André. **Acrópole**, São Paulo, n. 237, jul. 1958. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/237>> Acesso em: 5 ago. 2018.

WILHEIM, J. Brasília 1960, uma interpretação. **Acrópole**, São Paulo, n. 256, fev. 1960. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/372>> Acesso em: 5 ago. 2018.

XAVIER, A. (Org.). **Depoimento de uma Geração**. São Paulo: Cosac Naify, 2003 (1ª Edição: 1987).

ZAKIA, S. Primeira visita de Le Corbusier ao Brasil em 1929. Uma chegada acidentadíssima! **Arquiteturismo**, São Paulo, n.102.01, set. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/09.102/5685>> Acesso em: 6 ago. 2018.

ZEIN, R. **A arquitetura da escola paulista brutalista: 1953-1973**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5452>> Acesso em 6 ago. 2018.

ZEIN, R. Oscar Niemeyer. Da crítica alheia à teoria própria. **Arquitextos**, São Paulo, n. 151.04, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.151/4608>> Acesso em: 6 ago. 2018.

Apêndice
concursos de arquitetura no Brasil – 1935-1971

Concursos de Arquitetura no Brasil . 1935 a 1971

Referência: Tese de Doutorado de Maria Helena Flynn (FAU/USP, 2001).

Ano	Concurso	Local	Revista
1934/5	Cidade Operária de Monlevade	Monlevade-MG	PDF, mai. 1936 Revista de Arquitetura, 9, nov. 1943
1935	Ministério da Educação e Saúde Pública	Rio de Janeiro-RJ	Revista de Arquitetura, 1, abr. 1935 Revista de Arquitetura, 2, set. 1935 PDF, set. 1935 Arquitetura e Urbanismo, set. 1938 Arquitetura e Urbanismo, jul. 1939
1935	Hospital de Saúde no Trabalho	Andaraí-RJ	Revista de Arquitetura, out. 1935
1935	Viaduto do Chá	São Paulo-SP	Revista Politécnica, 131/133, s.d.
1935	Viaduto do Brás	São Paulo-SP	-
1935	Prédio Matarazzo	São Paulo-SP	Revista Politécnica, 120, jul. 1935 Revista de Arquitetura, 3, ago. 1936
1935	Porta Monumental da Exposição Farroupilha	Porto Alegre-SP	-
1936	Edifício Ouro para o Bem de São Paulo	São Paulo-SP	Revista Politécnica, 121, jan. 1936
1936	Sede da Associação Brasileira de Imprensa	Rio de Janeiro-RJ	Arquitetura e Urbanismo, mai. 1936 Arquitetura e Urbanismo, jul. 1936 Arquitetura e Urbanismo, set. 1936 PDF, set. 1936 PDF, nov. 1936 Arquitetura e Urbanismo, mar. 1937 PDF, jul. 1937 Arquitetura e Urbanismo, jan. 1938 Revista de Arquitetura, ago. 1938 Arquitetura e Urbanismo, set. 1938 Arquitetura e Urbanismo, set. 1940 Revista de Arquitetura, jul. 1944 Módulo, dez. 1955 Arquitetura, out. 1964 Módulo, dez. 1976
1936	Sede do Ministério da Fazenda	Rio de Janeiro - RJ	Arquitetura e Urbanismo, jul. 1936 Arquitetura e Urbanismo, set. 1936 Arquitetura e Urbanismo, jan. 1937 PDF, mar. 1937 Revista de Arquitetura, mar. 1937 Arquitetura e Urbanismo, mar. 1938 Acrópole, 76, ago. 1944
1936	Hospital Eufrásia Teixeira Leite	Vassouras-RJ	Arquitetura e Urbanismo, set. 1936 Arquitetura e Urbanismo, nov. 1936 Arquitetura e Urbanismo, jan. 1937
1936	Edifício da Liga Brasileira contra a Tuberculose	Rio de Janeiro-RJ	Arquitetura e Urbanismo, set. 1936
1936	Edifício do Clube Militar	Rio de Janeiro-RJ	Arquitetura e Urbanismo, mai. 1936 Revista de Arquitetura, mai. 1936

Ano	Concurso	Local	Revista
1936	Nova Sede da Associação dos Empregados no Comércio	Rio de Janeiro-RJ	Arquitetura e Urbanismo, set. 1936 Revista de Arquitetura, nov. 1937 Acrópole, 61, mai. 1943
1936	Pronto Socorro	Juiz de Fora - MG	Arquitetura e Urbanismo, set. 1936
1936	Estação Central - Estrada de Ferro Central do Brasil	Rio de Janeiro - RJ	Arquitetura e Urbanismo, set. 1936
1936	Instituto de Educação - Barbalho	Salvador - BA	-
1936	Palácio da Justiça - Fórum Rui Barbosa	Salvador - BA	Arquitetura e Urbanismo, set. 1936
1936	Secretaria de Segurança Pública	Salvador - BA	-
1937	Estação de Hidroavios - Aeroporto Santos Dumont	Rio de Janeiro - RJ	Arquitetura e Urbanismo, mar. 1937 Arquitetura e Urbanismo, jan. 1938 Arquitetura e Urbanismo, mar. 1938 Arquitetura e Urbanismo, nov. 1938. Módulo, jan. 1977
1937	Aeroporto Santos Dumont	Rio de Janeiro - RJ	PDF, mai. 1936 Arquitetura e Urbanismo, jul. 1936 Arquitetura e Urbanismo, nov. 1936 Arquitetura e Urbanismo, jan. 1937 Arquitetura e Urbanismo, mar. 1937 Revista de Arquitetura, mar. 1937 PDF, set. 1937 Arquitetura e Urbanismo, nov. 1937 Arquitetura e Urbanismo, jan. 1938 Arquitetura e Urbanismo, mar. 1938 PDF, jul. 1938 Arquitetura e Urbanismo, jan. 1940 Arquitetura e Urbanismo, jan. 1942 Habitat, set. 1953 Habitat, abr. 1956 Brasil Arquít. Contemp., fev. 1957
1937	Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 32	São Paulo - SP	-
1938	Edifício Esther	São Paulo - SP	Acrópole, n. 01 , mai. 1938
1938	Pavilhão do Brasil - Feira Mundial de Nova Iorque	Nova Iorque	Arquitetura e Urbanismo, jan. 1938 Arquitetura e Urbanismo, mar. 1938 Arquitetura e Urbanismo, mai. 1939
1938	Palácio da Justiça	Rio de Janeiro - RJ	Revista de Arquitetura, nov. 1936 Arquitetura e Urbanismo, mar. 1938 Arquitetura e Urbanismo, set. 1938 Revista de Arquitetura, nov. 1939 Revista de Arquitetura, jan. 1945
1938	Sede Imprensa Nacional	Rio de Janeiro - RJ	Arquitetura e Urbanismo, nov. 1937 Arquitetura e Urbanismo, jan. 1938

Ano	Concurso	Local	Revista
1939	Paço Municipal da Cidade de São Paulo	São Paulo - SP	Revista Politécnica, abr. 1939 Revista de Eng. Mackenzie, mai. 1939
1939	Mercado Municipal	Santos - SP	Acrópole, 120, abr. 1948
1940	Urbanização do Passeio Público	Rio de Janeiro - RJ	-
1940	Pampulha - Centro de Lazer e Turismo	Belo Horizonte - MG	Módulo, 41, jan. 1976
1941	Estádio Nacional	Rio de Janeiro - RJ	Acrópole, 41, set. 1941 Revista de Arquitetura, jan. 1945
1941	Grande Hotel	Presid. Prudente - SP	Acrópole, 37, mai. 1941.
1942	Ministério das Relações Exteriores	Rio de Janeiro - RJ	Arquitetura e Urbanismo, jan. 1941 Revista de Arquitetura, set. 1941 Acrópole, 61, mai. 1943 Habitat, dez. 1953
1942	Estádio do Botafogo Futebol Clube	Rio de Janeiro - RJ	Revista de Arquitetura, ago. 1943
1943	Catedral Ortodoxa de São Paulo	São Paulo - SP	Acrópole, 57, jan. 1943 Revista Politécnica, mai. 1943
1943	Estádio Municipal de Santos	Santos - SP	Acrópole, 60, abr. 1943
1944	Casas de Veraneio - Companhia Quitandinha S.A.	Rio de Janeiro - RJ	-
1944	Plano de Fomento ao Turismo no Estado	São Paulo - SP	Acrópole, 71, mar. 1944
1944	Sede da Admin. Central da Viação Férrea do Rio Grande do Sul	Porto Alegre - RS	Habitat, abr. 1956
1944	Hospital para a Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência São Joaquim	São Paulo - SP	Revista Politécnica, jun. 1943
1944	Sede do Jôquei Clube - 1º Concurso	Rio de Janeiro - RJ	-
1945	Cidade Universitária do Butantã	São Paulo - SP	-
1945	Maternidade Universitária - USP	São Paulo - SP	Acrópole, 102, out. 1946 Acrópole, 162, out. 1951 Arquit. e Engenharia, 20, jan. 1952 Acrópole, 184, jan. 1954 Habitat, 25, dez. 1955 Habitat, 30, mai. 1956 Arquitetura, 35, mai. 1965

Ano	Concurso	Local	Revista
1946	Esporte Clube Pinheiros - Vestiário para Tenistas	São Paulo - SP	Acrópole, 93, jan. 1946 Acrópole, 94, fev. 1946 Revista Politécnica, 162, s.d.
1946	Paço Municipal de São Paulo	São Paulo - SP	-
1946	Sede do IAB São Paulo	São Paulo - SP	Acrópole, Separata 295/296, s.d. Acrópole, 119, mar. 1948 Acrópole, 184, abr. 1951 Acrópole, 184, jan. 1954
1946	Biblioteca Pública Municipal	Curitiba - PR	-
1947	Monumento ao Expedicionário	Porto Alegre - RS	-
1947	Monumento ao Apóstolo São Paulo - Pico do Jaraguá	São Paulo - SP	-
1947	Sede Social do Jôquei Clube Brasileiro	Rio de Janeiro - RJ	Ante-projeto, jul. 1947 Revista de Arquitetura, jul. 1947
1947	Centro Técnico da Aeronáutica	S. J. dos Campos - SP	Arquitetura e Engenharia, 1947
1947	Conj. Res. Carmela Dutra – Inst. de Apos. e Pen. dos Marítimos	Rio de Janeiro - RJ	-
1947	Sede do Clube de Engenharia	Rio de Janeiro - RJ	Revista de Arquitetura, out. 1947
1947	Instituto dos Industriários	Rio de Janeiro - RJ	-
1947	Hotel da Prefeitura	Porto Alegre - RS	-
1948	Monumento - 4º Centenário da Fundação da Cidade	Salvador - BA	-
1948	Planejamento da Cidade Universitária - USP	São Paulo - SP	-
1948	Teatro Guaíra	Curitiba - PR	-
1949	Faculdade de Odontologia e Farmácia - UFMG	Belo Horizonte - MG	-
1949	Edifício Anexo da Câmara de Veredores	Rio de Janeiro - RJ	Arquitetura e Engenharia, fev. 1951

Ano	Concurso	Local	Revista
1949	Monumento a Rui Barbosa - 1º Concurso	Rio de Janeiro - RJ	Pilotis, fev. 1950 Arquitetura e Decor., 11, ma. 1955
1949	Teatros	Rio de Janeiro - RJ	-
1949	Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais	Rio de Janeiro - RJ	-
1949	Faculdade de Engenharia Industrial	S. Bern. do Campo - SP	Acrópole, 137, set. 1949
1950	Estação Ferroviária - Pampulha	Belo Horizonte - MG	-
1951	Cidade Universitária - Pampulha - UFMG	Belo Horizonte - MG	-
1951	Jockey Club do Rio Grande do Sul	Porto Alegre - RS	156 (1951)
1951	Museu de Arte Moderna de São Paulo	São Paulo - SP	Habitat, 29, abr. 1956
1952	Sede do DER	São Paulo - SP	Arquitetura e Eng., 22, jul. 1952 Arquitetura e Eng., 25, mar. 1953 Acrópole, 167, mar. 1952
1952	Sede do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais	Belo Horizonte - MG	Arquitetura e Eng., 20, fev. 1952 Arquitetura e Eng., 21, mar. 1952 Acrópole, 167, mar. 1952 Arquitetura e Eng., 22, mai. 1952
1952	Monumento a Rui Barbosa - 2º Concurso	Rio de Janeiro - RJ	Brasil Arq. Contemp., 1, ago. 1953 Habitat, 12, set. 1953 Módulo, 2, ago. 1955
1952	Paço Municipal de São Paulo	São Paulo - SP	Acrópole, 164, dez. 1951 Habitat, 9, 1951 Acrópole, 165, jan. 1952 Acrópole, 166, fev. 1952 Acrópole, 179, mar. 1953 Arquitetura e Decor., 3, dez. 1953
1953	Estádio do São Paulo Futebol Clube	São Paulo - SP	Habitat, 11, jun. 1953
1953	Igreja São Domingos	São Paulo - SP	Brasil Arquít. Contemp., 1, ago. 1953
1953	Edifício Itália	São Paulo - SP	Habitat, 29, abr. 1956

Ano	Concurso	Local	Revista
1953	Associação Hípica Brasileira	Rio de Janeiro - RJ	Brasil Arquit. Contemp., 5, 1955
1953	Torre – Cidade Universitária - USP	São Paulo - SP	-
1954	Santuário São Judas Tadeu	Rio de Janeiro - RJ	Arquitetura e Eng., 36, jul. 1955
1955	Associação Atlética do Banco do Brasil	Rio de Janeiro - RJ	Habitat, 27, fev. 1956 Módulo, 3, dez. 1955
1955	Armazéns e Estação de Passageiros do Pier de Mauá	Rio de Janeiro - RJ	Habitat, 24, out. 1955
1955	Sede e Sinagoga da Congregação Israelita Paulista	São Paulo - SP	Habitat, 21, abr. 1955 Acrópole, 199, abr. 1955 Acrópole, 254, dez. 1959
1956	Esporte Clube Pinheiros	São Paulo - SP	Habitat, 28, mar. 1956
1956	Faculdade de Direito - UFBA	Salvador - BA	-
1956	Monumento às Mães	Belo Horizonte - MG	Acrópole, 213 jun. 1956
1956	Monumento aos Mortos – Segunda Guerra	Rio de Janeiro - RJ	Módulo, 6, dez. 1956 Arquitetura e Eng., 40, mai. 1956 Anteprojeto, jul. 1956
1956	Sede do Senado Federal	Rio de Janeiro - RJ	Habitat, 34, set. 1956 Acrópole, 217, out. 1956 Brasil Arquit. Contemp., 9, 1957
1956	Casa do Trabalhador	São Paulo - SP	Acrópole, 211, abr. 1956
1956	Instituto de Educação de Pernambuco - Parque 13 de Maio	Recife - PE	Acrópole, 217, out. 1956
1957	Plano Piloto para a Nova Capital	Brasília - DF	Módulo, 2, ago. 1955. Habitat, 26, jan. 1956 Acrópole, 209, fev. 1956 Acrópole, 210, mar. 1956 Módulo, 4, mar. 1956 Acrópole, 211, abr. 1956 Habitat, 31, jun. 1956 Acrópole, 214, jul. 1956 Acrópole, 215, ago. 1956 Arquitetura e Eng., n. 44, abr. 1957 Habitat, n. 40/41, abr. 1957 Módulo, n. 8, jul. 1957 Acrópole, 217, out. 1957 Acrópole, 221, mar. 1957 Acrópole, 256, fev. 1960

Ano	Concurso	Local	Revista
1957	Paço Municipal e Parque Central de Campinas	Campinas - SP	Acrópole, 217, out. 1956 Acrópole, 219, jan. 1957 Acrópole, 224, jun. 1957 Acrópole, 228, out. 1957 Acrópole, n. 230, dez. 1957 Habitat, 45, dez. 1957
1957	Santuário do Patrocínio de São José de Murialdo	Porto Alegre - RS	-
1957	Monumento ao Apóstolo São Paulo	São Paulo - SP	-
1957	Assembleia Legislativa de Santa Catarina	Florianópolis - SC	Acrópole, 228, out. 1957 Acrópole, 232, fev. 1958
1958	Clube Atlético Paulistano	São Paulo - SP	Acrópole, 231, jan. 1958 Habitat, 47, mar. 1958 Acrópole, 276, nov. 1961 Módulo, 27, mar. 1962
1958	Hospital Santa Mônica	Belo Horizonte - MG	-
1958	Edifício Comercial - Norberto Odebrecht (concurso privado)	Salvador - BA	-
1958	Sede - Clube Português (concurso privado)	Salvador - BA	-
1958	Sede de Campo do Instituto de Engenharia	São Paulo - SP	Acrópole, 238, ago. 1958
1958	Clube Militar	Rio de Janeiro - RJ	-
1958	Assembleia Legislativa de Porto Alegre	Porto Alegre - RS	Acrópole, 238, ago. 1958 Acrópole, 241, nov. 1958 Espaço, 2, 1958 Acrópole, 283, jul. 1962 Acrópole, 287, out. 1962
1958	Complexo Esportivo de Santo André	Santo André - SP	Habitat, 50, mar. 1958 Acrópole, 237, jul. 1958 Acrópole, 238, ago. 1958

Ano	Concurso	Local	Revista
1958	Hospital Albert Einstein	São Paulo - SP	Acrópole, 239, set. 1958
1958	Agência - Banco London & South America	Brasília - DF	-
1958	Monumento aos Campeões do Mundo	Rio de Janeiro, RJ	Habitat, 50, set. 1958
1959	Sede do Banco de Crédito da Amazônia	Belém - PA	Acrópole, 246, abr. 1959
1959	Iate Clube de Londrina	Londrina - PR	Acrópole, 249, jul. 1959 Acrópole, 253, nov. 1959
1959	COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista	São Paulo - SP	Acrópole, 253, nov. 1959
1959	Sede do Instituto da Previdência de São Paulo	São Paulo - SP	Acrópole, 254, dez. 1959
1959	Jockey Clube de São Paulo	São Paulo - SP	Módulo, 16, dez. 1959 Acrópole, 259, abr. 1960
1959	1000 Escolas para o Estado	Porto Alegre - RS	-
1959	Centro Evangélico	Porto Alegre - RS	-
1959	Edifício Quinta Avenida	São Paulo - SP	-
1960	Estação Rodoviária	Poços de Caldas - MG	-
1960	Mercado Municipal	Bauru - SP	Acrópole, 263, set. 1960
1960	Conjunto Metropolitano	São Paulo - SP	Habitat, 59, abr. 1960
1960	Sede VASP	Brasília - DF	-
1960	Clube dos Arquitetos - IAB-BA	Salvador - BA	-
1960	Monumento a André Rebouças	Rio de Janeiro - RJ	-
1960	Associação Atlética do Banco do Brasil	Porto Alegre - RS	Acrópole, 260, mai. 1960 Módulo, 19, ago. 1960
1960	Sede Social de Clube - Sociedade Harmonia de Tênis (primeiro concurso)	São Paulo - SP	Acrópole, 260, mai. 1960
1961	Assembleia Legislativa de São Paulo	São Paulo	Acrópole, 267, jan. 1961 Arquitetura e Eng., 59, jan. 1961 Acrópole, 271, jun. 1961 Acrópole, 273, ago. 1961 Módulo, 24, ago. 1961 Acrópole, 274, set. 1961 Módulo, 30, out. 1962

Ano	Concurso	Local	Revista
1961	Casa Mínima	Brasília - DF	-
1961	Instituto Concórdia	São Leopoldo - RS	Arquitetura, nov. 1961 Arquitetura, jan. 1962 Habitat, 68, jun. 1962 Módulo, 31, dez. 1962
1961	Monumento a Pedro de Toledo - Ibirapuera	São Paulo - SP	Acrópole, 272, jul. 1961 Acrópole, 276, nov. 1961 Acrópole, 277, dez. 1961 Habitat, 66, 1961 Arquitetura, ago. 1961 Módulo, 29, ago. 1962
1961	Sede de Campo do Jôquei Clube de São Paulo	Campinas - SP	Acrópole, 288, nov. 1962
1961	Clube Esportivo Israelita Brasileiro	São Paulo - SP	Habitat, 64, 1961
1962	Assembleia Legislativa de Minas Gerais - 1º Concurso	Belo Horizonte - MG	Acrópole, 279, fev. 1962 Acrópole, 283, jun. 1962 Acrópole, 287, out. 1962 Habitat, 70, dez. 1962
1962	Sede - Taguatinga Country Club	Taguatinga - MG	-
1962	Agência - Banco do Estado de São Paulo	Brasília - DF	-
1962	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA	Salvador - BA	-
1962	Pedra da Moreninha	Ilha de Paquetá - RJ	Guanabara, 4, jan. 1962 Guanabara, 5, mar. 1962 Arquitetura, dez. 1962
1962	Sede Social Santa Mônica Clube de Campo	Curitiba - PR	-
1962	Monumento aos Mártires do Nazismo	São Paulo - SP	Acrópole, 312, nov. 1964
1962	Agência do Banco Brazão	São Paulo	Acrópole, 285, ago. 1962
1963	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - 2º Concurso	Belo Horizonte - MG	Acrópole, 298, ago. 1963 Arquitetura, set. 1963 Habitat, 33, set. 1963 Arquitetura e Eng., 67, 1964
1963	Clube Social do SESI	Rio de Janeiro - RJ	Arquitetura, fev. 1963
1963	Sede - Itajuba Country Club	Itajuba - MG	-

Ano	Concurso	Local	Revista
1963	Remodelação do Campo Grande	Salvador - BA	-
1963	Conjunto Residencial - Instituto de Resseguros do Brasil	Rio de Janeiro - RJ	Arquitetura, set. 1963
1963	Clube da Orla de Guarujá	Guarujá - SP	Acrópole, 300, out. 1963 Arquitetura, out. 1963 Habitat, 74, dez. 1963 Acrópole, 307, jun. 1964 Habitat, 80, dez. 1964 Acrópole, 342, ago. 1967
1963	Clube XV - Santos	Santos - SP	Acrópole, 294, mai. 1963 Arquitetura, jun. 1963 Acrópole, 366, out. 1969
1963	Sind. Trab. nas Indústrias de Energia Elétrica de SP	São Paulo - SP	Acrópole, 298, ago. 1963
1963	Estação Rodoviária	Belo Horizonte - MG	-
1963	Fórum	Itabuna - BA	-
1963	Central Elétrica do Funil	Resende - RJ	Arquitetura, ago. 1963
1963	Jóquei Clube de Goiás	Goiânia - GO	Arquitetura, mar. 1963 Arquitetura, out. 1963 Acrópole, 342, ago. 1967
1963	Sede do Bank of London (3)	São Paulo - SP	Acrópole, 300, out. 1963
1964	Edifício Farol do Quebra Mar	Salvador - BA	-
1964	Teatro Hora da Criança (concurso privado)	Salvador - BA	-
1964	Centro Comercial do Portão	Curitiba - PR	Arquitetura, jun. 1964 Arquitetura, 27, s.d Acrópole, 305, abr. 1964 Acrópole, 310, set. 1964
1964	Clube Harmonia de Tênis (2º concurso)	São Paulo - SP	Acrópole, 340, jun. 1967 Acrópole, n.384, mai. 1971
1964	Hospital dos Servidores de Pernambuco	Recife - PE	Acrópole, 308, jul. 1964 Arquitetura, mai. 1965
1964	Teatro Municipal de Piracicaba	Piracicaba - SP	Acrópole, 340, jun. 1967
1964	Igreja Presbiteriana Nacional	Brasília - DF	Arquitetura, nov. 1963 Acrópole, 302, jan. 1964 Arquitetura, fev. 1964

Ano	Concurso	Local	Revista
1964	Monumento à Fundação de Goiânia	Goiânia - GO	Acrópole, 312, nov. 1964
1964	Clube Sírio-Libanês de Santos	Santos - SP	Acrópole, 313, jan. 1965
1965	Planejamento do Núcleo Habitacional Gleba do Solar da Boa Vista	Salvador - BA	-
1965	Fórum	Ilhéus - BA	-
1965	Motéis da Revista Quatro Rodas	-	Acrópole, 312, nov. 1964 Acrópole, 316, abr. 1965 Acrópole, 320, ago. 1965
1965	Paço Municipal e Centro Cívico de Santo André	Santo André	Acrópole, 316, abr. 1965 Acrópole, 317, mai. 1965 Acrópole, 320, ago. 1965 Arquitetura, ago. 1965. Acrópole, 359, mar. 1969
1965	Monumento à Mãe	São Paulo - SP	Acrópole, 312, nov. 1964 Arquitetura, set. 1965
1965	Novo Quartel General da Segunda Região	São Paulo - SP	Acrópole, 314, fev. 1965 Acrópole, 316, abr. 1965 Habitat, 82, abr. 1965 Acrópole, 321, set. 1965 Acrópole, 351, jun. 1968
1965	Sede do IAB-BA	Salvador - BA	Arquitetura, nov. 1966 AC Arquitetura e Construção, 1967
1965	Clube de Campo e Sede de Congressos	Caieiras - SP	Acrópole, 315, mar. 1965
1966	Tênis Clube de Presidente Prudente	São Paulo - SP	Acrópole, 317, mai. 1965 Acrópole, 326, mar. 1966 Acrópole, 327, abr. 1966 Arquitetura, set. 1966
1966	Teatro Municipal de Campinas	Campinas - SP	Acrópole, 328, mai. 1966 Arquitetura, set. 1966 Acrópole, 345, nov. 1967
1966	Salão de Festas - Esporte Clube Sírio	São Paulo - SP	Acrópole, 330, jul. 1966 Acrópole, 333, out. 1966
1966	Assembleia Legislativa	Cuiabá - MT	-
1966	Cripta de Castro Alves	Salvador - BA	-
1966	Teatro Municipal	Porto Alegre - RS	-

Ano	Concurso	Local	Revista
1967	Edifício Avenida	Belo Horizonte - MG	-
1967	Assembleia Legislativa	Salvador - BA	-
1967	Centro Cultural e Recreativo Espanhol	Salvador - BA	-
1967	Sede Montépio dos Servidores Municipais	Salvador - BA	-
1967	Departamento Federal de Segurança Pública	Brasília	Acrópole, 336, jan. 1967 Acrópole, 337, mar. 1967 Acrópole, 339, mai. 1967 Arquitetura, jun. 1967
1967	Mercado Público - Unidade Centro	Porto Alegre - RS	Acrópole, 337, mar. 1967 Arquitetura, abr. 1967 Acrópole, 339, mai. 1967
1967	Edifício Sede da Petrobrás	Rio de Janeiro - RJ	-
1967	Praça Pública	São Carlos - SP	Acrópole, 345, nov. 1967
1968	Sede da Secretaria de Agricultura do Estado	São Paulo - SP	Acrópole, 351, jun. 1968 Arquitetura, jun. 1968 Arquitetura, ago. 1968 Arquitetura, set. 1968 Acrópole, 354, set. 1968 Acrópole, 355, out. 1968 Acrópole, 357, dez. 1968
1968	Biblioteca Central de Salvador	Salvador - BA	Acrópole, 350, (1968) Acrópole, 354, set. 1968
1968	Sede - Jôquei Clube de Campo Grande	Campo Grande - MS	-
1968	Sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	Belo Horizonte - MG	-
1968	Monumento - Mortos do Atlântico Sul	Salvador - BA	-
1968	Terminal Rodoviário	Salvador - BA	-
1968	Hotel de Turismo	Juazeiro - BA	Acrópole, 351, jun. 1968 Arquitetura, out. 1968 Acrópole, 371, mar. 1970
1968	Centro Universitário de Cuiabá	Cuiabá - MT	Acrópole, 349, abr. 1968
1968	Núcleo Habitacional da Ponta da Praia	Santos - SP	Acrópole, 350, mai. 1968
1968	Penitenciária do Estado da Guanabara	Rio de Janeiro - RJ	Acrópole, 351, jun. 1968

Ano	Concurso	Local	Revista
1968	Edifício Sede da FIESP - CIESP - SESI	São Paulo - SP	Acrópole, 350, mai. 1968 Acrópole, 372, abr. 1970
1969	Pavilhão do Brasil na Expo 1970	Osaka - Japão	Acrópole, 359, mar. 1969 Acrópole, 360, abr. 1969 Acrópole, 361, mai. 1969 Acrópole, 371, mar. 1970 Acrópole, 372, abr. 1970
1969	Escola Técnica Federal de São Paulo	São Paulo - SP	-
1969	Remanejamento da Área do Antigo Mercado Modelo	Salvador - BA	-
1969	Parque de Exposições do Rio Grande do Sul	Porto Alegre - RS	Acrópole, 366, out. 1969 Acrópole, 373, mai. 1970
1970	Agência do Banco do Brasil	Caxias do Sul - RS	Acrópole, 373, mai. 1970
1970	SESC Guanabara	Rio de Janeiro - RJ	Acrópole, 373, mai. 1970
1970	Centro da Juventude de Tejió	Recife - PE	Acrópole, 373, mai. 1970
1970	Banco do Nordeste do Brasil	João Pessoa - PB	Acrópole, 373, mai. 1970
1970	Banco do Nordeste do Brasil	Salvador - BA	-
1970	Clube de Regatas Saldanha da Gama	Santos - SP	Acrópole, 377, set. 1970 Acrópole, 379, nov. 1970 Acrópole, 381, jan. 1971
1970	Estádio de Futebol do Paraná	Curitiba - PR	Acrópole, 382, mar. 1971
1970	Sede da TELESP - Companhia Telefônica Brasileira	São Paulo - SP	Acrópole, 384, mai. 1971
1970	Centro Administrativo do Unibanco	São Paulo - SP	-
1970	Sede da Superintendência de Águas e Esgotos do Recôncavo	Salvador - BA	Acrópole, 379, nov. 1970 Acrópole, 383, abr. 1971
1971	Agro-vilas Trans-Amazônicas - INCRA	Brasília - DF	-

Ano	Concurso	Local	Revista
1971	Sede - CONFEA	Brasília - DF	-
1971	Casa Edgar Santos	Salvador - BA	-
1971	Sede - Associação Atlética da Bahia	Salvador - BA	-
1971	Entrada e Monumento do Parque Histórico Nacional dos Guararapes	Jaboatão - PE	Acrópole, 381, jan. 1971
1971	Casa da Moeda	Rio de Janeiro - RJ	Acrópole, 384, mai. 1971
1971	Cemitério Municipal de Araraquara	Araraquara - SP	Acrópole, 384, mai. 1971
1971	Sede do IAB - PE	Recife - PE	-
1971	Tribunal de Contas do Município	São Paulo - SP	-